Ana Beatriz Nader

Juntando os Fragmentos do Discurso Político Nacional:

História Oral de Vida do Grupo

"Autêntico do M.D.B."

Volume 1

CH 08257

- 1997 -

BIBLIOTECA NACIONAL

UNIDADE BC
N.º CHAMADA: T/UNICAMP N125j
V. DL E.
TOMBO BC/31082
PROC. 281/97
C [ ] D [x]
PREÇO R$ 11,00
DATA 15/07/97
N.º CPD

CM-00099112-9

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP

N125j

Nader, Ana Beatriz.
Juntando os fragmentos do discurso político nacional : história oral de vida do "Grupo Autêntico do MDB / Ana Beatriz Nader. -- Campinas, SP : [s.n.], 1997.

Orientador : José Carlos Sebe Bom Meihy.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Movimento Democrático Brasileiro. 2. Ditadura. 3. História oral. 4. Ciência política. 5. Partidos políticos - Brasil. I. Sebe, José Carlos, 1943 - II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Tese de Doutorado

Ana Beatriz Nader

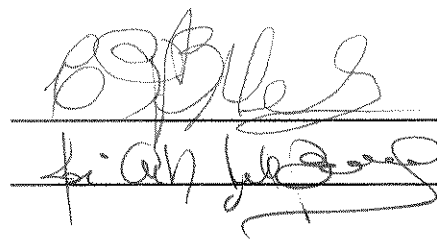
Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Ana Beatriz Nader e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 17 - 02 - 97

Assinatura: _____

Tese apresentada como exigência final para obtenção do Título de DOUTOR em EDUCAÇÃO na Área de Concentração: Metodologia de Ensino à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação Prof. Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy.

Comissão Julgadora:



Dedicatória

Para o professor José Carlos Sebe Bom Meihy, pelo acolhimento e competência na orientação.

Para Fausto, Sofia e Heitor, síntese da razão desta trajetória.

Agradecimentos

- Ao Sr. Renato Miotto pela gentileza de ter me conduzido à UNICAMP, durante todo o meu período de gravidez.

- À amiga Cristina Maria Rollim Devair, pelo carinho dedicado ao recém-nascido Heitor e a pequena Sofia, possibilitando o cumprimento das disciplinas necessárias do doutorado.

- Às escudeiras Joice e Maria José.

- À Maria Helena e Nelson, pela presença e apoio nos momentos mais difíceis.

- À Dona Zildinha, pela generosidade.

- Ao amigo Marcondes Sampaio, pela interlocução.

- Ao Augusto Sérgio Calile "desencadeador"da viagem acadêmica.

- À Vani Moreira Kenski, pela sugestão do tema.

- À Laís Gullo, pela revisão do português.

- À Aline, Terezinha, Fernanda, pela digitação e diagramação da tese.

- À CAPES.

- E, em especial aos Autênticos e seus familiares, pelo carinho e interesse com que me receberam.

Índice

1- Introdução 02

1.1 - História do Projeto 03

2. Vinculando o Projeto à História Oral 13

2.1 - Porque História Oral 14

2.2 - Universo Teórico/Prático da *História Oral* 20

3. A História Oficial 32

3.1 - Contextualização 33

3.2. - Os *"Autênticos do MDB"* 54

4. Possibilidades Formais e Analíticas 60

4.1 - Procedimentos Analíticos 61

4.2 - Tecendo a História Autêntica 63

5. Construindo Conclusões 238

Anexo I 248

Anexo II 250

Bibliografia 254

1. Introdução

Eis senão quando, ressuscita a palavra autêntico. Era o uso entre intelectuais da Zona Sul, em saudosos longe. Pintores, cineastas, poetas classificavam-se em autênticos e inautênticos, esses em maioria, segundo critério subjetivo, que permitia atribuir ou cassar autenticidade no espaço entre dois chopes. Dodô acordava autêntico cem por cento, ia muito bem até o almoço, declinava, recuperava-se, perdia totalmente essa qualidade à hora em que se processava a última classificação nos bares da madrugada. Alguns autênticos se demitiam espontaneamente, preferindo liberdade e prazer, era tão duro ser autêntico! Outros, raros, mantinham-se integrais, inamolgáveis, perenes: em geral viviam fora do Rio ou eram falecidos. Os heróis.

1.1 - História do Projeto

O presente trabalho surgiu do interesse em estudar os motivos que levaram vinte e três deputados federais (tabela 1) a fazer política de oposição, num momento tão adverso, em plena ditadura militar.

A documentação foi basicamente constituída pelas entrevistas feitas com os elementos que compunham o *"Grupo Autêntico do MDB"*, compreendido por vinte três deputados que elaboraram e assinaram o documento da *anticandidatura* de Ulysses Guimarães, na sessão da Câmara, que elegeu o General Ernesto Geisel presidente do Brasil em quinze de janeiro de 1974. Nessa declaração, os *"Autênticos"* devolviam o voto, ao grande ausente, o povo brasileiro.

A constatação da quase inexistente bibliografia sobre o *"Os Autênticos"* fez com que o desafio se colocasse de forma contundente, quando passei a estudar também o Golpe de 1964, seus desdobramentos e sua dimensão.

Com as entrevistas inicias gravadas, ficou claro que os *"Autênticos"* não queriam falar apenas daquele período. A leitura das primeiras entrevistas evidenciou que o conhecimento das *histórias de vida* como um todo colocava uma realidade de caminhos, sobretudo políticos, muito diversos dos atuais, e que seria, sem dúvida, de grande contribuição ao meu projeto.

Não me desviei em nenhum momento, do meu foco de interesse que se centrava no período de vida em que esses vinte e três homens constituíram o Grupo *"Autêntico do MDB"*. Porque era necessário desvendar este hiato apresentado pela história este projeto de pesquisa foi planejado, inicialmente, tendo como meta a

história oral temática. [1] Entretanto, a práxis da pesquisa mostrou que esta abordagem metodológica era insuficiente para o objeto deste trabalho.

"Assim o encaminhamento das entrevistas deu-se através da história oral de vida; o relato passaria a ser mais importante que o fato relatado." [2]

Dentre as variações de *história oral* existentes [3], é *história oral pura* a que adotei no presente trabalho. Nesta especificidade, o que interessa é a narrativa individual segundo a versão de quem vivenciou diretamente o processo, ou seja, a *fonte oral* como exclusiva para compreensão. Deste modo, a narrativa deve ser enaltecida e mostrar que os homens devem ser vistos como sujeitos da história, isto é, ao mesmo tempo em que a constrói, constróem-se a si próprios.

História oral de vida só é possível, a partir da existência de um entrevistado e de um entrevistador o qual coleta e apresenta a versão da história coletada.

O essencial para *história oral de vida* é constatar riquezas e não provar sua veracidade. Na medida em que *história oral* trabalha com versões, uma das principais características é rever aspectos externos (vividos) e internos (subjetivos) e revelar os conteúdos individuais do grupo, extraindo as experiências menos óbvias.

Entendo que as visões de mundo e os projetos de sociedade são partes integrantes da história. Daí a necessidade de registrar as metas, as insatisfações, as expectativas, as aspirações dos componentes do *"Grupo Autêntico"*. Sobretudo, trazer à tona partes ocultas da história no campo das idéias e na ação parlamentar; "conhecer" o sucedido com um *Grupo* de oposição não intelectual, não insurrecional, não terrorista, mas de parlamentares. Isto é, revelar a história de um determinado

---

1 - *História oral* temática está ligada ao testemunho e à abordagem de tema específico. Preocupa-se basicamente com questões externas e objetivas. A vida como experiência pessoal tem menor significado e a visão de mundo aparece filtrada pelo objeto.

2 - Gattaz, André C. *História oral* da Imigração espanhola: O Centro Democrático Espanhol, São Paulo 1932 -1975. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH-USP - 1994.

3 - Existem três variações de *História oral*: 1) *História oral* Temática, exemplo Luisa Passerini, Facism in popular memory (vide cit.1); 2) Tradição Oral: considera o indivíduo como veículo da transmissão de mitos e tradições antigas, exemplo: Jan Vancina Oral Tradicion as History; 3) *História oral* de Vida, divide-se: a) *História oral* Pura, o importante é a narrativa de quem viveu a experiência como fonte exclusiva,exemplo: Meihy, J.C.S.Bom A Colônia Brasilianista; b) *História oral* Híbrida,contempla a coleta de depoimentos com outras fontes. Nesta tendência a História é coadjuvante de outras fontes, exemplo: Brugat, D.P. Los Niños de Morellia.

Grupo dentro da oposição no período mais duro do regime militar. Este é o foco do presente trabalho.

Quanto à temática, esteve sempre claro que seria estudar o *"Grupo dos Autênticos"*, através de suas próprias vozes. Levantar questões pouco exploradas pela história. Muito se estudou sobre a oposição que optou pela luta insurrecional, contudo acerca de oposição parlamentar, pouco se sabe. A história sequer registrou as contribuições do *"Grupo Autêntico"* na luta pelo restabelecimento da democracia. Este fato traduz que os estudos acerca dos anos da ditadura militar no Brasil continuam incompletos existindo, portanto, novas possibilidades de investigação, sobre o assunto. Cabe ressaltar ainda que as poucas referências existentes do *Grupo* trazem visão aligeirada e estereotipada.

Nesta senda, a *história oral* mostrou-se como a opção metodológica mais adequada. Contudo, a forma como percorrer este caminho foi sendo lapidada no decorrer do processo.

"O inusitado se mostrou constante companheiro como um elemento fundamental que aparece em todas as fases da pesquisa, exigindo um sério compromisso com a espontaneidade, abertura e clareza." [4]

Na busca de estabelecer o *ponto zero* do projeto de tese, no sentido de contextualizar e circustanciar as personagens do projeto, foram utilizados vários recursos tais como: informação na literatura especializada e nos jornais, com o objetivo de ter o maior número de dados possível do *"Grupo Autêntico"*. Esta atitude inicial de interesse sobre a *colônia* a ser estudada deve expressar *cumplicidade*, condição prioritária em projetos de *história oral*. O sucesso do trabalho de *história oral de vida* depende muito da *cumplicidade* construída entre o entrevistador e o entrevistado, consubstanciando-se na sua parte mais desafiadora.

A impossibilidade de se estudar a história do *Grupo*, utilizando-me apenas da documentação existente, foi a principal razão da escolha do método e do repertório

---

4 - Gallian, Dante M.C. Pedaços da Guerra: História de Vida dos Torrabenhos Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH-USP - 1991.

oferecido pela *história oral* para a realização deste estudo. É a ferramenta que empreguei para manter viva a "memória" de um tema que poucos registros deixou e que fundamental, pois revela e fixa a história que de outra forma, seria perdida.

Foi tarefa árdua conseguir contato com os integrantes do *"Grupo Autêntico"*, isto porque a maior parte deles encontrava-se sem mandato e desarticulados entre si, não havendo sequer o registro do número exato de deputados que compunham o *Grupo*, tampouco de seus paradeiros.

O desafio inicial a ser superado foi a localização dos *"Autênticos"* que compunham meu incompleto e frágil elenco, constituía-se tarefa instigante e impostergável.

Foi com Lysâneas Maciel o primeiro contato que consegui pois fora ele quem indiretamente sugeriu o tema deste estudo, quando em entrevista para fins acadêmicos, no início da década de 90, acerca do "Fascínio do Jornal Opinião" (um dos poucos veículos de comunicação que dava espaço ao *Grupo,* durante a ditadura militar), lembrou que o *"Movimento dos Autênticos"* constituía hiato histórico devendo ser estudado o quanto antes, uma vez que seus componentes estavam morrendo. Afinal, vinte anos nos separam do momento em que os *Autênticos*, "fizeram história".

Em dezembro de 1993, consegui o telefone de Lysâneas Maciel. Em um dos prévios contatos telefônicos, a fim de acertar hora e local do encontro, Lysâneas disse que Francisco Pinto (tido por muitos como "reitor" do *Grupo*), coincidentemente de passagem pelo Rio de Janeiro, aportaria em sua casa para ser também entrevistado.

Foi numa tarde chuvosa e quente do mesmo mês cheguei ao belo condomínio no Morro do Pasmado, na cidade do Rio de Janeiro, que além de emoldurar a Praia de Botafogo revela por dentre as janelas envidraçadas do apartamento, o Pão de Açúcar. Fui recebida com incontável simpatia por Lysâneas Maciel e sua esposa Regina, que esteve o tempo todo preocupada em nos "abastecer" com os mais diferentes tipos de guloseimas. Apesar de Lysâneas considerar sua "memória

traiçoeira", forneceu nomes e "pistas" de colegas *autênticos,* além de inaugurar o *ritmo da narrativa* que mais tarde mostrou-se próprio da *colônia.*[5]

Algumas horas de entrevista se passaram, e o interfone avisou a chegada de Chico Pinto, cuja figura longilínea dirigia-se para o centro da sala, onde eu terminara a conversa com Lysâneas. Após efusivos cumprimentos, aceitou um sorvete, cujo sabor de chocolate, afirmou ser uma de suas paixões, porém ele derreteu-se todo sem que Chico Pinto fizesse uma pausa para sorvê-lo, tal era ansiedade daquela personagem de nossa história recente, em atender o convite para participar deste estudo.

Iniciamos a entrevista que foi pautada pelo bom humor, bem como por revelada capacidade de análise, e tendo como pano de fundo uma piteira que insistia em queimar o cigarro, antes que Chico Pinto encontrasse interregno em sua eloqüência para tragá-lo.

Nessa oportunidade, meu caderno de campo trouxe (além das impressões do encontro) registrado nomes e indicativos possíveis dos paradeiros de outros *Autênticos.* Porém, o maior saldo dessa entrevista traduziu-se em assuntos que se mostraram fundamentais e que me levaram a organizar eixos temáticos, relativos tanto ao aspecto de evolução pessoal quanto conjunta do *Grupo.*

Um dado curioso é que apesar de terem convivido por muitos anos diuturnamente, como parte de *Grupo* coeso, foi muito difícil elencar os vinte e três nomes que assinaram o documento lido por ocasião da eleição indireta do General Ernesto Geisel à presidência da república em 1974, e que compõem a *colônia dada*[6] deste trabalho.

À volta do *"Grupo Autêntico"* circulavam eventualmente muitos parlamentares das mais diversas origens e tendências, mas esses vinte e três elementos permaneceram unidos durante os principais desafios e lutas que lhes foram atribuídos nesse período conturbado de nossa história.

---

5 - Colônia no contexto da *História oral* significa comunidade de interesse.
6 - colônia dada é a comunidade de interesse autodefinida numericamente.

A situação que considerei mais expressiva em relação ao esgarçamento do *Grupo* referiu-se a Alceu Collares, que é considerado um *Autêntico* dissidente de primeira hora [7], mas que é lembrado por muitos do *Grupo* como um companheiro de todas as horas. Cabe lembrar que o entrevistei em Porto Alegre, em março de 1994, no Palácio Piratini, quando ainda governador do Estado do Rio Grande do Sul. Durante as quase três horas de gravação, Alceu Collares não fez nenhuma referência à sua ruptura com o *Grupo.*

Nessa trilha, a indicação mais precisa que consegui foi que apenas dois *Autênticos* exerciam mandato parlamentar em 1994: Amaury Müller e Fernando Lyra. Liguei para Câmara dos Deputados quando me foram fornecidos os números dos respectivos gabinetes.

Nesses contatos, flagrei-me no universo protocolar dos assessores, chefes de gabinete, com seus códigos, etiquetas e linguagens peculiares aos quais precisei adaptar-me, muito embora aquele noviciado não me trouxe maiores embaraços ou dificuldades. O contato inicial acontecia sempre, por via telefônica, com algum membro da equipe de assessores que notificava o *Autêntico* sobre a minha existência, ou seja, uma pesquisadora da UNICAMP escrevendo a *história oral de vida* do *Grupo Autêntico.*

A grande maioria dos contatados mostrou-se interessada e disponível para entrevista, a ponto das ligações telefônicas posteriores, terem sido realizadas sem a intermediação de assessores; eles próprios, os *Autênticos,* é que tomaram a iniciativa de agendar os seus encontros comigo [8], buscando conciliar e contemplar as minhas necessidades.

Nesta senda, logo no início de janeiro de 1994, contatei Amaury Müller na Câmara dos Deputados em Brasília, que surpreendeu-me pela organização e atualidade de sua agenda, e também pela amabilidade da secretária e dos

---

7 - Seu nome sequer consta na lista dos signatários da carta da Anticandidatura

8 - Na oportunidade, além de apresentar-me formalmente, eram explicados os objetivos acadêmicos da pesquisa, sua metodologia, bem como o teor da entrevista que seria dividida basicamente em três momentos: 1)infância /adolescência, 2) o que o levou a fazer política partidária e de oposição, num momento histórico tão adverso, 3) a visão de mundo e o projeto de sociedade atuais.

assessores. Na ocasião, forneceu-me o telefone de dois *Autênticos*, gaúchos morando no Rio de Janeiro: Nadyr Rossetti e Getúlio Dias. Esse último deu-me o paradeiro de um membro fluminense do *Grupo:* Walter Silva, cujo telefone foi fornecido gentilmente pela telefonista de informação da região de Campos. Walter Silva, uma vez localizado, dispôs-se prontamente a encontrar-me na cidade do Rio de Janeiro, onde além de manter seu escritório de advocacia, exercia função docente na Faculdade de Direito Cândido Mendes.

Desta forma meu iter de pesquisa foi dividido: Rio de Janeiro, em **dezembro de 1993**, entrevistei Lysâneas Maciel e Francisco Pinto. Quanto ao **ano de 1994**, entrevistei em **janeiro**: Walter Silva, Getúlio Dias e Nadyr Rossetti, no Rio de Janeiro; **fevereiro**: Santilli Sobrinho em São Paulo; **março**: Jaison Barreto, Balneário Camboriú - Santa Catarina e na seqüência, em Porto Alegre: Alceu Collares e Eloy Lenzi; **maio**: Fernando Lyra que veio à cidade de São Paulo, quando concedeu entrevista, o mesmo acontecendo em **junho** com Paes de Andrade. Ainda Em **junho,** fui a Brasília e entrevistei Fernando Cunha, Marcondes Gadelha e Amaury Müller; **agosto** Jerônimo Santana deslocou-se até a cidade de São Paulo para a entrevista; **setembro**: fui a Campinas entrevistar Francisco Amaral.

Ano de 1995, fevereiro: novamente fui a Brasília, para entrevistar Alencar Furtado. Depois, em **março** viajei a São Luís - Maranhão quando entrevistei Freitas Diniz.

Os locais onde ocorreram os encontros foram os mais diversos, uma vez que a escolha ficava a critério do entrevistado, com o objetivo de deixá-lo o mais confortável possível. Algumas entrevistas foram colhidas no saguão de hotel, na residência particular, em gabinete de ministério, em palácio de governo, em restaurante...

As entrevistas foram realizadas no primeiro encontro, quando os entrevistados já estavam cientes do objetivo da pesquisa, bem como da metodologia que seria aplicada. Mesmo assim, alguns cuidados foram tomados, principalmente no que diz

respeito ao fato da entrevista ser gravada. A apresentação do gravador exigiu diplomacia de minha parte, no sentido de evitar qualquer constrangimento que inibisse a construção da necessária *cumplicidade*.

O tempo de duração das entrevista variou sempre, pois estava vinculado às disponibilidades dos entrevistados. Em alguns casos senti-me obrigada a interrompê-la, em vista do cansaço de ambas as partes.

A média de duração temporal foi três horas, sendo que o menor tempo de entrevista foi de uma hora, e o máximo de seis horas de gravação feita em fitas importadas, de uma hora de duração, para que garantissem a melhor qualidade possível do trabalho.

A par das gravações, utilizei-me de *caderno de campo*, para cada entrevista, no qual tomava notas sobre locais, referências a fatos comuns com outros entrevistados, dados pessoais básicos sobre os entrevistados (qualificação dos entrevistados), bem como o registro das impressões subjetivas que podia perceber.

Todas as entrevistas foram individuais, exceto a de Lysâneas Maciel e de Francisco Pinto; Getúlio Dias e Nadyr Rossetti, que estavam presentes no mesmo local, no mesmo encontro.

Dos vinte e três deputados, cinco já eram falecidos, ao tempo do início da pesquisa 1993. (vide tabela 1)

Álvaro Lins, que foi deputado pelo Ceará e, mais recentemente, diretor da Casa do Ceará em Brasília, figurando na lista dos *Autênticos*, negou-se peremptoriamente a conceder entrevista, argumentando: *"Meu vínculo com o Grupo foi apenas nominal."* Essa, porém, foi a única exceção.

Durante o processo de elaboração do presente trabalho, o *Grupo* sofreu mais uma lamentável perda: Walter Silva (Campos, Estado do Rio de Janeiro) morreu em julho de 1994, no INCOR de São Paulo, em virtude de problemas cardíacos, cinco meses após a concessão de comovente entrevista.

Registre-se que até o presente, catorze *legitimações* foram devolvidas e

aprovadas.

A concretização deste trabalho de "busca" dos *Autênticos* nos mais diversos cantos do Brasil tornou-se viável em face da bolsa da **CAPES** que me forneceu os meios econômicos necessários a este intento.

Outro fator que contribuiu sobremaneira com a pesquisa foi a colaboração efusiva e acolhedora dos próprios *Autênticos*, suas famílias e seus assessores sempre prontos a facilitar a operacionalidade dos encontros no que diz respeito a translados, hospedagens...

Ter vivenciado os encontros, ouvir as histórias desses cidadãos, conhecer suas famílias, perceber suas emoções no decorrer das entrevistas, suas esperanças e seus ideais, configurou-se no momento mais prazeroso do processo, tornando difícil, embora, não impedindo, o exercício do senso crítico, face a sedução surgida da *cumplicidade* que existiu entre o entrevistador e o entrevistado.

Tabela 1 - *Autênticos do MDB*

Nome Ordem Alfabética	Local de Nascimento	Data de Nascimento/Morte
Alencar Furtado	Araripe, CE	11-08-1925
Álvaro Lins	Pedra Branca, CE	14-12-1920
Amaury Müller	Cruz Alta, RS	17-01-1936
Eloy Lenzi	Lagoa Vermelha, RS	22-09-1924
Fernando Cunha	Itumbiara, GO	29-01-1935
Fernando Lyra	Recife, PE	08-10-1938
Francisco Amaral	Campinas, SP	29-01-1923
Francisco Pinto	Feira de Santana, BA	16-04-1930
Freitas Diniz	Araioses, MA	20-03-1933
Freitas Nobre	Fortaleza, CE	1921 † 1990
Getúlio Dias	Pelotas,RS	04-05-1934
Jaison Barreto	Lagunas, SC	16-08-1933
Jerônimo Santana	Jataí, GO	29-10-1934
JG de Araújo Jorge	Taraúaca, AC	1914 † 1987
João Borges	Macaúbas, BA	1911 † 1989
Lysâneas Maciel	Patos de Minas, MG	23-12-1926
Marcondes Gadelha	Sousas, PB	23-06-1943
Marcos Freire	Recife, PE	1931 † 1987
Nadyr Rossetti	Caxias do Sul, RS	17-07-1937
Paes de Andrade	Mombaça, CE	18-05-1928
Santilli Sobrinho	Mineiros do Tietê, SP	05-10-1922
Severo Eulálio	Picos, PI	1930 † 1979
Walter Silva	Campos, RJ	1933 † 1994

2. Vinculando o Projeto à História Oral

Passou. As palavras costumam passar mais rápidas que os engenhos russos e americanos caçadores de informações no espaço estrelado. E não voltam.

Chega a vez de outras, que pedem licença, um sorriso, uma curvatura, uma cambalhota, e adeus. Somem nos dicionários. Porém autêntico hibernou aparas. Aí está de volta, na pele de uma corrente do MDB, que pretende movimentar o Partido e conquistar-lhe o comando. Para que o Partido de Oposição se torne, realmente, Partido de Oposição.

Aí, ocorre perguntar: os autênticos são sonhadores? Pois há quem diga que autenticidade verdadeira, só em sonho, quando de desprendem as amarras da convivência, da prudência, do realismo, do vê lá rapaz em que é que isso vai dar. Em sonho, vive-se com plenitude. No chão cotidiano, e acordado, a coisa sofre limitação. Por isso mesmo, a outra ala do Partido, a que pisa no chão e evita as pedras do caminho, poderia reclamar: Autênticos?

Nós é que somos autênticos, genuínos, frutos ajustados a natureza do terreno, do adubo e da árvore...

2.1 - Porque História Oral:

Demarcar meu encontro com *história oral* é tarefa quase impossível, penso até que haja algum vínculo genealógico...

Filha de mãe professora primária e pai comerciante de origem árabe, tive infância e adolescência com todas as chances de se limitarem entre o hostil e o monótono. Exceto pela presença de minha avó materna, mulher policromática, cuja tenacidade intelectual reunia à sua volta personagens das mais diferentes matizes: de freira missionária a piloto de provas da *Pan American Air Lines*; de ex-aluno balconista à poeta comunista; de encortiçada tísica que sabia quiromancia a cega que fazia boneca de pano; de secretária de direita a advogado subversivo; jovens que gostavam de flores; velhos que gostavam de fogo... Ainda, muitos livros, muitas histórias, por ela contadas e recontadas com zelo e detalhe cinematográfico.

Cinema! Era uma das estrias daquele arco-íris. Íamos ao "matinê" de segunda a sexta-feira (exceto quinta-feira que passava filme japonês). Aos domingos, a sessão das quatro e meia nos esperava!

Desta forma passou por mim o Golpe de 1964, o AI-5, prisões, torturas, mortes de compatriotas e a própria eleição do *Grupo Autêntico do MDB*.

Num misto de atenção e alienação, eu tentava decifrar certas metáforas que me eram impostas naquele momento histórico:

- Cartazes pendurados nos correios, com fotos de rostos, nomes e codinomes de pessoas, que traziam no alto, como uma manchete em letras garrafais:

procura-se

- Domingo depressivo que vivi frente à comemoração do Tri-Campeonato da Copa de 1970. Sentia-me inadequada por não ter a "capacidade" de comemorar a efeméride traduzida em folia carnavalesca atemporal pelas ruas da cidade. Naquele domingo sombrio...

Em 1971, enquanto os *Autênticos* chegavam ao Congresso Nacional, muitos pela primeira vez, eu, aos dezesseis anos de idade, cursava o segundo colegial na cidade de Taubaté, numa escola cujo nome, "Monteiro Lobato", homenageia seu filho mais ilustre. Foi nesta cidade que eu nasci e vivi até o final de minha adolescência.

O ambiente escolar propiciava poucas emoções. Tratava-se de rotina inócua, com relacionamentos superficiais e efêmeros, condicionados pela falta de assunto e possibilidades, desdobramento da ausência de liberdade de expressão e da repressão político-ideológica reinante na época.

A trilha sonora marcada pelos hinos ufanistas (como o do sesqüicentenário) que definia o Brasil de 1972 como: *"A potência de amor e paz, esse Brasil faz coisas que ninguém faz"*, compunham o cenário de convite à alienação.

Nessa fase de minha vida, vi-me frente a uma escolha que mais tarde se transformou num marco: participar do tradicional Baile de Debutantes, ou fazer uma viagem para a Itália. Como a sociedade taubateana não tinha nenhuma significação para mim, optei pela viagem. O que a princípio seria "turismo", transformou-se na minha tomada de consciência, rompendo meu pacto com a alienação.

Na Itália, tomei conhecimento do que é uma verdadeira democracia. Percebi a existência de uma pluralidade ideológica, partidária; senti a diferença de opções pelas quais o jovem italiano poderia fazer na sua adolescência, ou seja, a possibilidade de participar dos movimentos sociais, desempenhando um papel ativo na história do seu país. Tive contato com a liberdade de expressão que para mim se restringia à existência de mais de um veículo de comunicação. Era muito mais que isso! Era dar voz a todos os segmentos sociais. Os jovens italianos podiam e

conversavam sobre política, mesmo sendo contrários ao governo estabelecido... outra surpresa!

Deu-se aí meu batismo de fogo...

Aqueles três meses de intensas vivências, experiências de todos os tipos, em um país latino, porém com outros valores, numa sociedade livre, de juventude verdadeiramente politizada e ativa, fizeram-me aspirar por outros valores, diferentes daqueles vazios que me acompanhavam no Brasil.

Foi também nesta estadia na Itália que travei o primeiro contato com as notícias de que o Brasil era uma ditadura, e o que isso significava em termos de democracia. Deu-me consciência de que deveria e poderia adotar valores diferentes dos que me importavam até então. O vazio de minha adolescência começava a ser preenchido!

Em minha volta para o Brasil, a avidez por conhecimento basilares, por densidade nos relacionamentos, conduziu-me à aquisição de valores diversos das pessoas de minha idade e classe social: fui voluntária na pediatria de um hospital e posteriormente num asilo de idosos. Freqüentei também todos os cursos extracurriculares oferecidos em minha cidade no período.

Outros horizontes culturais e ideológicos foram descobertos: a banal leitura dos jornais diários transmutava-se em perquirir as suas entrelinhas; os discos de Chico Buarque não tocavam mais só "A Banda", mas dali emergia a cumplicidade de um novo mundo. A releitura da revista "Realidade", que descrevia as lutas dos estudantes no final da década anterior (década de 60), representava a descoberta de que "o Brasil não era só o litoral". Existia muito mais: havia ditadura, mas também o Partido Comunista; no colégio as aulas de educação moral e cívica, em casa o antídoto nos livros de Jorge Amado; meu conterrâneo Monteiro Lobato não era apenas um escritor de estórias infantis, mas lutou contra a ditadura de Vargas. Era tempo de Roberto Carlos, contudo, ele já não ofuscava Mercedes Sosa, Milton Nascimento. "Os Incríveis", conquistavam o público com o hino do sesquicentenário, entretanto, eu e "Os Mutantes" andávamos "meio desligados". A ditadura, se impunha,

porém já houvera democracia. "Os Lusíadas" de Camões era impresso em meio das notícias do "O Estado de São Paulo", mas havia "O Opinião" com as mensagens cifradas na seção internacional, entre os artigos originais do "Le Monde Diplomatique". Existia futebol, mas também miséria, arrocho salarial; parada de sete de setembro, mas também Araguaia. Os colegas homens (de minha sala de aula) que serviam no Batalhão de Engenharia do Exército em Pindamonhangaba não foram ao Vale do Ribeira fazer exercício de manobras militares... eles foram pegar o Lamarca (mesmo que não soubessem quem era esse "tal" Capitão Lamarca). A música do taubateano Márcio Tadeu, filho do meu professor de português, dizia: *"o tigre metralhou a cabeça do elefante, ôôô mônica, você tem certeza de que era mesmo um elefante?"*, que concorreu no Festival Universitário da TV Tupi não foi inspirada somente numa propaganda de extrato de tomate... e, eu sabia disto!

O que antes da viagem a Itália, eu considerava inadequação a uma classe média ufanista e vibradora com as "vitórias" conseguidas durante o regime militar, traduziam sim uma insatisfação, que depois verifiquei não ser apenas minha. Existia uma alternativa... Existia outro modo de vida. Estava, naquele momento, consciente de que vivia numa ditadura e, que havia muita gente contra ela, o vazio não era só meu.

Refiro-me a estes momentos com esta gama de detalhes, na medida em que os considero norteadores de comportamento ou características que acompanham minha vida, ou seja, jamais consegui adequar-me a grupo ou situações *hegemônicas*...

Com o passar dos anos, no ocaso da ditadura, na universidade, candidatei-me à presidência do diretório acadêmico numa chapa que expressava as idéias de um grupo de esquerda bastante organizado.

A direita, liderada pela diretora da escola, lançou chapa que foi brutalmente derrotada. Essa liderança significava um razoável contingente de elementos articulados, sobretudo a partir das idéias que eu defendia. Contudo, apesar da

tentativa insistente no sentido de agregar-me a este grupo de esquerda constituído, fui barrada... pois eu não possuía o "perfil" adequado a seus estatutos. O argumento mais contundente residia no "estranho" modo de me trajar. Este é um exemplo bastante explícito e didático que traz em seu conteúdo um elemento em mim perpetuado: a dificuldade de adequação a grupos hegemônicos.

Formada em Serviço Social, o compromisso com o *não hegemônico*, desta vez, traduziu-se na minha monografia de mestrado, quando discuti a questão da AIDS e sua disseminação na camada lúmpem da população valeparaibana. A "inspiração" desta pesquisa teve origem no trabalho que desenvolvia no Centro de Saúde de Jacareí, como assistente social, fazendo triagem das pessoas infectadas que recorriam àquele serviço de saúde e quando percebi que um grande número de soropositivos haviam se contagiado por meio do uso de drogas injetáveis.

Este fato contrastava com a orientação que predominava na época; enfatizava-se a contaminação por contato sexual. Outro dado que me surpreendeu era a quantidade de pessoas miseráveis que se infectavam (quase em grau epidêmico) uma vez que consumiam droga em grupos numerosos através de uso comum de uma mesma seringa e agulha.

A práxis levou-me a um redimensionamento da questão, quando resolvi ampliar meu foco de pesquisa para os Centros de Saúde de São José dos Campos e Taubaté, as duas maiores cidades da região. O ineditismo desse trabalhou foi o seu grande mérito, uma vez que lançou luz sobre um problema que não era merecedor da atenção tanto da Academia quanto dos Órgãos Públicos de Saúde. Talvez por tratar-se de camada socialmente desconsiderada.

Hoje sou docente, concursada, em uma universidade autárquica, ministrando aulas de Teoria do Serviço Social e Medicina Preventiva.

E assim tem sido minha vida... sucesso em questões que *empreendo* e que são passíveis de conjugar *afetividade* e *competência*, mas desgarrada de situações *hegemônicas*.

Eis aí, *a minha* ligação genealógica com a *história oral* e vejam só... com o *Grupo Autêntico,* nós três em pretéritos diferentes conjugamos a dificuldade de adequação aos estatutos autoritariamente estabelecidos...

Penso ser este o ponto de partida, do meu desejo teórico/prático!

2.2 - Universo Teórico/Prático da *História Oral*

Ainda hoje, ao falar em *história oral*, muitos se reportam à obra de Paul Thompson: "A Voz do Passado" [9] que teve a primeira edição impressa em 1978, mas apenas em 1992 foi traduzida para o português e editada no Brasil.

Nessas duas décadas, a *história oral* caminhou muito. Todavia, as idéias de Paul Thompson serviram como contraponto para outras posturas ou correntes que hoje fazem parte do universo teórico/prático da *história oral*.

Thompson recorreu a Heródoto, que foi o primeiro a realizar seu inquérito com o olho e o ouvido, com a observação direta. Também a Tucídides, com a técnica de cruzamento de testemunhos. Esse encaminhamento objetivava justificar sua *história oral*, bem como mostrar as trajetórias, usos e significados dos registros orais na condição de fonte, isto porque precisava valorizar a oralidade. Ele buscou dar voz aos silenciados pela história oficial e desenvolveu a idéia de que a função da *história oral*, quando devolve a história ao povo, é a de democratizar a própria história. Não obstante, o caráter transformador da *história oral* depende da intenção de sua utilização.

Esta característica mostrou-se emergente a partir da década de 60, e ainda hoje muitos trabalhos em *história oral* tratam de mulheres, negros, minorias de um modo geral. É também neste sentido que surge a questão "*história oral* de quem, para quem" [10]. Trazer de volta para a comunidade a memória e experiências que ela confiou ao historiador é, com certeza, o grande mérito da *história oral*.

---

9 - Thompson, Paul. A voz do passado, São Paulo, Paz e Terra - 1992.
10 - idem p.220

A *história oral* que conjugo entretanto, só foi possível a partir da existência do gravador portátil, quando em 1948, o norte-americano Allan Nevins, juntamente com Louis Starr, devido o trabalho desenvolvido por eles: "The gateway to history" e à fundação do *Oral History Research (*que a institucionalizou academicamente), são apontados como fundadores da moderna *história oral.*

Isto posto, a *história oral "Cresceu como uma bola de neve"* [11] instalando-se também na Inglaterra, Itália, França e México.

Para Thompson, o historiador deve, a partir da entrevista [12], perceber as questões que o "informante" (expressão usada pela antropologia) traz à tona e das quais deve, o historiador, "extrair" detalhes históricos relevantes. Com isso se pretende produzir um novo documento onde matizes históricas sejam privilegiadas. O resgate da "atmosfera do cotidiano", no sentido de uma "reconstrução mais realista do passado" é o que se persegue com a criação deste tipo de documentação. [13]

A corrente liderada por Thompson considera ainda que *fonte,* ou seja, os relatos orais devem ser trabalhados como se fossem documentos escritos convencionais e devem conter fidelidade e autenticidade, buscando através das falas de quem as viveu, captar a realidade mais absoluta. Dito de outra forma, para este grupo, *história oral* é apenas uma maneira a mais de se obter informações rigorosas acerca do passado.[14]

Em seu livro, "Listening to History" Trevors Lummis [15] trata da questão da veracidade e da autenticidade, afirmando que o compromisso do pesquisador reside na posição de colher e interpretar a informação oral.

A posição assumida por Thompson e Lummis, caracteriza a *história oral temática* que é a "apreensão de informação da realidade objetiva vivida por certa comunidade". Prevê intervenção do pesquisador na tentativa de recuperar a memória coletiva a partir da memória individual. Com este intento, o pesquisador, durante as

---

11 - Nevins, Allan.The gateway to history - Boston, Apleton Century - 1938.
12 - Thompson op.cit.p.257
13 - idem p.302
14 - Ibid.
15 - Lummis, T. Listening to history - New Jersey, Barnes & Noble Books - 1987

entrevistas, se vale das conduções dos temas a serem discutidos pelo entrevistado.

A escola thompsoniana propõe, também, perguntas objetivas, sem dupla interpretação, para assegurar respostas diretas e objetivas. Nesta tendência, o entrevistador deve ser um ouvinte atento e respeitar o entrevistado como indivíduo. Entretanto, não supera a contradição da relação entrevistado/entrevistador, na medida em que limita o entrevistado a "active helper".

Em suma, as entrevistas permitem instituir um campo documental que tem se perdido ao longo da história com a morte ou silêncio de seus narradores. [16]

Para Paul Thompson, "ouvir", "dar ouvidos", significa apreensão do passado, o que desperta ou sugere que o tratamento na análise das fontes orais seja o mesmo de qualquer outra fonte tradicional. "*Desta forma procura igualar as fontes oral e impressa.*" [17]

A relação entre as "linhas", "correntes" ou "tendências" e suas diferenças, tem-se colocado como questão fulcral no debate da *história oral*. [18]

A linha thompsoniana apesar de pioneira, ou por isto mesmo, traduz-se em postura muito particular a respeito do sentido e finalidade da *história oral* que é determinada por uma particular concepção da história como um todo.

Pela leitura de outros autores que recorreram à *história oral* pode-se perceber uma multiplicidade de opções que se colocam ao lado da escola thompsoniana, mas que possuem identidade própria. Trabalhos que são realizados não só por historiadores, mas por antropólogos, etnólogos, lingüistas e psicólogos. A utilização multidisciplinar da *história oral,* com objetivos e preocupações específicas, granjeou diferentes resultados, trazendo novas, mais amplas e complexas perspectivas que, fundamentadas nesta prática, deram maior abrangência à *história oral.*

A *história oral* que contemplo é expressão da *fonte oral* como produto da interação entrevistado/entrevistador. Nesta direção, Mercedes Villanova coloca:

---

16 - Thompson, P. Our common history, the transformation of Europe, London, Pluto - 1982

17 - Montenegro, A. T. *História oral* e Memória - A Cultura Popular Revisitada, São Paulo, Contexto - 1992

18 - Trebitsch, M. in *História oral* - organização Marieta de Moraes - Rio de Janeiro, Diadorim/FINEP - 1994. p.19

"Significa realmente duas pessoas que estão se olhando. E é neste olhar-se um ao outro, que a fonte oral se justifica porque constitui um aprendizado. Não estamos estudando fontes, estamos conversando com pessoas que buscam diferentes conhecimentos. E é nesta síntese nova que elaboramos através do diálogo. Estamos convencidos e vivemos esta experiência que vamos mudar uns aos outros." [19]

Alessandro Portelli reafirma a posição de Villanova, dizendo que a situação de campo é um diálogo, no qual falamos com pessoas e não estudamos fontes. O importante para Portelli é o que o entrevistado deseja contar, e não o que o pesquisador/entrevistador deseja ouvir. Portelli afirma também: *"A comunicação é sempre bidirecionada, ou seja, o entrevistado estuda o entrevistador, assim como é estudado."* [20]

Bom Meihy, por seu turno, considera a *fonte oral* como maneira única e original, não equiparada a nenhuma outra. Na condição de prática com metodologia própria, *história oral* tem seu diálogo limitado com outras fontes [21]. Prevê diálogos possíveis com outros códigos orais, porém jamais onde as vozes se cruzam com a escrita.

A partir destas questões relativas à *fonte oral*, permanece a questão da entrevista que, nesta perspectiva, acontece num clima de emoção e subjetividade. *"Emoção nos aproxima do objeto que pode, de certa maneira, permitir que ele seja desvendado e não obscurecido."* [22]

Procura-se, com *história oral de vida*, captar a forma pela qual o entrevistado constrói o seu universo histórico e cultural a partir de sua subjetividade. Não se está preocupado com o resgate de fatos notáveis do passado, mas sim em perceber e registrar a forma peculiar que os indivíduos têm desses fatos que vivenciaram. Para Patai [23] é de importância determinante na definição de um projeto a colocação do *"self"* do entrevistado e do entrevistador.

---

19 - Villanova, M. in *História oral* op.cit.p.45
20 - Portelli, A. The death of Luigi Trastulli and other stories - New York, S.U.N.Y. Press - 1991
21 - Levine, R. e Meihy, J.C.B. Cinderela negra : a saga de Carolina Maria de Jesus - Rio de Janeiro-Editora UFRJ - 1995. p.61
22 - Demartini, Zeila de Brito F. Histórias de vida na abordagem de problemas educacionais in: Experimentos com Histórias de vida (Itália-Brasil) - organização e introdução de: Olga de Moraes Von Simson . São Paulo, Vértice - 1988
23 - Patai, Daphne Brasilian women speak. New Brunswick, Rutgers University Press- 1987

Merece destaque especial a forma pela qual será apresentada a versão do documento oral pelo escrito. José Carlos Sebe Bom Meihy [24], entende que a entrevista deve passar pelos processos de *transcrição, textualização* e *transcriação* que serão aplicados neste trabalho.

Transcrição: consiste na passagem literal do que foi gravado, para a linguagem escrita. Nesta fase, as *transcrições* devem ser lidas com rigor e atenção. Daí são extraídas as *palavras chaves*, as quais se responsabilizam pela sinuosidade da entrevista, bem como pelo *tom* característico de cada narrador. Ou seja, é através da *palavra chave* que fica estabelecida a harmonia da entrevista intencionada pelo narrador.

Textualização: é uma fase mais elaborada na realização de um texto em *história oral*; trata-se de reorganizar o discurso com os requisitos necessários ao de um texto escrito. A entrevista é reestruturada com a supressão da voz do entrevistador incorporando as perguntas à narrativa do depoente, buscando tornar o texto mais fluído e atraente ao leitor. Nesta etapa é necessário grifar as palavras importantes que se repetem, que tem significado. Isto posto, equiparar as palavras importantes extraindo o *tom vital* que se constitue na frase a partir do qual será organizado todo o processo narrativo. Toda entrevista tem um momento mais importante que sintetiza a experiência. O *tom vital* deve profetizar toda a experiência; é em relação a este momento que, de certa forma, será organizada a narrativa.

Transcriação [25]**:** ou tradução é quando se intervém no depoimento de forma mais ampla, modificando a ordem dos parágrafos, retirando ou acrescentando palavras e frases. É o refazer cuidadoso do texto, inclusive no seu sentido poético, como nas palavras dos irmãos Campos: *É o "exercício do redizer".* Realiza-se desta forma o *"Teatro Linguagem"* de Roland Barthes [26], onde à narrativa serão aglutinados elementos não verbais como riso, choro. *"Teatralizando o que foi dito, recriando-se*

---

24 - Meihy, J.C.B.S. A colônia brasilianista. São Paulo, Nova Stella -1990
Canto de morte Kaiowá. São Paulo, Loyola - 1991
Cinderela Negra. A saga de Maria Carolina de Jesus.Rio de Janeiro, UFRJ - 1995

25 - Campos, Haroldo Da tradução como criação e como crítica, São Paulo, Cultrix - 1976

26 - Barthes, R. Análise estrutural da narrativa, Petrópolis, Editora Vozes - 1976 - 4ª edição

a *atmosfera da entrevista*. *Procura-se trazer, ao leitor, o mundo das sensações provocadas pelo contato* e, *como é evidente, isso não ocorreria reproduzindo-se o que foi dito palavra por palavra."* [27] Ainda na questão da *transcriação,* Meihy afirma que "O Narrador" de Walter Benjamin [28], é a pedra de toque para *história oral* que ele contempla.

O ato da *transcriação* (da tradução) fornece espaço para reconstrução do texto, tornando seu refazer ficcional, valorizando a narrativa. O caráter ficcional, segundo Meihy: *"É aceito sem constrangimento, pois está no lugar de uma cientificidade que seria ainda mais postiça."* [29]

Na reconstrução do texto, tarefa bastante trabalhosa, muitos elementos são acrescidos e outros retirados sempre na tentativa de assegurar a teatralidade, possibilitando, assim que o texto transcriado adquira face nova, como diz Meihy: *"Quem fala diz sempre menos do que quem escreve* e *na aproximação destes dois pólos reside* o *grande mistério de quem recria os textos "* [30]

Quando tratamos de pessoas visíveis e não anônimas, cujo universo este trabalho compõe, alguns problemas éticos se colocam. Inicialmente a questão das histórias oficiais, ou seja, na medida em que falam para a história, os depoentes, contam suas histórias oficiais, que nem sempre traduzem a mais alta expressão da verdade. [31]

Considero que a discussão da "honestidade", "veracidade" ou não das histórias contadas, dilui-se no contexto da subjetividade: *"De qualquer forma, está claro que lidamos com as versões "oficiais" com retrato permitido da história pessoal. Não buscávamos* o *lado oculto ou não heróico dos depoentes mas, sim evidenciar* a *imagem que gostaria de deixar de si mesmo para os leitores "* [32]

Afirma Meihy: *"Eticamente trabalhar com pessoas conhecidas significava uma*

---

27 - Meihy, A colônia op.cit. p.31
28 - Benjamin,Walter, O Narraddor-Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov in: Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política, São Paulo-Brasiliense - 1985
29 - Meihy, J.C.S. Bom, ibidem
30 - _____, Canto de Morte Kaiowá - op.cit.p.32
31 - idem
32 - Meihy, A colônia, op.cit.p.21-32

responsabilidade extra, ainda que natural. Isto pesa muito no trato das *transcrições, pois os documentos implicariam na identificação automática das pessoas."* [33] Por esta razão, o pesquisador precisa ter bastante sensibilidade, sobretudo, em temas relativos à intimidade pessoal, como também os que possam "ferir" a imagem de homem público.

Ainda cinco formas de contar a vida estão previstas na *história oral de vida:*

1 - *Piada:* são pessoas que contam sua história como se fosse comédia. Tudo é motivo de riso. Normalmente, tiveram existências trágicas e necessitam do riso e piada em sua narrativa.

2 - *Tragédia:* as mulheres são as que mais utilizam esta forma, posto que narram as situações mais pueris, plenas de dramas.

3 - *Narrativa factual ou mito do self made man:* as narrativas desta forma são próprias de pessoas públicas (artistas, empresários, políticos) que contam suas histórias através de fatos.

4 - Épica: forma usualmente escolhida por imigrantes e políticos.

***5 - Mista*:** mistura das quatro formas anteriores, mas tem sua tonalidade própria. Pelo fato dos sujeitos do presente trabalho serem pessoas públicas, as respectivas *transcriações* deverão ser submetidas à *legitimação*, para que os *Autênticos* possam fazer suas observações ou correções (caso as considerem necessárias), daí autorizar ou não a publicação do texto. [34]

Deste modo, o oralista, ao fazer o documento, assume outro compromisso com a sociedade; ele deixa de ser agente passivo que se vale de documentação já elaborada. Dito de outra forma, a *história oral* não se limita a uma conversa mediada por um gravador, tem particularidades que vão desde a organização de um projeto, até o compromisso de publicação do texto, devolvido à comunidade que o gerou. É portanto história pública, gênero que se compromete com a comunidade que a gerou e consome sua própria história.

---

33 - Meihy, A colônia, op.cit.p.21-32
34 - Meihy, A colônia, op.cit.p.22

O caminho metodológico desenvolvido por Daphne Patai e Meihy foi o que escolhi para desenvolver o presente estudo, ambos sugerem a contemplação da *alteridade da história oral de vida,* assunto em que Langness e Frank [35] têm sido muito visitados. Nesta perspectiva, o conceito de *"collaboration"* tem importância fundamental. Os autores consideram que a *história oral de vida*, na condição de técnica traz à tona "a realidade cultural" considerada por eles como mais do que simples observação. Ou seja, referem-se a uma interação que passa a existir entre pesquisador e pesquisado, que entendem ser experiência mútua e transformadora.

A *"colaboração"* numa leitura aligeirada, pode parecer limítrofe à questão da entrevista. Contudo, os autores expressam a importância deste eixo mostrando que a explicitação do *"self"* do entrevistador permeia, além da entrevista, a elaboração do texto grafado.

Quando os autores propõem ainda, o conceito de *colaborador,* expressam compromisso com questões como: confiança e honestidade mútuas; honestidade e integridade do entrevistador, necessitando apresentar seu estudo e a si mesmo de forma franca e objetiva. Imprimindo estes pressupostos éticos, certamente o pesquisador alcançará a evocação franca e precisa que o entrevistado tem de si e do contexto cultural do qual é oriundo.

Insere-se, nesta senda, a questão das entrevistas diretas ou indiretas, das quais a indireta (não diretiva) é a mais valorizada na perspectiva antropológica. Quando a *história oral* opta por este encaminhamento, supera o simples silêncio do entrevistador frente ao entrevistado fazendo emergir uma posição interativa, dialógica destes sujeitos. *"Permite que a memória veicule a partir da narrativa e assim torne-se mais que uma mera "versão individual" da história coletiva."* [36]

A propósito da autoria dos projetos em *história oral*, escreve Bom Meihy: "*A discussão sobre a autoria dos projetos de histórias orais já definiu que o autor é quem dirige e se responsabiliza pela organização da pesquisa, fica portanto evidente*

35 - Langness, L.L. and Frank, G. Lives an anthropological approach to biografy. California, Chadler & Sharp Publishers, 1981
36 - Gallian, op.cit.p.24

que sua simples presença "condiciona" e orienta a discussão." [37]

Patai em sua obra "Brasilian Women Speak" [38], deixa nítido que seu principal esforço, localiza-se na tentativa de transmitir a realidade subjetiva de suas entrevistadas (mulheres brasileiras comuns) em sua riqueza, complexidade e o modo como essas questões surgem no decorrer do processo narrativo. A autora se rende ao conteúdo da fala (as idéias) e não à forma (as palavras). Por isso, a condução das entrevista aconteceu desprovida de protocolo e com questões simples para que as entrevistadas pudessem elaborar suas narrativas livremente. Procurava, em cada entrevista, que os temas emergissem, ao invés de propô-los.

A relação entrevistado/entrevistador é vista na obra de Patai como a interação de dois *"selfs"* que se constróem mutuamente, ao longo do processo de trabalho. Deste modo, o termo "informante" fica superado, dando lugar ao conceito de *colaborador*. Isto é, a *história oral* promove um clima de igualdade e familiaridade entre o entrevistado e o entrevistador, propiciando uma fusão de egos e exclusão do "eu intelectual", engajando o entrevistador em um compromisso novo.

Alguém contando a sua vida, de um certo modo, está oferecendo o seu "eu" para uma auto-avaliação, bem como para a avaliação do ouvinte. O fato do entrevistado construir o seu "eu" no ato do discurso não altera a dimensão de revelação e descoberta pessoal para o próprio entrevistado.

Esta postura, diz Patai, envolve uma questão ética, impede o entrevistador de assumir um papel de neutralidade, diluindo suas obrigações, que geralmente são expressas por negativas tais como: não posso coagir, não posso enganar, não posso causar dano, etc. [39] A obrigação do entrevistador com o entrevistado e com a própria entrevista transcende a isso.

Especiais obrigações decorrem do fato de convidarmos as pessoas para descobertas e revelações que, de outra forma elas não seriam capazes de fazer por si próprias. Afirma Patai: *"Acredito que a visão de nossa ação como apenas dar*

---

37 - Meihy, A Colônia, p.31
38 - Patai, op.cit.p.17
39 - Patai, op.cit p.18

oportunidade para que aquela pessoa impossibilitada de dar a sua *voz, por seus próprios meios, é distorcer a obrigação do entrevistador. Ela, obrigação, deve ser estendida além da imediata situação de entrevista, para uma estrutura que persista a ela, no sentido de perenizá-la."* [40]

Outra dimensão do processo de entrevista que merece ser mencionada é o sedutor ato de ouvir; não se confunde com o ouvir cotidiano ao qual estamos acostumados, traz-nos uma forma excepcional de recepção e concentração. A percepção das diferentes qualidades de entrevistas, as diferentes intensidades que se colocam no seu desenrolar, impossíveis de serem transmitidas de forma escrita.

Na medida em que Patai considera o *"poético"* uma possibilidade metodológica, ela reitera seu compromisso com a ficção. Não considera a *história oral* como meio de se chegar a um fim objetivo, mas como uma verdadeira invenção ou construção verbal. Assim, a principal preocupação da autora revela também a forma como a pessoa recria a partir da sua subjetividade, o seu universo cultural.

Perceber o sentido dado pelo *"self"* à uma imagem de sua própria vida, decifrando-a como mito pessoal que se constrói a partir de um contexto coletivo. Este processo é denominado por Patai como "transposição da realidade ao mito".

A autora vê a mulher que lhe conta a história, não como um agente transmissor neutro ou passivo, e sim um agente que molda e constrói ativa e criativamente sua narrativa. As mulheres entrevistadas criam um passado que levam o seu *"self "*presente. [41]

Grande parte das críticas feitas à *história oral*, diz Patai, parece vir do compromisso com a objetividade e com um "real concreto absoluto" que são constantemente ameaçados e desafiados pela complexidade vivida numa situação de entrevista na sua posterior transformação em texto. Em se tratando de feitura do texto, Patai deixa claro que sua preocupação é antes literária que sociológica ou histórica.

---

40 - Patai, op.cit.p.20
41 - Gallian, op.cit.p.61

Walter Benjamim [42] também faz parte do elenco de autores de *"textos que animam debates paralelos que têm sido somados à história oral"* [43] e cuja contribuição centra-se na questão da narrativa.

"Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo", com essa máxima o autor definiu, em seu texto "O narrador" de 1936, que a arte de narrar tinha seus dias contados na medida em que as ações da experiência estavam em declínio.

O narrador é um "aconselhador", aconselhar parece antiquado porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis. Aconselhar é menos dar uma resposta, que fazer uma sugestão sobre a continuidade de uma história. Conselho é tecido na substância viva da existência; sabedoria constitui o lado épico da verdade e está em extinção. Neste sentido, Benjamim atribui a exclusão da narrativa ao surgimento do romance, livro, imprensa que reiteram o declínio do ato de narrar. Romance não precisa da tradição, nem a alimenta, distinguindo-se da narrativa na medida em que esta retira experiência própria ou dos outros, e incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes.

Toda manhã, milhões de informações nos são impostas, entretanto somos pobres de histórias fantásticas, quase tudo está a serviço da informação que é absolutamente plausível. Na narrativa, ao contrário, o implausível é contado com precisão. Por não ter ambições psicológicas, deixa o leitor livre para interpretar o narrado numa dimensão absoluta. Dito de outra forma, a narrativa não explica, e a informação é efêmera.

Quando Benjamim coloca que a informação vale quando é nova, ao contrário da narrativa que não se entrega, ele sugere a discussão do tempo/espaço. Portanto, a informação é a antítese da narrativa. Na medida em que história não é finita, a narrativa se iguala, conserva suas forças *"a semente de trigo na pirâmide"* [44] e é capaz de se desenvolver e prosseguir. O homem, hoje, não cultiva o que não pode ser abreviado, neste sentido abreviou até a narrativa.

---

42 - Benjamin, op.cit.p.198
43 - Meihy, A Colônia, op.cit.p.17
44 - Benjamin, op.cit.p.217

Em relação à história propriamente dita, Benjamin elege a distinção entre o historiador e o cronista como foco de contraponto. Para ele: *"O historiador é obrigado a explicar de uma outra maneira os episódios com que lida, e não pode absolutamente contentar-se em representá-los como modelos de história do mundo. É exatamente isto que faz o cronista, especialmente através de seus representantes clássicos cronistas medievais precursores da historiografia moderna. Na base de sua historiografia está o plano de salvação de origem divina, indevassável em seus desígnios e, com isso, desde o início se liberta do ônus da explicação verificável."* [45]

45 - Benjamin, op.cit.p.217

3. A História Oficial

Mas tão autênticos são, que preferem chamar-se moderados. Esta palavra não é nova. É de todos os tempos, parte de um vocabulário que vigora mesmo a beira dos vulcões e faz com que só um Silva Jardim seja engolido: os outros mil escapam.

Emergindo da área política, o autêntico volta adquirir certa cotação na vida comum. Ontem à noite, ouvi uma jovem perguntar ao rapaz: "Mas você é autêntico mesmo, ou é cascata?" "Em que sentido?" retrucou ele, sondando a barra. "Ora, você sabe muito bem por que é que eu estou perguntando; vai ver que é moderado..." e sorriu, irônica. Não ouvi o resto da conversa; preferi meditar sôbre o leque de sentidos que a palavra comporta.

Outra que vem com força total, depois que Valter e Amador juntaram seus trapinhos (de ouro) e conglomerados. Todo mundo querendo formar conglomerados. Os grandes bancos baixaram de grandeza com a fusão daqueles dois, e querem recuperar-se tornando-se ainda maiores do que antes, rivais do colosso por meio de aglomeração. O Estado do Rio, segundo se comentava no aerobarco, volta a querer conglomerar-se com a Guanabara. Se a ARENA e o MDB aplicassem o princípio de conglomeralidade, não se fariam muito autênticos, sob o princípio geral de moderação?

3.1 - Contextualização

Foi com a frase do General Amaury Kruel: *"Não há mais nada que possamos fazer"* [46], que João Goulart teve a certeza do fim de seu governo.

Os movimentos de João Goulart, em seus últimos dias como presidente, foram objeto de preocupação da embaixada dos Estados Unidos, tanto que o assessor de Segurança Nacional norte-americana, Mc George Bundy, de Washington, monitorava pessoalmente o tráfego telegráfico originário do Brasil, sinal indisfarçável da preocupação de que o país desse uma guinada à esquerda.[47]

A conspiração que culminou na deposição de João Goulart, em trinta e um de março de 1964, tinha idéias de caráter anticomunista preconizadas pela Escola Superior de Guerra. A influência da E.S.G. se fazia marcante devido aos cursos dirigidos a pessoas influentes, fossem civis ou militares.

Na manhã de dois de abril de 1964, uma sessão extraordinária do Congresso Nacional foi realizada para declarar vaga a presidência da república. O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli assumiria o cargo até que um novo Presidente pudesse ser eleito.

O poder de *facto* estava nas mãos do Alto Comando da Revolução, integrado pelo General Costa e Silva, Almirante Augusto Rademacker e o Brigadeiro Correia de Mello.[48]

Costa e Silva, na condição de porta voz da "linha dura" [49], era o general da

---

46 - Dulles, John W.F. Castelo Branco: The Making of a Brazilian President. New York,Columbia Univerty Press-1978
47 - Morel, Edmar O Golpe começou em Washington, São Paulo,Brasiliense - 1965
48 - Moreira Alves, Maria Helena. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984) Petrópolis,Vozes - 1988
49 - "linha dura" era um grupo dentro das Forças Armadas que tinha um forte poder de pressão sobre os governos militares e que entre outros episódios foi responsável pelo processo que culminou na extinção do pluripartidarismo.

ativa mais antigo do Rio de Janeiro e se autoproclamou Ministro da Guerra do novo governo, nomeando logo após sua posse um "comando supremo revolucionário" composto por: Almirante Augusto Rademacker, General Aurélio de Lyra Tavares, Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello. Na tentativa de "oficializar" estes atos, Ranieri Mazzilli nomeou os membros deste "comando", para as pastas militares.

A Junta Militar prometia restaurar a legalidade, reforçar as instituições democráticas ameaçadas e restabelecer a composição federativa da Nação, rompendo o poder excessivamente centralizado do Poder Federal e devolvendo poderes aos estados. Prometia, sobretudo, eliminar o perigo da subversão e do comunismo e punir os que, no governo, haviam enriquecido pela corrupção. [50] A coalizão civil-militar pediu o apoio da população e justificou seus atos com base neste problema.

A busca da Segurança Nacional pela eliminação do inimigo interno entrou em conflito com os objetivos declarados de restabelecimento da legalidade e fortalecimento das instituições democráticas. [51]

As medidas utilizadas para expurgar os que estiveram associados à movimentos sociais e ao governo anterior, levaram à institucionalização do "estado de segurança nacional", a começar pela promulgação do Ato Institucional número 1 (AI-1), em nove de abril de 1964.

A contradição entre os declarados objetivos de reforçar a democracia e restabelecer a legalidade ao lado da necessidade de repressão cada vez maior, para suprimir a dissensão entre os militares, originou a permanente crise da legitimidade que marcou o "estado de segurança nacional". A coalizão no poder não dispunha de um modelo pronto para todas as estruturas do novo Estado; contava apenas com uma elaborada doutrina em que baseava o seu pensamento político - *a segurança nacional.* [52]

---

50 - Moreira Alves, op.cit.p.52
51 - Skdimore, Thomas Brasil de Castelo a Tancredo (tradução Mario Salviano Silva). Rio de Janeiro, Paz e Terra - 1988
52 - Moreira Alves, op.cit.p.54

Aos interesses econômicos da aliança de classes que apoiou o golpe de 1964, combinaram-se elementos desta doutrina a fim de impor ao Estado seu caráter autoritário. *"Na prática são várias as classes sociais e as facções de classe que se associam na organização e sustentação da ditadura militar. Desde que se instalou, começam a evidenciar-se as classes e facções de classe que ela representa, pelas políticas e atividades que o poder estatal é levado a adotar. Todo o peso do aparato repressivo do Estado é posto contra a classe operária e o campesinato, os principais produtores da mais valia. O planejamento governamental, a repressão política, a censura, a política de arrocho salarial, a intervenção nos sindicatos urbanos e rurais, a destruição das ligas camponesas, prisão, seqüestro, assassinato e desaparecimento de operários e camponeses, tudo isso serve ao capital.*

Sob o militarismo a vasta fábrica em que se transformou a sociedade brasileira, expressa fundamentalmente a predominância dos interesses da burguesia. A ditadura garantiu "segurança" ou a "ordem", a fim de que a grande burguesia pudesse obter todos os principais resultados econômicos do "desenvolvimento", do "progresso". [53]

O preâmbulo do AI-1, define a autoridade como decorrente não do povo, mas do exercício de fato do Executivo. Resolve manter:

- A Constituição de 1946;
- O Congresso Nacional, limitando drasticamente seus poderes.

A Constituição de 1946 continha cláusula que impedia a eleição de oficiais das Forças Armadas para cargos eletivos. Entretanto, em onze de abril de 1964, foi eleito Presidente do Brasil o General Humberto de Alencar Castelo Branco. [54]

Candidato de consenso dos militares e dos governadores anti-Goulart, Humberto de Alencar Castelo Branco destacou-se como grande conspirador da deposição de Jango. Nascido no Ceará, filho de pai militar, *"Castelo Branco era um interessante produto de influências brasileiras e estrangeiras".* [55] Após o término da Escola Militar, fez cursos nos Estados Unidos e França e foi da Força Expedicionária

---

53 - Ianni, Otávio O Ciclo da Renovação Burguesa. Petrópolis, Vozes - 1985 - p.101
54 - Skidmore, op.cit.p.65
55 - Idem

Brasileira, na Itália entre 1944/45.

General Castelo Branco era também considerado líder do *Grupo Sorbonne*, nome dado a oficiais ligados à Escola Superior de Guerra, dos quais destacavam-se Golbery do Couto e Silva, Cordeiro de Farias, Ernesto Geisel e Jurandir de Bizarria Mamede. Este grupo diferenciava-se dos "linha dura" pela moderação e defesa da livre iniciativa. As experiências vividas por eles na Força Expedicionária Brasileira, na Segunda Guerra Mundial, bem como nos cursos dos Estados Unidos e França, foram os principais fatores de aglutinação desse grupo.

A respeito da Constituição de 1946, Castelo Branco explicitou seu respeito incontestável com a seguinte declaração: *"Defenderei e cumprirei com honra a Constituição do Brasil. Cumprirei e defenderei com determinação, pois serei escravo das leis do país e permanecerei em vigília para que todos as observem com zelo".* [56]

O AI-1 surpreendeu os que haviam apoiado a intervenção na crença de que sua intenção era restaurar a democracia. A reação da imprensa foi quase totalmente negativa. Tal ato rompeu o apoio tácito à coalizão civil-militar, dando origem à dialética Estado/oposição. Porém, a força da repressão e a rapidez com que os estrategistas do novo Estado trataram de aplicar suas diretrizes, desarmaram a oposição, dotando o novo Estado de ampla margem de manobra para outras medidas que aprofundassem sua estrutura organizacional. A criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), por exemplo, foi um passo decisivo para a formação do aparato repressivo, e a efetiva organização de uma rede de informações necessária na busca da segurança interna: *"A segurança nacional, objeto de grande preocupação dos militares, não se limitava à defesa do país, face a uma improvável "ação comunista". Em um segundo momento, a idéia de segurança nacional alargou-se consideravelmente e passou a se referir ao inimigo interno".* [57]

A desarticulação do Congresso Nacional e de muitos setores da oposição política permitiu ao governo neutralizar as débeis tentativas parlamentares de

---

56 - Skidmore, op.cit.p.73

57 - Vita, Álvaro de. Sociologia da sociedade brasileira, Ática, São Paulo - 1989 - p.221

resistência à institucionalização deste importante mecanismo de controle político e social. Deste modo, ao final do ano de 1964, estava instaurado o Estado de Segurança Nacional e criadas as bases para as mais amplas medidas de controle que seriam necessárias nos anos seguintes.

A Constituição de 1946, ainda em vigor, estipulava, para outubro de 1965, a realização de eleições para governadores em onze estados. Para tranqüilizar a opinião pública quanto suas intenções democráticas, o governo prometeu cumprir o calendário. Além disso, à medida em que se aproximava o fim do período de poderes extraordinários, estabelecidos pelo Ato Institucional, o governo encetou uma política de retorno à normalidade, acenando com o fim da repressão e com uma gradual abertura política.

O ânimo da população que apoiou o golpe, porém, começa a mudar. A oposição começou a acumular forças o suficiente para ameaçar o governo com uma derrota nessas eleições. Uma pesquisa de opinião realizada na Guanabara (atual cidade do Rio de Janeiro) indicava que sessenta e três por cento da população não apoiava a política do governo e somente dezenove por cento mostraram-se a favor. [58]

Diante deste quadro, setores militares de "linha dura", começaram a pressionar o governo no sentido de suspender as eleições. A propósito da vocação deste grupo pairavam algumas dúvidas que para Alfred Stepan: *"Não era inteiramente fixo, mas sim um grupo cuja composição e paixões se modificavam de acordo com as pressões políticas do dia"*. [59]

As eleições, com as restrições às possibilidades de dissensão, canalizadas através de instituições representativas, deixaram de ser um mecanismo periódico de representantes e se tornaram um ato de protesto, com uma função nitidamente plebiscitaria. Em relação às políticas governamentais, estudantes, intelectuais, líderes sindicais e outros que sentiram mais diretamente os efeitos da repressão,

---

58 - Stepan, Alfred. The military in politics changing in patterns in Brasil, Princeton, Princeton University Press - 1971

59 - Os Militares na Política .Rio de Janeiro, ARTENOVA - 1975

valeram dessas eleições como oportunidade para registrar o seu protesto.

Nesta senda, o processo eleitoral e os procedimentos normais da seleção partidária de candidato transformaram-se em acirrada batalha entre oposição e os grupos de "linha dura", causando séria crise político-militar no Estado. Isto porque, havia dentro da corporação militar membros que defendiam a democracia. Os grupos conflitantes no interior do Estado negociaram um compromisso: as eleições realizar-se-iam conforme programadas, mas seria promulgada a Lei das Inelegibilidades [60] que fora talhada para impedir as candidaturas políticas indesejáveis.

Cabe frisar que estas leis introduziram no Estado de Segurança um modelo de gestão de crises políticas, passando-se a redigir e aplicar leis para resolver crises políticas específicas e eliminar candidatos individuais ou foco de oposição. Os controles instituídos pelo Estado evoluíram gradualmente em resposta dialética a iniciativas potenciais ou reais de oposição, minando sua legitimidade e contribuindo para sua estabilidade inerente. [61]

Em três de outubro de 1965 [62], realizaram-se eleições para a escolha de governadores nos Estados: Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Minas Gerais, Guanabara, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso. As eleições na Guanabara e em Minas Gerais causaram especial preocupação porque a vantagem dos candidatos apoiados por Juscelino Kubitschek (privado dos direitos políticos por dez anos) demonstrou sua forte influência eleitoral. Os setores de "linha dura" do governo voltaram a pressionar insistindo em que o governo interviesse nos dois estados, quando além de cancelar o resultado das eleições, indicou os novos governadores.

A crise político-militar foi resolvida mediante o compromisso entre os líderes oposicionistas: os candidatos eleitos poderiam tomar posse, mas o Governo Federal teria o direito de indicar os Secretários de Segurança dos Estados. Assim, o Comando das Polícias Militares dos Estados, a partir desta data, passaram para o Comando

60 - Moreira Alves, op.it.p.86-101
61 - Moreira Alves, op.cit.p.86
62 - idem p.87

do Exército com reflexos que duram até hoje.

A pressão dos setores de "linha dura" não terminou com este compromisso. Quando a crise dentro do Estado assumiu proporções que ameaçavam a derrubada do General Castelo Branco da presidência, este se viu obrigado a tomar medidas que os satisfizessem. O AI-2 foi decretado por Castelo Branco em dezessete de outubro de 1965, vinte quatro dias após as eleições de governadores.

O governo tentou inicialmente impor, através do Congresso, Emenda Constitucional que enfraquecia consideravelmente o Judiciário e limitaria ainda mais os poderes do Legislativo. Desta vez o Congresso rebelou-se, mas por outro lado, fora decidido no Estado de Segurança que se o Congresso rejeitasse a emenda (AI-2), ele seria imposto por decreto. Evidente que o grupo mais esclarecido do governo preferiu assegurar a aprovação pelo Congresso em detrimento do uso da força, garantindo pois, a legitimidade do Estado.

O Presidente, General Castelo Branco, decidiu não esperar e na véspera da sessão plenária que apreciaria a emenda baixou o AI-2 [63] por decreto. *"À luz de previsões pessimistas sobre o resultado de uma votação no Congresso, foi decretado o AI-2, que além de implementar medidas que provavelmente seriam rejeitadas pelo Legislativo, outorgava ao presidente o poder de suspender o Congresso, governar por decreto, decretar estado de sítio, dispensar funcionários públicos, cassar mandatos e suspender direitos políticos e aumentava significativamente o controle do Executivo sobre os gastos do governo. O novo ato também facilitava a aprovação de emendas constitucionais, tornava indireta a eleição para presidência da república e finalmente extinguia os partidos políticos".* [64]

As medidas adotadas no AI-2 podem dividir-se em três categorias: as destinadas a controlar o Congresso Nacional, com o conseqüente fortalecimento do Executivo; as que visavam especialmente o Judiciário; e as que deveriam controlar a representação política.

---

63 - Moreira Alves, op.cit.p.90
64 - Moreira Alves, op.cit.p.93

Fica claro que o governo objetivava manter o Congresso sob controle e através de diferentes artigos resolveu: reduzir de maioria de dois terços, para maioria simples, o número de votos necessários à aprovação de Emendas Constitucionais; dar ao Executivo o direito de baixar Atos Complementares e decretos-lei; suspender as garantias constitucionais de vitaliciedade e inamovibilidade e estabilidade dos juízes. Determinava que não seriam passíveis de apreciação pelo Judiciário os atos e resoluções baseados no AI-2. Estabelecia, ainda, que os juízes federais seriam nomeados pelo Executivo.

Consideráveis restrições à representação política foram fixadas: o Presidente e o vice-Presidente da República seriam eleitos por um Colégio Eleitoral (não mais por voto popular), em sessão pública com votação nominal em aberto (eliminando-se o voto secreto). A extinção de todos os partidos políticos foi também imposta com a justificativa de que novos partidos seriam constituídos segundo rígidas condições fixadas no estatuto dos partidos.

O fim dos partidos políticos desarticulou consideravelmente a oposição permitindo ao governo Castelo Branco aprofundar medidas destinadas à institucionalização definitiva do Estado. O Ato Complementar número 4 (AC -4) estabelecia o bipartidarismo compulsório. Talvez esta fosse a única saída para evitar o ressurgimento de antigos partidos travestidos em diferentes siglas, bem como de construir base parlamentar forte e fiel para garantir as decisões na tramitação da matéria legislativa, política e governamental.

No processo de formação da ARENA e do MDB seria desnecessário dizer que o MDB, [65] na condição de oposição do regime, mesmo que consentida, teve maior dificuldade em sua formação. Nesse momento histórico, as pessoas que buscavam a política, sobretudo partidária, sabiam que qualquer deslize seria suficiente para ter seus direitos políticos cassados ou serem banidos do país. Por isto era difícil agregar um número de pessoas numa sigla oposicionista, mesmo não

65 - Kinzo, Maria D'alva Gil.Oposição e Autoritarismo - Gênese e tra jetória do MDB. - 1966/1979. São Paulo, IDESP/VÉRTICE - 1989

sendo segredo, por tratar-se de ser oposição prevista [66]. O Presidente Castelo Branco chegou a interceder junto a um senador amigo para que este se filiasse ao MDB no sentido de viabilizar o bipartidarismo.

A Câmara dos Deputados serviu de cenário para que em dez de fevereiro de 1966 [67], o Deputado Vieira de Melo, primeiro líder do MDB na Casa, lesse o manifesto da oposição aprovado na primeira reunião do Diretório Nacional e do Comitê Executivo do MDB. Ainda naquele mês, foi decretado o AI-3, que dentre outros pontos estabelecia: eleição indireta por maioria absoluta de votos das Assembléias Legislativas com votação pública e nominal. Os prefeitos das capitais, por sua vez, seriam nomeados pelos governadores e os demais prefeitos poderiam ser eleitos por voto popular e secreto. O AI-2 visava, sobretudo, consolidar o controle em todos os níveis do poder político.

ARENA e MDB foram reconhecidos legalmente pelo Tribunal Superior Eleitoral em vinte e quatro de março de 1966. O MDB, na condição de partido legal de oposição, teve quarenta e cinco membros com os direitos políticos cassados (sete no Congresso e trinta e oito na Câmara) que mobilizou dentro do partido uma densa discussão acerca de sua dissolução. [68]

As eleições de 1966 foram muito complicadas para o MDB; havia a dificuldade de organização do partido por todos os estados brasileiros devido à criação da Lei da Inelegibilidade que visava impedir a candidatura de todos os elementos considerados incompatíveis com os objetivos da revolução. A presente lei proibiu doze candidatos do partido a concorrer sob acusação de subversão.

Um outro problema que se colocava ao MDB era a falta de credibilidade que tinha junto aos grupos de oposição. Os estudantes, por exemplo, discordavam em apoiar o partido de oposição "oficial" e fizeram campanha conclamando pela anulação do voto ou do voto em branco. Essa idéia teve sua gênese nas eleições de 1966,

---

66 - Kinzo, Maria D'alva Gil.Oposição e Autoritarismo - Gênese e tra jetória do MDB. São Paulo IDESP/ VÉRTICE

67 - Moreira Alves, op.cit.p.103

68 - Kinzo, op.cit.p.98

junto a estudantes ligados à Ação Popular (AP), tomou corpo e sobreviveu até as eleições de 1968 e 1970 [69]. Situações como estas faziam parte de um plano para fragilizar o MDB e conseqüentemente, a certeza de vitória da ARENA.

Ainda em 1966, Castelo Branco baixou decreto cassando o mandato de seis deputados federais, apesar de ter garantido publicamente ao Presidente da Câmara Federal, Adauto Lúcio Cardoso (ARENA), que não haveria cassações. Justificou a iniciativa, afirmando que o Congresso necessitava de clima adequado para discutir e votar o projeto da Constituição.

Mediante as cassações, o Deputado Adauto Lúcio Cardoso recusou-se a reconhecê-las. [70] Dessa forma, garantiu a continuidade dos mandatos e a oportunidade dos deputados se defenderem no plenário da Câmara. [71] Tal atitude do Presidente da Casa, exacerbou o conflito entre o Executivo e o Legislativo que teve como resposta imediata a prisão do Deputado Doutel de Andrade.

O fato é que esse episódio uniu ARENA e MDB em apoio ao Presidente da Câmara, levando inclusive o Presidente do Senado a manifestar publicamente sua solidariedade.

Em vinte de outubro de 1966, foi fechado o Congresso por um mês, graças ao AC-23, possibilitando que o governo voltasse todas as luzes na direção das eleições do Senado e Assembléia Legislativa.

O fechamento do Congresso e a fragilidade da oposição traduziram-se na vitória da ARENA no pleito de quinze de novembro de 1966.

Ao final de seu mandato de Presidente da República, o General Castelo Branco teve como saldo três Atos Institucionais; trinta e sete Atos Complementares e trezentos decretos-lei haviam sido encaminhados ao Congresso para ratificação.

Uma nova Constituição, a de 1967 [72], também elaborada e invocava a

---

69 - Moreira Alves, op.cit.p.103
70 - Kinzo, op.cit.p.99
71 - Skidmore, op.cit.p.121
72 - Não entrarei no âmbito desta discussão, muito embora tenho claro, de que a denominada "Constituição de 1967", nada mais é do que a tentativa atribuir um caráter de instituto jurídico ao programa autoritário com o qual os militares governariam o país.

necessidade de institucionalizar os ideais e princípios oriundos do movimento de 1964 que, dentre outras coisas, legalizava diversas medidas excepcionais decretadas nos Atos Institucionais e Complementares. [73]

Castelo Branco avaliava que o processo de redemocratização crescera desde trinta e um de março de 1964, dando como exemplo:

- o funcionamento normal do Legislativo e do Judiciário, a liberdade de imprensa e a liberdade sindical;

- contínua e legítima ascensão dos trabalhadores;

- para as massas assalariadas, Castelo Branco afirmava que nada existia contra os direitos dos trabalhadores, ao contrário, prometia-lhes justas e legítimas conquistas inclusive conservação e o aprimoramento da legislação social, dinamizando a vida sindical. Para isso o Ministério do Trabalho não cumpriria o papel de empresário de cúpulas prepotentes e corruptas;

- a reforma agrária seria efetivada através do estatuto da terra que definiria o acesso à propriedade da terra, o financiamento da reforma, a execução e a administração de planos nacionais e regionais. O estatuto da terra seria o responsável pelo progresso rural do país, "sem temor nem ódio", e a reforma agrária deveria ser desencadeada rapidamente para se evitar "a demagogia e a subversão" em torno dela. [74]

- política externa, o fortalecimento da política nacional e os meios necessários para um pleno desenvolvimento econômico e social eram seus eixos norteadores. O Brasil assumia compromisso com a democracia representativa e com as Nações democráticas e livres, "preservando as históricas alianças que nos ligam às Nações livres das Américas".

Essas iniciativas tinham aos olhos de Castelo Branco o sentido de preservação das grandes aspirações nacionais. Considerava que esse era o modelo de desenvolvimento e de democracia para o qual se fez o movimento de 1964,

---

73 - Skidmore, op.cit.p.153

74 - Vieira, Evaldo A. Estado e Miséria no Brasil de Getúlio a Castelo, São Paulo, Cortez - 1987

contrapondo-se à marcha acelerada para um regime totalitário, comunista ou comunizante, cuja tradução era o governo de João Goulart.

Castelo Branco tinha o final de seu mandato previsto para trinta e um de janeiro de 1966, mas transferiu o poder presidencial apenas em quinze de março de 1967, certo de que havia levado a cabo o projeto revolucionário a que se propusera; ou seja, a economia estava controlada, inclusos o sistema financeiro e a dívida externa; os subversivos e populistas foram dominados.

O Brasil estava pronto para iniciar um novo momento democrático, embora sob a égide de uma Constituição, cujo Poder Executivo (mormente os militares) sobrepunha-se ao Legislativo e ao Judiciário.

Apesar dessa aparente missão cumprida, Castelo Branco e seus aliados não conseguiram derrotar a candidatura à Presidência da República de seu ex-Ministro da Guerra.

Costa e Silva [75] era o típico militar latino-americano, descontraído e popular. Ao contrário de seu antecessor, Castelo Branco, membro da chamada "Sorbonne" (elite intelectual do exército). Todavia, seu histórico escolar era dos mais brilhantes; fora primeiro aluno no Colégio Militar e na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército.

Nenhum ministro de Castelo Branco permaneceu no ministério de Costa e Silva. Os ministérios relativos às Forças Armadas foram destinados aos setores de "linha dura": Almirante Augusto Rademacker; Marechal do Ar, Márcio de Souza e Melo e General Aureliano de Lyra Tavares, ex-Comandante da Escola Superior de Guerra, o único identificado com a "Sorbonne". A chefia da Casa Militar ficou com o General Jayme Portella de Mello, íntimo colaborador de Costa e Silva na conspiração contra João Goulart. Era um ministério essencialmente nacionalista, sem vínculo com os Estados Unidos da América. [76]

Os primeiros meses do governo Costa e Silva transmitiam sinais de marasmo

---

75 - Skidmore, op.cit.p.171
76 - idem p.182

e falta de coordenação, muito embora o clima nacional estivesse, de certo modo, menos tenso.

Com a promessa de humanizar a revolução, Costa e Silva dialogava com diferentes grupos da sociedade: clero, homens de negócios, políticos, garantindo-lhes que seu governo consideraria suas posições nas mudanças que implementasse. A preocupação com a opinião pública fica mais relevada com a criação da AERP [77] (Assessoria Especial de Relações Públicas) cuja função era dar informações a setores da opinião pública que lhes eram convenientes.

O universo de Leis e Atos Institucionais herdados de Castelo Branco, que reduziam drasticamente a participação popular, não permitiu que essa aparente calmaria repercutisse em diálogo com os políticos. Toma-se, por exemplo, o grave acidente que deu causa à morte de Castelo Branco, e sobre o qual os jornais publicaram rancorosos artigos. Houve revolta no Exército com esta atitude, e Costa e Silva prendeu o jornalista Hélio Fernandes, editor do jornal "Tribuna da Imprensa", cuja identificação com Carlos Lacerda era público e notório. Lacerda, por sua vez, anunciou que seria candidato à eleição presidencial de 1971, além de confirmar (em agosto de 1967) o apoio de Juscelino a um movimento político que tinha como principal objetivo a redemocratização do país, posteriormente denominado *Frente Ampla*. [78]

A liderança de Lacerda, ex-governador do extinto Estado da Guanabara e um dos próceres civis do golpe de 1964 ao movimento da *Frente Ampla*, revelava a cisão dos políticos com os militares. Juntaram-se a Lacerda os ex-presidente Juscelino Kubitschek e João Goulart. Aglutinavam, em torno de um único objetivo, setores políticos até então adversários. Isto é, uma grande aliança que englobava da direita "civilizada" até os setores menos radicais da esquerda. [79]

Em setembro de 1967, os políticos da ARENA e do MDB iniciaram debates

---

77 - Pierce, Robert M.Keeping the Flame a government in Latin America. New York, Hasting House - 1979

78 - Moreira Alves, op.cit.p.126

79 - idem. p.128

internos sobre o seu envolvimento com a *Frente Ampla*. O MDB resolveu não se envolver como partido político neste movimento, mas não fez objeções a adesões individuais de seus membros, uma vez que o restabelecimento da democracia no país era objetivo programático. Foi um posicionamento acordado entre os diversos setores do partido, isto porque não houve consenso que possibilitasse a integração total ao movimento, em virtude da oposição dos moderados, representados pelo Presidente do Partido, Oscar Passos, que temia uma reação militar, que no seu entendimento poderia suprimir o pouco que restava da representação política no país. Havia também a preocupação com a sobrevivência do próprio MDB e com a possibilidade de dissolver-se no seio da *Frente Ampla*. [80]

A maneira dúbia com que o MDB encarou a adesão à *Frente Ampla* abriu espaço para que Lacerda se destacasse como grande líder do movimento. Carlos Lacerda cuja característica maior, a ousadia de sua oratória, tinha como alvo principal Costa e Silva e, conseqüentemente seus ministros. Por essa razão fora até proibido de falar na televisão.

A *Frente Ampla* ficou restrita à liderança de Lacerda, não chegando a empolgar a opinião pública. A mobilização popular preconizada por setores de esquerda era sufocada por Lacerda, pois tinha consciência de que comportamento deste tipo levaria a uma imediata repressão por parte dos militares. Outrossim, sua relação com João Goulart causou desconforto em seus antigos colegas militares, seus aliados na conspiração de 1964.

A única manifestação de massa promovida pela *"Frente Ampla"* foi um comício realizado em fins de março de 1968, em São Caetano do Sul, cidade da região metropolitana de São Paulo. O movimento definhava e não conseguia repercussão no país. Em abril de 1968, o governo teve condições políticas para decretar o fim da *"Frente ampla"* [81], proibindo qualquer atividade do grupo.

O fim da *"Frente Ampla"* não eliminou a oposição ao governo, mas sim

---

80 - Moreira Alves, op.cit.p.128
81 - idem.p.128

radicalizou-a deslocando-se dos políticos para o movimento estudantil, cujas grandes mobilizações de massa inquietavam os militares, principalmente os ligados à "linha dura" que consideravam muito brando o comportamento de Costa e Silva.

O assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto [82], no restaurante estudantil do Calabouço, no Rio de Janeiro deu origem a uma mobilização nacional contra o governo. O movimento estudantil fazia grandes passeatas, exigindo melhores condições de ensino; maior número de vagas nas universidades públicas; reestruturação do ensino; criação de uma nova forma de acesso às faculdades; o fim da ingerência norte-americana no ensino superior; bem como do acordo MEC/ USAID. O movimento estudantil, portanto, a partir da morte de Edson Luís [83] passou a engajar-se explicitamente na luta política pela democracia.

Em agosto de 1968, a perseguição policial aos estudantes da UNB, em Brasília, trouxe para perto do Congresso a luta pela redemocratização, obrigando os congressistas a um posicionamento contra a violência militar. Filhos de militares, políticos e tecnocratas do governo, foram vítimas dessa violência premeditada.

Na tentativa de se chegar a um acordo que pusesse fim às manifestações, Costa e Silva enviou ao Congresso uma proposta de "reforma universitária". anteriormente, no mês de abril, o movimento sindical começou a se mobilizar contra o regime militar, em Contagem [84] Estado de Minas Gerais. Onde os trabalhadores fizeram a primeira greve, após 1964, cuja reivindicação era vinte por cento de aumento salarial. Isto significou que, novamente, um setor importante da sociedade mobilizou-se. Iniciou com exigências específicas, até alcançar reivindicações de mudanças políticas e volta da democracia. Nos primeiros dias de maio, em um comício sindical convocado por lideranças operárias vinculadas ao governo, surgiu um grande grupo oposicionista que escorraçou do palanque todas as autoridades do regime militar, inclusive o Governador de São Paulo, Abreu Sodré. Concomitantemente, em Osasco, eclodiu uma greve de metalúrgicos com grau de

82 - Moreira Alves, op.cit.p.117
83 - idem
84 - Moreira Alves, op.cit.p.121

exigência maior que o de Contagem. Foi uma greve que, apesar das reivindicações específicas, caracterizou-se por seu aspecto político, sobretudo pelo fato de seu líder, José Ibraim [85], ser além de metalúrgico, também universitário e militante da esquerda católica.

Os fatos, desmascaravam o compromisso de "humanização" que Costa e Silva propôs em sua posse. O governo revelava sua incapacidade em administrar os conflitos que surgiam na sociedade, principalmente as reivindicações do setores mais mobilizados: os estudantes e os trabalhadores. [86]

Essa escalada do movimento social, somada ao despreparo do governo em achar uma rápida resposta a ela, acirrava a disputa entre os militares de "linha dura" e os moderados. Costa e Silva cuja pretensão era resolver as questões dentro dos limites legais da Constituição de 1967 sentia-se cada vez mais pressionado a radicalizar suas atitudes. Adveio a esse impasse político um acontecimento inesperado que se transformou no pretexto para que os setores duros dos militares passassem a ditar o rumo do governo.

O Deputado Márcio Moreira Alves [87] (MDB/Guanabara) em um discurso no Congresso, no dia três de setembro de 1968, protestando contra a invasão da UNB pelos militares, quando até parlamentares do MDB (que foram ao *campus*, na tentativa de diálogo com a polícia) saíram feridos, instou a população a boicotar a parada militar de sete de setembro e sugeriu às mulheres que resistissem ao governo militar, recusando-se a namorar oficias, que silenciassem diante da repressão ou participassem ativamente de violências cometidas pelo Estado. Embora o discurso passasse despercebido na imprensa, os militares escolheram-no como porta voz, para provocar uma grande crise política [88], e ele foi distribuído em milhares de cópias nos quartéis. *"Os oficias de linha dura já planejavam um segundo golpe de estado, que lhes daria mais liberdade na defesa da segurança interna, acharam-no*

85 - Moreira Alves, p.124-25
86 - Skidmore, op.cit. p.183
87 - Moreira Alves, op.cit.p.43
88 - idem p.130

particularmente útil a seus propósitos." [89]

Isto posto, a liderança do movimento de conspiração entrou com o pedido de julgamento do Deputado Márcio Moreira Alves, junto ao Supremo Tribunal Federal, alegando que seu discurso ofendeu gravemente a honra e a dignidade das Forças Armadas. [90]

Devido à existência da Constituição de 1967, foi necessário cumprir as previsões legais através do envio de requerimento à Comissão de Justiça da Câmara que poderia rejeitá-lo por dois terços dos votos, caso contrário daria a seqüência com debate em plenário, com votação em sessão conjunta da Câmara e do Senado sobre a questão da suspensão da imunidade parlamentar.

Moreira Alves, em seu discurso de defesa, enalteceu que a suspensão de imunidade de um deputado, para que fosse processado por traição, colocaria potencialmente sob ameaça todos os parlamentares.

Após votação com chamada nominal, numa atmosfera tensa e com a presença de aproximadamente mil pessoas na galeria, com um saldo de duzentos e dezesseis votos contra, e cento e quarenta e um a favor, aos doze de dezembro de 1968, foi derrubada a suspensão da imunidade parlamentar. Interessante salientar, que muitos parlamentares da ARENA somaram ao MDB na defesa dessa questão comum, arriscando a perda de mandato, na medida em que comportamentos desta natureza, eram considerados infidelidade partidária. *"Todos os parlamentares e espectadores das galerias irromperam em aplausos e muitos choraram. Uma voz começou a entoar o hino nacional e arrastou outras, numa triunfante afirmação da Força Civil; parecia um momento de vitória, um momento de glória."* [91] Márcio Moreira Alves contudo, consciente de sua situação, deixou o país e só retornou depois da anistia em 1979.

No dia seguinte, treze de dezembro de 1968, o AI-5 foi publicado na imprensa e lido na televisão e no rádio. O Poder Executivo fechou novamente o Congresso

---

89 - Stepan, Alfred, op.cit.p.93
90 - Moreira Alves, Marcio. A Grain of Mustard Seed : the Awakening of Brazilian Revolution. New York, Doubleday Anchor Press - 1973
91 - Moreira Alves, op.cit.p.130

por tempo indeterminado, bem como as Assembléias Estaduais da Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Sergipe e Câmaras Municipais. Foram também suspensas todas as garantias constitucionais e individuais. Muitos oposicionistas foram presos, pois prerrogativas jurídicas como *habeas corpus* desapareceram. Tornou-se possível efetuar prisões sem acusação formal ou mandato de busca, por conseguinte, defensores de presos políticos ficaram impedidos de aplicar as garantias legais. A censura [92] atingiu a imprensa, inclusive prendendo jornalistas eminentes como Carlos Castelo Branco e Alberto Dines entre tantos outros.

A aposentadoria compulsória ou involuntária atingiu quase uma centena de professores da Universidade de São Paulo dentre os quais: Florestan Fernandes, Otávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso.

Os trinta e sete deputados da ARENA que se posicionaram a favor da manutenção da imunidade parlamentar no "caso" Márcio Moreira Alves foram cassados. Os dois partidos instituídos, a ARENA (situação) e o MDB (oposição), não foram extintos, muito embora esta possibilidade tenha sido sugerida. Ao contrário, o longo tempo de recesso vivido durante o fechamento do Congresso Nacional foi utilizado para reorganização de ambos os partidos, no cumprimento de novas exigências da lei orgânica dos partidos políticos. [93] Ainda no sentido de garantir a permanência dos dois partidos, o governo amenizou os requisitos legais através de dois Atos Complementares.

Apesar das iniciativas que visavam a exterminar qualquer tipo de oposição ao regime e da fragilidade oposicionista flagrante, surgiram "adesões" de diversos grupos de esquerda. Em meados de 1969 ocorreu a intensificação da luta armada, bem como a guerrilha urbana, em especial com o seqüestro do embaixador norte-americano Burke Elbrik, em setembro do mesmo ano. [94]

Costa e Silva, muito doente, não passou a Presidência da República a

---

92 - Selcher, Wayne A. Brazil's Multilateral Relations :Between First and third worlds. Boulders, Colorado: West View Press - 1978
93 - Kinzo, op.cit.p.121
94 - Schneider, R.M. The Political System of Brasil - Emergence of a Modernizing Authouritariam Regime 1964/70. New York, Columbia University Press - 1971

ninguém. Depois de afastado o vice-Presidente, Pedro Aleixo, uma Junta Militar [95] substitui Costa e Silva, da qual faziam parte: General Aurélio de Lyra Tavares, Marechal Márcio de Souza Mello e o Almirante Augusto Rademaker. Estes três militares promulgaram a Emenda Constitucional número 1, em dezessete de outubro de 1969, dando outra redação à Constituição de vinte e quatro de janeiro de 1967.

A Junta assumiu o poder por tempo necessário, apenas para que chegassem a um nome que fosse consenso entre as diversas facções em que se dividiam os militares. O General Albuquerque Lima [96] era inicialmente quem liderava esta disputa, caracterizando-se por ser um crítico feroz das políticas econômicas pós 1964, com idéias nacionalistas, o que facilitava seu trânsito entre intelectuais e ex-integrantes do PTB. Rapidamente conquistou o apoio da Marinha e da Aeronáutica, fato que aumentou ainda mais seu prestígio no Exército, onde sempre fora muito popular, especialmente junto aos novos oficias.

Compunham também esta disputa os Generais, Ministro do Exército Lyra Tavares; Antônio Carlos Muricy, Chefe do Estado Maior do Exército; Orlando Geisel, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas; Syseno Sarmento, Comandante do Primeiro Exército. Este último não gozava de grande simpatia nos meios militares, fato que levou maior apoio ao Albuquerque Lima aumentando-lhe a popularidade junto ao Primeiro Exército no Rio de Janeiro, área estratégica.

Concorria também o General Emílio Garrastazu Médici [97], ex-diretor do SNI e amigo íntimo de Costa e Silva.

Albuquerque Lima [98] continuou na liderança até o início de outubro, quando os Ministros militares decidiram que seu nome seria excluído. Tomaram essa decisão, pois Albuquerque fez campanha fora dos meios militares, tornando-os vulneráveis a influências externas à corporação. Além de suas ligações com Carlos Lacerda, possuía idéias nacionalistas, populistas contrárias aos princípios do enfermo, mas

---

95 - Kinzo, op.cit.p.127
96 - Stepan, op.cit.p.99
97 - Velasco e Cruz, S. e Martins, C. E. De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré história da "Abertura", São Paulo, Brasiliense - 1983
98 - Skidmore, op.cit.p.222

ainda Presidente Costa e Silva.

O Exército não querendo tornar público estes motivos estabeleceu que o próximo General Presidente deveria ter no mínimo quatro estrelas, do contrário, seria inelegível. Esta regra justificava-se, pois, na condição de presidente deveria comandar generais de quatro estrelas e não devendo ser inferior a seus comandados. Todos os generais candidatos tinham pelo menos quatro estrelas, exceto Albuquerque Lima com três, que inconformado enviou carta ao Ministro do Exército, salientando "quanto ao perigo de novas e profundas divisões no Exército", além de lembrar que era ele o verdadeiro representante da maioria das Forças Armadas. Mediante à ausência de candidato que preenchesse os requisitos esperados pelos militares, Médici [99] aceitou sê-lo, não sem antes ouvir que era o único capaz de manter a coesão do Exército e dos militares.

Em trinta de outubro de 1969, o General Emílio Garrastazu Médici, chegou à Presidência da República, após indicação do Alto Comando do Exército referendado pelo Alto Comando das Forças Armadas e, finalmente, eleito por voto indireto do Congresso Nacional com duzentos e noventa e três votos de deputados e senadores, com abstenção de setenta e seis partidários do MDB e com nove ausências.

Médici, fora chefe de Estado Maior de Costa e Silva (daí a tornarem-se grandes amigos) e no governo de Castelo Branco serviu como adido militar em Washington, de volta ao Brasil, assumiu a chefia do SNI.

Em seu discurso de posse, Médici defendeu a democracia, a justiça social, as reformas, o desenvolvimento, dedicando-se ainda ao exame da situação dos trabalhadores. Curiosamente porém, defendeu o AI-5 e afirmou que durante o seu governo este seria mantido. Médici propunha uma repressão "dura e implacável" "apenas contra o crime, e só contra os criminosos". [100] Governou tendo como marco uma divisão bem definida nas áreas: Militar, com Ministro Orlando Geisel; Ministério da Fazenda, com Delfim Neto; Casa Civil, Leitão de Abreu, a quem foi designado a

99 - Scheineider, R., op.cit.p.83
100 - Skidmore, op.cit.p.285

supervisão de tudo o que dizia respeito à política.

Com o objetivo de ter sua imagem bastante conhecida pelos brasileiros, incrementou a AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas) que foi transformada na operação de relações públicas mais profissional que o Brasil já vira. Uma equipe multiprofissional criava programas, filmes, documentários, manchetes de jornais e slogans, popularizando o uso de televisão na condição de veiculadora das mensagens do governo. Definia-se naquele momento o grande crescimento da Rede Globo, chegando a líder de audiência. [101]

A AERP associou a imagem de Médici ao futebol, modalidade a qual o Brasil foi tri-campeão naquele ano de 1970.

101 - Ávila, C.R.A. Televisão : a participação estrangeira na TV do Brasil, São Paulo, Cortez - 1982

3.2. - Os *Autênticos* do MDB

No segundo momento do movimento militar, no período de 1970/74, a ditadura institucionalizou o terrorismo de Estado, com vistas a dar suporte ao seu programa de elevar o Brasil à condição de uma potência mundial, fundamentado no binômio "desenvolvimento com segurança". Foram eleitos pelo MDB, alguns em primeiro mandato, deputados oriundos de diversos estados da federação que destacaram-se dos demais. Identificados por uma postura de enfrentamento ao estado-terrorista esses parlamentares, aglutinaram-se já nas primeiras horas da legislatura que se iniciava, sendo, mais tarde, conhecidos como *Os Autênticos* do MDB. O embrião deste grupo, foi composto pelos Deputados: Francisco Pinto (BA), Lysâneas Maciel (R.J.), Fernando Lyra (PE), Alencar Furtado (PR), Freitas Nobre (S.P.).

Os discursos e posicionamentos expressos por este núcleo tornavam flagrante a luta contra o sistema e a pressão que exerciam sobre a cúpula do MDB. Postura que traduzia o propósito de ação verdadeiramente oposicionista, mais agressiva e efetiva. Outros deputados, de dez diferentes estados da federação, identificaram-se com esta atuação, aderiram ao núcleo original, dando corpo aos *Autênticos*. (vide tabela 2)

A esse *Grupo* agregavam-se, eventualmente, outros deputados e senadores. Contudo, os vinte e três deputados enfrentaram juntos os grandes desafios impostos pela história, nesse atribulado momento da vida nacional.

As eleições de 1970 foram precedidas por uma ampla perseguição por parte dos militares que priorizavam nomes de grande densidade eleitoral que perfilavam

com a oposição. O clima de medo era generalizado. O regime militar implantava o terrorismo estatal, dito como necessário em face da cisão oposicionista que preferiu enfrentá-lo pela luta armada. As prisões ocorriam aos milhares, as "blitzs" militares generalizavam-se por todo o país, vasculhando de casa em casa, atrás dos inimigos do sistema militar.

Nesse clima, o MDB foi fortemente derrotado, e o desânimo abateu-se sobre o partido, trazendo assim, à tona, a necessidade de mudanças internas. Até a possibilidade de autodissolução foi debatida.

Os partidários da dissolução, entendiam que ela precipitaria a queda do regime, corroborando a idéia de alguns analistas políticos, de que o MDB, por sua origem espúria, fazia a figura da oposição consentida, criado para coonestar o sistema. Outra interpretação era dada por aqueles que defendiam a continuidade do partido, uma vez que sua a existência garantia a imagem de uma oposição relativamente organizada, frente à sociedade. Isto é, assegurava um foco de oposição, uma centelha de esperança na luta pelo retorno ao estado de direito.

O debate provocou revisões dentro de um partido que nasceu como oposição consentida em 1965 e por força de um *Grupo* de parlamentares verdadeiramente oposicionistas, deveria legitimar-se como oposição autêntica.

O primeiro sinal dessa mudança refletiu-se na cúpula do partido: os líderes não reeleitos em 1970 renunciaram a seus cargos na Executiva Nacional. A presidência do partido passou a ser exercida por Ulysses Guimarães, e a liderança na Câmara ficou com Pedroso Horta; este identificado como um dos poucos emedebistas que criticava sistemática e vigorosamente a ditadura militar.

Dentro desta nova perspectiva, foram eleitos vinte princípios que passariam a ser defendidos e priorizados. Destacaram-se: anistia, democracia, direito de voto para analfabetos, reforma agrária, política salarial justa, controle sobre os empréstimos externos, controle sobre os investimentos externos no país.

Em julho de 1971, em encontro partidário realizado no Recife (PE), os conflitos

internos entre os moderados e os oposicionistas *Autênticos* acirraram-se. Foi a primeira vez, desde o golpe, que se clamou pela instalação da Assembléia Nacional Constituinte, considerada fundamental para a redemocratização do país. A reintegração da Assembléia Nacional Constituinte, e o pedido de fim ao AI-5, foram os pontos principais da Carta do Recife.

Desta forma, a luta dos *Autênticos* acontecia em duas frentes: dentro do partido, degladiavam contra os moderados, com a finalidade de conseguir o seu controle; no ambiente extrapartidário, o embate com a ditadura intensificava-se.

Fato marcante na trajetória dos *Autênticos* foi o desenvolvimento de uma estratégia de lançamento de uma candidatura que confrontasse a hegemonia dos militares. Estes ainda não haviam conseguido encontrar uma forma de indicar candidatos sem cristalizar divisões em seu interior. Não era uma candidatura, mas uma Anticandidatura cujo eixo central era a propagação do retorno à democracia e oferecer um candidato alternativo com um perfil que cindisse ainda mais o sistema militar. E pelas vozes dos *Autênticos*, esse obscuro período de nossa história será revisitado. A eles a palavra!

Tabela 2 - *Estado de origem e estado por onde foi eleito*

Nome Ordem Alfabética	Estado de Origem	Estado que o elegeu
Alencar Furtado	Ceará	Paraná
Álvaro Lins	Ceará	Ceará
Amaury Müller	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul
Eloy Lenzi	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul
Fernando Cunha	Goiás	Goiás
Fernando Lyra	Pernambuco	Pernambuco
Francisco Amaral	São Paulo	São Paulo
Francisco Pinto	Bahia	Bahia
Freitas Diniz	Maranhão	Maranhão
Freitas Nobre	Ceará	São Paulo
Getúlio Dias	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul
Jaison Barreto	Santa Catarina	Santa Catarina
Jerônimo Santana	Goiás	Rondônia
JG de Araújo Jorge	Acre	Guanabara
João Borges	Bahia	Bahia
Lysâneas Maciel	Minas Gerais	Guanabara
Marcondes Gadelha	Paraíba	Paraíba
Marcos Freire	Pernambuco	Pernambuco
Nadyr Rossetti	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul
Paes de Andrade	Ceará	Ceará
Santilli Sobrinho	São Paulo	São Paulo
Severo Eulálio	Piauí	Piauí
Walter Silva	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

Tabela 3 - *Formação Profissional*

Nome Ordem Alfabética	Profissão
Alencar Furtado	Advogado
Álvaro Lins	Advogado
Amaury Müller	Economista, Jornalista
Eloy Lenzi	Advogado
Fernando Cunha	Advogado
Fernando Lyra	Advogado
Francisco Amaral	Advogado, Professor, Jornalista
Francisco Pinto	Advogado
Freitas Diniz	Engenheiro
Freitas Nobre	Advogado, Professor, Jornalista
Getúlio Dias	Jornalista
Jaison Barreto	Médico
Jerônimo Santana	Advogado
JG de Araújo Jorge	Advogado, Professor, Poeta, Jornalista, Publicitário
João Borges	Médico
Lysâneas Maciel	Advogado
Marcondes Gadelha	Médico
Marcos Freire	Advogado, Professor
Nadyr Rossetti	Advogado
Paes de Andrade	Advogado, Professor
Santilli Sobrinho	Economista, Industrial
Severo Eulálio	Advogado, Professor
Walter Silva	Advogado, Professor

Tabela 4 - *Migração Partidária dos Entrevistados*

Nome	Migração Partidária
Alencar Furtado	PSB, MDB, PTB
Amaury Müller	MDB, PDT
Eloy Lenzi	MDB, PMDB, PDT
Fernando Cunha	MDB, PMDB, PST, PP, PSDB
Fernando Lyra	MDB, PMDB, PDT, PSB
Francisco Amaral	PTN, MDB, PMDB, PP, PMDB, PPB
Francisco Pinto	PSD, MDB, PMDB
Freitas Diniz	MDB, PT
Getúlio Dias	PTB, MDB, PDT
Jaison Barreto	MDB, PMDB, PDT, PSDB
Jerônimo Santana	MDB, PMDB, PPR
Lysâneas Maciel	MDB, PT, PDT
Marcondes Gadelha	MDB, PMDB, PDS, PFL
Nadyr Rossetti	PTB, MDB, PDT
Paes de Andrade	PSD, MDB, PMDB
Santilli Sobrinho	PDC, MDB, PMDB, PSDB
Walter Silva	PDC, MDB, PMDB, PSB

4. Possibilidades Formais e Analíticas

Nas relações humanas, a mesma tendência entra em dinamização X., conhecido por sua inclinação para o regime acumulativo, explica por que costuma circular a noite com três namoradas nos flancos: "Não tem nada de mais, formarmos um pequeno conglomerado." "Mas dizem por aí que você vai se ligar ao conglomerado do Y., de quatro garotas. Correto?" "Bem a fusão está em pauta. Mas não espalha."

Natural que também as mulheres pretendam constituir seus conglomerados, passando a administrar paritariamente seus impérios masculinos e outros. Não serei eu que conteste qualquer manifestação vanguardista do Women's Lib à luz de novas diretrizes econômicas: concentração e unidade.

4.1. - Procedimentos Analíticos

Posto a aproximação teórico metodológica com o objeto e a contextualização do momento histórico ocorrido, permanecem questões que poderão ser traduzidas em eixos analíticos.

Patai define o contar uma *história de vida* como uma recriação analítica, particularmente compartilhada por aquele que escuta, grava, transcreve, textualiza, transcria...enfim recria. Nesse sentido os *"selfs"* devem estar bem definidos, uma vez que junto da fala das imagens e das inquietações do narrador estão as falas as imagens e inquietações do autor. O processo de recriação é o objeto do trabalho, é o movimento analítico que se dá na confluência dos *"selfs"*.

O presente trabalho, complementa ainda esta via analítica, com o levantamento de eixos comuns às dezessete entrevistas realizadas que se mostraram, na riqueza do conteúdo, um campo fértil para discussão:

- *Autêntico:* é um nome que se fez;
- Razões imediatas da aglutinação;
- Relação com o MDB e ARENA;
- Seminário de Recife;
- A resistência;
- Denúncias;
- Questão ideológica;
- Anticandidatura;
- As cassações;

- A revanche nas eleições de 1974;

- Diluição do *Grupo* devido às cassações e posteriormente ao pluripartidarismo;

- A atual visão de mundo e projeto de sociedade;

Através da análise de cada um dos eixos, poderemos confirmar ou não a busca das hipóteses, os *Autênticos*:

- Não tinham projetos, nem princípios prévios;

- Não tiveram comunidade de destino sólida;

- Foram fruto da circunstância;

- Imprimiram ao MDB uma efetiva imagem de oposição.

4.2. - Tecendo a História Autêntica

O presente trabalho, priorizou duas interfaces previstas em projetos de *História Oral de Vida*. Inicialmente, coube a preocupação de transformar as entrevistas orais em código escrito, extraindo depois eixos temáticos, os quais se expressaram importantes ao longo das entrevistas. O ato de ouvir os deputados Autênticos com todo critério e cuidado, possibilitou a percepção de temas que foram traduzidos e articulados consubstanciando os principais momentos da vida destes sujeitos. O encontro da história de vida com a questão da oposição institucional no período da ditadura militar, imposto pelo golpe de 64, imprimi também, uma história nova composta precisamente no entrelaçamento destes temas.

Cabe dizer que além dos eixos elencados, analisados, que fizeram emergir nova versão da história, os depoimentos *transcriados* serão apresentados nesta oportunidade de maneira integral no volume dois. Por este trabalho tratar de *História Oral Pura*, a entrevista foi a única fonte utilizada na construção do mesmo.

GÊNESE FAMILIAR: raízes da identidade

O primeiro eixo que se mostrou passível de interpretação, foi o da *gênese familiar*. Explicitou a não uniformidade em relação a este assunto na vida dos Autênticos, e tampouco a forma de narrá-la. Houve uma tentativa constante dos componentes em iniciar a entrevista de forma descontraída e até mesmo lúdica, objetivo este alcançado algumas vezes. O tom épico que norteou certas entrevistas

é também esboçado logo nas primeiras frases. Se não vejamos:

A grandeza de quem nasceu para a luta, sem olvidar as origens, pelo contrário, orgulhar-se delas, é característica de Paes de Andrade, e faz exemplo a atitude que tomou quando exerceu a Presidência da República, em 1989: transferiu o governo para Mombaça, Ceará, sua terra natal. Ato que os jornalistas e a elite sulistas interpretaram, com jocosidade, como provincianismo. Entretanto, foi um ato de nobreza, o render homenagens às origens natal e política, que se deram no sertão mais pobre do Nordeste brasileiro: *Nasci em Mombaça, Estado do Ceará em 18 de maio de 1928... um dos oito filhos do agricultor José Alves de Andrade e de Raimunda Paes de Andrade... e de lá, saí pelas estradas poeirentas do meu Brasil.*

Alencar Furtado inicia sua história de vida, contando a saga de seus pais, desde antes de seu nascimento, na busca de procriação: *Meus pais, Vicente Alencar Barbosa e Maria Furtado Alencar já são falecidos. Papai era agricultor, e mamãe foi escrivã da coletoria de Araripe, mas, com a vida de casada, tornou-se dona-de-casa. Dona Dilosa, como a chamavam, era uma santa mãe, uma beleza de mãe... Naquele tempo, a medicina não havia chegado ainda no Araripe; e o primeiro filho da minha mãe nasceu morto. Na segunda gestação, preocupados demais, após um sofrimento muito grande, ela procurou Crato, uma cidade mais evoluída, com médicos, hospitais, quando se submeteu a um tratamento grande... e o segundo também nasceu morto. Estabeleceu-se o pânico, e na terceira gestação, o meu pai levou-a para Fortaleza, onde passou por uma junta médica, e nasceu morto o terceiro filho também.* O desalento tomou conta da família Furtado e, somente uma forte religiosidade impedia a desistência de procriar. Assim, com toda esperança adveio uma quarta gestação, a do deputado Autêntico. Neste momento a família desfez-se de toda confiança no homem, na ciência e busca na religião o amparo necessário para enfrentar mais uma gestação. É com fé no Padre Cícero que o casal Furtado prepara-se para receber o primeiro filho: *Meu pai lembrou-se do Padre Cicero Romão Batista e levou minha mãe até ele. Estou contando essa passagem porque, lá em casa, eu parecia ser Santo de Oratório. Veja, como a fé é uma coisa extraordinária, atribuo esse fato*

à crença religiosa! Chegando lá, o Padre Cícero, viu a barriga da minha mãe e disse: "Isto não é nada...tome, em jejum, água de quinaquina, e vai nascer um homem"... E, no dia 11 de agosto de 1925, na cidade de Araripe, foi registrado José Alencar Furtado, e aqui estou eu...

Completa sua fala rendendo homenagem também ao Estado do Paraná, pelo qual foi tão bem acolhido profissionalmente e, pelo qual foi eleito deputado estadual e federal: *Sou paranaense, nascido no Ceará, numa cidade pequena, no pé da serra do Araripe, e que também leva este nome. Sou conterrâneo do Miguel Arraes... por sinal, um dia desses, eu dizia, brincando, que nossa cidade é muito pequena, tem apenas uma rua... mas teve dois cassados: eu e ele.*

Getúlio Dias deixa bastante evidente a sua origem gaúcha e posterior adaptação ao Rio de Janeiro. Graças a esta miscegenação, deixa emergir o seu lado histriônico: *Nasci em Pelotas, dia 4 de maio de 1934, caminho, portanto, inexoravelmente para ser um homem mais sexi... sexagenário!* Em relação ao talento e habilidades de seu pai, Getúlio revela que não garantiram tranqüilidade na trajetória profissional e econômica da família, mostra ainda que o campo e a cidade eram referenciais próximos para toda a população. Isto é, não deu certo na cidade, procure saída no campo, e vice-versa: *O meu pai era um sujeito que fazia tudo, aquele faz tudo... Como profissional da construção e na atividade de pedreiro era um pouco artífice, um artista, artesão, restaurava obras de arte. Restaurou muitas fachadas de prédios antigos de Pelotas, conseguindo até um bom dinheiro com esse ofício. Não sendo reconhecido por seu dom artístico, sentiu-se fracassado e partiu para o campo onde passou a praticar a agricultura. Por tratar-se de minifúndio, infelizmente, as coisas logo tomaram um rumo contrário às suas expectativas... mas era um homem muito habilidoso, fazia de tudo! Politicamente tinha uma atividade, digamos, trabalhista... sem cargo eletivo, um militante do trabalhismo! Embora, em 1937, discordasse do Getúlio no que se referia à redemocratização e ao seu retorno ao governo, apoiou-o. Era um homem de princípios, modesto, porém com opinião política formada. Minha mãe ocupava-se dos afazeres domésticos.*

A tradição de luta perpetua-se naqueles nascidos na histórica cidade de Laguna, e,

de modo espirituoso e jovial Jaison Barreto diz: *Nasci no dia 16 de agosto de 1933, na cidade de Laguna, Santa Catarina, terra da Anita Garibaldi. Sou único homem nascido lá, depois dela... antes que a piada se faça! De família modesta, acabei me formando médico... Mamãe que está com oitenta e um anos, lépida e na rua... Meu pai é falecido há uns quatro anos...*

A dimensão de uma trajetória bastante pobre emerge na fala de Walter Silva: *Meu pai, era um pequeníssimo comerciante, de secos e molhados, cujo prédio onde funcionava sua venda, não era nem próprio, mas, alugado. Quando ele morreu, não deixou nada, tal a pobreza*! Depoimentos como este, mostram que a seriedade das propostas políticas, consubstanciavam-se no grande trunfo dos homens públicos daquela época. Hoje ao contrário, os políticos, em sua grande maioria, tornaram-se verdadeiros "caça-níqueis".

Embora incomum no contexto do presente trabalho, a ascensão econômica se faz presente na fala de Santilli Sobrinho: *Nasci no dia 5 de outubro de 1922, em Mineiros do Tietê, então cidadezinha plantadora de café, localizada no centro do Estado de São Paulo entre Jaú e Brotas. Minha família tem origem rural de descendência italiana. Quando eu tinha cinco anos, meu pai, pequeno sitiante, influenciado por uma irmã, resolveu mudar-se para Assis, uma "região nova" e "promissora". Lá, estabeleceu-se como um pequeno comerciante de secos e molhados, porém, com o passar do tempo ele tornou-se um próspero atacadista. Minha mãe, dona de casa, ainda hoje muito lúcida aos noventa e seis anos, mora na cidade de São Paulo.*

Pobreza e fecundidade, até hoje marcas do Brasil interiorano, estão presentes na história de Nadyr Rossetti: *Meu pai nasceu na Itália e era agricultor; minha mãe, filha de italianos, porém nascida no Brasil. Sou o penúltimo de uma família de dezessete filhos. O meu pai morava no interior, e quando foi registrar minha irmã mais velha, a décima quinta, mamãe já estava grávida, e ele, aproveitando a viagem, me registrou também. Italiano, não quis gastar duas passagens! Nasci no dia 12.01.38, e fui registrado em 17.07.37, seis meses antes de nascer! Brincadeiras à parte, eu já havia nascido quando fui registrado. É que meu*

pai, deve ter feito alguma confusão na hora de me registrar... Inclusive, fui batizado por Pedro, e no registro de nascimento realizado quando eu contava com aproximadamente dois anos, papai escolheu Nadyr. Minha mãe, sempre garantiu, que na realidade, Nadyr era o correto, entretanto o padre disse que seria impossível me batizar assim, porque não tinha santo com este nome! Tal façanha, só foi descoberta quando fui estudar no colégio dos Jesuítas, precisei do batistério, e não acharam nenhum Nadyr Rossetti. Após muitas "buscas", encontramos um "tal" de Pedro Rossetti, que fora batizado exatamente, no mesmo dia que eu... Isso era comum no interior do Rio Grande do Sul. Nasci numa região muito pobre, interior de São Francisco de Paula, num lugar chamado Raposo. Este depoimento mostra de forma bastante clara as idiossincrasias do mundo rural brasileiro, e passados cinqüenta anos vemos que nesta área quase nada mudou.

Francisco Amaral expõe que o estabelecimento de seus antepassados na cidade levou-os a adotar novos valores, como a participação efetiva do trabalho da mãe na composição da receita familiar: *Meu pai chamava-se Avelino Amaral, foi filho de fazendeiro do qual preservou a habilidade no trato da terra. Com a morte de meu avô, a família foi obrigada a mudar-se para a cidade. Quando adulto, papai tornou-se representante comercial. Minha mãe Rosalina Pimentel Amaral, tinha uma pensão...e assim tocávamos a vida.*

Um traço comum a estes Autênticos nascidos fora dos grandes centros urbanos de suas regiões, é que lutaram contra grandes adversidades e despontaram no cenário político nacional, por um caminho absolutamente difícil, o da oposição ao regime militar.

Existem integrantes do Grupo, que ao se reportarem às suas origens, constróem um matiz heróico à seus pais, que com grande sacrifício lograram com que alguns dos filhos ascendessem socialmente. Não raro, narram histórias de mães heróicas que suportaram situações dramáticas para o sustento da vida familiar. Na trajetória política estas dificuldades não são vistas como obstáculos, mas sim elementos que os acompanham por toda a vida em qualquer situação. Pode-se dizer que as agruras pelas quais passaram, forjaram personalidades aptas a enfrentar adversidades tais

como as impostas pelo regime militar Neste sentido, relata Chico Pinto: *Meu pai, José Pinto dos Santos, possuía fazenda em Feira de Santana e no vizinho município de Coração de Maria, além de uma destilaria. Morreu em 1946, quando encontrava-me com dezesseis anos. Minha mãe, Inácia Pinto dos Santos, "dona de casa", sem qualquer interferência nos negócios de meu pai, como aliás, era costume na época. Após a morte do marido, desdobrou-se com energia, firmeza e dedicação para superar sua inexperiência, amparando-se numa extraordinária fé em Deus e nos Santos da Igreja Católica, para suportar a dor, manter-se e educar os filhos, estudantes na capital do Estado. Ficou de luto fechado por mais de vinte anos. Sendo o mais velho dos homens, fui acionado para ajudá-la na tarefa da administração dos negócios.* E completa o relato referindo-se a morte da mãe, e ao contexto político da ocasião: *Mamãe faleceu no final de 1989, aos noventa e três anos. Lembro-me que coincidiu com o comício do Lula em Salvador, no segundo turno das primeiras eleições presidenciais diretas, após o fim da ditadura formal. Neste dia eu deveria falar naquele comício como representante do "Novo PMDB" (um grupo dentro do Partido), porque o PT não aceitava qualquer indicação do Diretório moderado. Creio que agiu corretamente. A maioria do PMDB votou com Collor no Estado. Minha mãe agonizava e não pude comparecer ao comício, sendo substituído pelo então Deputado Estadual Emiliano José.*

Com as dificuldades financeiras vividas pela família, ainda presentes na lembrança, conseqüência dos problemas de saúde do pai provedor, Fernando Cunha conta: *Em 1943, meu pai adoeceu ficando semi - inválido... Naquele tempo, a legislação estadual não dava garantia nenhuma a seus funcionários, o que nos levou a uma situação dificílima, obrigando os cinco filhos mais velhos, a buscarem trabalho. Sendo o décimo primeiro deles e estando com oito anos de idade, comecei vendendo, no tabuleiro, salgados que minha mãe fazia. Recordo-me, com muita precisão, do pão de moranga, típico de Goiás... avermelhado, delicioso!*

A grande diversidade regional brasileira e a concentração da riqueza em algumas áreas, podem ser constatadas nos equipamentos sociais postos à disposição das camadas mais modestas da população do Sul e Sudeste. Aqueles de origem humilde,

que conseguiram usufruir dos serviços estatais de alguma qualidade, tiveram a chance de obter progresso social, como mostra Amaury Müller: *Meu pai Henrique era fruto de uma mistura de alemão com polonês (Müller e Boyarski). Já minha mãe - Virginia Martins Campos - era a gaúcha típica: uma cruza de português, negro, índio e remotamente espanhol. Embora semi-analfabeta ou um pouco mais que isso, mamãe tinha opiniões próprias e forte personalidade...*

..Papai originalmente era "guarda-livros" (algo como contabilista), decidiu montar um pequeno depósito de madeira (o pinho era abundante na região). Não se deu bem. Com o fracasso do empreendimento, foi trabalhar no ramo de contabilidade Mesmo ganhando pouco e tendo que sustentar oito filhos, proporcionou a todos nós, na medida de suas limitações, um padrão de vida digno. Como sempre foi um homem respeitável, de honradez inatacável e, como filho de alemão, fiel cumpridor das leis, possibilitou-nos o normal acesso a boas escolas (públicas) e aos melhores clubes sociais da cidade...

Quanto maior a ascensão social, maior a conotação épica e o orgulho na origem humilde, marca indelével na fala de Paes de Andrade: *Quero deixar registrado que Mombaça é meu universo político e sentimental. Lá nasci numa casa de taipa. Isto quer dizer, minha casa não tinha piso, nem azulejo, não era de tábua, não era de cimento, era de barro batido.*

A origem social torna as narrativas de vida bem peculiares. Enquanto em Paes de Andrade o épico é a característica principal, na fala de Freitas Diniz a erudição propiciada pela prosperidade familiar desponta. A exposição de Freitas traz comparações econômicas, geográficas, noções de mercado internacional de matérias primas, enfim...há uma abrangência, em sua fala, não encontrada naqueles de origem pobre: *O que eu poderia dizer a respeito da minha vida particular, é pouco... Sou do Maranhão, município de Araioses, no baixo Parnaíba, que caracteriza-se por ser o único rio brasileiro com Delta. Há no mundo apenas mais três rios com esta característica: Nilo, Mekong e Mississipi. No Delta nasci, em 20 de março de 1933... que por coincidência é hoje... e, nesta região fui menino!*

Tratava-se de um local muito promissor, devido economia baseada na extração e exportação da cera de carnaúba. Na época a indústria química e petroquímica apenas se esboçava, levando a cera a uma cotação muito alta no mercado internacional. A grosso modo uma arroba (quinze quilos) da chamada cera de primeira qualidade, custava mil dólares. Este tipo de vegetação é encontrada apenas no nordeste brasileiro, basicamente Ceará, Piauí, e nesta pequena parte do Maranhão, no delta do Parnaíba. Hoje praticamente, não se extrai mais cera, porque o sintético a substituiu...

Vale ressaltar que o valores familiares estão sempre presentes. A união da família sempre foi preponderante na superação das adversidades colocadas a frente dos componentes do Grupo. Em quase todos, a referência ao núcleo familiar faz-se presente, de forma positiva, como esteio ao desenvolvimento deles enquanto pessoas, independendo da origem econômica. Esta característica aparece explícita na fala de Freitas Diniz: *Meu pai e meus avós, estavam todos juntos, tipo família antiga, cujo patriarca era meu avô. Trabalhavam com criação de gado e extração de cera de carnaúba... não eram exportadores, sim extrativistas. Os grandes exportadores estavam na cidade de Parnaíba, do outro lado do Delta, no Piauí.* Em relação a seus pais, Freitas Diniz, menciona que a saúde continua inabalável. Seu pai, fazendo jus às raízes familiares, mora ainda hoje no Delta do Rio Parnaíba: *Mamãe está bem, com oitenta anos, morando em Fortaleza; meu pai com noventa três, continua vivendo no Delta, mas vai sempre ao Ceará vê-la.*

Outro caso de família abastada é a de Marcondes Gadelha, que em sua apresentação demonstra, além do poder de seu pai na região, sua própria proeminência intelectual: *Nasci em 23 de setembro de 1943, embora, nos meus registros conste 23 de junho do mesmo ano. É uma questão, engraçada... naquele tempo, havia uma idade limite para fazer o exame de admissão ao ginásio, dez anos e seis meses. Chegado o meu tempo "intelectual", não tinha essa idade... jocosamente falando, eu era um menino prodígio! De forma, que meu pai, inconformado, mexeu no cartório, e alterou a minha idade. Por isso todos os meus registros constam como 23 de junho de 1943, mas nasci mesmo, e comemoro o meu aniversário em 23*

de setembro. Minha cidade natal, é Souza, no Estado da Paraíba, no alto sertão. Quando nasci a cidade não contava com nenhum recurso, não tínhamos estrada, tampouco luz elétrica...

Conquanto, sem jamais ter passado qualquer tipo de privação, a família Gadelha primou sempre por um comportamento oposicionista: *Meu pai era empresário, tinha um maquinismo de algodão a vapor, aliás, o pioneiro nessa área, conseguindo criar nove filhos. Sou rico de origem, mas atualmente me considero um homem pobre. Ao longo de minha vida pública, empobreci bastante, empobreci muito. Hoje não teria condição de sustentar uma campanha política contra o governo, sem precisar de nada, sem receber ajuda de ninguém, coisa que antigamente não me faltava, porque meu pai sempre "segurou". Esse negócio de campanha com recursos de empreiteira, empresa... nunca existiu, nem em sonho, na nossa cabeça. Toda campanha era "bancada" por nós mesmos, sempre foi e nunca houve problema nenhum... Papai faleceu no início da década de oitenta, e mamãe mora em Campina Grande na Paraíba, e está felizmente muito bem com seus setenta nove anos.*

Existe também o caso de Lysâneas Maciel que difere dos demais Autênticos, especialmente pelo aspecto religioso e intelectual dos pais: *Meu pai Antônio Dias Maciel, oriundo de família conservadora e evangélica (um de seus irmãos foi deputado federal pela UDN) era a exceção! Advogado e professor, fundou, na cidade de Patos, uma Escola Normal Modelo, enviando seus professores para aperfeiçoamento na França, atitude ousada para época! Minha mãe Ordália Pinto Maciel, era professora, mas nunca lecionou, dedicando-se à criação dos filhos e aos afazeres do lar.* A narrativa de Lysâneas indica, além do espírito de vanguarda de seu pai, uma certa tendência familiar à política.

Ainda na tentativa de resgate do *"corpus"* familiar, as entrevistas revelaram que muitos Autênticos são oriundos de famílias numerosas, como é o caso de Alencar Furtado: *Os irmãos foram quatorze, uma parte por obra e graça do "Padinho" Padre Cícero. Éramos quatro mulheres e dez homens... três nasceram e logo morreram. Destes, hoje somos oito.*

Nos moldes de Alencar Furtado, que apesar de ter tido muitos irmãos, a maior parte falecida, segue a narrativa de Fernando Cunha: *Meus pais tiveram doze filhos (dez*

homens e duas mulheres); oito deles morreram, entre os quais, dois recém-nascidos. Meu irmão mais velho faleceu aos vinte e oito anos. Ele era dentista e foi Prefeito da cidade goiana de Guaiatuba. Hoje somos quatro vivos, todos homens. Não fui, felizmente, o único filho a chegar à Universidade. Em ordem decrescente: o décimo segundo iniciou o curso de odontologia, mas não o concluiu; eu, o décimo primeiro, formei-me em Direito; o décimo, Euclides, também Advogado, é um sujeito excepcional! Imagine você, que no primeiro concurso para Fiscal Estadual, realizado em Goiás, entre seiscentos candidatos, ele passou em primeiro lugar!. Meu outro irmão, que está vivo, não fez faculdade. Chama-se João, morou em São Paulo, tendo trabalhado na Lista Telefônica, por onde se aposentou. Voltando para Goiás, trabalhou comigo; foi Vice-Prefeito de Anápolis e mora, atualmente, na cidade de São José dos Campos.

O grande número de irmãos, está também evidenciado na narrativa de Freitas Diniz: *Ah! minha família era enorme, o meu avô teve doze filhos! O meu pai dezoito, sendo doze com minha mãe! Antes ele teve seis filhos... não era viúvo, tinha filhos... Dos meus irmãos somente um mora aqui na ilha de São Luís, os outros estão em Fortaleza, Rio de Janeiro, Brasília... Família muito grande se espalha.*

Apesar de Nadyr Rossetti ser dentre dezessete irmãos, o único que teve acesso aos bancos universitários, os demais tiveram aparente ascensão econômica: *...somos hoje doze espalhados pelo Brasil. Sou o único com curso superior. Tenho um irmão, que faz uma brincadeira devido minha formação universitária, afirmando que "sou o único vivo". Interessante, é que nenhum de nós permaneceu no lugar de origem, tampouco trabalhando com agricultura, conforme papai. Exceto meu irmão mais velho, que morreu o ano passado aos 81 anos. Ele viveu por cinqüenta anos numa estância de veraneio dos Jesuítas, onde era uma espécie de administrador. Os demais irmãos (aproximadamente noventa por cento) estão ligados ao comércio, muitos dos quais no Mato Grosso.*

Diferente da família Rossetti, o núcleo familiar de Jaison Barreto, possui um alto grau de instrução formal: *...seis irmãos: eu, o mais velho; Tupy Barreto Filho, advogado na Prefeitura de Curitiba; Jaira Barreto, advogada e jornalista, apesar de aposentada, é*

chefe de gabinete do Prefeito de Curitiba, mas com muita vontade de vir morar na praia; Ceres Barreto, desenhista industrial; Jacson Barreto, médico oftalmologista em Curitiba, é o mais jovem dos filhos; e Jânia, solteira, morando, também em Curitiba, com mamãe...

A família de Lysâneas Maciel muito embora fosse proprietária de uma escola básica (pais professores), e de morarem na cidade do Rio de Janeiro, com exceção de uma das irmãs, apenas os homens tiveram acesso a universidade: *...formei-me em advocacia, um irmão em sociologia, estando até hoje na docência, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Tive também outro irmão, agrônomo, que além de fundador da Escola de Agronomia em Goiânia, chegou ao posto de Reitor da Universidade de Goiás. Quanto as irmãs, uma se formou no Conservatório Musical do antigo Distrito Federal, as demais não estudaram.*

Os deslocamentos da família Müller indicam a preocupação com o estudo e o conseqüente valor à ele atribuído. Isto pode ser comprovado pelos sacrifícios empreendidos pelos pais, para que todos os filhos tivessem acesso a escola: *Família mais ou menos numerosa para os padrões da época: oito irmãos (cinco homens e três mulheres). É possível imaginar que, possuindo apenas um pedaço de terra, não era fácil oferecer um bom padrão de vida para dez pessoas, principalmente quando fomos compelidos a deixar o campo e migrar para a cidade. Claro que essa mudança não se deu por falta de terra ou de comida. É que lá não havia escola. Meus dois irmãos mais velhos já estudavam na cidade, morando na casa de um tio militar (irmão de minha mãe). Meu pai, que era um homem com profundo senso de justiça, não admitia que eu, então com sete anos, fosse pesar ainda mais no minguado orçamento de tio Didimo Martins Campos. Assim, a decisão foi arrendar os vinte cinco hectares e mudar para a cidade. Todos nós trabalhamos e estudamos. Erani e eu concluímos o terceiro grau. Duas de minhas três irmãs igualmente conseguiram diplomar-se em cursos superiores. Não há, pois, do que se queixar...*

Mesmo tendo o pai se transformado num próspero atacadista, dos oito filhos, apenas Santilli e uma irmã foram à universidade: *Éramos oito irmãos: três homens e cinco mulheres. Dos rapazes, fui o único a freqüentar a universidade; das moças, uma irmã*

bacharelou-se mais tarde na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, coincidentemente trazido à cidade por mim quando ainda deputado estadual. Hoje, somos dois homens e três mulheres.

Em comparação com os demais Autênticos, Fernando Lyra encaixa-se na família de porte médio, e diz: *Somos quatro irmãos e uma irmã: eu, Fernando, o mais velho; Gilberto, trabalha com construção civil... coisa pequena; João Lyra Neto, político e também empresário do ramo de transporte, em sociedade com o outro irmão Roberto. Eles possuem uma empresa de ônibus intermunicipal que liga Caruaru a Recife, além de outras cidades circunvizinhas; e Angelice, minha única irmã, é psicóloga.*

Nesta senda, Eloy Lenzi cujo número de irmãos é também cinco, relata que apenas dois dos homens foram à universidade: *Sou o terceiro de uma família de cinco filhos: quatro homens, e uma mulher, dentre os quais um veterinário, e eu advogado.*

Um ponto comum entre os componentes do Grupo, é o fato de que todos alcançaram nível universitário, independente de suas origens sócioeconômicas.

Diferente de seus companheiros Autênticos, Chico Pinto, tem apenas três irmãos, e em seu depoimento demonstra a afinidade profissional e política entre eles: *Somos quatro irmãos. A mais velha Maria Isabel, professora, casou-se com Joaquim Lopes Azevedo e mudou-se para o Rio de Janeiro, antes do falecimento de meu pai. Eu, o mais velho dos homens. Meus outros irmãos Antônio Pinto dos Santos, como eu, formou-se em Direito, elegendo-se vereador em Feira (1962-1966), ainda universitário. Atualmente é juiz de direito em Salvador. E, José Pinto dos Santos Júnior, que concluindo o curso colegial preferiu assumir a direção do alambique, além de uma fazenda que herdou.*

Dos dezessete Autênticos ouvidos, ao tempo da entrevista, apenas um estava divorciado e outro viúvo, demonstrando que os valores familiares que herdaram permaneceram como referências importantes em suas vidas. Visualiza-se este dado não só pela observação sobre o estado civil, mas também pela importância que dão às suas companheiras, verbalizando com emoção a permanência de suas relações conjugais. Reconhecem que em seus percursos, muitas vezes árduos, puderam

contar com mulheres, que não fugiram à luta, como aparece na fala de Alencar Furtado: *...sempre tendo ao meu lado dona Miriã que é uma grande figura... meu querer bem de quarenta e três anos. Somos uma espécie em extinção! Dona Miriã é advogada, foi promotora, penso até que foi a primeira mulher do Ceará a conquistar este cargo. Exerceu a promotoria lá, e quando viemos para o Paraná, largamos tudo. Fizemos uma loucura! Aportamos em 9 de janeiro de 1952 e nos tornamos paranaenses de coração! Inicialmente, ela advogou comigo...Depois, vieram os filhos, e deixou de militar na profissão, mas, de vez em quando, ela entra em campo; professora também, de Língua Portuguesa. Uma figura de muita fibra; essa vida conturbada, num itinerário de muita violência, Miriã foi sempre uma companheira muito firme! Haja vista no dia em que fui cassado, eu não me encontrava aqui, estava no Paraná, onde recebi a notícia. Vários deputados reunidos lá em casa, o pessoal todo lamentando e Miriã falou: "Não há nada, temos o Heitor e vou lançar a candidatura do meu filho a deputado federal!" Dona Miriã foi quem lançou a candidatura dele. Veja que mulher, que lucidez! Estamos muito bem graças a Deus, tivemos sete filhos, uma vida muito intensa, cheia de lutas, porém permeada de muita compreensão e união familiar.* Alencar faz referência à seus filhos, e à união que com eles mantém: *As três filhas são concursadas na Câmara. Thaís, está com trinta e poucos anos, e é casada com o Chico Pinto. A Stäel, esposa de um funcionário da Câmara e Dionée, que é a caçula, casada com o ex-deputado Odorico Pinto. Familiarmente, tudo bem graças a Deus, família muito solidária, amiga e unida, além da alegria de ter seis netos! O homem que tem seis netos, é o homem mais rico do mundo! Tivemos ao todo, sete filhos: três mulheres casadas e felizes e quatro homens que morreram. Uma vida muito sofrida...muito acidentada. A perda de um filho é uma dor infinita... não há o que supere. É uma coisa que me deixa ainda muito emocionado... enfim, é isso.*

Amaury Müller homenageia todas as mulheres, quando enaltece as qualidades de sua esposa e confessa: *... palavra de profunda gratidão à coragem, ao desprendimento e à solidariedade de minha mulher. Samira é como você: uma mulher que não se contenta com flores e horizontes curtos. Foi e vai à luta com a mesma disposição com que vive o cotidiano*

do lar. Permita que, em homenagem à mulher brasileira, eu refaça um velho axioma machista: não é atrás de um grande homem que sempre existe uma grande mulher. Na verdade, é a seu lado e principalmente à sua frente.

De maneira emocionada e lírica, Santilli Sobrinho, situa sua esposa na viagem política que empreendeu: *Seria injusto e grave lacuna se omitido ficasse a participação da Cida, minha mulher, em todo o período desse espaço histórico aqui relatado. Tornou-se lugar comum dizer-se: "atrás de um grande homem sempre há uma grande mulher". As feministas revoltadas corrigem e dizem: "ao lado de um grande homem...". Deixemos o grande homem de lado. Sempre tive atrás de mim uma grande mulher a me empurrar e assessorar, municiando-me na vanguarda. Outras vezes ao meu lado, como que algemados um ao outro por solidariedade absoluta, e caminhando juntos. Outras vezes, ainda, à minha frente, quando exausto ou tendendo para o desânimo, a me puxar ou até rebocar para manter acelerada a nossa jornada.*

Aliada e companheira, é a maneira como Fernando Lyra define sua mulher: *...sou casado com Márcia, minha companheira de luta, que inclusive trabalhou em meu gabinete por oito anos. Hoje me dá uma grande ajuda nas campanhas... basicamente nas campanhas.*

Identifica também as três filhas: *Patrícia, nascida em 1966, formada em letras, mas trabalhando com informática; Renata do ano de 71, é administradora de empresa... "está se vestindo", e Juliana de 1972, bacharel em direito, trabalha no TRT e tenta a magistratura, todas morando em Recife.*

Quando o assunto é casamento e filhos, Jaison Barreto é lacônico e amargurado, reflexo da perda trágica de um dos dois filhos: *Fui casado com Astrid Renaux de quem estou separado há alguns anos...Um só casamento é o quanto basta. Eu tenho... fiz dois filhos. Um deles, Rodrigo, morreu em um acidente de automóvel. Desse modo, tenho Felipe, com vinte seis anos, que vai se casar em breve. Ele tem um escritório de publicidade e informática em Brusque, mas mora em Blumenau.*

Um casamento sólido, fértil e feliz, foi interrompido pela inesperada morte da esposa, conforme narra Walter Silva: *Casei-me em 1958, e vivi casado por trinta e cinco anos.*

Infelizmente, minha mulher morreu, em outubro de 1993. Deste único casamento, tivemos nove filhos, e adotamos três, em Brasília. Hoje, nove já são adultos, e os três que adotamos, ainda crianças. Dois moram em Brasília, e a mais velha, mora comigo em Campos.

É com grande entusiasmo e carinho que Fernando Cunha faz alusão a seu casamento, filhos e netos: *Casei-me jovem, e temos trinta e nove anos de união cujos frutos são quatro filhos: três homens e uma mulher. Dos meus filhos, dois concluíram o curso superior: Augusto é economista, e Fernanda, minha filha, psicóloga. Tenho também treze netos com idade variando de quatro a quinze anos. A propósito, minha neta de quinze anos é minha filha neta. Ela é filha de Augusto, nosso terceiro filho, ele era adolescente e solteiro quando ela nasceu, e resolvemos adotá-la. Ela brinca com os irmãos, dizendo que é ao mesmo tempo tia e irmã... Tatiane, é a alegria e o brilho de nossa casa!*

Ao iniciar a narrativa sobre sua família, Marcondes Gadelha revisita seu tempo de universitário em Recife: *...conheci minha esposa, que é alagoana, e na ocasião, estudante de Direito, Magna Lúcia de Mello Gadelha, morávamos no mesmo prédio, e depois de um período de namoro nos casamos. Temos três filhos: Leonardo, Mariana e Berta. Leonardo é estudante de Administração de Empresa em Brasília, está com dezenove anos e anda me dizendo, que quer fazer política, ser político... Venho pedindo, que ele reflita muito sobre isto... a política quando praticada, com profundidade existencial, comprometimento total, espírito público, seriedade, é gratificante... Por outro lado, existe um encargo emocional e pessoal, forte! Mariana, com dezesseis anos, é eleitora, vai votar pela primeira vez. E, Berta tem quatorze anos. Quanto a Magna, trabalhou um certo tempo como advogada. Dedicava-se ao direito trabalhista. Posteriormente trabalhou comigo em meu gabinete, e hoje é minha grande companheira e colaboradora.* A narrativa de Gadelha evidencia o interesse de seu filho pela vida pública, bem como sua preocupação em dirigí-lo para um modo digno comprometido e sério de exercitá-la.

MIGRAÇÃO ESCOLAR: em busca de uma melhor formação

Característica do Brasil, no período compreendido entre as décadas de 40 a

60, quando os núcleos de formação restringiam-se aos grandes centros urbanos, aparece revelada na migração escolar, expressa nas narrativas dos integrantes do Grupo, que em sua maioria residiam no interior. Deste modo o deslocamento na busca de capacitação era exercício quase obrigatório para estes sujeitos, fato que está explícito na fala de Freitas Diniz, justificando a razão porque saiu do Delta do Parnaíba e foi para o Rio de Janeiro: *A pujança econômica desproporcional aos demais recursos da região, obrigava os jovens a procurarem colégios internos. Eu mesmo, fiz o primeiro grau no Colégio de Salesianos e o segundo grau cumpri também no Rio de Janeiro, no Colégio Santo Inácio dos Jesuítas. Posteriormente, ingressei na faculdade de engenharia, que na época chamava-se Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil. Um nome muito pomposo! E ainda, nos primeiros meses cheguei a cursar a Universidade Católica, que funcionava exatamente dentro do Colégio Santo Inácio, na Rua São Clemente, que também foi fundada por jesuítas e depois transferida para Gávea. Faziamos, normalmente, dois vestibulares para Católica e para Nacional. Todos os alunos que concluíam o segundo grau, no Colégio Santo Inácio, ingressavam automaticamente na escola superior sem os tais cursinhos, seu índice de aproveitamento era quase cem por cento. No meu caso, tranquei a matrícula na Católica e cursei a Nacional de Engenharia.*

Marcondes Gadelha vivenciou experiência semelhante posto que desde criança esteve interno em colégios religiosos: *Como não havia colégio em Souza, estudei fora, desde dez anos de idade. Inicialmente, estive em um internato na cidade de Patos, ao terminar o ginásio fui para João Pessoa, e ao tempo da faculdade mudei-me para Recife.*

A dificuldade de acesso a escola, por ser originário de local pequeno e sem recursos, foi também a situação de Eloy Lenzi: *Vivi em Araçá, Terceiro Distrito de Lagoa Vermelha, hoje emancipado, até meus treze anos, quando fui para Passo Fundo, no Colégio Conceição, dos Maristas.*

A trajetória estudantil de Getúlio Dias, diferencia-se das demais por não ter freqüentado escola religiosa, mostrando-se contudo, bastante interessante: *Estudei em escola pública até a terceira série, porém, como me encontrava atrasado nos estudos*

devido às mudanças e as dificuldades de vir da colônia para cidade, matriculei-me em uma "cooperativa de ensino" na tentativa de recuperar esse tempo perdido. Veja que vanguarda! Chamava-se "Cooperativa de Ensino Dr. Jorge Salles Goulart", um grande pensador pelotense cuja obra, "Sentido da Evolução", é citada até na Sorbonne. Como ele já havia morrido na ocasião, o nome da cooperativa serviu para homenageá-lo. Nessa escola, a direção pedagógica ficava sob a responsabilidade do professor Celso Sellas, uma pessoa voltada totalmente ao magistério, era paulista, oriundo... não tenho muito claro... parece-me de Campinas; os pais dos alunos eram mantenedores, e a fiscalização feita, com todo rigor, pelo governo. Sempre buscavam novos cooperados na sociedade para o prosseguimento da instituição. Diplomei-me nessa escola... uma experiência importantíssima para mim.

Lysâneas Maciel apesar de evangélico, juntamente como os irmãos estudou interno em escola laica: *Meus irmãos e eu, fomos para o Instituto Gammon, na cidade de Lavras, Minas Gerais, onde cursei o ginasial e o clássico.*

A família numerosa e residente da zona rural, possibilitou a Nadyr Rossetti, vivência rica e feliz: *...brincávamos o tempo todo! Foi com minhas irmãs mais velhas que aprendi a ler e escrever, chegando à Escola Estadual Serapião Mariante, em Raposo, já alfabetizado. Tenho tanta saudade... a coisa melhor que pode acontecer na vida de uma pessoa, é ter a chance de viver sua meninice em lugar tranqüilo do interior...*

Como se constituindo uma síntese das trajetórias da formação básica dos Autênticos, na medida em que freqüentou tanto escolas públicas como religiosas, Santilli Sobrinho afirma: *Estudei em escolas públicas do Estado e em um seminário da Ordem Belga Presmostatense que pouco influenciaram em minha formação política, porém muito acrescentaram na humanista e na cristã.*

A POLÍTICA COMO HERANÇA FAMILIAR

Para alguns Autênticos, a política era como um vício familiar que contaminava pais e filhos, independente de quem nela se iniciava. Nesta senda Fernando Lyra

faz a seguinte menção: *Meu pai que era um comerciante de autopeças, mudou seu ramo de negócios para uma agência de automóveis em Caruaru. Entusiasmado com meu desempenho político, candidatou-se a Prefeito em 1959, elegendo-se. Terminado o mandato no ano de 63, ele voltou a comandar os negócios da família...*

Porém, arrebatado pela política, João Lyra, continuou sua trajetória pública elegendo-se deputado federal para o mandato de 1966/70. No ano de 72 foi novamente Prefeito de Caruaru, e ainda eleito por dois mandatos para Assembléia Legislativa como deputado estadual. A respeito dos pais Fernando Lyra complementa: *Papai está forte, com oitenta anos...Mamãe faleceu em 1972, aos cinqüenta e nove anos.*

Dinastias políticas estiveram representadas nos Autênticos, é o que conta Marcondes Gadelha:... *o despertar para a política, foi bastante precoce, acontecendo na vida universitária. Muito embora, tivesse também, "background" político, de política eleitoral, bastante longo, porque meu pai, sempre foi político, bem como toda a minha família...*

O gosto pela política vinha como herança, mesmo existindo diferenças ideológicas assumidas por pais e filhos, como descreve Jaison Barreto: *Meu pai era delegado de polícia, cuja função exerceu por cinqüenta anos! Creio ter sido ele, o delegado com mais tempo de permanência nesse posto. Foi, entretanto, um liberal democrata, deputado estadual, "da banda de música da UDN", com discurso moralista... eleito duas vezes, pela cidade de Joinville. Independente das críticas existentes... não considero correto minimizar o papel da UDN na luta pela liberdade, sob pena de se cometer injustiça, pois a visão social dos problemas e o clima de liberdade constituiam sua bandeira!* Interessante nesta fala, é o fato de que embora Jaison tenha localizado sua história política em referenciais antagônicos ao pai, guarda por este um respeito indelével.

Amaury Müller resgata a veia política de sua família que sobrevive a gerações: ...*o ramo Campos está na própria origem de Cruz Alta e teve alguns descendentes com ativa vida pública. Aristides Basílio de Campos, primo de minha mãe, foi prefeito de Cruz Alta e deputado estadual em duas oportunidades; Heitor Campos, também primo de mamãe, foi prefeito de Santa Maria e se elegeu uma vez para a Assembléia Legislativa do Estado. Outro primo mais*

distante de minha mãe - Múcio Castro, pai do grande jornalista Tarso de Castro (o criador do "Pasquim") - também foi deputado estadual em uma legislatura. Assim, de algum modo, o ramo materno de minha família tinha relação intensa com a atividade política, não surpreendendo que eu e meu irmão mais moço, Erani Müller, tenhamos abraçado a vida pública. Mesmo tendo esses parentes envolvidos com política, eles jamais puderam me ajudar. É que quando concorri, em 1970, à Câmara Federal e tive a felicidade de me eleger, eles já haviam morrido.

Da mesma forma, Alencar Furtado lembra a tradição de políticos na família: *...tem Miguel Arraes, que é meu primo; José de Alencar, do meu tronco familiar, foi senador; Paes de Andrade é meu parente... O Paes foi uma figura importante no episódio de minha cassação, foi muito firme, muito firme*!

O BATISMO ELEITORAL

Muitos Autênticos tiveram seu batismo eleitoral quando ainda estavam nos bancos da faculdade. A militância estudantil era um forte catalisador de carreiras políticas, o que prova a importância desta, na formação da elite política brasileira. Este papel perdurou até a derrocada da ditadura militar porém, hoje mostra-se esvanecido. Talvez a massificação e a própria desqualificação do ensino superior no país, possa ser tomada como uma resposta a este ponto. O fato é que com a ampliação de acesso às faculdades, hoje em sua maioria particulares e voltadas basicamente ao lucro em detrimento da formação intelectual e crítica, levou a um empobrecimento deste antigo celeiro de lideranças. Paes de Andrade por exemplo teve seu batismo eleitoral quando ainda estava nos bancos escolares: *Iniciei minha vida política, fora dos quadros partidários, como estudante, representei a Faculdade de Direito do Distrito Federal, junto a União Metropolitana participando, ativamente, das contendas políticas universitárias, junto ao Centro Acadêmico Carpenter. No segundo ano de Direito, disputei pela primeira vez as eleições para Assembléia Legislativa de meu estado*

natal, quando me elegi para o mandato de 51 a 54, aos vinte e dois anos. Tive nesta oportunidade, uma participação muito ativa. Encontrava-me no PSD... o velho PSD que foi um Partido que gerou todas as fórmulas institucionais para retirar a Nação das profundas crises políticas. Como Partido majoritário, representava uma espécie de suporte, de estabilizador das instituições politicas do Brasil.

Experiência semelhante vivenciou Chico Pinto que conta: *Ingressei na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, em Salvador, em 1954 e, neste mesmo ano, elegi-me Vereador pelo PSD (ala progressista), em Feira de Santana, exercendo o cargo de 1951/ 1955. Mandato gratuito, na ocasião. Não foi fácil conciliar os estudos e o exercício do mandato em duas cidades diferentes, interligadas por uma estrada horrorosa, onde no inverno se gastava quatro horas de viagem. O que me facilitava é que a Câmara de Vereadores se reunia à noite, permitindo-me comparecer com assiduidade às sessões, e, ainda, ser considerado o melhor vereador da cidade. Tive de abdicar constrangidamente, contudo, de participar da política universitária. Seria impossível.*

Quando o assunto é movimento estudantil Amaury Müller é exemplo bastante enfático. Sua militância teve início no período de secundarista, inaugurando e impulsionando-o para continuação deste exercício na vida universitária: *Inicialmente, no único ano que freqüentei a Faculdade de Arquitetura da UFRGS, em 1955, fui eleito representante da sala. No ano subsequente fui compelido a trancar a matrícula do curso ou dele desistir, porque sendo de família pobre, meu pai não podia me sustentar na capital. Em 1961, já formado em economia e prestes a concluir o curso de jornalismo, decidi estudar direito. A intensa militância e a identificação com os avanços que o meio estudantil experimentava no sentido de incrementar as chamadas "reformas de base", fizeram-me presidente do Centro Acadêmico "Maurício Cardoso", da Faculdade Direito da PUC.*

Foram nove anos de ativa participação no movimento universitário. Tive a honra de comparecer a todos os congresso da UNE livre, antes do golpe de 1964, o atual ministro e senador José Serra foi eleito presidente da entidade numa composição da Ação Popular com o velho "Partidão" e outra correntes progressistas. É paradoxal que Serra, tido como um

jovem de esquerda, tenha mudado tanto...

Em fins de março de 1964, quando o golpe militar começou a se configurar, eu freqüentava o quarto ano do curso de direito. A 1º de abril, com o triunfo dos golpistas, eu e mais três colegas da PUC - inconformados com a ausência de reação ou com uma visão talvez equivocada das razões que levaram Jango e Brizola ao exílio - ousamos iniciar uma tímida movimentação popular. Malhamos em ferro frio... A invasão do DCE da PUC e a utilização do sistema de alto-falantes para convocar o povo à reação custaram-nos caro: fomos expulsos da universidade sem sequer poder usar o direito de defesa. A "exclusão", como o reitor gostava de dizer, deu-se a 28 de abril de 1964. À noite dessa mesma data, explodiram alguns petardos, de efeito meramente moral, nos banheiros da PUC. Como eu fora o único dos "excluídos" a ser visto por lá (isso antes da noite), acusaram-me de ser o responsável pela atentado. A acusação, mais tarde desfeita, custou-me prisão e violência física.

Amaury Müller, localiza na militância estudantil, a maior responsável por sua avidez de conhecimento e engajamento: *Por que fazer tantos cursos? Bem, a idéia não era acumular diplomas, mas aprofundar o conhecimento em vários campos, e sobretudo permanecer na militância estudantil, participar dos movimentos populares. Lembro, por exemplo, que a UNE (Centro Popular de Cultura), fazia teatro despojado, absolutamente informal, com o objetivo de politizar o povo, e o método de alfabetização audiovisual de Paulo Freire, com idêntica finalidade. Foram bons tempos, tempos de demonstrar ao cidadão que ele tinha direito e que esses direitos precisavam ser respeitados. Creio que esse período, vivido intensamente, rasgou-me importantes horizontes. Foi um permanente aprendizado.*

A militância no movimento estudantil alavancou o interesse pela vida pública e, por contrapor-se a prática política tradicional da época, de fundo conservador, teve sua iniciação já com caráter oposicionista. É o que confessa Nadyr Rossetti:

Como universitário, eu detestava política convencional, tanto que havia na faculdade o Centro Acadêmico André da Rocha, e, um grupo de jovens da época, nos quais me incluo, não aceitando a política que se fazia dentro das Universidades, no período pré 64, fundou o

Centro Tobias Barreto, de estudos filosóficos. Nossa concepção de sociedade era diferente, tínhamos outra proposta de sociedade.

As dificuldades existentes, em nível pessoal ou operacional, não constituíam empecilhos para o acesso aos estudos, tampouco para o engajamento no movimento estudantil, Fernando Cunha explicita: *Vivi um período de faculdade muito vibrante! Formávamos uma turma grande de estudantes e viajávamos, diariamente, de Anápolis a Goiânia, acordando de madrugada e enfrentando sessenta quilômetros de estrada de chão onde, inúmeras vezes, ficávamos atolados. O grupo de Anápolis, graças à nossa união, é que apontava os rumos do movimento estudantil da Faculdade de Direito. Alguns colegas, inconformados com nosso poder de decisão, bem como com a minha liderança, acusavam-me de ditador. Enfrentamos batalhas sérias e definitivas...*

A distância entre a cidade de origem e o centro universitário não era obstáculo intransponível para capacitação profissional, como comprova a fala de Freitas Diniz:... *ingressei na faculdade de engenharia, que na época chama-se Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil. Um nome muito pomposo! E ainda, nos primeiros meses cheguei a cursar a Universidade Católica, que funcionava exatamente dentro do Colégio Santo Inácio, na Rua São Clemente, que também foi fundada por jesuítas e depois transferida para Gávea. Faziamos, normalmente, dois vestibulares para Católica e para Nacional. Todos os alunos que concluiam o segundo grau, no Colégio Santo Inácio, ingressavam automaticamente na escola superior sem os tais cursinhos, seu índice de aproveitamento era quase cem por cento. No meu caso, tranquei a matrícula na Católica e cursei a Nacional de Engenharia. A universidade funcionava mais sob o aspecto formal, porque na realidade constituíam escolas isoladas: Direito, Engenharia, Medicina, Belas Artes. O Reitor Pedro Calmon, com toda a sua empáfia ficava na Praia Vermelha. Deste modo, não existia ambiente universitário nestas escolas.*

Para a geração de Santilli Sobrinho os impedimentos eram muito maiores, entretanto não serviram como desestímulo: *Na minha mocidade eram poucas as faculdades e universidades disponíveis e somando-se esta realidade à "tradição regional" da época, fui,*

juntamente com um grupo de jovens de Assis, estudar em Curitiba onde me formei em Economia e Educação Física

A importância da vivência universitária traduziu-se nestas falas como um fator que contribuiu inegavelmente na tomada de consciência dos Autênticos. Esta experiência foi também, em alguns casos, responsável pelo desencadeamento do exercício da política partidária

Fernando Lyra iniciou sua militância muito precocemente, quando no ano de 55 com apenas dezesseis anos, não sendo sequer eleitor, coordenou a campanha para prefeito da cidade de Caruaru: *Eu, um estudante secundarista de colégio noturno, tive um professor de matemática que embora fosse inexpressivo politicamente, vez por outra, falava deste tema. Na ocasião em que a proposta de candidato único era o assunto mais comentado da cidade, as discussões exacerbaram-se. Em meio a esse clima, certa feita perguntei-lhe qual era a sua posição, e se considerava correta a questão do candidato único. Mediante a resposta negativa, perguntei-lhe:*

- "Por que, então, o senhor não se lança candidato?" Conclusão: terminei como coordenador da campanha dele e como tinha dezesseis anos fui, de certa forma, a estrela da campanha. Isso foi em 1955! No ano de 58, em Pernambuco, durante a campanha de Cid Sampaio, muito forte na época, participei até de comícios.

A influência do populismo sobre os Autênticos que se iniciaram nas lides políticas na década de cinqüenta, é inconteste. Seja pela vertente pessedista, com maior influência nos Estados agrários, seja pelo trabalhismo, nos centros urbanos, o fato é que o getulismo deixou marca profunda na consciência política dos Autênticos. A primeira participação de Amaury Müller, deu-se ao tempo do ginasial, em uma campanha, cunhada pela marca nacionalista: *O país, em fins da década de 40 e nos primeiros anos 50, foi sacudido pela campanha "o petróleo é nosso". Como dirigente secundarista, tive acesso a debates e discussões intensas sobre o tema. Com alguns dirigentes comunistas, então proscritos mas ativos em sua ação, aprendi o "beabá" do petróleo, sua importância estratégica e o significado de tê-lo sob o controle estatal.*

TRAJETOS PROFISSIONAIS: antecedentes da vida político partidária

Nestes depoimentos os Autênticos revelaram os trajetos profissionais que antecederam suas vidas político partidárias. A maioria dos integrantes do Grupo, teve um exercício profissional competente e comprometido. Deste modo, é possível afirmar com tranqüilidade, que foi este e não outro, o fator desencadeador do engajamento político de alguns dos Autênticos. Neste sentido, a narrativa Alencar Furtado, é bastante expressiva especialmente quando se leva em conta que a ousadia do casal Furtado, garantiu ao Paraná um advogado honesto e competente, e à Nação brasileira, um político arrojado e brilhante: *Eu e minha esposa Miriã nos formamos juntos em 1950, éramos colegas de turma, e no ano de 1952, chegávamos ao noroeste do Paraná, mais precisamente na cidade de Paranavaí, uma civilização ainda embrutecida, mas muito promissora, onde advogados não existiam. Fui para lá na esperança de dedicar-me à advocacia, e o fiz cerca de vinte anos, advoguei diuturnamente... No interior é difícil trabalhar como especialista, pois se corre o risco de não se firmar como advogado. Caso um cliente chegasse ao meu escritório e eu lhe dissesse que minha especialidade não era aquela, ele diria: "Esse cara não sabe nada". Desse modo, dedicava-me à "clínica geral", entretanto trabalhei muito com a área criminal, tenho um acervo com mais de duzentos júris populares... Enfim, advoguei muito e acredito que foi uma das melhores fases de minha vida, porquanto me realizei profissionalmente.*

Até para um advogado alheio ao mundo político partidário, a atividade profissional teve papel preponderante no despertar para a luta democrática. Lysâneas, dono de bem sucedida banca advocatícia no Rio de Janeiro, passou a ser procurado por clientes perseguidos pelo regime, e revela: *Até por volta dos quarenta e quatro anos, eu era um próspero advogado na Guanabara. Um advogado de sucesso, com escritório de um andar inteiro na Avenida Rio Branco. Tinha uns sete colegas sob minha direção ... enfim, vivia uma vida tranqüila ... tranqüila no sentido de não me imiscuir em problemas políticos... Na condição de advogado, comecei a defender estudantes, trabalhadores comuns, porém de*

forma ainda desarticulada...

O caso de Nadyr Rossetti, segue também este caminho: *Formado advogado, voltei para o interior do Estado, para Caxias do Sul onde fui advogar com um rapaz que havia sido Vereador, e nas eleições de 1963 acabara de ser eleito Deputado Estadual, chamava-se Pedro Simon...*

A este respeito Walter Silva, explica a importância profissional e a credibilidade adquirida na condição de advogado trabalhista: *Bom, até 1968 eu era um advogado trabalhista obreiro, trabalhava só para operários, trabalhadores, empregados. Não fazia advocacia patronal. Devido uma clientela muito grande, alcancei um certo destaque na sociedade como advogado, sobretudo nos meios trabalhistas. Cheguei a advogar para quase todos os sindicatos da região de Campos e adjacências, sempre sindicato de trabalhadores...*

Francisco Amaral, explica que antes do exercício político lecionou e advogou em defesa de trabalhadores sindicalizados: *Originariamente, lecionei Filosofia e Direito, quando passei a advogar e a defender os direitos dos trabalhadores sindicalizados, fundamentalmente da cidade de Campinas. Estas atividades, experienciei-as na década de 50, e até por volta da década de 60 participando de numerosas greves, como advogado, evidentemente.*

Outros existem, como Fernando Cunha, que fazem questão de exibir a necessidade do engajamento precoce no mercado de trabalho face a sua origem modesta, e as necessidades financeiras agravadas pela doença de seu pai: *... aos quinze anos, muito ávido por estudar, fui ao Rio de Janeiro onde meu irmão João já se encontrava. Lá chegando, arrumei emprego como auxiliar de escritório em uma tecelagem chamada "Empresa Paulistana de Tecidos", situada na Rua da Alfândega. Posteriormente, mudei-me para São Paulo onde trabalhei na Gráfica Bignardi e na Sidney Ross Company, na Rua Vieira de Carvalho, uma multinacional fabricante do Melhoral, dentre outros produtos...* Após a graduação em Direito, Fernando Cunha continua: *Na condição de advogado, trabalhei durante algum tempo na área de Processo Civil e, em seguida, fui nomeado Procurador de Justiça da Prefeitura Municipal de Anápolis.*

Logo após o Golpe de 64, participei do primeiro grupo de advogados de presos políticos do Brasil fazendo muitas defesas... Apesar de jamais ter exercido outro cargo eletivo, eu acumulava muita vivência partidária, posto que, participava ativamente do processo político. Especialmente a partir de 1960, quando da eleição do Governador Mauro Borges cuja posse se deu em 61. Nessa ocasião, fui convidado por ele para montar um sistema de comunicação social do governo do Estado de Goiás que propunha uma macroestrutura de comunicação social compreendendo: jornal, rádio, agência de propaganda, agência de notícia, instituto de cultura popular, além da instalação de um canal de televisão próprio.

A advocacia em favor das classes menos favorecidas, marcou o início da vida política de quase todos os Autênticos que tinham esta formação profissional, a maioria deles (tabela 3). Porém, casos há como o de Freitas Diniz, em que a profissão, por sua própria natureza, pouco influenciou a vida política: *Formado Engenheiro Civil, voltei para o Maranhão onde trabalhei no Serviço Público de: Energia Elétrica, Água e Esgoto, Estradas...*

Do mesmo modo, Marcondes Gadelha, ambicionava seguir apenas a carreira médica, buscando especialização no exterior: *Fiz a Residência Médica em Cirurgia, aqui em Brasília, e o curioso, é que a minha vocação naquele momento, o interesse maior apontava para um aprofundamento nos estudos de Medicina. Tanto é, que me preparava para o "E.C.F.M.G." um concurso, para os jovens médicos estrangeiros ingressarem nos hospitais americanos. A minha idéia, era prosseguir nos estudos de cirurgia. Sendo cirurgião geral, considerava-me tecnicamente hábil e por isso, intencionava ir para os Estados Unidos, passar cinco anos aperfeiçoando-me também em cirurgia cardiovascular.*

O eixo norteador da vida profissional de Jaison Barreto, sempre foi a luta pela competência, através principalmente, da busca de novos conhecimentos em oftalmologia, sua especialidade na medicina. Entretanto, uma calamidade pública colocou Dr. Jaison frente a frente com uma organização de trabalhadores, levando-o para o caminho das lutas populares, especificamente, a militância sindical: *Voltei para Santa Catarina, indo trabalhar no interior, na cidade de Rio do Sul. As coisas na vida,*

contudo, sempre sofrem influências...Parece que um estranho desígnio orienta e conduz as pessoas... Eu iria substituir o Deputado de Rio do Sul em um esquema meio oficializado, no qual se encontram todas essas coisas de tráfico de influência, ou seja, fazer carreira e ganhar muito dinheiro!

Ocorre que as enchentes, episódios marcantes dessa região, acabaram me levando para a cidade de Brusque como médico do Sindicato dos Trabalhadores da Fiação e Tecelagem. Esse Sindicato, ainda hoje, é um dos melhores e naquela época, já conjugava a preocupação social de atender seus filiados. Os médicos que lá trabalhavam eram muito contestados pelos colegas locais que viam uma invasão da área deles e ainda afirmavam:

-"Médico de sindicato só pode ser comunista!"

Nesse interim, devido à minha excelente formação profissional, se me permite a falsa modéstia, com especialização no Instituto Barraquer da Espanha, ainda hoje reconhecido internacionalmente, transferi-me para Blumenau. Por ser um centro maior, indicava mais possibilidades profissionais, porém, nessa época fiquei um pouco afastado da vida partidária; entretanto, sempre que podia, me posicionava contra o regime. Exercia a profissão em minha clínica e participava do Sindicato dos Médicos e da Associação Médica. Nessa ocasião, até formei uma agência correspondente do Departamento de Oftalmologia do Estado, em Blumenau.

A coragem, traduzida no pioneirismo, influenciou sobremaneira, a vida profissional de Jerônimo Santana, cujo desdobramento repercutiu em seu percurso político: *Recém-formado em Direito, mudei-me para o antigo território de Rondônia onde me dediquei, inicialmente, à atividade de extração de minério. No período de 1967 a 1969, passei a assessorar a incipiente direção do antigo MDB, no Território, que vivia muito escorraçado pelos militares, mormente devido ao AI-05 que acabara de ser editado.*

O INÍCIO DA CARREIRA POLÍTICO - PARTIDÁRIA

Alguns Autênticos, iniciaram carreira política, anterior ou paralelamente a

profissional, como ocorreu com Francisco Pinto, que explica: *Comecei a advogar em Feira e na região no início de 1955. O fato de ter sido um vereador atuante contribuiu para que clientes aparecessem nos primeiros dias. Tornei-me advogado dos sindicatos de Construção Civil, Fumageira, Feirantes, Metalúrgicos e Comerciários e cheguei a ter a maior banca de advocacia da região, embora não a mais rendosa*

Para muitos Autênticos opção pelo exercício da política partidária, não foi traçado por vontade ou vocação, mas fruto do acaso. A este respeito Alencar Furtado expõe: *Um belo dia, oito prefeitos da região sugeriram que eu lançasse minha candidatura a deputado estadual. Não aceitei... isso foi numa época, não lembro a data certa... convidaram-me, mas não aceitei. Insistiram, fizeram uma luta muito grande, argumentavam que eu não gastaria nada, na ocasião as campanhas eram assim de mão beijada... mas não quis!*

Nesse interregno, veio a ditadura. Aí, me animei a lutar contra ela, como passei a minha vida toda estudando Direito, sentia-me violentado pelas barbaridades praticadas e pelo arbitrio que campeava. Avaliei também, que seria um instante muito bom para a minha formação e minha vida interior, sobretudo. Concorri, fui eleito Deputado Estadual, cumpri o mandato, e em 1970, elegi-me Deputado Federal.

No caso de Francisco Amaral, foi a questão profissional focada na defesa de trabalhadores sindicalizados, o fator desencadeador de sua entrada na política partidária: *No ano de 62 em razão da encampação da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, defendi os ferroviários, na condição de advogado contratado. Nesta ocasião, resolvi disputar pela primeira vez o mandato de Deputado Estadual, quando fui eleito, visando ser o representante dos ferroviários na Assembléia Legislativa de São Paulo. Posteriormente em 1966, disputei a Câmara Federal, para a qual fui eleito Deputado... consciente das dificuldade, mesmo porque a essa altura, estava filiado ao MDB... ao antigo MDB.*

A política para Walter Silva, surgiu mais como pressão do que opção propriamente dito. Após ceder ao assédio, elegeu-se deputado federal, continuando seu trabalho em defesa do trabalhador da cana de açúcar dentre outros temas. A identificação com as causas dos trabalhadores, deram-lhe destaque profissional. Destarte, o

convite para participar da contenda eleitoral, era o próximo passo: *A campanha eleitoral, de 1970, no auge da repressão político-militar, da ditadura, o MDB se reuniu para disputar as eleições municipais, Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, Deputado Estadual, Federal e Senador, as eleições eram comuns. Na hora de compor o quadro, faltou um candidato a Deputado Federal . Na reunião, que se fazia na casa do secretário nosso, do MDB, o ex-deputado Sadi Morgado (cassado pela Revolução e meu aluno na faculdade de Direito de Campos) lembrou-se de mim. Foi até a sala de aula, me convidar para uma reunião no Partido, naquela noite ainda, sem dizer o motivo. No curso desta reunião, surgiu mais do que um convite, uma intimação para que fosse eu, o candidato!*

Achava, que seria difícil me eleger Deputado Federal, porque exigia muito voto. A repressão pesada, uma censura enorme e havia a demanda também. Quer dizer, era uma campanha sempre muito cara, que necessitava de muito recurso.

Nesse momento histórico, havia uma divisão clara: os que fechavam, com o governo eram ARENA; os de oposição, eram MDB. Apesar disso, ou por isso, não havia gente com coragem de entrar no MDB e disputar eleição... havia muito receio... Só fui candidato porque os que deveriam ser, tinham medo... Como eu não tinha medo, acabei aceitando o desafio, não sem antes relutar muito, achando que era difícil...muito difícil!

A possibilidade de não ter um candidato local, que a região tradicionalmente teve, preocupou-me. Campos sempre se destacou por ter vários Deputados Federais, ter Senador, Governador de Estado e até Presidente da República! Não era possível, que o MDB de Campos, tivesse que apoiar um candidato de outras regiões do Estado! E, em nome deste, digamos, bairrismo, deste provincianismo aceitei ser candidato e me elegi!

A disponibilidade de correr o risco ao assumir uma candidatura naquele regime de exceção, foi fator preponderante e orientador da vida política de Jerônimo Santana: *Em 1969, filiei-me ao MDB, aprofundando os contatos com o Partido, não só em nível local, como nacional. Nessa época, Rondônia contava apenas com uma cadeira de Deputado Federal, mas não havia pessoas com coragem de candidatar-se a essa única vaga, dado ao terror promovido pelos efeitos do AI-5. Nessas circunstâncias, em 1970, resolvi disputá-la*

numa eleição majoritária.

Lá não existia Câmara de Vereadores, nem Assembléia Legislativa, e tampouco representação no Senado. Era uma ditadura das mais fechadas !

Tratando da intrepidez de assumir candidatura em um momento histórico tão conturbado, a entrada de Fernando Cunha na disputa eleitoral, deveu-se muita à sua coragem. Haja vista que na eleição de 1970, era a "linha dura" do regime quem dava as cartas e portanto poucos atreviam-se a enfrentá-la: *A minha entrada na política para concorrer a um cargo aconteceu na campanha de 1970, época em que as pessoas não tinham coragem de se candidatar porque temiam a repressão e esse fato fez com que o MDB não atingisse o número suficiente de candidatos para compor a chapa do Partido. O Governador Mauro Borges, estando cassado e impedido de participar, solicitou a minha candidatura. Em sua avaliação, eu talvez fosse o único membro de seu governo com condições de ser eleito. Sucumbi, lançando-me candidato a Deputado Federal.*

Logo no início da campanha, senti que havia condição de eleger-me e, a partir disso, comecei a visitar o Estado inteiro, embora priorizasse a capital. Percorri as cidades de rua em rua, de bairro em bairro, fiz comícios nos quais denunciava a ditadura abertamente e, ao mesmo tempo, lançava luz às arbitrariedades por ela cometidas. Sentia nos olhos do povo a necessidade de expressar seus pensamentos, suas angústias, e segui denunciando e contestando a ditadura. Repito, fiz isso de bairro em bairro, de rua em rua, em todos os cantos da Capital e em todos os cantos do Estado onde tive condições de falar. Foi na campanha, e exclusivamente na campanha de contestação à ditadura que consegui ser o Deputado Federal mais votado da história da capital... com uma belíssima votação!

Prosseguir com a saga familiar, que era oposição na Paraíba, levou, Marcondes Gadelha, a adiar seu sonho de especialização médica nos Estados Unidos. Atendendo a uma convocação do pai, teve sua iniciação política desencadeada: *...por conta de uma disputa política local, muito acirrada na cidade de Souza, meu pai pediu para que antes da residência médica nos Estados Unidos, eu permanecesse algum tempo no município colaborando... A medicina era uma forma de fazer política, e de ajudar a família,*

os que estavam no enfrentamento da luta local, no batente propriamente dito! Em Souza, trabalhando como médico, rapidamente, as pessoas entenderam que o candidato a Prefeito deveria ser eu. De certa forma, cedi ao apelo familiar, assumindo a eleição para Prefeito entrando na política... e de onde não sai até hoje.

A TOMADA DE CONSCIÊNCIA:

A tomada de consciência e a escolha de personalidades, que lhes serviriam como matrizes referenciais, formam um tema muito complexo. Para que isso aconteça, é necessário uma síntese de elementos objetivos e subjetivos. Ou seja, colacionar o contexto sócio-histórico à visão de mundo e ao projeto de sociedade de cada um. Para aquele considerado um dos líderes do Grupo, Chico Pinto, sua referência se aproxima ao nacionalismo de Getúlio Vargas, contudo não pela vertente trabalhista, expressão mais a esquerda da estrutura getulista de poder, mas, paradoxalmente, foi pelo ramo conservador, na legenda do PSD, que Chico Pinto lançou-se nos embates eleitorais. Registre-se este o braço conciliador e berço político dos moderados do MDB, é o que Chico Pinto revela: *...sou um produto do populismo (sem aspas) do Getulismo, da rígida ética que a UDN pelo menos externava e, mais tarde, dos ideais socialistas absorvidos na universidade.*

Naquele ano de 1950, Getúlio Vargas esteve em Feira de Santana, em campanha eleitoral, disputando a Presidência da República. Hospedou-se na residência de mamãe, onde almoçou e passou parte do dia. Até hoje existe uma placa de mármore registrando aquele acontecimento. Seu comício abalou emocionalmente a cidade, com getulistas apaixonados e uma minoria agressiva da UDN tentando tumultuar o ato político. Getúlio Vargas, apesar disso, venceu as eleições no município por maioria absoluta, derrotando os demais candidatos reunidos: Eduardo Gomes (UDN), Cristiano Machado (PSB).

Neste ano, disputei uma vaga na Câmara Municipal pelo PSD. Votei, porém, em Getúlio e fui um dos vereadores mais votados da cidade. No início do ano, em companhia de

outros jovens e alguns profissionais liberais, articulamos criar um novo partido na cidade. Comecei a "fazer" eleitores, como se dizia à época, isto é, trabalhando no alistamento eleitoral. Já havia inscrito mais de uma centena de eleitores.

Fui procurado, em nossa residência, pelo deputado federal Constituinte de 1946 e ex-Prefeito do Município, Dr. Eduardo Fróes da Mota, uma das maiores figuras que conheci na vida pública. Convidou-me para ser candidato pelo PSD. Respondi que pensava em criar um novo partido em Feira. Paternalmente, desaconselhou-me. Disse-me que era uma aventura, uma vez que esse partido não alcançaria o coeficiente eleitoral, fato que constatei, posteriormente, nas eleições, ser verdadeiro. Acrescentou que conhecia meu trabalho e que também me beneficiaria com o apoio de alguns correligionários do meu pai, sobretudo no Distrito de Humildes, mas que muitos deles continuariam na UDN, o que, também, era verdade. Disse-me, ainda, que queria renovar o PSD no Município. Citou vários jovens recrutados por ele (alguns se elegeram vereadores comigo). Avisei-lhe, então que iria conversar com os demais companheiros e acabei no PSD, liderado por um político sério, coerente, experiente, solidário, sincero e que não prometia em vão, quer na política ou fora dela.

Getúlio dominava a cena política brasileira no pós-guerra, manobrando o poder através de dois instrumentos partidários, o PSD, conservador, mais atuante nos Estados mais agrários e com o PTB, partido, também populista, contudo portador de características urbanas, com políticas voltadas para as massas trabalhadoras. Reside então, face as características agrárias da Bahia, a razão pela qual Chico Pinto, um nacionalista exaltado, tenha iniciado sua vida pública pela legenda do PSD e não pelo PTB. Paradoxal é que este mesmo PSD deu origem aos moderados do MDB, grupo, que no período da ditadura militar sempre criou obstáculos às atividades dos Autênticos. Interessante ainda registrar, que o impacto da visita de Getúlio Vargas a Feira de Santana, foi um dos fatores responsáveis pelo comportamento político de Chico Pinto. A figura do Dr. Eduardo Fróes da Mota, mostrou-se também fundamental nos primeiros passos políticos empreendidos por ele.

Para os Autênticos que se lançaram mais tardiamente na política, o MDB foi a porta de entrada, como narra Freitas Diniz. Para ele, a referência que contribuiu na sua tomada de consciência foi Bertrand Russel. Deve-se a este filósofo a prevenção que Freitas adotava com relação ao PCB, este praticamente hegemônico no Movimento Estudantil, do Rio de Janeiro, sendo um dos principais fatores que impediu sua militância, quando cursava a Faculdade de Engenharia, na então capital do país: *Não adquiri esta percepção da noite para o dia...não! Minha formação vem de muito... minha tomada de consciência deu-se aos dezessete anos, no tempo que estudava nos jesuítas. Até então eu era dogmático, professava mesmo, e estudando em colégio de católico, recebia uma formação razoável, inclusive em outros setores...*E continua: *Foi um período muito criativo, quando passei a ler Bertrand Russel, que me influenciou demais, sobretudo porque nivelava o dogmatismo da igreja, com o dos comunistas. Estava longe de querer as coisas prontas... meu desejo era discutir, debater... e exatamente me libertar. Neste quesito, Bertrand Russel contribui na minha formação, através do livro: "Problemas da filosofia", cuja frase: "O que liberta é a dúvida", levou-me a ler e gostar de filosofia. Russel, considerava a dúvida libertadora, quer dizer não é metódica, como para Descarte e sim elemento que impulsiona para a liberdade. Declarava: "A medida que aparece o dogmatismo, morre a liberdade, surge o cerceamento".*

Foi dentro desta perspectiva e plano, que cheguei na escola de engenharia, cujo Partido dominante, era o Partidão... o Partido Comunista reinando absoluto... As dissidências surgiram depois. Havia trotkistas, mas tão distantes... temiam o Partidão que não os tolerava. A política estudantil, esteve distante de minhas prioridades, e o primeiro Partido que realmente me filiei foi essa frente... MDB.

Marcondes Gadelha é também dentre os integrantes do Grupo, quem atribui a sua tomada de consciência às leituras, sobretudo, àquelas realizadas durante o período universitário, e confessa: *...devo me reportar à época de estudante, quando sofri uma influência filosófica bastante forte dos existencialistas, sobretudo dos franceses. Eles tinham uma desconfiança muito grande, em relação aos sistemas, e a qualquer forma de sistematização*

do fenômeno humano.

O ser do homem, está em permanente transcendência, não pode ser enquadrado, e não há como direcioná-lo mediante um conjunto de regras como se fosse um objeto. Esta idéia em relação aos sistemas, ou a sistematizações, ficou no meu inconsciente por muito tempo. E prossegue: *Na minha concepção, as ideologias não poderiam prevalecer contra esta explosão de liberdade que é o ser humano, não era possível enquadrar e, mais cedo ou mais tarde, a história provaria isto... Sempre desconfiei.*

O confronto com as doenças, em especial as geradas pela miséria, cujo contato inicial ocorreu no Rio de Janeiro quando estudante da Escola Nacional de Medicina, foi fator preponderante no processo de conscientização de Jaison Barreto: *De acordo com a realidade brasileira, o médico é muito propenso a ser envolvido pelo processo político e a tomar consciência dele. Essa profissão, em especial, nos faz perceber que o trabalho individual é limítrofe, não resolve os problemas e nos coloca como parte da engrenagem... É inexorável a necessidade de uma visão global das coisas, procurando solucionar essa tragédia. Nesse contexto, minha formação teve como cenário um Rio de Janeiro que era, na ocasião, o centro político do Brasil... muito diferente de Brasília, esta coisa morta! O Rio significava o estuário da indústria nacional, além de ser a capital política do país. É claro que isso influiu na minha formação... Desse modo, ali fiquei até 1961, fazendo curso de oftalmologia, muito "C.D.F.", como dizem, porém, com uma visão politicamente clara.*

A vivência de Jerônimo Santana, tendo o norte do país como modelo, serviu para definir seus paradigmas políticos. O que não se pode deixar de notar entretanto, é o ecletismo de suas figuras referenciais: *... extremamente emocionado, eu admito, os demais governantes majoritários...nada mais fizeram! Eu tentei seguir os passos de Rondon, Getúlio, Juscelino e muito os admiro...*

Apesar da marca religiosa em sua formação, Lysâneas Maciel situa sua tomada de consciência na idade adulta, atuando como advogado de perseguidos pelo regime militar. Do contato profissional com o clientes, foi inteirando-se das injustiças, da barbárie que se instalava no país; *Por volta de 1968...comecei a despertar, a intensidade*

das perseguições, a violência, a tortura e as mortes, tornavam insuportável minha condição! Principalmente após o AI-5, muitos estudantes, muitas mocinhas eram arrancadas das salas de aula das Universidades e brutalizadas! Os reitores comandados por órgãos especiais onde um Coronel militar era sempre o chefe. Inclusive as manifestações didático/pedagógicas, eram lideradas por um militar. Nessa época, a educação tinha portanto que servir ao regime... por esta razão, houve um verdadeiro esmagamento das ciências humanas, em favor das ciências exatas...

Embora não tivesse tradição político partidária, a formação religiosa e o movimento de base, constituíram a síntese da tomada de consciência de Nadyr Rossetti: *Minha formação é social democrata. Tive uma certa dificuldade de romper com certos paradigmas, porque fui durante muitos anos estudante de Jesuítas...*

Eu não era "PTB". Ou seja, não possuía nenhuma tradição política familiar, nem no PTB do Rio Grande do Sul, ou em qualquer outro lugar. Trazia sim, uma concepção de sociedade, semelhante àquela que tinham os petebistas mais avançados, como no caso do Getúlio Dias e outros, que já estavam fazendo política, e levavam as discussões pertinentes relativas à sociedade, através do movimento de base...

Não tenho a menor dúvida em afirmar: o movimento mais lindo de conscientização, participação e formação popular, que o Brasil testemunhou, foi movimento de base! O momento de maior beleza cívica, já visto neste país! E completa: *...o maior ideólogo da social democracia brasileira, é ainda hoje, a meu ver, Alberto Pasqualini, que deu todo embasamento ideológico ao PTB. Por volta de 1945, ele era considerado um comunista dos mais exacerbados, mas na verdade, era um social democrata, um solidarista ou algo semelhante.*

A condição de leitor contumaz de filosofia, associada a uma sensibilidade pessoal, são as razões que consubstanciaram a tomada de consciência de Santilli Sobrinho:*...de forma não propriamente engajada em um Partido, mas sim com preocupação humanista com muita leitura filosófica, muita meditação.*

AS RAZÕES DA AGLUTINAÇÃO

A idéia de exercer um mandato oposicionista, fazendo contraponto explícito ao regime, foi o grande fator de nidação dos Autênticos. A maneira todavia do desencadeamento deste processo é interpretada por muitos, como espontânea. Alguns como Fernando Cunha, deixam claro que a inexperiência política, o noviciado, induziu-os a um informalismo organizativo, veja a sua fala: *Em relação ao Grupo, tudo aconteceu espontaneamente, e nossas situações foram informais até porque penso, todos nós tínhamos uma espécie de "alma anarquista" e nunca nos preocupamos com formalismo. Pensávamos da mesma forma e vínhamos de uma campanha, com esse mesmo jeito...*

Seguindo a tese da espontaneidade, Getúlio Dias ressalta, que a inexperiência em militância político-partidária pesou bastante na estruturação do Grupo. Foi pela observação do comportamento, e discurso em plenário que possibilitou a identificação daqueles que poderiam participar deste movimento. Tal tese é evidenciada no depoimento de Getúlio Dias: *Nosso encontro foi, realmente, muito espontâneo! Naquela época, evidentemente, as pessoas se procuravam pelo perfil, pela maneira de falar em plenário, pelo modo de atacar o governo, enfim, de dar murro sem medo. Começamos a observar os comportamentos na Câmara:*

-"Olha o Chico Pinto, esse baiano ai"... Constatávamos as afinidades no cafezinho da Câmara e começávamos nossa conversa. Foi assim que conheci Chico Pinto, Fernando Lyra, Alencar Furtado, Freitas Nobre... e demos início ao Grupo.

Esta espontaneidade tinha um limite, na medida que exigia um certo empenho na identificação dos pares. Como expressar este posicionamento oposicionista, com quem se articular para dar uma dimensão que permitisse este sentimento ter envergadura. Pelo registro de Chico Pinto, vê-se que esta espontaneidade não era total. A mais antiga e estruturada organização política de esquerda, o Partido Comunista Brasileiro, apoiou pontualmente diversos candidatos comprometidos com a luta democrática, pelo país afora, independente de serem seus militantes. Isto,

além da observação das atividades dos parlamentares, possibilitou a montagem de um primeiro núcleo de oposição autêntica: *Finalmente, cheguei a Câmara Federal entre os deputados mais votados do Estado. Antes da posse discutia com os companheiros da campanha na Bahia o que fazer? Chegamos a conclusão que eu não poderia ficar isolado. Era preciso ter uma proposta e uma organização. Enfim, criar no Congresso uma "Frente Parlamentar Nacionalista" que depois se estenderia pelos Estados. Procurei informação sobre os novos deputados, mas eram escassas. Dirigentes do PC forneceram-me uma lista dos candidatos que o Partido apoiou nos mais diversos Estados. Lembro-me de Fernando Lyra, em Pernambuco. Incluíram o nome de Marcos Freire, que não apoiaram mas, teve o apoio da Igreja Progressista com Dom Helder Câmara. Walter Silva e J.G. de Araújo Jorge, no Rio de Janeiro. Santilli Sobrinho, em São Paulo. Nadyr Rossetti, no Rio Grande do Sul. Olivir Gabardo e Silvio Barros, no Paraná, que integraram o grupo no inicio e depois se desligaram . Paes de Andrade no Ceará. Fernando Cunha em Goiás.*

Outras informações foram chegando. Hélio Duque, baiano que residia no Paraná e mais tarde, em 1978, elegeu-se deputado federal por aquele Estado, falou-me que os melhores da bancada do Paraná eram Alencar Furtado e Fernando Gama. Falei com ambos. O Gama no inicio da organização nos ajudou, depois afastou-se.

Não que o Grupo tenha-se originado com aqueles apoiados ou apontados pelo PC, mesmo porque este apoio era informal, não programático, bem como, é impossível avaliar se este foi imprescindível ao sucesso eleitoral. Esta participação no entanto, tem seu valor como informação importante e conseqüente na identificação dos possíveis componentes do Grupo. Com esta preocupação, Fernando Lyra, diz: *Nossa luta, nossa postura, é bom deixar claro... era de oposição ao regime, obviamente, com certos cuidados, pois a conjuntura politica estava avessa a comportamentos criticos.*

Continuamos identificando nossos pares, inicialmente, repito: Lysâneas, Chico Pinto, Alencar Furtado; depois em São Paulo, Santilli Sobrinho, Freitas Nobre; no Rio, ainda, J. G. de Araújo Jorge; no Ceará, Paes de Andrade. Paes, por ser veterano e fazer parte da mesa, acolheu-nos e passamos a nos encontrar em sua secretaria. Dessa forma, a falta de local foi

resolvida, ficando mais fácil mantermos e fazermos novos contatos. Conversamos também com Freitas Diniz, Marcondes Gadelha, Nadyr Rossetti. Mais tarde, com Getúlio Dias, Collares, Amaury Müller, Walter Silva, Jaison Barreto, compondo o núcleo do processo... A bem da verdade, o núcleo era mais... fundamentalmente, Lysâneas, Chico Pinto, Alencar, e eu, éramos assim, os mais... fechados. Havia pessoas brilhantes: Marcos Freire, Collares, Freitas Diniz. O núcleo era isso aí, mais ou menos...

A formação do primeiro núcleo, em que pese a espontaneidade, permitiu que se visualizasse um polo claramente oposicionista no Congresso, catalisando o surgimento de movimentos de mesmo cunho, também nas Assembléias Legislativas. É o que se apreende da fala de Eloy Lenzi: *Éramos, inicialmente um pequeno grupo. Daqui do Rio Grande, uns três; de São Paulo, o Freitas Nobre, cearense, que radicado, fazia política em São Paulo, era um grande Deputado. Quando nosso Grupo vingou, e perceberam que negócio era recomendado, apesar do Movimento Autêntico ser Federal, teve influência até na Assembléia daqui de Porto Alegre. Surgiram Deputados Estaduais Autênticos... de repente todo mundo era Autêntico aqui no âmbito estadual!*

A espontaneidade, como característica na formação do Grupo é reforçada na narrativa de Lysâneas Maciel, quando faz alusão ao fato dos componentes do Grupo serem provenientes dos mais diversos Estados do Brasil, além de em sua grande maioria estar pela primeira vez exercendo mandato federal: *...o fato do Grupo ser formado por pessoas de lugares diferentes, sem conhecimento prévio, e tínhamos profundas afinidades. Éramos homens de esquerda... apesar de uns mais antigos na luta... outros menos... como eu, um advogado burguês, acomodado com a situação, ficando sempre na posição de defesa.*

O comportamento em plenário, era o principal critério para identificar aqueles que se destacavam na luta pelo fim da ditadura e início do processo de democratização. Este foi um ponto valioso na união do Grupo, tal como diretrizes partidárias. À primeira vista muito genérico e abrangente, era este porém o programa possível, naquele contexto. Enfatizando este elo de união dos Autênticos, Freitas Diniz

conta:...*perspectiva de avançar visando a redemocratização do país, era o principal fator de união. Reside aí um dos principais pontos de nidação do Grupo: começamos a falar uma linguagem parecida. Chegava o Marcos Freire fazia um discurso, o Fernando Lyra outro, e as identidades foram surgindo. Não tínhamos muita afinidade com os conservadores, mas nos esforçávamos para superar esta condição, entendíamos que uma convivência "civilizada", fazia-se necessário, pois nossa meta era a derrubada do regime autoritário, como realmente aconteceu.*

A iniciativa de algumas lideranças que se encarregavam de convidar outros deputados com posturas semelhantes, é, atribuído por Walter Silva como razão primeira da formação do Grupo: *O movimento dos Autênticos, surgiu em 1971, quando se instalou nossa legislatura. O Grupo se formou logo de plano, tendo no início por volta de doze componentes... nós começamos com doze.*

Ao tomarmos posse, surgiram lideranças que se encarregavam de chamar pessoas para formar o Grupo... eu fui um dos primeiros que aceitou. Os componentes do Grupo, normalmente eram Deputados Federais, que além de emedebistas, tinham relevo no plano regional de seus Estados, e mesmo nacionalmente. O Estado Rio de Janeiro tinha dois Autênticos, a rigor Lysâneas e eu. Cada Estado tinha um, dois, um pouco mais... Nos unimos de forma espontânea. No início, uma semelhança ideológica nos atraiu, nos imantou. No primeiro momento, objetivávamos a luta contra a ditadura... derrubar do regime autocrático. Cabe ressaltar que Walter Silva ao falar de espontaneidade, não nega o caráter ideológico e de oposição à ditadura como fator relevante da união dos Autênticos.

Para Nadyr Rossetti, o movimento estruturou-se e cresceu em torno de uma liderança: *Nossa aglutinação, não quero atribuir uma força demasiada a isto... mas, tenho certeza de uma coisa: o movimento todo começou a tomar forma na escolha do líder. Foi em torno da liderança...*

Na concepção de Jaison Barreto, a qualidade do discurso pungente, e corajoso, foi o principal motivo de aglutinação dos Autênticos: *Nossa união se deu pelas características do discurso questionador e apesar de, atualmente, todos se utilizarem dele, naquela época,*

éramos os únicos com coragem e ousadia de incorporar esta preocupação social às nossas falas. Não tínhamos o instrumental de que dispomos hoje, nosso espaço de denúncia, quase exclusivo, era o "pinga - fogo". Acesso a rádio, televisão? Nem pensar!

Ainda sobre este assunto Amaury Müller revela, que o amalgama do Grupo foi o comportamento tanto na Tribuna como fora dela. Isto é, a convivência propriamente dita, porque eles não se conheciam, e afirma: *Dessa identidade inicial, tímida porque ninguém sabia nada de ninguém e sempre havia o temor de algum "cabo Anselmo" infiltrado, nasceu a idéia de reuniões e troca de opiniões*. E, complementa revelando: *Eis o embrião do que, mais tarde, seria o "Grupo Autêntico": a oposição contundente, sem fronteiras ou limites, à ditadura militar e tudo o que ela representava de nocivo à democracia, à liberdade, à justiça social e à própria soberania do país*

Semelhança na leitura de conjuntura, somado "ao estilo pessoal", são para Marcondes Gadelha, os motivos pelos quais os Autênticos se aglutinaram: *Nossa força de atração, o fator de união, creio, foi a maneira, o estilo de cada um, bem como, uma certa visão comum do processo político e a necessidade de buscar uma solução eficiente no plano político, na luta contra a ditadura. Veja bem, acredito, que o Grupo Autêntico, foi uma das alternativas possíveis de enfrentamento da ditadura. Uma outra, era a guerrilha. Havia uma descrença generalizada em relação aos políticos convencionais como meio de contraponto à ditadura. Este sentimento era comungado pelos Autênticos, pela guerrilha, e sobretudo... pelo povo.* Gadelha coloca o Grupo como uma das únicas formas possíveis de embate naquele momento histórico.

Ainda o combate a ditadura, fica revelado de maneira explícita na fala de Francisco Amaral: *Indiscutivelmente, o que nos unia era luta contra a ditadura! Viemos de várias origens, até regiões geográficas diferentes e nos localizamos dentro de um mesmo contexto... uns mais, outros menos, mas cada um fazendo sua parte, e tendo um papel que garantisse a consolidação de um rumo democrático efetivo e certeiro para o país.*

A identidade nas posturas e nos conteúdos dos discursos feitos na Câmara, bem como a unidade em torno de uma liderança, foram consideradas as razões de

aproximação, cujo desdobramento traduziu-se na formação do Grupo Autêntico.

O NOME "AUTÊNTICO"

Não houve formalismo ou intenção deliberada no batismo do Grupo. Embora, alguns reivindiquem para si a autoria do nome, a maioria dos Autênticos atribui à imprensa esta denominação, mais precisamente ao jornalista Evandro Paranaguá: Curiosa a colocação de Alencar Furtado, que considerava que o Grupo foi chamado Autêntico para fazer uma diferenciação com a vertente conservadora também abarcada no MDB: *O nome do Grupo, uma marca forte e definitiva, deu-se porque os jornalistas passaram a identificar e comparar nosso comportamento político ao dos demais, por isso "apelidaram"- nos de Autênticos... os outros de Moderados.*

O mesmo conteúdo é expresso no depoimento de Walter Silva ao dizer que: *essa denominação, veio da imprensa. Foi a imprensa, que cunhou o grupo de "Autêntico" ou seja, "da oposição autêntica". Os jornalistas, queriam nos destacar do MDB, que era uma oposição consentida. Os que não tiveram acesso a Arena, foram mandados para o MDB, até pelo próprio regime, para compor internacionalmente, um quadro de simulada democracia no Brasil.*

A revelação que o nome Autêntico é de autoria do jornalista Evandro Paranaguá, fica evidente em várias narrativas, dentre as quais Fernando Lyra: *iniciamos a trajetória dos Autênticos cujo nome nos foi dado pelo jornalista do Globo, Evandro Paranaguá, no Seminário de Recife, no ano de 71. Evandro ainda hoje mora em Brasília, porém deixou o jornalismo. Outro jornalista que nos ajudou muito nesse período foi o cearense Marcondes Sampaio... uma pessoa muito especial para nós*! Esta opinião é também referendada por Lysâneas Maciel, quando diz: *Nossa divulgação primeira, deu-se através do jornalista Evandro Paranaguá, que só se referia ao Grupo, como Autênticos... Grupo Autêntico, consumando desta forma, nosso batismo.*

Além de concordar com a hipótese da imprensa como a grande divulgadora do

nome Autêntico, muitos detalhes são registrados na fala de Chico Pinto: *A propósito do nome Autêntico, ocorria que em dois Estados o MDB já era dividido. No Rio de Janeiro existia uma luta "chaguista e anti-chaguista"; na Bahia, "adesistas e ortodoxos", palavra que sempre considerei ruim mas, assim a imprensa bahiana nos qualificava. Essa expressão ortodoxos passou a ser usada pela imprensa nacional, quando os futuros autênticos se organizaram, em Brasília.*

Nessa ocasião eu tinha uma namorada, psicóloga na Bahia, que não era política, mas dizia que deveríamos mudar a palavra ortodoxo pois, era um nome muito feio! Eu explicava que, a imprensa já nos batizara de ortodoxo e que seria complicado mudar o nome. Foi então que ela sugeriu:

- "Porque não Autênticos? Autênticos tem uma contra partida que é inautêntico."

A sugestão pareceu-me muito interessante, mas achei que não daria para mudar. Até que um dia, subindo a escada do plenário da Câmara, encontrei-me com o jornalista Evandro Paranaguá. Falei-lhe da sugestão. Considerando-a muito boa, começou a coloca-la, no Jornal O Globo, e passou a ser o padrinho da nova denominação. Os outros jornais começaram a escrever:

- "Os que querem ser chamados de Autênticos". E, posteriormente adotaram autênticos em definitivo.

Sem nominar qualquer autor, Jaison Barreto interpreta denominação do Grupo, como conseqüência de postura coerente e combativa: *Buscávamos democracia para realizar o sonho de uma sociedade melhor. Era isso que, no fundo, queríamos... Posições ideológicas definidas, concepção clara do papel do Estado em um país como o nosso, com realidade de terceiro mundo, com espoliação e perdas. Esse recheio, essa substância, é que acabou determinando o nome. Poderia ter sido outro, mas foi Autêntico para personalizar a nossa atuação crítica!.*

O nome Autêntico, surge como desdobramento natural de uma práxis "autêntica" do Grupo. Neste sentido, Jerônimo Santana revela: *Sempre dizíamos a verdade, não tínhamos meio termo. Muita gente fazia uma coisa na Câmara e mentia para o eleitor lá*

fora, enganando, enrolando, dando tapinha nos ombros... O nome Autêntico surgiu naturalmente em razão das nossas posições, não tínhamos duas caras, éramos os mesmos no plenário, na Câmara, falando com o povo... Nós, não agíamos assim!

O nome Autêntico, foi considerado mais que uma simples denominação servindo como definidor ideológico, como por exemplo conta Eloy Lenzi:*...apareceu a idéia de organização dos Deputados de oposição em um núcleo, surgindo a palavra Autêntico, ou seja dos Deputados autênticos. Pontuando, como dizia Freitas Nobre:*

-"Devemos separar os anti-revolução dispostos a brigar, dos aduladore"s.

Resgatando a existência de pessoas que se intitulavam autores do nome Autêntico, Nadyr Rossetti narra: *O nome Autêntico, lembro, havia dois, ou três de nós que reivindicava esse direito, mas parece ser coisa da imprensa...*

Fazendo parte daqueles que reivindicam a autoria do nome, Paes de Andrade registra: *Quanto ao nome "Autêntico", ele surgiu em reunião em minha casa, madrugada adentro, lembro-me bem, Alencar Furtado, Freitas Nobre, Fernando Lyra, batizaram o Grupo de "Autêntico". Não havia melhor nome do que este para nos traduzir, um grupo puro, grupo de resistência, o Grupo Autêntico. Logo em seguida, Carlos Drummond de Andrade escreveu um belo artigo saudando o nascimento do Grupo Autêntico*

A GÊNESE DO GRUPO: O SEMINÁRIO DO RECIFE

O Seminário de Recife em 1971, registra o nascedouro do Grupo, porquanto foi neste momento que seus componentes elaboraram um programa político, o qual entre outras bandeiras, propugnava pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Foi com base em um documento elaborado por Chico Pinto, que torna-se explícita a construção de uma verdadeira estrutura parlamentar oposicionista ao regime militar. Tal proposta, conflitava totalmente com o que orientava a direção do MDB. Nesta senda, o Seminário como termo programático inicial do Grupo, emerge no comentário de Lysâneas Maciel: *Logo ao chegarmos à Câmara, exatamente em julho*

de 1971, foi marcado um Seminário em Recife, já que Jarbas Vasconcellos, Presidente do Partido, era pernambucano. Este Seminário era de todo o MDB... Autênticos e adesistas. A pedido de Pedroso Horta, elaboramos um documento, que já naquele período fechado e hostil, trazia em seu conteúdo a bandeira da Assembléia Nacional Constituinte, anistia, etc.

A estratégia de realizar Seminários como o de Recife, por todo o país deu uma identificação programática e uma visualização ao Grupo. Esta é a trilha por onde caminham as palavras de Fernando Lyra: *Essa feliz coincidência de algumas figuras serem eleitas, possibilitou um grau de organicidade no MDB, e começamos a criar Seminários, acontecendo o primeiro em abril de 1971, no Rio Grande do Sul. Estabeleço esse momento como o início da nossa aparição política na qual houve até tiro de um louco, Clemens Sampaio, da Bahia, sendo, já naquele período, aliado de Antônio Carlos Magalhães. Nessa oportunidade, foi também esboçado, de forma bastante contundente, o processo da luta pública contra a direção partidária e contra o regime. Quando o processo foi realmente deflagrado, não tínhamos recesso parlamentar, então fizemos um encontro em Recife de onde se ouviu, pela primeira vez, as palavras de ordem: Anistia ampla e irrestrita e Assembléia Nacional Constituinte. Exatamente no Congresso, em junho de 1971!*

Alencar Furtado mostra a importância do Seminário de Recife, incluindo também em sua narrativa a reação agressiva às teses do Grupo, por parte do MDB, do governo, e da imprensa: *Fizemos, ainda no ano de 71, o 1º Seminário em Recife, e lá o Grupo clamou até por uma Assembléia Nacional Constituinte. Era uma beleza, sabe, um negócio que empolgava. Ah! foi uma maravilha, espetacular, queríamos sacudir mesmo. Pontuou-se aí, também, a oposição violenta da cúpula do partido e do governo e, evidentemente, de grande parte da imprensa. Mas esse Seminário foi fecundo, trazendo à baila a discussão de muitos problemas que passamos a tratar na tribuna, porque o nosso time era organizado, íamos alguns para tribuna, para o plenário, outros para as comissões, além de comparecermos sempre que convidados nas Universidades, sindicatos... Atuávamos bem!*

Esclarecedora e precisa, é a fala de Chico Pinto, revelando a correlação de forças

entre Autênticos e moderados no Seminário de Recife, quando foi incumbido da elaboração de um documento que serviria como base para as discussões, pelo então presidente do MDB, Pedroso Horta: *Em junho de 1971, foi marcado o Seminário de Recife, por Jarbas Vasconcellos presidente do MDB, e Deputado Estadual. Pedroso chamou-me, solicitando que escrevesse um documento para o Seminário, com a explicação:*

-"Deputado, você sabe que em um Seminário como este, exige elaboração de um esboço de documento para que seja posteriormente discutido. A partir das propostas aprovadas no plenário, far-se-á as alterações e daí, surgirá o documento definitivo". Redigi o documento e o levei a Pedroso, acompanhado por Marcos Freire e Fernando Lyra. Pedroso ouviu, achou muito bom, pedindo em seguida, que o levasse para apreciação do presidente Ulysses Guimarães. Fui até Ulysses, que ouviu a minha leitura em silêncio, não comentou o seu conteúdo e apenas disse:

-"Felizmente, temos no MDB, quem sabe escrever. Vou levar à consideração da direção do partido". E nada mais disse!

Eu e o Marcos previamos diante daquela postura enigmática do Dr. Ulysses em que aquilo iria dar...

Resultado: quando já estávamos no Seminário em Recife, chega toda a "tropa" moderada do MDB, com Tancredo Neves, portando um documento pronto. Pouca coisa tinha a ver com o nosso, além de excluir a proposta da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Era a primeira vez que levantávamos esta bandeira.

As diferenças de objetivos e de práticas políticas estão também bastante claras na reflexão de Chico Pinto, que expressa o sentimento de todo o Grupo: *Neste Seminário, foram afloradas as divergências acompanhadas de violências, agressões e truculências até então latentes no MDB. Fomos chamados publicamente de comunistas. O que surpreendia é que éramos tratados da mesma forma, tanto pela ditadura quanto pelo nosso partido MDB! Como é que a ditadura nos chamava de comunista e o nosso partido também? Sobretudo quando não éramos. E, com o beneplácito de figuras respeitadas do partido! Os chamados adesistas foram para o Seminário com ameaça de uma guerra, não só verbal, mas física*

também. Levaram alguns seguranças para o Recife. Tenho em meu poder carta do ex-deputado Clemens Sampaio, que de forma desaforada confirmava que eu era o chefe dos comunistas brasileiros e assegurava que cumpriram esse papel no Seminário a pedido de Tancredo e Ulysses. Será verdade?

No início da reunião, em discussão com Tancredo, foi nos mostrado o documento que, segundo ele, era a posição da direção do partido. Questionamos por que não o nosso documento? Ele respondeu:

-"Não, não pode". Observamos que a objeção à leitura de nosso documento, entre outras razões, seria com certeza, devido defesa da tese da Assembléia Nacional Constituinte, a que Tancredo quando questionado argumentou:

-"No nosso documento, também esta implicito a convocação da Assembléia Nacional Constituinte". E eu disse:

-"Se está implicito, então explicite!"

Não houve acordo. E o documento aprovado foi lido, no dia seguinte ao encerramento do Seminário, na Tribuna da Câmara, por Freitas Nobre, a pedido de Pedroso Horta.

Freitas Diniz elegeu o Seminário de Recife elemento desencadeador do encontro Autêntico, além de sediar, pela primeira vez, a aparição coesa do Grupo, em torno de teses que refletiam o seu conteúdo nitidamente oposicionista, como por exemplo a que defende a convocação da Assembléia Nacional Constituinte: *...houve um Seminário em Recife que data de junho de 1971, onde a proposta da Constituinte foi levantada pelo Grupo Autêntico... Pouca gente sabe, que esta proposição é do nosso Grupo, sendo aflorado pela primeira vez por ousadia dos Autênticos... Não pude estar presente, mas os companheiros me contaram que o Tancredo ficou louco e dizia:*

-"Vocês estão pondo o pano vermelho no rosto dos militares..."A proposta da Constituinte vem de longe, e era sempre, digamos, jogada de lado. Este assunto deixava Ulysses terrivelmente stressado, especialmente por tratar-se da questão que mais atemorizava os militares, sendo proibida!

A palavra Constituinte era algo terminal dentro e fora do MDB, depois acabou acontecendo...

Ainda hoje, alguns atribuem a Constituinte a Ulysses e a Tancredo, mas ao contrário, eles a combateram, com muita veemência! Esta idéia é de nossa autoria e existente desde os primórdios do Grupo. Apesar de não estarmos ainda bem afinados, por uma questão de tempo (assumimos em fevereiro) já havíamos nos reunido, e discutido o assunto, tanto que foi levado para o Seminário de Recife. Isto prova, que começamos a agir logo, e que não chegamos parados à Câmara Federal. Se não tivéssemos atuantes, um combateria o outro e não teríamos nos articulado, porque este processo foi fruto do trabalho de cada um.

Considerando o Seminário de Recife o momento verdadeiramente edificador dos Autênticos, Marcondes Gadelha registra: *Quanto ao Encontro de Recife, tenho a impressão que foi o momento desencadeador da organização do Grupo Autêntico, onde nos estruturamos como grupo, e ganhando organicidade passamos a agir juntos. Foi a primeira vez que pregamos uma Assembléia Nacional Constituinte, e naquele tempo Constituinte era tabu, uma palavra inaceitável pelo regime! Nossa intenção no caso, era dupla: dar um caminho, um destino ao povo brasileiro, uma visão concreta do processo, levando a uma abertura, e inexoravelmente à democracia. Numa outra visão, teríamos um mecanismo de confronto, ou seja, estaríamos realmente assumindo, o conflito direto com a ditadura...Isto já em 1971! Creio ser esta a razão, porque o Encontro de Recife, é tido como um marco.*

A primeira e principal bandeira de luta proposta pelo Grupo, no Seminário de Recife, a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, é trazida à tona nas palavras de Amaury Müller: *No início dos anos 70, quando Chico Pinto, Alencar Furtado, Lysâneas Maciel, JG de Araújo Jorge, Marcos Freire, Paes de Andrade e tantos outros formavam a linha de frente na luta contra a ditadura, o próprio Grupo Autêntico lançou a idéia de uma Assembléia Nacional Constituinte. Foi na cidade de Recife, em 1971. Lá militava, entre outros, o Deputado Jarbas Vasconcellos, nosso anfitrião. O documento tirado à época sugeria uma grande mobilização nacional em torno da idéia, a fim de tornar vulnerável a ditadura e apressar o seu fim. Foi exatamente o que aconteceu. Os CBAs pregavam simultaneamente a anistia e a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Mas, mesmo antes deles, o Grupo Autêntico pautou sua atuação, em boa parcela, tendo como mote a implantação de*

um estado de Direito e de uma ordem econômico-social mais justa, a partir de uma nova Constituição.

Para Walter Silva, o Seminário representou o início da estruturação dos Autênticos:

Nossa primeira grande tarefa, foi convocar o Congresso de Recife, para discutir a necessidade de uma Constituinte, que na ocasião era palavra obscena! Falar em Constituinte era como xingar a mãe do regime!

Quando fizemos o projeto da Constituinte, tínhamos a idéia de uma nova sociedade, estado de direito democrático. Nossa maior meta contudo, era a destruição do "entulho autoritário", que compunha a Constituição de 1967, emendada com a de 1969. Não podia continuar aquela moldura ditatorial, perversa, em todos os pontos de vista!

Tudo o que era vetado e proibido pelo regime, o Grupo Autêntico começou a levantar, a discutir. As nossas bandeiras provocavam a reação do regime e isto cada vez mais imantava o Grupo.

O EXERCÍCIO DA POLÍTICA OPOSICIONISTA DURANTE O PERÍODO MAIS FECHADO DO REGIME MILITAR

Muitos Autênticos foram eleitos pela o primeira vez, exatamente neste período. Ou seja, exerceram o primeiro mandato de 1971 a 1974. este fato nos remete ao porque esses vinte e três homens oriundos dos mais diferentes rincões desta Nação, despertaram para política oposicionista em um momento histórico tão adverso, e que em última análise reforçaram a qualidade de frente oposicionista do MDB. Mesmo em se tratando dos Autênticos, considerado o núcleo mais radical da agremiação, trazia intrínseco a heterogeneidade ideológica, de seus membros. Desta forma, Getúlio Dias conta: *Após o golpe de 64, entre alguns IPMs e algumas cadeias, candidatei-me, no ano de 70, à Câmara Federal, sempre com posição historicamente trabalhista, vindo a desaguar como Deputado no MDB, quando afinidades com outros homens de pensamento esboçaram-se.*

Em primeira instância, evidentemente, éramos contra a ditadura e inconformados com o regime e, como tantos outros políticos da época, trazíamos presente na memória o que tinha sido o grande episódio democrático vivido antes de 64, as famosas "reformas de base". Estas, traduzidas na visão do Brasil que tínhamos e somadas à luta contra a ditadura, fizeram emergir o Grupo Autêntico... dessa vertente!

As reformas de base preconizadas pelos trabalhistas, socialistas e homens de esquerda, infelizmente, continuam à espera de iniciativas e sua não realização, sem dúvidas, causou trinta anos de atraso no país. Dessa forma, convivíamos regidos por uma linha comum: a luta contra a ditadura e a visão da emergência de uma reforma da sociedade. Getúlio, revela que este compromisso com a causa anti-revolucionária, era anterior a aglutinação do Grupo e até mesmo antes de sua eleição para deputado federal. Por isso sua candidatura acontece como desdobramento natural deste engajamento.

Jaison Barreto, por sua vez inicia a narrativa deste tema com uma pergunta: *Como é que alguém, naquele período, poderia ser filiado a um partido anti-revolucionário?* E complementa seu raciocínio registrando: *Precisávamos mostrar um mínimo de organização e oposição para enfrentar aquela farsa. Senti-me obrigado, pelas circunstâncias, a candidatar-me a deputado estadual. Lançamos três candidatos, mesmo não havendo nenhuma perspectiva ou vislumbre de vitória... seria sonhar muito! Intencionávamos, naquele momento, marcar posição concorrendo para protestar.* E concluiu a exposição sintetizando a necessidade de sua candidatura, procurando manter acesa a chama da oposição: *Resumindo um pouco a história, no ano de 1968... veio o AI-5... as cassações, e "aquela limpa geral". Mediante a política da terra arrasada da revolução, indagavam:*

-"Bom, alguém tem que se candidatar..."

Nadyr Rossetti, atribuiu como o principal fator de seu despertar para política, a reforma de base, que consistia no programa político do então Presidente da República, João Goulart, e revela: *Ali nasci eu, nasceu minha cabeça, na antevéspera do golpe. De forma idêntica, tenho certeza, dezenas de brasileiros, e sobretudo, a grande maioria que depois passou a compor os dois movimentos de resistência a ditadura que surgiram*

dentro da Câmara: os imaturos na eleição de 1966, que foi a minha primeira eleição; e na seqüência o Movimento Autêntico que surgiu com a eleição do ano de 70. O Getúlio Dias era do movimento de base; o Lysâneas, tenho certeza, era do movimento de base; o Chico Pinto certamente era do movimento de base...

Tínhamos uma coerência, adquirida antes de 64, era um projeto de vida... não foi uma coisa, que nasceu apenas por causa do golpe, não! Tratava-se de uma formação obtida, dentro das universidades, na luta política, e era um negócio fantástico, fantástico! É uma pena, que nada foi feito até hoje. Volto a repetir, eu por acaso fiz política partidária; mas a outra política, a verdadeira, já vinhamos praticando, através do movimento de base...

Assumir a luta oposicionista para estas pessoas era um imperativo de consciência. Em alguns casos, para continuar a trajetória política voltada aos interesses populares, em outros dar vazão a um sentimento de indignação. Enfim, nada organicamente articulado, nenhum programa em comum ou uma ação coordenada. A vontade, férrea, individual de opor-se a um regime de opressão conduziu-os a um destino comum, marcando o MDB como uma legenda progressista, voltada para os interesses populares, imagem esta, que perdura de certa forma, até hoje.

A QUESTÃO IDEOLÓGICA: o limite da política *Autêntica*

Uma certa "despreocupação" com a busca de fundamento ideológico, seja através de rótulos e a definição de uma linha comum e abrangente de pensamento, embora passível de muitas críticas, foi fator que contribuiu bastante para o sucesso dos Autênticos. A questão maior e improrrogável era a intervenção, através de sua denúncia, na "tragédia do cotidiano" e o fim da ditadura, conforme interpretação de Lysâneas Maciel: *A falta de aprofundamentos ideológicos, ou de tentativa de acertos neste sentido, foi contraditoriamente importante, diante da possibilidade de perder tempo, em discussões intermináveis e muitas vezes estéreis. O que parecia ser uma fraqueza ideológica*

do Grupo Autêntico, foi um ponto importante: tínhamos a tragédia do cotidiano, e que libertar o país de uma ditadura militar imprevista e contrária aos interesses nacionais - portanto, muito grave - e que deveria ser priorizada. Evidentemente, éramos todos homens de esquerda, sem preocupação com rótulos... e, com um bom trânsito nos partidos de esquerda.

A questão ideológica estabelece um dos pontos mais polêmicos do percurso Autêntico, pois embora seus integrantes fossem considerados como homens de esquerda, dos depoimentos, vê-se que esta definição era bem flexível integrando no mesmo terreno nacionalistas, socialistas e liberais. Neste sentido, Fernando Lyra diz: *Lutávamos fundamentalmente por liberdade, esse era o bem maior e nosso principal objetivo. É evidente que o Grupo Autêntico contava com algumas tendências ideológicas, e dentre as mais nítidas tínhamos o caso do Chico Pinto, um nacionalista exacerbado que, inclusive, mantinha muito contato com os militares; Lysâneas, um empedernido lutador pelos direitos humanos... foi sempre assim...*Esta narrativa elucida destarte, que até os Autênticos considerados "radicais", como é o caso de Chico Pinto, eram portadores de "ideologias" que não contemplavam, sequer tendências de esquerda.

A visão de Alencar Furtado, entretanto, caminha para outra direção, ao considerar que seus companheiros Autênticos seguiam paradigmas de esquerda ou próximo deles: *Dos Autênticos, noventa... noventa e cinco por cento eram homens de esquerda, de meia esquerda, sobretudo... havendo uma luta pela democracia política e econômica, através do combate à ditadura... Em alguns dos meus pronunciamentos, coloquei bem essa questão.* Alencar no entanto, esclarece que não havia nenhum sectarismo por parte do Grupo, e que na verdade a luta visava o restabelecimento das liberdades democráticas: *Não havia uma rigidez ideológica, nem uma linha predominante, porque realmente o básico era a conquista... o resgate do regime democrático e da liberdade política. Isso era o essencial!* Chico Pinto resgata em sua fala, que o pluralismo ideológico era a realidade do Grupo Autêntico:*...em relação a uma postura ideológica, não havia uma absoluta identidade...*

No que tange a não existência de identidade ideológica, estes depoimentos

mostram que paradoxalmente este foi talvez, o principal motivo da boa convivência dos diferentes matizes ideológicos dentro do Grupo. Registram também, que esta preocupação diluía-se frente a grande questão dos Autênticos: a queda da ditadura.

O NACIONALISMO

Embora a inexistência de uma ideologia comum a todos, sirva como sua mais destacada característica, e como um fator que os protegeu de dissidências, não se pode olvidar que a formação política de grande parte dos Autênticos deu-se na era Vargas. Conseqüentemente o nacionalismo foi a primeira e importante corrente a qual se vincularou um número significativo de Autênticos. Este dado emerge pela freqüência com que tal assunto é mencionado nos depoimentos. Destarte, tornou-se necessário que o tema fosse tratado de forma específica.

Exemplo de político formado sob a égide desse paradigma, Chico Pinto identificava, por esse viés, oportunidades de alianças, mesmo com militares. Durante o andamento de seus processos, bem como no período de prisão, ele percebeu que a ala nacionalista nas Forças Armadas, era considerável, e com os quais havia possibilidade de contatos:... *o meu convívio, por força das circunstâncias, com oficiais do Exército deixou-me a certeza que existia nas Forças Armadas muitos patriotas com uma visão ampla da realidade brasileira e que se opunham a política entreguista do governo. Defendiam a soberania nacional e condenavam as torturas. Isto me havia ficado claro, com os contatos estabelecidos com alguns integrantes do grupo "Centelha" das Forças Armadas.*

Revelando-se simpático a uma das vertentes do nacionalismo: o trabalhismo, Getúlio Dias pauta seu raciocínio fazendo-o emergir na narrativa: *A visão trabalhista conserva sua coerência, e eu me felicito por ter sempre sido trabalhista... mesmo que inicialmente fosse por intuição; hoje, mesmo com uma postura mais racional, ideológica, sou mais trabalhista do que nunca!!*

Em análise valorativa do trabalho do Grupo, Jaison Barreto, deixa flagrante que o

nacionalismo apesar de não ser uma bandeira assumida por todos, configurava um tema de relevo, e que era considerado nas suas tomadas de posição, fato que os distinguia perante as outras forças político-ideológicas. Assim, mesmo não sendo adepto dessa linha, ele destaca: *É inegável que fizemos um bom trabalho, principalmente, no tocante à qualidade do discurso... Não se tratava do discurso primário: "Liberdade! Queremos liberdade! Abaixo a ditadura". Não! Nossos discursos tinham uma qualidade intrínseca, expressando a preocupação com muitas questões, dentre as quais o monopólio político, na condição de instrumento definidor do próprio país, não usufruto; uma questão de dignidade nacional, não uma briga tola do monopólio pelo monopólio. Este já se mostrava, naquele período histórico muito importante para o movimento da nação, pois traduzia o que é patrimônio nacional, determinando o crescimento e o desenvolvimento do país. Não sou nacionalista, nem xenófobo, isso é uma bobagem... acusação gratuita que me fazem para estimular os sentimentos baixos desse neoliberalismo safado, nefasto. Tenho consciência da importância do monopólio como instrumento de sobrevivência nacional e, é evidente, sei distinguir bem isso.*

Para Amaury Müller o nacionalismo é acima de tudo uma expressão de patriotismo:... *Mantenho inabaláveis minhas convicções nacionalistas, profundamente enraizadas desde os tempos de adolescência quando participei da histórica campanha pelo monopólio estatal do petróleo e pelo controle de setores estratégicos da economia.*

Tenho consciência, porém, que hoje o quadro é diferente. Já não temos uma ditadura militar. Pior, temos um neoliberalismo selvagem, ancorado na parafernália do desenvolvimento tecnológico e na idéia de que a competitividade, em um mundo globalizado, é que move o progresso. E sintetiza: *Cedo ou tarde, mas certamente mais cedo do que tarde, acabaremos nos transformando numa espécie de (desculpe o termo) escarradeira da volúpia e da arrogância do grande capital. E não dispomos de instrumentos para uma imediata reação. Sei que, mais adiante, tudo poderá mudar. Entretanto, acho que o Brasil se tornou refém desses interesses estrangeiros. Resta reunir forças para a reação.*

A MARCA AUTÊNTICA

É obvio que a questão objetiva que perpassava todas as ações dos Autênticos, era o fim do regime de exceção implantado no Brasil em 1964. Porém, existem temas que também servem como *"marcas"* outras do Grupo, destacando-se a forma destemida de atuação, a sua agilidade e intensidade. Enfim, não bastava ser oposição, mas confrontar o regime, lutar pela sua derrocada. No tocante ao assunto Jaison Barreto diz: *Trouxemos também uma nova concepção de sociedade como a marca registrada do Grupo*

Para Francisco Amaral, a coragem do enfrentamento sobretudo cotidiano era uma das *marcas* reveladoras dos Autênticos:...*coragem, de enfrentarmos situações, dizermos verdades e corrermos riscos.* Assim exalta:...*nossa grande afirmação, é localizada no próprio cotidiano, quando nos atirávamos nessas "empreitadas" complicadas com absoluta confiança, sabendo, talvez que fosse a audácia, pura tradução da grandeza do gesto.* E, explica através de analogia: *Se vale uma imagem, é como o sujeito saltando sem pára-quedas, mas se pensando portador... No nosso caso, saltávamos sem pára-quedas, e sabíamos de sua inexistência!*

A importância da *marca* Autêntica é referendada na fala de Lyra, ao construir uma imagem: *Costumo sempre dizer que os Autênticos foram o quebra-gelo do processo, os que não apagaram a luz, os inconseqüentes... entre aspas...*

O Grupo Autêntico teve como uma das principais funções, o resgate da credibilidade institucional. E mais, as denúncias consistentes traduziram-se em questão facilitadora para a conquista de espaço político, conforme conta Freitas Diniz: *Na minha opinião, o Grupo prestou um grande trabalho de natureza institucional ao país, sobretudo através dos nossos discursos sobre torturas, corrupção, possibilitando um crescimento visível das nossas aparições na mídia e conseqüentemente, da mobilização e indignação da opinião pública.* Complementa afirmando: *Atuávamos de maneira concreta, em cima dos fatos. Quando surgia denúncia de tortura, corrupção militar, era o nosso Grupo que levantava as questões...*

mobilizando até o interesse da grande imprensa, expresso no espaço que davam aos Autênticos.

A ousadia na criação de fatos novos, pode ser confirmada pelo comportamento do Grupo, ainda embrionário, no Seminário de Recife em meados de 1971. Na ocasião, os Autênticos clamaram por Constituinte o que indicou aspecto fundamental na visão de Getúlio Dias: *Nossa grande marca foi a nitidez oposicionista, fazendo-nos criar fatos para o "stablishment" militar como o grito nacional pela Constituinte, no famoso encontro de Recife. Fomos o primeiro Grupo, em plena ditadura, a clamar por uma Constituinte e, posteriormente, pela anticandidatura e candidatura alternativa do General Euler. Esses movimentos ultrapassaram os limites previstos, permitindo que a oposição falasse nos programas de rádio, televisão, comícios... viabilizando nossa fuga do cerco pretendido pela ditadura ao limitar nossa luta no Congresso.*

As peculiaridades conjugadas pelo Grupo e traduzidas no fato de ambicionarem muito mais do que simplesmente "fazer oposição", é para Jaison Barreto, o melhor sinônimo da "marca" Autêntica: *...decodificar a questão do Grupo é fácil. A minha interpretação... é que oposição todos faziam... A direita fazia... havia gente de direita que ao não ser paparicada pelo esquema de poder... "virava" oposição! No entanto, tínhamos peculiaridades e por isso o surgimento da expressão "autêntico", sintetizava, a meu ver, uma postura diferente... Não era só lutar contra a ditadura, isso qualquer um fazia... até, o passarinho... o passarinho ave, mesmo! Não era essa a nossa marca, nós queríamos muito mais!*

A presença comprometida nos debates e comissões, a agilidade na tomada de posições e a intensa militância, formam a real "marca" Autêntica, segundo Jerônimo Santana: *Modéstia à parte, nós, os Autênticos, éramos os deputados mais atuantes, mais falados e os que mais compareciam nos debates. Estávamos presentes em todas as comissões, formulávamos requerimentos de informação, questionávamos a atuação do governo... Em inúmeras oportunidades, os membros da direção partidária, que eram mais lentos, discordavam da nossa agressividade de atitudes e da coragem arrebatadora de nossa atuação parlamentar.*

Eloy Lenzi, entende que a partir da análise do conteúdo dos discursos feitos em

plenário e sua classificação, extrai-se a melhor tradução da "*marca*" autêntica: *Depois de certo tempo até vigiávamos o plenário e avaliávamos, informalmente lógico, os discursos: -"Este não foi autêntico, aquele foi..."*

De maneira muito expressiva, Lysâneas Maciel conclui: *Traço também forte do Grupo... a coragem, apesar de todos os receios... a coragem, era ela própria um elemento na busca de superação dos medos.*

FORMAS DE COMBATER A DITADURA: A LUTA INSTITUCIONAL X LUTA ARMADA

Curioso observar, que a militância ligada à luta armada, considerava os Autênticos coonestadores da ditadura. Por outro lado a ditadura via o Grupo como representante da extrema esquerda. Estava constituído, então o paradoxo.

Isto ocorria nos primórdios de sua formação, quando a imagem que se tinha do MDB, confundia-se com a postura da sua direção, composta à época pelos moderados, uma vez que o comportamento combativo dos Autênticos não ultrapassara os limites do parlamento. Na realidade, e o desenrolar desse processo histórico demonstrou, que se tratava de duas formas diferenciadas de luta: a via institucional, essa escolhida pelos Autênticos e que ao final demonstrou ser a mais conseqüente; e a insurrecional, que foi completamente derrotada pelo regime militar.

Sobre o assunto Marcondes Gadelha registra: *Esse confronto, repito, era surdo, nós não os acusávamos, nem eles nos acusavam... Sentíamos que eram as duas opções possíveis, contudo, não queríamos tampouco concordávamos, em hipótese alguma, com a solução do desespero... a solução da guerrilha. Acreditávamos no processo democrático, no processo político e sabíamos, que mais cedo ou mais tarde, por uma ação sustentada, continuada, forte, encontraríamos meios e modos de promover algum tipo de clivagem no sistema dominante.*

Chico Pinto, por sua vez tem a clareza que a luta institucional, não contava naquele

momento com a simpatia popular. Notadamente, considera tanto a luta institucional, como a luta armada iniciativas possíveis de serem conjugadas, quando afirma: *...A opinião pública estava descrente da luta institucional. Uma parte dos adversários do regime optou pela luta revolucionária. Outra parte não aderiu a luta armada, mas não acreditava que houvesse saída democrática, pela via eleitoral. Eram passivos, politicamente. Preferiam, porém, anular o voto. Nisso se identificavam com as organizações clandestinas que também pregavam o voto nulo: PCdoB - AP, remanescentes de outras organizações como o MR-8, Colina, ALN, REDE, MRT, VPR, VAR-Palmares, etc...Na minha visão, realmente não havia contradição em participar da luta no plano institucional contra o regime e colaborar ou ser um ponto de apoio logístico em nível insurrecional.*

A desconfiança que muitos sentiam em relação ao Grupo Autêntico, nunca abalou a convicção de que equivocados estavam aqueles que optaram pela via armada. Isto fica nítido na exposição de Lysâneas Maciel: *Apesar de toda nossa luta, ainda havia uma certa unidade dos radicais de esquerda em nos criticar, especialmente a mim e ao Chico Pinto, na insistência que estávamos mesmo coonestando a ditadura, participando! E eu respondia:*

-"É porque, não tenho estrutura pessoal para a luta insurrecional. Acho que não devo ir a luta armada... mas conheço gente vinculada, se você quiser entrar, eu o coloco em contato! Já o pessoal do Partido Comunista, como sempre dentro de uma postura mais moderada, nos acusava de prejudicar a distensão, por causa de nossa "agressividade e precipitação". Neste sentido, Jaison Barreto registra sua opinião acerca da luta insurrecional. Reitera a inadequação deste tipo de iniciativa, destacando a inviabilidade da luta armada em um país com as dimensões do Brasil: *Éramos, muitas vezes, acusados de participação no jogo da ditadura... Quanto à possibilidade de guerrilha, considerávamos loucura o que, aliás, acabou se comprovando como inviável. Um país com essas dimensões e com as raízes étnicas que temos, fazer um processo do tipo de Cuba? Infelizmente, muitos pagaram o preço pela bravura. Nossa luta, tínhamos claro, dava-se em outro fórum, não por falta de coragem não... tínhamos até condições para isso!*

A consciência de que a luta armada, apesar de heróica, era útil a ditadura, na medida em que servia de álibi a brutal repressão por ela desencadeada. Nesta linha segue a fala de Amaury Müller: *Em razão do recrudescimento da repressão política, nos anos amargos do governo Médici, muitos de nós consideravam - e não havia, no caso, a intenção de pré-julgar ninguém - que a luta armada, embora justa e desejável, oferecia forte pretexto para o regime prender, torturar e assassinar, encurralando cada vez mais os direitos humanos no país. Não era uma crítica aos movimentos em si, e menos ainda, aos que deles participavam. Vale dizer, aliás, que muitos dos que se exilaram, fizeram autocrítica no exterior.* A "divisão" entre as duas possibilidades de oposição à ditadura, ficam traduzidas nesta síntese de Marcondes Gadelha: ... *não temo em afirmar, que o enfrentamento real à ditadura passava por duas vertentes: uma de política convencional, constituída por nosso Grupo; e outra, a guerrilha armada. Existia inclusive, entre estes dois segmentos, um confronto surdo... No fundo nós nos estimávamos, mas cada qual considerava a política do outro equivocada. A guerrilha via o Grupo Autêntico, como uma forma de coonestar a ditadura. Para eles, qualquer tipo de política convencional, era uma maneira de reforçar o sistema... não importando se era Autêntico, ou moderado. Consideravam, a democracia em si uma farsa, e o processo político uma mentira permanente, não tendo portanto, sentido em acreditar no Congresso. A oposição congressual, qualquer que fosse, seria uma mistificação e cuja função era além de coonestar a ditadura, passar para o exterior, a imagem de que no Brasil existia oposição. Do lado dos Autênticos, entendíamos, que a guerrilha era um pretexto para a ditadura recrudescer o regime.* Concordante com esta posição, Freitas Diniz, mostra que ao contrário do que pensavam os integrantes da luta armada, a ação insurrecional aumentava a ferocidade da ditadura:...*muitos companheiros, principalmente os de esquerda, compreenderam nossa postura só muito tempo depois, tanto que foram para a luta armada, entregando a juventude, o sangue e todo o idealismo. A ação da guerrilha, servia para aumentar e lubrificar a máquina repressora dos militares. adoravam a ação dos militantes da luta armada, viviam daquilo e ficavam na maior satisfação:*

- "Vejam a subversão!".

O APOIO DOS PARTIDOS CLANDESTINOS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS

Sempre foi motivo de polêmica a questão sobre o apoio a campanhas eleitorais, dos membros do Grupo, por parte dos Partidos de esquerda. Porém, nesse período aqueles, que poderiam dar suporte a estas candidaturas, estavam proscritos e, por isto mesmo adotavam a luta armada como forma de oposição, sendo a via parlamentar uma opção descartada. Tratava-se do tempo em que o Brasil passava pelo período mais selvagem da ditadura, e dentro deste contexto a única facção de esquerda que ainda via na disputa eleitoral um meio de se alcançar o Estado de Direito, era o Partido Comunista Brasileiro.

Diante disto, Fernando Lyra aparece como um dos que reconhece o apoio eleitoral do PC, e expõe francamente: *A Assembléia foi reaberta em julho de 1970, havendo na ocasião um grupo organizado que reivindicava minha candidatura a Deputado Federal. Em função das circunstâncias, considerava remota essa possibilidade. Paulo Cavalcanti, um antigo militante do PCB, procurou-me e após muito conversarmos, ofereceu-me apoio na candidatura.*

Chico Pinto na condição de ter sido um dos apoiados pelo PC, narra a contradição vivida pelas agremiações clandestinas, que enquanto organização pregava o voto nulo, porém, na prática seus militantes votavam em candidatos que representavam oposição a ditadura: *O fato é que, durante a campanha, alguns dirigentes estaduais dos grupos clandestinos que pregavam o voto nulo, me disseram que votariam pessoalmente em mim, mas cumpririam a decisão nacional de continuar recomendando o voto nulo. Confessavam que:*

- "A decisão nacional deveria ser mais flexível, pois nos Estados onde houvesse candidatos cumprindo o papel que você desempenha, deveríamos apoiar sua campanha".

O PC participava efetivamente do processo ao nosso lado. Tinha muitos pontos de concordância com esse partido, mas dele divergia porque condenava a luta armada, enquanto eu entendia que todos aqueles que estivessem na mesma trincheira lutando contra a ditadura,

eram aliados. Na TV, no programa eleitoral cheguei a dizer que "cada um luta como pode. A omissão é que é um crime. Não quero saber, acrescentei, a posição ideológica de cada um. Quem sabe atirar, atira. Quem não sabe ou acredita na força da palavra, conscientiza". Foi o máximo que pude dizer naquelas circunstâncias.

Amaury Müller também admite e explicita a contribuição do Partido Comunista em sua primeira candidatura: *É certo que, além do trabalho e da ajuda dos companheiros do MDB da região noroeste do Rio Grande do Sul, tive o apoio decisivo de boa parcela do antigo "Partidão" e em escala menor de ex-colegas das faculdades que freqüentei.*

Lysâneas Maciel não logrou o apoio do Partido Comunista em sua primeira candidatura, na campanha para reeleição entretanto, registra que a experiência foi diversa: *Nas eleições, alguns partidos de esquerda, mesmo pregando a luta insurrecional, costumavam apoiar alguns candidatos. No meu caso, isso não ocorreu em 1970, pois me elegi com uma votação muito curta... pequena, especialmente nestes setores. Já em 74, me elegi com noventa e sete mil votos, sendo apoiado por todos os grupos de esquerda, inclusive o Partidão.*

Ao contrário de seus colegas Autênticos, Marcondes Gadelha, em sua fase política inicial, não necessitava de qualquer tipo de respaldo econômico, fato que ao longo da trajetória, modificou-se, como aparece nitidamente em sua narrativa:

Sou rico de origem, mas atualmente me considero um homem pobre. Ao longo de minha vida pública, empobreci bastante, empobreci muito. Hoje, não teria condição de sustentar uma campanha política contra o governo, sem precisar de nada, sem receber ajuda de ninguém, coisa que antigamente não me faltava, porque meu pai sempre "segurou". Esse negócio de campanha com recursos de empreiteira, empresa... nunca existiu, nem em sonho na nossa cabeça. Toda campanha era bancada por nós mesmos, sempre foi e nunca houve problema nenhum. Por isso, farei uma campanha "franciscana", a mais simplória e rudimentar, confiando apenas na memória do meu nome, na boa imagem... no fato de ter sido um bom Parlamentar. Espero que estas coisas sejam suficiente para me eleger, reconheço que não é fácil.

O MDB COMO FRENTE OPOSICIONISTA

Dos depoimentos verifica-se que apesar dos Autênticos estarem abrigados no MDB, a maioria deles tinha a consciência que o partido era um artifício elaborado pelo regime militar para compor uma aparente normalidade democrática. Dito de outra forma, o MDB surgiu devido a criação da Aliança Renovadora Nacional, ARENA, essa servia para dar sustentação parlamentar aos militares, desta feita, era necessário completar o cenário, que deveria representar uma democracia, com um partido de oposição "confiável" e sob controle. É o que registra Lysâneas Maciel: *Ao chegar à Câmara, já nas primeiras horas, percebi que o MDB defendia a seguinte tese: não contestar as coisas importantes, para assegurar o direito de mais tarde, defender e falar sobre coisas supérfluas. Quero dizer com isso que o MDB foi criado apenas para fazer "pendant" com a ARENA... e, que na verdade não era um Partido de oposição.*

O artificialismo supra citado remetia os Autênticos, a uma relação conflituosa com os demais membros MDB, levando-os a refletir e avaliar os prós e os contras; as perdas e danos, antes de se decidirem pela filiação a uma agremiação construída pelo e para o regime. Tinham clareza de que o partido era um instrumento a serviço do autoritarismo, porém, viam nele um espaço, a ser conquistado, em favor da luta pela democracia. É o que se apreende da fala de Freitas Diniz: *Honestamente, pensei bastante antes de entrar no MDB mas, o fato de existirem figuras de muito respeito que ingressaram nesta agremiação como: Martins Rodrigues do Ceará, o Renato Ascher do Maranhão; estimulou-me, pois, eram politicos com posições muito boas na época, que mereciam de minha parte, confiança e apreço.*

Convenci-me que até por questão tática, deveria ingressar numa entidade como o MDB procurando alargar o caminho para a redemocratização do país. A outra saída era partir para a clandestinidade, e atuar com elementos outros. Sabia de antemão que a entrada no MDB, causaria desgaste inexorável, porém preponderava a necessidade de participar e por isso valeria a pena, compensaria... Diante dessa avaliação ingressei, mas consciente do que

realmente era o MDB. Evidente que de pronto, recebi críticas, e, até os companheiros muito próximos, questionavam:

- "Como? Você vai compactuar?!". Eu respondia:

- "Vou para lá mas sem coonestar, ao contrário, usarei os instrumentos e, as armas deles na tentativa de derrotá-los."

Para mim, foi sempre muito evidente, que as críticas feitas, eram válidas, e neste sentido o ingresso no MDB, exigia reflexão apurada, até para saber o que fazer em Brasília. Não adiantaria usar o MDB para contracenar, como queriam os militares, mas usá-lo para tentar como um ariete romper o regime autoritário, com vistas a uma futura redemocratização. Assim ingressei, por isso ingressei no MDB!

Foi preciso grande coragem e consciência para tomar a decisão de ingressar em uma instituição criada pelo regime ditatorial com o nítido propósito de compor um arremedo de democracia. Isto porque confrontadas com outras alternativas, digamos, mais puristas de oposição, tais como as que envolviam os partidos clandestinos, o sindicalismo, ou atuações em entidades de classe, que naquele contexto representavam baluartes da cidadania enxovalhada pelo autoritarismo, das quais são referências a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), ficava difícil vislumbrar, que a filiação ao MDB, pudesse representar uma estratégia de luta conseqüente contra o regime.

Confrontar os moderados, que exerciam o domínio dentro do MDB, cuja principal função, era o de colaborar com o regime, legitimando os atos da ditadura, consistia o primeiro passo dos Autênticos, na luta pela transformação do partido em verdadeira oposição. Esta proposição fica evidenciada na fala de Marcondes Gadelha: *Havia a sensação que os políticos faziam algum tipo de contemporização... E qual seria a maneira de enfrentar a ditadura? Fazendo uma oposição autêntica. No nosso entendimento, o que os moderados faziam, era inautêntico, uma maneira de contracenar, participando do processo. Como se o MDB fosse apenas, a outra face de uma mesma moeda... a face opaca, sem brilho mas a outra face, de qualquer forma... Mesmo porque, situação e oposição eram uma moeda*

única, no discurso da ditadura. Seríamos, nós Autênticos, neste sentido, uma tentativa de contrariar essa lógica.

A preocupação em corroer, em instigar o regime, utilizando-se do partido de "oposição consentida", sempre esteve presente na mente dos integrantes do Grupo. Esta estratégia revelou grande perspicácia e sabedoria política por parte dos Autênticos, uma vez que a população identificava o MDB como oposição. A nuance de ser uma oposição consentida não permeava a mentalidade das grandes massas. Assim, dar ao partido este caráter de resistência, apesar do perigo de ser encarado como adesista ou cooperador, impediu que o regime se utilizasse docilmente do ardil, pois na condição de instrumento legalizado, garantia a transmissão da mensagem oposicionistas a amplas parcelas da população. Esta por sua vez deu-lhe legitimidade, transformando o partido em canal de expressão de sua insatisfação com o regime. Isto não ocorria com a oposição clandestina, uma vez que, por fator da segurança de seus membros, quer pelo aspecto ilegal intensamente destacado pela propaganda governamental, restringia sobremaneira o alcance e a efetividade desta forma de combate a ditadura.

No início de sua criação, o MDB era composto tanto por aqueles que opunham-se ao regime, como por políticos profissionais que viam na legenda uma forma de levar à frente um projeto estritamente pessoal. Com a crescente caracterização do partido como de efetiva oposição, trouxe a convivência partidária desde o mais aguerrido combatente da ditadura, até aqueles que por simples falta de espaço na situação aderiam a oposição, sem maiores, ou às vezes, só com um compromisso formal de oposição. O MDB, assim, caracterizava-se como uma "frente", bastante heterogênea, isto é, não era um partido. É este o sentido do depoimento de Jerônimo Santana: *O MDB representava, na verdade, um grande guarda-chuva que acolhia todas as tendências.*

Nesta linha segue a exposição de Francisco Amaral: *No partido foram somadas diferentes posições, não de imediato, mas ao longo do processo... No saldo final, era possível*

encontrar, até MDB dentro do MDB! A luta maior era contra o governo, todavia, poupávamos forças, para conscientizar um grupo maior de parlamentares. Não tínhamos a intenção que todo mundo se transformasse em Autêntico... embora fosse o ideal, mas quase impossível! Os homens, as figuras que compunham a oposição, começavam a tomar tonalidades diferentes. Em resumo, a situação do Grupo Autêntico dentro do MDB, era bem complicada, prevalecendo até o lateral... o MDB do B.

Dentro dessa visão do MDB como frente policromática, Paes de Andrade diz: *O MDB era uma frente, que tinha em seu interior, além dos Autênticos, um grupo de homens conservadores e esse grupo contracenava perfeitamente com a ditadura. Mesmo assim, o MDB era cotidianamente mutilado pelos atos cassatórios. Esta situação gerava grandes dificuldades para a direção, produzir notas de protesto.*

AUTÊNTICOS X MDB E ARENA:

A gênese, somada ao comportamento "contemporizador" do MDB, levava os Autênticos a duas frentes de luta distintas, uma interna, para fazer valer o conteúdo de real oposição e, outra externa quando, no cenário político, se confrontavam diretamente ao sistema. Sob este aspecto caminha interpretação bastante significativa de Amaury Müller: *Com o fim do pluripartidarismo e a criação do MDB como partido de oposição tolerado pelos donos do poder, nele ingressei como fundador e dele me fiz secretário-geral.* Seguindo esta tendência, registra Chico Pinto: *Os que permaneciam no Congresso, mesmo os integrantes do chamado partido de oposição, o MDB ou eram colaboracionistas ou contemporizavam com o governo*

Eram tantas as diferenças de propósitos dentro do MDB, que levou Eloy Lenzi à seguinte proposta: *...separar os deputados infiltrados no MDB que eram da revolução e a apoiavam se "dizendo" MDB, dos deputados autenticamente populares. Tínhamos identidade de ação, de modo de agir, éramos homens decididos a exercitar nosso mandato no sentido mais próximo possível do que considerávamos ideal para o momento. Ou seja, assumirmos*

definitivamente uma postura de oposição. E, prossegue sua narrativa: *Todo mundo era do MDB, mas ninguém dava prova, fazia jus, ou praticava um gesto sequer de oposição ao governo. Buscávamos deputados, que pela conduta e modo de ação parlamentar, se identificassem como oposição, pela postura política, e não por palavras ou localização partidária:*

-"Eu sou ARENA ou MDB". Começamos a descobrir dentro do MDB, os não servis, ou seja, quem era Deputado Autêntico! Na ARENA todo mundo era "puxa saco", pode até ser engraçado, mas era a função deles... Esta colocação revela que o grande desejo dos Autênticos visava o cumprimento do mandato à maneira que consideravam legitima, ou seja, agindo de forma contestadora e não coonestadora.

AS ALIANÇAS POLÍTICAS

Sob a perspectiva, de desenvolver uma frente oposicionista com dimensões razoáveis (qualitativa e quantitativamente), foram esboçadas muitas tentativas de alianças tanto dentro da esfera intrínseca ao partido quanto aquelas que envolviam entidades extra-parlamentares. Porém, este processo foi dificílimo, pois mesmo personagens que tiveram desempenho corajoso no enfrentamento de situações políticas adversas em outros momentos de nossa história, não se dispunham a expor-se. Sobreviver à tormenta autoritária esperando passivamente a sua derrocada era a estratégia da maioria dos políticos. A este respeito Chico Pinto narra: *Em função de ampliar...o Grupo em formação, achei que deveria, também, procurar o deputado Tancredo Neves. Por que Tancredo Neves? Porque foi ele, um dos poucos que durante a crise que levou o presidente Getúlio Vargas ao suicídio demonstrou firmeza de caráter e coragem, votara também contra a eleição de Castelo. Veja, logo eu, um "tabaréu" de Feira de Santana, recém chegado a Brasília, procurar Tancredo, aquele Mito. Disse-lhe:*

-"Estamos organizando um grupo, Ministro, e estamos precisando de sua colaboração, seu trabalho, sua coragem como na época de Getúlio..." Ele perguntou:

-"Para que?" respondi

-"Para enfrentarmos este regime ai!". Tancredo então falou:

-"Filho, não bote o peito na ponta da baioneta! Vamos ficar abrigados debaixo da árvore e esperar a tempestade passar. Essa tempestade passará, como todas as outras tempestades. Depois nós retornaremos à luta. Não é assim que faz o homem do campo?" Diante da posição de Tancredo Neves, argumentei:

-"Este aqui não é um processo da natureza, Ministro. Que a tempestade vai passar, nós sabemos, pois não há nada eterno. Refiro-me a um processo de luta política. Se pudermos apressar a queda da ditadura será a nossa grande contribuição. Nosso dever é tentar desgastar e enfraquecer o regime. Esse é o nosso papel". Infelizmente, não deu resultado.

Procurei em seguida Henrique Alves, do Rio Grande do Norte, que era o Deputado mais jovem da Câmara, com 21 anos. Seu pai, Aloysio Alves fora Deputado e estava cassado. Apesar disto, Henrique disse-me que o pai o aconselhara a ligar-se a Ulysses, Tancredo e Amaral. Tentei conversar com Rubem Medina, do Rio de Janeiro, que tinha sido presidente da CPI da desnacionalização. Escreveu um livro muito interessante a este respeito. Não se dispôs a participar. O depoimento de Chico Pinto, mostra que mesmo buscando alianças em diferentes facções ideológicas, a postura Autêntica de certa forma amedrontava, entre outros, os moderados.

As alianças visavam cargos na estrutura do Poder Legislativo, mas isto não significava que o movimento também era adepto de uma prática ainda presente na política brasileira: o fisiologismo. Representava, porém, a única forma do Grupo se integrar no Congresso, pois do contrário, tal qual um corpo estranho, isolado, seria facilmente extirpável. Elas, as alianças, devem ser vistas como estratégia de afirmação e sobrevivência do Grupo, dentro de uma instituição onde imperava a subordinação absoluta seja por adesão ao regime ou pela passividade em aceitá-lo. Fernando Cunha, não se inibe em admitir a importância do Grupo no referente às alianças, na tentativa de alçar alguns cargos. E, através de um exemplo bastante pertinente diz: *Em troca desse apoio estabelecido, visávamos, na verdade, à liderança que*

seria importantíssima para nós, porém, na impossibilidade de assumi-la aceitamos duas presidências de comissões: de Agricultura e Política Rural e de Serviço Público que permitiram nosso acesso a algum instrumento de trabalho e de luta. Foi indicado para presidência de Agricultura e Política Rural Paes de Andrade que, anteriormente, fora indicado para liderança, embora não o tenham aceitado; e Marcos Freire para a comissão de Serviço Público. No dia seguinte, Paes foi muito criticado pela imprensa que insistia em proclamar sua inabilidade com a terra, pois jamais plantara sequer um pé de couve e por isso não poderia exercer a presidência da Comissão de Agricultura. Tal colocação deixou Paes chateado, levando-o, posteriormente, durante uma reunião, a abrir mão da presidência da Comissão, mas com a exigência de que o Presidente fosse eu. Bem, sou de um Estado eminentemente agrícola, de modo que as coisas seriam mais fáceis para mim como Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural e, assim ficamos Marcos Freire e eu. Logo em seguida, o líder do MDB nos procurou, dizendo que o pessoal do Palácio do Planalto vetara os nossos nomes. Aconselhou-nos que, naquele momento, estrategicamente, não era bom lutar, poderíamos... o Partido poderia perder as posições, sobretudo porque a Arena era maioria esmagadora. Deste modo, pediu-nos que concordássemos com a resolução deles e abríssemos mão... "obedecemos". Não quisemos lutar porque podíamos estar colocando em risco o pouco conquistado.

Veja, fomos impedidos de indicar o líder, o Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural e o Presidente da Comissão de Serviço Público. Ficamos sem cargos...

A presente narrativa revela, que na correlação de forças, por mais corretos que fossem, os Autênticos levavam sempre desvantagem. Mesmo cumprindo integralmente os termos dos acordos estes revelavam-se de difícil concretização, embora não de todo impossíveis. Fernando Lyra aponta uma experiência bem sucedida: *É óbvio também que tivemos aliados no percurso, Josafá Marinho foi um deles, sendo nosso candidato contra Ulysses na primeira participação que tivemos na eleição do Diretório Nacional.* E acrescenta: *A única aliança, entretanto, que realmente considero positiva foi quando elegemos Alencar Furtado, líder da bancada, no ano 76, mas em um*

outro patamar... O Alencar foi realmente um aglutinador, conseguindo até votos da bancada "chaguista" do Rio de Janeiro que constituía a antítese de nossa luta pois era conivente com o processo da ditadura. Deliberadamente, eram MDB, mas nomeados biônicos e criteriosamente escolhidos pelo voto indireto do Rio de Janeiro.

A importância de fazer alianças, nunca foi desconsiderada pelos Autênticos. Especialmente, porque com o passar do tempo, o espaço por eles conquistado no Congresso, não permitia que fossem ignorados pelas outras forças políticas, carreando oportunidades de propaganda e estruturação que não podiam ser desprezadas. Desta feita, a negociação com os adversários nunca foi descartada, como bem expressa Nadyr Rossetti: *Tínhamos uma densidade, porque no fundo, no fundo, nós também queríamos avançar, não rejeitávamos o apoio, nem entendimentos com a direita do Partido, buscávamos posições negociadas. Isto foi uma constante no Grupo, e do Grupo Autêntico. Mesmo depois de ultrapassada a fase de nossa organicidade, ficou preservado o espírito de negociação, uns acabaram até ministros... Espírito de negociação é saudável... mas às vezes a ruptura, se faz necessária! A direita quando tem que romper, rompe!"*. Há nesta narrativa um dado importante, que mostra a perpetuação do hábito de negociar, mesmo nos casos em que não envolvessem questões essenciais a sobrevivência do Grupo.

Neste caso, a noção de aliança emerge em uma outra perspectiva, que extrapola o âmbito do Legislativo. Ou seja, no momento em que a expressão oposicionista do Grupo alcança a sociedade, torna-se possível alianças com setores extra parlamentares. Neste sentido Walter Silva declara: *Como nosso Grupo Autêntico, sobreviveu por alguns anos, passamos a ser procurados por núcleos oposicionistas de outros segmentos da sociedade, bem como por alguns militares da ativa e da reserva que eram nacionalistas e não aceitavam a situação, nos dando um certo respaldo e cobertura. Tínhamos contatos com a OAB, que neste momento, começava tomar posições importantes; a CNBB que já tinha sua ala progressista e os estudantes em cujas lutas nós nos envolvemos, nos engajamos.*

O fato dos Autênticos serem identificados como depositários dos anseios democráticos pelos mais diferentes segmentos da sociedade civil, faz com que o arco de suas alianças extrapolassem o âmbito parlamentar. É o que se evidencia na fala de Alencar Furtado: *Fizemos alianças com artistas, com intelectuais, com todo mundo. O pessoal, aqui fora, dizia que não deveríamos nem estar lá dentro, mas como não? Era lá que podíamos atuar!*

Apesar das diversidade de objetivos políticos existentes entre os Autênticos e os demais grupos abrigados no MDB, as narrativas a seguir, revelam que o grau de tensão, que este fato acarretava, não era obstáculo na hora de fazer acordos, como, por exemplo, para escolha das lideranças partidárias. É o que registra Paes de Andrade: *Após reeleição, em 1971, volto a Tribuna da Câmara, quando um grupo de Deputados progressistas, o que ainda restava da esquerda, quase totalmente destruída, se reuniu e apoiou minha candidatura para a Segunda Secretaria da Mesa Diretora da Casa. Eleito, fiz da Segunda Secretaria o chão, o plenário das reuniões dos Deputados inconformados com a violência e com a brutalidade da força da ditadura militar.* Logo ao chegarem à Câmara, os deputados organizaram-se em torno do nome de Paes, pois dentre outras razões visavam, o exercício de um cargo na mesa da Câmara que proporcionava uma base operacional, conforme mostra Santilli Sobrinho: *Procurávamos eleger um elemento Autêntico para algum cargo, para ter uma sedezinha, telefone, máquina de escrever, secretária... Aconteceu que o Paes de Andrade, figura toda especial no seu desempenho, um homem vindo do velho PSD cearense, agrupou-se conosco e correspondeu às nossas expectativas. Apesar de sua origem conservadora, colocava à disposição do Grupo Autêntico os equipamentos de sua secretaria, o que nos foi muito útil.* Quando a correlação de forças mostrava-se de alguma forma dificultada, surgiam articulações de nomes, que mesmo não compondo o Grupo, eram considerados de "confiança". É nesta trilha que caminha a fala de Getúlio Dias: *Eu me tornei vice-líder pelos Autênticos e fizemos vários líderes e vice-líderes no MDB. Aldo Fagundes foi o primeiro a ser articulado por nós e para atingir nosso objetivo, elaboramos uma engenharia com a*

candidatura dele, pois Aldo era...vamos dizer, um elemento de nossa confiança, um homem sério, de bom senso, embora moderado. Também colaboramos para tornar Freitas Nobre um líder, pois ele nos parecia o mais adequado, além de ter a vantagem soberana de "conviver bem" com São Paulo: Ulysses, Montoro...

Fernando Cunha, por sua vez, atribui às possibilidades de disputa de liderança ao crescimento do Grupo: *Crescemos bastante no sentido da luta e presença na tribuna, bem como no trabalho político e eleitoral o que incorreu na disputa pela liderança do Partido. Inicialmente, nosso candidato a líder era Paes de Andrade. Fizemos até uma reunião no Rio de Janeiro para tratar desse assunto. Não sei por que nos encontramos no Rio... talvez, alguns saudosistas escolheram aquela cidade! Na ocasião, aproveitamos a oportunidade para tratar e discutir vários assuntos, e finalmente veio uma proposta dos Moderados que foi aceita por nós. Propunham que o nosso Grupo apresentasse uma lista de candidatos moderados, para que pudessem escolher um deles. Essa experiência resultou na indicação de Aldo Fagundes que, endossado por nós, Autênticos, assumiu a liderança do MDB. Embora não pertencesse ao Grupo, e até com tendências à moderação, foi indicado por nós como alguém em que confiávamos...*O depoimento de Jerônimo Santana reflete que mesmo mediante o reconhecimento dos Autênticos por parte do partido, a escolha das lideranças, contemplava outras questões: *Quanto às medidas partidárias, essas eram bem mais criteriosas, talvez, por sabedoria, ou até por uma questão de sobrevivência, as lideranças do Partido, à hora da escolha de líder, apostavam sempre em um mais conservador, não tomavam nunca posições agressivas que traduzissem o estado de espírito, não só dos companheiros Autênticos, como do eleitorado de modo geral. Entende?*

As alianças representavam uma estratégia do Grupo e somente eram bem sucedidas nas disputas internas do partido, quando os conservadores não conseguiam compor-se, entre si. Em uma ação deliberada contra a postura "avançada" dos Autênticos, ocorreu um fato significativo, que traduz exemplarmente esta postura, conforme narra Nadyr Rossetti: *A direita do Partido, com a experiência do passado, se uniu contra nós, elegendo o Jairo Brum. Posteriormente, veio o Laerte Vieira, que derrubamos com o*

Aldo Fagundes, que não era Autêntico, mas também não era nosso inimigo.

Em relação ao processo da escolha da liderança do partido a fala de Alencar Furtado, narra o episódio de sua indicação a esta posição: *Outro fato importante que expressa a maneira do comportamento dos Autênticos... é que fui estimulado pelos companheiros e lançado por eles como candidato a líder da bancada. Uma cotação disputada, e nós éramos minoria, mas corri esse país inteiro... onde havia Deputado, eu fui com toda energia e determinação. Ah! É importante porque a liderança do MDB não queria que figurássemos nem na comissão executiva do Partido, quanto mais na liderança da bancada.*

No dia da eleição, lembro-me bem das palavras de Carlos Chagas, essa figura extraordinária... faço parênteses para render uma homenagem a esse homem... um jornalista de muita coragem e muita coerência, um lutador que muito contribuiu, de forma discreta, mesmo porque não podia ser mais do que ele fazia, prestigiando a ação do Grupo. Retomando o assunto...Carlos Chagas na hora da votação, dirigiu-se a mim e disse: -"Olhe, prepare-se...eleição é assim mesmo...você vai perder ... Eu acabei de sair daquela roda onde está o Tancredo, o Thales Ramalho... você vai perder por uns trinta votos..." Eu, com muita segurança, respondi-lhe que iria ganhar aquela eleição, e a ganhei por nove votos! Fui eleito líder da bancada contra a cúpula do Partido. A ditadura não assimilou, não digeriu, minha liderança... Para eles era uma coisa terrível, não podia ser... Se a própria cúpula do Partido não me aceitava, quanto mais a ditadura...

Estas articulações buscando a liderança do MDB, mostram que no início do mandato em 1971, esses cargos, eram exercidos pelo grupo moderado. A medida que os Autênticos foram se impondo e crescendo, chegaram a liderança com o Freitas Nobre, Alencar Furtado. O mesmo ocorrendo em mandatos posteriores, com Aírton Soares, Odacir Klein, que compunham os chamados Neo-Autênticos.

OS LÍDERES DO GRUPO

A respeito da liderança interna do Grupo, há narrativas que revelam Chico

Pinto como líder natural, uma indicação que provinha da própria dinâmica do Grupo, não sendo necessária nenhuma escolha formal para tal. Sobre esse assunto, segue a fala de Walter Silva: *Chico era, talvez, o mais Autêntico dos Autênticos. Ele, mesmo preso, passava para os seus algozes, seus captores, o que ele pensava a respeito da situação do Brasil. Eu assisti muitas palestras dele, com os próprios militares: coronéis, tenentes, que o prenderam e o mantinham preso. Ele, talvez tenha sido o embrião do surgimento (dentro da hierarquia militar) da reação contra aquela situação terrível, que existia no país.*

Getúlio Dias, como se vê em sua explanação, não apenas concorda, como segue nesta linha de raciocínio: *Nosso líder natural, o líder do Grupo Autêntico, reforço, foi o Chico Pinto! Ele exercia uma reitoria... não posso dizer uma liderança, até porque não se impunha para isso, não queria... Nunca foi o seu estilo de política, e o Grupo não era uma coisa convencional, reuníamo-nos e elegíamos, informalmente, membros para as funções de relator, secretário... como foi o caso do Paes de Andrade. Tínhamos, evidentemente, que dar uma organicidade ao movimento... Na minha memória, está muito bem gravado... não sei... por temperamento, ou por ser um tipo mais tranqüilo, mais calmo na época, considero que o Chico exerceu uma certa "reitoria", entendeu? Parece ser ele quem realizou o maior número de contatos, e sempre explicando:*

- "Será importante nos constituirmos num agrupamento, aqui, dentro do MDB" E lá, estendeu-se essa tenda árabe do Grupo Autêntico. Tanto Getúlio Dias como Francisco Amaral, concordam sobre a questão da liderança que Chico Pinto exercia no Grupo. Cabe ressaltar no entanto, que interpretam a personalidade do líder de forma antagônica. Se não vejamos como pensa Francisco Amaral: *Chico Pinto, que era dos mais ferozes, o mais atrevido! Uma das figuras mais expressivas do Grupo...!*

Fica evidente, a liderança de Chico Pinto, na fala de Santilli Sobrinho e Freitas Diniz, muito embora identifiquem também em Lysâneas este papel: *Nossa liderança natural era Chico Pinto, cuja posição não era disputada nem contestada. Estava, quase sempre, lado a lado com ele, outra liderança, grande figura de Lysâneas Maciel...*

Freitas Diniz: *Na minha opinião Chico e Lysâneas, essas duas figuras, sem querer diminuir*

os outros, foram exponenciais. O Alencar Furtado também contribuiu muito... Freitas Nobre. Estou mostrando os que se distanciaram mais e que acabaram degolados. O Alencar também em determinado momento se distanciou muito num discurso que fez, e o cassaram. Embora um pouco diferente do caso de Chico e Lysâneas... O problema não era distanciamento do Grupo, mas que Geisel precisava pegar alguém naquele momento e o arrebatou.

Alguns Autênticos, entretanto, negam a liderança focada em uma só pessoa, como fica claro na fala de Jaison Barreto e Fernando Lyra:

Jaison Barreto *Relativo à liderança dentro do Grupo, posso dizer que não havia... tudo era meio colegiado, mais ou menos equilibrado, não existindo quem determinasse as coisas. Essa característica talvez ocorresse por razões pessoais, ou porque não existia quem se sobressaísse intelectualmente. Éramos muito heterogêneos, existiam trotskistas, marxistas, funcionalistas, porém com identidade, afinidade e as decisões tomadas conjuntamente... Um ou outro companheiro, pelas características individuais, talvez, acabava sendo mais articulador e objetivo... Não vou nem citar nomes, tivemos vários... E isso acontecia!*

Fernando Lyra: *É interessante que não havia "liderança" no Grupo. Compúnhamos um conjunto, havendo realmente uma unidade muito grande e a questão individual, raríssimas vezes, sobrepujava o coletivo...*

Marcondes Gadelha, localiza no Grupo Autêntico, figuras proeminentes, mas que em sua opinião não se caracterizavam como líderes, e afirma: *Tirávamos as decisões do Grupo, sempre que possível, de forma colegiada, havendo contudo, lideranças que se exerciam pela experiência, pelo arrojo, ou pela iniciativa... quando colocadas, tomávamos como fato consumado, nos orientando em função disto.*

Este é o caso do Lysâneas Maciel, que com atitudes bastante audaciosas, criava o fato consumado, e nós o acompanhávamos em diversas circunstâncias... Às vezes tentávamos segurá-lo um pouco, evitando o excesso de arroubo.

AS ESPECIALIDADES: atributos enriquecedores da prática política

Existe um dado, no processo histórico dos Autênticos, que não pode ser olvidado. Embora, notadamente, a luta maior fosse pela queda da ditadura e pelo restabelecimento dos direitos democráticos, a atuação do Grupo não se restringia a isto. Estruturando-se nos atributos pessoais de seus membros, mantiveram intensa atividade parlamentar, participando de diversas comissões no Congresso, e debatendo sobre os mais diversos assuntos de interesse nacional. Assim, formaram uma bancada atuante na qual cada membro tratava de especificas matérias, tais como problemas trabalhistas, proteção a indústria nacional, o relacionamento com as empresas multinacionais, indústria farmacêutica, reforma agrária e outras questões de política fundiária. Chico Pinto, com sua capacidade de análise lembra as especialidades de alguns companheiros Autênticos: *Com entusiasmo começamos a elaborar discursos de análises da situação nacional de denúncias e de ataques ao regime. Os discursos do Lysâneas na defesa dos direitos humanos; do Alceu Collares, na área trabalhista. Alceu era um excelente debatedor. Freitas Nobre discursava sobre a desnacionalização da economia brasileira. Alencar Furtado nessa mesma linha e com um estilo admirável. Freitas Diniz no campo dos recursos minerais. Enfim, todos os autênticos se destacaram naquela legislatura de forma brilhante e destemida.* Embora não fale de sua própria especialidade, Chico Pinto além de grande articulador, foi o autor dos principais documentos do Grupo. O nacionalismo juntamente com a luta pela volta do estado de direito compunham o cerne de sua atividade parlamentar.

O maranhense Freitas Diniz, coloca a questão fundiária, como o foco de seu interesse e empenho: *Ainda deputado, dei início uma ação social no campo, basicamente com trabalhadores rurais, numa região muito conturbada onde havia o Grupo Executivo das Terras do Araguai e Tocantins, que era um Grupo de Militares, ligados ao Conselho de Segurança Nacional. Fazia reforma agrária, uma loucura total! A ação do PT no Maranhão sempre foi esta... havia algum movimento dos intelectuais, contudo frágil, aqui a base ainda*

é rural.

Na minha atuação no campo, um dos problemas que tive de natureza institucional, foi exatamente porque fiz um discurso e fui enquadrado na Lei da Segurança Nacional. Meu advogado era o Luís Eduardo Greegnhald, e foi um episódio de certa forma engraçado. Imagine que por um discurso, no qual critiquei um problema que houve no interior, no Bico do Papagaio, onde desembarcavam tropas do exército, reprimindo posseiros, uma coisa terrível, era o fim! E dentro do governo Figueiredo... Os oficiais todos da ativa, serviam no gabinete do Presidente da República, no Conselho de Segurança Nacional. Então, nós também denunciamos isso, este transporte de tropas para o chamado Bico do Papagaio, hoje Estado do Tocantins.

Embora médico, coube a Marcondes Gadelha a incumbência do debate sobre as questões da economia do país:... *No meu caso, especializei-me, mesmo a contra gosto em economia, e embora médico de formação, tive que enfrentar, digamos o lado árido da ação do Grupo, que era o confronto com o governo na área econômica. O governo propunha que o debate fosse na área econômica, os Autênticos estavam comprometidos com o discussão na política, na área dos direitos humanos, era esse o nosso campo de ação principal. Pouca gente estava interessada em debater economia entre outras razões, por tratar-se de um ponto onde o governo levava nítida vantagem. É preciso não esquecer, que viviamos a plenitude do "milagre econômico". Verificávamos, que o "milagre", não tinha sustentação, nem consistência, e sobretudo não trazia melhores resultados para a população em geral. Os frutos do crescimento econômico não eram distribuídos, ao contrário, havia uma concentração de renda muito grande: "crescer o bolo, para depois distribuir". Nesta senda, comecei a estudar as falhas do modelo econômico, muito difícil de contestar na época, porque o governo usava os meios de comunicação, além de toda a sua "inteligentsia" para forçar uma aceitação do regime, por meio da eficácia e eficiência.*

Na condição de médico, Jaison Barreto fez parte de articulações que diziam respeito a indústria farmacêutica e seu controle: *Foi assim que denunciei o absoluto descontrole da indústria farmacêutica, imune a qualquer fiscalização e controle social. Até hoje, o país*

não dispõe de instrumental tipo F.D.A., capaz de coibir os abusos e proteger a saúde da população, além de se manter em absoluta dependência quanto a matérias primas e pesquisas. A incipiente "indústria nacional" pouco pode competir com as multinacionais que impõe preços criam mercados desnecessários e fazem testes com a população cobaia.

Extrapolando essas dificuldades para a dependência tecnológica em geral, conseguimos a criação de uma Comissão Especial de Ciência e Tecnologia, cuja presidência foi ocupada por Aureliano Chaves, tendo como vice o meu nome. Foi um espaço que permitiu à Câmara discutir a defasagem tecnológica e o profundo hiato que nos afastava do mundo civilizado.

Os Territórios Federais e a questão fundiária como desdobramento, foram os norteadores da atuação de Jerônimo Santana:...*fiz um número assombroso de pronunciamentos sempre buscando lançar luzes nessas questões dos territórios e sobretudo de minha estimada Rondônia... Publiquei também quarenta e seis separatas de trabalho, sendo que vinte constam dos anais e podem ser publicadas, embora, eu ainda não tenha tido condições para isto.*

Pessoalmente, dentre outras, participei da Comissão de Inquérito sobre o Sistema Fundiário Brasileiro, existe uma publicação de mil páginas sobre este trabalho; fui também da C. I. da Política Mineral Brasileira, mostrando como deve ser conjugada corretamente tal política; fiz parte da C. I. sobre a Invasão das Reservas Indígenas, tive ali atuação bastante pertinente, sendo inclusive presidida pelo Freitas Nobre.

Santilli Sobrinho não tratava especificamente de algum assunto, mas caracterizava-se como um organizador nato. Desta feita, as reuniões do Grupo eram realizadas em sua casa: *Minha participação no Grupo, não sei como julgar, mais fácil seria outro faze-lo, não saberia dizer direito. Era um apoio principalmente logístico, vamos dizer, mesmo sem estar designado para isto e sem saber se seria reconhecido como tal, por hábito de técnico esportivo que fui na minha juventude. Desse modo, as reuniões freqüentemente eram feitas em minha casa que funcionava como uma espécie de sede e lá corriamos todos os tipos de risco, pois os locais de reuniões eram muito visados. A ditadura punha aparelhos de alta potência de escuta que mesmo com a vidraça fechada e do lado de fora do prédio, era*

possível ouvir tudo, captar a conversa em tom normal.

Estando entre os mais velhos, mais experimentados, cabia a mim oferecer-lhes esta facilidade. Tinha clareza de que, se cassado, e não vai nisso nenhuma falsa modéstia, minha ausência seria menos traumática que de certos companheiros da luta de frente. Nossa estratégia era fustigar o sistema, abalar os alicerces da ditadura.

Meu contentamento estava em ver o sucesso dos companheiros. Eu nutria um carinho, um amor paternal para com eles, ficando extremamente satisfeito quando se saíam bem. Mesmo que uma idéia fosse minha, preferia que fosse executada por quem melhor pudesse faze-lo.

Face a sua história profissional de advogado trabalhista, Walter Silva relata que foi na área social o seu foco de ação: *O Projeto de Reformulação da Previdência Social, o FUNRURAL. Um projeto de Pró-rural, que depois o governo transformou em lei complementar nº21. Tive a oportunidade de apresentar o projeto, porque eu era advogado da CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, desde 1968.*

Em 1969, representei... integrei, a delegação brasileira junto a Conferência Internacional do Trabalho da OIT em Genebra, Suiça. Participei, como membro da CONTAG, integrando o grupo de trabalhadores do Brasil, nesta Conferência. Como a OIT fazia cinqüenta anos, compareceu o Papa Paulo VI, bem como chefes de Estado das principais Nações do mundo. Talvez tenha sido a mais importante Conferência Internacional da OIT, dos últimos setenta anos, onde tive atuação destacada! E, prossegue: *...O primeiro projeto de seguridade social, apresentei no início do mandato, em 1971, e foi germinar na Constituição de 1988. Onde é que eu fui descobrir a seguridade social? Na OIT em 1969, quando fiz um estudo aprofundado da questão, e trouxe um material muito bom. Daí, apresentei um projeto no início do ano! Deste projeto de seguridade, surgiu o Pró-Rural, a aposentadoria do homem do campo aos setenta anos. O próprio governo começou a aproveitar. Rejeitou o meu projeto (porque eu era da oposição) maquiou e apresentou um decreto lei, como se fosse de autoria do Regime! Tudo bem, posto que os objetivos foram alcançados.*

A ATUAÇÃO DO GRUPO NO COTIDIANO DA VIDA POLÍTICA

Um dos principais objetivos do Grupo, era o de levar a luta contra o regime para fora dos muros do Congresso Nacional. O produto desta atuação exógena, serviu sobretudo para garantir e referendar importância da sua atuação parlamentar. Sobre este assunto Amaury Müller diz: *Em outras palavras, achávamos que o mandato parlamentar, mesmo sujeito a violências de toda a ordem, tinha certa importância, no mínimo para denunciar as violações dos direitos humanos, o empobrecimento da população e a entrega despudorada de nossas riquezas ao capital estrangeiro.*

Contatos e articulações internacionais, faziam também parte da atuação exógena do Grupo, conforme mostra Alencar Furtado: *Na época, o Jimmy Carter iniciou a defesa aos direitos humanos, e eu fui até os Estados Unidos porque buscava a solidariedade da Ordem dos Advogados Internacional, dos Direitos Humanos... Procurei respaldo mesmo. Fui ao Senado americano onde conheci o Senador Frank Chest, que procedera a uma investigação nos mesmo moldes da feita por mim, aqui no Brasil, das multinacionais.* Logo após o seu retorno ao Brasil, foi anunciada a vinda de Rosalyn Carter, primeira dama dos Estados Unidos, para cá. Alencar Furtado não titubeou: marcou uma audiência particular com o objetivo de denunciar-lhe as atrocidades cometidas, pelo regime militar, contra os direitos humanos. Iniciativa muito bem sucedida, conforme a narrativa: *Nossa solicitação foi atendida! Chegado o dia do encontro, fomos à embaixada, havia uma fila imensa de cumprimentos e, quando chegou a minha vez, o assessor em alto e bom som, disse: -"Alencar Furtado, o líder da oposição". Mais tarde, nos encontramos a sós, e eu lhe falei: -"Sabemos que seu marido está nessa luta, desfraldando a bandeira política dos direitos humanos e precisamos de sua ajuda para levar ao conhecimento dele as informações sobre as barbaridades aqui cometidas..." Comecei a contar, e ela disse: -"Farei o possível".* A fala de Alencar Furtado comprova que os Autênticos passaram a ser reconhecidos e identificados como a real oposição, constituída também fora das paredes do Congresso Nacional. Os Autênticos eram chamados para falar, opinar,

intervir em vários lugares, e na tentativa de mostrar este compromisso, viajavam muito tendo uma vida política muito intensa. Buscando traduzir este momento, Alencar Furtado, ainda relata: *Existe uma passagem que ilustra o quanto éramos requisitados, bem como vigiados e perseguidos, até em lugares e situações inusitadas: num belo dia, fomos convidados para uma palestra numa Universidade em Curitiba. Saímos daqui de Brasília: Freitas Nobre, Chico Pinto, Marcos Freire, Fernando Lyra, Marcondes Gadelha, Paes de Andrade e eu; íamos todos de avião, mas o Freitas Nobre disse: "Não, eu vou de carro". Ao chegarmos, isso já à noite, estávamos sobrevoando Curitiba, numa noite linda, clara, um céu maravilhoso, enxergávamos tudo! Apesar disso, o comandante nos comunicou que não havia condições de aterrissagem e que iríamos pousar em Porto Alegre. A ditadura nos deslocou para Porto Alegre! No entanto, pensavam que estávamos todos no avião... como o Freitas veio por terra, fez a palestra! Uma passagem como essa, mesmo que pequena, expressa como não era fácil, não era fácil...*

Com a nítida impressão que o Grupo serviu para definir os contornos de uma real oposição Eloy Lenzi, arremata *...essa movimentação política, que começou com meia dúzia de deputados, com o tempo e dada a situação política da época, expandiu-se extrapolando os limites do Congresso Nacional.*

Importante perceber que dentro ou fora do Congresso, os Autênticos serviam como caixa de ressonância das diferentes tendências e ideologias que lutavam contra ditadura militar, como registra Marcondes Gadelha: *Éramos, inegavelmente, um ponto de referência, sobretudo porque a cada ação da guerrilha, recrudescia a violência e alguém morria, desaparecia, ia preso, ou banido, exilado. Observe, o problema repercutia aqui no Congresso, e cabia a nós Autênticos a denuncia das torturas, violências e arbitrariedades. O grupo moderado não assumia responsabilidade de nada e argumentava que se enveredamos por esse caminho, a obrigação era nossa. Alguns apressados nos acusavam, atribuindo-nos posições esquerdizantes, o que não era verdade, pois o amalgama comum era a luta contra a ditadura.*

Procurando mostrar, que apesar dos riscos e dificuldades, a política era feita com a

preocupação de construir uma alternativa melhor para o país. Jaison Barreto expõe: *Nosso dia-a-dia era muito acidentado, em especial porque não protagonizávamos o processo; eram os fatos os reais determinantes da nossa atuação. Nesse cunho, qualquer tentativa de organização ficava dificultada, e não sendo autores da história nos resumíamos a meros figurantes. Ao mesmo tempo, como o período era de muita repressão e vários partidos mais ideológicos estavam na clandestinidade, delegaram-nos a responsabilidade de uma atuação muito importante, diria até essencial. Alguns Autênticos tinham formação de esquerda, porém nada definida, ao contrário, até tumultuada no sentido de constituírem-se em muitas correntes políticas. A ortodoxia marxista, mesmo tendo seu lado positivo, causou-nos grandes danos. Hoje, felizmente, existe a autocrítica, embora feita apenas pelos mais capazes e mais conscientizados. Por tudo isso nutríamos uma paranóia. e veja, se o SNI tinha o trabalho de espalhar seus elementos - e o medo - pela nação toda, imagine sobre nós. ali na Câmara! Desconfiávamos do secretário do fulano, do telefone grampeado, enfim... E sabemos, hoje, que a suspeita era procedente, verdadeira e muito pior do que imaginávamos. Essa situação provocava traumas e dificuldades até nas conversas e discussões, exigindo sempre muita metáfora para que o SNI não identificasse qualquer articulação, ou até algum "aparelho".* Consciente do risco que acarretava afrontar os donos eventuais do poder, Amaury Müller narra: *Nenhum de nós ignorava que os "donos" eventuais do poder ansiavam por qualquer pretexto para desfigurar e desfibrar o grupo. Mesmo assim, era muito difícil estabelecer regras para parlamentares que, com sobradas razões, expunham seus mandatos e sua própria integridade física na luta contra o inimigo comum. No âmbito congressual, em que pese a censura da mesa, era comum ocuparmos a tribuna para denunciar violências, torturas e assassinatos, como foi o caso da guerrilha do Araguaia (Xambioá)...* E complementa: *Por isso, em nossa atividade cotidiana (formalmente legal), temíamos que essas questões, transformadas em "leit motiv" para o uso permanente da força com a fachada de "combate à subversão", pudessem diminuir a disposição de outros brasileiros de manter acesa a luta contra o regime autoritário.*

O cotidiano como expressão máxima e determinadora da ação dos Autênticos,

aparece na fala de Paes de Andrade: *Na nossa saga para restabelecimento da democracia no Brasil, não havia trégua. Varávamos as madrugadas, debruçados sobre o mapa político, sentimental e o geográfico da Nação, mutilada pelos Atos Institucionais*

O Grupo Autêntico como um dos únicos canais de contraponto a ditadura militar fica explicitado na fala de Santilli Sobrinho: *Éramos sempre informados das prisões, torturas ou desaparecimentos. Em todas as repartições, em todas as lideranças (tanto do MDB, quanto da ARENA) havia pessoas que nos admiravam e faziam "vazar" sempre para o Grupo informações valorosissimas. Os repórteres, freqüentemente, nos traziam notícias as quais procurávamos repassar para o exterior.*

Outro ponto a destacar sobre o cotidiano dos Autênticos, trata da difícil convivência com os setores conservadores do partido, é o que se apreende da fala de Walter Silva: *No cotidiano, nos bastidores havia uma luta intestina do Grupo Autêntico contra os grupos: moderado e adesista, pelo próprio domínio do Partido. Tentamos articular a candidatura do Lysâneas à presidência do MDB, contra Ulysses Guimarães, que realmente assustava até o pessoal do Grupo Autêntico. Tínhamos também a luta com o Governador de Estado, o único governador do MDB, era no Estado do Rio, antiga Guanabara... Chagas Freitas, nosso maior inimigo. Tinha a imprensa na mão, o Jornal O Dia que nos pichava, nos chamava de comunista, e pedia a nossa cassação. Foi um período difícil dentro do próprio MDB!*

... Eu mesmo, sofri aqui no Rio, muita correria, pancadaria, levei muita borrachada, escorreguei muito no sabão! A polícia do Chagas Freitas, que era MDB do grupo adesista nos batia, além de colocar nos jornais de sua propriedade, manchetes como: "Lysâneas Maciel é comunista, tem que ser cassado"; "Walter Silva é comunista, tem que ser cassado". Isto era todo dia! No jornal do único Governador de Estado do MDB, portanto do próprio MDB!

A face nefasta da ditadura, esteve sempre presente no cotidiano dos Autênticos, é a fala de Alencar Furtado: *Se eu tivesse preocupações azinhavradas de ficar rico, por exemplo, à custa de corrupção, teria saído arquimilionário da CPI das multinacionais. Eles,*

contudo, sentiram que não me cercariam por aí e passaram a ameaçar a minha esposa por telefone. Eu sofri bastante... essas preocupações ocupavam-nos demais no dia-a-dia, mas agíamos, não tínhamos nenhum sentido personalista de fazer aquilo por uma vaidade, não absolutamente...ao contrário, era difícil de fazer, mas fazíamos porque nos sentíamos bem. A maior compensação que tínhamos, era a interior, e a certeza de que prestávamos um serviço ao povo, à nação, com todas as possibilidades de que dispúnhamos... era isso

Atribuir cargos da hierarquia militar para os membros do Grupo, representava uma interface lúdica do dia-a-dia dos Autênticos, que aparece na narrativa de Chico Pinto: *Um fato engraçado do Grupo Autêntico é que nos reuníamos sempre dentro de uma hierarquia. Brincávamos chamando, Fernando Lyra de "Cabo Lyra"; Alceu Collares de" Sargento"; Alencar Furtado de Coronel, Marcos Freire (todo louro de olhos claros, parecia a elite aristocrática da Marinha) era nosso "Almirante"; e eu "Marechal". Até a simulação da tomada de poder, fazia parte deste jogo. Era o nosso exército. Porém, havia os que não toleravam militares e não gostavam dessa nomenclatura.*

Ainda em relação as idiossincrasias expressas no cotidiano do Grupo, Fernando Cunha afirma: *Graças às diferenças, sejam elas de personalidade, estado civil, forma de vida cada um dos componentes do Grupo tinha um ritmo... Eu sempre fui um cidadão que, por força da minha própria vida... talvez pela minha formação, levantei sempre muito cedo e por isso era um dos primeiros a chegar à Câmara, embora permanecesse até tarde. Outra característica é que sempre fui muito caseiro, muito familiar, por via de conseqüência fazíamos as reuniões, boa parte delas em minha casa, especialmente porque, lá, a comida e a bebida eram garantidas! Muitos colegas viviam sozinhos em Brasília e outros, apesar de casados, muitas vezes a família resistia em acompanhá-los, ou como no caso do Chico Pinto, um empedernido solteirão, (não sei se ele continua solteirão até hoje) morando em hotel, e com a mania de trabalhar durante a noite e dormir durante o dia. Pensar em fazer qualquer reunião com o Chico Pinto no período da manhã era besteira... ele não ia, não ia mesmo! Cada um de nós tinha sua peculiaridade...*

Dentre as características cultuadas pelo Grupo, o diálogo mereceu destaque, e, é o

que conta Freitas Diniz: *Um outro dado interessante, é que éramos os únicos Deputados que conversavam, os outros não. Mantínhamos um diálogo constante, no plenário, no café... sempre debatendo. Vale ressaltar, que as propostas e idéias emergentes, pertenciam sempre a nós Autênticos, embora fossemos minoria... e não como muitos pensam, ao Ulysses ou ao Tancredo, que também não conversavam, não discutiam!*

A unidade do Grupo devia-se não somente o compartilhar do mesmo ideal, mas também por uma prática salutar para qualquer sociedade que se pretenda democrática: o diálogo. Sobre isto é o relato de Eloy Lenzi: *O cotidiano de um Autêntico era conversar, descobrir entre os deputados do MDB, os que tinham caracteristica de autenticidade, e convidá-los para integrar o Grupo. Nosso princípio básico, de separar os Deputados como pró-revolução e Autênticos, se materializava na ação, não na legenda do Partido e, muito menos, por programas partidários, porque não vigoravam, só existindo no papel*

Quando o assunto é cotidiano, além do perfil questionador dos Autênticos, outros elementos são pontuados, muito embora, em todos evidencie-se a expressão de uma militância intensa, que só encontra paralelo entre os elementos profissionais dos partidos de esquerda radical, como declara Marcondes Gadelha: *É importante registrar, que trabalhávamos compulsivamente, éramos aplicados, tarefeiros, cumpridores de missões. Havia um orgulho em ser Autêntico, sobretudo um senso de responsabilidade histórica. De modo que nos movimentávamos como se cada fosse responsável pela imagem do Grupo. Quando alguém subia na tribuna ou aparteava... bom ali estava um representante dos Autênticos, ou seja, não destoávamos da linha, do conjunto do Grupo. Procurávamos, sempre, nos manter afinados com o pensamento do coletivo, e com o desígnio histórico a que acreditávamos determinados. Chegávamos, cedo ao Congresso, nos reuníamos em grupos grandes ou pequenos, e discutíamos as matérias do dia, a pauta, ou algum processo em curso. Estas discussões serviam como fóruns, onde nos municiávamos para executar os propósitos. Quando alguém noticiava um fato novo, ocupávamos o horário do Pinga Fogo, que são apenas três minutos. Para superar este limite de tempo, tínhamos como estratégia*

comparecer no ato da inscrição em bloco e nos escrevíamos seguidamente, sem escala... Desta maneira conseguíamos ter sempre por volta de dez Autênticos, em série falando sobre o mesmo assunto! Juntando os três minutos de cada um...O assunto que discutíamos, forçosamente aparecia na mesma noite na Voz do Brasil, posto que um assunto dominante não havia como deixar de noticiar.

Éramos também, os mais assíduos na Tribuna, havia o horário da liderança que disputávamos, agendando com antecedência a fala de cada um. Isto possibilitava que todos se dedicassem ao discurso, como se fosse um dever de casa para cumprir. Geralmente, ficávamos ocupados o dia todo no Congresso, e a noite nos reuníamos, em casa de algum componente do Grupo. Variávamos sempre de casa, e discutíamos basicamente as coisas do dia, além de traçarmos diretrizes de ação política. Nos encontros, havia uma fraternidade muito grande no Grupo Autêntico, compartilhada, também pelas esposas.

Continua... *nossa rotina era permeada por política o dia todo, almoçávamos e jantávamos este tema, sem parar, e claro também planejávamos. Interessante, que inicialmente o Grupo apenas reagia diante dos fatos, entretanto, depois de algum tempo começamos a planejar, a executar, e a buscar soluções procurando dividir a ditadura, ou colocá-la em confronto com a opinião pública interna, ou externa.*

Um sentimento de impotência fazia-se presente no cotidiano do Grupo. Identificado como única oposição "legalizada" e efetiva ao regime, era a eles, Autênticos, que os familiares de perseguidos políticos recorriam. Porém, era impossível satisfazê-los, pois o máximo restringia-se à denuncia. Estas experiências vividas no dia-a-dia, são narradas por Lysâneas Maciel: *Fazia parte de nosso cotidiano a presença de mães, esposas que chegavam e queriam os corpos de seus filhos e maridos. Nada podíamos fazer... Até que um dia, percebi, que a única solução seria pedir a aplicação da Lei de Segurança Nacional... pois pelo menos, localizaríamos as pessoas. Tanto, que no meu projeto - Proteção Judiciária Imediata aos Presos ou Detidos, do dia sete de outubro de 1971, não modifiquei uma vírgula sequer da Lei de Segurança Nacional... não tirei o julgamento dos civis pelos militares; não pedi abolição da pena de morte, que embora fosse usada largamente*

pelo país, nunca foi aplicada oficialmente. Além disso, eu só pedia um exame de sanidade física e mental, para que a pessoa fosse identificada... só isso!

Começamos a exigir a aplicação da lei, e o pessoal não entendia... não entendia... Fizemos isto com o Deputado Francisco Pinto, quando foi preso (acusado de ofender o ditador Augusto Pinochet do Chile, em sua visita ao Brasil) não obstante, a lei não estivesse aprovada! Daí, o Abi Ackel (Ministro da Justiça do governo Geisel) este mesmo... que foi convidado a ser sub-relator, da Comissão que alteraria a Lei Penal e de Segurança Nacional disse:

-"Essa lei está perfeita... só tem um problema, a assinatura

AS RELAÇÕES COM A MÍDIA

A sociedade, nos anos 70, já não prescindia das informações obtidas através do rádio, televisão e jornal. Daí, o severo controle que o regime exercia sobre eles. Assim, a conquista de espaço nos meios de comunicação era praticamente impossível. Porém, com o desenvolvimento das atividades do Grupo e, o conseqüente aumento de seu peso político no cenário nacional, as resistências foram sendo superadas. Como únicos geradores de fatos que se contrapunham a modorrenta vida política institucional, a receptividade às suas teses foi aumentando, traduzindo-se no incremento da sua exposição na mídia. Neste sentido, os Autênticos passaram a ser tratados como um terceiro partido, o único de oposição. De forma muito precisa, relata Eloy Lenzi: *No princípio a mídia, a imprensa procurava nos evitar, não se manifestando. Tinham medo. Iniciaram uma marcação cerrada, e o tema Autênticos esteve proscrito, durante um período razoável. Com o passar do tempo a imprensa, parte da imprensa...foi adquirindo confiança no Grupo, passando a nos apoiar com discrição, mas apoiava! Embora no começo não divulgassem nada, depois de algum tempo passaram a divulgar alguma coisa ou outra, sobretudo porque criávamos fatos políticos. Posteriormente, nos tornamos notícia dos principais jornais de todo o país.*

A desconfiança por parte dos jornalistas acerca da legitimidade de seus propósitos

oposicionistas, no início da formação do Grupo, acrescia-se os limites impostos pela censura, dificultando sobremaneira a veiculação de suas atividades. Isto se nota pela afirmativa de Marcondes Gadelha quando comenta: *Quanto aos jornais de um modo geral, não eram confiáveis. Havia todo tipo de censura: explícita, implícita, prévia, auto-censura... Neste campo existia toda espécie de cerceamento ao direito de manifestação e pensamento, constituindo um quadro extremamente difícil. Um jornal confiável ao Grupo, e que sofreu por conta disto, foi o "O Estado de São Paulo" que circulava comumente com espaços em branco na primeira página, na página de dentro, ou mesmo com páginas inteiras vazias. Por princípio, o lugar da matéria censurada não era preenchido. No máximo substituíam pelo desenho de uma flor, por um poema de Camões ou por uma receita de bolo...isto era comum. Muitas vezes algum jornalista me telefonava dizendo:*

-"Infelizmente o seu discurso de hoje, não sai. Será substituído por um poema de Camões, ou por uma flor". Era a maneira do "jornal" reagir contra a censura sem deixar de sofrer os riscos, até de um empastelamento ou coisa do gênero. Qualquer matéria do Grupo Autêntico, era extremamente vigiada, muito censurada, havia essa determinação pelo menos no "Estadão". Não me recordo o comportamento dos outros jornais, mas com certeza "O Globo" nem líamos!; a "Folha de São Paulo", tinha a este respeito, naquela época, uma postura ainda crua, e seu segmento político era um tanto confuso; no "Jornal do Brasil", havia a Coluna do Castelo, liberal, independente, confiável. Para o Grupo na época, penso o único jornal fidedigno foi mesmo "O Estado de São Paulo".

Observando a seriedade e a coragem com que os Autênticos denunciavam as ilegalidades, o desrespeito aos direitos humanos e a corrupção praticada pelos que defendiam a ditadura, os órgãos de imprensa passaram a dar um maior destaque a eles. A partir de um certo estágio do processo, os jornalistas dedicaram total cobertura às atividades do Grupo. Entretanto, esta maior exposição na mídia acarretou em uma proporcional vigilância por parte dos áulicos. Cabe lembrar, que apesar do comportamento simpático da imprensa à causa, vivia-se ainda o tempo da censura cerrada, é o que expõe Freitas Diniz: *Atuávamos de maneira concreta, em cima dos*

fatos. Quando surgia denúncia de tortura, corrupção militar, era o nosso Grupo que levantava as questões... mobilizando até o interesse da grande imprensa, expresso no espaço que davam aos Autênticos. No entanto, a censura estava sempre atenta para que os jornalistas não divulgassem nossos discursos sobre tortura, cuja repercussão internacional era enorme. O Grupo tinha coragem cívica de ir para a tribuna e denunciar mesmo com a censura interna do partido, isso repercutia lá fora e incomodava o regime autoritário, porque ele também era cobrado. Por essa ação, acredito que o Grupo começou a adquirir credibilidade e por via de conseqüência o MDB.

Indiscutível: só havia fatos rigorosamente jornalísticos, originários do mundo parlamentar, quando criados pelos Autênticos. Isto fica revelado em vários depoimentos, dentre os quais o de Jaison Barreto: *No que se referia aos meios de comunicação, vivíamos um período muito fértil. Estávamos sempre em evidência na mídia eletrônica e marcávamos nossa presença combativa em todos os acontecimentos de importância na história do Brasil. Diante disso, não tinham como esconder o valor do Grupo.* Jaison continua...: *A imprensa escrita também ajudou muito...não a imprensa, mas os jornalistas. Evidente que nossas expectativas eram muito grandes em relação a eles, pois configuravam a comunicação e na condição de bons profissionais deveriam informar sem distorcer. No período em que estivemos na Câmara, provavelmente até para nos ajudar, promoviam todos os anos uma eleição cujo objetivo era prestigiar os Deputados "premiando" aqueles que realmente trabalhavam e cumpriam com suas obrigações.*

A pauta dos jornalistas e dos censores era sempre a mesma: a atuação do Grupo Autêntico. O que diferia era o objetivo. Os profissionais da mídia procuravam divulgar as atividades do Grupo e a censura buscava impedi-los, por todos os meios e violências. A fala de Francisco Amaral revela que órgãos expressivos da imprensa nacional, davam grande relevo ao Grupo, incumbindo seus mais notáveis profissionais, da tarefa de cobrir a atuação dos Autênticos: *Um dado interessante é que a audácia dos Autênticos acabava virando notícia, obrigando a mídia a nos divulgar, muito embora não gostassem ou quisessem. Alguns jornais, eram muito contidos pelos órgãos*

de repressão e censura, outros, não tinham sequer interesse. As vezes, eram obrigados a nos divulgar, porque criávamos fatos que se transformavam em notícia. Ou seja, nossa atuação desbravada, tornava-se fato político, e não havia como deixar de noticiar! Alguns jornalistas como D'allambert do "Jornal do Brasil", Rubem Azevedo Lima da "Folha", sempre nos davam espaço, bem como o Flamaryon, mesmo sendo do "Estadão". Havia também alguns jornalistas, absolutamente audazes, como Afonsin, Evandro Paranaguá e o próprio Carlos Chagas... Chaguinhas, muito meu amigo, uma das belas amizades que deixei em Brasília...

Dentre os jornalista, existiam aqueles simpáticos aos Grupo e que se afinavam com suas propostas. Não havia, entretanto, unanimidade, como se nota na fala de Walter Silva: *Por falar em jornal, em mídia, detectávamos muitos jornalistas, repórteres sinceramente do nosso lado. Procuravam nos divulgar, mesmo porque éramos notícia. Mas, havia também, um grupo adesista na imprensa, que fazia o jogo do sistema. Um exemplo que me ocorre de imediato, é o atual Governador do Maranhão: Edison Lobão, que era jornalista do "Correio Brasiliense" e compunha o Comitê de Imprensa da Câmara. Da caneta dele só saia crítica a nós! O jornal "Opinião", chegou a publicar alguns discursos meus na íntegra, entre os melhores discursos daquele ano. Era um jornal com o qual podíamos contar, contudo na condição de alternativo, era sujeito a censura e violência.*

Walter Silva complementa seu raciocínio, provando a existência de jornalistas que estavam absolutamente afinados com a proposta do Grupo: *...Havia o Marcondes Sampaio, que continua na Câmara. É um jornalista nomeado e que sempre nos apoiou Não aceitou por exemplo, a deserção do Marcondes Gadelha. Até hoje ele conserva as idéias que o Grupo Autêntico disseminou, que foi na verdade o germe, a semente de grupos que surgiram depois.*

A posição arrojada do Grupo entusiasmava os profissionais da mídia, especialmente porque o novo estava sendo anunciado, e por isso Jerônimo Santana registra: *Geralmente a mídia e, sobretudo, os jornalistas entusiasmados com as teses e posições mais avançadas e corajosas que defendíamos, davam-nos cobertura. Significávamos o novo, o diferente... algo assim, como a doutrina que surge, é divulgada e provoca, realmente, muitos*

comentários ...

A exposição de Marcondes Gadelha, indica exemplos de notáveis jornalistas que se afinavam com os ideais dos Autênticos: *Geralmente os mais jovens: Marcondes Sampaio, Jorge Bastos Moreno, Hélio Doyle, Evandro Paranaguá, exatamente! E, outros mais antigos, eram ligados aos moderados. No entanto, havia um grande grupo de jovens jornalistas, também ligados ao governo...*

A cumplicidade de alguns jornalistas à causa do Grupo, aparece referendada na narrativa de Fernando Lyra:*...Evandro ainda hoje mora em Brasília, porém deixou o jornalismo. Outro jornalista que nos ajudou muito nesse período foi o cearense Marcondes Sampaio... uma pessoa muito especial para nós!*

A importância dos jornalista no processo de legitimação do Grupo, está evidenciada na fala de Alencar Furtado: *É, verdade, os jornalistas, anualmente, faziam uma lista dos dez melhores deputados. Ah! Por muitas vezes fui "eleito", não sei quantas, mas foram várias... Eles não estão mais fazendo isso.*

A confiança e cumplicidade entre o Grupo e os profissionais de comunicação foram grandes facilitadoras da ação *"autêntica"*. Sobre esta questão Fernando Cunha expõe: *Contávamos, na época, em relação à mídia, com alguns jornalistas que compartilhavam do nosso trabalho com muito entusiasmo, até participando das nossas reuniões, palpitando como se membros do Grupo fossem. Todas as questões levantadas nas reuniões consideradas 'segredo', eles não divulgavam... só publicando o que autorizávamos, e pronto. Era um grupo pequeno de jornalistas... que participava dessa intimidade. Lembro-me do Armando Rollemberg... Armandinho...e, Hélio Doyller... De maneira geral, os jornalistas eram simpáticos à nossa causa, o grande problema eram os donos dos jornais e a censura que até seu réquiem, foi muito dura conosco. Reconheço que a imprensa, de uma maneira geral, teve grande parcela de responsabilidade, na época, pelo nosso sucesso. Tudo o que conseguimos mudar, melhorar eles mostravam, dando-nos até um certo ar de "Dom Quixote" querendo enfrentar os moinhos! Isso foi notório ao chegarmos em 1974, quando o resultado das urnas foi surpreendente no Brasil inteiro, mudando os rumos da política brasileira, e*

quiçá até da história nacional!

A narrativa de Lysâneas Maciel, traduz sua preocupação a respeito disseminação das lutas dos parlamentares. Registra que em vista da Capital Federal localizar-se longe dos grandes centros urbanos dificultava e criava óbices ao acesso da população às informações sobre as atividades do Grupo. Destarte, o papel da imprensa é o de servir de elo: *Qual o tipo de informação, que este povo tem a respeito da atuação Parlamentar no Congresso?*

Pela distância de Brasília, e sobretudo devido a triagem feita pela mídia, a população fica realmente longe, do que realmente fazemos. Isto não é de hoje, já ocorria na década de 70 quando os jornalistas credenciados faziam anualmente a escolha dos dez melhores parlamentares, divididos em três setores: plenário, comissões, política.

Fui eleito, o melhor Deputado de 1974, por ter sido o único escolhido (entre os dez melhores) nos três setores: plenário comissão e política! Notícia como esta, não chegava aqui... restringia-se à imprensa de Brasília...

Ainda em relação ao espaço na mídia, lembro-me da colocação do Jô Soares, quando fui a seu programa:

-"Eu votei em você..."

-"Por quê"? Perguntei. Pergunta insólita... Por que ele votou em mim? Por que pessoas, com quem eu nunca tive o menor contato, votaram em mim? Aí, eu mesmo explico aos meus eleitores a razão:

-"É porque pensamos igual; a respeito de uma série de problemas. Sei que minha linguagem, tem profunda afinidade com um grupo enorme de pessoas, que apesar de acreditarem em mim, não as conheço". Noventa por cento de meus eleitores, são pessoas de quem jamais ouvi falar...

Isto posto, não há dúvidas que os meios de comunicação exerceram papel de importância fundamental na história do Grupo Autêntico. Obviamente, não podemos perder de vista que nos referimos a um momento histórico onde o AI-5 reinava soberano, o que, inegavelmente, aumenta ainda mais a relevância da

cobertura da mídia sobre o Grupo.

O EPISÓDIO DA ANTICANDIDATURA

No final de 1973, durante o processo de escolha do sucessor do General Médici à presidência da República, o Grupo Autêntico encontrava-se totalmente imantado, pleno de energia e criatividade. Houve neste momento, um episódio muito marcante e idealizado por eles: tratava-se da idéia do lançamento de um *anticandidato* a Presidente da República que, pela idéia inicial, seria lançado para disputar a eleição com o candidato do regime militar, possibilitando a realização da campanha eleitoral oposicionista em todo o Brasil. Sendo que ao final o anticandidato renunciaria, denunciando a ilegitimidade daquele processo. A proposta da *Anticandidatura* foi inicialmente rechaçada por Ulysses e seus parceiros, Tancredo e Thales Ramalho, líderes conservadores do MDB. Entretanto, percebendo que a mensagem oposicionista "autêntica" repercutia, favoravelmente na sociedade, pouco tempo depois, os moderados, aderiram a campanha da anticandidatura. Reivindicaram, no entanto, o papel de anticandidato para Ulysses, sendo que os Autênticos poderiam indicar o vice, desde que fosse alguém da sociedade civil. Depois de muita discussão, avanços e recuos, ficou acertado o nome de Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira da Imprensa (ABI), para vice-presidente. Vale lembrar, que anteriormente, este havia sido convidado pelos Autênticos para ser o próprio anticandidato e aceitou. Durante as negociações todavia, cedeu mediante o assédio dos "moderados".

Resolvida a escolha do anticandidato, firmou-se o compromisso de que a *anticampanha* seguiria normalmente, até às vésperas da eleição pois assim, teriam espaço na mídia e conseqüentemente meios de levar a mensagem oposicionista a todo país, de uma forma massiva. O ponto culminante da anticandidatura se daria no dia da votação (o colégio eleitoral era composto, apenas por parlamentares),

quando ficou acordado que Ulysses deveria renunciar, desmascarando a farsa eleitoral.

Com esta atitude, entendiam os Autênticos, não se coonestaria, não se daria legitimidade àquela forma antidemocrática de eleição. Porém, rompendo o compromisso, Ulysses, transformou a anticandidatura em candidatura, participando de todo o processo eleitoral, sendo ao seu final derrotado.

Sobre a anticandidatura, e considerando dia quinze de janeiro de 1974 (dia da reunião do Colégio Eleitoral), como a principal data da trajetória Autêntica, Fernando Cunha declara: *O dia da votação da Anticandidatura foi para mim, sem dúvida, o dia mais importante de nossa trajetória... Não obstante, por um lado cumprimos o planejado, contestando o regime de exceção e lançando para o mundo a denúncia de que aqui havia uma ditadura militar, e a eleição era uma farsa... Por outro lado, tivemos de enfrentar uma censura partidária enorme porque o MDB, de repente, resolveu participar do Colégio Eleitoral, o que não aceitávamos de forma nenhuma.* A pressão contrária era enorme, conforme complementa Fernando Cunha: *Porém, decidimos fazer o combinado... e dos vinte e três Autênticos que assinaram o manifesto somente dois não compareceram em função dessa onda de prisão - Jerônimo Santana e Nadyr Rossetti. O fato é que a maioria estava presente, e esse episódio teve seu desdobramento na eleição de 1974, por isso eu o considero um marco de extrema importância na atuação do Grupo Autêntico!*

Muito embora, fizesse parte dos integrantes do Grupo que inicialmente foram contrários a anticandidatura, Alencar Furtado interpreta o episódio com precisão e detalhes: *Quanto à anticandidatura do Ulysses Guimarães, a princípio ele não queria aceitá-la...porém, quando Barbosa Lima prontificou-se a assumir esse papel, Ulysses resolveu ser o candidato. Ele seria, realmente, a figura que mais somaria, uma vez que estava na Presidência do Partido da oposição. O Dr. Barbosa concordou em ser candidato a vice do Dr. Ulysses, que assumiu o firme compromisso com os Autênticos de não participar do Colégio Eleitoral como candidato, porque seria uma renegação, seria a homologação...*

Começou-se a campanha do anticandidato, uma campanha muito bonita, despertando

multidões por todo o Brasil, ocupando espaço nos jornais, rádio, televisão... coisas de que estávamos carentes, necessitados. Foi um processo sobretudo de esclarecimento, num movimento recheado de instantes preciosos.

O processo da anticandidatura prosseguia conforme o planejado, até que por volta do dia cinco de janeiro de 1973, a dez dias da eleição de Geisel, Ulysses chamou os Autênticos para notificá-los de que não iria cumprir o acordado. Isto é, não renunciaria pois considerava este ato um acinte ao sistema, o que acarretaria um risco muito grande. Assim, o mais prudente seria submeter o seu nome ao Colégio Eleitoral. Alencar Furtado prossegue:

Houve uma reação muito grande do nosso pessoal, Ulysses sofreu muitas críticas e transferiu para o dia seguinte a resposta definitiva. No encontro do dia posterior, ele estava em companhia de Thales Ramalho, Tancredo Neves, além do líder da época, Laerte Vieira, e reiterou o seu posicionamento: ele se submeteria ao Colégio Eleitoral!

Uma das maiores decepções que tivemos foi o comportamento do Ulysses. Ele poderia ter chegado àquela data como um gigante e chegou como um pigmeu, pequenininho, porque... concordou com a sua candidatura através de uma disputa desigual, que ele sabia estar definida. E, sobretudo, contrariou os seus mais diletos e sinceros companheiros, que éramos nós, os deputados do Grupo Autêntico.

Foi impossível para o Grupo coadunar com tal posicionamento. Resolveram lavrar seu protesto na sessão em que se daria a votação, através de uma declaração de voto. Contudo, havia um obstáculo a ser superado: as normas que regiam a eleição não permitiam pronunciamentos dos parlamentares, apenas os líderes da situação e da oposição, poderiam fazer o uso da palavra, neste sentido continua Alencar Furtado:

Inconformados, decidimos comparecer para lavrar o nosso protesto, encaminhando uma "questão de ordem", onde pontuávamos nossa recusa em participar do processo presidencial, através de um documento, que apresentamos em plenário, contestando tudo que estava sendo realizado... Foi terrível... o regimento que presidia e orientava os trabalhos do Colégio

Eleitoral só admitia duas pessoas falando: o líder de oposição e o líder do governo, mais ninguém.

Aconteceu que o Fernando Lyra e eu dirigimo-nos ao Presidente do Congresso, que era o Marechal Torres, do Rio de Janeiro, e dissemos: "Presidente, estamos aqui para solicitar-lhe o direito de levantarmos uma "questão de ordem", amanhã, porque o regimento não nos permite. É uma violência, é um absurdo que só se justifica lá, na ditadura, mas aqui no Congresso, não! Cassaram nosso direito de falar, e queremos falar..."

-"Não é possível, não podemos permitir" - disse o Marechal Torres. Não admitiam nada; Lyra e eu, então continuamos: "Senador, nós tumultuaremos a seção amanhã, anarquicamente, caso o senhor não nos permita isso". Ele replicou: "Não, vocês não podem fazer!"

Respondemo-lhe: -" Não, mas nós vamos fazer! Queremos ter direito de levantar o nosso protesto e não ficarmos lá, concordando com vocês." Depois de muita insistência, ele viu que íamos fazer mesmo, então perguntou: -"Qual é a "questão de ordem?""

-"Vamos apresentar esse documento e no encaminhamento, nós manteremos uma "questão de ordem". Levantaremos a "questão de ordem e só." Aí, ele disse: -"Está certo, mas vocês não falem a ninguém, correto?!" E pela primeira vez na história do Parlamento do mundo, uma "questão de ordem" levantada na hora foi respondida por escrito. O Marechal, coitado, fez a resposta porque já sabia, mais ou menos, o que íamos falar. Naquele dia aconteceram coisas interessantes: fui escolhido, em um sorteio, para levantar a "questão de ordem". Muito bem, e lá fui eu... havia uma palavra que sintetizava minha questão: era usurpação. Dizendo que estava usurpando, usurpava isso, usurpava aquilo, usurpando direitos, usurpando mil coisas...

Durante os trabalhos de votação, um político da situação, que depois transformou-se em um dos líderes do Governo Geisel, foi protagonista de uma cena tragicômica, como descreve Alencar Furtado: *Quando comecei a levantar minha "questão de ordem", Petrônio Portela, que era homem pró - ditadura, gritava a plenos pulmões para o presidente: -"É proibido pelo regimento, é proibido..."Daí, o Paes de Andrade chegou junto dele e disse: -"Fique quieto, senão vou ler a carta de solidariedade que você mandou ao Jango!"*

Ao ouvi-lo, Petrônio sentou-se imediatamente. Muito engraçado! Levantamos, fizemos o nosso protesto, recusamo-nos a votar de acordo com a declaração encaminhada à mesa . Outros gritavam: "Recuso a votar numa eleição sem povo".

O meu livro, "Salgando a terra", traz os nomes dos que se negaram a votar naquele dia. Normalmente, éramos quarenta e tantos deputados, mas para esse episódio, apenas vinte e três compareceram, porque havia ameaça... Ameaça, não... na véspera do nosso pronunciamento, o líder do Governo, Cantídio Sampaio, que participava de uma reunião onde discutíamos a questão de ordem, comunicou aos seus amigos que eles seriam cassados se comparecessem àquele ato de protesto.

A ameaça de cassação fez com alguns aliados do Grupo, desistissem de formar com eles. De aproximadamente quarenta parlamentares, vinte e três assinaram a declaração de voto enviada à Mesa. Destes, apenas vinte e um compareceram para dar o voto de protesto. O interessante na narrativa de Alencar Furtado, quando trata da reação dos militares a este episódio, é que pode-se constatar a divisão destes em dois grupos: de um lado o grupo dos "duros", que pretendiam a cassação dos deputados que não participaram da farsa eleitoral e do outro, os militares da "distensão", cujo líder maior era o General Geisel, que pretendiam uma composição com segmentos da sociedade civil, para manter-se no poder, bem como necessitavam do apoio estrangeiro às sua pretensões. Esta divisão impediu que os Autênticos tivessem seus mandatos cassados, pois a repercussão externa deste ato seria muito grande, atrapalhando os planos de hegemonia da facção liderada pelo General Ernesto Geisel. Neste sentido, Alencar Furtado completa sua narrativa: *Não fomos cassados, ou melhor, só não nos cassaram porque... Bem ... esse foi um dado obtido "por fora", que mostrou como a política é incongruente... como as coisas acontecem... Estava definida a nossa cassação: era um fato consumado! Esse documento foi colocado, rodou pelos militares interessados e correu quartéis para justificar a cassação. Tratava-se, porém, de vinte e três deputados que seriam cassados, porque se recusaram a votar... Isso pesaria muito na opinião pública... Seria o marco de uma violência extrema... um ato inominável.*

Isso ocorreu na época da sucessão do Médici, e era público que o seu filho queria que o pai continuasse presidente. O pessoal do Geisel sabendo disso, entendeu que a cassação dos vinte e três deputados redundaria em um caso muito grave nacionalmente, podendo culminar na permanência do Médici, em prejuízo do Geisel. Obviamente, esse pessoal todo entrou em campo para não haver nada contra o Grupo Autêntico... eles queriam era a sucessão normal. Veja como o episódio foi interessante. Era esse quadro... contei, porque precisava ser registrado... e, enfim, é um pedacinho da história do Brasil!

Além de servir como instrumento de propaganda sobre a resistência dos Autênticos à ditadura, o episódio da anticandidatura demonstra, com clareza, a participação ambígua de pessoas que mais tarde, no decorrer do processo de redemocratização, assumiram a condição de grandes líderes oposicionistas.

Vale lembrar, que o processo da anticandidatura foi desencadeado quando na sucessão de Médici, Chico Pinto chegou lançou a idéia de que o MDB deveria lançar um candidato próprio, não restrito ao Grupo, tampouco ao partido. Imaginava um candidato plural, com acesso ao povo e às Forças Armadas. Seria a estratégia adequada para ampliar a base de apoio oposicionista e quem sabe, até agregar elementos do próprio sistema. Com este propósito foi aventado o nome do jornalista Barbosa Lima Sobrinho, decano das lutas pela democracia bem como incansável defensor da soberania nacional. Destarte, um candidato perfeito uma vez que não era político profissional, representava a consciência democrática da sociedade civil, além do que comungava dos mesmos ideais nacionalistas professados por um número expressivo dos Autênticos e militares. Chico expõe: *... deveríamos ter um candidato militar. Fomos ao Rio, Marcos Freire foi comigo. Conversamos com alguns militares na tentativa de acharmos um candidato, nesta área. Depois de alguns contatos em vão, - somente um coronel da ativa topou, mas entendendo que melhor seria um general. Mais tarde - Marcos, Lysâneas, Fernando e outros procuramos - o jornalista Barbosa Lima Sobrinho que morava na cidade do Rio de Janeiro e aceitou disputar a Presidência da República, pelo MDB.*

Ulysses, ao ver que Barbosa Lima concordara, de pronto, em ser o anticandidato apesar, de não aceitar esta idéia, entendeu que isto era uma ameaça à sua liderança e conseqüentemente, correria o risco de ficar marginalizado de um movimento, que a despeito dos riscos de melindrar o sistema, continha um grande apelo popular. Isto posto, resolveu ser ele quem concorreria com Geisel. Chico Pinto prossegue: *Ulysses vai ao Rio, com Nelson Carneiro e Amaral Peixoto, a procura de Barbosa Lima, com o propósito de convencê-lo a ser o seu vice. Barbosa aceitou para manter a unidade do partido.*

A preliminar sustentada pelo o Grupo Autêntico era a seguinte: a lei eleitoral estabelecia que os partidos teriam direito a usar rádio e TV. Não faziam distinções entre eleições diretas ou indiretas. Eu argumentava que era importante o partido ter um candidato. Primeiro porque poderíamos fazer comícios e denúncias; segundo, usaríamos a mídia e, em seguida, no dia do pleito, renunciaríamos a candidatura, denunciando aquela farsa, com eleição de cartas marcadas, constituída de eleitorado limitado, ou seja, apenas congressistas. A maioria, filiada a Arena e obrigados por lei a votar no candidato oficial, sob pena de perda do mandato e suspensão dos direitos políticos. Uma eleição definida por antecipação.

Vale lembrar que a direção do MDB, não aceitava de forma alguma a exigência da renúncia proposta pelo Grupo. Isso comprometia a estratégia traçada pelos Autênticos, pois coonestaria a forma antidemocrática de eleição, como também diluiria o impacto da mensagem oposicionista. Para contornar esta situação, os membros do Grupo resolveram escrever um documento em que denunciavam a farsa daquela eleição e foi lido em plenário, no momento da votação. A gravidade daquele momento, o perigo que aquela atitude trazia para os elementos do Grupo, deu causa às suas primeiras dissensões. Chico Pinto conclui: *No dia da convenção, aí sim. Ulysses aparece como verdadeiro oposicionista. Fez um excelente discurso, o "Navegar é preciso"... e nós aplaudimos! Foi a primeira vez que bati palmas para Ulysses! A partir dali nasceu um novo Ulysses, afirmativo e contundente. Fez um pronunciamento na linha do Grupo Autêntico, embora se recusasse a renunciar à candidatura. Após várias reuniões com*

ele, até que dias antes da eleição, tivemos a certeza de que não renunciaria. Numa última tentativa, argumentamos que se o próprio Geisel, declarou à imprensa que era bom que MDB tivesse um candidato, ficava claro que iríamos apenas coonestar a legitimidade daquela eleição, dando impressão ao mundo que, no Brasil, houvera uma disputa democrática. Ora, no nosso entender, se o governo queria que o MDB tivesse um candidato, teriam que pagar um preço: o de permitir a utilização de rádio e televisão, pelo partido da oposição, para denunciá-los. Taticamente, depois que fizéssemos uso desses meios de comunicação, o candidato renunciaria, o que seria uma denúncia da ilegitimidade da eleição.

Como a ditadura sabia que Ulysses não renunciaria, influenciou o Tribunal Superior Eleitoral a denegar nossa participação na mídia sob a alegação de que as eleições eram indiretas. Mas a lei não fazia essa distinção e, conseqüentemente, numa como em outra eleição, o partido não ficaria à margem desse direito.

Na antevéspera da eleição, estivemos reunidos e no clamor das discussões, Alceu Collares que era do Grupo Autêntico, radicalizou e no dia seguinte, porém, encontrou razões para votar em Ulysses. Essa a razão de não ter assinado o documento dos Autênticos foi uma das dissensões que tivemos no Grupo. Nadyr Rossetti resolveu ignorar a eleição a ela não comparecendo, assim como Jerônimo Santana. Os demais membros do Grupo, entendendo que era preciso fazer uma denúncia pública daquele momento histórico, foram a sessão do Congresso que serviu de palco para disputa de Ulysses e Geisel, levando um documento redigido a cinco mãos: Freitas, Alencar, Marcos, Lysâneas e eu, mais a colaboração dos chamados "pitacos" do Fernando Lyra. Este documento aprovado, posteriormente, pelo Grupo deveria ser lido no dia das eleições. Segundo o regimento, não tínhamos direito a palavra, mas Alencar Furtado levantou uma "questão de ordem", diante do Colégio reunido, gerando um tumulto. O presidente do Congresso não queria permitir, nem mesmo a "questão de ordem", e muito menos a leitura do documento. Contudo, acabaram negociando. Ameaçávamos não permitir a realização da eleição, o que para o governo seria um desastre. Feita a leitura do documento deu-se início a votação. Quando os integrantes do Grupo eram chamados para proferir o voto, fazíamos uma provocação ao governo, e dizíamos um dichote

qualquer acerca da ditadura e não votamos em nenhum dos dois candidatos!

Fernando Lyra ao falar da anticandidatura vai mais longe, resgatando a importância da figura de Pedroso Horta (presidente do MDB, antecessor de Ulysses)como desencadeador do processo e diz: *Numa dessas coincidências que a história nos apresenta, o Pedroso Horta estava muito doente... perto do fim. Veio a Brasília fazer seu último discurso quando pregou uma candidatura militar, imaginando que o próprio Ernesto Geisel seria vetado pelo sistema.. Desse episódio surgiu a idéia da anticandidatura. O nosso objetivo era uma candidatura militar visando a quebra do regime e não outro. E fomos em frente! Não é difícil imaginar o quanto era complicado para nós uma candidatura militar, não só por questões, digamos... das adversidades que o próprio momento histórico impunha, mas até de conseguir acesso, diálogo com algum militar. Nosso sectarismo nos impedia... poucas pessoas conversavam com militares: o Marcos Freire teve algumas conversas, bem como o Chico Pinto, porém sem sucesso.*

O Grupo realmente acreditava que a iniciativa de um candidato próprio causaria uma diáspora na hegemonia militar. Todavia, após algumas conversas, perceberam que a melhor saída seria um candidato oriundo das casernas. Fernando Lyra continua seu raciocínio: *... no entanto esse acordo foi impossível. Mediante essa situação, Marcos Freire foi atrás de Barbosa Lima Sobrinho a fim de convidá-lo para ser o anticandidato, pois sendo pernambucano, tinhamos intimidade... ligação com ele Aproveitando-se da idéia, Ulysses Guimarães assumiu a anticandidatura e, de certa forma, tivemos que apoiá-lo... Assim, a chapa ficou fechada e com ela nosso acordo em apoiar Ulysses... Não obstante a "nossa" anticandidatura fosse concebida para rachar o sistema, e a do Ulysses visava denunciar e protestar contra a eleição... É bem diferente, nosso objetivo era minar.. E dissemos ao Ulysses:*

- "Tudo bem, nós vamos em frente"; fizemos a campanha do anticandidato pelo país inteiro, embora muitos estivessem contrariados com isso... Tratou-se, todavia, de campanha altamente politizada e conscientizadora. Chegamos, enfim, à véspera da eleição... da eleição não, da escolha pelo Colégio. E nesse ponto, dissemos:

-"Olha, nós participamos até aqui, porém não coonestaremos a eleição. Sua candidatura não é a militar que racharia o sistema, mas candidatura de protesto". O MDB, contudo, fez uma reunião e resolveu ir ao Colégio Eleitoral com Ulysses e Barbosa. Deu-se aí o marco, o grande ato dos Autênticos quando decidimos não ir ao Colégio Eleitoral, manifestando-nos contra ele e denunciando a eleição.

É emocionante relembrar essa experiência, sobretudo a gratificação que tivemos ao ouvir, nessa mesma noite, a Rádio BBC de Londres, a única emissora por onde recebíamos alguma notícia sobre o Brasil. Na condição de ouvinte assíduo dessa rádio, ao chegar a casa, voltando do Colégio Eleitoral, ouvi o resultado da eleição que foi exatamente assim: Arena tantos votos; o MDB outros tantos; e a Oposição Autêntica brasileira: vinte e três votos!

Freitas Diniz destaca a posição incoerente de Ulysses Guimarães, no fim do processo da anticandidatura, ao descumprir o acordo de renúncia. Dentro desta perspectiva, expõe sua versão dos fatos: *Ulysses, por sua vez, contrariando o anteriormente acordado, recebeu os votos... Creio, que essa foi uma fraqueza irreparável, manchando sua biografia... não podia ter deixado de renunciar. Ulysses nunca se explicou... morreu e ficou a dúvida... Por que ele recebeu os votos?* Arremata sua narrativa com a seguinte análise: *Que pese o comportamento do Ulysses, as conseqüências da anticandidatura foram muito boas, veio como uma idéia fértil dando credibilidade ao partido, à frente, e também a Ulysses. Até as lideranças conservadores cresceram bastante, com a força destas propostas.*

A receptividade popular obtida na campanha da anticandidatura, fez com que Ulysses se empolgasse. Talvez o clamor do povo em praça pública, tenha provocado nele a crença de que seu comparecimento ao Colégio Eleitoral, mudasse o rumo da história. Porém, o que de fato aconteceu foi o agravamento dos conflitos entre os Autênticos e os moderados. Sobre este assunto Marcondes Gadelha declara: *Ulysses se empolgou muito com as viagens que fez pelo país. Acompanhei-o em diversos comícios, nos quais era delirantemente aplaudido, e recebido... foi uma coisa absolutamente impressionante! Ulysses, começou a acreditar que aquilo era para valer mesmo, e resolveu manter sua candidatura até o fim, levando-a para o Colégio Eleitoral. Como não fora este o acordado, criou-se um*

problema para nós, que resolvemos romper lançando o famoso manifesto assinado por vinte três companheiros, cuja redação, atribuo ao Lysâneas: ..."Devolvemos o voto ao grande ausente o povo brasileiro!"... Esta leitura foi feita no Colégio Eleitoral e a partir daí, acentuou-se a ruptura com o grupo moderado, além de cairmos definitivamente numa linha quase marginal, porque faziamos oposição aos poderes constituídos na esfera: municipal, estadual e federal; oposição dentro do Partido; oposição em relação as Forças Armadas, oposição a tudo! Notadamente, nos tornamos um Grupo insólito, passando a navegar sozinho... contra tudo e contra todos

A negativa de Ulysses em renunciar, tornou transparente a existência de uma *autêntica* oposição ao regime, que não se confundia com o MDB, dominado pelos moderados. Neste rumo caminham as palavras de Getúlio Dias: *A anticandidatura não se consolidou porque o grupo moderado do MDB, liderado por Ulysses e Tancredo, concordou em coonestar a eleição, transformando-a em candidatura no momento em que foram ao Colégio Eleitoral, quando havia o acordo de renúncia por parte do Ulysses. Esse episódio fez com que a imprensa internacional noticiasse: o General Geisel, da ARENA, teve tantos votos; o candidato do MDB, Ulysses Guimarães, outros tantos; e a oposição Autêntica brasileira, vinte e três votos, denunciando o Colégio Eleitoral como uma fraude.*

Parece-me que a existência desses episódios que se tornaram história motivou uma oposição Autêntica, colocando o sistema "na parede" perante o julgamento da opinião pública.

Há entre os Autênticos, quem interprete a anticandidatura, não como algo positivo em si. Para esses a importância do episódio reside na definição de quem eram os parlamentares realmente comprometidos com as teses autênticas. Deste modo Lysâneas Maciel diz: *Dentre os muitos episódios vividos pelo Grupo, existe um que é sempre o mais lembrado... trata-se da anticandidatura. Eu não diria que a anticandidatura foi o fato mais expressivo de nossa trajetória, ao contrário... a meu ver foi, sob certos aspectos, negativo... porque o trato que nós fizemos não foi cumprido... E o trato era denunciar e renunciar!*

Imagino, se nós tivéssemos tido durante sessenta dias, meia hora por noite, para falar à

Nação toda... que coisa maravilhosa!

Ainda me lembro, da expressão do Barbosa Lima Sobrinho - grande figura - que, muito categórico, disse:

- "Marquem dia e hora, de nossa renúncia". Mas...

Tudo começa com o convite, ao próprio Barbosa Lima Sobrinho, para que fosse candidato a presidente, cogitando-se no meu nome, no de Chico Pinto, ou de Marcos Freire para vice... O Marcos sempre era convocado, e, em bem humorada analogia, foi para o MDB da década 70, o que o Mercadante é hoje para o PT!

Ulysses, inicialmente, era contra a anticandidatura, mas quando soube que haviamos fechado com Barbosa Lima, resolveu ser ele, imediatamente, o anticandidato. Desconfiados de Ulysses, chamamos lateralmente Barbosa Lima e dissemos, que estávamos com esta preocupação... que tinhamos receio, que Ulysses negasse espaço para a denúncia dos arbítrios, que aconteciam no país...Esta conversa foi até em minha casa, e repito a expressão de Barbosa Lima Sobrinho:

- "Marquem dia e a hora de nossa renúncia!" Depois...

A bem da verdade, Barbosa Lima foi muito pressionado... Ulysses, Tancredo, Thales, eram muito hábeis, envolventes e sedutores. E, é por isso, que apesar de ser o mais famoso episódio do Grupo Autêntico, a anticandidatura é para mim, um esboço frustrado do retorno a democracia, já em 1973.

Santilli Sobrinho tem consciência de que a opinião predominante, entre os Autênticos, considera a anticandidatura o principal fato político experimentado pelo Grupo. Contudo, não concordou com esta estratégia, conforme a sua narrativa: *Não há dúvida, foi uma passagem muito importante, contudo, o ponto é que não era a definição de ser contra a ditadura...isso já fora definido, à marca de ferro e brasa. Tínhamos um candidato, no entanto com nome, diga-se, de anticandidato, dando a impressão lá fora, no estrangeiro, de que estávamos disputando a eleição. Ao discutirmos isso, o Grupo Autêntico acabou aceitando a anticandidatura de Ulysses Guimarães. Nossa condição todavia, era de Ulysses que concordara em ser o anticandidato desistir na última hora, hora da votação, renunciando*

com um pronunciamento forte. A idéia de renúncia era consenso, porque não havia condições de vencer a ditadura não permitiria o fato de disputa verdadeira. Foi uma estratégia para conseguirmos acesso aos meios de comunicação, visando as denúncias...

Quando debatemos o assunto em minha casa, com todos os membros do Grupo Autêntico, não concordei com a disputa.

Minha preocupação maior era com a repercussão e opinião no exterior de onde havia recém-chegado. O que importava para mim no momento era a necessidade de trucidarmos a ditadura, mesmo correndo riscos, bem como divulgar no estrangeiro as barbaridades aqui cometidas...

Os depoimentos sobre a anticandidatura registraram que o desencadeamento de seu processo foi facilitado pelo então presidente do MDB Pedroso Horta (antecessor de Ulysses), que mesmo não gozando boa saúde desempenhou um importante papel na deflagração desta campanha. Inicialmente os Autênticos sentiam que a ditadura militar não aceitaria a proposta, muito clara, de uma campanha eleitoral oposicionista em nível nacional. Mas, era uma grande oportunidade que não poderia ser perdida, a despeito do perigo institucional e pessoal envolvidos. Ficou acertado, que pelo caráter do pleito, os eixos principais da campanha deveriam objetivar a abertura democrática, bem como possibilitar: a denuncia das mazelas do regime autoritário, a corrupção, o entreguismo; aproveitando ao máximo o espaço na mídia. Enfim, aproveitar as brechas da legislação que regeria aquela eleição, era o sentido da anticandidatura. O texto desta lei, entretanto, não deixava claro se o espaço destinado a propaganda eleitoral era referente a todas as eleições ou somente às diretas, mas os Autênticos correram o risco, sendo bem sucedidos. A partir deste episódio, foram equiparados a um terceiro partido político, o único que efetivamente opunha-se à ditadura. Tomados pela surpresa, ou por entender que a candidatura oposicionista lhes fosse útil, ou ainda porque estavam divididos, o fato é de que, no princípio, os militares não reagiram ao que foi considerado, por um número expressivo de seus membros do Grupo, como o ponto culminante da sua atuação: a Anticandidatura.

A SUBVERSÃO DO BI-PARTIDARISMO

Em um contexto político marcado por dois partidos criados artificialmente pelo e para o sistema dominante, a composição de um Grupo unido em torno de um ideal e uma prática oposicionista, mesmo inserido em uma das siglas consentidas, era suficiente para caracterizá-lo como uma entidade a parte. Atuava com independência e mantinha-se coeso em torno de um programa: o combate a ditadura e a reconstrução do Estado de Direito.

Alencar Furtado sobre este assunto comenta: *Constituíamos uma oposição que lutava em vários frontes, havendo contra nós o chamado "sisteminha" que era o MDB e o "sistemão", a própria ditadura. A maioria do partido, internamente, não concordava com o nosso comportamento, ao contrário, insurgia-se e lutava contra nós, combatendo-nos... A ditadura, então, nem se fala... nem se fala*!

A concepção de ser o terceiro partido esta aparente na fala de Chico Pinto, que explica ainda as outras divisões dentro do MDB: *A bancada do MDB, em 1971, no Congresso Nacional se dividiu entre Autênticos que faziam oposição radical e sistemática à ditadura; adesistas, que se caracterizavam por elogiar e apoiar tudo o que vinha da ditadura; e os "moderados" composto por Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Thales Ramalho e Laerte Vieira, os "chefes" da moderação e que contavam, nas nossas divergências, com o apoio dos adesistas...*

As duas frentes de luta que os Autênticos empreendiam: luta interna no MDB, luta contra a ditadura, ficam didaticamente reveladas na fala de Fernando Cunha: *Nosso confronto maior evidentemente na condição de Partido de oposição, era contra o governo, lutávamos por democracia. Tínhamos um governo totalitário, e completamente insensível a tudo. Vivíamos entretanto, uma luta interna, e bem clara. Não podíamos admitir, que enquanto estávamos na linha de frente, nos expondo na luta maior, uma outra parte do MDB negociava com o inimigo, fazia concessões. Inadmissível! Exatamente na contramarcha do que almejávamos.* Arremata esta reflexão confessando: *Ah! Não tenho dúvida de que naquela*

época era dentro do MDB que estava nossa maior dificuldade, porque nós incomodávamos... e incomodávamos muito! Tenho, muito presente, algumas situações... várias vezes quando nos reuníamos, havia discussões muito ferrenhas, principalmente dos mais exacerbados como Fernando Lyra, Chico Pinto e outros... Havia um outro grupo de pessoas, digamos mais ponderadas como é o meu caso, sempre fui pessoa afável no trato com os demais. Até porque, eu sentia que não estava ali para brigar com companheiros. Alguns, porém, eram mais duros, e volta e meia era um "pega prá capar".

Assumir esses dois "fronts" de luta, representava para os Autênticos um grande desafio, sendo necessário, para superá-lo, um trabalho extenuante. É sobre isso a fala de Jerônimo Santana: *Trabalhávamos desesperadamente, porque havia um mundo todo pela frente: o combate à ditadura e o confronto com uma estrutura partidária nem um pouco benevolente...*

A unidade de propósitos, pontuada em questões emergentes, era o que caracterizava o Grupo, é fica demonstrado na narrativa de Fernando Lyra: *Pois bem, o que nos unia, realmente, era a liberdade, passando também pela questão partidária. Queríamos liberdade interna para poder bater no regime. Desse modo, deixo claro que tínhamos dois frontes de luta. A direção partidária, entretanto, considerava que a forma de fazer oposição não era ao regime, e sim ao governo. Essa era a estratégia utilizada por ela... Entendíamos, todavia, que para "quebrar o gelo", despertar a juventude, debelar a luta armada, extinguir voto nulo, a forma era bater no regime... Isso aí... Era esse o norte, isso era o que nos unia!*

A linha diferenciada de atuação entre os Autênticos e os demais membros do MDB, expressava-se na dificuldade de convívio em qualquer nível de relacionamento. Neste sentido Marcondes Gadelha diz: *Nossa relação com o MDB, era tão complicada que era virtualmente impossível encontrar um Autêntico, conversando com um moderado. Não digo trocando idéias, ou discutindo questões políticas, mas contato pessoal mesmo! Víamos os moderados na condição de adversários, como se da ARENA fossem.*

Ser um terceiro partido, inserido dentro de outro configurava um dilema como demonstra Getúlio Dias: *Sempre deparamos com muitos obstáculos... a guerra externa*

contra a ditadura era mais árdua, contudo, mais clara. A luta dentro do MDB tornava-se muito mais difícil! Acusavam-nos de "provocar o leão com vara curta" e sofríamos todas as acusações, discriminações internas e, evidentemente, isso dificultava nossa ação. Era como se tivéssemos uma briga em casa, além de enfrentar a batalha lá fora... Briga interna, briga familiar que, muitas vezes, não deveria transpirar porque tiraria a credibilidade da oposição como um todo... Não queríamos isso! Essa situação, entretanto, foi se tornando nítida, ou seja: revelou-se como uma postura coerente e a mais correta para uma oposição.

A condição de terceiro partido informal, trazia grandes dificuldades para o Grupo, principalmente no que tange ao relacionamento com a direção do MDB. É, o que se apreende da exposição de Jerônimo Santana: *No regime fechado, bi-partidário, a ARENA estava com os militares, e não tínhamos meios ou chances de relacionamento. Nosso agasalho e guarda-chuva era mesmo o MDB, porém, nem sempre éramos bem vistos muitas vezes, tudo o que pretendíamos, a liderança cortava e não nos dava trégua, nem condições para um bom trabalho. Passamos por tudo isso...*

A compreensão de que formavam uma legenda à parte era reforçada pela prática política cotidiana. Não é outra, a perspectiva de Santilli Sobrinho: *Sofríamos uma discriminação marcante do MDB. Os grandes líderes do partido evitavam ser flagrados conversando com algum componente do nosso Grupo Autêntico.*

Continuando sua fala, Santilli Sobrinho relata um episódio marcante que diz respeito às dificuldades trazidas por esta identificação: *Lembro-me de quando juntamente com meu filho, Marcos, durante a invasão da Universidade de Brasília, fomos vítima de violenta agressão por parte da polícia, o que na época foi muito divulgado nos órgãos de imprensa. Ao mostrar minha "carteirinha" de deputado, levamos uma chuva de cassetetada estraçalhando-a. Fiquei muito ferido .*

Esse fato ocorreu nos dias que precederam o AI-5, quando a ARENA, através de seus partidários, ainda se dava ao luxo de as vezes criticar os atos da ditadura. Fui, posso dizer, felicitado, consolado por quase todos Deputados arenistas. Em compensação, o pessoal da cúpula do MDB desviava quando me encontrava, com medo de ser visto, como que reprovando e dizendo:

- "Olha, ditadura, eu não estou apoiando o Santilli". Eles achavam que criávamos problemas, dando motivo para a ditadura acirrar-se mais. O Grupo tinha uma avaliação antagônica, considerando que uma oposição acomodada, deixando a ditadura reinar tranqüila, sem dúvidas, a eternizaria. Decidimos, por isso, arriscar mesmo, arriscar nossos mandatos, nossas vidas, porque achávamos que, assim fustigando a ditadura, causaríamos desgastes, irritando-a e provocando nos líderes militares procedimentos certamente reprovados no estrangeiro. Sabíamos que esta repercussão acabaria gerando restrições ao nosso país, criando sérios embaraços à ditadura, desgastando-a e ruindo-a rapidamente.

Em síntese, nossas dificuldades com a ARENA eram devido às divergências naturais de adversários que tínhamos nos cálculos, mas dentro do MDB, as diferenças eram flagrantes e as pressões internas eram mais ostensivas. Esta exposição demonstra cabalmente que o Grupo constituía uma entidade política distinta dentro do MDB, e que tal fato era reconhecido inclusive pelo partido da situação, a ARENA Sobre este assunto, Walter Silva foi enfático: *O Grupo Autêntico era um terceiro partido! O New York Times levantou esta questão, estava certo. A ARENA era unida pelo fisiologismo, quem formou na ARENA? deputados, senadores, que hoje, afinal de contas, estão ainda mandando no país... Era aquele grupo que não tem partido, eles são governo, e não tem culpa se o governo muda! O governo muda, eles mudam junto! É o partido do governo... fisiológico.*

E, conclui: *O nosso relacionamento era mais complicado com os dois grupos do MDB, bem mais! Arena era adversária, tinha que ser tratada realmente no "porrete". Todavia, companheiro de legenda combatendo o companheiro de legenda, era um assunto dramático!*

AS ELEIÇÕES PARA O CONGRESSO EM 1974

A campanha da Anticandidatura no ano de 73, pela ampla exposição da mensagem oposicionista junto à população, dentre outros predicados, aplainou o caminho da vitória do MDB em 1974. Nestas eleições o MDB obteve, dezesseis das vinte e duas cadeiras do Senado, e na Câmara Federal oitenta e sete cadeiras, das

cento e sessenta disponíveis. Diante disto, constata-se que o desdobramento da ação política denodada e combativa dos Autênticos teve bons resultados. Vale lembrar, que este episódio ficou conhecido como *"A grande virada do Brasil"*.

Mesmo que algumas vezes negassem, os Autênticos possuíam estofo político e ideológico, inspirados em matrizes de esquerda. Somava-se a isto, o fato de terem como propósito maior, tirar o Brasil da situação selvagem em que se encontrava proporcionada pela ditadura. Vem daí, todo empenho do Grupo, culminando na brilhante vitória da oposição em 1974. Sobre este assunto, Fernando Cunha comenta: *Partindo destes pressupostos e, especialmente, de nosso posicionamento em relação à ditadura, juntamo-nos com ânsia de mudar, contestar e brigar. Este processo foi responsável pela vitória do MDB em 1974 e ficou conhecido como "a grande virada do Brasil!*

Fernando Lyra expõe que a ação dos Autênticos gerou uma diminuição dos votos nulos e em branco, até então utilizados como forma de protesto, e levou o MDB a uma vitória surpreendente:...*com o estouro da eleição de 1974, e a nossa tomada de posição, o nosso protesto evoluiu para Ulysses, depois para o Colégio Eleitoral, possibilitando a eleição de dezesseis dos vinte e dois senadores! Fomos nós também que despertamos para o rompimento com voto nulo, cujo resultado extraordinário tem sua maior expressão em Lysâneas que, em 1970, obteve dezesseis mil votos para Deputado Federal na Guanabara, chegando em 1974 a cem mil votos! Nosso Grupo, de um modo geral, recebeu uma bonita votação nessa eleição que atribuo à campanha contra o voto nulo e à anticandidatura de 1973...*

Embora conscientes da importância do Grupo no resultado das eleições de 1974, restaram algumas decepções. Na "cultura" Autêntica, até hoje, se comenta que Freitas Diniz, possuía todas condições de ter se tornado o décimo sétimo senador do MDB, e muitos dos seus colegas estranham o fato de ele não ter concorrido, naquele ano, para o cargo. O fato é, que a Executiva do MDB bloqueou a candidatura de Freitas, para paradoxalmente fortalecer o candidato da Arena. É nesta perspectiva que Freitas delineou seu depoimento: ... *existe um fato que poucas pessoas sabem, trata-*

se da eleição de 1974, da qual até muitos companheiros Autênticos, pensam que eu não quis sair candidato ao Senado Federal. Entretanto, esta opção fatalmente não dependia da minha vontade, e sim da Executiva do MDB. O que ela resolvesse, deveria ser acatado por mim...

Tudo começou, devido a existência de apenas uma vaga para o Senado, a qual os candidatos do MDB desistiram. O Dr. Jackson Lago, ex-prefeito de São Luis, e ex-candidato a governador, era um deles já havia até se lançado. Também Nelson Ascher irmão do Renato. Além de um outro, que não recordo o nome... um médico inclusive muito conhecido. Eu concorria à Câmara Federal, e não ao Senado, mas, em um determinado momento, todos os candidatos desistiram.

Fomos à Executiva buscando resolver a questão do candidato. era este o fórum correto para esta discussão, especialmente porque estávamos todos ali... Se o Jackson Lago não queria, fulano também, não sicrano idem, inevitavelmente seria eu. Na medida em que fui para uma reunião defender um candidato ao Senado, de uma maneira implicita, estou colocando o meu nome. Fiquei na maior dificuldade, eu era o presidente do MDB no Maranhão, meu vice-presidente, era o atual Senador Epitácio Cafeteira Não tínhamos candidato, porque a tese da candidatura tinha sido derrotada na Executiva.

Deste modo, não havia sequer proposta para a convenção, e não adiantava levantar uma isolada, não fazia sentido. Foi um dos episódios mais dificeis que enfrentei em minha vida politica... porque entrei numa brutal contradição. Se a Executiva decidisse que teriamos candidato, inexoravelmente, seria eu. Votei pela candidatura, todavia, prevaleceu o voto da Executiva, no que o partido, perdeu muito! Não sei se me elegeria, não sei...mas o MDB teria crescido. Perdi o comando e não me elegi sequer para Deputado...

A bem da verdade, não havia muita alternativa, porque Henrique La Roque, era o candidato da ARENA ao Senado e um homem de relacionamento muito forte com as pessoas, inclusive com figuras do MDB, que estavam em peso votando nele... e deste modo repudiavam qualquer outra candidatura.

Além deste quadro, há aí um outro dado importante, fui para a televisão fazer uma anticampanha, situação terrível! Não pedi voto para deputado. Durante meu tempo na

televisão, buscava pura e exclusivamente garantir o voto em branco para senador, um negócio completamente louco, completamente louco! Diante disto, tinha realmente que perder a eleição, porque o povo pensava:

- "Este aí enlouqueceu, é candidato e pedindo voto branco ou nulo, não voto neste louco!" O eleitorado quando me derrotou, agiu corretamente, eu não merecia ser eleito naquele momento, não tinha sequer plataforma... Como posso ser candidato a Deputado, e ir à televisão pregar voto em branco?

Muitas pessoas não sabem o quão traumática foi minha campanha de 1973, que concretamente foi assim!

Paes de Andrade deixa emergir nas entrelinhas, que o perfil oposicionista do MDB, foi fundido pelos Autênticos, tendo como prova máxima o turbilhão de votos nas eleições de 1974: *De forma que o Grupo projetou uma imagem tão positiva do MDB perante a opinião nacional que logo em seguida, nas eleições de 1974, conseguimos eleger uma grande bancada, mesmo que realizadas em clima de semi-legalidade, debaixo de um processo de intimidação e de violência, de pressões terríveis de voto vinculado, de legislação eleitoral casuística. A Nação assistiu ao pronunciamento popular, em que o MDB, não obstante todo esse arsenal de violência utilizado da maneira mais desbravada possível, saiu das urnas com dezesseis Senadores eleitos. Fomos portanto, majoritários. Acredito que, se na época, a eleição fosse direta, e o sufrágio universal e secreto tivesse sido devolvido ao povo brasileiro, o MDB, já naquela oportunidade, teria elegido o Presidente da República.*

Ainda atribuindo aos Autênticos, a responsabilidade da "grande virada" da oposição segue o depoimento de Jaison Barreto: *...uma avalanche de votos, fruto do nosso trabalho, bem como demonstrando à Nação que havia um núcleo de resistência. Claro que isso nunca foi contabilizado no "corpus" do MDB. Naquele momento em que as pessoas ganharam as eleições, acharam que conquistaram a vitória sozinhas. Esqueceram-se de que o "background", os bastidores do partido que se afirmava como verdadeira oposição, era exercido por nós, Autênticos... Sob todo tipo de ameaças, reagíamos e enfrentávamos a ditadura, não tínhamos medo de cassação: resistíamos a ela. É assim que se faz um verdadeiro*

partido político!

Deste modo, as eleições de 1974 traduziram a insatisfação geral reinante no país, devido a ditadura, servindo inclusive como catalisador do processo de redemocratização. Na busca da forma correta de definição da *"grande virada"*, o substantivo plebiscito é o que a traduz com maior precisão.

OS EPISÓDIOS TRAUMÁTICOS

Foram muitos os episódios dramáticos vívidos ao longo da existência do Grupo Autêntico. Nenhum porém se compara a prisão de Chico Pinto no ano de 74, as cassações de Amaury Müller e Nadyr Rossetti em de março de 76; a de Lysâneas Maciel no mês de abril do mesmo ano, e a de Alencar Furtado em junho de 1977. Discorrendo sobre fatos dessa natureza, dos quais participou, Chico Pinto contabiliza, ao longo de sua vida política, alguns processos e prisões. Entre eles o ocorrido por ocasião da visita do General Pinochet a nosso país, um dos mais intrigantes episódios experimentados pelo Grupo. A história tem seu início com a chegada do ditador do Paraguai, Alfredo Stroessner, mais precisamente na sessão da Câmara Federal que o homenageou. Solenidade esta que contou com a presença do MDB. Estava lá Ulysses Guimarães... e outros! Muito embora, os Autênticos não tenham comparecido, não registraram nenhum tipo de protesto em relação a visita. Ou seja, o Grupo simplesmente não compareceu. Em outra sessão da Câmara, todavia, Chico Pinto fez um virulento discurso contra aquele ato de consideração. É sobre este tema que segue o depoimento minucioso de Chico: *Posteriormente em 1974, fui preso por seis meses, devido o discurso contra o General Pinochet, considerado provocativo. Essa versão está registrada, até no livro de Thomas Skidmore.*

Após a visita de Stroessner, recebi cartas de Rio, São Paulo e Bahia, estranhando que todo o Partido tivesse homenageado o Stroessner, um ditador que entre outras barbaridades exilou, torturou nas prisões do país muitos dos seus patriotas e fechou o Congresso do seu país.

Deveríamos ter denunciado. Não o fizemos.

Entretanto, pela ocasião da posse do General Geisel no cargo de Presidente da República, trouxe ao país a presença de outros ditadores sul-americanos. Visita esta, que não passou incólume pelos Autênticos. Chico Pinto fez um veemente discurso contra, e que deu ensejo à sua prisão. A seguir a forma como Chico Pinto vê o episódio: *Quando da posse do General Geisel, trouxe ao país a visita outros governantes como Stroessner do Paraguai; Benzer da Bolívia; Bourdabery do Uruguai; Pinochet do Chile; Paty Nyxon, representando o Presidente Richard Nixon, seu marido e presidente dos Estados Unidos. Eu era solteiro e, na mesma noite, chegando ao Hotel Brasília Palace, onde morava, deparei-me com o jornal "Correio Brasiliense", que trazia a seguinte manchete: "Forma-se eixo Brasil-Bolívia-Chile-Uruguai". Lembrei-me do eixo, Itália-Alemanha-Japão, como também das cartas que eu havia recebido na ocasião da visita do Stroessner. Decidi fazer um discurso sobre este assunto no dia seguinte: "Os três ditadores festejados em Brasília" Isso aconteceu às vésperas da posse, porque no dia seguinte não se poderia falar. O jornal "Correio Brasiliense" transcreveu parte do meu discurso.*

No dia da posse de Geisel fui ao Congresso como de costume, mas decidi sem qualquer consulta ao Grupo, que não participaria daquela solenidade. Poucos dias depois, estando em meu gabinete recebi, às seis e meia da tarde, telefonema do Chefe de Gabinete da Presidência da Câmara, em nome de Flávio Marcílio comunicando-me que o presidente precisava falar comigo. Disse que estava ocupado e no dia seguinte iria vê-lo. Novo telefonema. Era o próprio presidente da Câmara insistindo para que o procurasse com urgência uma vez que havia ocorrido um sério problema e que eu precisaria conhecer. Desconfiei do que poderia ser. Avisei ao Deputado Alencar Furtado, cujo gabinete situava-se em frente ao meu.

Encontrei Flávio Marcílio, em companhia do líder da Arena e do Governo, Deputado Célio Borja (mais tarde Ministro do STF, e depois Ministro da Justiça no governo liberal democrático de Fernando Collor). Ambos sérios e formais, mandaram-me sentar. No semblante da cada um, certa dose de preocupação. No coração daqueles servidores da ditadura não sei se havia alegria. Disse o Presidente:

-"Lastimo lhe comunicar que acabei de receber ofício do Ministro da Justiça Armando Falcão que, por determinação do Presidente Geisel, encaminhou representação a Procuradoria Geral da Justiça para processá-lo". Passou-me o ofício. Li, e devolvendo-lhe disse: -"O que se pode esperar de um ditador? O resultado disso, nesse regime, eu já sei qual é". Um de cada vez, disse, educadamente, que eu tivesse paciência, constituísse um advogado e que foi melhor a forma como agiu o governo, do que se me tivesse cassado. Assim, acrescentaram, você poderá se defender. Disse-lhes: -"Está bem... com um Supremo sem as garantias constitucionais que lhe foram subtraídas, como se pode acreditar em um julgamento imparcial? Irão, apenas, cumprir as ordens do governo para não perderem os cargos. De qualquer sorte, os senhores sabem que cumpri uma decisão da Comissão Interparlamentar, de âmbito internacional, que recomendava a todos os parlamentos do mundo que denunciassem o que ocorria no Chile. Enfim, fiz a minha parte. O Governo Geisel, aliado de Pinochet, fará o que quiser".

Neste ponto, inicia-se a Ação Penal, com o acolhimento da denúncia pelo Supremo Tribunal Federal. No decorrer da instrução processual, quando de seu interrogatório, Chico Pinto confirmou o conteúdo do discurso, esclarecendo que: *não tinha o propósito de ofender e sim denunciar e condenar um fato verdadeiro que ocorria no Chile. Meus advogados Josafá Marinho e Paulo Brossard, anexaram documentos comprobatórios da veracidade do meu discurso. Vários jornais do mundo denunciaram os fatos. Os brasileiros que a partir do episódio passaram a noticiar o que ocorria no Chile e até um discurso do Senador Ted Kennedy, pronunciado no Senado americano condenando o comportamento do governo no meu caso e foram anexados nos autos. Fernando Cunha, por outro lado, o registrou na Câmara.*

No julgamento final os ministros do Supremo dividiram-se entre aplicar a Lei de Segurança Nacional ou o Código Penal. Por maioria condenaram-me com base no Código Penal, que por sinal não diferiam da Lei de Segurança Nacional. "Ofender Chefe de Estado de Nação estrangeira". O que distinguia os dois diplomas era a gravidade da pena, maior na Lei de Segurança Nacional, menor no Código Penal. Ao optar por este último aplicaram-me, por

unanimidade, a pena de seis meses de reclusão, ao invés de dois anos de Lei de Segurança.

A independência do Poder Judiciário tinha por limite o humor do ditador. Na tradicional tática de convivência entre um Poder fraco: o Judiciário e; um poder forte: o Executivo; as normas jurídicas eram interpretadas no sentido de agradar os generais. Assim Chico Pinto completa: *Suspenderam meus direitos políticos apesar, do dispositivo constitucional não haver sido regulamentado. Tanto é verdade, que anteriormente, em outros casos, sob a alegação de falta de regulamentação, deixaram de aplicá-lo. O dispositivo constitucional, no entendimento anterior do STF, não era auto-aplicável. Negaram-me, também, o sursis previsto na lei em benefício de réus primários.*

O poder do Estado é uno, sua tripartição foi a forma que Montesquieu encontrou para impedir excessos na execução dos programas de Governo. Na ditadura militar a função da tripartição era outra: tornar evidente que o Estado exercia sua autoridade através do Executivo, sendo que o Judiciário e Legislativo representavam apenas expressão subalterna daquele, tal e qual a vassalos: *Somaram-se, portanto, as violências praticadas pelo Executivo e pelo Judiciário mais uma, a da Câmara dos Deputados que, pela sua direção, cassou-me o mandato. Assim fui atingido de uma só vez pelos três Poderes da República.*

Antes da publicação da sentença condenatória, recorri da decisão do TRE da Bahia que negara registro a minha candidatura. O Superior Tribunal Eleitoral negou-me, também, esse direito.

Procurei inscrever-me para falar, pela última vez, antes da prisão, na Câmara dos Deputados. O presidente da Câmara, deputado Flávio Marcílio, garantiu ao Dr. Ulysses Guimarães e ao líder do MDB Laerte Vieira que me concederia a palavra.

Chegando ao plenário o próprio Presidente da Câmara ordenou que um funcionário me trouxesse o livro de inscrição para assiná-lo. Encontrava-me sentado no plenário e essa atitude poderia ser interpretada como um gesto cordial.

Como não era um poder independente, a palavra final, como sempre foi dada pelo ditador: *Antes de ser chamado, o telefone privativo da Presidência toca. Atende o Presidente*

do Legislativo e, do outro lado da linha, o Ministro Armando Falcão, em nome do General Geisel, transmite a ordem de que eu não poderia falar. Fui a tribuna. O líder da Arena e do governo, Célio Borja que, após a queda da ditadura, converteu-se em um liberal democrata - levantou uma Questão de Ordem, depois de receber a "ordem unida" de impedir-me falar. Argüiu que "era fato público e notório que eu havia sido condenado e conseqüentemente não poderia usar da palavra". O Presidente deferiu, Dr. Ulysses, Laerte e outros reclamaram em vão. Insisti da Tribuna e o presidente encerrou a sessão. Desligaram o microfone. O deputado Célio Borja mandou os deputados da Arena se retirarem do plenário. O Presidente ordenou aos funcionários que também se retirassem. Ficou a bancada do MDB e funcionários rebeldes. Ameaçaram, também, apagar as luzes do plenário. Alguns amigos saíram e compraram velas. Falei assim mesmo. Discurso duro contra o regime, contra o Executivo, contra o Judiciário.

Não se resumia a uma questão de defesa do Estado autoritário, as ações repressivas também visavam a atender os interesses pessoais dos áulicos do regime: *Desde o início do processo que não via a minha cidade de Feira de Santana BA. Pretendia apressar o processo, uma vez que o Procurador Geral da República, Ministro Moreira Alves, ao enquadrar-me na Lei de Segurança, tornava-me inelegível. O absurdo da legislação da época é que bastava um Promotor ou Procurador denunciar alguém, com base na Lei de Segurança para que o cidadão ficasse impedido de disputar eleições. Ora, o Procurador da República era cargo de absoluta confiança do Presidente por este escolhido e nomeado e demissível "ad nutum". Logo, era um preposto do Governo. Bastava que este, querendo atingir alguém acionasses seus agentes para denunciá-lo e conseguir obstar a participação do denunciado no processo eleitoral como candidato, ainda que no final a decisão fosse favorável. Urgia, pois, acelerar o processo. Estávamos em 1974 ano de renovação dos mandatos. Precisava ser julgado até setembro ou outubro. As eleições estavam marcadas para 15 de novembro. Não esperava, portanto, que fluíssem os prazos da defesa até o dia "ad quem", quer para contraditar a denúncia, fazer a defesa prévia ou cumprir alguma diligência. Quase sempre quando intimado, mesmo com alguns prazos longos até de quinze dias, só nos utilizávamos*

de um a dois dias.

Ao chegar àquela cidade em junho, se não me engano, recebendo enorme solidariedade da população, verdadeira romarias da periferia da cidade para minha residência, fui entrevistado, longamente, pela Rádio Cultura. Era natural que a população da cidade onde sempre fui o mais votado deputado federal, tivesse curiosidade em saber o que ocorrera em Brasília, sobretudo porque o noticiário, nos primeiros dias, foi parco, ganhando intensidade com o tempo.

Relatei os fatos, comentei o discurso sobre Pinochet, e quais deveriam ser as conseqüências. Obviamente, disse entre outras coisas, que o governo do Presidente Geisel era um governo de mentira, inimiga da verdade...

O Ministro das Comunicações requisitou a entrevista à direção da Rádio suspendendo o seu funcionamento por quarenta dias, e mais tarde a fechou em definitivo. Novo processo se abriu contra mim por ordem do Presidente. Nova denúncia do Procurador, anexando a fita gravada da entrevista, naquela época as emissoras de rádio e TV tinham que gravar qualquer entrevista e guardar no arquivo. O Supremo determinou a sua degravação. O Procurador ainda tentou, a fim de procrastinar o andamento do processo argüir crime conexo, o que tornaria impossível o julgamento naquele ano. O Supremo, através do relator preferiu considerar um novo crime.

Geisel mandou fechar a Rádio, no início de 1974, que pertencia a um militante do MDB, Sr. Oscar Marques e essa rádio só foi reaberta vários anos depois, quando Oscar transferiu-se para a Arena. Mandou, também, abrir novo processo contra mim. Recebi a intimação para defender-me desse novo processo no próprio Quartel onde cumpria pena. Fui, novamente, julgado pelo STF em 1978. Absolveram-me.

Outro episódio que causou grande comoção no Grupo foi o processo de cassação dos mandatos de Amaury Müller e Nadyr Rossetti. A não assimilação, pelas Forças Armadas, dos discursos feitos por aqueles parlamentares em praça pública, no início da campanha municipal de 1976, na cidade gaúcha de Palmeira das Missões, resultou no ato cassatório de seus mandatos. Apesar de nenhuma combinação

entre si, inclusive porque discursaram em horários diferentes, tiveram em comum o mesmo grau de contundência no conteúdo de suas falas, sendo por isso acusados de insultar as Forças Armada: *No dia seguinte à reunião, os jornais de Porto Alegre publicavam manchetes do tipo "MDB HOMENAGEIA BRIZOLA E PREGA QUEDA DO REGIME". Alguns deputados gaúchos (Fernando Gonçalves e Hugo Mardini, entre outros), intimamente ligados à ditadura, expressavam suas inquietações com o que chamaram de "agressões aos militares" e mal ocultavam suas preocupações com o fato de que tais manifestações pudessem criar obstáculos à "abertura lenta e gradual", proposta pelo general Geisel. Durante a semana que se seguiu ao comício, os meios de comunicação, num deplorável servilismo ao poder, criticaram nossa conduta e insinuaram que a inquietação dos quartéis só terminaria se os deputados que ousaram proferir ofensas à elite militar fossem punidos, o que, em resumo, significava a cassação de nossos mandatos. Fernando Gonçalves, hoje ministro do TCU, era deputado federal por Palmeira das Missões. Exigiu da emissora que transmitiu o comício a entrega das fitas (a lei impunha que quaisquer transmissões ao vivo fossem gravadas, devendo as fitas permanecerem à disposição do DENTEL (Departamento Nacional de Telecomunicações) pelo espaço de 10 dias). De posse das fitas, o sabujo cuidou de entregá-las ao comando do IV Exército, sediado em Porto Alegre. Outra cópia foi trazida a Brasília e entregue ao SNI. Bem, a partir daí, a cobrança da mídia foi diária. José Bonifácio de Andrade (pai), então líder da Arena, fez duro e covarde libelo contra nós. Dois dias depois, já ao anoitecer, os telejornais, em edição extraordinária, anunciaram a cassação de nossos mandatos. Não tivemos nem sequer a oportunidade de ir à tribuna para contestar as acusações de agitadores e ao mesmo nos despedirmos de nossos colegas. Corria o dia 28 de março de 1976. Foi sem dúvida, o episódio mais traumático da minha vida.*

À época, tinha dois filhos pequenos (Márcio, com cinco anos incompletos, e Alexandre, com pouco mais de um ano e meio). Como sempre fui um homem de poucos recursos, que jamais se preocupou com coisas materiais, a cassação se transformou num pesadelo. Meu pai, tão mais pobre que eu, não podia me ajudar materialmente. A família de minha mulher, embora financeiramente mais bem postada, tampouco tinha condições de me auxiliar. Foi uma espécie

de inferno terrestre.

Com o tempo, porém, a violência da cassação acabou sendo assimilada, não obstante eu estivesse impedido de trabalhar no mercado formal. Nem mesmo fui aceito num instituto, mantido pela Câmara e que produzia discursos e trabalhos de pesquisa para os Parlamentares, embora fosse ele dirigido por colegas Deputados. Imagino que a negativa teve como fulcro o medo de desafiar a ditadura. Assim, durante algum tempo, realizei trabalhos para essa entidade com o nome de minha mulher. Pode-se verificar que, à época, o cassado político era uma espécie de hanseniano, do qual muitas pessoas fugiam ou guardavam prudente distância. Neste turbilhão de fatos, a questão da solidariedade emergiu em muitos depoimentos, especialmente por parte dos Autênticos cassados. Porém aquela que vinha de pessoas alheias ao Grupo chegava a surpreender. É o que se apreende da fala de Amaury Müller: *Alguns Deputados, como Fernando Cunha, JG de Araújo Jorge, Marcondes Gadelha, Getúlio Dias e Álvaro Dias, foram extraordinariamente solidários. Por um dever de justiça e sincero reconhecimento, quero pontuar a solidariedade especialíssima de Fernando Cunha, de quem, hoje, sou duplamente compadre. Minha filha mais nova, por sinal, deve seu nome a Fernando e a sua filha Fernanda. Por igual razão, cabe-me assinalar a atitude solidária de um jornalista, tido por alguns como um homem esperto, boa vida e oportunista. Trata-se de Josélio Gondim, da Paraíba, que havia fundado uma revista em Brasília com o nome de "O ESPELHO", uma espécie de réplica da homônima alemã "DER SPIEGEL". Pois bem, mesmo sabendo de minhas dificuldades político-profissionais, Josélio me acolheu, deu-me espaço e nunca censurou qualquer texto por mim produzido. Digam o que disserem de Josélio, na minha avaliação, ele foi e imagino que ainda seja um homem de bem, justo e solidário. Por vários meses, mantive coluna assinada na revista. É verdade que o pagamento mensal sempre era um problema. Ainda assim, pude sobreviver dignamente. Sou-lhe grato por tudo isso.* Além dos problemas políticos, decorrentes de um ato tão violento e arbitrário, que é a cassação, suas repercussões em nível pessoal, são indescritíveis. A cassação de Amaury aconteceu em um momento em que este passava por um momento particularmente delicado, pois além de dois filhos bastante pequenos (o

mais velho contava com apenas sete anos), Samira sua mulher estava grávida da terceira filha.

A carência e o desespero subsequentes ao ato de cassação, exemplo máximo da injustiça suprema e hegemônica no tempo da ditadura, foram atenuadas pela solidariedade e acolhimento por parte dos companheiros Autênticos. Este ponto, está nitidamente evidenciado no depoimento de Alencar Furtado: *O Paes foi uma figura importante no episódio de minha cassação, foi muito firme, muito firme! Aliás, o time todo: Freitas Nobre, Fernando Lyra, Marcondes Gadelha... Ah! essa turma toda foi uma beleza!* E, completa: *Olhe, a solidariedade comum estabelece um vinculo tão estreito, tão estreito, e a partir de vivência de episódios marcantes... quando nos arriscamos conjuntamente... isso dá liga e vincula tanto transformando-se numa argamassa. O Grupo Autêntico era muito unido, muito unido, porque vivíamos objetivos comuns e acreditávamos uns nos outros, havendo muita lealdade, muita sinceridade. Tínhamos metas comuns a todos no processo principal, que era a busca da democracia e da liberdade cujas bandeiras abraçávamos, sendo isso o que nos unia basicamente. Sempre fiquei na "meia esquerda"... é maneira tradicional de expressão, as pessoas dizem que é muito ultrapassada, mas é sempre uma definição, ou seja, a preocupação pela conquista da democracia econômica é na minha ação e reflexão, até hoje, uma constante.*

Nadyr Rossetti, de forma densa traz à tona um episódio muito significativo de sua biografia política. Não foi somente no episódio da anticandidatura quando Ulysses Guimarães rompeu, de forma bastante desabonadora, um acordo com o Grupo que mostra um deplorável comportamento de hoje insuspeitos líderes políticos nacionais. Este, narrado por Rossetti, deu-se quando da eleição para a Executiva do MDB, em 1972: *Eu vou contar... não obstante seja um fato que minha memória é a única testemunha. Você use como quiser... Certas coisas, não devem ser levadas muito a público...passado também não adianta... Bem, na eleição para direção partidária em 72, lançamos como nosso candidato contra o Ulysses, o Josafá Marinho, Senador pela Bahia, hoje Senador pelo PFL. Sabíamos não se tratar de nenhum Autêntico. Era um liberal, assim como Paulo Brossard e*

se posicionava conosco, nada mais do que isto! Deste modo, lançamos o Josafá contra o Ulysses. O Chico Pinto, era isso, que ainda hoje, Getúlio Dias definiu muito bem: "reitor", estava preso, devido a um discurso, contra o Pinochet, quando de sua visita ao Brasil. Freitas Nobre e eu, morávamos no mesmo hotel. Numa noite, recebemos a visita de Ulysses Guimarães, Thales Ramalho e Tancredo Neves, que queriam falar conosco, e traziam a seguinte proposta:

-"Vocês retiram a candidatura do Josafá, e nós damos a primeira vice..." Pegos de surpresa, lembramos que a prisão do Chico Pinto, terminaria na véspera da convenção. Sendo quase certo que perderíamos as eleições para o Ulysses, com o Josafá, resolvemos, que abriríamos mão da candidatura do Josafá, e faríamos Chico Pinto, o primeiro vice-presidente do Partido. Freitas Nobre e eu fomos falar com o Chico na cadeia, e ele disse:

-"Não, eu não posso aceitar isso, não farei jamais um papel deste com o Josafá, meu conterrâneo, baiano". Mesmo assim, fomos falar com Josafá, que retirou a candidatura, sob o compromisso do Chico Pinto, ser o primeiro vice de Ulysses. Uma semana depois, chega o dia da convenção, e na época o MDB era tão pequeno, que sua Convenção era feita no Senado. Logo ao entrar, estava lá a chapa oficial: Presidente, Ulysses Guimarães; Vice, Tancredo Neves; segundo vice, Amaral Peixoto. Indignado, pedi a palavra ao Presidente e falei:

-"Presidente, eu vi correndo por aí uma chapa, mas gostaria que o senhor anunciasse a oficial, para não criar tumultuo, nem confusão na Convenção". Ulysses, com a maior cara de pau, disse:

-"Não, a chapa é esta daí". Retruquei:

- "Como é, a chapa é esta?" Encontrava-me no microfone do aparte, fui para o microfone da tribuna, onde aos brados, chamei Ulysses de canalha, pilantra... e tudo quanto foi nome. Ele nem se tocou! Negou que tivesse qualquer compromisso conosco, e foram eleitos assim... Por isso para mim, Ulysses é o maior representante, desta torpeza. E aqui fora, se tu dizias, que o Ulysses não era um autêntico...bah! tu apanhavas! Até porque, eles não queriam perder o comando para nós, sobretudo por terem recebido uma missão da ditadura: não deixar que o Grupo Autêntico subisse.

Outro personagem que adotou uma postura bastante discutível, naqueles duros tempos de ditadura, foi Pedro Simon, por ocasião da cassação de Amaury Müller. E sobre este fato prossegue a narrativa de Rossetti: *Veja que estranha a cassação de Amaury Müller e a minha. Naquele período, a imprensa não publicava mais nada em relação aos Autênticos. De repente, em um fim de semana, fomos fazer um comício no interior do Estado do Rio Grande do Sul, e no dia seguinte saiu tudo na íntegra, em praticamente, todos os jornais de Porto Alegre. Mandamos investigar de onde saiu a notícia, e apuramos que tinha sido do gabinete do Simon, feita lá pelo rapaz de Santa Vitória, o... não lembro o nome dele. Ou seja, ele gravou! Interessante, observar também, que na mesma semana, a imprensa de Porto Alegre noticiou, que Pedro Simon, visitara o General Oscar Lins, que era o comandante do Terceiro Exercito, da época. Na segunda feira posterior, fomos cassados! Houve suspeita na ocasião, hoje confirmada, que eles iam e negociavam. tinham como missão evitar nosso crescimento.*

Em um discurso indignado, contra as arbitrariedades que sofreram os colegas Amaury Müller e Nadyr Rossetti, assenta-se a razão da cassação de Lysâneas Maciel, como mostra seu relato: *Em meu discurso BASTA!, de 31 de março de 1976, três dias antes de minha cassação, refiro-me à questão do medo. Com este discurso, saí em defesa de Amaury Müller e Nadyr Rossetti Deputados gaúchos, Autênticos, cassados dia vinte do mesmo mês. No dia seguinte, Álvaro Valle (ARENA - GB), confidenciava a alguns Deputados do MDB, que eu seria o próximo a ser cassado.*

Em primeiro de abril de 1976, quando discursava sem microfone e sem mesa diretora por volta das seis e meia da tarde, alguém me disse:

-"Você acaba de ser cassado"... ao que imediatamente respondi, sob aplausos:

-"Cassados estamos todos!"

Embarquei, imediatamente de volta ao Rio de Janeiro, e um fato raríssimo aconteceu... "furou o pneu do avião". Durante duas horas de espera no aeroporto de Brasília, tudo o que consegui colecionar: meus discursos; uma carta pessoal de F. Miterrand; recortes de jornais; soltura de Davi Capistrano; recortes do New York Times e Le Monde com discursos meus publicados...

foram retirados de minha bagagem!

Seguindo diretamente para o Rio de Janeiro, Lysâneas encontrou-se com sua mulher e filhos e seguiram para o exílio em Genebra, onde permaneceram até a abertura. O regime que não assimilou a fragorosa derrota eleitoral de 1974, procurava, através da cassação dos mandatos dos Autênticos, vingar-se e modificar a correlação de forças no Congresso. Outro episódio traumático aconteceu ao tempo em que Alencar Furtado presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito das Multinacionais que tinha por objetivo investigar a dinâmica do capital internacional em nosso país. Esta CPI visava apurar especialmente, as atividades de próceres do regime como: Golbery do Couto e Silva, Chefe da Casa Militar; Mário Henrique Simonsen, Ministro da Fazenda; Delfim Neto então embaixador na França; Shigiaki Ueki Ministro das Minas e Energias, dentre outros, em favor dos interesses estrangeiros. Foi no desenrolar dessa investigação que amadureceu a idéia de cassar o mandato popular de Alencar. Não o fizeram imediatamente, porque a CPI, defendia os interesses nacionais, populares, ou seja, do Brasil. Destarte, Alencar foi cassado em junho de 1977, após o pronunciamento de um exacerbado discurso, em um programa de propaganda partidária, transmitido por rede nacional de televisão, conforme seu próprio relato: *...eu era líder da bancada na Câmara; Ulysses Guimarães, Presidente do Partido, Montoro, líder da bancada do Senado e Alceu Collares, diretor da Fundação Pedroso Horta. Bem, esse programa de rádio e televisão que fizemos e objeto da minha cassação... foi conquistado por uma figura preciosa, um quadro de alto relevo político, Lindovino Fanton, deputado federal do Rio Grande do Sul, falecido. Hoje, ninguém mais fala nele, e isto é terrível! Tinha uma cabeça privilegiada, jurista de mão cheia, conseguiu essa brecha junto ao Tribunal Superior Eleitoral em pleno apogeu da ditadura...foi quando, daí sim, eles firmaram a minha cassação. No dia seguinte ao programa, Paulo Brossard dizia: "Dois programas deste, derruba o governo". E abalou sim, porque aquilo foi uma surpresa nacional... a ditadura podia aceitar críticas sobre a política econômica, trabalhista, previdenciária, financeira, tudo... porém não suportava críticas denunciando o comportamento contra os direitos humanos. E*

eu denunciei porque era líder da bancada e precisava, tinha o dever de fazer vir à tona esses atentados aos direitos humanos. E daí me pegaram e fui cassado em razão desse discurso, mas havia outro problema, eu já estava marcado...

Um ano depois, estando de passagem pelo Rio de Janeiro, fui à casa de um amigo na Gávea, atendendo a um convite de almoço. Ao chegar lá, ele disse: "Alencar, desculpe-me, mas convidei uma outra pessoa, não sei se você vai gostar... é o Armando Falcão". Respondi-lhe: " Rapaz, mas eu não estava nem..." e chegou o Armando Falcão, Ministro da Justiça na época de minha cassação. Depois do terceiro uisque, eu disse: "Ministro, eu queria fazer uma pergunta, como é que foi minha cassação?" Ele respondeu: "Eu vou lhe contar: vocês fizeram aquele programa duro, pesado, o chefe do SNI, João Batista Figueiredo, em nome das Forças Armadas levou o ultimato para o Geisel pedindo a cassação do Montoro, Collares, Ulysses e a sua... Telefonaram-me e eu fui lá, ponderando que não fizessem aquilo porque seria muito ruim para a imagem do Brasil no exterior. Como se justificaria a cassação do Presidente do Partido? E Figueiredo disse: "O senhor limita o Chefe do SNI!" Gerou uma crise militar... e como as feras estavam ávidas por sangue e carne..."

Essa foi a versão que Falcão me deu, e pode ter sido, pode ter sido... Mas acontece que eu já estava... se alguém tivesse que ser cassado, seria eu mesmo, porque já estava marcado. Desde os episódios anteriores, eles não me deglutiam, não me digeriam, e não tinham também por que... Vale ressaltar que nunca tive nada pessoal contra ninguém, nunca fiz nenhuma campanha acusando este ou aquele. Sempre foram campanhas, todas elas impessoalizadas, e eu nem conhecia essa gente, lutava por essa conquista de liberdade, democracia e só. Embora fosse muita coisa!

O MOVIMENTO NACIONAL PELA ANISTIA

Não havia, dentro do Grupo, um consenso sobre a estratégia para alcançar-se *anistia*, tampouco sobre a amplitude desta. Foi o primeiro acontecimento em que emergiram as diferenças ideológicas, até então escamoteadas pela unidade em

torno da luta contra o regime. Porém, indiscutível é o fato, de que com o seu advento, expressivos elementos do Grupo puderam voltar às lides políticas, de forma aberta e legal. Sobre este tema Amaury Müller diz: *A partir de 1977, começaram a ganhar expressão os movimentos pela anistia. Terezinha Zerbini, uma mulher de extraordinária fibra, fundou, em São Paulo, o que se chamaria mais tarde de Comitê Brasileiro pela Anistia. Esse embrião deu lugar a outros CBAs, que se espalharam rapidamente por todo o país. Aqui em Brasília, com o apoio de vários setores da sociedade, sobretudo da OAB, criamos um CBA, cujas reuniões - cada vez mais concorridas - eram vigiadas de perto pelos órgãos de repressão. Apesar disso, nenhum de nós foi preso ou sequer molestado.*

O certo é que, com a ascensão de Figueiredo ao poder, a idéia cresceu e encontrou eco no próprio plantonista do regime militar. Foi ele que, em 1979, assinou a lei de anistia, uma anistia capenga, míope, que jamais foi ampla e irrestrita, mas que acabou contemplando várias lideranças políticas, então exiladas no exterior. Também fui por ela beneficiado, embora sempre tenha criticado seu caráter limitado.

Como eu, muitos anistiados em 1979 foram impedidos de concorrer às eleições de 1978. Tivemos que aguardar o pleito de 1982, quando Brizola, Arraes, Lysâneas, Nadyr e eu - para citar alguns - receberam a unção das urnas e voltaram a vida pública.

Um dos anistiados que retornou à vida partidária foi Nadyr Rossetti. Porém, ele vê com muita amargura e desilusão o fato dos "moderados" liderarem a transição democrática, aliados a uma parcela dos militares, contando com o beneplácito de alguns membros do Grupo.: *Com a anistia, a história me deu a felicidade de reeleição em 1982! Voltando pude assistir 1984, na minha avaliação a coisa mais triste que vivi na política... Como líder do PDT, vi tudo o que se fez para acabar com a ditadura. Houve inclusive aquele jantar desagradabilíssimo que tive com o Tancredo, quando percebi... "terminou a ditadura", mas terminou o quê? Não fizemos nada, a Constituinte vinha logo depois.*

O fato de nós pedetistas nos posicionarmos contra o Plano Cruzado, complicou a situação. E o que saiu da Constituinte? Eu percebia desde os anos 70 que pelo caminho apresentado, não chegaríamos a lugar nenhum... Infelizmente eu tinha razão, o Brasil não chegou mesmo.

Sobretudo, como o Getúlio Dias acabou de dizer: - "Não inventariamos nada..."

A decepção em relação a Anistia aparece bastante revelada na narrativa de Freitas Diniz: *A anistia conquistada, não foi ampla ou geral servindo apenas para anistiar torturadores, e conseqüentemente em relação a ela havia muito a ser criticado. Eu defendia realmente, a anistia ampla geral, que de fato não ocorreu. A votada foi capenga!*

OS NEO-AUTÊNTICOS

Identificando no MDB um partido que realmente opunha-se ao regime outras e novas lideranças efetivamente oposicionistas, a ele se agregaram. Porém, a convivência destas, com o núcleo histórico dos Autênticos, não foi sempre amigável ou homogênea, de tal sorte que este novo grupo atuava de forma independente, recebendo o nome de Neo-Autênticos. A convivência com os novos colegas, a partir da legislatura iniciada em 1975, é tema da exposição de Chico Pinto: *Algumas divergências secundárias com os antigos Autênticos reeleitos, conduziram os novos a criar o que chamaram "Neo-Autênticos". Marchavam separados, mas unidos na ação. Eu servia de ponte de ligação entre eles. Participava de reuniões com uns e outros, tentando evitar um racha. Afinal, rachar à esquerda nunca foi novidade. Basta rememorar sua história, na luta insurrecional. Felizmente não aconteceu, como fatos posteriores comprovaram.*

O fato destas novas lideranças formarem um grupo próprio, está explicitado na narrativa de Fernando Cunha: *...esses Parlamentares chegaram ao Congresso numa atitude que considero até muito natural, pois, ao invés de se juntarem a nós, Autênticos, para constituirmos um só Grupo forte, eles resolveram formar os Neo-Autênticos. A partir daí, iniciaram-se alguns conflitos entre eles. Os Neo-Autênticos achavam que os Autênticos eram "históricos", os mais afoitos diziam até que éramos acomodados, e assim por diante...*

A luta era comum, mas com formas e identidades facilmente destacáveis é o que mostra o depoimento de Amaury Müller: *Assim, criaram o que eles próprios chamaram de "grupo neo-autêntico". Dele faziam parte, entre outros, João Gilberto, Odacir Klein e*

Jorge Uequed (todos do Rio Grande do Sul), Tarcísio Delgado (Minas Gerais), Jorge Moura (Rio de Janeiro), Luiz Henrique e Walmor de Lucca (Santa Catarina), Sebastião Rodrigues (Paraná) e Carlos Alberto Oliveira (Mato Grosso do Sul). Claro que na tribuna ou mesmo fora dela, mas sem a menor articulação, nossa conduta era idêntica. Como sempre acontece, uns se expunham mais que os outros, não por valentia ou por brio, mas por temperamento

A DISSOLUÇÃO DO GRUPO

Dentre os fatores considerados responsáveis pela dissolução do Grupo, existe um que teve papel preponderante, a abertura democrática e o conseqüente desdobramento: a ampliação do leque partidário. Outros fatores relacionados, foram o grande crescimento do Grupo, dando por resultado o aumento de seu poder político fator que fez emergir a questão da vaidade política, a busca por cargos de mando, dentro da hierarquia do Poder Legislativo. Nesse sentido, também corroborou a chegada dos Neo-Autênticos, o que, de certo modo, diluiu a influência dos Autênticos dentro do próprio partido e conseqüentemente no cenário político nacional.

Francisco Amaral considera a abertura democrática fator de dissolução dos Autênticos, e conta: *Desta forma atribuo a abertura política o principal motivo de nossa dissolução... Paradoxalmente, lutamos tanto por uma abertura, e foi ela que praticamente nos liquidou, tirando a unidade do Grupo, foi abrindo, abrindo... São conseqüências...*

Fernando Lyra por sua vez, interpreta o fim do Grupo de maneira menos traumática, demonstrando que na verdade a "missão" foi cumprida, abrindo sobretudo espaço para novas possibilidades de ação: *Esse processo todavia, exauriu... acabamos! Quando isso aconteceu, surgiram outras possibilidades: Tancredo foi eleito Senador por Minas, Montoro começou a crescer em São Paulo e os Neo-Autênticos se elegeram, vindo com outra conotação...*

O pluralismo partidário foi a razão do esgarçamento do Grupo. Sobre isto Jaison Barreto registra: *Os acontecimentos históricos também avançaram e o partido ficou*

descaracterizado, somando-se a isso o fato de que com o pluripartidarismo houve proliferação de legendas, levando cada Autêntico a procurar a mais adequada à sua convicção ideológica. Nunca houve, entretanto, um momento: "Olha, acabou o Grupo Autêntico"... Não! foi o pluripartidarismo o motivo, e não outro, a causa da desestruturação do chamado Grupo dos Autênticos.

Amaury Müller agrega, além da questão ideológica, elementos próprios da condição humana, representados pela ambição por cargos - de certa forma legítima - mas que, em sua visão, representaram uma fraqueza: *Infelizmente, esse maiúsculo triunfo representou o começo de nossa decomposição. Alguns de nós - não cito nomes para não criar constrangimentos desnecessários - imaginaram ser impossível galgar postos de comando, inclusive na mesa diretora da Câmara. Ao mesmo tempo, com o crescimento do MDB, chegaram ao Congresso Nacional vários outros Parlamentares que, espelhados na conduta do grupo, pretendiam ampliá-lo e transformá-lo num instrumento ainda mais poderoso de combate ao regime militar. Com a explosão de algumas vaidades pessoais - aliás, até explicáveis - esses novos Parlamentares tiveram certa decepção*

Nadyr Rossetti registra que a divisão da oposição, que se multifacetou com o pluripartidarismo, foi sob certo aspecto negativo para os que pretendiam a formação de uma frente social-democrática, com perspectivas imediatas de poder. Narra com um evidente amargor a perda de um "pseudo" monopólio de oposição: *Neste contexto, o Grupo Autêntico perdeu o domínio da oposição, que com o pluripartidarismo grande parte foi para o PT. Poderíamos ter sido o embrião de um grande movimento social, que seria a soma digamos, da social democracia, com uma pitada de PT... Entretanto, desaparecemos, fomos engolidos no interior do Congresso, quando surgia fora dele, o Movimento Sindicalista do A,B,C paulista, que nos abafou. ...E, neste caldo, nós desaparecemos. Esta que é a grande verdade, nós fomos engolidos pelo processo congressual!*

Paes de Andrade inicia seu depoimento homenageando os antigos colegas Autênticos e lembra que o ideal político do Grupo, com certeza, ainda sobrevive, mesmo que dispersos em outras legendas que não o MDB: *Quero aqui, render a*

minha homenagem aos companheiros, que hoje estão abrigados em várias legendas. Há algum tempo, o jornalista Marcelo Pontes disse-me que o Grupo desapareceu, e quem restava era o guerreiro Paes de Andrade, o único no PMDB. Mas não é isso! O Chico Pinto está no PMDB, embora sem mandato. Os outros estão abrigados em legendas diferentes, entretanto, com a mesma postura de correção e de altivez. E, complementa dizendo: *Quanto a diluição do Grupo, acredito que a luta por um ideal não tem fim. Houve, sim, certa dispersão. Muitos estão abrigados em outras legendas, mas a bandeira, o ideário, cada um o levou consigo.*

Os objetivos programáticos do Grupo esgotaram-se com a conquista das liberdades democráticas. Assim, com o advento da abertura política, as diferenças ideológicas dos integrantes do Grupo floresceram, face as novas exigências da sociedade e as possibilidades de aglutinação em agremiações com programas mais complexos e homogêneos. É esta a interpretação de Santilli Sobrinho: *Creio que ao se vislumbrar no horizonte a relativa desagregação da ditadura e conseqüentemente a possibilidade da formação de novos Partidos, as diferenças dos Autênticos, antes encobertas pela luta comum, começaram a se revelar. Também as ambições, até legítimas, relativas à disputa de cargos eleitorais: governador e senador de estados em que não havia possibilidade para mais de uma candidatura no mesmo partido. Acentuou-se a diáspora e do mesmo modo como se formou o Grupo...naturalmente, desintegrou-se. Não houve reunião, não houve ata, nada. Houve, sim, o pluripartidarismo.*

Fica evidenciado, que o primeiro estímulo para separação do Grupo foi o ideológico, uma vez que objetivamente o discurso Autêntico perdeu o seu apelo, inclusive no que tange aos direitos humanos. Passou a ser dominado por influências da política eleitoral. A atuação de seus membros passou a visar projetos pessoais, fossem eles de caráter partidário ou pessoal (ambições políticas) mas sempre dentro desse novo quadro de abertura democrática, que entre outras conseqüências, ampliou as opções partidárias. De modo, foi um fator que consciente ou inconscientemente, implicou na dissolução do Grupo Autêntico.

Previamente à abertura política, ocorreram algumas dissidências sendo a principal

a de Alceu Collares. Embora não tenha sido a única, no período que antecedia o pluripartidarismo, nenhuma marcou tanto o Grupo quanto esta. É o que relata Fernando Cunha: *A última defecção que tivemos foi do Alceu Collares no episódio da anticandidatura. Na noite anterior ao manifesto na Câmara, ele participou de uma reunião do nosso grupo onde Freitas Nobre, Marcos Freire e J.G. de Araújo Jorge prepararam um documento que seria, como foi, lido em plenário. No momento da reunião, ele ratificou nosso manifesto propondo o comparecimento de todos para expressar nossa recusa ao votar e para devolver o voto ao grande ausente: o povo. Essa era a proposta mais radical que existia e foi defendida, com muita veemência, por Alceu... que, no dia seguinte, para nossa surpresa... resolveu tomar outra posição dizendo:*

- "Eu mudei de posição, sou contra tudo isso, sou contra a participação!" Foi um "Deus nos acuda"! Marcos Freire, Chico Pinto e, principalmente, Getúlio Dias tiveram uma posição muito dura em relação ao Alceu... Nesse dia, ele se desligou do Grupo... Fomos ao Colégio Eleitoral, participamos dele e cumprimos com o decidido, inclusive com o proposto por Alceu Collares...

Na mesma perspectiva, porém de forma mais enérgica, classificando-a como deserção, caminha a posição de Walter Silva que pode-se percebida através da seguinte afirmação:*...no decorrer do tempo, registramos algumas deserções, como o próprio Alceu Collares, foi o primeiro talvez a debandar.*

O advento do pluripartidarismo levou os Autênticos mais comprometidos com as causas populares a procura de novos abrigos. Ao saírem do MDB, buscaram os partidos declaradamente de esquerda, o que fatalmente deixou o campo aberto para que políticos fisiológicos assumissem uma legenda com tradição de luta democrática, de cuja edificação eles não participaram, muito pelo contrário. Além disto, esse patrimônio de credibilidade construído pela oposição a um sistema impopular, provocou uma corrida promovida por oportunistas que visavam o ingresso em uma legenda forte eleitoralmente, descaracterizando completamente o MDB.

Não vislumbrando qualquer possibilidade de convivência no MDB, após a abertura

democrática e conseqüente pluripartidarismo, Francisco Amaral relata: *Não podíamos mais continuar uma federação de partidos, porque o MDB, continha espectros políticos, os mais diferenciados. Diante disto, os componentes dos Autênticos, quando da abertura, do pluripatidarismo, resolveram assumir posições diferenciadas, determinando, criando, preconizando novos Partidos. Neste momento fomos dizimados, restando de nós, um para cá, outro para lá... é PT para cá, PMDB para lá...*

A possibilidade e a facilidade da existência de outros partidos políticos, propiciou sobretudo aos oportunistas que estavam no MDB, que saíssem para criar as suas "igrejas" e tornarem-se seus donos.

Creditando às divisões internas entre os militares a rapidez com que se deu a abertura política. Isto é, a longevidade do sistema, tinha seu limite na heterogeneidade dos elementos que compunham o núcleo do poder. Comparando este fato com a dissolução dos Autênticos, Gadelha vê uma semelhança: enquanto o fator de união dos militares era a manutenção do poder, o que apressou sua derrocada foram as diferentes facções que o compunham, cada qual empenhado em imprimir seu programa. O Grupo dos Autênticos, a exemplo dos militares, não era homogêneo, pelo contrário o espectro ideológico abrangia desde trotskistas à direita liberal. Destarte, com a abertura, cada qual procurou formar junto com seus pares de filosofia política, levando ao desaparecimento dos Autênticos, tal como eram identificados: um terceiro partido, o verdadeiro de oposição. Por este caminho segue a narrativa de Marcondes Gadelha: *É indubitável, que a partir desse ponto, passamos para uma fase de articulação, existindo uma consciência mais nítida, posto que a abertura era inexorável, não havendo condições de longevidade do regime... Um dado importante que prova isto, foram as clivagens internas dos quartéis... Um dos princípios, que os militares tomavam para si na tentativa de evitar hegemonia de algum grupo interno, era o rodízio entre eles. Esta estratégia não evitava, tampouco superava as tensões inerentes: a não homogeneidade entre eles. Dito de outra forma, na medida, em que havia rotação de generais pelo poder, gerava antagonismos, idiossincrasias próprias, fraturas e divisões. Foi neste ponto, que*

encontramos algumas brechas e esperanças para a abertura.

Começamos a raciocinar em torno de um país pós ditadura, e percebemos que o primeiro desmembramento, seria o ideológico! E, neste quesito nosso Grupo era plural, pois conviviam todos... todas as correntes ideológicas, principalmente de esquerda. Havia liberais, pessoas de centro, de direita, além de comunistas, trotkistas... Em suma, lá estavam todas as correntes de esquerda... Com a abertura, veio a multiplicidade de partidos políticos, e a esquerda iniciou a busca por caminhos próprios. Com a legalização do Partido Comunista, seus militantes procuraram a individualidade, bem como aconteceu com outras correntes de esquerda que se aglutinaram. Deste modo, alguns companheiros foram deixando o Grupo, para procurar outros partidos mais afinados e compatíveis ideologicamente. A posição de Gadelha porem, não é pacífica.

Contemplando ainda a dissolução dos Autênticos, Marcondes Gadelha, consigna que o discurso pelas liberdades democráticas e pelos direitos humanos não mais serviam como elo aglutinador. Outras e mais complexas questões necessitavam de respostas que não mais conseguiam ser abarcadas pelo que podia considerar programa de lutas do Grupo, isto é, seu *"leit-motiv "*. Didaticamente expõe: *Abertura... a abertura democrática, foi sem dúvida o fator desencadeante de nossa dissolução. Nesta ocasião, o discurso dos direitos humanos foi perdendo o apelo; o confronto também não era tão visado pelo regime, e Figueiredo mostrava-se realmente interessado numa abertura...*

Getúlio Dias por se turno, acreditava que os Autênticos possuíam um compromisso ideológico mais uniforme e complexo, identificado com a social-democracia. Via a possibilidade do Grupo manter-se unido, mesmo no advento da liberdade partidária, inclusive para disputar o poder: *Nesse sentido... pelo amor de Deus! Não é nenhuma crítica a ex- companheiros de movimento, não é nada disso! O Movimento Autêntico que se iniciou puro, propondo um projeto alternativo de sociedade, de repente, estava lá no Ministério com a figura de Marcos Freire, sujeito espetacular, mas, ao lado de quem? da direita... vivendo outros episódios, outro momento histórico, tudo pela transição... transição negociada via Tancredo. Nada do ocorrido na ditadura foi inventariado devido ao caráter da transição.*

Até hoje, no Brasil, continuamos sem inventário, pois se esse tivesse sido realizado, muitos que estão ainda no poder, estariam na cadeia.

O que digo é o seguinte: entendíamos que era importante o pluripartidarismo. Por quê? porque ficar na camisa de força de dois Partidos era complicadíssimo! Com a anistia e o pluripartidarismo em 1979, cada um de nós, Autênticos, tomou seu rumo. E mais, o pluripartidarismo mostra que o número de Partidos é proporcional ao engajamento social na vida pública, e, conseqüentemente, aumento considerável do nível de consciência política o qual se efetiva com gente dessa qualidade. Tomo como exemplo o Estado de São Paulo que tem os maiores salários, melhores condições, mas, eleitoralmente, tem um comportamento político conservador. Vejo isso como fruto da alienação do povo, o qual não é autor das questões políticas, sofrendo toda inibição de formação em pontos que interferem na consciência. Os governos podem até dar escola convencional, podem fornecer tudo, mas as questões fundamentais do povo são lhe subtraídas, impedindo-o de ser sujeito da sua história. Nesse ponto, valorizo o Partido Comunista; posso não concordar com seu passado, particularmente nunca fui marxista, sempre fui trabalhista com uma visão de que se deve dar prioridade ao trabalho em detrimento do capital. É inegável, todavia que o PC lutava pela conscientização do povo e formava um agrupamento com consciência e análise política.

Para Jerônimo Santana não foi somente à heterogeneidade ideológica o motivo de dissolução dos Autênticos. O regresso, de importantes lideranças, do exílio também ajudou a catalisar a formação de novos partidos com programas e compromissos que extravasavam àqueles do Grupo: *Creio que, em 1979, com a abertura e a criação de novos partidos, além do retorno dos exilados e dos cassados, abriram-se outros horizontes, levando cada qual para uma legenda. Esses novos partidos foram se agrupando e reagrupando em cadeias, em esferas políticas diferentes, especialmente devido às conveniências regionais da sobrevivência política: às pretensões eleitorais locais, possibilidades de candidatura a governo de estado e outras candidaturas.*

A camisa de força partidária foi um argumento utilizado pelo Grupo para justificar a procura ou a construção de outras agremiações onde houvesse uma

maior homogeneidade ideológica. Pelo que observei esta atitude configurou-se em um erro estratégico, pois o MDB naquele momento, passava para a população uma imagem do grande responsável pela luta democrática, que desaguou na abertura. Ora, esta imagem, esta luta foi toda construída pelos Autênticos, que com o pluripartidarismo entregava o MDB e sua imagem, para oportunistas e fisiológicos.

O PAPEL POLÍTICO DO GRUPO

A importância do roteiro político que os Autênticos imprimiram em um momento histórico tão conturbado da vida nacional, desdobra-se na tradução do próprio papel do Grupo.

Em síntese densa e esclarecedora Alencar Furtado afirma: *O Grupo Autêntico se caracterizava como a verdadeira oposição no Congresso Nacional, principalmente na Câmara onde ele nasceu. Era o Grupo que fazia oposição ao governo de forma declarada, franca, aberta, induvidosa, sendo em síntese as finalidades de sua existência*

A possibilidade de denunciar as arbitrariedades, objeto dos pronunciamentos nas campanhas e sobretudo na Câmara dos deputados, foi para Chico Pinto um dos principais méritos do Grupo: A *existência do Grupo Autêntico, foi um fato importante na história política do Brasil. Deu-nos a oportunidade de discutir temas básicos, unificar posições, estabelecer táticas e estratégias de luta, reconhecer melhor a realidade nacional e fortalecer nossa união. Combatíamos a ditadura e fustigávamos, internamente, o partido à luta. Como por exemplo: luta contra AI-5, 477, as torturas, o entreguismos, desnacionalização da economia e a favor dos Direitos Humanos.*

Fernando Cunha por seu turno interpreta que o Grupo constituiu: *...um dos episódios de maior liberdade já vistos no Brasil. Quero dizer... no sentido filosófico... porque contraditoriamente estou me referindo à liberdade quando vivíamos numa ditadura.*

Fernando Lyra pontua que apesar das dificuldades de recursos existentes no início da década de 70, os Autênticos conseguiram de forma articulada superar estes

limites: *Costumo sempre dizer que os Autênticos foram o quebra-gelo do processo, os que não apagaram a luz, os inconseqüentes... entre aspas...*

... O grupo Autêntico foi o produto do que considero a grande mágica da vida: coincidência e conversa. Com muita dificuldade... naquela época, não havia discagem a longa distância, xerox ou fax... não existia nada, nada, nem gabinete! Graças à guarida de Paes de Andrade cedendo-nos espaço, iniciamos a trajetória dos Autênticos.

Apesar da atmosfera adversa a temas "ousados" Freitas Diniz afirma: *O Grupo Autêntico, foi isso... teve realmente participação importante na redemocratização do país e centralizando os pontos onde tínhamos oposição: anticandidatura, Constituinte.*

Jaison Barreto em seu depoimento diz, que o Grupo perdeu o "bonde da história", no momento em que alguns de seus integrantes aceitaram participar de alianças classificadas, por ele, como espúrias: *Perdemos vinte anos de história naquele período lamentável. Meu grupo foi muito testado e terminamos, no entanto, sem nenhuma concessão. Agüentei muitas violências... tentavam me cooptar, convencer-me a participar de toda aquela hipocrisia, dizendo que eu seria ministro, suposição que imediatamente refutava, dizendo não ter o menor interesse por aquele cargo. Tinha certeza de que aquelas manobras não poderiam dar certo! Essa conclusão se deu muito mais por lógica do que pela análise política.*

É no período do Governo Médici que Jaison classifica como o mais profícuo para o Grupo. As denúncias das ilegalidades e a criação de obstáculos aos atos que visavam dar legitimidade à ditadura, representaram para ele, o momento maior do Grupo:... *Sem dúvida, durante o período mais fechado da ditadura, o Grupo Autêntico teve um papel muito importante ao denunciar as votações sucessivas para eleição de militares na Presidência da República. O Grupo se indignava ao presenciar, sempre, o uso e o abuso da mesma prática de "faz de conta", tradicional nas ditaduras de terceiro mundo. Para que isso se efetivasse havia as preparações de voto, sempre muito difíceis, tudo complicado... tudo manipulado, pois a farsa precisava continuar... Essa atitude era justificada pela necessidade imperiosa de legitimação do poder somada à falta de visão e conivência da elite política que considerava o regime militar um mecanismo melhor!*

Um posicionamento franco e autêntico buscando a democracia plena, além da mesma maneira de pensar, de agir, de trabalhar, de encarar a realidade, mesmo dadas as circunstâncias conjunturais constituem para Jerônimo Santana o principal papel do Grupo:... *Todo esse processo passado pelos Autênticos foi válido no sentido de caminhada rumo à democracia, tendo um peso bastante grande para chegarmos à situação de abertura democrática. Oferecemos a nossa contribuição desinteressada e conseguimos abater o monstro da ditadura. Ela se exauriu por si própria, mas numa somatória das medidas e combates, sem dúvidas, temos uma fração nesse arsenal de providências. Como disse o General Sodré: -"Não vivi em vão, fiz alguma coisa, não fiquei no vazio."*

Definindo o Grupo como porta-voz da esperança de uma sociedade democrática, Lysâneas Maciel explica: *No caso dos Autênticos, um grupo residual, com vários personalismos, que afinado, entendeu: lutar contra o comportamento condicionado do MDB, em um parlamento castrado, uma ditadura militar terrivel... uma das mais sangrentas na história deste pais; criar fatos politicos, fora da função que o sistema destinou ao Partido, de homologar tudo que o governo mandasse ao Congresso. Com isto, apresentou alternativas, para manter viva a esperança de uma parcela significativa da população.* E complementa: *Quando pessoa ou grupo mais conseqüente, responsável e afinado, resolve agir e não desanima por ser minoria: eis aí o sinal da existência da esperança da transformação! Não podemos jamais permitir que nos destruam a esperança, sem ela entramos em processo de deterioração...não é estagnação política, não! É deterioração pessoal e política mesmo, e que contagia um número enorme de pessoas.*

Amaury Müller, entende que a influência do Grupo estendeu-se até a Constituinte, a despeito da força dos conservadores no Congresso: *Foi a luta do Grupo Autêntico que ecoou nas consciências dos constituintes. Foi a experiência, acumulada por antigos militantes do Grupo, que deslanchou conquistas extraordinárias, não obstante a tresloucada oposição das áreas conservadoras, notadamente no capítulo referente à questão agrária. Creio, mesmo, que parte apreciável do atual texto é uma espécie de herança política e ideológica do Grupo. Por derradeiro, quero dizer-lhe que, ao participar desse bivaque*

verdadeiramente oposicionista, realizei-me como cidadão e como homem público. Claro, fui personagem menor do processo. Nem por isso, porém, sinto-me diminuído perante os demais companheiros.

A ousadia foi para Nadyr Rossetti função importante do Grupo: *Não esqueça nunca! Não esqueça nunca! O Grupo Autêntico volto a repetir, e isso é muito importante, foi um grupo valentíssimo: na denúncia da tortura, na pregação das liberdades, na Constituinte e tal. Investigue, e você vai encontrar grandes pronunciamentos, sobre um projeto de Brasil diferente. A respeito da reforma agrária, Marcos Freire e eu, fazíamos muitos pronunciamentos; na condição de membro da CONTAG, Walter Silva, era outro elemento do Grupo, que não se furtava deste assunto. Nossa luta, não era só a institucional, não obstante a imprensa perpetuasse o que considero, perfumaria. Os fatos lembrados, dos autênticos, dizem sempre respeito a denúncia... Os projetos, nossa maior expressão de competência, estão por aí soltos, ou em algum arquivo!*

Mesmo pagando um preço alto os Autênticos resistiram tanto à violência dos militares, como também as seduções dos políticos conservadores. Neste sentido Paes de Andrade fala: *Apesar do momento histórico adverso, o Grupo realizou realmente um trabalho histórico, que custou a cabeça de alguns companheiros. Na política, como na vida, tudo sempre tem um ônus.* E conclui: *Nosso Grupo escreveu uma página realmente importante na resistência democrática. É sem dúvida ao MDB, e em especial ao Grupo Autêntico, que a Nação deve esta luta! A grande luta para se restaurar como se restaurou a dignidade da vida pública do Brasil.*

A honestidade e honradez foram para Eloy Lenzi os fatores que perfilaram junto ao importante papel desempenhado pelos Autênticos na luta por liberdades democráticas: *Na época do Grupo, para ser um Autêntico, tinha que ter acima de tudo honestidade e coragem. Coragem cívica, pública e política, para criticar o governo, que não era fácil ao contrário, era muito difícil. Razão porque, muitos Deputados apressavam-se em elogiar o governo da revolução. Depois do Movimento Autêntico, é que criaram coragem de ostentar uma marca na testa de oposição à revolução. Por isso afirmo, este é o ponto, onde*

começa uma guerra política realmente, que determinou em si, o princípio da abertura política. Se não tivesse acontecido o Grupo Autêntico, talvez estivéssemos até hoje vivendo uma ditadura militar

A postura destemida esculpiu o importante papel dos Autêntico, como explica Walter Silva: *Fui tirado da televisão várias vezes, na campanha eleitoral de 1974, por denúncias que fazia. Graças a coragem, intrepidez e denúncia do Grupo Autêntico que muita gente, teve a vida salva das masmorras da ditadura!*

Quando fazíamos uma denúncia de porte, era veiculada na televisão, no rádio e jornal, e os órgãos de repressão, eram acionados, para cessar a tortura e dar uma explicação. Acho, que esse foi um grande serviço que o Grupo Autêntico prestou para todo o Brasil!

Walter Silva contabiliza também algumas vitórias do Grupo, arrolando como uma das principais, a vitoria da oposição nas eleições de 1974: *O ápice do Grupo, foi em 1974. Evoluímos de 1971 até 1974...véspera de 1975, quando, conseguimos fazer dezesseis Senadores, no Brasil todo. Não fizemos dezessete, porque no Maranhão, o nosso candidato, não quis concorrer. Era o Freitas Diniz. Não sei, não quis concorrer... Teria ganho, pois os votos brancos e nulos, derrotaram o candidato da Arena. Podíamos tranqüilamente ter feito Fretas Diniz, Senador! Estes dezesseis Senadores não eram necessariamente Autênticos, mas,foi graças a nossa pregação, que o MDB conseguiu esta vitória extraordinária. Ou seja, até os moderados e adesistas, acabaram se beneficiando dessa pregação, dessa luta.*

Outro grande êxito, foi o fato de termos conseguido a implantação da idéia de Constituinte, que era palavrão, e culminou na Constituinte de 1988. A bem da verdade, queríamos uma Assembléia Nacional Constituinte, para fazer uma Constituição moderna, social e em seguida eleição do Congresso. O que houve, foi a eleição de um Congresso Constituinte, quando nós queríamos uma Assembléia Constituinte.

As bandeiras todas foram astreadas e cederam espaço a bandeira maior, que foi o restabelecimento do Regime Democrático. Afinal de contas, nós temos um regime democrático hoje. Em relação aquela ocasião, nós estamos vivendo realmente um porre democrático!

Acreditar que o Congresso é uma Instituição fundamental para um Estado que se

pretenda democrático, é a grande lição que o Grupo deu à nossa sociedade. Sofrendo críticas à esquerda, que consideravam a atuação dos Autênticos como coonestadora do regime; e pela direita que os tachava de subversivos, sua missão foi demonstrar a importância da atuação dentro das instituições, necessárias a qualquer sociedade democrática, como forma de resistir à opressão e à injustiça. Transmitiram ao conjunto da população a lição de que o Congresso é uma organização imprescindível à democracia, servindo inclusive como instrumento de luta contra os regimes ditatoriais. Refletindo este papel do Grupo Freitas Diniz revela: *O Grupo Autêntico, acredito, deu uma oportunidade para que as questões políticas institucionais, deslanchassem no país. Com a abertura passamos a nos articular mais com os movimentos sociais, até porque a repressão estava mais branda e muitas das lideranças que nos viam de maneira obliqua, passaram a confiar permitindo que participássemos nas ações de seus movimentos. Isso é um dado concreto... éramos considerados, verdadeiros leprosos, porque estávamos "comprometidos" com o regime autoritário. Os grupos que estavam fora... não tiro a razão deles, porque para ingressar no MDB também fiz essa análise sabendo que pagaria um preço e seria criticado, tendo estas questões nos cálculos. Os companheiros que estavam fora, só passaram a nos enxergar depois de fazer uma auto crítica e concluirem que: não éramos esses "bichos tão ruins", "esses cães" e, não estávamos a serviço da ditadura. Na minha opinião cumprimos com nossa obrigação.*

O PERFIL OPOSICIONISTA LAVRADO PELOS AUTÊNTICOS

Um dado dos mais interessantes que percebi neste estudo, diz respeito ao comportamento dos políticos moderados e adesistas em relação aos Autênticos. Após tentativas de banimento do Grupo, seu sucesso frente a opinião pública, foi percebido pelo grupo conservador do MDB, que apropriou-se da práxis autêntica, como se a eles pertencesse. É o que diz por exemplo Jerônimo Santana: *Trabalhamos feito "burros de carga" e quando o Partido precisava "mostrar serviço" lançava mão do*

nosso acervo, do trabalho que desenvolviamos ali, vigilante e constantemente. Quer dizer muita coisa ficou entre quatro paredes, mas muita coisa foi divulgada ... os jornais mostraram, nós divulgamos com os meios que tínhamos na Câmara, publicação de separatas... livro. Isso tudo valeu... e continua valendo ainda.

Em seu depoimento, Eloy Lenzi regata que o perfil oposicionista do MDB que na verdade foi lavrado pelos Autênticos: *... por mais surrealista que possa parecer, éramos nós Autêntico, que determinamos, pelo nosso referencial, como deveria ser um Deputado do MDB: atuante, defensor do público, de princípios e programas voltados a ação social, e do combate aberto a revolução. O sujeito para ser Autêntico, tinha que ser contra a revolução, e combater os Generais no governo. Isso era fundamental! E nossos colegas emedebistas, depois de muita resistência, muita rejeição, apropriavam-se do nosso modo de ser Autêntico, tornando este comportamento unanime, e com isso, conseguiram muita popularidade e votos. A partir deste ponto, os próprios deputados não Autênticos, procuraram ser Autênticos deputados, nos seus discursos. Tinham medo de não se mostrarem Autênticos nos seus pronunciamentos, pondo em risco as reeleições mais adiante, e então caprichavam, com medo que a imprensa divulgasse.*

Nesta mesma senda Francisco Amaral diz: *O Movimento dos Autênticos foi a grande afirmação oposicionista do MDB. Por uma afinidade existente, e sobretudo pela postura assumidamente combativa dos Autênticos, o MDB conseguiu crescer numericamente, e até inchou!*

Fernando Lyra localiza mudança no comportamento do MDB quando os Autênticos conseguiram a liderança: *Alencar Furtado foi eleito servindo como fronteira para percebermos e sentirmos que o MDB era outro... O MDB criado para coonestar a ditadura mostrava-se, a partir daquele ponto, um Partido representante da sociedade oprimida cuja maior tradução, repito, ocorreu em 1974 com a eleição desses dezesseis Senadores.*

Ávidos por votos e percebendo a reverberação das idéias autênticas na opinião pública os moderados absorveram essas teses. Com o discurso alheio receberam votação expressiva e foram eleitos Governadores e Senadores, como diz Getúlio

Dias: *Elegendo-se como Autênticos, falavam para o povo como se Autênticos fossem, porém, procediam como moderados. Para mim, o melhor exemplo é o Ulysses Guimarães. Não há nada igual ao Ulysses!*

A grande verdade é que na época, sobretudo no período duro do AI-5, de 1968 a 1975, (foram sete anos) a nossa função na Câmara, deveria, até sob o ponto de vista pedagógico, ser importante... porém, serviu para pouca coisa.

É importante ressaltar e distinguir que, embora fôssemos do MDB, emprestamos um perfil nitidamente oposicionista ao Partido, surgido do alinhamento desses Deputados aos quais a imprensa passou a chamar de Autênticos. Constituímos uma posição nova na luta institucional do Brasil... posição inédita!

Havia a ARENA que era o Partido do governo; o MDB; e o Grupo Autêntico. Até da maneira do humor brasileiro e da descrença brasileira, afirmava-se: a ARENA era o Partido do "sim", e o MDB do "sim, senhor". Outra pilhéria também muito popular: A ARENA era o Partido do governo e o MDB era o Partido da resistência, ou seja, resistiria até o último guichê! Assim, a presença dos Autênticos deu nitidez à luta contra a ditadura a partir do momento em que escolhemos como caminho a estratégia de não irmos a reboque dos fatóides do sistema. Criamos fatos novos na política, denunciando, com mais vigor, a censura, os maus tratos e as torturas. E, por aí...

O discurso e postura dos Autênticos era o que a população esperava do MDB, e com base nele, o partido transformara-se em canal de expressão da insatisfação popular com o regime. Os moderados, capitaneados por Ulysses, Tancredo e Thales Ramalho, dão como suas, as teses que até então boicotaram. Sobre isto o depoimento de Jaison Barreto: *Era nosso o discurso do MDB, fazíamos o real discurso do Partido! Isso não poderão jamais negar! Para a maioria da população, os Autênticos eram a cara do MDB! Evidente que incorporávamos outros Parlamentares, além dos vinte e três, mas éramos a grande força do MDB. E, indubitavelmente, constituíamos a face, a identidade do MDB, por isso éramos hegemônicos, não no resultado eleitoral, mas nas idéias. Os discursos contra Médici, aqui ou ali exagerados... é claro! Quem não comete excessos na política?*

Ainda sobre a apropriação do perfil Autêntico pelo MDB Amaury Müller afirma: *O discurso homogêneo, articulado no sentido de execrar o regime de exceção e o empobrecimento de setores majoritários da população, produziu resultados surpreendentes. O MDB passou a gozar de respeito e credibilidade perante a opinião pública. As eleições parlamentares de 1974 provaram isso: o partido aumentou consideravelmente o número de deputados estaduais e federais, e obteve dezesseis vitórias em vinte três disputas para o senado. Foi o clímax do Grupo Autêntico.*

Enfrentar resistências às atuações destemidas contra o regime, correr o risco das cassações e prisões, sofrer ameaças de morte, perseguições a familiares, ser traído pelas facções conservadoras do MDB, nada disso feriu tanto os elementos do Grupo, quanto a apropriação do seu discurso oposicionista pelos moderados. Não era pelo monopólio da verdadeira oposição, mas porque esta apropriação era espúria, desonesta, um verdadeiro estelionato político. Este sentimento surge da fala de Nadyr Rossetti: *Vale lembrar, entretanto, que estes mesmos conservadores, Ulysses, Tancredo...se assumem como "autênticos", ao se apropriarem, da nossa linguagem de campanha! Tomaram nosso discurso e elegeram-se, como se Autênticos fossem. Todavia a prática, era de um conservadorismo extremado, cujo melhor exemplo é o Ulysses Guimarães... não tem nada igual a ele, sendo o protótipo mais perfeito que conheci neste sentido.*

Referindo-se a *tarefa histórica*, Paes de Andrade argumenta: *Considero que nós, os Autênticos do MDB, cumprimos uma tarefa histórica de grande importância, porque projetamos perante as correntes de opinião do Brasil a imagem do Partido de oposição.*

Os respaldo popular às atividades do Grupo, trouxe repercussões na vida interna do MDB. Tal como uma cunha, os Autênticos, foram conquistando espaço no partido, mesmo a contragosto da ala conservadora. Com certeza o extrínseco influiu sobremaneira no intrínseco e, é o que se apreende das afirmações de Santilli Sobrinho: *De um modo geral, o ótimo conceito que o Grupo adquiriu, fora, repercutiu dentro do partido. Na verdade, mesmo que intimamente reconhecessem nosso valor, pareciam reprovar-nos. A nossa aprovação junto à opinião pública obrigou a liderança do MDB a*

considerar o Grupo Autentico, inclusive cedendo-nos algum espaço. Ceder não é propriamente a expressão. A realidade é que as qualidades do Grupo Autêntico foram, como uma cunha, penetrando na esfera política e ganhando seu próprio espaço. O MDB até precisava do nosso Grupo, não só por questões numéricas na votação, como também para que não se desfigurasse sua imagem mediante a mídia e a opinião pública. Ou seja, os emedebistas que não pertenciam ao Grupo Autêntico gostavam de ser confundidos conosco e, contraditoriamente ao que queriam, prestigiavam o Grupo com esse procedimento...

Atribuindo aos Autênticos papel fundamental na conquista do Estado de Direito Walter Silva diz: *O Grupo Autêntico, era um fermento dentro do MDB, um fermento de oposição, que começou a levantar a bandeira do Estado de direito democrático, Constituinte, Direitos Sociais, tudo que acabou "despencando" na Constituição de 1988.*

A CONSCIÊNCIA DA HISTORICIDADE DA AÇÃO AUTÊNTICA

No presente eixo, dois aspectos são contemplados como resposta: a consciência de construção da história e um forte sentimento de cumprimento do dever.

Considerando-se como um cumpridor de dever Alencar Furtado narra: *Consciência de que estava fazendo história? Não sei... tinha sim consciência de que estava cumprindo o dever, e para mim isto é sagrado. Sobretudo porque o comportamento da ditadura vinha de encontro à minha formação e me repugnava essa superlegalidade que presidia as ações do governo, além do arbítrio que campeava solto por aí; era esse o sentido da coisa. A democracia era a conquista almejada, porque entendíamos que sem ela não poderíamos nem respirar, era componente "sine qua non." Sem as liberdades públicas não havia sentido a vida, não tinha nem sentido viver!*

Contemplando o mesmo aspecto Fernando Cunha diz: *A propósito do papel histórico do Grupo Autêntico, não tinha consciência de que estava fazendo história... Fazia, sim, o que era meu dever, minha obrigação... Fui advogado da primeira turma de presos políticos*

do Brasil, não tinha, entretanto, consciência de que interpretava um papel importante na história da humanidade de maneira geral. Pensava apenas que, como advogado, era meu dever defender as pessoas, notadamente as indefesas...

Com a consciência de quem fazia história Fernando Lyra conta: *Por tudo isso, a consciência do nosso papel era grande, embora não soubéssemos, confesso a você... a dimensão que o Grupo Autêntico teria historicamente. No fundo, sabíamos que estávamos fazendo história, na qual lutávamos com muita força e contra tudo... sem trégua, refúgio, abrigo ou proteção. Éramos movidos, realmente, por um incomensurável objetivo de liberdade!*

Na mesma senda Marcondes Gadelha prossegue: *Sem nenhuma dúvida, durante o tempo do Grupo Autêntico, tinha consciência de estar cumprindo um papel histórico e me agarrava a este papel com unhas e dentes para exercê-lo muito bem. Era a minha forma de entrar na história, tinha esta convicção! Creio, que todos os demais Autênticos trabalhavam neste sentido de historicidade. Não tínhamos a sensação ou pretensão de ser herói, pelo menos por mim não passava esta idéia, mas a convicção de estarmos fazendo o que a história esperava. A Nação confiava nos Autênticos, havendo uma expectativa muito grande...*

Esta impressão é também revelada no discurso de Francisco Amaral: *Tinha sim consciência que faziamos história, do papel histórico dos Autênticos. De minha parte, sempre tive como proposta participar da vida política para tentar de alguma maneira fazer parte de uma história, ainda que não pudesse ser o autor maior, mas fui com muito orgulho, um coadjuvante da história política do meu país*!

O sentimento de edificadores da história de seu tempo, aparece na fala de Jerônimo Santana: *Olha, nós, Autênticos, tínhamos sim, plena consciência do papel que estávamos desenvolvendo e também da necessidade de trucidarmos o sistema que combatíamos.*

Por seu turno Paes de Andrade revela: *Tínhamos a profunda consciência de nosso importante papel histórico, bem como dos riscos que corríamos ao contestar o regime militar. Quem contestava, estava correndo todos os ricos. Falava-se, contestava-se o regime e em seguida vinha o ato cassatório ou então a Lei de Segurança Nacional, que tinha braços longos e que alcançava o que havia e o por haver. Foi realmente o momento mais brilhante,*

mais expressivo da vida republicana nesse período de exceção.

Demonstrando que a prioridade do Grupo, era esboçar perfil verdadeiramente oposicionista ao MDB, bem como a estranheza com o rumo da história, foi o que registrou Eloy Lenzi: *Durante período de Autêntico, não tínhamos consciência do nosso papel histórico, porque não esperávamos que o movimento tivesse a amplitude alcançada, e, que tampouco iria, de certa forma, influir no curso da história. Isso não sabíamos. O que nós queríamos era que os Deputados do MDB fossem de oposição, contra a revolução e a favor do povo, o que não acontecia com a maioria.*

Para Getúlio Dias, a grande meta era a transformação social: *Nós, Autênticos, sempre tivemos a pretensão de mudar... (pode até ser pretensão nossa mesmo!) e obstinados em realizar transformações, fizemos da política um efetivo instrumento transformador da vida social.*

A IMPORTÂNCIA DE TER SIDO UM AUTÊNTICO

Houve unanimidade entre os integrantes do Grupo, quando apontaram o tempo dos Autênticos, como fundamental em suas biografias. Mesmo sem perder de vista, que se tratava de um momento histórico difícil e a qualquer deslize: sofrimento, perseguição, cassação, tortura, exílio assassinatos poderiam ocorrer. Assim, Alencar Furtado diz: *Havia um processo de doação quase voluntária, eu diria generoso, porque nesse ato se arriscava liberdade e vida! Apesar dessa diversidade toda cercando-nos, existia também um prazer extraordinário! Para mim, o melhor período da vida, em termos de realização, foi o período da ditadura! Interiormente nos sentíamos com um bem - estar formidável, sobretudo porque era uma luta muito consciente, muito total... de doação plena, por causas, teses, ideário dos quais acreditávamos. Não se tratava de luta vã, eventual, e sim de uma luta conseqüente.*

Valorando seu momento de Autêntico, Fernando Lyra confessa: *Foi uma experiência muito bonita ter pertencido ao Grupo dos Autênticos... a mais extraordinária experiência*

política de minha vida! Sobretudo, em termos de conquista de objetivos, foi o melhor período que tive na vida política! Durante a existência do Grupo Autêntico, vivi um momento muito rico e definitivo!Fomos o quebra gelo!

Contemplando o mesmo aspecto, Marcondes Gadelha narra: *A participação no Grupo Autêntico, foi a coisa mais importante da minha vida política. Tenho a impressão que nunca fiz nada melhor, nem mais importante do que neste período. Ter pertencido ao Grupo Autêntico, foi uma experiência que guardo na memória, com um carinho veludoso. Tratou-se de uma etapa realmente marcante! Creio que cumpri, de alguma forma, o designio de um político, cuja meta era abrir o país, e para a qual entrei de cabeça... Apostei a minha vida, a minha segurança, a minha profissão, as minha crenças todas... joguei tudo nisso e deu certo! Olhando para traz, e me vendo como um Autêntico, sinto a sensação que tenho como justificar a minha vida política, e até mesmo como indivíduo, e cidadão. Foi muito importante, tenho bastante orgulho desta vivência!*

Comungando da mesma opinião Walter Silva comenta: *Episódios outros, eu poderia contar da nossa história... que foi de longe a melhor experiência política que vivi. Mesmo para quem como eu, que jamais nutriu ilusões em relação a vida pública...*

Raramente, vejo meus colegas do Grupo Autêntico... Às vezes, encontro Amaury Müller, lá na Câmara, pois ainda é Deputado .Tenho encontrado com freqüência o Getúlio Dias que está aqui no Rio. O Nadyr Rossetti, também residente daqui, encontrei um par de vezes. Alencar Furtado vi há um tempo atrás em Brasília, depois perdi o contato. Freitas Nobre... nos falamos pouco antes dele morrer. E assim, nós nos dispersamos muito. E, como quase nenhum hoje exerce mandato

Francisco Amaral aponta o Grupo como local da construção de sua identidade política: *O significado dos Autênticos na minha vida política, é tema que me emociona muito... Foi a experiência que me afirmou como Parlamentar. Revelou que minha atuação estava no caminho certo, dando-me a clareza da trajetória correta, mais que em qualquer outra oportunidade. Eu ganhei estrutura psicológica dentro do grupo, e isto me fez maior. Minha real afirmação como parlamentar, deu-se no Grupo Autêntico!*

E, como que sintetizando as demais narrativas, Eloy Lenzi diz: *Qual o significado desta experiência para mim? Bom, me sentia apoiado nos companheiros, lógico, e percebendo que não estava atuando isoladamente. Deslanchamos, e nos sentíamos em casa. Fomos como as aves que anunciam a primavera, quando através do nosso comportamento indicamos que o fim ditadura se esboçava.*

A ATUAÇÃO AUTÊNTICA: a chave para o depois

Os Autênticos entrevistados, mostraram a importância da atuação do Grupo na retomada da democracia, e reiteraram ainda a ação pretérita afirmando que a repetiriam.

Diante disto Alencar Furtado diz: *Vale a pena lutar, especialmente se o combustível é o ideal, e quando se acredita na causa, a conquista do objetivo é inexorável... uns podem ficar no meio do caminho, mas outros continuam tranqüilamente. E, quantos ficaram no caminho e não puderam chegar lá, devido à inteira responsabilidade da ditadura. Hoje, no fundo, tenho um certo prazer, eu diria orgulho de dizer que nós, do Grupo Autêntico, contribuímos mesmo que modestamente para o resgate e restauração da democracia no Brasil. Valeu a pena!*

E completa: *Se fosse para repetir a caminhada, eu a faria com mais experiência, evidentemente, mas repetiria! Entendo a importância da atuação do Grupo Autêntico para a história política desse país.*

Francisco Amaral, confessa: *Se valeu? Muito! Embora a minha família não pense desta forma. Passamos por muitos dramas, muitas dificuldades e momentos de sobressalto...*Mas, complementa: *Creio, entretanto que elas falam é da "boca para fora", e intimamente as cinco, minha mulher e as quatro filhas, concordam comigo, que valeu a pena!*

A conjunção do aprendizado com a clareza da importância histórica formam o conteúdo da narrativa de Fernando Cunha: *Naturalmente foi um privilégio ter pertencido aos Autênticos! Ah! Como valeu! Foi um episódio bonito, importante, sério... um grande*

aprendizado na minha vida! ...Tenho, hoje, a clareza de que o Grupo Autêntico, realmente contribuiu bastante na construção desta nova fase da democracia brasileira!

A certeza da precisão dos atos Autênticos no contexto da ditadura militar, está expressa na fala de Marcondes Gadelha: *Valeu muito! Valeu demais! Se tivesse que começar, faria tudo igual! Não há talvez, nenhum ponto que eu trocaria nesta trajetória. Fizemos tudo dentro da medida, tudo o que era possível. Se você perguntasse a possibilidade de ter apressado um pouco mais o curso da história, antecipando o fim da ditadura, ou mudando a natureza das coisas, eu responderia: bem que nós tentamos...*

Valorando este momento Jaison Barreto diz: *Valeu muito ter sido parte dos Autênticos... custou a costurar uma linha de atuação no que era principal.*

Enaltecendo a riqueza do "pionerismo" Eloy Lenzi narra: *Nosso mérito, ah! este ninguém tira! Porque fomos os pioneiros em assimilar princípios como: combater a ditadura, trabalhar o bem do povo e restaurar a democracia.*

Amaury Müller evidencia em seu discurso o senso liberdade e justiça social, que sempre dominou o Grupo: *Claro, valeu sim! Seu trabalho, por sinal, retoma um instante da vida nacional muito rico, não tanto pelo que tenhamos feito ou tentamos fazer, mas pela profunda fé que todos nós sempre tivemos nos valores da liberdade, da justiça social e da democracia.*

ONDE ESTÃO OS AUTÊNTICOS

Apesar do Grupo ter reunido um número expressivo de personalidades que tiveram destacado papel no cenário político nacional, num dos períodos mais áridos de nossa história, o do regime militar, apenas dois dos seus vinte e três componentes, mantinham ao tempo da entrevista, assento no Congresso Nacional: Fernando Lyra e Amaury Müller. Este exerceu mandato de deputado federal até 1994, não sendo reeleito. Para a política regional migraram: Francisco Amaral, atual prefeito da cidade paulista de Campinas, e Santilli Sobrinho, prefeito de Assis, também no interior

paulista, entre 1992 e 1996. Outro que continua nas lides políticas é Lysâneas Maciel, tendo sido eleito vereador, na cidade do Rio de Janeiro, pelo do PDT.

É constrangedor para o país, e principalmente, para suas elites, que homens do quilate de um Alencar Furtado, um Francisco (Chico) Pinto, entre outros componentes dos *Autênticos* vivam hoje em ostracismo.

Fernando Lyra, deputado, líder do Partido Socialista Brasileiro e ao tempo da entrevista membro da mesa diretora da Câmara dos Deputados, teve atuação destacada no recente episódio dos "Anões do Orçamento". Escândalo, ocorrido em 1994, envolvendo deputados membros da Comissão de Orçamento do Congresso, que através do recebimento de propinas distribuíam verbas que favoreciam determinadas empresas. Como corregedor da mesa da Câmara, Fernando Lyra relata: *Atualmente, sou corregedor da mesa da Câmara onde ocorrem certas incoerências terríveis. Veja o seguinte: Por que o Fiuza foi inocentado, e o Ibsen foi cassado? O Fiuza foi inocentado porque pertence ao estamento, sendo referencial desse "sistemão" que aí está! 'Eles' tinham que defender seu representante na sua referência, por isso ele foi... Não é fraqueza ou coisa nenhuma da Câmara, é um processo para salvaguardá-los. Estão tentando se encobrir através do Fernando Henrique, mas tiveram que se expor ao defender explicitamente o Fiuza.*

Na condição do segundo único com mandato, Amaury Müller, em seu depoimento, deixou flagrante um tom melancólico, quando trata de suas sucessivas eleições desde a anistia, e da vida política como um todo: *Nela estou até esta data, mas não alimento nenhuma disposição de manter meu mandato. Acho que o Congresso Nacional, aos poucos, perdeu sua perspectiva histórica e já não é a caixa de ressonância das mais legítimas aspirações populares e muito menos representa a maioria da sociedade brasileira. Demais, o custo das eleições assumiu proporções gigantescas. Hoje, no ritmo que as coisas vão, só os ricos e alguns cooperativistas reúnem condições materiais de disputar mandatos. Há um processo de degeneração das eleições, uma espécie de metastase que vai corroendo as entranhas da dignidade e da honradez do eleitorado. Uns poucos ainda mantêm viva a chama*

do idealismo. A maioria, infelizmente, só vota se receber favores em troca.

A convivência civilizada entre as várias correntes políticas, sobre as quais erige-se o universo político brasileiro é uma situação que exige educação política mais sofisticada daquela a qual estamos habituados. Exemplo de uma pessoa, com tais predicados, é Alencar Furtado, símbolo de coragem política de uma geração, narra sobre sua ocupação ao tempo da entrevista: *Fazer parte da assessoria do Ministro da Agricultura, José Eduardo Andrade Vieira, dono do Bamerindus... há quem possa estranhar, de alguma forma, em razão da minha atuação pretérita; mas continuo o mesmo Alencar Furtado e o Ministro me tem como sou, recebe de mim as idéias livremente, discute-as também. Sinto-me muito à vontade... muito mais do que se estivesse tratando com tartufos com gente hipócrita ou mesmo alguns que gostariam de ser banqueiros para explorar o povo mesmo, sem nenhum sentido progressista. Deste modo, entendo que em nada me descaracteriza o fato de ser assessor político, pelo contrário, penso até poder prestar uma colaboração, pois se algum outro estivesse em meu lugar e não pensasse como eu, talvez sobrasse um espaço vazio, muitas vezes até perigoso...*

Um dos líderes dos Autênticos vive hoje um certo ostracismo. É de extrema infelicidade verificar que um país pobre de lideranças, verdadeiramente populares, dá-se ao luxo de ter um personagem da qualidade de Chico Pinto vivendo de precoce aposentadoria política. E pior, ser criticado por apresentadores de TV, que faziam apologia do selvagem regime militar. Dividido entre Brasília e Feira de Santana, Chico Pinto comenta: *O que faço atualmente? Resido em Brasília, onde constituí família e na Bahia alternadamente. Minha esposa é funcionária da Câmara. É bom que fique claro que ao casar-me ela já era funcionária concursada do Legislativo. Vivo da aposentadoria de deputado. Recebo dois mil e novecentos reais... Como se vê, não se trata de um absurdo como procura denunciar "esse" Boris Casoy e "aquela" Hebe Camargo. Eles dizem que os trabalhadores levam trinta a trinta e cinco anos para se aposentar, enquanto o deputado se aposenta com um mandato de quatro anos. Não é verdade. A aposentadoria é proporcional ao tempo de serviço e somente após dois mandatos, isto é, oito anos e com a idade mínima de*

cinqüenta anos. Aposentadoria integral no Instituto de Previdência dos Congressistas só com trinta e cinco anos de mandato. Mas isto não é dito à população.

Ao tempo da entrevista Fernando Cunha, longe do mandato respondia pela função de Chefe de Gabinete do Ministério da Saúde: *Como assumi a chefia de Gabinete? Aconteceu também de forma natural. Quando Henrique Santillo tomou posse como Ministro da Saúde, eu compareci, e como o cerimonial não estava muito bem organizado, ajudei-o a recepcionar as pessoas que chegavam. Terminada a posse propriamente dita, viemos para o Gabinete e ficamos aqui recebendo os cumprimentos de praxe. Bem, participei de tudo, inclusive, apresentando pessoas ao Santillo, até porque vivi vinte anos em Brasilia como Deputado Federal; ele, oito anos como Senador e, deste modo, meu rol de conhecimento era bem maior. Findo o dia, voltamos para Anápolis porque, tanto ele como eu, vivíamos lá. Quando me deixou em casa, Santillo falou: -"Amanhã de manhã, passo aqui para pegá-lo". No dia seguinte, logo cedo me apanhou, viemos para cá e, à tarde, pediu-me que ficasse no Ministério da Saúde com ele. Aceitei o convite. Passamos uns quinze dias levantando as principais questões referentes ao seu cargo. Depois de algumas semanas, fui nomeado Chefe do Gabinete do Ministério da Saúde onde, evidentemente, comporta técnicos da área médica, da área de saúde, e o único cargo compatível com um advogado seria este. Até porque necessitavam de alguém que não fosse médico...*

Estando fora da política há algum tempo Jaison Barreto, fala sobre o ramo de atividade, que exerce no Balneário de Camboriú, onde tem sido sua vida há oito anos: *Sou, hoje, empresário, eu diria, microempresário de um setor muito... Trata-se de um posto de gasolina e é um terror! Somos o único segmento do comércio que tem o preço e a margem de lucro estabelecidos pelo governo em um pais onde o comércio é responsável pela grande malandragem. As margens de lucro do comércio brasileiro são incompatíveis com o mercado internacional, não existe outro lugar... onde se ganhe cento e cinqüenta por cento em cima da mercadoria, só no Brasil!* E, prossegue a narrativa contando:...*Continuo lendo, ouvindo, mantendo contatos e até, com certo orgulho, mesmo estando aqui, isolado, consegui trazer o Lula. Todas as lideranças políticas passam por aqui, trouxemos a campanha*

do Parlamentarismo, trouxemos a equipe do Gemino, e até o Fernando Henrique Cardoso esteve aqui... Bastante eclético, não é! Creio, que alianças objetivas, ou seja, que tratam de coisas objetivas podem ser feitas, e sem nenhuma quebra de ética, sem nenhuma incoerência. Acredito na politica de alianças, o sentar e conversar, obviamente, descolado, apartado de malandragem safadeza ou esperteza.

Sem mandato e sentindo-se injustiçado pelo partido do qual foi um dos fundadores, Jerônimo Santana narra: *Sou fundador do MDB de Rondônia, todavia, em 1982, ele foi invadido por um grupo que, inicialmente, se apresentou com um bom discurso, mas depois passou a fazer-me oposição declarada, buscando minha derrocada. Presidi o partido por dezessete anos; ao exercer o cargo de Governador de Rondônia (de março de 1987 a março de 1991) fiquei afastado de sua direção, e o grupo que me substituiu, desorientou o partido, e ao término do meu mandato no governo, fui cruelmente marginalizado. Esse grupo tem como lider, Aragão, que esteve para ser cassado e, surpreendentemente, não foi. Vale lembrar que entre janeiro e fevereiro de 1993, postulei retornar ao partido, apresentando até uma chapa para a Convenção. No entanto, esse grupo fez barbaridades: não registraram a minha chapa, não deixaram que concorresse e tonaram-se senhores absolutos no Partido. Dessa forma, fiquei sem legenda... sei que além do PMDB existem outros partidos, mas na ocasião eram também controlados pelo governo e, portanto, não me ofereceram oportunidade.*

Por problemas de saúde, o país vê-se privado da militância de Eloy Lenzi: *Depois de minha não eleição em 1982, e de alguns derrames estou fora da política e da advocacia. Encontro-me numa cadeirinha de rodas, fazendo estas declarações... inteiramente fora da política, por motivos, principalmente de saúde.*

É bom lembrar contudo, que esse movimento aconteceu entre 1971, 73, e de lá para cá, eu sofri quatro derrames, quatro AVCs! Teria muita coisa a relatar, mas estou muito esquecido...

Lysâneas Maciel, por sua vez, demonstra a importância de ser político, independente do exercício parlamentar: *Eu nunca perdi a esperança, nem deixei de ser político. Continuo fazendo política, mesmo sem mandato parlamentar, e tenho cada vez mais a clareza que este é um país plenamente viável.* E, confessa: *tenho a certeza que não posso fugir, de dar minha*

contribuição neste processo. Por isto, luto e continuarei lutando, e me engajaria em algum projeto político, com perspectivas de melhorar o país, tornando-o efetivamente uma Nação!

Nadyr Rossetti, conta que está fora da política, mas que pretende voltar, mesmo que através de uma possibilidade inusitada: *Hoje, profissionalmente, além trabalhar como advogado, possuo algumas terrinhas. Devido minha dupla cidadania pretendo ser candidato ao Parlamento Italiano, que contará em sua composição, com um percentual de descendentes de italianos, que vivem pelo mundo. Seria desde 1994, mas como houve a dissolução do Congresso Italiano, foi postergado para 95...*

Eleito presidente do PMDB (sucedâneo do MDB, após o advento do pluripartidarismo), em 1995, Paes de Andrade é hoje, 1997, sem dúvida alguma, o componente do Grupo com maior projeção. Dentro de sua coerência política de manter o PMDB coeso como partido político e assim, apto a postular o poder, levou-o a liderar a única oposição ao projeto conservador representado pela aliança entre os herdeiros do regime militar (os políticos da antiga ARENA, hoje filiados no Partido da Frente Liberal e no Partido Progressista Brasileiro) e os oriundos da democracia cristã, abrigados no Partido da Social Democracia Brasileira. Enfim, como presidente do PMDB, é o mais sério obstáculo às pretensões *hegemônicas* do Presidente Fernando Henrique Cardoso, eleito e sustentado politicamente pelo arco conservador supra citado. Ocupa Paes de Andrade uma posição, que em tese e, logicamente, deveria ser da esquerda, da qual o Partido dos Trabalhadores (PT) é a maior expressão. Entretanto, esse, através de suas lideranças, prefere dedicar sua energia às disputas internas, ausentado-se quase que completamente do grande debate político nacional, traduzido na questão da votação da emenda constitucional, que permite a reeleição do Presidente da República. Destarte, coube ao PMDB, e, principalmente pela postura altiva e oposicionista de seu Presidente, o *Autêntico* Paes de Andrade, preencher este espaço. Ao tempo da entrevista Paes não exercia nenhum mandato parlamentar, e sobre isto, caminhou o seu relato: *Hoje estou aqui, conversando com você, sem mandato, porém exercendo a política em toda a plenitude. Sou*

membro da Executiva Nacional, sou membro nato do Conselho Nacional do PMDB (até porque eu fui presidente da Câmara dos Deputados)e estou na grande luta para resgatar o meu mandato. Valorando este momento conclui: *Depois de dez eleições vitoriosas e consecutivas, como ficou minha vida durante este recesso forçado? Neste interregno fiquei no exercício da política, no pleno exercício da política como membro da Executiva Nacional. Fui, também, convidado por muitas universidades para lançar o meu livro "A História Constitucional do Brasil", que é uma síntese de todas as Constituintes e Constituições do nosso país, atividade que foi muito gratificante.*

No exercício do segundo mandato da cidade paulista de Assis, Santilli Sobrinho, demonstra sentir-se subaproveitado, e de certa forma incompreendido: *Naturalmente houve desencontros, ou mesmo choques, entre as minhas concepções e a realidade da província. Não me adaptei e governei pela minha consciência, como que pelo prolongamento da luta "autêntica", ou seja, governando de acordo com o que é melhor para o povo, naturalmente enfrentando as incompreensões próprias do ambiente onde me comprometi a atuar. Confesso que me sentia mais feliz no enfrentamento à ditadura, com todas as conseqüências daí advindas do que enfrentar o que sofri, como "alcaide". Habituado a uma luta de vanguarda e modernização do nosso País em Brasília senti como que caído de pára-quedas no confinamento de problemas paroquiais.*

E, emocionadamente confessa: *A troca de Brasília por Assis custou-me caro. A experiência fez-me conhecer mais profundamente o ente humano. Tornei-me um pessimista.*

Walter Silva, afirma que deixou a política, especialmente por limites objetivos, ocasionados pela impossibilidade de optar apenas pela vida parlamentar: *Depois de doze anos, exercendo mandato de Deputado Federal, voltei às minhas atividades normais, de professor universitário na cidade do Rio de Janeiro e em Campos. A minha atuação Parlamentar sumulada, (síntese dos projetos, dos pronunciamentos, dos votos) é enorme. Se fosse, levantar tudo na íntegra, teria um volume imenso!*

Afirma ainda, que não queria sacrificar sua vida profissional, porque tinha consciência da efemeridade da atividade política: *... não podia abandonar a minha cadeira de professor;*

no Rio de Janeiro e em Campos, ou deixar minha banca de advocacia, nestas cidades. Também, me associei ao grupo do Ulysses Riedel, que é paulista e, tem escritório em Brasília. Só faz advocacia obreira, em âmbito nacional, estando muito em evidência. A minha filha mais velha se casou com o filho mais velho dele, e houve uma integração. Tenho cinco filhos trabalhando no escritório, todos formados; e ele, também tem cinco filhos trabalhando. Um escritório então, integrado por família.

E conclui narrando: *Não estou fora da política, mas hoje minha política consiste-se basicamente na minha função de professor, lecionando na Faculdade de Direito de Campos, na Faculdade de Direito Cândido Mendes em Ipanema, Rio de Janeiro e nos cursos de Ciências Contábeis e Administração de Empresas na Cândido Mendes de Campos. Atualmente, presto Consultoria Jurídica na Câmara de Vereadores de Campos. Mantenho também, escritório de advocacia em Campos e no Rio de Janeiro.*

Retilínea e transparente, como sua trajetória política, é a narrativa de Freitas Diniz: *Exerci ao longo de minha vida, três mandatos Parlamentares de 1966 70, 1970/74 e 1978/82. O Grupo realmente só funcionou em minha segunda eleição, de 1970 a 74. Após de meu último mandato estive como assessor do PT por mais de dez anos... Praticamente em termos políticos estou afastado, minha ação hoje aqui em São Luís é como cidadão. Até participar de reuniões tem sido difícil, não me convidam... não querem confusão! Minha ação restringe-se praticamente a artigos em um jornal pequeno, quase manual.*

Até a pouco tempo eu era solteiro, hoje vivo com uma mulher... Perpétua, que tem uma menina, Patrícia de quatorze anos, a qual adotei quando fomos viver juntos. Minha mulher era funcionária pública... contudo existem serviços, que não pagam sequer o transporte, nem a roupa e o sapato, impressionante! Por isso resolveu sair. Deste modo, vivemos de minhas aposentadorias, da Câmara Federal e da Força e Luz do Maranhão.

A PLURALIDADE IDEOLÓGICA DE SEUS MEMBROS

O grande elo do pensamento dos Autênticos, é a generosidade, muito embora

a conjugue cada qual em uma tendência teórica, quase particular. Dentro desta perspectiva, Alencar Furtado relata: *A dívida do Brasil para com a sociedade é muito grande; vejo com muita preocupação essas sessenta milhões de criaturas famintas...subnutridas... na miséria. É o maior exército do mundo e se tivessem um líder tomariam conta desse país. Acredito que não estamos livres de comoções sociais desordenadas. porém muito relevantes, em razão da fome: o general feijão é importante. Esses aspectos deveriam ser priorizados pelo governo com toda urgência, justificando-se, aí, também, a necessidade da reforma agrária feita com responsabilidade social e organicidade, alcançando este social tão apregoado.*

Seguidor de um socialismo que procura localizar distante dos valores burgueses, Chico Pinto diz: *Considero-me socialista, sem adjetivos O socialismo é intrinsecamente democrático. Não precisa ser chamado de "socialismo democrático". É importante que se entenda que o grau, a intensidade e o processo de utilização da expressão liberdade, não deve necessariamente, ter como parâmetro o modelo da democracia burguesa. Para muitos, ou se copia esse modelo ou não há democracia. É um equívoco. O que caracteriza e distingue um regime é a existência ou não de pólos dominantes e dominados na sociedade. Se não existe classe dominante, os desvios e abusos de um regime não o descaracterizam. Apenas, significa a necessidade de correção desses erros e ajustá-lo ao leito teórico que o alicerça.*

Tomando a crise dos paradigmas como uma possibilidade de avanço social, é o que fica claro no discurso de Francisco Amaral: *Com a mudança dos paradigmas, desapareceram determinados conceito estamos vivendo uma outra realidade. Para continuar nossa luta autêntica, deveríamos participar da recuperação da sociedade, da divisão justa de renda entre os nossos compatriotas. As diferenças sociais são terríveis, muito mais graves e flagrantes que na década de 70. Penso que hoje, caberia a uma luta Autêntica, centrar-se em torno dos problemas das dificuldades sociais.*

A retomada da identidade cunhada na juventude, é o que pode se perceber através da afirmação de Fernando Cunha: *Hoje, volto a ser o Fernando Cunha de dezoito, vinte anos de idade... idealista, pensando num mundo inteiramente voltado para o social, onde o*

capitalismo deixe de ser selvagem, permitindo que as pessoas vivam bem, sobretudo num mundo sem guerras! Digo a meus filhos e a meus netos que se durante minha juventude houvesse guerra, eu teria escrito um atestado, uma declaração pública: "eu sou covarde! ". Acredito não existir maior imbecilidade na face da Terra do que uma guerra!

Como que fazendo um "balanço" de seus pensamentos pretéritos e atuais, Marcondes Gadelha encaminha sua fala:*Creio, que não há nenhuma diferença, entre o que pensa hoje Marcondes Gadelha, e o Marcondes Gadelha do tempo do Grupo Autêntico. Considero-me um liberal por formação... Conjugava o liberalismo desde "aquele" tempo. E, muito embora, o Grupo dos Autênticos fosse tido como de esquerda, na verdade o nosso denominador comum era a luta contra a ditadura.*

De maneira, que a queda do muro de Berlim, pondo fim no chamado socialismo real, não me surpreendeu... não sou nenhum oráculo, mas intuitivamente O que aconteceu, foi a chegada do fio orientador da história, para o eixo de questões que eu já ponderava, quando estava no Grupo Autêntico: as ditaduras eram transitórias, de direita ou de esquerda e, ao final das contas, o indivíduo é que prevaleceria, a liberdade individual, a capacidade de expansão do ser! Isto sempre considerei viável, dentro de um quadro de convivência liberal. Concluindo afirma: *Hoje, vejo as coisas mais claramente, e penso que tinha razão... apostei no rumo certo da história, e também, nas minhas convicções. Sinto-me, de certa forma, recompensado.*

Reiterando uma posição nacionalista Getúlio Dias define:*...quem deve ser rico é o homem. O homem, tendo o seu trabalho (não pela negociação, mas que se faça do trabalho, lei) suficientemente remunerado, é capaz de produzir em qualquer nível. Não me serve também este capitalismo que está aí, o chamado capitalismo ocidental. Por isso, tenho a esperança de que dessa experiência resultará alguma coisa melhor: um salto no processo da consciência coletiva, talvez... Não basta este ufanismo dos capitalistas de que o comunismo afundou. Pergunto: e o capitalismo está coeso? Está construindo uma sociedade que nós desejamos?*

Lembrando a importância do conteúdo ético do socialismo, Jaison Barreto confessa:*Como penso hoje? Talvez no detalhe pudesse reformular algumas coisas. No "atacado" porém, estava absolutamente certo. daria até para repetir!*

Acrescenta: *Em um país como o nosso é cada vez mais necessário que se façam denúncias contra esse discurso neoliberal, fascista e elitista onde prevalece o mais forte, pregando a não - solidariedade, a não - fraternidade. O discurso socialista é um discurso ético, fundamentalmente ético. A solidariedade é um processo civilizado e por isso estamos aqui e vamos sobreviver para construir um mundo melhor. Por tudo isso, afirmo que sou socialista.*

Utilizando-se de forma até certo ponto lúdica para expressar sua visão, Jerônimo Santana comenta: *Sinto muita dificuldade em definições, especialmente porque depois do leste europeu, da queda do muro de Berlim, dizem que esquerda e direita são sinais de trânsito... Estou "em observação"... considero-me um progressista sintonizado com todas as posições avançadas que possam beneficiar a população. O mundo está realmente em revisão... com avanço da ciência, certos conceitos que eram absolutos, hoje soçobram. Dentro desta perspectiva, tenho a minha consciência tranqüila que, como político, homem público, cumpri a minha parte, desobrigo-me de qualquer peso. Sou um realizador, sempre atendi o povo e jamais busquei comprar a consciência de ninguém. Os eleitores votam em mim porque acreditam nas idéias e no trabalho que executo. Atualmente, polarizar as doutrinas políticas mediante o engajamento numa delas, é anacrônico, além de frustrante!*

Tendo a coerência como fio condutor, Amaury Müller diz: *Devo dizer que não mudei um milímetro de minhas antigas posições. É verdade que amadureci, aprendi muito, e já não tenho idade para os mesmos arroubos de antes (fui cassado aos quarenta anos). Esse amadurecimento, entretanto, em nada alterou minha visão de uma sociedade socialista, mais livre, mais igualitária e mais humana.*

O Brasil como uma potência democrática é a meta de Paes de Andrade: *De minha parte, sempre lutei pelo regime de liberdade, pela democracia com justiça social. Esta é a minha meta. Sempre lutei e continuarei lutando, para que, amanhã, o Brasil seja um país soberano, nacionalista, livre, digno da idade contemporânea, capaz de respeitar e fazer respeitar todos os títulos pelos quais tenham assento no concerto das Nações. Esta é a minha visão do Brasil, dentro do contexto interno e do contexto internacional.*

Retidão de princípios, é o que pode-se perceber através do discurso de Walter

Silva: *...nos meandros, na conformação global, minha visão de mundo não difere muito do tempo de Autêntico. Sonhávamos, um regime democrático supremo, um regime socialista na idéia predominante. Não o socialismo centralizador, mas o socialismo democrático. Com uma melhor distribuição de renda; reforma agrária, pela qual tive uma luta muito grande...*

OS AUTÊNTICOS E O DEBATE POLÍTICO ATUAL

Quando o tema diz respeito ao debate político atual, alguns Autênticos fizeram referência a questão moral de sua classe, que há algum tempo tem estado em pauta. Lançaram luzes à mídia, que para alguns é a grande responsável pela potencialização da gravidade do assunto.

Dentre tantos aspectos emergentes na atualidade, os desserviços protagonizados pela mídia e, em especial pela Rede Globo, fundamentam o depoimento de Lysâneas Maciel: *Relativo a democracia, considero que até hoje, a civilização contemporânea, não encontrou um sucedâneo à altura do regime democrático representativo. Os meios de comunicação, especialmente a Rede Globo, têm, nas últimas décadas, feito desserviços à Nação,(que não se limitaram a eleição de Collor, não!) A Rede Globo, tem feito uma propaganda sistemática contra o regime democrático. O programa, Globo Repórter, coleciona as mazelas de todas as Assembléias Legislativas do pais inteiro... e mostra! Há motivos para que haja descrédito no Poder Legislativo, mas essa propaganda antidemocrática, faz um mal tremendo, impondo ao povão, a crença de que todos os políticos são farinha do mesmo saco...Se esta afirmativa fosse verdade, justificaria plenamente o desinteresse do cidadão de bem, pelo voto certo, voto correto, essa coisa toda. É muito mais do que isto, ele se torna cidadão de segunda categoria, na hora que diz: "Se todos os políticos são safados, é hora de tirar minha vantagenzinha"... ou seja, um saco de cimento, um emprego!*

Considerar as mazelas praticadas pelos maus políticos, como único fato digno de ser publicado, é desabonador à sociedade. Esta postura generaliza um julgamento que, macula toda uma Instituição imprescindível a uma sociedade democrática. É o

que narra Chico Pinto: *Há um fato que considero absolutamente desalentador, a desmoralização que atingiu a classe política. A mídia é responsável por isso e parte dos deputados contribuiu, com suas próprias atitudes. O conceito generalizado de que todos os políticos eram "ladrões", "marajás", "mentirosos", "prometiam e não cumpriam", "não faziam nada", chocava-me e constrangia-me, embora soubesse que, nem os adversários, me tinham nessa conta.*

O depoimento de Amaury Müller pauta-se na questão da ética política, e é acrescido da indignação do comércio em que foi transformada: *Ora, como voto não é mercadoria, nego-me a participar dessa farsa. De resto, não possuo recursos financeiros para enfrentar o poder econômico. Mas, mesmo que os tivesse, não concordo em participar de um processo sabidamente espúrio e prostituto. Isso não quer dizer que todo Parlamentar escorregue para o pântano da dissolução dos costumes políticos. Em absoluto. Remanescem alguns, talvez uma centena, que repudiam esse tipo de escambo imoral. A maioria, porém, compra votos e comercializa a própria consciência*

Desfocando a "culpa" do povo em relação a má escolha de seus representantes, Getúlio Dias, entende que a deseducação como um todo, e particularmente, naquilo que se refere à política, é o grande crime cometido contra a sociedade pela elite, incluído aí os meios de comunicação. A sua fala: *O grande dramaturgo, poeta e pensador alemão Brecht, dizia:*

"Não existe pior analfabeto do que o analfabeto político". O analfabeto político é aquele que afirma por exemplo quando o povo elege um Collor:

-"Ah! O povo não sabe votar..." Não entende que o povo não é autor, e sim vítima deste processo político viciado e dirigido pela elite, que sempre dispôs dos meios de informação e comunicação, a tão falada mídia.

E eu, citei de propósito o Collor para lembrar que Itamar, era seu vice, muito orgulhoso e honrado... Todavia, enquanto foi vice "collorido" nunca se teve notícia de qualquer discordância dos atos de seu Presidente. Mas, quando veio o impeachmant, assumiu a presidência, como se de nada tivesse participado ou sabido. Uma vez na presidência - entre

sambódramos e namoradas mil, adotou o plano real da equipe sociologista de FHC, e terminou seu mandato com a maior popularidade que já teve um Presidente da República. E, onde é que o povo entrou nesta história? Sem consciência política por falta de informação verdadeira, que é negada, viciada ou distorcida pela elite, que sempre manipula... Repito o povo não é autor, é sim vitima do processo político!

O despreparo revelado em muitos parlamentares, conseqüência de um sistema partidário obsoleto, preocupante para Jerônimo Santana. Ele destaca que apesar do novo pacto representado pela Constituição de 1988, a forma de organização político-partidária restou imutável: *Observe, ficaram dois anos para fazer a Constituição de 88, que se denominou "Constituição Cidadã", cujo clamor para sua revisão já é público e notório. A crítica maior que tenho em relação a ela é no tocante ao descompromisso com a reformulação do sistema eleitoral e partidário que incentiva a corrupção, a compra de voto, não respeitando a vontade do eleitor. Está provado que o sistema político/partidário vigente está errado, virou um samba do crioulo doido... O que precisamos assegurar basicamente, neste momento, é a autenticidade da representação, quer dizer, não podemos continuar elegendo deputados, senadores, porque são milionários... mas não sabem nada. Chegam à Câmara e ficam à mercê de assessores... Muitas vezes, são eleitos porque têm muito boi, muita terra...ou, como tem acontecido com os banqueiros que são eleitos sem sair do gabinete. Financiam dez, vinte deputados estaduais e sua eleição para federal está pronta. Está tudo errado...não existe nada igual... parece ficção!*

A corrupção e os abusos que fazem parte da realidade política dos dias de hoje, constituem desdobramento do comportamento da elite, gerado no período da ditadura, estão presente na narrativa de Santilli Sobrinho: *Tenho acompanhado a política desta fase pós ditadura e visto as oscilações e a gangorra traduzidas na corrupção que sempre existiu, e afirma-se, sempre existirá com seus fluxos e refluxos, atingindo, neste momento histórico, uma extensão jamais sentida. Talvez seja o represamento do tempo da ditadura, ou abuso de liberdade por parte de inescrupulosos. Na verdade, o saldo de tudo isso é expresso no exemplo da elite que serve como referencial, quer seja de líderes ou ídolos*

da política, da arte do esporte ou intelectual. Há sempre uma tendência a ser imitada por maior ou menor número de pessoas e, em especial, quando o exemplo vem de cima, bom ou ruim, cala fundo!

A questão do atual poder brasileiro ter evoluído muito pouco em relação ao tempo da ditadura, sendo de certo modo até seu prolongamento, somados à questão da corrupção em instituições de previdência pública, são os eixos centrais revelados nesta fala de Walter Silva: *O poder é ainda hoje, no Brasil, uma projeção, um braço longo da ditadura. Pouca coisa foi mudada. O Sarney, que se seguiu ao Figueiredo, era líder da Arena, Presidente nacional do PDS, foi para o PMDB por uma contingência, por interesse próprio, pessoal. O governo dele, foi um prosseguimento da ditadura. Depois, veio Fernando Collor, que não preciso nem perder tempo em dizer o que foi. Subproduto... cria da própria ditadura... A seguir, o Dr. Itamar, que no Senado, era considerado do Grupo Autêntico... Do Grupo Autêntico "mineiro", ou seja, mineiro nas maneiras... e, que não está conseguindo realmente fazer um governo como nós gostaríamos que fosse feito.*

Fechando seu depoimento, revisita os escândalos no INSS, lembrando a maneira superficial como são tratadas tais questões: *E pensar, que tudo isso é engenharia da ditadura militar! O mais estranho, é que hoje o governo não consegue detectar a raiz do problema e dar solução. Insiste em corrigir as fraudes pelos efeitos, e não pelas causas. Infelizmente, muita coisa não consegui ver estabelecida no país. A questão da distribuição de renda e o perfil dramático de sua concentração, que o Brasil exibe, é a meu ver, o grande fator da corrupção e da inflação.*

DOS HERDEIROS POLÍTICOS

A intensidade do ideário Grupo no período da ditadura, se consubstanciou inegavelmente em postura que deveria ter sido copiada e multiplicada. Por isso a questão dos herdeiros políticos mostra-se reveladora.

Alencar Furtado, por exemplo teve um herdeiro biológico que durante sua cassação

o substitui eleitoralmente. Infelizmente, quando Heitor lutava pela reeleição como deputado federal, um dia em meio a campanha, parou em um posto de gasolina de beira de estrada para descansar e foi assassinado: *Como herdeiro político tive meu filho, Heitor. Quando fui cassado, ele foi deputado federal, aos vinte e dois anos, mas infelizmente foi assassinado. Tenho muitos amigos, mas seguidor... nenhum.*

Getúlio Dias, também teve um filho com habilidades políticas, mas que foram interrompidas devido as atividades empresariais da família: *Meu filho, Uil, mesmo foi vereador em Pelotas durante doze anos e Presidente da Câmara, já no PDT; porém, em função de nossas atividades empresariais, ele também se afastou da política. Os herdeiros que, digamos, fiz eleitoralmente seguiram outros caminhos. Hoje, nenhum deles permanece no PDT; alguns estão no PMDB e em outros partidos; apenas um no PSDB, não havendo uma continuidade... Claro, existem outros preservando nossa luta, mas...*

Santilli Sobrinho, por seu turno, mostra o orgulho de ter um filho que chegou a deputado federal: *Gostaria de continuar no Parlamento e ter aí convivido com meu filho Márcio que ainda menino participava da mesma batalha, da luta estudantil, e teve uma brilhante atuação parlamentar, destacando-se como uma feliz "autêntica" revelação jovem de que sempre me orgulharei*

Com um herdeiro "assumido", embora não consangüíneo, Francisco Amaral diz:*...meu herdeiro realmente foi o Grama, após eleger-se Prefeito, alçou seu próprio vôo, caminhando para seu destino... Ele nunca gostou do Quércia, e em determinada altura criou restrições, e se afastou... Na primeira oportunidade trocou de partido, pois sabia que o PMDB seria sempre do Quércia... e talvez, o destino pudesse colocá-los em confronto, e o Grama não queria isso. Está hoje no PSDB, e continuamos amigos, não obstante existam diferenças políticas, ajudo a cidade no que posso. Ele me trata bem, embora não dê muita colher de chá... Apesar disto, nos damos bem, não temos dificuldades.*

Fernando Lyra apontou várias pessoas para as quais, facilitou o acesso na política: *Tenho um irmão, João Lyra Neto, que está na política, é advogado, foi prefeito Caruaru, exercendo mandato de 1989 a 92, e é candidato a deputado estadual, porém, não é meu*

herdeiro político. É, sim, meu companheiro de PSB e, coincidentemente, meu irmão. Estando há vinte e três anos em Brasília, possibilitei o acesso de muita gente ao cenário nacional, muitos, hoje, figuras exponenciais: no campo jurídico, o Sepúlveda Pertence, da Procuradoria Geral da República com Tancredo e Presidente do Supremo Tribunal Federal; Sigmaringa Seixas, meu diretor de estrangeiro e hoje deputado federal; José Paulo Cavalcante Filho, grande conhecedor do direito de informação, foi meu secretário geral, tendo uma participação extraordinária no Ministério; o Marcelo Cerqueira, meu ex - consultor, atualmente, Procurador Geral do CADE, foi também Deputado Federal... uma grande figura... muito marcante na minha trajetória. E outros, outros... mas, eu não diria herdeiros, são companheiros dessa aventura!

Negando a aptidão de fazer seguidores, em uma bem humorada analogia, Jaison Barreto se coloca: *Não tenho vocação para Jim Jones, sabe? Ou seja não sei "fazer" seguidores. O que não é um problema específico meu, e sim um dos males do político brasileiro. Mesmo assim, quando saí do PMDB, alguns que lá estavam por minha influência queriam me acompanhar, mas fiz questão de deixar todos onde estavam, no sentido de ficarem protegidos nessa briga partidária. Infelizmente, sofreram muitas retaliações porque política é um negócio perverso, e o PMDB identificou naqueles muito vinculados a mim, adversários, e perseguiram-nos por toda Santa Catarina, acusando-os de "Jaisista". Pagaram um preço realmente alto! Continuam, porém, todos por aí, e é uma geração de políticos novos, muito fiéis não a mim, mas ao conjunto de idéias que defendo. Estão espalhados pelo PDT, PMDB, PPS e respeitam-me, estão sempre presentes e fico muito satisfeito com isso!*

Tendo a realidade político partidária de Rondônia, como prova de sua análise, Jerônimo Santana afirma: *Não, creio ter deixado herdeiros políticos, e justamente depois desse trabalho que fiz durante o período que estive na direção do MDB... o grupo tomou outro rumo. Tenho sim, é muito eleitor. Em Rondônia, dizer que alguém segue essa ou aquela orientação é difícil.*

No que tange a reprodução do ideário dos Autênticos Walter Silva declara: *Nas eleições sucessivas do MDB, foram surgindo outros personagens que aderiram as idéias dos*

Autênticos. Aqui no Rio de Janeiro, eu considero Roberto Saturnino Braga, de certa forma, herdeiro do ideário do grupo. Ele foi eleito em 1974 Senador, num ano que ninguém queria ser candidato a este cargo e imediatamente pegou nosso lema.

do Lysâneas Maciel..., mais nada!" Era ele o Ministro, e a lei não foi aprovada...

OS FATOS MARCANTES

Os fatos marcantes das respectivas vidas dos Autênticos, variaram muito. Alguns entrevistados apontaram fatos importantes na vida política, outros tantos, à vida privada.

Fazer política de oposição, durante o período da ditadura militar, era tarefa passível de muito riscos, sobretudo quando a luta era revelada e explícita pela liberdade e justiça. Nesta perspectiva Chico Pinto conta: *No Brasil, apenas dois jornais alternativos tinham circulação nacional - "Opinião", sob o comando de Fernando Gaspariam e o "Pasquim", ambos semanários. Houve um "racha" na redação do "Opinião", e creio que no mês de janeiro ou fevereiro visitou-me, na prisão, o jornalista Raimundo Pereira, editor-chefe deste jornal comunicando-me das divergências existente e convidando-me para fundar um novo semanário o "Movimento"... Já contava com algum apoio. Achei ótima a idéia, até porque, ao deixar o Quartel, encontraria uma nova tribuna para continuar a luta. Logo nos primeiros dias da minha libertação, articulamos ao lado do recém eleito deputado Airton Soares o apoio de todo o Grupo (Autênticos e Neo Autêntico) que se tornaram acionistas do Jornal. Airton, sabendo das dificuldades que eu enfrentava, convidou-me para residir em seu apartamento. Assim, tornei-me chefe da sucursal do "Movimento" em Brasília, com duas salas no Edifício Márcia, mantendo uma coluna permanente "Coluna do Chico Pinto". Na sucursal trabalhavam excelentes jornalistas como Teodomiro Braga, Jaime Sautichuk, Vera Manzolini e Antônio Carlos Queiroz.*

A repressão era tamanha que em maio de 1975, a edição número zero do jornal MOVIMENTO foi lançada, e o Governo determinou à Polícia sua apreensão. Os

diretores foram informados que o jornal só circularia com um crivo da censura, ou seja, antes da publicação as matérias ainda datilografadas deveriam ser entregues à Polícia Federal para a censura prévia. Mesmo assim, Chico Pinto afirma: *Foi uma rica e extraordinária experiência. De 1975 a 78 permaneci no jornal, deixando-o no meado daquele último ano.* Este momento ocorreu exatamente após sua absolvição de um processo o qual foi gerado em conseqüência a uma entrevista na Rádio Cultura. Vale lembrar contudo, que a volta à sua cidade natal foi absolutamente triunfal: *Voltando à Feira de Santana, em companhia do Dr. Sigmaringa Seixas, mais tarde deputado federal e jornalistas como Armando Rollemberg e outros, recebi uma das maiores e entusiásticas manifestações que um homem público pode receber. Desde o Aeroporto Dois de Julho, em Salvador, lotado de populares, formou-se uma carreata em direção à cidade. Participamos, numa noite chuvosa, de um comício em praça pública, com cerca de cinqüenta mil pessoas, e uma emoção extraordinária, que se converteu em explosões de entusiasmo durante todo o ato público. Ao encerrar, carregado nos braços do povo, num percurso de cerca de dois quilômetros, chegamos em casa.* Chico complementa com outra emoção inesquecível: *O cineasta Osney São Paulo fez um filme, cujo título é "Chico Pinto vem aí" e um cineasta e professor da Universidade de Brasília, também, fez outro, descrevendo o clima na região.*

Como fato marcante de sua vida Francisco Amaral, relata o episódio da cassação de Márcio Moreira Alves, o qual era procurado no Brasil inteiro, culminando no seguinte acontecimento: *...escondi o Márcio Moreira Alves em Campinas. Em certa altura, contei ao Grama que ele estava aqui, pois na medida em que eu morava numa casinha, três filhas, tudo atrapalhado... Falei não por medo, absolutamente, e sim por razões objetivas. Márcio ficava vinte quatro horas, preso dentro de uma casa pequenissima, sem poder sair para tomar sol. Às vezes, se revoltava, ficava doido, ameaçando:*

-"Vou sair para a contra revolução". Eu tentava acalmá-lo, pedindo que acordasse para realidade, e indagava dele, quem iria pegar em armas... ninguém, ninguém! De maneira que nos dois últimos dias de sua permanência em Campinas, Márcio esteve no apartamento do

Grama, no centro da cidade.

A principal razão de esconder Márcio em Campinas, foi que na cidade existem três unidades militares e desta forma não ficaria evidenciada a sua presença, pois nenhum militar pensaria em procurá-lo num lugar como este. E dando continuidade Francisco Amaral diz: *Há até uma passagem importante, quando escondi o Márcio Moreira Alves em Campinas, Grama ajudou muito nos dois últimos dias. Participou, em um gesto de coragem! Márcio Moreira Alves era um homem procurado pelo Brasil inteiro, e nós aqui o escondendo. Em certa altura, contei ao Grama que ele estava escondido aqui, pois na ocasião, eu morava numa casinha... três filhas, tudo atrapalhado... Falei, não por medo, absolutamente, e sim por razões objetivas. Márcio ficava vinte quatro horas preso dentro de uma casa pequenissima, sem poder sair para tomar sol. Às vezes se revoltava, ficava doido, ameaçando:*

-"Vou sair para a contra revolução". Eu tentava acalmá-lo, pedindo que acordasse para realidade, e indagava dele, quem iria pegar em armas... ninguém, ninguém!

De maneira que nos dois últimos dias de sua permanência em Campinas, Márcio esteve no apartamento do Grama no centro da cidade. A idéia que tive de esconder Márcio em Campinas, ocorreu, porque aqui é sede de três unidades militares. E, por mais hilariante que possa parecer, nenhum militar pensaria em procurá-lo na "porta do quartel".

Tudo começou no dia em que a Câmara julgaria Márcio quando aprovaria ou não seu processo. Fui procurado pôr ele, perto de uma hora da tarde, quando disse:

-"Ah! Chico estou vivendo um drama horrível, tenho que deixar Brasília às cinco horas desta tarde, e não tenho para onde ir. Eu havia acertado tudo com uma pessoa que há pouco ligou, dizendo não ter condições de me receber e esconder". Daí falei:

-"Fique tranqüilo Márcio, se tenho ou não condições, não sei... mas você vai para a minha casa, e acabou! Acredito ser o melhor lugar, pois Campinas tem três unidades militares e ninguém vai pensar que você vai se esconder lá".

Márcio tomou um aviãozinho em Brasília, por volta das seis horas da tarde, deveria descer em Ribeirão Preto, e vir de carro para cá. Eu estava agoniado porque nesse dia houve um tumulto, e até meu avião que deixaria Brasília às nove e meia da noite, acabou saindo meia

noite e meia. Atormentava-me a idéia que Márcio tivesse chegado em Campinas (pelos meus cálculos, uma e meia da manhã), e que minha mulher não sabendo da situação, pois não podia ligar para preveni-la, não o deixasse entrar:

-"Não sei quem você é, nessa casa você não entra... nunca te vi, estou com as meninas. Nesta casa o senhor não entra, de jeito nenhum".

Felizmente, ele parou em Ribeirão Preto, ligou para Campinas e eu o peguei no dia seguinte, indo direto para minha casa. Marcito ficou conosco aproximadamente doze dias. Permaneceu ainda dois dias no apartamento do Grama, no centro da cidade, partindo a seguir para São Paulo, ficando por mais alguns dias com Pedroso Horta. Por ter um esquema, mais ou menos armado, de lá foi para São João da Boa Vista, onde um avião o esperava, levando-o ao Paraguai.

Durante a estadia de Márcio em Campinas, um dia eu estava em meu escritório de advocacia, chegaram algumas pessoas, dentre elas o padre Jordano daqui de Campinas, a quem conhecia, além de mais duas outras pessoas estranhas. E o padre falou:

-"Olá Chico, tudo bom? Trouxe uns amigos que querem conversar com você". Inicialmente pensei, que eram agentes do SNI, imaginei: descobriram e pronto! Mas, o senhor mais velho disse:

-"Estou trazendo aqui uma encomenda... é dinheiro para ser entregue ao Deputado Márcio Moreira Alves". Eu digo:

-"Márcio Moreira Alves... dinheiro, e porque é que devo entregar... ele sumiu do Brasil, eu não sei onde está..." Foi essa a minha posição, pois apesar dele estar em minha casa, eu não sabia quem eram aquelas pessoas... então, este senhor mais idoso falou:

-"Olha, não vamos discutir, tampouco entrar em pormenores, vou deixar com o senhor este pacote, e de alguma maneira, faça-o chegar até Márcio. Só isso..." Peguei o pacote, e ele silenciosamente, tirou a aliança mostrando as iniciais gravadas. Naquele instante, atônito que estava, não identifiquei, depois percebi tratar-se das iniciais da mãe do Márcio.

Em suma, Marcito chegou ao Paraguai, de lá foi para o Chile, depois para a França, Portugal... Ele foi um muito direito comigo, voltando com a anistia, ao Brasil, o primeiro

lugar que visitou, foi minha casa, juntamente com Mariá sua mulher. Veja que expressão de gratidão! Foi um gesto realmente muito bonito... E num mundo, onde ninguém mais tem este tipo de sentimento, que infelizmente caiu em desuso...

Quanto a Fernando Cunha, um fato marcante de sua vida, se refere a um episódio bastante curioso do tempo de estudante: levar para o Brasil Central o mito revolucionário do momento - Fidel Castro - que foi escolhido como paraninfo dos formandos da Faculdade de Direito de Goiás, apenas um ano depois de tomar o poder em Cuba. E, aceitou: *...terminei o curso de Direito, em 1960, portanto um ano depois da experiência de Sierra Maestra, e por conta disso, resolvemos que nosso Paraninfo seria ninguém menos que Fidel Castro! Alguns colegas fizeram-lhe o convite e ele aceitou-o de imediato! Tal ousadia nos valeu inúmeras brigas: o bispo nos acusava de trazer ao solo de Goiás um comunista, portanto, materialista; o diretor da Faculdade ameaçou não fazer nossa colação de grau; e até, pasme... o embaixador dos Estados Unidos esteve em Goiânia alertando do mal-estar diplomático que causaria a presença de Fidel no país. Na última hora, impossibilitado de vir ao Brasil, o estadista cubano enviou o comandante Rolan Cuberras para representá-lo... figura brilhante e inesquecível! Interessante é que, logo ao voltar a Cuba, foi preso por pertencer a uma ala mais radical que a hegemônica, sendo solto há pouco tempo... li qualquer coisa a este respeito...*

A passagem importante na vida de Fernando Lyra, a qual relata com muita precisão e detalhes, é parte integrante de um dos episódios mais famosos da voracidade da ditadura militar, o seqüestro do Deputado Rubens Paiva. Sua fala revela seu engajamento neste caso, que infelizmente teve um desfecho profundamente triste: *Certa vez, estava em tramitação, na Câmara, uma reformulação do Conselho do Direito da Pessoa Humana que funcionava no Ministério da Justiça e que a oposição tinha assento. O governo encomendou ao Senador Rui Santos um projeto cujo conteúdo propunha ampliar o Conselho para que este perdesse a finalidade. Dr. Pedroso sabia que um grande perigo instava... Viviamos o ano de 71 e, numa tarde, indo em direção à sala onde o Conselho se reunia, deparei-me com Dr. Pedroso Horta que acabara de deixar o recinto. Pediu-me que o*

acompanhasse até sua sala onde solicitou-me que fosse ao balcão da VASP, ali da Câmara, e marcasse uma passagem para São Paulo para o dia seguinte. De volta a sua sala, já com o bilhete na mão, ele falou:

-"Não diga nem em sua casa para aonde você vai, mas a finalidade de sua ida a São Paulo é perguntar a Eunice Paiva se é verdade que seu sogro (pai de Rubens) recebeu uma informação do Ministro Buzaid dizendo que Rubens está vivo..." e completou:

-"Acho que é mentira, mas não quero denunciar sem ter certeza absoluta. Quanto aos seus contatos com ela, faça-os sempre de telefone público"

No dia seguinte, peguei o avião, desembarquei em São Paulo e fui direto para o Lux Hotel na Rua Júlio Mesquita. Dali, desci até a agência do correio, na Avenida São João, de onde liguei para Eunice que estava com os filhos na casa de um irmão do Rubens em Santos, precisamente, na Rua Equador. Conforme o combinado, eu deveria dizer só a hora do encontro que seria às dez horas do outro dia. Ao chegar a casa, eu não conhecia porteiro eletrônico, esses de muro, bati palmas e quando, através do interfone, perguntaram "quem é?"... eu quase morri de susto! Conversei com Eunice na biblioteca da casa e, infelizmente, a informação de Pedroso não era mesmo verdade. Um dado curioso ocorrido naquele dia: quando uma empregada veio nos trazer café, ela parou imediatamente de falar... qualquer um era suspeito. Na hora da saída, Eunice perguntou-me se eu trazia algum endereço ou telefone anotado, respondi-lhe que sim, então ela sugeriu que o rasgasse e completou:

-"...com certeza você será seguido..." Antes de rasgar os números de telefone anotados, lembrei-me de uma fórmula matemática que meu pai usava no comércio e codifiquei-os.

Enquanto eu estive com Eunice, o táxi que me trouxe aguardava meu retorno, porém ao sairmos de lá, dobrou a esquina um Aero-Willys, carro muito utilizado pela repressão, em cujo banco da frente sentavam-se dois homens de chapéu. Não tive dúvida e disse ao motorista do táxi:

-"Preciso ir para Congonhas, pago dobrado" O carro nos seguiu por algum tempo, mas depois de umas três curvas, desapareceu...

Até hoje o corpo do Deputado Rubens Paiva não foi entregue à sua família.

A fala de Fernando Lyra revela com muita nitidez, o grau de perseguição e coação que fazia parte do cotidiano da maioria dos brasileiros, durante o regime autoritário. A narrativa ainda traz à tona uma outra experiência desse gênero: ... *nunca me esqueço foi quando Rosalina Santa Cruz foi presa. As ligações eram sempre feitas de São Paulo, e um companheiro de nome Cacá avisou-me da prisão dela e imediatamente denunciei mais essa arbitrariedade. Seu irmão, Fernando, apesar de nossas denúncias foi assassinado pela ditadura.*

Existe também na biografia de Fernando Lyra outro fato muito marcante: ...*foi a morte do meu conterrâneo e grande amigo, companheiro de tantas jornadas... Marcos Freire, em um acidente de avião no ano de 1987. Uma tragédia e eu, honestamente, acredito ser mesmo um acidente por falha do piloto do avião...*

Dentre tantas passagens marcantes que compõe sua vida, Marcondes Gadelha priorizou uma que une questões pessoais e políticas. De forma bastante elucidativa, fala sobre o caráter dos moderados do MDB, hoje tidos como próceres da democracia. Traz também à lume a maneira pela qual vem se realizando a desconstrução daquele partido, naquilo que ele tinha de mais relevante: a oposição ao sistema opressor e representante legítimo das lutas populares. Constitui-se portanto história complicada, longa e traumática: ...*passei toda a minha vida na oposição, e esse sentimento de contestação em mim, vem de muito longe. Meu pai refutou o Estado Novo, e, conseqüentemente, foi um dos fundadores da UDN na Paraíba em 1945. Quando esta agremiação foi para o poder com a Revolução, papai transferiu-se para o MDB, e continuou contrário ao governo permanecendo com postura oposicionista até o fim de sua vida . Éramos - eu e ele - os responsáveis pelo MDB no interior da Paraíba, desde de Campina Grande até a fronteira com o Ceará. Toda esta extensão geográfica, digamos, girava em torno da nossa ação política, centrada na cidade de Souza.*

Gadelha confessa que não havia na Paraíba qualquer tipo de oposição ao Governo Federal, com exceção de sua família:... *contestávamos em todos os níveis, o que naquela época no interior da Paraíba, era infinitamente mais complicado do que teorizar no Jardim*

América ou em Ipanema. Muito difícil! Éramos perseguidos... meu pai, empresário, foi vítima de sanções políticas, através do Banco Nordeste, do Banco do Brasil... Sofremos demais, e durante muito tempo! Fui muitas vezes, ameaçado de cassação, além de ser objeto de todo tipo de molestamento.

O MDB, forjado com tanto sacrifício e amor por nós em praticamente todo interior da Paraíba... o qual pegamos do nada... quando da abertura, na primeira eleição direta, pela qual tanto lutáramos, o meu MDB, entrega a cabeça de chapa a nosso maior opositor. Tratava-se de um político egresso da ARENA, cujo passado exercitou servindo a Revolução, atuando contra nós e contra o MDB... construído com tantos sacrifícios... Após tanta luta, ao alvorecer da abertura democrática, na primeira eleição direta, cuja batalha pela conquista desempenhamos plenamente. A infelicidade maior, é que esse candidato, esse político, era nosso adversário figadal na cidade de Souza, contra o qual sustentamos uma luta por mais de vinte anos: o Deputado Antônio Maris, mais tarde Senador da República.

Mediante a situação difícil e complicada que se colocava, e na tentativa de não recuar, muitas possibilidades foram experimentadas pelos Gadelha: *... tentamos várias alternativas junto ao partido. Lançamos inicialmente a candidatura do Ronaldo Cunha Lima, pessoa com uma tradição histórica dentro do MDB. Como Prefeito de Campina Grande fora cassado, tornando-se uma figura emblemática das oposições paraibanas. O partido contudo, não quis conversa, fez uma reunião, uma pré convenção e não aceitou a sugestão.*

Até o nome de Celso Furtado um economistas de grande expressão mundial foi sugerido: *Lançamos então, a candidatura do Celso Furtado, o qual localizei e aceitando prontamente foi a Paraíba. Naquele tempo, Furtado era o nome mais ilustre do nosso Estado, um grande economista de expressão internacional, figura acatadissima, ilibada! Infelizmente, foi também rejeitado pelo MDB.*

A verdade, é que o partido estava na firme determinação de uma coligação com o PP. Não foi por acaso, que Antônio Maris saiu da ARENA e veio para o PP. Quando foi resolvida a incorporação... a aliança, fomos abrigados a deixar o PMDB. Na época, fiquei sem opção... Veja bem, passei vinte anos combatendo Antônio Maris, seria portanto insuportável subir no

palanque e passar a elogiá-lo, respaldá-lo. Foi uma situação realmente, dolorosa, levando-me a procurar o Partido, o Dr. Ulysses... todo mundo!

Mediante o quadro adverso existente no PMDB, Marcondes coerente com sua tradição oposicionista, aproveitou-se da abertura, e do pluripartidarismo, e se entusiasmou pelo recém-nascido Partido dos Trabalhadores: ... *Procurei o PT, no qual meu companheiro do Grupo Autêntico, Freitas Diniz, já estava instalado, pois fora iniciada a diáspora do PMDB. Falei com Freitas, com Airton Soares, aí também alojado, sobre minha vontade de engrossar as filas do PT, e fui recebido com muita alegria!*

O Lula teve a mesma reação de entusiasmo, acatou muito bem a idéia, e inclusive enviou Jacó Bitar à Paraíba, para preparar o meu ingresso no partido! Bem, depois de tudo acertado, a executiva do PT da Paraíba, deu uma nota violenta nos jornais, na primeira página, dizendo que não me aceitaria devido minha origem burguesa... Meu pai era empresário, eu nunca vesti macacão, não conhecia o sofrimento do trabalhador, e, portanto não podia ser aceito no Partido dos Trabalhadores. Dado curioso, é que os componentes desta Executiva, poucos meses antes, (na véspera do Natal de 1981) de dentro da prisão de Itamaracá, onde estavam presos, escreveram uma bela carta assinada por todos, agradecendo a minha luta pelos direitos humanos, liberdade, anistia, e levantamento das censuras... Uma carta realmente, muito bonita!

Por volta de fevereiro, em liberdade graças a anistia, deram esta nota. Recordo-me, que havia um sujeito chamado Calistrato... engraçado, mais parece nome de remédio para calo! Não sei o que faz hoje, nunca mais tive notícias dele... Não é mais da executiva. Frente a esta nota violentíssima, fiquei sem opção, não havia outro partido de oposição. Restava-me ir para casa e deixar a política...

Como que em um epílogo doloroso deste processo, cuja atmosfera, era de pura comoção: ... *meu pai veio a falecer, ficando uma situação extremamente terrível... dilemática para mim. A idéia de ir para casa, deixar a política passou muito por minha cabeça, todavia, o meu raciocínio dizia que ir para casa, só se fosse com os meus próprios pés... enxotado, nunca! Quer dizer, alguém chega, ocupa "a casa" que eu construí, e por arte do diabo era o*

meu adversário pessoal... Nesta circunstâncias, expurgado, não vou! Não sou descartável, não sou biodegradável... persistirei na política!

Neste interim, Figueiredo tomou conhecimento do drama que eu vivia na Paraíba, propôs uma conversa, e disse:

- "Olha Gadelha, eu entendo e sei que existe uma questão local, mas gostaria que prestasse atenção num detalhe, as coisas pelas quais você lutou, estão acontecendo: a anistia, já chegou; a revogação do AI-5, resolvido; o levantamento da censura, esta aí; o retorno dos banidos, dos exilados, definido; a eleição direta, ai esta. Não gostaria de me aproveitar da circunstância, porém, quero pedir-lhe ajuda na edificação do processo de abertura, bem como deixar claro, que para mim, sozinho, não é fácil avançar nestes assuntos... Se você puder me ajudar..." E eu, realmente não tinha o que fazer, e respondi:

- "Está bem, Presidente, enfrentaremos esta luta juntos". Deste modo, saí candidato ao senado pelo PDS...

A repercussão da entrada de Gadelha no PDS, foi de certa forma um exercício de crueldade. A pecha de adesista, de traidor o acompanhou. Entretanto, o único a manter-se na oposição na Paraíba foi ele. Até o partido que ele ajudara a transformar em legítima oposição, foi tomado pela classe dominante paraibana, em conluio com os moderados do partido. Moderados, diga-se, na forma de fazer oposição, mas bastante radicais no que diz respeito a alianças que os levassem ao poder. Esta rejeição não ficou limitada aos ex-companheiros do PMDB, também os novos pares do PDS trataram-no da mesma forma. Mas a sabedoria do povo, não se submetendo às traições dos políticos, deu a Gadelha, duas vitórias eleitorais: elegeu-o concomitantemente Senador pela Paraíba e Prefeito de sua cidade natal: *O PDS lançou outros candidatos na sublegenda, e me atacaram como se eu fosse um cristão novo. Comecei a levar borrachada dos dois lados, ou dos três lados, o PT também participou. Observe, no PT, não podia entrar porque não me aceitavam; do PMDB, eu estava sendo expulso. A única opção era o PDS... A reação no plano nacional foi a pior possível! Sofri o diabo, todo o tipo de agressão, da imprensa, de todo o mundo... de toda parte, até do exterior.*

Eu e o Fernando Lyra, éramos os próximos membros a ingressar na Internacional Socialista, do qual recebi carta de protesto.

Resolvi contudo, enfrentar a situação, especialmente porque na Paraíba, o quadro era exatamente o oposto... as pessoas conhecendo a questão local, sabiam que seria impossível conviver...

Ainda complementando, quanto ao resultado das eleições de 1982, houve um fato curioso: venci a eleição para Senador, como também para Prefeito, da minha cidade natal! Foi a primeira vez que ganhei para Prefeito na minha cidade Souza, e em meio a tantos conflitos... Eram eleições gerais, para Governador, Prefeito. E mais, elegi meu irmão Doca, deputado estadual. Foi uma vitória completa! Minha interpretação, é a de que o povo votou atento as estas circunstâncias todas.

Nesta eleição, havia sublegenda, eram três candidatos pelo meu partido, PDS, três pelo PMDB, e um candidato do PT. O povo votou, seletivamente, especificamente no meu nome. E o que aconteceu? O resultado foi impressionante, tive mais votos do que os outros seis candidatos somados, e tornei-me o Senador mais votado de toda a história política da Paraíba, em todos os tempos, em termos absolutos e relativos, até aquela data! Permaneci no PDS por algum tempo, e com a criação do PFL fui para lá, onde estou até hoje.

Minha convivência no novo quadro partidário, nunca foi normal... e ainda hoje é muito traumática. De certa forma, o resultado adverso que eu tive nas eleições para Senador de 1990, está ligado a isso, pois estive novamente em confronto com Antônio Maris candidato a Senador pelo PMDB. O esquema que me apoiava se dividiu, a mulher do meu candidato a Governador Wilson Braga, Lúcia Braga, já na convenção rompeu comigo. De forma que levou metade do esquema a votar contra mim... Este fato trouxe a derrota.

Esta experiência, é em última análise, fruto de um convívio que nunca foi de muita confiança reciproca, tampouco de entendimento, devido sobretudo o antagonismo de nossas origens .

Esta conclusão revela o quão complexo era seu trato diário na nova agremiação. Deixa também nítido, que tais conflitos são o saldo de gêneses políticas, absolutamente adversas.

À guisa de síntese me aproprio da fala de Amaury Müller: *Os episódios aqui relatados, com vícios e imperfeições, esquecimentos e omissões, poderão ser melhor avaliados quando inseridos no conjunto de outros depoimentos, certamente mais importantes, a fim de que a sociedade brasileira possa analisar e refletir sobre os anos amargos da ditadura militar e, talvez, reagir em tempo hábil diante da desfaçatez, da empáfia e da impostura da proposta neoliberal. Por isso, cabem-me palavras de agradecimento e de congratulações pelo seu generoso empenho de resgatar esse período da história brasileira, história que, aliás, não é nem será escrita pelas elites e tampouco a bico de metralhadora ou a ponta de fuzil. Nós, brasileiros, pobres, analfabetos e doentes em sua maioria, é que escreveremos a verdadeira história desse país.*

5. Construindo Conclusões

Eu conglomero, tu conglomeras, ele conglomera. Evidentemente, em graus e modos que variam de uma atividade a outra, deste para aquele meio ou indivíduo. Pode-se até conglomerar tristezas, se houver identidade entre elas no mesmo círculo de relações. Favelados, retirantes, índios, párias poderão formar conglomerados específicos de miséria. Mesmo não havendo similitude entre componentes, e talvez melhor até não havendo, pois o dicionário ensina que conglomerado é também "amontoado, qualquer coisa composta de materiais ou elementos heterogêneos." E acrescenta que, em acepção geológica ele compõe de fragmentos de rocha de tamanho superior a um grão de areia. Grãos de areia, conglomerai-vos. É a onda. Autêntica. Porém moderadamente, é claro.

Os países que vivem ou viveram sob a égide de ditaduras militares carregam em suas histórias dramas da superação do autoritarismo. Elas bem podem, por outro lado, testemunhar o empenho que os Estados têm, enquanto regimes de força que assumir em face dos grupos que lhes respaldam, cujo saldo seria sempre, o crescimento do Poder Executivo em prejuízo de outros.

A perspectiva "de poder", nesses casos, é elemento que contribui para o Legislativo e Judiciário se tornarem presas fáceis do Executivo. A síntese desse comportamento pode ser traduzida na cooptação que compromete, e complica, a vida "saudável" do Legislativo, fenestrando a relação entre o Estado e a sociedade, através da coerção e do consenso.

Repetindo essa prática, em contexto coerente com os esforços de superação da ditadura, no Brasil, deu-se a aglutinação de Parlamentares que acabou por formular o chamado ***Grupo Autêntico do MDB***. Fruto da circunstância da opressão dos tempos difíceis, Deputados que tinham identidade mínima se juntaram para manifestar desejos que - latentes ou não - estavam presentes na sociedade. Isto é importante pois aí reside a singularidade da façanha de Parlamentares que se dispuseram a ser senhores de uma negociação que merecia ser acelerada.

O referido *Grupo*, não possuía, de início, projeto comum, plano de oposição sistemática e nem era entidade orgânica. Além disso, não mantinha em seus propósitos vínculos definitivos e orgânicos com qualquer estrutura partidária. Apenas resguardavam laços institucionais, mínimos e obrigatórios, com o Partido. Isto pode ser assumido a partir da arregimentação, de membros, que se deu empiricamente

através, até mesmo, da simples observação do comportamento dos Deputados em plenário. Aquele que se revelasse como *verdadeiramente oposicionista* era chamado para compor o *Grupo*. Dessa forma o espontaneísmo e o fato deles se estruturarem em torno de um propósito mais abrangente - que se constituía na medida crescente em que se dava a caracterização da causa - desvinculava a necessidade de um posicionamento ideológico mais detalhado e perene. Foi, pois, fundamental para aquela união a afinidade tecida no momento. Dito de outra forma, pode-se assegurar que foi no diálogo com a oposição que se costuraram interesses, típicos do momento, e que foram mais fortes que as resistências pessoais ou partidárias e que acabaram, por isto, possibilitando a construção do próprio perfil: ***Autêntico***.

Característica marcante da política brasileira, a estratégia do aliancismo, foi adotada pelos *Autênticos*, que provenientes de diferentes correntes ideológicas uniram-se em torno de um objetivo comum: a volta ao Estado Democrático e, esse uma vez alcançado levou ao desmantelamento do *Grupo*, prosseguindo cada qual com o seu projeto particular.

O que torna peculiar a aliança construída pelos *Autênticos* é o fato de que seu objeto era voltado para toda a sociedade, tratava-se da realização de um ideal comungado pelo conjunto da população, abrangendo as várias classes sociais.

A diferença que se apresenta entre esta e outras experiências aliancistas nacionais se mostrou na distinção da práxis política tradicional, em face da generosidade do proposta política que deu origem ao *Grupo dos Autênticos do MDB*.

Interessante observar que os integrantes do *Grupo* eram provenientes de diversas origens sócioeconômicas, preponderando os oriundos do campo, e que em sua maioria, tinha origem humilde. Outro traço comum a quase todos, reside no fato de que, no exercício profissional anterior ao mandato legislativo, eles se dedicaram ao atendimento e à representação dos sindicatos, trabalhadores comuns, perseguidos políticos, independente do qual era a militância profissional. Isto é,

fossem médicos, advogados, engenheiros, suas atuações, no mercado de trabalho, sempre se deram no atendimento a este segmento da população. Desse modo, se constituiu traço que funcionou como denominador comum às personalidades que compuseram o *Grupo*: uma espécie de altruísmo político que se expressava em relação a aspectos político-humanistas, refletidos em um projeto subjacente de uma sociedade mais justa porque potencialmente democrática.

Notadamente, não foi apenas a coragem que os diferenciava do restante do MDB. Vislumbra-se também a alternativa de empate entre a aversão da realidade e o possível projeto utópico de uma sociedade que renasceria das cinzas da ditadura. Pode-se afirmar, em síntese, que a ideologia era manifestada na grandiosidade do ideal político, qualidade que se traduzia na luta pela liberdade da qual estavam proscritas vaidades pessoais e ambições menores.

Esse caráter e matiz ideológico - embora restrito a luta contra a ditadura - emergia das propostas que eles lançavam naquele cenário. A afinidade dessas causas os distinguia. Diferenciava também por ser uma espécie de coro que se afinava para um grito de liberdade. Os outros membros do MDB, sejam os com passado político, como Tancredo e Ulysses Guimarães, ou os que surgiram após o movimento militar, "os pragmáticos" - do qual Orestes Quércia é sua maior expressão - davam como favas contadas a instituição do regime, nas bases propostas pelos militares - na forma da "Constituição" por eles outorgada em 1967, emendada no ano de 1969. Para os *Autênticos* não. A proposta de levar o país para o regime democrático, passava pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, determinante de uma nova ordem democrática, idéia lançada desde os primórdios da existência do *Grupo*, mais precisamente no Seminário do Recife, em 1971. Na realidade o que se instituía era algo mais que uma frente política. A circunstância propunha a elaboração de uma espécie de entidade que recompunha miticamente o Grupo como *negociador*. Nesta linha, cabe supor a evocação do "mito de mercúrio". Como semideuses que se incumbem da divulgação e do comércio de interesses

com fim comum, o *Grupo* emergiu no tempo como um dos pilares da democracia,

Oposto do que pode supor o senso comum, contudo, não cabe restringir o teor do espectro ideológico do *Grupo*. Não foi apenas a questão do retorno à normalidade democrática o fator precípuo à coesão do *Grupo*. Mais que isto, a unidade momentânea impediu divisões que se dariam se fossem preponderantes questões menores que a árdua luta contra o sistema militar. As energias estavam juntadas na denúncia da tragédia do cotidiano de ser brasileiro sob uma ditadura que, gradativamente, se mostrava incompatível com os desejos políticos gerais. O objeto fulcral, pois, era a derrota do regime com o restabelecimento das liberdades democráticas. Naquele instante seria isto que marcaria o conteúdo ideológico do *Grupo*.

Curiosamente, em face dos demais não havia sectarismo explícito. O relacionamento com outros membros do Partido, era singularizado por um esforço feito no sentido de que o *Grupo* fosse aceito, integrado à organicidade do MDB. Novamente reponta o aspecto circunstancial do *Grupo*. Destarte, eram feitas alianças pontuais visando este ou aquele cargo na hierarquia e mesmo na estrutura do Congresso. Por questão de sobrevivência, precisavam de uma certa cumplicidade do Partido, do contrário, tornar-se-iam vulneráveis à ditadura, um quisto, um corpo estranho, e portanto, facilmente extirpável.

A suposta "restrição ideológica", trazia apenas um enfoque estratégico pois o *Grupo*, se compunha de Deputados com posições que abrangiam o trajeto percorrido desde o "centro" até a "esquerda possível". Se não tinham um projeto prévio, possuíam princípios anteriores. O projeto, por fim, se constituía na medida em que se construíram como oposição, forjada definitivamente no Parlamento. A identidade de ação se edificou na convivência regida por uma linha comum: a luta contra a ditadura e a visão da reforma da sociedade.

Outro ponto expressivo remete ao fato do *Grupo* ter consciência que ao participarem do jogo estabelecido pela ditadura, dentro das regras por elas

estipuladas, corriam o risco de verem suas atitudes julgadas como se fossem coonestadores do sistema. Por outro lado, entendiam que a legalidade do MDB, lhes proporcionava meios, ainda que difíceis, de levar a mensagem oposicionista a amplos setores da sociedade. A outra forma de oposição ao regime se configurava na luta armada, que por sua própria forma era impedida de levar a mensagem oposicionista às amplas massas. Além do que, esses últimos, estavam perdendo a guerra da propaganda, pois o governo conseguiu sucesso em caracterizá-los "bandidos comuns".

O estudo sobre o *Grupo* permite iluminar ângulos interessantes da questão. Entre tantos fragmentos curiosos, há um que merece consideração especial: o debate sobre a mitificação acerca de um dos mais importantes negociadores políticos de nossa história, Ulysses Guimarães. Com inequívoca vocação para ser um dos "clássicos" mitos de nossa política, a análise do papel de Ulysses Guimarães merece ser visto como problemática. Se na mitologia geral ele pode ser contemplado como paladino, também movimentou o *Grupo*, só que na direção contrária. Quando do início do *Grupo* seu posicionamento sempre foi o de aguardar os acontecimentos, sem jamais se contrapor ao regime. Tal postura, situava-o entre os "Moderados".

A propósito de Ulysses na passagem do governo de Médici para Geisel, em 1973, os *Autênticos* lançam a idéia de uma anticandidatura cuja função primordial seria usar a mídia e o espaço público para, além de propagandear o ideal oposicionista, denunciar todos os atos arbitrários que galgavam incólumes naquele momento. No desenrolar da campanha da anticandidatura, Ulysses, sempre enigmático, a princípio repeliu porém, ao perceber o apoio popular, adere. Tramou, então para ser lançado "anticandidato", assumindo esta condição sob o compromisso de renunciar no dia da eleição, prosseguiu até o fim com a candidatura, não renuncia, dando assim legitimidade à eleição de Ernesto Geisel em 1974.

Deve-se a luta diuturna dos *Autênticos* contra o regime de exceção, a imagem que o MDB transmitiu a sociedade, colocando-se na condição de canal de expressão

da insatisfação popular com a ditadura. Pela luta dos *Autênticos,* como membros do MDB, principalmente no episódio da anticandidatura, deu ao Partido conotação de oposição efetiva, de resistência ao regime militar. O sinal foi dado: era possível e impostergável a luta contra o regime. Foi a partir daí, e da eleição legislativa de 1974, revestida de caráter plebiscitario e vencida pelo MDB, que a sociedade passou a se organizar buscando a volta do Estado de Direito. Dá-se aí o início dos movimentos de massas, diga-se de estudantes, trabalhadores, classe média, culminando com a campanha da anistia e pelas eleições diretas para Presidente da República. Pode-se dizer, a grosso modo, que o *Grupo* foi o ápice de um processo histórico de oposição emblemado por um MDB que se fez a antítese do autoritarismo. Como pedreiros de uma nova ordem, esses políticos deixaram seus nomes como artífices do momento de quebra entre a ditadura e a democracia vindoura.

A presente tese pretendeu tratar da História Oral de Vida de políticos que exerceram seus mandatos num período adverso, e que com imoderada coragem contrapuseram-se ao arbítrio, fazendo da derrocada, o único elo que os unia.

Restabelecidas *liberdades democráticas,* com elas veio o pluripartidarismo, momento em que os membros do *Grupo* passaram a engrossar as agremiações que melhor se adequassem aos seus projetos de sociedade, enfim, que representasse a sua ideologia. As diferenças antes encobertas floresceram com a abertura do regime. A vitória do *Grupo Autêntico* coincidiu com o crepúsculo, pois estava cumprida sua missão!

Reavaliar o significado dos *Autênticos* eqüivale contextualizar seu desempenho em outro momento histórico. Vale pensar que aquele esforço se deu como um dos últimos exemplos de um programa político-social de uma fase do Brasil. Alcançadas as liberdades democráticas, o *Grupo* enquanto entidade esmoreceu porque, além da circunstância, seus integrantes não possuíam uma sólida comunidade de destino.

Cabe lembrar, que os depoimentos dimensionam a melhor versão para aquele

momento. A voz viva que se constrói a cada passo com as entrevistas, anula a visão oficial e, por outro lado não se constitue em um monocorde totalitário pois, qualquer forma de ouvir ou falar será sempre um recorte que se ajusta aos demais. No momento dos encontros para as gravações realizou-se a plenitude da narrativa que permitiu fazer do "colaborador" um protagonista privilegiado, dono de uma verdade que reina em si. O conjunto das entrevistas revela a força do momento e a afinação de seus integrantes. Passado o momento do conto, o isolamento individual mostrou o destino dos políticos que lutavam por seus projetos pessoais.

O grande patrimônio do MDB, expresso pela imagem de oposição efetiva, como instrumento da sociedade em resistência à ditadura, foi construída pela militância dos *"Autênticos"*. Todavia, este legado, com a redemocratização do país, foi parar nas mãos dos "Moderados" como Thales Ramalho, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, sem falar naqueles que aderiram ao Partido na "abertura política", os chamados "Fisiológicos". A eles coube desfrutar do patrimônio construído pelo *Grupo* dos *Autênticos*.

Busquei de início usar o texto de Carlos Drummond de Andrade como epígrafe dos capítulos. Na conclusão unifico os fragmentos para recompor o verso. Mais que isto, valho-me dele para, duplamente expressar admirações, aos *Autênticos*, bem como ao poeta que, precocemente, soube ler a epopéia do *Grupo*.

Carlos Drummond de Andrade

"Palavras"

Eis senão quando, ressuscita a palavra autêntico. Era o uso entre intelectuais da Zona Sul, em saudosos longe. Pintores, cineastas, poetas classificavam-se em autênticos e inautênticos, esses em maioria, segundo critério subjetivo, que permitia atribuir ou cassar autenticidade no espaço entre dois chopes. Dodô acordava autêntico cem por cento, ia muito bem até o almoço, declinava, recuperava-se, perdia totalmente essa qualidade à hora em que se processava a última classificação nos bares da madrugada. Alguns autênticos se demitiam espontaneamente,

preferindo liberdade e prazer, era tão duro ser autêntico! Outros, raros, mantinham-se integrais, inamolgáveis, perenes: em geral viviam fora do Rio ou eram falecidos. Os heróis.

Passou. As palavras costumam passar mais rápidas que os engenhos russos e americanos caçadores de informações no espaço estrelado. E não voltam.

Chega a vez de outras, que pedem licença, um sorriso, uma curvatura, uma cambalhota, e adeus. Somem nos dicionários. Porém autêntico hibernou aparas. Aí está de volta, na pele de uma corrente do MDB, que pretende movimentar o Partido e conquistar-lhe o comando. Para que o Partido de Oposição se torne, realmente, Partido de Oposição.

Aí, ocorre perguntar: os autênticos são sonhadores? Pois há quem diga que autenticidade verdadeira, só em sonho, quando de desprendem as amarras da convivência, da prudência, do realismo, do vê lá rapaz em que é que isso vai dar. Em sonho, vive-se com plenitude. No chão cotidiano, e acordado, a coisa sofre limitação. Por isso mesmo, a outra ala do Partido, a que pisa no chão e evita as pedras do caminho, poderia reclamar: Autênticos?

Nós é que somos autênticos, genuínos, frutos ajustados a natureza do terreno, do adubo e da árvore...

Mas tão autênticos são, que preferem chamar-se moderados. Esta palavra não é nova. É de todos os tempos, parte de um vocabulário que vigora mesmo a beira dos vulcões e faz com que só um Silva Jardim seja engolido: os outros mil escapam.

Emergindo da área política, o autêntico volta adquirir certa cotação na vida comum. Ontem à noite, ouvi uma jovem perguntar ao rapaz: "Mas você é autêntico mesmo, ou é cascata?" "Em que sentido?" retrucou ele, sondando a barra. "Ora, você sabe muito bem por que é que eu estou perguntando; vai ver que é moderado..." e sorriu, irônica. Não ouvi o resto da conversa; preferi meditar sôbre o leque de sentidos que a palavra comporta.

Outra que vem com força total, depois que Valter e Amador juntaram seus trapinhos (de ouro) e conglomerados. Todo mundo querendo formar conglomerados. Os grandes bancos baixaram de grandeza com a fusão daqueles dois, e querem recuperar-se tornando-se ainda maiores do que antes, rivais do colosso por meio de aglomeração. O Estado do Rio, segundo se comentava no aerobarco, volta a querer conglomerar-se com a Guanabara. Se a ARENA e o MDB aplicassem o princípio de conglomeralidade, não se fariam muito autênticos, sob o princípio geral de moderação?

Nas relações humanas, a mesma tendência entra em dinamização X., conhecido por sua inclinação para o regime acumulativo, explica por que costuma circular a noite com três namoradas nos flancos: "Não tem nada de mais, formarmos um pequeno conglomerado." "Mas dizem por aí que você vai se ligar ao conglomerado do Y., de quatro garotas. Correto?" "Bem a fusão está em pauta. Mas não espalha."

Natural que também as mulheres pretendam constituir seus conglomerados, passando a administrar paritariamente seus impérios masculinos e outros. Não serei eu que conteste qualquer manifestação vanguardista do Women's Lib à luz de novas diretrizes econômicas: concentração e unidade.

Eu conglomero, tu conglomeras, ele conglomera. Evidentemente, em graus e modos que variam de uma atividade a outra, deste para aquele meio ou indivíduo. Pode-se até conglomerar tristezas, se houver identidade entre elas no mesmo círculo de relações. Favelados, retirantes, índios, párias poderão formar conglomerados específicos de miséria. Mesmo não havendo similitude entre componentes, e talvez melhor até não havendo, pois o dicionário ensina que conglomerado é também "amontoado, qualquer coisa composta de materiais ou elementos heterogêneos." E acrescenta que, em acepção geológica ele compõe de fragmentos de rocha de tamanho superior a um grão de areia. Grãos de areia, conglomerai-vos. É a onda. Autêntica. Porém moderadamente, é claro.

JORNAL DO BRASIL - CADERNO B - RIO DE JANEIRO, quinta-feira, 16 de março de 1972 - página 8.

Anexo I: Discurso da Anticandidatura

"Devolvemos nosso voto ao grande ausente; o povo brasileiro, cuja vontade afastada do processo, deveria ser fonte de todo poder.

Recusando participar com o voto desta eleição, não temos a preocupação de ato heróico.

Sabemos que a história é, principalmente, a crônica dos gestos de resistência daqueles que souberam se firmar através do tempo, mesmo porque ela não se faz de concessões e capitulações.

Assim, a Nação não esquece os contestadores de todas as épocas: os heróis da Inconfidência Mineira; os defensores da Abolição; os artífices da República; os tenentes de 22 e 24; os revolucionários de 30; os constitucionalistas de 33; os mineiros de 43; os legalistas de 46; os anti AI-5 de 68.

Fiéis ao programa partidário que condena a eleição indireta, admitimos a candidatura própria tão somente com o objetivo de alargar a precária faixa de comunicação, tentando assim, reatar o diálogo com o povo brasileiro.

Em nenhum momento compreenderíamos que o anticandidato e o contestante se convertessem em candidatos.

Procuramos exercer nosso mandato coerente com as tradições democráticas do povo brasileiro, e cada dia mais comprometidos com os temas nacionais que são a fundamentação de uma grande luta de homens de todas as crenças e latitudes.

E assim nos encontramos com a própria consciência, quando reclamamos o restabelecimento das garantias democráticas e a prevalência dos princípios universais

consagrados na Carta dos Direitos Humanos que o mundo subscreveu, juntamente com o Brasil, logo após a 2ª Grande Guerra, quando os povos se definiram no campo de batalha contra o nazi-fascismo, erguendo aos céus as esperanças de um mundo melhor e mais fraterno.

Igualmente nos encontramos conosco mesmo, quando fizemos nossas as angústias da massa trabalhadora do país, sufocada pela alta não confessada do custo de vida e pelo garroteamento da liberdade e da autonomia sindicais.

Também nos reencontramos com os estudantes na sua justa revolta contra o 477, ou com a Justiça, quando defendemos a intangibilidade das decisões judiciais, ou, ainda, quando, ao lado do empresariado nacional, denunciamos a desnacionalização progressiva de nossa economia.

Não nos contentaríamos, hoje, este privilegiado colégio de eleitores se reúne, em apenas renovar essas posições e reproduzir nossas angustias.

Por isso é que o gesto de nossa recusa ao voto homologatório deste colégio se constitue na expressão de inconformidade dos que não votam, dos que não escolhem, dos que não decidem e até dos que não podem falar.

É possível que as interpretações ligeiras e a análise condicionada de nossa posição às contingências do momento em que vivemos não sejam capazes de mostrar o amplo ângulo de perspectiva de nossa atitude, assumida perante e nação e a história, mas os homens públicos não se engrandecem pela soma aritmética de suas presenças, e sim pela capacidade de refletir as angústias e as esperanças do povo, em cada época.

O Brasil de hoje, que vive no silêncio das fábricas, dos escritórios, das escolas, das igrejas, nos compreenderá, e a Pátria de amanhã poderá fazer justiça aos poucos que assumiram o risco de juntar à voz de seu protesto o seu gesto de inconformidade.

Brasília, 15 de janeiro de 1974. Lysâneas Maciel - Freitas Nobre - Freitas Diniz - Marcos Freire - Fernando Cunha - Getúlio Dias - Jerônimo Santana - João Borges - José Santilli Sobrinho - Marcondes Gadelha - Paes de Andrade - Francisco Amaral - JG de Araujo Jorge - Amaury Müller - Jayson Barreto - Eloy Lenzi - Alencar Furtado - Walter Silva - Severo Eulálio - Álvaro Lins - Fernando Lyra - Nadyr Rossetti - Francisco Pinto.

Fonte: Paes de Andrade - Itinerário da Violência - Paz e Terra - 1978 - RJ

Anexo II: Discurso "Basta" (30-03-1976) - Lysâneas Maciel

Nas cassações de ontem, a desmoralização rotina que se pretende infligir a todo um povo, há que alertar este Parlamento para o seguinte: As medidas ostensivas e veladas demonstram que não podemos ser Parlamentares e muito menos oposição. E esta é mais uma tentativa de nos transformar em objetos inertes acovardados não apenas frente ao governo, mas, também, frente ao povo, nosso real compromisso.

O recrudescimento das medidas arbitrárias não é acidental nem visa apenas nossos bravos companheiros do Rio Grande do Sul Nadyr Rosseti e Amaury Müller.

Pretende-se dentro deste clima de opressão, de violência e de arbítrio reduzir a situação política do País à expressão de um partido hegemônico que coopta o governo militar e uma oposição manipulável e comprometida a um ponto insuportável de subserviência e medo.

Não serve aqui, nestes poucos minutos, analisar o comportamento da ARENA, cômodo de serventia eventual do sistema. Também nos abstraímos do doloroso processo de sopesar as trêfegas atitudes de seu líder. Os "homens-palha" - como os pelegos do sindicato - têm a importância que se lhes dão.

Na democrática conjuntura em que vivemos, estes atos deixam claro e evidente que o sistema, após a utilização por mais de doze anos do mecanismo repressor mais bárbaro da história deste País, confessa, às vésperas das eleições, que a força é a única maneira de se manter no poder. E confessa mais de sua incompetência no combate à subversão e à corrupção, esta última praticada às escâncaras, pois os parlamentares que as denunciam são enquadrados nas leis de segurança nacional, como o recente escândalo da compra de terrenos em São Paulo; o buritigate; a ponte Rio-Niterói; os escândalos no INPS; o desvio de 10 milhões de dólares na Bahia; salários

escandalosos pagos na Petrobrás, Eletrobrás e outros órgãos; o escândalo do projeto Carajás, etc., etc..

O mais doloroso e grave, senhores deputados, não são as cassações, todavia. É que com elas estamos nos acostumando. Estamos nos acostumando com a falta de liberdade. Estamos nos acostumando com a censura de baixo nível que impede até a exibição de ballets artísticos (Bolshoi). Estamos nos acostumando com o desaparecimento de brasileiros, sua tortura, sua morte presumida; homens que não se conformaram com a injustiça e colocaram seu talento e suas vidas a serviço de seus compatriotas. Estamos nos acostumando até com proclamação de colegas deste Parlamento que se comprazem em confessar que os indigitados chefes do esquadrão da morte, ocupando postos oficiais, são responsáveis pela eliminação física de diversos inimigos do sistema.

Este parlamento, que tem até torturadores entre seus pares, não se sente culpado ante a destruição de inumeráveis pessoas, aniquiladas pelas calúnias e as infâmias dos delatores agasalhados pelos próprios órgãos de segurança.

Este Congresso aceita tranqüilamente o fato de que neste momento, pelo menos cinco ex-parlamentares estejam sendo mortos e torturados. Ninguém mais duvida, em sã consciência, do desrespeito sistemático dos direitos humanos neste País, mas este parlamento tem titubeado por um período demasiadamente longo em relação a uma ação definida no sentido de conter a opressão e auxiliar os oprimidos.

Estamos nos esquecendo, enfim, de que o maior perigo em relação aos regimes excepcionais e a falta de liberdade é se acostumar com eles. Não há, todavia, como se iludir, senhores deputados: fora do terror de repressão não há possibilidade de se manter hoje em dia um regime estático, sacralizado e injusto. E na verdade estamos despreparados, pela nossa formação, para analisar a verdadeira origem do terros, dos atos de desespero e até dos gritos de angústia descontrolados.

Não vislumbramos, pelo nosso medo, pela nossa omissão, que a origem do terror e a atitude desesperada dos oprimidos, se identificam com a opressão e com o medo e as ameaças oficializadas.

Invoca-se, freqüentemente, que a restauração da vida democrática, dos direitos e das

garantias individuais e coletivas dependem do "sistema". Mas se a oposição não lutar, a pretexto de falta de condições de modificar o contexto social e político, a curto prazo estará fortalecendo a implantação de um regime fascista.

Para o "sistema" - é preciso repetir - o crescimento do MDB não deve alterar em nada sua função e observa-se que esse forem controle vem sendo mantido inclusive nestas últimas cassações.

A cada aceno de "normalização" temos atitudes correspondentes de ameaças e sufocação. E o MDB, absorvendo o esquema proposto pelo sistema, torna-se culpável de assistir - normalmente emite notas incisivas e inconseqüentes - o emprego arbitrário de força bruta, a opressão institucionalizada.

Não temos coragem de incluir, em nossas críticas, membros das Forças Armadas espalhadas em todos os órgãos da administração pública e privada. E não o fazemos não porque julguemos que os militares sejam mais honestos ou capazes que os civis. Contemplar mudos o assalto consentido de nossas riquezas, a exploração infligida aos trabalhadores, o enriquecimento progressivo dos mais ricos e a corrupção que hoje é uma constante em quase todos os escalões da vida pública. Não o fazemos, senhores deputados, porque temos medo e isto faz-nos.

A luta pelos verdadeiros interesses nacionais tem ainda outra característica. Ela não apenas requer grandes esforços e riscos da parte daqueles que nela se envolvem, mas é uma luta que não é levada a efeito no vácuo.

Os exploradores, os oprimidos e os injustiçados ao se envolverem na luta pela própria libertação e desenvolvimento estarão em confrontação com expressões muito concretas de poder. Portanto, os cassados de hoje, os cassados de amanhã, têm que se conscientizar de que os esforços próprios, e de seu partido, no sentido de uma melhor justiça social, trazem uma discussão sobre as diversas facetas do poder do qual não pode ser excluído o poder militar e suas eventuais deformações.

O MDB, em suas omissões, está praticamente condenando toda uma geração a conviver com atitudes totalitárias.

Hoje, premidos pelas circunstancias em que nos encontramos - simulacro de parlamentares - existimos apenas para homologar aquilo que nos manda o poder estabelecido.

Quando muito pedimos ao povo paciência, bandeira dos que desejam permanecer no poder - e que é sempre exigida pelas camadas que se encontram ligadas à ordem. Esquecemo-nos que viemos representar um povo pobre, espoliado e sofrido e que por isso mesmo tem pressa.

Perdemos nossas funções reais e nos transformamos, em nome de uma aparente respeitabilidade, em meros apêndices do Executivo. Mas como o mundo tem mudado, o Brasil mudará também.

Tenho repetido, que por minha formação prefiro que esta mudança se faça pelo consenso pacífico entre brasileiros de diversas tendências. Mas, tenho fundados receios, em relação aos homens quando se locupletam no poder e não têm que prestar contas de suas atitudes.

A repressão e as cassações em defesa da "ordem" hoje não mais convencem ninguém. Ou será que nos esquecemos de que esta "ordem" é construção social de um grupo e se cada maioria, ou pretensa maioria, se julgar no direito de "suprimir" a contestação à sua "ordem", o problema político jamais encontrará solução?

Temos convicção de que as deformações na busca da ordem, e mesmo do desenvolvimento, nos obrigam a aceitar um sociedade injusta, que suprime as liberdades individuais em todas as graduações.

O homem é ou não é livre. Qualquer tipo de limitação avilta a personalidade e principalmente a personalidade do Parlamentar.

Por outro lado, sabemos que a paz política está sendo adulterada por determinados grupos.

Não é difícil perceber, quais as intenções obscuras atrás de cada investida repressora.

Estamos quase que inermes diante destes grupos que manipulam o poder. E sabemos que estes grupos podem cassar, podem torturar, podem até matar, mas não podem afastar dois elementos inarredáveis da história política de qualquer povo:

O tempo e a história.

Fonte: Paes de Andrade - Itinerário da Violência - Paz e Terra - 1978 - RJ

Bibliografia

• ALBERTI, Verena. *História Oral: A experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV-1989

História Oral e Multidisciplinariedade. Rio de Janeiro, Diadorim-1994

• ANDRADE, Carlos Drummond. *Amar se aprende amando*. Rio de Janeiro, José Olympio-1985

As Impurezas do Branco. Rio de Janeiro, José Olympio-1976

Contos de um Aprendiz. Rio de Janeiro, José Olympio-1976

Reuniões. Rio de Janeiro, José Olympio-1973

• ARDUINI, Juvenal. *Destinação Antropológica*. São Paulo, Paulinas-1989

• ATAYDE, Yara D. B. de. *Decifra-me ou Devoro-te. História Oral de Vida dos Meninos de Rua de Salvador*. São Paulo, Loyola-1993

• ÁVILA, C.R.A. *Televisão: Participação Estrangeira na TV do Brasil*. São Paulo, Cortez -1982

• BARRETO, Jaison. *O Significado do Pensar. Brasília*, Senado Federal, Centro Gráfico-1981

• BARTHES, R. *A Análise Estrutural da Narrativa*. Petrópolis, Vozes-1976 - 4ª edição

Mitologias. São Paulo, Difel-1982

• BENJAMIM, W. *OBRAS ESCOLHIDAS. Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo, Brasiliense-1985

• BRUGAT, D.P. *Los Niños de Morellia*. México, Instituto Nacional de Antropologia e História-1985

• CAMPOS, H. *Da Tradução como Criação e como Crítica*. São Paulo, Cultrix-1976

Metalinguagem. São Paulo, Cultrix-1976

• CLIFFORD, G. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar-1978

• CLIFFORD, M. MARCUS, G. *Writting Culture*. Los Angeles, University of California Press-1986

• COELHO, E. *Em Busca da Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro, Forense Universitária - 1976

• DELEUZE, G. *A Diferença e Repetição*. São Paulo, Graal-1988

• DINES, A. *Os Idos de Março e a Queda de Abril*. Rio de Janeiro, José Alvaro-1964

• DREIFFUSS, R.A. *1964: A Conquista do Estado, Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, Vozes-1981

• DULLES, J.W.F. *Castelo Branco: The Making of a Brazilian President*. New York, Columbia University Press-1978

• FON, A.C. *História da Repressão Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra-1981

• FREIRE, M. *Oposição no Brasil Hoje*. Rio de Janeiro, Paz e Terra-1976

• FURTADO, A. *Salgando a Terra*. Rio de Janeiro, Paz e Terra-1977

Órfãos do Talvez. Curitiba, Beija Flor-1979

• GALLIAN, D.M.C. *Pedaços da Guerra - História Oral de Vida dos Tobarrenhos*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH-USP-1992

• GATTAZ, A. *História Oral da Imigração Espanhola: Centro Democrático Espanhol, São Paulo 1932-1975*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH-USP-1993

• GORENDER, J. *Combate nas Trevas*. São Paulo, Ática-1987

• HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice-1990

• HOPPLE, G.W. and B.B.WATSON. *The Military Intelligence Community*. Boulder, Colorado, Westview Press-1985

• HUNTINGTOM, S.P. *Political Order in Changing Societies*. New Haven, Yale University Press-1968

• IANNI, O. *O Ciclo da Revolução Burguesa*. Petrópolis, Vozes-1985

• JOUTARD, P. *Esas Voces Que Nos Llegan Del Passado*. Mexico, Fondo Cultura Economica-1986

• KENSKI, V.M. *O Fascínio do Opinião*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Educação da UNICAMP-1990

• KINZO, M.D. *Oposição e Autoritarismo - Gênese e Trajetória do MDB - 1966/1979*. São Paulo, IDESP/Vértice-1989

• KUCINSKY, B. *Abertura a História de uma Crise*. São Paulo, Brasil Debates-1982

• LEVER, J. *Soccer Madness*. Chicago, University of Chicago Press-1983

• LANGNESS, L.L. AND FRANK, G. *Lives an Antropological Approach to Biografy*. California, Chadler & Sharp Publishers-1981

• LEVINE, R. e MEIHY, J.C.S.B. *Cinderela Negra: A Saga de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro, UFRJ Editora-1995

• LUMMIS, T. *Listening to History*. New Jersey, Barnes & Noble Books-1987

• MEIHY, J. C. S. BOM *A Colônia Brasilianist*. São Paulo, Nova Stella-1990

Canto de Morte Kaiowá. São Paulo, Loyola-1991

Manual de História Oral . São Paulo, Loyola-1996

(Re)introduzindo História Oral no Brasil (org.). FFLCH/História/USP-1996

• MORAES, M. (org.) *História Oral*. Rio de Janeiro, Diadorim/FINEP-1994

Entre-vistas: Abordagens e Usos de História Oral. Rio de Janeiro, FGV-1994

• MOREIRA ALVES, M.H. *Estado e Oposição no Brasil (1964/1984)*. Petrópolis,Vozes -1988

• MOREIRA ALVES, MÁRCIO *A Grain of Mustard Seed : The Awakening of Brazilian Revolution*. New York, Doubleday Anchor Press-1973

• MOREL, E. *O Golpe Começou em Washington*. São Paulo, Brasiliense-1965

• MONTENEGRO, A.T. *História Oral e Memória - A Cultura Popular Revisitada*. São Paulo, Contexto-1992

• NAFFAH NETO, A. *Poder Vida e Morte na Situação de Tortura*. São Paulo, HUCITEC-1987

• NEVINS, A. *The Gateway To History*. Boston, Appleton Century-1938

• PAES DE ANDRADE, A. *O Itinerário da Violência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra-1978

• PARANAGUÁ, E. *A Barraca do Formigueiro*. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico-1978

• PASSERINI, L. *Facism in Popular Memory*. Cambridge, CambridgeUniversity Press -1987

• PATAI, D. *Brazilian Women Speak*. New Brunswick, Rutgers University Press-1987

• PIERCE, R. M. *Keeping the Flame a Government in Latin America*. New York, Hasting House-1979

• PORTELLI, A. *The Death of Luigi Trastulli and Other Stories*. New York, S.U.N.Y. Press-1991

• PROJETO "BRASIL NUNCA MAIS" Tomo III *Perfil dos Atingidos*. Petrópolis, Vozes -1987

• PURCE, R.M. *Keeping the Flame and Government in Latin America*. New York, Hasting House-1979

• QUEIROZ, M.I.P. *Variações Sobre Técnica de Gravador no Registro de Informação Viva*. São Paulo CERU/USP-1983

• SAMUEL, R. THOMPSON, P. (ED) *The Myths We Live By*. London Routledge-1990

• SCHNEIDER, R.M. *The Political System of Brazil-Emergence of Modernizing "Authoritarian Regime" 1964/1970*. New York, Columbia University Press-1971

• SELCHER, W.A. *Brazil's Multilateral Relations : Between First and Third Worlds*. Boulder, Colorado, Westview Press-1978

• SILVA, W. *Atuação Parlamentar 1972/1982*. Campos, R.J., Damadá Editora-1983

• SKIDMORE, T. *Brasil de Castelo a Tancredo*. Tradução Mario Salviano Silva-Rio de Janeiro, Paz e Terra-1988

• STEPAN, A. *The Military in Politics Changing in Patterns in Brasil*. Princeton, Princeton University Press-1971

Os Militares na Politica. Rio de Janeiro, Arte Nova - 1975

• STUMPF, A.G. e M. PEREIRA Fº *A Segunda Guerra: Sucessão de Geisel*. São Paulo, Brasiliense - 1979

• THOMPSON, P. *A Voz do Passado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra - 1992

Our common history. the transformation of Europe. London, Ploto-1982

• TONKIN, E. *Narrating our Pasts: The Social Construction of Oral History*. Cambridge, Cambridge University Press - 1992

• VANSINA, J. *Oral Tradition as History*. Madison, University of Wisconsin Press - 1985

• VELASCO e Cruz, S. e MARTINS, C.E. *De Castelo a Figueiredo: Uma Incursão na Pré História da "Abertura"*. São Paulo, Brasiliense - 1983

• VENTURA, Z. 1968, *O Ano que não Terminou*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira - 1988

• VIEIRA, E. *Estado e Miséria no Brasil de Getúlio a Castelo*. São Paulo, Cortez -1987

• VITA, A. *Sociologia da Sociedade Brasileira*. São Paulo, Ática -1989

• VON SIMON, O.M. *(organização e introdução) Experimentos com Histórias de Vida*. São Paulo, Vértice-1989

Ana Beatriz Nader

Juntando os Fragmentos do Discurso Político Nacional:

História Oral de Vida do Grupo

"Autêntico do M.D.B."

Volume 2

Ga8259

- 1997 -

UNIDADE BC
N.º CHAMADA:
T/UNICAMP
N125j
V. 02 Ex.
TOMBO BC/ 31083
PROC. 281/97
C [ ] D [X]
PREÇO R$ 11,00
DATA 15/07/97
N.º CPD 00000941129

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP

N125j

Nader, Ana Beatriz.
Juntando os fragmentos do discurso político nacional : história oral de vida do "Grupo Autêntico do MDB / Ana Beatriz Nader. -- Campinas, SP : [s.n.], 1997.

Orientador : José Carlos Sebe Bom Meihy.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Movimento Democrático Brasileiro. 2. Ditadura. 3. História oral. 4. Ciência política. 5. Partidos políticos - Brasil. I. Sebe, José Carlos, 1943 - II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Índice

Alencar Furtado 02

Amaury Müller 27

Eloy Lenzi 42

Fernando Cunha 52

Fernando Lyra 75

Francisco Amaral 91

Francisco Pinto 105

Freitas Diniz 178

Getúlio Dias 227

Jaison Barreto 239

Jerônimo Santana 264

Lysâneas Maciel 285

Marcondes Gadelha 301

Nadyr Rossetti 331

Paes de Andrade 347

Santilli Sobrinho 359

Walter Silva 374

Alencar Furtado

(José de Alencar Furtado)

Nascimento: 11 de agosto de 1925, Araripe, Ceará

Pais: Vicente Alencar Barbosa e Maria Furtado Alencar

Formação: Advogado - Faculdade de Direito do Ceará, Fortaleza, 1950

Cônjuge: Miriã Cavalcanti Alencar

Filhas: Thaís, Stäel, Dionée

"Vale a pena lutar, especialmente
se o combustível é o ideal..."

Brasília, 2 de março de 1995.

Ministério da Agricultura - Gabinete do Ministro

Sou paranaense, nascido no Ceará, em uma cidade pequena, no pé da serra do Araripe, e que também leva este nome. Sou conterrâneo do Miguel Arraes. por sinal, um dia desses, eu dizia, brincando, que nossa cidade é muito pequena, tem apenas uma rua... mas teve dois cassados: eu e ele.

Meus pais, Vicente Alencar Barbosa e Maria Furtado Alencar já são falecidos. Papai era agricultor, e mamãe foi escrivã da coletoria de Araripe, mas, com a vida de casada, tornou-se dona-de-casa. Dona Dilosa, como a chamavam, era uma santa mãe, uma beleza de mãe. Tínhamos uma vida de classe média...

Os irmãos foram quatorze, uma parte por obra e graça do "Padinho" Padre Cícero. Éramos quatro mulheres e dez homens... três nasceram e logo morreram. Destes, hoje somos oito. Naquele tempo, a medicina não havia chegado ainda no Araripe; e o primeiro filho da minha mãe nasceu morto. Na segunda gestação, preocupados demais, após muito sofrimento, ela procurou Crato, uma cidade mais evoluída, com médicos, hospitais, quando se submeteu a um tratamento grande... e o segundo também nasceu morto. Estabeleceu-se o pânico, e na terceira gestação, o meu pai levou-a para Fortaleza, onde passou por uma junta médica, e nasceu morto o terceiro filho também. A desesperança em casa, nesse particular, era absoluta, meus pais viviam um desalento muito grande e a frustração maior ainda. Porém, mantinham-se esperançosos de ter filhos, e minha mãe teve a quarta gestação... era eu que vinha nas cargas, mas sem esperança... Mamãe, nessa gestação, estava com bastante fé, coitada, era muito religiosa; contudo não acreditava mais que a Medicina pudesse dar conta do recado

devido às três gestações anteriores que não tiveram sucesso.

Meu pai lembrou-se de Padre Cícero Romão Batista e levou minha mãe até ele. Estou contando essa passagem porque, lá em casa, eu parecia ser Santo de Oratório. Veja, como a fé é uma coisa extraordinária, atribuo esse fato à crença religiosa! Chegando lá, o Padre Cícero, viu a barriga da minha mãe e disse: "Isto não é nada...tome, em jejum, água de quinaquina, e vai nascer um homem"... E, no dia 11 de agosto de 1925, na cidade de Araripe, foi registrado José Alencar Furtado, e aqui estou eu...

Fui estudante na Faculdade de Direito do Ceará, atualmente Universidade Federal do Ceará, participei de lutas acadêmicas na cidade de Fortaleza, quando da campanha de 1945, e de maneira bastante ativa...

Eu e minha esposa Miriã nos formamos juntos em 1950, éramos colegas de turma, e no ano de 1952, chegávamos ao noroeste do Paraná, mais precisamente na cidade de Paranavaí, uma civilização ainda embrutecida, mas muito promissora, onde advogados não existiam. Fui para lá na esperança de dedicar-me à advocacia, e o fiz cerca de vinte anos, advoguei diuturnamente... No interior é difícil trabalhar como especialista, pois se corre o risco de não se firmar como advogado. Caso um cliente chegasse ao meu escritório e eu lhe dissesse que minha especialidade não era aquela, ele diria: "Esse cara não sabe nada". Desse modo, dedicava-me à "clínica geral", entretanto trabalhei muito com a área criminal, tenho um acervo com mais de duzentos júris populares... Enfim, advoguei muito e acredito que foi uma das melhores fases de minha vida, porquanto me realizei profissionalmente.

Um belo dia, oito prefeitos da região sugeriram que eu lançasse minha candidatura a deputado estadual. Não aceitei... isso foi numa época, não lembro a data certa... convidaram-me, mas não aceitei. Insistiram, fizeram uma luta muito grande, argumentavam que eu não gastaria nada, na ocasião as campanhas eram assim de mão beijada... mas não quis!

Nesse interregno, veio a ditadura. Aí, me animei a lutar contra ela, como passei a minha vida toda estudando Direito, sentia-me violentado pelas barbaridades praticadas e pelo arbítrio que campeava. Avaliei também, que seria um instante muito bom para a minha formação e minha vida interior, sobretudo. Concorri, fui eleito deputado estadual, cumpri o

mandato, e em 1970, elegi-me deputado federal.

Esses são os dados até a minha chegada, aqui, em Brasília, em 1971, como deputado federal.

Nosso líder do MDB era Pedroso Horta, por sinal uma figura das mais incríveis que já conheci e, hoje, anda esquecido, injustiçado, ignorado! Este homem possuía um valor inestimável e eu tive a honra de ser um de seus vice-líderes. Interessante é que eu não estava nem aqui, em Brasília, quando fui escolhido para essa função. Encontrava-me com Miriã, hospitalizada em São Paulo, e o período de sua convalescência coincidiu com a posse. Creio que isso ocorreu porque alguns amigos, através de algumas referências, fizeram com que o Dr. Pedroso tivesse me honrado com essa indicação.

Fiquei como um dos vice-líderes do Pedroso Horta, bem como o Marcos Freire, o Fernando Lyra, e vários outros... A questão da vice-liderança funciona de modo que cada líder tem um número determinado de vice-líderes, em regra pelo número dos congruentes da bancada, há um cálculo referencial a elas. Quando fui eleito líder da bancada, eram quatorze vice-líderes.

Pois bem, ao chegar à Câmara dos Deputados, conheci o Chico Pinto... uma grande figura de homem público que, ainda hoje, deveria ser melhor aproveitado. Ele é, a meu ver, uma figura ímpar! Chico passou logo nos primeiros dias a articular as áreas mais afinadas politicamente, sobretudo as mais evoluídas e progressistas. Fui um dos contatados... Feita essa articulação, principalmente com Chico Pinto, o Grupo passou a organizar-se, a atuar harmoniosamente. Não era fácil, na época da ditadura, enfrentar a prepotência do governo, o AI-5, ou denunciar torturas praticadas, poucos faziam isto... muito poucos.

Nosso Grupo Autêntico considerava que deveria mudar a história do país e mudamos, porque queríamos ser deputados e fomos! A grande maioria dos componentes da Câmara Federal sequer exercia o mandato, apenas homologava o que vinha do ditador; e os outros se omitiam... A concepção que eu tinha e ainda tenho do Grupo Autêntico é que ele consubstanciava a única possibilidade de oposição existente durante o tempo da ditadura no Congresso Nacional. Digo isso com muita serenidade.

Constituíamos uma oposição que lutava em vários frontes, havendo contra nós o chamado "sisteminha" que era o MDB e o "sistemão", a própria ditadura. A maioria do partido, internamente, não concordava com o nosso comportamento, ao contrário, insurgia-se e lutava contra nós, combatendo-nos... A ditadura, então, nem se fala!

Na rua, abrimos outros espaços junto a sindicatos, a estudantes, universidades para que pudéssemos expandir nossa pregação lá fora também. Éramos isolados pela mídia, ou seja, apenas publicavam uma ou outra pequena notícia sobre nossa atuação. Era uma luta muito desigual.

Havia, entretanto, um processo de doação quase voluntária, eu diria generoso, porque nesse ato se arriscava liberdade e vida! Apesar dessa diversidade toda cercando-nos, havia também um prazer extraordinário! Para mim, o melhor período da vida, em termos de realização, foi o período da ditadura! Interiormente nos sentíamos com um bem-estar formidável, sobretudo porque era uma luta muito consciente, muito total... de doação plena, por causas, teses, ideário dos quais acreditávamos. Não se tratava de luta vã, eventual, e sim de uma luta conseqüente. Sabíamos que era difícil andar, caminhar, porque estávamos cercados de todos os lados... muito sofrimento, cassações, torturas, exílios, assassinatos... Um quadro politicamente dantesco que nos oprimia e nos desgastava demais, tornando o nosso dia-a-dia, violentamente estressante. Quando não estávamos submetidos à perseguição pessoal, era com nossos companheiros, com nossos amigos...

Passamos a ser reconhecidos, identificados, também fora do Congresso Nacional. Chamavam-nos para falar, opinar, intervir em vários lugares... Para atendermos essa demanda, passamos a ter uma vida política muito intensa, viajávamos muito. Existe uma passagem que ilustra o quanto éramos requisitados, bem como vigiados e perseguidos, até em lugares e situações insuspeitadas: um belo dia, fomos convidados para uma palestra na Universidade de Curitiba. Saímos daqui de Brasília: Freitas Nobre, Chico Pinto, Marcos Freire, Fernando Lyra, Marcondes Gadelha, Paes de Andrade e eu; iamos todos de avião, mas o Freitas Nobre disse: "Não, eu vou de carro". Ao chegarmos, isso já à noite, estávamos sobrevoando Curitiba, numa noite linda, clara, um céu maravilhoso, enxergávamos tudo! Apesar disso, o comandante

nos comunicou que não havia condições de aterrissagem e que iríamos pousar em Porto Alegre. A ditadura nos deslocou para Porto Alegre! No entanto, pensavam que estávamos todos no avião... como o Freitas veio por terra, fez a palestra! Uma passagem como essa, mesmo que pequena, expressa como não era fácil, não era fácil...

O nome do Grupo, uma marca forte e definitiva, deu-se porque os jornalistas passaram a identificar e comparar nosso comportamento político ao dos demais, por isso "apelidaram"-nos de Autênticos... os outros de Moderados.

Uma das maiores virtudes dos Autênticos foi a ousadia, o enfrentamento, eu diria quase o afrontar, porque se não tivesse havido essa luta travada, não sei onde estaríamos ainda... Olhe, quando digo ousar... a primeira cobrança que fizemos contra os militares foi quando da prisão do ex-Deputado Rubens Paiva. Pedroso Horta me chamou e disse que iríamos cobrar do Primeiro do Exército a apresentação do Rubens Paiva, isso em pleno 1971! Não brinca não... foi em 1971! O Chico Pinto, Marcos Freire e eu fizemos um pronunciamento. O exército mandou uma comunicação confessando que tinha prendido Rubens, mas ao deslocarem-no para outra prisão, no Alto da Boa Vista, os terroristas teriam retirado o preso da viatura do exército e desaparecido com ele... Em outras palavras... o atestado de óbito.

A primeira Comissão Parlamentar de Inquérito, em plena ditadura, que presidi foi das multinacionais, no sentido de investigarmos esses comportamentos no Brasil. Estavam sendo investigados: Golbery do Couto e Silva, Chefe da Casa Militar; Mário Henrique Simonsen, Ministro da Fazenda, completamente comprometido; Delfim Neto, o embaixador dez por cento, na França; Shigiaki Ueki, Ministro das Minas e Energias e assim por diante. Foi ali, naquela investigação que fui marcado, mas marcado mesmo para... na primeira oportunidade... Eles não podiam me cassar ali, porque estávamos defendendo os interesses nacionais e populares, não havia nenhuma conotação pessoal, era interesse do Brasil. Procedemos à investigação, e à medida que íamos batalhando ...avançávamos.

Fizemos, ainda no ano de 71, o 1º Seminário em Recife, e lá o Grupo clamou até por uma Assembléia Nacional Constituinte. Era uma beleza, sabe, um negócio que empolgava.

Ah! foi uma maravilha, espetacular, queríamos sacudir mesmo. Pontuou-se aí, também, a oposição violenta da cúpula do partido e do governo e, evidentemente, de grande parte da imprensa. Mas esse Seminário foi fecundo, trazendo à baila a discussão de muitos problemas que passamos a tratar na tribuna, porque o nosso time era organizado, íamos alguns para tribuna, para o plenário, outros para as comissões, além de comparecermos sempre que convidados nas Universidades, sindicatos... Atuávamos bem! Este período da existência do Grupo Autêntico foi politicamente lindo e, de certa forma, edificante pelo que fizemos... Era tudo muito difícil, vivíamos o breu da noite, a treva da ditadura.

Esse povo não sabe avaliar... Quantas pessoas vejo que, na época da ditadura, viviam embaixo da cama, e por qualquer coisa se escondiam, se esquivavam, ficavam em pânico, amedrontados... não estou dizendo para significar que o nosso pessoal era o melhor de todos, não é isso! É que o Grupo se estruturou de tal forma, e entendeu que nossa missão era importante para a vida do país, e nos dedicamos mesmo, jogando a liberdade e a vida...

Outro fato importante que expressa a maneira do comportamento dos Autênticos... é que fui estimulado pelos companheiros e lançado por eles como candidato a líder da bancada. Uma cotação disputada, e nós éramos minoria, mas corri esse país inteiro... onde havia deputado, eu fui com toda energia e determinação. Ah! É importante porque a liderança do MDB não queria que figurássemos nem na Comissão Executiva do Partido, quanto mais na Liderança da Bancada.

No dia da eleição, lembro-me bem das palavras de Carlos Chagas, essa figura extraordinária... faço parênteses para render uma homenagem a esse homem... um jornalista de muita coragem e muita coerência, um lutador que muito contribuiu, de forma discreta, mesmo porque não podia ser mais do que ele fazia, prestigiando a ação do Grupo. Retomando o assunto... Carlos Chagas na hora da votação, dirigiu-se a mim e disse: "Olhe, prepare-se... eleição é assim mesmo... você vai perder... Eu acabei de sair daquela roda onde está o Tancredo, o Thales Ramalho... você vai perder por uns trinta votos..." Eu, com muita segurança, respondi-lhe que iria ganhar aquela eleição, e a ganhei por nove votos ! Fui eleito líder da bancada contra a cúpula do partido.

A ditadura não assimilou, não digeriu, minha liderança... Para eles era uma coisa terrível, não podia ser... Se a própria cúpula do partido não me aceitava, quanto mais a ditadura!

Fui líder da bancada e durante o período dessa liderança, dentre outras coisas, houve a reforma do poder judiciário, que foi um instante muito difícil para a Nação. O governo mandou uma proposta de reforma do judiciário cujo relator foi o Senador Acioli Filho, um dos bons homens da Arena daquela época, juridicamente muito qualificado, que apresentou um substitutivo ouvindo o poder judiciário do Brasil inteiro. O Senador avançou muito bem na matéria que o governo tinha mandado, sobrepujando-a de tal maneira que apreciamos o substitutivo e decidimos apoiá-lo. Fizemos uma reunião com o líder do Senado, Paulo Brossard, e a bancada fechou a questão... Só tivemos um voto contra... Tancredo Neves. Diante disso, Geisel fechou o Congresso Nacional, mantendo-o inativo por quinze dias.

Eu não tinha o propósito... sequer conhecia Geisel, era a ação praticada por ele que me fazia rebelar, e naquele problema judiciário, uma questão extremada, mostrou-se com a arrogância de um homem imperial, fascista. Fechou o Congresso porque houve uma emenda substitutiva a uma mensagem do governo, não era matéria... coisa inqualificável! Em razão de uma emenda substitutiva cuja proposta foi apresentada por um correligionários dele, diga-se de passagem, que nós fechamos a questão em favor.

Muito bem, no décimo quarto dia após o fechamento, estando na liderança, fui comunicado que, no dia seguinte, o Congresso estaria funcionando... como se fosse uma bodega, uma venda... fecha, abre, fecha... Até hoje me revolto com isso, foi terrível, absurdo! E quando fica-se com a responsabilidade, também cresce a revolta. Pois bem, reuni meus vice-líderes, minha família e disse-lhes: "Na reabertura do Congresso, quem vai falar sou eu! Farei um discurso severo e serei cassado... quero comunicar a vocês que tenho um dever de consciência. Não vou delegar essa função a ninguém, o líder sou eu". Tinha essa lucidez. Estavam minha mulher, os meus filhos, os meus vice-líderes, todos concordaram.

Reaberto o Congresso... há na vida uns instantes mágicos mesmos... a minha família lá esperando, os meus vice-líderes conscientes, eu também. O Senado veio todo para a Câmara;

fui aconselhado por vários colegas a não falar pois seria cassado. Eu sabia que sim... e não havia bravata nisso, era apenas a consciência do cumprimento do dever. Recordo-me de quando subi na tribuna, o silêncio naquela casa era tumular... justamente ali, onde sempre havia um burburinho permanente... Estavam todos tensos depois dos quinze dias de Congresso fechado; lá fui eu... e como a grande maioria conhecia o meu estilo, sabia que na tribuna, eu faria críticas duras, todos esperavam isso! Havia um nervosismo generalizado, expresso no silêncio total. Iniciei minha fala... Às tantas, um cidadão pediu um aparte... era Santos Filho. O pessoal procurou desestimulá-lo, mas ele insistiu... Depois de um tempo, concedi o aparte, e o que ele fez? Teceu loas ao governo, à ditadura e criticou-me bastante e eu lhe disse: "Basta!"

Ah, foi uma experiência muito triste e dolorosa. E, completei: "Só existe ditadura porque ainda se elegem políticos como você!" Não fui cassado... fiz o que precisava ser feito, não era fácil... Conheço tantos que se retrataram!

Quanto à Anticandidatura do Ulysses Guimarães, a princípio ele não queria aceitá-la... porém, quando Barbosa Lima prontificou-se a assumir esse papel, Ulysses resolveu ser o candidato. Ele seria, realmente, a figura que mais somaria, uma vez que estava na presidência do partido da oposição. O Dr. Barbosa concordou em ser candidato a vice do Dr. Ulysses, que assumiu o firme compromisso com os Autênticos de não participar do Colégio Eleitoral como candidato, porque seria uma renegação, seria a homologação...

Começou-se a campanha do anticandidato, uma campanha muito bonita, despertando multidões por todo o Brasil, ocupando espaço nos jornais, rádio, televisão... coisas de que estávamos carentes, necessitados. Foi um processo sobretudo de esclarecimento, num movimento recheado de instantes preciosos.

Tudo caminhava muito bem, até que por volta de uns dez dias antes da data fatal, ou seja, da eleição do Geisel... fatal porque já estava definido... éramos a minoria, eles a maioria esmagadora. Ulysses nos chamou e comunicou que não poderia mais honrar aquele compromisso anterior, porque seria um desafio ao sistema e que ele estava pensando em submeter o seu nome ao Colégio Eleitoral. Houve uma reação muito grande do nosso pessoal,

Ulysses sofreu muitas críticas e transferiu para o dia seguinte a resposta definitiva. No encontro do dia posterior, ele estava em companhia de Thales Ramalho, Tancredo Neves, além do líder da época, Laerte Vieira, e reiterou o seu posicionamento: ele se submeteria ao Colégio Eleitoral!

Uma das maiores decepções que tivemos foi o comportamento do Ulysses. Ele poderia ter chegado àquela data como um gigante e chegou como um pigmeu, pequenininho, porque... concordou com a sua candidatura através de uma disputa desigual, que ele sabia estar definida. E, sobretudo, contrariou os seus mais diletos e sinceros companheiros, que éramos nós, os Deputados do Grupo Autêntico. Inconformados, decidimos comparecer para lavrar o nosso protesto, encaminhando uma questão de ordem, onde pontuávamos nossa recusa em participar do processo presidencial, através de um documento, que apresentamos em plenário, contestando tudo que estava sendo realizado... Foi terrível... o regimento que presidia e orientava os trabalhos do Colégio Eleitoral só admitia duas pessoas falando: o líder de oposição e o líder do governo, mais ninguém.

Aconteceu que o Fernando Lyra e eu dirigimo-nos ao Presidente do Congresso, que era o Marechal Torres, do Rio de Janeiro, e dissemos: "Presidente, estamos aqui para solicitar-lhe o direito de levantarmos uma "questão de ordem", amanhã, porque o regimento não nos permite. É uma violência, um absurdo que só se justifica lá, na ditadura, mas aqui no Congresso, não! Cassaram nosso direito de falar, e queremos falar..."

"Não é possível, não podemos permitir" - disse o Marechal Torres. Não admitiam nada; Lyra e eu, então continuamos: "Senador, nós tumultuaremos a seção amanhã, anarquicamente, caso o senhor não nos permita isso." Ele replicou: "Não, vocês não podem fazer!"

Respondemos-lhe: "Não, mas nós vamos fazer! Queremos ter direito de levantar o nosso protesto e não ficarmos lá, concordando com vocês." Depois de muita insistência, ele viu que iamos fazer mesmo, então perguntou: "Qual é a "questão de ordem?"

"Vamos apresentar esse documento e no encaminhamento, nós manteremos uma "questão de ordem". Levantaremos a questão de ordem e só." Aí, ele disse:

"Está certo, mas vocês não falem a ninguém, correto?!" E pela primeira vez na história do Parlamento do mundo, uma questão de ordem levantada na hora foi respondida por escrito. O Marechal, coitado, fez a resposta porque já sabia, mais ou menos, o que íamos falar. Naquele dia aconteceram coisas interessantes: fui escolhido, em um sorteio, para levantar a "questão de ordem". Muito bem, e lá fui eu... havia uma palavra que sintetizava minha questão: era usurpação. Dizendo que estava usurpando, usurpava isso, usurpava aquilo, usurpando direitos, usurpando mil coisas... Quando comecei a levantar minha "questão de ordem", Petrônio Portela, que era homem pró-ditadura, gritava a plenos pulmões para o Presidente: "É proibido pelo regimento, é proibido..." Daí, o Paes de Andrade chegou junto dele e disse: "Fique quieto, senão vou ler a carta de solidariedade que você mandou ao Jango!" Ao ouvi-lo, Petrônio sentou-se imediatamente. Muito engraçado! Levantamos, fizemos o nosso protesto, recusamo-nos a votar de acordo com a declaração encaminhada à mesa. Outros gritavam: "Recuso a votar numa eleição sem povo".

*O meu livro, "**Salgando a Terra**", traz os nomes dos que se negaram a votar naquele dia. Normalmente, éramos quarenta e tantos deputados, mas para esse episódio, apenas vinte e três compareceram, porque havia ameaça... Ameaça, não... na véspera do nosso pronunciamento, o líder do Governo, Cantídio Sampaio, que participava de uma reunião onde discutíamos a questão de ordem, comunicou aos seus amigos que eles seriam cassados se comparecessem àquele ato de protesto. Com aquela notícia, dos quarenta e tantos, apenas restaram vinte e três, pois muitos achavam que não deveriam compactuar com o Grupo porque se arriscariam demais, uma vez que a cassação era um fato iminente.*

Não fomos cassados, ou melhor, só não nos cassaram porque... Bem... esse foi um dado obtido "por fora", que mostrou como a política é incongruente... como as coisas acontecem... Estava definida a nossa cassação: era um fato consumado! Esse documento foi colocado, rodou pelos militares interessados e correu quartéis para justificar a cassação. Tratava-se, porém, de vinte e três deputados que seriam cassados, porque se recusaram a votar... Isso pesaria muito na opinião pública... Seria o marco de uma violência extrema... um ato inominável. Isso ocorreu na época da sucessão do Médici, e era público que o seu

filho queria que o pai continuasse Presidente. O pessoal do Geisel sabendo disso, entendeu que a cassação dos vinte e três deputados redundaria em um caso muito grave nacionalmente, podendo culminar na permanência do Médici, em prejuízo do Geisel. Obviamente, esse pessoal todo entrou em campo para não haver nada contra o Grupo Autêntico... eles queriam era a sucessão normal. Veja como o episódio foi interessante. Era esse quadro... contei, porque precisava ser registrado... e, enfim, é um pedacinho da história do Brasil!

Não consigo determinar um ponto ou acontecimento que simbolize nosso auge... A existência do Grupo para combater a ditadura e todos os seus lances... tenho impressão de que foram virtuosos... uns maiores, com maior ênfase ou importância política do que outros. Os perseguidos políticos sempre procuravam proteção no gabinete de nossa liderança cuja atuação, fundamental na luta contra a ditadura, manifestava-se através dos atos políticos de maior significação. Por sinal, nesse particular, quero lembrar que todos os embaixadores da época foram de uma pusilanimidade sem tamanho. Com exceção de um... o da Venezuela, esse homem, em 1977, disse:

"Alencar, o perseguido que você tiver, faça chegar à minha embaixada que será protegido". E nos acolheu bastante enquanto... os outros corriam, ou se esquivavam. Ah, foi decepcionante... Isso no começo, depois foi clareando, o pessoal sentiu que haveria abertura e a própria embaixada americana flexibilizou-se.

Na época, o Jimmy Carter iniciou a defesa aos direitos humanos, e eu fui até os Estados Unidos porque buscava a solidariedade da Ordem dos Advogados Internacional, dos Direitos Humanos... Procurei respaldo mesmo. Fui ao Senado americano onde conheci o Senador Frank Chest, que procedera a uma investigação nos mesmo moldes da feita por mim, aqui no Brasil, das multinacionais. Ele já havia concluído, e neste sentido, pedi a documentação, explicando que era assunto de nosso maior interesse. O senador relatou-me que havia descoberto a "maracutaia" feita na Aeronáutica durante a compra de aviões. Reiterei meu desejo em trazer a conclusão daquele trabalho e ele disse: "Pois não, mando fazer cópias; mas não deve levar... não fica bem, o senhor está sendo seguido aqui nos Estados Unidos!" Está bom ?! Ele me avisou lá no Senado americano, alguém do

departamento... da CIA talvez... Comprometeu-se a mandar de navio, infelizmente nunca recebi, nunca recebi.

O Governo Carter anunciou a vinda da primeira dama dos Estados Unidos, madame Rosalyn Carter, para o Brasil. Fiz uma ligação (digo, eu, porque encontrava-me na liderança) sendo atendido por um representante do setor político da embaixada; combinei com ele que durante a estadia da madame Rosalyn, eu queria uma audiência particular. Nossa solicitação foi atendida! Chegado o dia do encontro, fomos à embaixada, havia uma fila imensa de cumprimentos e, quando chegou a minha vez, o assessor em alto e bom som, disse: "Alencar Furtado, o líder da oposição." Mais tarde, nos encontramos a sós, e eu lhe falei: "Sabemos que seu marido está nessa luta, desfraldando a bandeira política dos direitos humanos e precisamos de sua ajuda para levar ao conhecimento dele as informações sobre as barbaridades aqui cometidas..." Comecei a contar, e ela disse: "Farei o possível. Mas o senhor teria uma sugestão concreta através da qual o governo americano exerça influência aqui?" Respondi imediatamente: "Tenho... a questão econômica! Sr. Jimmy Carter condiciona os problemas econômicos a uma abertura política..." Aí, ela disse: "Por favor, faça por escrito!" Eu respondi-lhe: "Vou falar e decidir com meu Grupo." Decidimos que não poderíamos fazer uma sugestão dessas, eu não deveria nem ter dito; mas realmente estávamos desesperados e qualquer pressão seria justa.

Enfim, contei esse episódio para dizer que o comportamento da embaixada norte-americana foi melhorando, e também querendo ressaltar o comportamento desse rapaz da embaixada da Venezuela que foi extraordinário!

É, verdade, os jornalistas, anualmente, faziam uma lista dos dez melhores deputados. Ah! Por muitas vezes fui "eleito", não sei quantas, mas foram várias... Eles não estão mais fazendo isso.

Dos Autênticos, noventa... noventa e cinco por cento eram homens de esquerda, de meia esquerda, sobretudo... havendo uma luta pela democracia política e econômica, através do combate à ditadura... Em alguns dos meus pronunciamentos, coloquei bem essa questão. Não havia uma rigidez ideológica, nem uma linha predominante, porque realmente o básico

era a conquista... o resgate do regime democrático e da liberdade política. Isso era o essencial! No bojo disso levantávamos as bandeiras da democracia econômica, o que ainda hoje fazemos.

Olhe, a solidariedade comum estabelece um vínculo tão estreito, tão estreito, e a partir de vivência de episódios marcantes... quando nos arriscamos conjuntamente... isso dá liga e vincula tanto transformando-se numa argamassa. O Grupo Autêntico era muito unido, muito unido, porque vivíamos objetivos comuns e acreditávamos uns nos outros, havendo muita lealdade, muita sinceridade. Tínhamos metas comuns a todos no processo principal, que era a busca da democracia e da liberdade cujas bandeiras abraçávamos, sendo isso o que nos unia basicamente. Sempre fiquei na "meia esquerda"... é maneira tradicional de expressão, as pessoas dizem que é muito ultrapassada, mas é sempre uma definição, ou seja, a preocupação pela conquista da democracia econômica é na minha ação e reflexão, até hoje, uma constante.

A dívida do Brasil para com a sociedade é muito grande; vejo com muita preocupação essas sessenta milhões de criaturas famintas... subnutridas... na miséria. É o maior exército do mundo... e se tivessem um líder tomariam conta desse país. Acredito que não estamos livres de comoções sociais desordenadas... porém muito relevantes, em razão da fome: o general feijão é importante. Esses aspectos deveriam ser priorizados pelo governo com toda urgência, justificando-se, aí, também, a necessidade da reforma agrária feita com responsabilidade social e organicidade, alcançando este social tão apregoado.

Abrindo parênteses: o atual Ministro da Agricultura, José Eduardo Andrade Vieira, até o final de março ou início de abril, anunciará a desapropriação de um milhão de hectares de terra: um recorde! Ele tem a preocupação de que esses assentamentos sejam modernizados, ou melhor, vai lutar também pela participação do Ministério da Saúde, Ministério da Educação para que as coisas se ajustem num assentamento racional... não adianta dar a terra e largar... Considero essa iniciativa maravilhosa, espetacular, e diria mais... até sugeri para o Ministro que também deveríamos convocar a juventude. Há estudantes que utilizam o crédito educativo... estudam de graça... poderiam dar uma cota... Poderia, perfeitamente, existir uma coordenação entre os Ministérios e essa área universitária porque a juventude traz

consigo idéias novas, energia, essa coisa toda; e os jovens terão a oportunidade de viver o instante nobre da vida social brasileira que é o da reforma agrária efetiva. Pretendemos a descentralização dos municípios, aproveitando as comunidades locais, sob a égide das cooperativas pelas quais o governo pode atender melhor à população.

São quase quinhentos mil hectares desapropriados; áreas consideradas improdutivas. Porém, está havendo uma dificuldade que se chama verba... A verba que detém o orçamento é muito pequena, e ao que soube, o Ministro do Planejamento as reduziu ainda mais. O Ministro Agricultura está se valendo da entidade dirigida por Dona Ruth Cardoso, Comunidade Solidária, que concentrou a LBA, o Ministério do Bem-Estar Social, para ver se consegue dinheiro visando a esse desempenho agrário. Pretendemos também lutar para que o imposto territorial passe para essa faixa também. Enfim, estamos fazendo um esforço muito grande no sentido de pôr em prática essa reforma agrária; e se fizermos isto, ficarei muito contente porque a meu ver é uma das principais questões para a melhoria do país, buscando o social que "tanta gente fala e pouco se faz!"

O fato de me encontrar na assessoria do Ministro da Agricultura, José Eduardo Andrade Vieira, dono do Bamerindus... há quem possa estranhar, de alguma forma, em razão da minha atuação pretérita; mas continuo o mesmo Alencar Furtado e o Ministro me tem como sou, recebe de mim as idéias livremente, discute-as também. Sinto-me muito à vontade... muito mais do que se estivesse tratando com tartufos, com gente hipócrita ou mesmo alguns que gostariam de ser banqueiros para explorar o povo, mesmo sem nenhum sentido progressista. Deste modo, entendo que em nada me descaracteriza o fato de ser assessor político, pelo contrário, penso até poder prestar uma colaboração, pois se algum outro estivesse em meu lugar e não pensasse como eu, talvez sobrasse um espaço vazio, muitas vezes até perigoso...

Nesse aspecto, minha visão de mundo e meu projeto de sociedade continuam intactos... Intactos mesmo! Apenas procuro me aperfeiçoar, atualizar-me, modernizar-me, porque o mundo vive num instante de velocidade espetacular. Embora muitos políticos estejam parados

no tempo e no espaço, a velocidade tanto da guerra como da política precisa existir. Em toda atividade o elemento mais importante dos novos tempos é a velocidade. Estou numa área que me permite prestar à minha gente algum serviço, e sinto-me hoje, muito bem, procurando seguir no que posso a velocidade dos novos tempos. Para acompanhar a evolução, precisamos ser velozes!

A propósito dos partidos no Brasil, creio que se nivelaram... estando aquém do momento político brasileiro e das necessidades sociais do país. Avalio, ainda, que os partidos políticos não existem praticamente como tais, sendo desvalorizados e minimizados pelo povo. As legendas pouco importam e nas eleições, vota-se em candidatos. Há a necessidade de se fazer uma reformulação para que o conteúdo dos partidos prevaleça na vida sócio-político-brasileira, e para que eles se obriguem, responsabilizem-se em difundir o que pensam do conteúdo de seus programas, não se enclausurem... e cheguem ao povo. Em suma, mostrem os seus objetivos. Temos alguns partidos que ensaiam para ser partidos, mas que estão também, a merecer reparos.

A questão partidária é uma meta que uma nova fase constitucional deveria cuidar, a fim que a política brasileira tomasse rumos mais conscientes, permitindo que o partido na pregação, na programática da sua vida levasse esclarecimento, informação, ideário, posicionamento ao povo, o que não está sendo visto, senão ocasionalmente ou circunstancialmente. Creio que os partidos têm deixado muito a desejar...

Estou, hoje, vinculado ao PTB. Fui um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro, ainda no Ceará. No Paraná, também na condição de vanguarda fui um dos fundadores do MDB - Movimento Democrático Brasileiro. No período do governo de José Richa, rompi com o MDB porque o governo estava arriando as bandeiras de toda a nossa luta e praticando corrupção. Avisei por várias vezes o Governador... não me deu ouvidos. Fiz uma denúncia por escrito e rompi com o partido. Richa processou-me, e no hiato que passei sem mandato, quando perdi a eleição de Governador do Paraná, fiz uma autodefesa. E o Supremo sequer recebeu a denúncia, por unanimidade, é sinal que, de certa forma, a minha reação foi correta. Pois bem, fui lançado candidato a governador no ano de 1986, pelo PMN, pelo PDT e por

vários outros pequenos partidos. Perdemos a eleição, e fiquei ausente do processo político até que o suplente do Senador José Eduardo Andrade Vieira, Luís Alberto, que é um grande amigo e me apoiou para Governador e por quem tenho enorme gratidão, convidou-me para ingressar no PTB. Fiz uma análise muito minuciosa, muito detalhada do PTB e vi que o partido, em nível nacional, não estava bom, no entanto havia um mito com a legenda, com a história... uma luta trabalhista das melhores, travadas em nome do trabalhador brasileiro, e que esse fato estava vivo, pelo menos para mim. Com isto concluí que não seria comprometedora a minha filiação. Mesmo antes da disputa do governo, ocasião em que concorri pela coligação PMN, havia rompido com o PMDB, quando Álvaro Dias foi o candidato que me derrotou no pleito, tomou conta do partido, depois fundou outro... Minha opção por razões regionais e por razões pessoais seria, portanto, o PTB.

Na filiação, fizeram uma festa bonita lá no Paraná, e me entregaram a Fundação do Partido: "Fundação Getúlio Vargas". Mas, logo depois vim para Brasília e não deu tempo... se tiver que voltar, ou mesmo tiver alguma oportunidade, gostaria de ficar na fundação, porque é uma instância de aprimoramento partidário, discussão de problemas nacionais, regionais. É um fórum realmente importante.

Estando no PTB, concorri, em 1994, para deputado federal, mas não ganhei a eleição. Como meu pai era agricultor no Araripe e graças a Deus, trabalhei muito com ele na roça, resolvi vir para Brasília, onde moro num sitiozinho, aqui dentro mesmo do Distrito Federal e onde planto café, mandioca, feijão, milho... o Ministro, então, convidou-me para este cargo, que chamam de Assessoramento Especial do Ministro.

Se eu estivesse com o poder executivo em minhas mãos, estaria lutando pela reforma agrária e é o que estou fazendo, com garra e determinação! Na mesma intensidade que na época da ditadura lutávamos pela democracia política, hoje seria pela democracia social, estou nessa linha. Quando encontro algum político, alguma pessoa de influência, coloco esta aspiração da forma mais vibrante possível! Não envelheço, porque tenho um entusiasmo interior muito grande. E quem vibra, não envelhece!

Uma síntese de minha vida política? Em 1966 fui eleito deputado estadual. Depois

deputado federal em 1971 e no ano de 74, obtive a reeleição, mas não completei o segundo mandato, porque fui cassado em 1977. Nesse período de cassação, o meu filho Heitor, substituiu-me. Com a anistia, fui novamente candidato e eleito, cumprindo mandato a partir 1982.

Em 1986, candidatei-me a governador e perdi a eleição. O poder econômico foi meu grande concorrente. Nos últimos sessenta dias, compraram a metade das minhas dobradas estaduais. Houve candidatos que gastaram quatro, cinco milhões de dólares. Sempre fui um homem que nunca teve cifrão na cabeça, sou muito modesto economicamente, não tive como enfrentar... e o poder econômico me derrotou. Existe, infelizmente, uma área popular muito sensível ao suborno, valoriza mais o bolso do que a cabeça do candidato. Fui lançado às feras, em razão exatamente desse comportamento de concorrentes... em tomar a eleição, a peso de ouro! Não nutria mais nenhum deslumbramento, já havia sido quatro vezes deputado (uma vez estadual e três federal)... não era este o fato. Eu queria ter um instrumento em mão para prestar serviço ao povo e à nação, o meu propósito era esse. Em termos de postulação individual, não estou mais imbuído... quero participar politicamente, todavia em outras áreas de atuação, como estou fazendo.

Estamos vivendo um instante, a meu ver, um período semi-trágico, desaparecendo o Estado-Nação... o país sendo completamente alienado, entregue de bandeja... tanto sobre o aspecto econômico, como político-cultural. A língua se deformando, o sentido maior da unidade nacional se degradando, correndo de uma outra forma; tudo evolui, inclusive a cabeça do pentágono. Lembro-me de um discurso do Reagan, que dizia o seguinte: "Não precisamos mais de tropa de ocupação, precisamos ocupar consciências". Esta ocupação cultural é muito mais séria do que a ocupação por tropas.

A luta do povo não está valendo nada nos nossos dias, muita gente boa sendo renegada por aí... São estas as razões, principalmente, por estas razões eu queria ser deputado. Gostaria de travar de frente esta luta, era esse o sentido, mas já não me quiseram, não me aceitaram, não me deram o mandato... Estou conformado, a minha vontade de querer ser novamente deputado e servir, tinha essa conotação. Não foi possível, paciência; vou então agir em

outras faces onde possa intervir, mesmo que mais modestamente...

Consciência de que estava fazendo história? Não sei... tinha sim consciência de que estava cumprindo o dever, e para mim isto é sagrado. Sobretudo porque o comportamento da ditadura vinha de encontro à minha formação e me repugnava essa superlegalidade que presidia as ações do governo, além do arbítrio que campeava solto por aí; era esse o sentido da coisa. A democracia era a conquista almejada, porque entendíamos que sem ela não poderíamos nem respirar, era componente "sine qua non." Sem as liberdades públicas não havia sentido a vida, não tinha nem sentido viver!

Se eu tivesse preocupações azinhavradas de ficar rico, por exemplo, à custa de corrupção, teria saído arquimilionário da CPI das multinacionais. Eles, contudo, sentiram que não me cercariam por aí e passaram a ameaçar a minha esposa por telefone. Eu sofri bastante... essas preocupações ocupavam-nos demais no dia-a-dia, mas agíamos, não tínhamos nenhum sentido personalista de fazer aquilo por uma vaidade, não absolutamente... ao contrário, era difícil de fazer, mas fazíamos porque nos sentíamos bem. A maior compensação que tínhamos, era a interior, e a certeza de que prestávamos um serviço ao povo, à nação, com todas as possibilidades de que dispúnhamos... era isso.

Se fosse para repetir a caminhada, eu a faria com mais experiência, evidentemente, mas repetiria! Entendo a importância da atuação do Grupo Autêntico para a história política desse país, e quero congratular-me com você pelo ineditismo do seu trabalho. Esta pesquisa, este levantamento de dados ninguém fez, e se o fizessem, perderiam na poeira dos tempos... você está espanando a poeira, deixando os fatos novamente a lume. Seu trabalho é importante para que as novas gerações, a mocidade, veja que vale a pena lutar, mesmo na adversidade total, como havia na época...

Vale a pena lutar, especialmente se o combustível é o ideal, e quando se acredita na causa, a conquista do objetivo é inexorável... uns podem ficar no meio do caminho, mas outros continuam tranqüilamente. E, quantos ficaram no caminho e não puderam chegar lá, devido à inteira responsabilidade da ditadura. Hoje, no fundo, tenho um certo prazer, eu diria orgulho de dizer que nós, do Grupo Autêntico, contribuímos mesmo que modestamente

para o resgate e restauração da democracia no Brasil. Valeu a pena!

O pessoal ficava espantado, muitos nos viam como uns "porra-louca", desvairados, mas se nós não avançássemos, se o Grupo não avançasse, quem avançaria? Quem? Fizemos alianças com artistas, com intelectuais, com todo mundo. O pessoal, aqui fora, dizia que não deveríamos nem estar lá dentro, mas como não? Era lá que podíamos atuar!

Veja, eu era líder da bancada na Câmara; Ulysses Guimarães, presidente do partido: Montoro, líder da bancada do Senado e Alceu Collares, diretor da Fundação Pedroso Horta. Bem, esse programa de rádio e televisão que fizemos e objeto da minha cassação... foi conquistado por uma figura preciosa, um quadro de alto relevo político, Lindovino Fanton, Deputado Federal do Rio Grande do Sul, falecido. Hoje, ninguém mais fala nele, e isto é terrível! Tinha uma cabeça privilegiada, jurista de mão cheia, conseguiu essa brecha junto ao Tribunal Superior Eleitoral em pleno apogeu da ditadura... foi quando, daí sim, eles firmaram a minha cassação. No dia seguinte ao programa, Paulo Brossard dizia: "Dois programas deste, derruba o governo". E abalou sim, porque aquilo foi uma surpresa nacional... a ditadura podia aceitar críticas sobre a política econômica, trabalhista, previdenciária, financeira, tudo... porém não suportava críticas denunciando o comportamento contra os direitos humanos. E eu denunciei porque era líder da bancada e precisava, tinha o dever de fazer vir à tona esses atentados aos direitos humanos. E daí me pegaram e fui cassado em razão desse discurso, mas havia outro problema, eu já estava marcado...

Um ano depois, eu estava no Rio de Janeiro e fui à casa de um amigo na Gávea, atendendo a um convite de almoço. Ao chegar lá, ele disse: "Alencar, desculpe-me, mas convidei uma outra pessoa, não sei se você vai gostar... é o Armando Falcão". Respondi-lhe: "Rapaz, mas eu não estava nem..." e chegou o Armando Falcão, Ministro da Justiça na época de minha cassação. Depois do terceiro uísque, eu disse: "Ministro, eu queria fazer uma pergunta, como é que foi minha cassação?" Ele respondeu: "Eu vou lhe contar: vocês fizeram aquele programa duro, pesado, o chefe do SNI, João Batista Figueiredo, em nome das Forças Armadas levou o ultimato para o Geisel pedindo a cassação do Montoro, Collares, Ulysses e a sua... Telefonaram-me e eu fui lá, ponderando que não fizessem aquilo porque

seria muito ruim para a imagem do Brasil no exterior. Como se justificaria a cassação do presidente do partido? E Figueiredo disse: "O senhor limita o Chefe do SNI!" Gerou uma crise militar... e como as feras estavam ávidas por sangue e carne..."

Essa foi a versão que Falcão me deu, e pode ter sido, pode ter sido... Mas acontece que eu já estava... se alguém tivesse que ser cassado, seria eu mesmo, porque já estava marcado. Desde os episódios anteriores, eles não me deglutiam, não me digeriam, e não tinham também por que... Vale ressaltar que nunca tive nada pessoal contra ninguém, nunca fiz nenhuma campanha acusando este ou aquele. Sempre foram campanhas, todas elas impessoalizadas, e eu nem conhecia essa gente, lutava por essa conquista de liberdade, democracia e só. Embora fosse muita coisa!

Tradição de políticos na família... tem Miguel Arraes, que é meu primo; José de Alencar, do meu tronco familiar, foi senador; Paes de Andrade é meu parente... O Paes foi uma figura importante no episódio de minha cassação, foi muito firme, muito firme! Aliás, o time todo: Freitas Nobre, Fernando Lyra, Marcondes Gadelha... Ah! essa turma toda foi uma beleza!

Familiarmente os Alencar, Freitas Barros de Alencar é do meu tronco familiar, lá de Exu, cidade vizinha a Crato. Antes da abolição da escravatura, essa família libertou seus escravos, criando um problema muito sério com os vizinhos. Uma família tradicionalmente política; Tristão Alencar Araripe e uma porção de gente por aí.

Houve ainda algumas passagens que me marcaram e que gostaria de deixar registrado: quando vim do Paraná, cassado, saímos à noite, de carro e chegamos por volta das nove da manhã. À noite, a casa estava cheia de deputados amigos, e minha filha se aproximou dizendo: "Papai, há um rapaz querendo falar com o senhor, mas não quer entrar, está na porta do elevador, e pede que o senhor chegue lá." Isso ocorreu no dia seguinte da cassação. Dirigi-me à porta e ele disse: "Alencar Furtado, sou o major fulano de tal... (pensei que ele queria me prender)... vim aqui em missão para lhe hipotecar solidariedade em nome dos meus colegas de farda" Eu fiquei... sou uma pessoa muito emotiva e fiquei naquela hora... foi tão confortador, deu-me um abraço... uma solidariedade inesperada, vindo de uma área dessas.

Daí... eu disse: "O senhor vai fazer um favor, vai entrar." Ele respondeu: "Não, absolutamente, eu vim aqui em missão para lhe transmitir a solidariedade dos meus colegas de farda". Foi inesquecível!

Outra coisa, no dia seguinte à cassação, eu saí na rua, aqui em Brasília, todo mundo que me encontrava acenava, com o dedo para cima, fazendo positivo... mas quantos, quantos! Gente vibrando na rua, dizendo: "Valeu!"

Ah! estava um dia, com Freitas Nobre, na fila para tirar ficha de café, aí chegou um rapaz, e disse: "Não, o senhor não paga café aqui... quero lhe dar um abraço". E assim por diante.

Outra ocasião estava com Fernando Gasparian, no Rio de Janeiro, num restaurante grande, mas com pouca gente. Conversávamos despretensiosamente, quando se aproximou um casal e disse: "O senhor não é o Alencar Furtado? Quero cumprimentá-lo!"

Como já mencionei, sou um homem de poucos recursos; tenho a minha profissão... e continuei em Brasília depois da cassação. Nessa ocasião, Leite Chaves estava cumprindo o seu mandato de Senador e como ele tinha um escritório, aqui, fechado, propôs que eu o ocupasse advogando... E tudo foi uma beleza! Sou grato a ele por ter tido esse gesto comigo, do contrário, eu não poderia, não teria condições para fazer nada...

Fiquei no escritório, mas não havia cliente... dez dias sem aparecer ninguém... até que chegaram dois cidadãos, homens altos, cabelo escovinha, pensei, são militares. Apresentaram-se como coronel fulano e sicrano: "Queremos contratar o senhor para ser nosso advogado. Fomos preteridos numa promoção, em Itagüi, no Rio Grande do Sul e perdemos no TSM e o processo está aqui, no Tribunal Superior de Recursos". Eu lhes digo: "Sou contra-indicado, estou louco por uma causa, mas sou absolutamente contra-indicado. O chefe de vocês me cassou um dia desses, precisamente há dez dias". E, um deles falou: "Mas nós temos conhecimento disso e sabemos também que o senhor está com uma raiva tão grande dessa gente, e por isso o queremos como nosso causídico". Estudei Direito Militar, dediquei-me totalmente ao caso. Nesse interim, surgiu uma questão no Mato Grosso, mas eu precisava saber quando seria o julgamento e fui falar com o ministro relator. Há, aí, um dado

importante, quando o camarada está cassado, fica complexado... meio leprosado socialmente, o pessoal se afasta. E, pensei, serei mal recebido por esse ministro... Mesmo com este sentimento... e bloqueio, fui lá, anunciei-me e a secretária falou com o ministro, e voltou logo, liberando minha entrada. Achei estranho, entrei e comecei a falar: "Senhor ministro, estou aqui e vou tomar um pouco do seu tempo... tenho uma questão que está para o senhor relatar... eu sou lá do Mato Grosso, de outra região, queria saber quando será o julgamento." Eu, em pé e ele sentado: "O senhor é o Deputado Alencar Furtado?" Já não gostei do jeitão, poderia ter dito algo sobre a minha colocação, mas respondi: "Eu sou o ex-Deputado Alencar Furtado." Ele disse: "Alencar Furtado..." Eu respondi-lhe: "É ministro, Alencar Furtado." Nessas alturas, eu já não estava agüentando! E, ele replicou: "Antes de lhe responder, quero dar-lhe um abraço de solidariedade." Ah! como eu vibrei naquela hora, e aquele bloqueio ruim caiu, acabou tudo! Aí, ele falou: "Olha, é o seguinte, será amanhã, mas se houver algum problema que o obrigue a ir para Mato Grosso, vá que eu o aguardo."

"É amanhã... eu fico" - respondi-lhe.

Existem duas coisas que não me perdôo: ter esquecido o nome do embaixador da Venezuela e desse ministro... tenho que descobrir e vou descobrir!

No dia seguinte, o Tribunal repleto de pessoas e lá fui eu. Fiz uma defesa razoável e vi no semblante dos ministros que o relatório seria a meu favor, quer dizer a favor dos meus clientes. Resultado... unanimidade! Só um voto contra, de um rapaz, exatamente, do Rio Grande do Sul! Dos vinte e três votos, tive vinte e dois! Ah! eu saí dali com a maior felicidade, liguei para o meu cliente, lá em Itagüi, e falei: "Acabamos de ganhar a questão!" Ele vibrou, deu um grito e disse: "Temos mais de cem colegas nessa situação." Eu repliquei: "Para mim não, pelo amor de Deus, vão falar que eu vou fazer uma revolução... ai, não quero!"

Ainda, quando fui resolver essa questão no Mato Grosso, peguei a estrada de Cuiabá-Brilhante, duzentos quilômetros de terra para a cidade de Rosário, fazia um calor insuportável e entrei num povoado onde resolvi tomar um refrigerante. Cheguei ao boteco, pedi um guaraná, e o rapaz do balcão ficou inquieto, ia para lá, vinha para cá, andando meio nervoso e olhava para mim... E eu também fiquei meio preocupado. Vi que ele estava aflito, e disse: "Venha

cá, o senhor está querendo falar comigo?" Aí ele respondeu: "Estou. O senhor não é o Deputado Alencar Furtado, que foi cassado?"

"Sou eu mesmo" - afirmei.

Ele disse-me: "Pelo amor de Deus, não saia daqui... eu já volto." Pensei que tivesse ido chamar alguém para me apresentar... porém, trouxe um rádio toca-fitas... ele havia gravado meu pronunciamento, e quando havia quatro ou cinco pessoas no boteco, ele colocava para o pessoal ouvir. Naquele fim de mundo!

Como herdeiro político tive meu filho, Heitor. Quando fui cassado, ele foi deputado federal, aos vinte e dois anos, mas infelizmente foi assassinado. Tenho muitos amigos, mas seguidor... nenhum.

Tivemos ao todo, sete filhos: três mulheres casadas e felizes e quatro homens que morreram. Uma vida muito sofrida... muito acidentada. A perda de um filho é uma dor infinita... não há o que supere. É uma coisa que me deixa ainda muito emocionado...enfim, é isso.

As três filhas são concursadas na Câmara. Thaís, está com trinta e poucos anos, e é casada com o Chico Pinto. A Stäel, esposa de um funcionário da Câmara e Dionée, que é a caçula, casada com o ex-Deputado Odorico Pinto. Familiarmente, tudo bem graças a Deus, família muito solidária, amiga e unida, além da alegria de ter seis netos! O homem que tem seis netos, é o homem mais rico do mundo.

É mais ou menos isso... uma vida de certa forma acidentada, mas sempre tendo ao meu lado dona Miriã que é uma grande figura... meu querer bem de quarenta e três anos. Somos uma espécie em extinção! Dona Miriã é advogada, foi promotora, penso até que foi a primeira mulher do Ceará a conquistar este cargo. Exerceu a promotoria lá, e quando viemos para o Paraná, largamos tudo. Fizemos uma loucura! Aportamos em nove de janeiro de 1952 e nos tornamos paranaenses de coração! Inicialmente, ela advogou comigo... Depois, vieram os filhos, e deixou de militar na profissão, mas, de vez em quando, ela entra em campo; professora também, de Língua Portuguesa. Uma figura de muita fibra; essa vida conturbada, num itinerário de muita violência, Miriã foi sempre uma companheira muito

firme! Haja vista no dia em que fui cassado, eu não me encontrava aqui, estava no Paraná, onde recebi a notícia. Vários deputados reunidos lá em casa, o pessoal todo lamentando e Miriã falou: "Não há nada, temos o Heitor e vou lançar a candidatura do meu filho a deputado federal!" Dona Miriã foi quem lançou a candidatura dele. Veja que mulher, que lucidez!

Estamos muito bem graças a Deus, tivemos sete filhos, uma vida muito intensa, cheia de lutas, porém permeada de muita compreensão e união familiar.

Não sei, acho que eu falei no começo que os remanescente dos Autênticos hoje no Congresso, são dois: o Lyra, e o Paes de Andrade...

Amaury Müller

(Amaury Müller)

Nascimento: 17 de janeiro de 1926, Cruz Alta, Rio Grande do Sul

Pais: Henrique Müller e Virgínia Martins Müller

Formação: Bacharel em Ciências Econômicas - PUC, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 1959

Jornalista - PUC, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 1962

Cônjuge: Samira El Ammar Müller

Filhos: Márcio, Alexandre, Fernanda

"É a minha coerência, e não mais que minha a minha coerência, meu grande legado."

Brasília, 15 de junho de 1994.

Câmara Federal - Gabinete do Deputado

Nasci na zona rural da cidade de Cruz Alta, Rio Grande do Sul, em uma pequena localidade chamada Colônia São João, no dia dezessete de janeiro de 1936. Meu pai Henrique era fruto de uma mistura de alemão com polonês (Müller e Boyarski). Já minha mãe - Virginia Martins Campos- era a gaúcha típica: uma cruza de português, negro, índio e remotamente espanhol. Embora semi-analfabeta ou um pouco mais que isso, mamãe tinha opiniões próprias e forte personalidade. Aliás, o ramo Campos está na própria origem de Cruz Alta e teve alguns descendentes com ativa vida pública. Aristides Basílio de Campos, primo de minha mãe, foi prefeito de Cruz Alta e deputado estadual em duas oportunidades; Heitor Campos, também primo de mamãe, foi prefeito de Santa Maria e se elegeu uma vez para a Assembléia Legislativa do Estado. Outro primo mais distante de minha mãe - Múcio Castro, pai do grande jornalista Tarso de Castro (o criador do "Pasquim") - também foi deputado estadual em uma legislatura. Assim, de algum modo, o ramo materno de minha família tinha relação intensa com a atividade política, não surpreendendo que eu e meu irmão mais moço, Erani Müller, tenhamos abraçado a vida pública. Mesmo tendo esses parentes envolvidos com política, eles jamais puderam me ajudar. É que quando concorri, em 1970, à Câmara Federal e tive a felicidade de me eleger, eles já haviam morrido.

Feitas essas observações iniciais, devo dizer que constituíamos uma família mais ou menos numerosa para os padrões da época: oito irmãos (cinco homens e três mulheres). É possível imaginar que, possuindo apenas um pedaço de terra, não era fácil oferecer um bom padrão de vida para dez pessoas, principalmente quando fomos compelidos a deixar o campo

e migrar para a cidade. Claro que essa mudança não se deu por falta de terra ou de comida. É que lá não havia escola. Meus dois irmãos mais velhos já estudavam na cidade, morando na casa de um tio militar (irmão de minha mãe). Meu pai, que era um homem com profundo senso de justiça, não admitia que eu, então com sete anos, fosse pesar ainda mais no minguado orçamento de tio Dídimo Martins Campos. Assim, a decisão foi arrendar os vinte e cinco hectares e mudar para a cidade. Lá, ele que originalmente era "guarda-livros" (algo como contabilista), decidiu montar um pequeno depósito de madeira (o pinho era abundante na região). Não se deu bem. Com o fracasso do empreendimento, foi trabalhar no ramo de contabilidade. Mesmo ganhando pouco e tendo que sustentar oito filhos, proporcionou a todos nós, na medida de suas limitações, um padrão de vida digno. Como sempre foi um homem respeitável, de honradez inatacável e, como filho de alemão, fiel cumpridor das leis, possibilitou-nos o normal acesso a boas escolas (públicas) e aos melhores clubes sociais da cidade. Todos nós trabalhamos e estudamos. Erani e eu concluímos o terceiro grau. Duas de minhas três irmãs igualmente conseguiram diplomar-se em cursos superiores. Não há, pois, do que se queixar...

A vida rural até os sete anos? Bem, fazia de tudo um pouco. Arava e gradeava a terra, semeava, colhia. Era tipicamente um pequeno agricultor. Meus irmão mais moços (Erani por exemplo, tinha apenas dois anos quando migramos para a cidade) não tiveram a mesma experiência rural que eu tive. Aliás, duas de minhas três irmãs nasceram no meio urbano.

A vida urbana? Ora, como disse, tivemos algumas dificuldades iniciais, tanto financeiras como de adaptação. A cidade é diferente, as pessoas desconfiam uma das outras, embora fosse uma época em que "fio de bigode era diploma de honra", ou seja, uma vez empenhada a palavra, o compromisso era honrado. Não era preciso passar documento em cartório. Tanto isso é verdade que, naquele tempo, as propriedades rurais não tinham cerca e o gado era marcado na paleta. Bem, conseguimos nos ajustar à nova realidade sem maiores problemas.

Com certo espírito de liderança, que imagino ser inato, tive a oportunidade, quando

menino já urbano, de comandar brincadeiras típicas da idade. Era uma espécie de líder da turma. Com o correr dos anos, essa liderança foi se consolidando entre os meus amigos e colegas. Assim acabei sendo orador da turma nas cerimônias de formatura dos antigos cursos ginasial e científico. Mais tarde, já adulto, também fui orador nos dois cursos de graduação superior.

Todos nós temos uma iniciação na política. Comigo aconteceu quando já freqüentava curso ginasial. O país, em fins da década de 40 e no início dos anos 50, foi sacudido pela campanha "o petróleo é nosso". Como dirigente secundarista, tive acesso a debates e discussões intensas sobre o tema. Com alguns dirigentes comunistas, então proscritos mas ativos em sua ação, aprendi o "beabá" do petróleo, sua importância estratégica e o significado de tê-lo sob o controle estatal. Acendeu-se fortemente em mim o sentido de um patriotismo que não fosse passivo, ou seja, de um nacionalismo racional e consciente. Eu e outros líderes secundaristas, de formação mais ou menos trabalhista, nos engajamos na batalha pelo monopólio estatal do petróleo. No colégio, nos clubes ou nos bares, via de regra, éramos vistos como "instrumentos dóceis" do comunismo internacional. Mesmo assim, não recuamos nem desistimos. Pouco nos importava o fato de alguns professores e empresários insinuarem que, de algum modo, estávamos contribuindo para a supressão da democracia e da liberdade. Sabíamos que essa era a técnica do rótulo, da mentira reiteradamente repetida. Quer dizer, muitas verdades não passam de grandes mentiras e resultam da sua intermitente veiculação. Nacionalista e comunista é mesma coisa? Tanto faz, desde que as leis dos próprios brasileiros protejam seu patrimônio.

A intensa participação nos movimentos de rua durante o período secundarista abriu largo e importante caminho para a militância universitária. Inicialmente, no único ano que freqüentei a Faculdade de Arquitetura da UFRGS, em 1955, fui eleito representante da sala. No ano subsequente fui compelido a trancar a matrícula do curso ou dele desistir, porque sendo de família pobre, meu pai não podia me sustentar na capital. Aliás, 1955 foi um ano muito doloroso para mim. Além de ser obrigado a deixar a Faculdade de Arquitetura, perdi minha mãe, o que sem dúvida, provocou profunda ferida que custou muito a cicatrizar. Como

a idéia era trabalhar de dia e estudar à noite, fiz vestibular e consegui ingressar na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (era o único curso noturno da época). O que me levou a estudar economia? Ora, a perspectiva de abrir novos horizontes e sentir melhor a necessidade de profundas mudanças políticas, econômicas e sociais do país. Desde cedo, tornei-me um referencial para os moços que, compelidos a trabalhar durante o dia, eram obrigados a pagar seus estudos noturnos. Logo me elegi presidente do então Centro Acadêmico "Visconde de Mauá". Quebrando um velho tabu, logrei me reeleger para o cargo no ano seguinte. No terceiro ano de vida universitária, compondo uma chapa com os setores progressistas da PUC, cheguei a vice-presidência do Diretório Central dos Estudantes. Antes de concluir o curso de ciência econômicas, fiz vestibular e fui aprovado para o novíssimo curso de jornalismo (mídia impressa). Nesse período, também exerci a presidência do Centro Acadêmico "Arlindo Pasqualini".

Em 1961, já formado em economia e prestes a concluir o curso de jornalismo, decidi estudar direito. A intensa militância e a identificação com os avanços que o meio estudantil experimentava no sentido de incrementar as chamadas "reformas de base", fizeram-me presidente do Centro Acadêmico "Maurício Cardoso", da Faculdade de Direito da PUC. Foram nove anos de ativa participação no movimento universitário. Tive a honra de comparecer a todos os congresso da UNE livre, antes do golpe de 1964, o atual Ministro e Senador José Serra foi eleito presidente da entidade numa composição da Ação Popular com o velho "partidão" e outra correntes progressistas. É paradoxal que Serra, tido como um jovem de esquerda, tenha mudado tanto...

Por que fazer tantos cursos? Bem, a idéia não era acumular diplomas, mas aprofundar o conhecimento em vários campos, e sobretudo permanecer na militância estudantil, participar dos movimentos populares. Lembro, por exemplo, que na UNE havia o Centro Popular de Cultura, que fazia teatro despojado, absolutamente informal, com o objetivo de politizar o povo, e o método de alfabetização audiovisual de Paulo Freire, com idêntica finalidade. Foram bons tempos, tempos de demonstrar ao cidadão que ele tinha direito e que esses

direitos precisavam ser respeitados. Creio que esse período, vivido intensamente, rasgou-me importantes horizontes. Foi um permanente aprendizado.

Como era impossível não ter algum vínculo partidário, e apesar da origem conservadora de meu pai, senti que deveria militar no antigo PTB, que, na visão reformadora e nacionalista de Getúlio Vargas dos anos 50, abrigava as correntes à esquerda do processo político, todas elas postas à margem da lei pelo governo entreguista de Eurico Gaspar Dutra. Nascem aí as condições para a industrialização do país: Petrobrás, Eletrobrás, CSN, etc. Claro que havia divergência, mas não tão fortes que impedissem uma visão nacionalista, com fortes traços socializantes, da economia brasileira. Com a trágica morte de Vargas e eleição de Juscelino, o processo mudou de rumo e o Brasil escancarou as portas de sua economia para a penetração do capital estrangeiro. Mesmo assim, JK não foi um mau presidente. Resistiu a tentativas golpistas - Jacareacanga e Aragarças - e concluiu seu mandato sem macular a Constituição. Com Jânio as coisas foram diferentes. Da renúncia à resistência de Brizola, Arraes e Mauro Borges, em 1961, à posse tumultuada de Jango e a tentativa de levar a cabo as "reformas de base", o salto foi rápido e quase trágico. Mas, voltando ao PTB, gostaria de dizer que, por divergências operacionais, acabei abandonando o partido, mas sempre votando em seus melhores candidatos. A questão é que Brizola transformou-se rapidamente numa espécie de mito. Ora, como estamos cansados de saber, em torno dos grandes líderes, de figuras carismáticas, como era e é o caso de Brizola, pululam centenas, de áulicos e bajuladores. Infelizmente, no caso da chamada "ala moça" do PTB, os oportunistas e parasitas passaram a ditar regras de conduta. Isso me fez romper com o partido. Mas, não maldigo nem lamento essa curta militância. Foi quando aprendi e conheci figuras extraordinariamente humanas, de sólida cultura, como os comunistas Júlio Teixeira e Lauro Hagemann, este último ainda vivo e vereador em Porto Alegre. Cito esses dois, mas poderia mencionar muitos outros, quase todos ligados ao velho "partidão".

Em fins de março de 1964, quando o golpe militar começou a se configurar, eu freqüentava o quarto ano do Curso de Direito. À primeiro de abril, com o triunfo dos golpistas, eu e mais três colegas da PUC - inconformados com a ausência de reação ou com uma visão

talvez equivocada das razões que levaram Jango e Brizola ao exílio - ousamos iniciar uma tímida movimentação popular. Malhamos em ferro frio. A invasão do DCE da PUC e a utilização do sistema de alto-falantes para convocar o povo à reação custaram-nos caro: fomos expulsos da universidade sem sequer poder usar o direito de defesa. A exclusão, como o reitor gostava de dizer, deu-se a vinte e oito de abril de 1964. À noite dessa mesma data, explodiram alguns petardos, de efeito meramente moral, nos banheiros da PUC. Como eu fora o único dos excluídos a ser visto por lá (isso antes da noite), acusaram-me de ser o responsável pelo atentado. A acusação, mais tarde desfeita, custou-me prisão e violência física. Da sala de tortura do antigo DOPS, arrancou-me um delegado de polícia, Heitor Gralha Bonorino, que era casado com uma senhora de Cruz Alta. Levou-me para sua casa e assumiu a responsabilidade de apresentar-me às autoridades durante o inquérito policial instaurado em torno da explosão. Fui seu hóspede por algum tempo. Como é de se imaginar, à míngua de provas, o inquérito foi arquivado.

Em junho do ano de 1964, vários de nós ocuparam-se com a localização de companheiros presos, a fim de lhes proporcionar algum tipo de assistência. Todos esses reforços foram inúteis. Preso político ficava à margem da lei, não recebia visitas e menos ainda qualquer forma de apoio jurídico. Em junho desse ano, fui novamente preso e levado para um prédio inacabado do SESME (Serviço Social do Menor), onde estavam centenas de presos políticos. Lá permaneci até meados do mês seguinte, quando - por influência do então Senador e líder do governo Daniel Krieger - fui posto em liberdade. Cabe dizer que Krieger era padrinho de minha então noiva. Lá no SESME nada me aconteceu, ou seja, não houve qualquer violência física contra mim. Em fins de agosto decidi fixar residência e trabalhar em Ijuí, onde já estava meu irmão mais moço. Foi nessa cidade que reiniciei a atividade política, embora os áulicos do regime militar, rotulando-me de "subversivo" e o "homem que quis destruir a PUC", tentassem de todos os modos tolher minha modesta ação. Com o fim do pluripartidismo e a criação do MDB como partido de oposição tolerado pelos donos do poder, nele ingressei como fundador e dele me fiz secretário-geral. Anos depois, no início da década de 70, amigos e companheiros decidiram indicar meu nome para concorrer à

Câmara Federal como alternativa ideológica ao então representante da região, Antonio Bresolin. Bafejado pela sorte e certamente pelas circunstância favoráveis, logrei eleger-me com trinta mil votos, uma votação acima da média para os padrões da época. É certo que, além do trabalho e da ajuda dos companheiros do MDB da região noroeste do Rio Grande do Sul, tive o apoio decisivo de boa parcela do antigo "partidão" e em escala menor de ex-colegas das faculdades que freqüentei. Vim para Brasília cumprir meu primeiro mandato com duas idéias fixas: combater a ditadura dentro dos limites possíveis e preconizar a necessidade de uma Assembléia Nacional Constituinte, que devolvesse o Estado do Direito ao país e rasgasse perspectivas de profundas reformas estruturais em seu organismo econômico-social. Sobretudo na tribuna, mas mesmo fora dela, os parlamentares progressistas foram se identificando: Chico Pinto, Lysâneas Maciel, JG de Araújo Jorge, Alencar Furtado, Fernando Lyra, Fernando Cunha, Marcondes Gadelha, Getúlio Dias, Nadyr Rossetti e muitos outros. Dessa identidade inicial, tímida porque ninguém sabia nada de ninguém e sempre havia o temor de algum "cabo Anselmo" infiltrado, nasceu a idéia de reuniões e troca de opiniões. A iniciativa partiu de Chico Pinto. Os primeiros encontros, limitados a uns dez ou doze deputados, eram realizados nos apartamentos de Paes de Andrade e Marcondes Gadelha. Eis o embrião do que, mais tarde, seria o "Grupo Autêntico": a oposição contundente, sem fronteiras ou limites, à ditadura militar e tudo o que ela representava de nocivo à democracia, à liberdade, à justiça social e à própria soberania do país.

Em razão do recrudescimento da repressão política, nos anos amargos do governo Médici, muitos de nós consideravam - e não havia, no caso, a intenção de pré-julgar ninguém - que a luta armada, embora justa e desejável, oferecia forte pretexto para o regime prender, torturar e assassinar, encurralando cada vez mais os direitos humanos no país. Não era uma crítica aos movimentos em si e menos ainda aos que deles participavam. Vale dizer, aliás, que muitos dos que se exilaram, fizeram autocrítica no exterior. Por isso, em nossa atividade cotidiana (formalmente legal), temíamos que essas questões, transformadas em "leit motiv" para o uso permanente da força com a fachada de "combate à subversão", pudessem diminuir a disposição de outros brasileiros de manter acesa a luta contra o regime autoritário. Em

outras palavras, achávamos que o mandato parlamentar, mesmo sujeito a violências de toda a ordem, tinha certa importância, no mínimo para denunciar as violações dos direitos humanos, o empobrecimento da população e a entrega despudorada de nossas riquezas ao capital estrangeiro. Foi mais ou menos à luz dessa visão histórica que nos ocorreu a idéia de lançar um anticandidato, uma espécie de contraponto ao nome que o regime militar imporia ao Congresso Nacional para a "presidência" da República. Sabíamos de antemão que a candidatura não era prá valer. O que desejávamos era espaço em rádio e na televisão para, mesmo correndo o risco de cortes da censura fardada, denunciar todas as mazelas do regime e a farsa da eleição indireta por um colégio eleitoral sem a menor representatividade.

Na condição de Grupo, era raro nos reunirmos para estabelecer formalmente alguma meta de atuação. Na verdade, o objetivo central era combater a ditadura. É evidente que, após a cassação do Deputado Marcelo Gatto, em fevereiro de 1976, passamos a nos reunir mais seguidamente, a fim de fixar uma linha de comportamento que, sem embargo do combate ao regime, evitasse qualquer pretexto para novas cassações. A idéia, porém, não prosperou. A conduta parlamentar do Grupo era incontrolável fora do Congresso Nacional. Se lá, devido ao poder de polícia da mesa diretora, a censura podava quaisquer alusões mais contundentes ao regime, nos comícios o discurso inflamado, denunciador das mazelas da ditadura, era mais solto e sem nenhum controle.

Nenhum de nós ignorava que os donos eventuais do poder ansiavam por qualquer pretexto para desfigurar e desfibrar o Grupo. Mesmo assim, era muito difícil estabelecer regras para parlamentares que, com sobradas razões, expunham seus mandatos e sua própria integridade física na luta contra o inimigo comum. No âmbito congressual, em que pese a censura da mesa, era comum ocuparmos a tribuna para denunciar violências, torturas e assassinatos, como foi o caso da guerrilha do Araguaia (Xambioá).

O discurso homogêneo, articulado no sentido de execrar o regime de exceção e o empobrecimento de setores majoritários da população, produziu resultados surpreendentes. O MDB passou a gozar de respeito e credibilidade perante a opinião pública. As eleições parlamentares de 1974 provaram isso: o partido aumentou consideravelmente o número de

deputados estaduais e federais, e obteve dezesseis vitórias em vinte e três disputas para o senado. Foi o clímax do Grupo Autêntico.

Infelizmente, esse maiúsculo triunfo representou o começo de nossa decomposição. Alguns de nós - não cito nomes para não criar constrangimentos desnecessários - imaginaram ser impossível galgar postos de comando, inclusive na mesa diretora da Câmara. Ao mesmo tempo, com o crescimento do MDB, chegaram ao Congresso Nacional vários outros parlamentares que, espelhados na conduta do Grupo, pretendiam ampliá-lo e transformá-lo num instrumento ainda mais poderoso de combate ao regime militar. Com a explosão de algumas vaidades pessoais - aliás, até explicáveis - esses novos parlamentares tiveram certa decepção. Assim, criaram o que eles próprios chamaram de "Grupo Néo-Autêntico". Dele faziam parte, entre outros, João Gilberto, Odacir Klein e Jorge Uequed (todos do Rio Grande do Sul), Tarcísio Delgado (Minas Gerais), Jorge Moura (Rio de Janeiro), Luiz Henrique e Walmor de Lucca (Santa Catarina), Sebastião Rodrigues (Paraná) e Carlos Alberto Oliveira (Mato Grosso do Sul). Claro que na tribuna ou mesmo fora dela, mas sem a menor articulação, nossa conduta era idêntica. Como sempre acontece, uns se expunham mais que os outros, não por valentia ou por brio, mas por temperamento.

Foi assim que, no início da campanha municipal de 1976, Nadyr Rossetti e eu, num comício na cidade de Palmeira das Missões, ultrapassamos os limites que a ditadura fixou para a oposição. Nossos discursos, proferidos em momentos muito diferentes do comício, foram considerados insultosos às forças armadas. No dia seguinte à reunião, os jornais de Porto Alegre publicavam manchetes do tipo "MDB homenageia Brizola e prega queda do regime". Alguns deputados gaúchos (Fernando Gonçalves e Hugo Mardini, entre outros), intimamente ligados à ditadura, expressavam suas inquietações com o que chamaram de "agressões aos militares" e mal ocultavam suas preocupações com o fato de que tais manifestações pudessem criar obstáculos à "abertura lenta e gradual", proposta pelo General Geisel. Durante a semana que se seguiu ao comício, os meios de comunicação, num deplorável servilismo ao poder, criticaram nossa conduta e insinuaram que a inquietação dos quartéis só terminaria se os deputados que ousaram proferir ofensas à elite militar fossem punidos, o

que, em resumo, significava a cassação de nossos mandatos. Fernando Gonçalves, hoje ministro do TCU, era deputado federal por Palmeira das Missões. Exigiu da emissora que transmitiu o comício a entrega das fitas (a lei impunha que quaisquer transmissões ao vivo fossem gravadas, devendo as fitas permanecerem à disposição do DENTEL - Departamento Nacional de Telecomunicações - pelo espaço de dez dias). De posse das fitas, o sabujo cuidou de entregá-las ao comando do IV Exército, sediado em Porto Alegre. Outra cópia foi trazida a Brasília e entregue ao SNI. Bem, a partir daí, a cobrança da mídia foi diária. José Bonifácio de Andrade (pai), então líder da Arena, fez duro e covarde libelo contra nós. Dois dias depois, já ao anoitecer, os telejornais, em edição extraordinária, anunciaram a cassação de nossos mandatos. Não tivemos nem sequer a oportunidade de ir à tribuna para contestar as acusações de agitadores e ao mesmo nos despedirmos de nossos colegas. Corria o dia vinte e oito de março de 1976. Foi sem dúvida, o episódio mais traumático da minha vida.

À época, tinha dois filhos pequenos (Márcio, com cinco anos incompletos, e Alexandre, com pouco mais de um ano e meio). Como sempre fui um homem de poucos recursos, que jamais se preocupou com coisas materiais, a cassação se transformou num pesadelo. Meu pai, tão mais pobre que eu, não podia me ajudar materialmente. A família de minha mulher, embora financeiramente mais bem postada, tampouco tinha condições de me auxiliar. Foi uma espécie de inferno terrestre. Com o tempo, porém, a violência da cassação acabou sendo assimilada, nada obstante eu estar impedido de trabalhar no mercado formal. Nem mesmo fui aceito num instituto, mantido pela Câmara e que produzia discursos e trabalhos de pesquisa para os parlamentares, embora fosse ele dirigido por colegas deputados. Imagino que a negativa teve como fulcro o medo de desafiar a ditadura. Assim, durante algum tempo, realizei trabalhos para essa entidade com o nome de minha mulher. Pode-se verificar que, à época, o cassado político era uma espécie de hanseniano, do qual muitas pessoas fugiam ou guardavam prudente distância. Cabe aqui um parêntesis para destacar que nem todos agiam dessa forma. Alguns deputados, como Fernando Cunha, JG de Araújo Jorge, Marcondes Gadelha, Getúlio Dias e Álvaro Dias, foram extraordinariamente solidários. Por um dever de justiça e sincero reconhecimento, quero pontuar a solidariedade especialíssima de Fernando

Cunha, de quem, hoje, sou duplamente compadre. Minha filha mais nova, por sinal, deve seu nome a Fernando e a sua filha Fernanda. Por igual razão, cabe-me assinalar a atitude solidária de um jornalista, tido por alguns como um homem esperto, boa vida e oportunista. Trata-se de Josélio Gondim, da Paraíba, que havia fundado uma revista em Brasília com o nome de "O Espelho", uma espécie de réplica da homônima alemã "Der Spiegel". Pois bem, mesmo sabendo de minhas dificuldades político-profissionais, Josélio me acolheu, deu-me espaço e nunca censurou qualquer texto por mim produzido. Digam o que quiserem de Josélio, na minha avaliação, ele foi e imagino que ainda seja um homem de bem, justo e solidário. Por vários meses, mantive coluna assinada na revista. É verdade que o pagamento mensal sempre era um problema. Ainda assim, pude sobreviver dignamente. Sou-lhe grato por tudo isso.

A partir de 1977, começaram a ganhar expressão os movimentos pela anistia. Terezinha Zerbini, uma mulher de extraordinária fibra, fundou, em São Paulo, o que se chamaria mais tarde de Comitê Brasileiro pela Anistia. Esse embrião deu lugar a outros CBAs, que se espalharam rapidamente por todo o país. Aqui em Brasília, com o apoio de vários setores da sociedade, sobretudo da OAB, criamos um CBA, cujas reuniões - cada vez mais concorridas - eram vigiadas de perto pelos órgãos de repressão. Apesar disso, nenhum de nós foi preso ou sequer molestado. O certo é que, com a ascensão de Figueiredo ao poder, a idéia cresceu e encontrou eco no próprio plantonista do regime militar. Foi ele que, em 1979, assinou a lei de anistia, uma anistia capenga, míope, que jamais foi ampla e irrestrita, mas que acabou contemplando várias lideranças políticas, então exiladas no exterior. Também fui por ela beneficiado, embora sempre tenha criticado seu caráter limitado. Como eu, muitos anistiados em 1979 foram impedidos de concorrer às eleições de 1978. Tivemos que aguardar o pleito de 1982, quando Brizola, Arraes, Lysâneas, Nadyr e eu - para citar alguns - receberam a unção das urnas e voltaram a vida pública. Nela estou até, mas não alimento nenhuma disposição de manter meu mandato. Acho que o Congresso Nacional, aos poucos, perdeu sua perspectiva histórica e já não é a caixa de ressonância das mais legítimas aspirações populares e muito menos representa a maioria da sociedade brasileira. Demais, o custo das eleições assumiu proporções gigantescas. Hoje, no ritmo que as coisas vão, só os ricos e alguns

cooperativistas reúnem condições materiais de disputar mandatos. Há um processo de degeneração das eleições, uma espécie de metástase que vai corroendo as entranhas da dignidade e da honradez do eleitorado. Uns poucos ainda mantêm viva a chama do idealismo. A maioria, infelizmente, só vota se receber favores em troca. Ora, como voto não é mercadoria, nego-me a participar dessa farsa. De resto, não possuo recursos financeiros para enfrentar o poder econômico. Mas, mesmo que os tivesse, não concordo em participar de um processo sabidamente espúrio e prostituto. Isso não quer dizer que todo parlamentar escorregue para o pântano da dissolução dos costumes políticos. Em absoluto. Remanescem alguns, talvez uma centena, que repudiam esse tipo de escambo imoral. A maioria, porém, compra votos e comercializa a própria consciência. Sempre digo a meus filhos, que minha herança é minha coerência... É a minha coerência, e não mais que minha a minha coerência, meu grande legado.

Como disse, voltei à Câmara Federal em 1982 e cumpro, meu quinto mandato de deputado. Como eu, alguns Autênticos também voltaram. Lysâneas, por exemplo, é suplente pelo PDT do Rio de Janeiro. Chico Pinto e Fernando Cunha cumpriram apenas um mandato e decidiram deixar a vida pública. JG de Araújo Jorge, já falecido, infelizmente não conseguiu a reeleição para a Assembléia Nacional Constituinte, em 1986. Nadyr Rossetti também. Fernando Lyra, que não foi cassado e mudou muito em relação ao que era, parece ser o único remanescente do Grupo, além de mim, é claro.

Devo dizer que não mudei um milímetro de minhas antigas posições. É verdade que amadureci, aprendi muito, e já não tenho idade para os mesmos arroubos de antes (fui cassado aos quarenta anos). Esse amadurecimento, entretanto, em nada alterou minha visão de uma sociedade socialista, mais livre, mais igualitária e mais humana. Mantenho inabaláveis minhas convicções nacionalistas, profundamente enraizadas desde os tempos de adolescência quando participei da histórica campanha pelo monopólio estatal do petróleo e pelo controle de setores estratégicos da economia. Hoje, porém, o quadro é diferente. Já não temos uma ditadura militar. Pior, temos um neoliberalismo selvagem, ancorado na parafernália do desenvolvimento tecnológico e na idéia de que a competitividade, em um mundo globalizado, é que move o progresso. Ora, com o fim da "guerra fria" e da bipolarização entre Estados Unidos e União

Soviética, os "patrões do norte" é que decidem o que convém e o que não convém para países periféricos como o Brasil. Assim, sem nenhum respaldo da mídia impressa ou eletrônica - uma cortesã que vende sua honra ao interesse neoliberal - é muito difícil impedir que o país, em curto espaço de tempo, seja muito mais do que um simples quintal dos desígnos e do apetite voraz do imperialismo financeiro. Cedo ou tarde, mas certamente mais cedo do que tarde, acabaremos nos transformando numa espécie de (desculpe o termo) escarradeira da volúpia e da arrogância do grande capital. E não dispomos de instrumentos para uma imediata reação. Sei que, mais adiante, tudo poderá mudar. Acho que o Brasil, entretanto, se tornou refém desses interesses estrangeiros. Resta reunir forças para a reação.

Queria, antes de encerrar, fazer um breve comentário sobre a nova constituição. No início dos anos 70, quando Chico Pinto, Alencar Furtado, Lysâneas Maciel, JG de Araújo Jorge, Marcos Freire, Paes de Andrade e tantos outros formavam a linha de frente na luta contra a ditadura, o próprio Grupo Autêntico lançou a idéia de uma Assembléia Nacional Constituinte. Foi na cidade de Recife, em 1971. Lá militava, entre outros, o Deputado Jarbas Vasconcellos, nosso anfitrião. O documento tirado à época sugeria uma grande mobilização nacional em torno da idéia, a fim de tornar vulnerável a ditadura e apressar o seu fim. Foi exatamente o que aconteceu. Os CBAs pregavam simultaneamente a anistia e a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Mas, mesmo antes deles, o Grupo Autêntico pautou sua atuação, em boa parcela, tendo como mote a implantação de um Estado de Direito e de uma ordem econômico-social mais justa, a partir de uma nova constituição. Quinze anos depois, ela veio. Fui constituinte e participei, direta e ativamente, das articulações dos setores progressistas no sentido de textualizar avanços e conquistas sociais, tidas como indispensáveis para assegurar plenamente os direitos da cidadania. Sem embargo desses avanços, que hoje estão sendo destruídos pela fúria neoliberal, lutamos para impor uma ordem econômica protetora dos interesses nacionais, aí incluídos o monopólio de setores estratégicos (petróleo, telecomunicações) e a implementação de uma reforma agrária massiva, radical e profunda. Foi o grito do Grupo Autêntico que ecoou nas consciências dos constituintes. Foi a experiência, acumulada por antigos militantes do Grupo, que deslanchou conquistas extraordinárias,

não obstante a tresloucada oposição das áreas conservadoras, notadamente no capítulo referente à questão agrária. Creio, mesmo, que parte apreciável do atual texto é uma espécie de herança política e ideológica do Grupo. Por derradeiro, quero dizer-lhe que, ao participar desse bivaque verdadeiramente oposicionista, realizei-me como cidadão e como homem público. Claro, fui personagem menor do processo. Nem por isso, porém, sinto-me diminuído perante os demais companheiros.

Queria registrar meus cumprimentos a você por esse esforço no sentido de resgatar, recompor, rescrever e perenizar no processo histórico esse momento que vivenciamos. Você e o jornalista Marcondes Sampaio são, na verdade, as únicas pessoas que transformaram em realidade palpável, em história legítima, esse roteiro político que os Autênticos escreveram. Seu trabalho, por sinal, retoma um instante da vida nacional muito rico, não tanto pelo que tenhamos feito ou tentamos fazer, mas pela profunda fé que todos nós sempre tivemos nos valores da liberdade, da justiça social e da democracia. Os episódios aqui relatados, com vícios e imperfeições, esquecimentos e omissões, poderão ser melhor avaliados quando inseridos no conjunto de outros depoimentos, certamente mais importantes, a fim de que a sociedade brasileira possa analisar e refletir sobre os anos amargos da ditadura militar e, talvez, reagir em tempo hábil diante da desfaçatez, da empáfia e da impostura da proposta neoliberal. Por isso, cabem-me palavras de agradecimento e de congratulações pelo seu generoso empenho de resgatar esse período da história brasileira, história que, aliás, não é nem será escrita pelas elites e tampouco a bico de metralhadora ou a ponta de fuzil. Nós, brasileiros, pobres, analfabetos e doentes em sua maioria, é que escreveremos a verdadeira história desse país.

Uma última palavra de profunda gratidão à coragem, ao desprendimento e à solidariedade de minha mulher. Samira é como você: uma mulher que não se contenta com flores e horizontes curtos. Foi e vai à luta com a mesma disposição com que vive o cotidiano do lar. Permita que, em homenagem à mulher brasileira, eu refaça um velho axioma machista: não é atrás de um grande homem que sempre existe uma grande mulher. Na verdade, é a seu lado e principalmente à sua frente.

Eloy Lenzi

(Eloy Lenzi)

Nascimento: 22 de setembro de 1924, Água Vermelha, Rio Grande do Sul

Pais: José Luís Lenzi e Magdalena Lenzi

Formação: Advogado - PUC, Porto Alegre, 1957

Cônjuge: Fidélia Sanson Lenzi (1° casamento)

Marisa Helena Alves da Silva Lenzi (2° casamento)

Filhos: Paulo Roberto, Gladstone Ricardo, Sandra

"Nasci político ...

Eu sou político nato!"

Porto Alegre, 16 de março de 1994.

Residência

Nasci em Lagoa Vermelha no Rio Grande, a 22 de setembro de 1924, filho de José Luiz Lenzi, estabelecido na industria madeireira, e de Madaglena Toaldo Lenzi, dona de casa. Sou o terceiro de uma família de cinco filhos: quatro homens, e uma mulher, dentre os quais um veterinário, e eu advogado. Na verdade nossa origem é predominantemente italiana, contudo uma parte da família é procedente da França . Vem daí meu nome, cuja pronuncia correta é Eluí, mas para meu eleitorado sempre fui Eloy Lenzi, abrasileirado, mesmo!

Vivi em Araçá, terceiro distrito de Lagoa Vermelha, hoje emancipado, até meus treze anos quando fui para Passo Fundo, no Colégio Conceição, dos Maristas. De lá para Florianópolis, onde cursei a Faculdade de Direito até o terceiro ano, transferindo-me para PUC de Porto Alegre, por onde diplomei-me na sétima turma. Durante a Faculdade, fui Vereador em Lagoa Vermelha, e findo o primeiro mandato, já formado e de volta à cidade, tentei me dedicar apenas a carreira de advogado, mas não agüentei ficar longe da politica... Elegi-me como vereador por três mandatos, bem como deputado federal por outros três. Foram vinte quatro anos de legislaturas, sempre escolhido pelo pleito popular. Não me inibo em declarar, que nasci político. Eu sou político nato!

Na legislatura de 1971 a 74, lembro-me morava num hotel em Brasília, com os companheiros: Freitas Nobre, Rossetti, Chico Pinto. Faziamos as refeições no hotel e na mesma mesa, mesinha pequena... Um dia estávamos uns três ou quatro deputados tomando café da manhã e falando de política. Objetivávamos uma proposta, que era minha, de separar os deputados infiltrados no MDB que eram da revolução e a apoiavam se "dizendo" MDB,

dos deputados autenticamente populares. Tínhamos identidade de ação, de modo de agir, éramos homens decididos a exercitar nosso mandato no sentido mais próximo possível do que considerávamos ideal para o momento. Ou seja, assumirmos definitivamente uma postura de oposição.

Entendíamos que não estávamos na Câmara, para agradar o governo, até porque a quantidade de bajuladores excedia. Estávamos preocupados... queríamos ser deputados, falar sobre os problemas do povo, e combater a ditadura. Neste café matinal, falei para os outros três companheiros, residentes no Brasília Palace:

- "É chegada a hora de separarmos o joio do trigo. No MDB não se sabe mais quem é realmente do Partido, ou da revolução. Todo mundo elogia a revolução, e não sabemos com quem podemos contar. Deveríamos fundar dentro do MDB, um Grupo em que pudéssemos confiar."

Todo mundo era do MDB, mas ninguém dava prova, fazia jus, ou praticava um gesto sequer de oposição ao governo. Buscávamos deputados, que pela conduta e modo de ação parlamentar, se identificassem como oposição, pela postura política, e não por palavras ou localização partidária:

- "Eu sou ARENA ou MDB."

Deste modo, apareceu a idéia de organização dos deputados de oposição em um núcleo, surgindo a palavra Autêntico, ou seja dos Deputados Autênticos. Como dizia Freitas Nobre:

- "Devemos separar os anti-revolução dispostos a briga, dos aduladores". Começamos a descobrir dentro do MDB, os não servis, ou seja, quem era Deputado Autêntico! Na ARENA todo mundo era "puxa saco", pode até ser engraçado, mas era a função deles... Conversamos com outros deputados e logo a idéia tomou conta! No início as discussões estavam meio mornas, e confesso que me desinteressei um pouquinho, mas quando vi o movimento crescendo... ah! fiquei muito empolgado! Depois de certo tempo até vigiávamos o plenário e avaliávamos, informalmente, lógico, os discursos:

- "Este não foi Autêntico, aquele foi..." A imprensa neste momento, já se fazia presente,

nos apoiando. Sentiu que íamos nos sedimentar!

O Movimento Autêntico, ampliou-se muito rapidamente, tomando conta do partido. Interessante, é que todo mundo passou a se apresentar como membro do nosso Grupo, pouco adiantando a conduta resguardada na expressão Autêntico. Enfim, os Autênticos, sob certa perspectiva tomaram conta do partido, "inspirando" inclusive Ulysses Guimarães, que apesar de ser presidente do MDB, passava a impressão de ser da ARENA e outras vezes, que era mesmo o líder da oposição, em uma conduta, absolutamente dúbia.

Não tivemos um líder, e sim vários líderes simultaneamente, em especial porque o Grupo começou com poucas pessoas, ampliando-se de imediato. Em seguida o Freitas Nobre, andou promovendo reuniões, lá pelos corredores da Câmara e nos salões do Congresso. Quero ressaltar o esforço de Freitas Nobre, que despretensiosamente, foi muito dedicado a idéia do Grupo, até o fim. Algumas reuniões estou lembrado, foram sugeridas por ele, até que o movimento, terminou tomando conta do Partido, e aí desapareceu a necessidade... Depois de certo ponto, o MDB se confundia com o Grupo Autêntico, e o Grupo Autêntico se confundia com o MDB.

Principalmente a partir de 1974, quando foi dado por atingido nosso objetivo primacial, que tivemos no hotel aquela vez, e o partido passou a ter princípios realmente definidos e diferente dos estatutos, que não definiam coisa nenhuma.

Tenho a nítida impressão, passados todos estes anos, que a expressão Autêntico e o Movimento em si, serviu, para definir melhor a posição do Ulysses em torno da oposição, da real oposição. E essa movimentação política, que começou com meia dúzia de deputados, com o tempo e dada a situação política da época, expandiu-se extrapolando os limites do Congresso Nacional.

Nossa luta principal era contra a ditadura, e quanto ao projeto de sociedade pretendido, situava-se no apoio ao povo, consubstanciado em projetos sociais. Amizade e compromisso com o povo e não "puxa saquismo" à revolução, isto já tinha demais! Precisávamos de deputados legítimos, que fossem autenticamente amigos do Brasil e do povo brasileiro. O deputado tinha que demonstrar, não o apoio à revolução, mas o apoio ao projeto social.

O Grupo Autêntico se caracterizava como a verdadeira oposição no Congresso Nacional, principalmente na Câmara onde ele nasceu. Era o Grupo que fazia oposição ao governo de forma declarada, franca, aberta, induvidosa, sendo em síntese as finalidades de sua existência.

Não propúnhamos alianças nem faziamos alianças com ninguém, a não ser, entre nós mesmos. Ou seja, aliança propriamente dita não havia. Talvez por isso, inicialmente, nos relacionávamos, dentro do partido, aos trancos e barrancos. No começo, faziamos as reuniões próprias. Quando todavia, nossa presença tornou-se ostensiva, o Partido procurou entrar no Grupo, se misturando, confundindo se quase conosco. Foi o que fizeram.

Nossa relação com a ARENA era zero... Nada! O tratamento do Grupo em relação a ela, se dava no debate, no plenário da Câmara, ou onde pudéssemos discutir. Com a ARENA era mesmo no "cacete"!

No princípio a mídia, a imprensa procurava nos evitar, não se manifestando. Tinham medo. Iniciaram uma marcação cerrada, e o tema Autênticos esteve proscrito durante um período razoável. Com o passar do tempo a imprensa, parte da imprensa... foi adquirindo confiança no Grupo, passando a nos apoiar com discrição, mas apoiava! Embora no começo não divulgassem nada, depois de algum tempo passaram a divulgar alguma coisa ou outra, sobretudo porque criávamos fatos políticos. Posteriormente, nos tornamos notícia dos principais jornais de todo o país.

O cotidiano de um Autêntico era conversar, descobrir entre os deputados do MDB, os que tinham característica de autenticidade e convidá-los para integrar o Grupo. Nosso princípio básico, de separar os deputados como pró-revolução e Autênticos, se materializava na ação, não na legenda do partido e muito menos, por programas partidários, porque não vigoravam, só existindo no papel.

Deste modo, por mais surrealista que possa parecer, éramos nós Autêntico, que determinávamos, pelo nosso referencial, como deveria ser um deputado do MDB: atuante, defensor do público, de princípios e programas voltados a ação social, e do combate aberto a revolução. O sujeito para ser Autêntico, tinha que ser contra a revolução, e combater os

generais no governo. Isso era fundamental! E nossos colegas emedebistas, depois de muita resistência, muita rejeição, apropriaram-se do nosso modo de ser Autêntico, tornando este comportamento unanime. E assim, conseguiram muita popularidade e votos. Como o movimento conseguiu adesão de todo mundo, não havia mais necessidade de um Grupo especifico... Em que o partido aderindo, cessou o necessidade do Grupo!

A partir deste ponto, os próprios deputados não Autênticos, procuraram ser Autênticos deputados, nos seus discursos. Tinham medo de não se mostrarem Autênticos nos seus pronunciamentos, pondo em risco as reeleições mais adiante, e então caprichavam, com medo que a imprensa divulgasse.

O ponto máximo da ação dos Autênticos foi no ano de 74, quando o governo Médici lançou a candidatura do Geisel ao Colégio Eleitoral. De nossa parte, lançamos Ulysses como candidato de protesto, posto que neste momento histórico, se apresentava com posições, digamos, mais compatíveis com as do Grupo. No processo da Anticandidatura tínhamos a nitida finalidade de propagação da ditadura brasileira no exterior. Supúnhamos, que devido ao controle, a mordaça na imprensa da época, muito pouco era publicado em relação a nossa cruel ditadura, e tampouco do MDB. Se soubessem da existência do MDB, achariam que era um partido de oposição consentida pela revolução, e portanto, era fria...

Desta forma, lançamos Ulysses Guimarães como o candidato do Grupo, aproveitando os veículos de comunicação do governo, para colocar em evidência na mídia, o nome do candidato da oposição, para mostrar no exterior que havia oposição. Mas nós Autênticos, que ao fim deste processo emergimos como os autênticos reais, fizemos nosso voto por escrito, aliás, lido, na hora da votação, onde devolvemos nossa intenção de voto, aos respectivos eleitores. Como testemunhas oculares, tivemos o corpo diplomático credenciado de Brasília, e o meu voto foi o seguinte... ainda devo me lembrar:

- "Deixo de votar, por não se tratar de uma eleição e sim de um simulacro de eleição", disse em pé, e de peito aberto para ser identificado por todos.

Com isso conseguimos adesões no exterior, muitas adesões. E a realidade brasileira foi para fora do país. Localizo que foi a partir da Anticandidatura, em especial de seu

epílogo, o desencadeamento do processo de abertura democrática no país. Lento e gradual, como dizia o Geisel, mas começou.... sobretudo, quando deputados, senadores, começaram a ter espaço na mídia, e a falar que no Brasil havia uma ditadura.

Nossa dissolução, aconteceu porque fomos absorvidos pelo partido. Mas a verdade, é que o Grupo Autêntico se fez valer, principalmente por isso, porque trouxe o MDB, que era um Partido inútil para a oposição ao governo militar. O MDB, passou a ser o próprio Grupo Autêntico, e começaram a falar já partidários, no sentido de combater a revolução, pregar a restauração da democracia, com projetos de natureza social. Neste sentido, não havia mais necessidade de duas instâncias, dois grupos, para defender a mesma tese, desaparecendo a finalidade dos Autênticos.

Até o programa do MDB, passou a ser respeitado e cumprido, tornando-o, daí em diante, um verdadeiro e legítimo Partido da oposição. Esta foi a maneira que compreendi o processo, por mais paradoxal que possa soar...

A pseudo eleição do Ulysses Guimarães, a Anticandidatura, visava levar ao exterior, através da imprensa do governo a impressão, que aqui no Brasil vivíamos uma democracia. Na realidade o que existia era uma ditadura a "ferro e fogo". Queríamos que as outras Nações, entendessem nossa verdadeira realidade. Ou seja, que não se tratava de uma eleição e sim de uma pseudo eleição. Atingimos esse objetivo, recebemos apoio do exterior, o que até então, não tínhamos tido. Enfim, o exterior tomou consciência que no Brasil, estávamos sob uma ditadura errada, e mesmo atingido este objetivo, continuamos lutando internamente, dentro da filosofia do Grupo Autêntico.

Quando os deputados emedebistas assumiram postura oposicionista, foi engraçado, porque, a ARENA com isso, não quis nem conversa, com os colegas da oposição, que anteriormente, eram amigos deles, pois também elogiavam o movimento.

Separaram-se as coisas, "o joio do trigo", e os deputados do MDB que não eram Autênticos passaram a ser os mais Autênticos, para mostrar serviço, para se credenciar para o futuro perante a opinião pública. Passaram a ser "leões", os deputados "cordeiros"... Pelo menos, rugiam forte. Alguns até foram cassados!

Não tenho acompanhado as discussões políticas. Depois de minha não eleição em 1982, e de alguns derrames, estou fora da política e da advocacia. Encontro-me em uma cadeirinha de rodas, fazendo estas declarações... inteiramente fora da política, por motivos, principalmente de saúde.

Mesmo estando distante, percebo que algumas coisas mudaram, seja no aspecto político, ou no moral

Politicamente considero o fim da União Soviética fator preponderante, possibilitando interrelação mais efetiva no mundo, do que no tempo dos Autênticos. Naquele período, o mundo estava dividido entre comunistas e não comunistas, gerando muita confusão. Eu nunca fui comunista, mas com eles era confundido, porque defendia o social. A concepção que sempre tive, é que: os governos foram feitos para servir o homem, e não o homem foi feito para servir o governo. Isso significa que sou um democrata! A revolução pensava ao contrário, que o homem deveria ajudar o governo e o Estado; o governo, não tinha obrigação de ajudar ninguém. Como democrata que sou, condeno toda e qualquer ditadura.

Quanto a moral dos políticos (com exceções, é claro), houve uma piora muito de grande de qualidade, principalmente dos políticos federais. Na época do Grupo, para ser um Autêntico, tinha que ter acima de tudo honestidade e coragem. Coragem cívica, pública e política, para criticar o governo, que não era fácil ao contrário, era muito difícil. Razão porque, muitos deputados apressavam-se em elogiar o governo da revolução. Depois do Movimento Autêntico, é que criaram coragem de ostentar uma marca na testa de oposição à revolução. Por isso afirmo, este é o ponto, onde começa uma guerra política realmente, que determinou em si, o princípio da abertura política. Se não tivesse acontecido o Grupo Autêntico, talvez estivéssemos até hoje vivendo uma ditadura militar. No aspecto moral, propriamente dito, não haviam ladrões públicos que se soubesse, caso existissem, não sabíamos. Hoje ao contrário, surge à luz do sol para a infelicidade do Brasil, o chamado movimento dos "Anões", que roubaram desordenadamente nesta República, e ainda, como prêmio estão sendo aposentados pela Câmara, como aconteceu recentemente com alguns deles, dois ou três. Inclusive o "Presidente dos Anões" Ibsen Pinheiro, foi deputado da

ARENA, e modesto servia a Revolução, porém quieto. Não se preocupava em criticar o governo, elogiava às vezes, como cabia a um deputado da ARENA fazê-lo!

Veja esse Paulo César Faria, está na cadeia por um processo de sonegação fiscal, e não pelo processo de roubo, peculato... mesmo depois de comprovado, que roubou milhões e milhões de cruzados. Roubaram demais!

Como disse, não estou acompanhando, mais atuação dos partidos políticos. Mas, continuo pensando da mesma forma, ou seja, que a função de um partido, é trabalhar pela realização do bem público dentro do princípio de democracia absoluta. A última corrente política a que pertenci, foi o PDT... Atualmente, nem com ele me identifico mais.

Garanto contudo, que se eu tivesse a felicidade de comandar o poder, ladrão eu não seria, de jeito nenhum! Não faria como Jânio Quadros, porque ele era "o pai dos demagogos", mas espanaria todos os ladrões, para fora do Congresso, e governaria pela realização do bem público, pelo social, preferencialmente, sem descuidar do econômico e com justiça.

A minha última legislatura foi de 1978 a 82, não fui reeleito, porque organizava o PDT no Norte do país, a pedido do Brizola, apesar de ser candidato a deputado pelo Rio Grande, que é minha base. Pedro Simon, resolveu... não quis vir comigo para o PDT, e fez um jogo muito sujo, trabalhou por baixo, e me derrubou. Enquanto eu estava em Manaus, Roraima, Acre, Mato Grosso, Goiânia, organizando o PDT, ele me passava a perna aqui! Circulava pelas bases, comprando o apoio de muitos prefeitos da minha região e dos Diretórios Regionais do meu partido, usando verdades e mentiras, principalmente mentiras... solapou minha base. Fiquei como primeiro suplente. Não me candidatei mais!

Durante período de Autêntico, não tínhamos consciência do nosso papel histórico, porque não esperávamos que o movimento tivesse a amplitude alcançada, e, que tampouco iria, de certa forma, influir no curso da história. Isso não sabíamos. O que nós queríamos era que os deputados do MDB fossem de oposição, contra a revolução e a favor do povo, o que não acontecia com a maioria. Éramos, inicialmente um pequeno Grupo. Daqui do Rio Grande, uns três; de São Paulo, o Freitas Nobre, cearense, que radicado, fazia política em São Paulo, era um grande deputado.

Quando nosso Grupo vingou, e perceberam que negócio era recomendado, apesar do Movimento Autêntico ser federal, teve influência até na Assembléia daqui de Porto Alegre. Surgiram deputados estaduais Autênticos... de repente todo mundo era Autêntico aqui no âmbito estadual! E por que isso? Porque o povo tinha interesse em saber quem era Autêntico. E, por causa do futuro, das futuras eleições, que um dia deveriam sair, como acabou acontecendo, todo mundo passou a ser...

Nosso mérito, ah! este ninguém tira! Porque fomos os pioneiros em assimilar princípios como: combater a ditadura, trabalhar o bem do povo e restaurar da democracia. Qual o significado desta experiência para mim? Bom, me sentia apoiado nos companheiros, lógico, e percebendo que não estava atuando isoladamente. Deslanchamos, e nos sentíamos em casa. Fomos como as aves que anunciam a primavera, quando através do nosso comportamento indicamos que o fim ditadura se esboçava.

É bom lembrar contudo, que esse movimento aconteceu entre 1971, 73, e de lá para cá eu sofri quatro derrames, quatro AVCs! Teria muita coisa a relatar, mas estou muito esquecido...

Fernando Cunha

(Fernando Cunha Júnior)

Nascimento: 29 de maio de 1935, Itumbiara, Goiás

Pais: Fernando Cunha e Jandyra Leão Cunha

Formação: Advogado - Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1960

Cônjuge: Benedita "Lolita" Brandão Cunha

Filhos: Artur, Fernando, Augusto e Fernanda

Netos: Tatiane, Cintia, Indira, Fernando, Hugo, João Paulo, Danilo, Maria Fernanda, Maria Luiza, Marcella, Manoella e Bruno

"Senti em toda plenitude, a luta dos Autênticos"

Brasília, 14 de junho de 1994.

Ministério da Saúde - Gabinete do Ministro

Eu nasci na cidade de Itumbiara, divisa de Minas com Goiás, no dia 29 de maio de 1935. Tive uma vida escolar movimentada, sobretudo pela inúmeras mudanças de cidade. Isso iniciou em 1939 quando meu pai, coletor estadual, cargo que naquela época era uma espécie de representante do governo do Estado no município, foi transferido para Anápolis. Aí, iniciei o curso primário o qual concluí, poucos anos depois, em Goiânia, para onde mudamos. Na capital de Goiás, cursei os primeiros anos do ginásio, vindo a terminá-lo em Anápolis. Aos quinze anos de idade, no Rio de Janeiro, comecei o segundo grau e fui diplomar-me em Anápolis. Por fim, entrei na Faculdade de Direito de Goiás que precedeu a Universidade Federal daquele Estado. Sou, portanto, advogado, e hoje estou aposentado como Procurador de Justiça do município de Anápolis.

Meus pais tiveram doze filhos (dez homens e duas mulheres); oito deles morreram, entre os quais, dois recém-nascidos. Meu irmão mais velho faleceu aos vinte e oito anos. Ele era dentista e foi prefeito da cidade goiana de Guaiatuba. Hoje somos quatro vivos, todos homens.

Em 1943, meu pai adoeceu ficando semi-inválido... Naquele tempo, a legislação estadual não dava garantia nenhuma a seus funcionários, o que nos levou a uma situação dificílima, obrigando os cinco filhos a buscarem trabalho. Sendo o décimo primeiro deles e estando com oito anos de idade, comecei vendendo, no tabuleiro, salgados que minha mãe fazia. Recordo-me, com muita precisão, do pão de moranga, típico de Goiás... avermelhado, delicioso!

Nessa situação, aos quinze anos, muito ávido por estudar, fui ao Rio de Janeiro onde meu irmão João já se encontrava. Lá chegando, arrumei emprego como auxiliar de escritório em uma empresa de nome "Tecelagem Paulistana", situada na Rua da Alfândega. Posteriormente, mudei-me para São Paulo onde trabalhei na Gráfica Bignardi e na Sidney Ross Company, na Rua Vieira de Carvalho, uma multinacional fabricante do Melhoral, dentre outros produtos.

De volta a Goiás, sentindo-me experimentado, vivido, considerava-me preparado para o casamento... Tinha um bom emprego, e, de certa forma, encontrava-me bem financeiramente. Lolita e eu decidimos nos casar, e como tínhamos apenas vinte anos, nossos pais precisaram nos dar autorização para que pudéssemos realizar nossa vontade. Lolita era funcionária do governo, e eu, do alto de meu machismo, considerava que mulher minha jamais poderia trabalhar fora, o que a levou a pedir demissão antes do casamento. Formei-me em advocacia, no ano de 1960, já estava casado...antes disso, entretanto, como todo moço pobre da época, tentei fazer vestibular de medicina na Pinheiros, em São Paulo.... veja, que pretensão!

Não fui, felizmente, o único filho a chegar à Universidade. Em ordem decrescente: o décimo segundo iniciou o curso de odontologia, mas não o concluiu; eu, o décimo primeiro, formei-me em Direito; o décimo, Euclides, também Advogado, é um sujeito excepcional! Imagine você, que no primeiro concurso para Fiscal Estadual, realizado em Goiás, entre seiscentos candidatos, ele passou em primeiro lugar! E o mais velho, morto aos vinte e oito anos, era dentista. Meu outro irmão, que está vivo, não fez faculdade. Chama-se João, morou em São Paulo, tendo trabalhado na Lista Telefônica, por onde se aposentou. Voltando para Goiás, trabalhou comigo; foi vice- prefeito de Anápolis e mora, atualmente, na cidade de São José dos Campos.

Vivi um período de faculdade muito vibrante! Formávamos uma turma grande de estudantes e viajávamos, diariamente, de Anápolis a Goiânia, acordando de madrugada e enfrentando sessenta quilômetros de estrada de chão onde, inúmeras vezes, ficávamos atolados. O grupo de Anápolis, graças à nossa união, é que apontava os rumos do movimento estudantil

da Faculdade de Direito. Alguns colegas, inconformados com nosso poder de decisão, bem como com a minha liderança, acusavam-me de ditador. Enfrentamos batalhas sérias e definitivas... Nessa ocasião, nossa principal luta era pela transformação das diversas faculdades em uma Universidade Federal. Em meio ao nosso empenho, surgiu a Igreja Católica que, sem nenhum trabalho no campo universitário em Goiás, resolveu fundar uma Universidade. Brigamos muito contra essa possibilidade, porque não fazia sentido a igreja conseguir o seu intuito deixando-nos para trás, uma vez que nos encontrávamos em pleno processo de luta em busca de uma Universidade Federal. Felizmente, algum tempo depois, nossa luta foi vitoriosa e fomos alçados à condição de Universidade Federal!

Um outro episódio bastante curioso do tempo de estudante: quando terminei o curso de Direito, em 1960, portanto um ano depois da experiência de Sierra Maestra, e por conta disso, resolvemos que nosso paraninfo seria ninguém menos que Fidel Castro! Alguns colegas fizeram-lhe o convite e ele aceitou-o de imediato! Tal ousadia nos valeu inúmeras brigas: o bispo nos acusava de trazer ao solo de Goiás um comunista, portanto, materialista; o diretor da Faculdade ameaçou não fazer nossa colação de grau; e até, pasme... o embaixador dos Estados Unidos esteve em Goiânia alertando do mal-estar diplomático que causaria a presença de Fidel no país. Na última hora, impossibilitado de vir ao Brasil, o estadista cubano enviou o Comandante Rolan Cuberras para representá-lo... figura brilhante e inesquecível! Interessante é que, logo ao voltar a Cuba, foi preso por pertencer a uma ala mais radical que a hegemônica, sendo solto há pouco tempo... li qualquer coisa a este respeito...

Todos esses fatos, entretanto, não impediram que minha "veia política" emergisse... e, a bem da verdade, desde criança sou político... Desde os quinze anos de idade, exerço política, sempre na liderança estudantil: fui Presidente da União Secundarista de Estudantes de Anápolis; pertenci à chamada "ala moça" do PSD da qual fui eleito presidente. Veja, você, que contabilizo portanto, quarenta e quatro anos de atividade política partidária!

Na condição de advogado, trabalhei durante algum tempo na área de Processo Civil e, em seguida, fui nomeado Procurador de Justiça da Prefeitura Municipal de Anápolis. Logo após o Golpe de 64, participei do primeiro grupo de advogados de presos políticos do

Brasil fazendo muitas defesas até 1970, quando, pela primeira vez, fui eleito deputado federal. Apesar de jamais ter exercido outro cargo eletivo, eu acumulava muita vivência partidária, posto que, participava ativamente do processo político. Especialmente a partir de 1960, quando da eleição do Governador Mauro Borges cuja posse se deu no ano de 61. Nessa ocasião, fui convidado por ele para montar um sistema de comunicação social do governo do Estado de Goiás que propunha uma macroestrutura de comunicação social compreendendo: jornal, rádio, agência de propaganda, agência de notícia, instituto de cultura popular, além da instalação de um canal de televisão próprio.

Em 64, estive na Alemanha Oriental participando da "Feira de Liepzig" onde comprei uma indústria gráfica para substituir a bastante obsoleta que tínhamos em Goiás. Aproveitando a viagem, aportei em Bruxelas e, assessorado pela embaixada brasileira, acertei a aquisição de aparelhagem para a instalação de nosso canal de TV que, por sinal, existe até hoje no Estado, o canal 13, TV Brasil Central... Isso tudo aconteceu na véspera do golpe militar, ou seja, voltei da Europa dia vinte e nove de março de 1964! A partir daí, não aconteceu mais nada e com a instalação da ditadura, deixei o governo.

Ressalto que fui o primeiro Secretário de Governo do Mauro Borges a pedir demissão. Na oportunidade, demarquei minha posição dizendo ao governador que eu e os demais membros da minha equipe renunciávamos porque a situação era completamente outra... o governo democrático, moderno, avançado que faziamos não teria mais espaço naquela circunstância... Felizmente, eu era proprietário de uma empresa, uma pequena imobiliária que, com o advento do BNH, transformou-se numa construtora que me permitiu trabalhar e ocupar o meu tempo. Tive, também, na condição de diretor e sócio de duas rádios locais, outra opção de trabalho após ter pedido demissão do governo de Mauro Borges. Logo depois, as rádios foram vendidas por mim.

Goiás talvez tenha sido o Estado que mais sofreu perseguição durante a ditadura, notadamente no início... Tudo porque o Governador Mauro Borges era, e continua sendo, um homem extremamente idealista. Chegou até, em um primeiro momento, a acreditar que não se tratava bem de um golpe... era apenas uma manifestação dos militares visando ao

restabelecimento do processo democrático. Lamentavelmente, sua leitura estava errada! Discordei dele desde o primeiro momento, o que me fez passar, praticamente, toda a noite de trinta e um de março no Palácio conversando com Mauro Borges e sua esposa, hoje falecida. Eu tentava convencê-lo de que vivíamos realmente um Golpe Militar o qual tinha, como co-partícipe civil, o Governador Magalhães Pinto facilitando o estabelecimento de uma ditadura militar no país. Mauro, discordando, saiu em defesa de Magalhães a quem considerava um democrata. Atribuía às forças de apoio do Presidente João Goulart a única tentativa possível de, naquele momento, estabelecer uma ditadura no país e afirmava não aceitar, de forma alguma, na ruptura do processo democrático. Sua ótica provou-se completamente equivocada porque, afinal de contas, a história provou o contrário...

Sob o manto da ditadura militar, Mauro ainda tentou ajudar naquilo que acreditava ser uma saída democrática, ou seja, buscou, juntamente com os demais governadores da época, a radicação de um nome que consideravam poder levar o Brasil ao processo de democratização: Castelo Branco. Mauro Borges foi, inclusive, o homem que representando os Governadores trouxe o nome de Castelo Branco ao Congresso Nacional.

Estando fora de funções governamentais, fiquei boa parte do tempo de 1964 a 1970 defendendo presos políticos e o restante deles escondidos... Em função dessas defesas, fui muito perseguido pelos Promotores militares. Houve um fato curioso na auditoria de Juiz de Fora: eu acabara de preparar, no Supremo, uma ordem de "habeas corpus" de todo o pessoal indiciado na cidade de Anápolis por um IPM. Quando estava praticamente minutado, pronto para a datilografia, veio o Ato Institucional nº 2, passando o julgamento para a Justiça Militar e, conseqüentemente, indo também o processo para lá. Algum tempo depois... uns três, ou quatro meses, estava em meu escritório quando chegaram alguns policiais à minha procura e dando voz de prisão, levaram-me para a delegacia de polícia. Ao chegar lá, deparei-me com vários elementos do Grupo que defendia e, para minha surpresa, todos se encontravam presos. Fui colocado numa sala juntamente com eles. Permanecemos presos por um dia inteiro e sem nenhum tipo de explicação. No entanto, devido à minha prisão, acionaram o Presidente da Ordem dos Advogados... Rômulo Gonçalves, uma das figuras mais importantes

desta nação pós 64. Foi o primeiro grande advogado de presos políticos no país, figura que, logo nos minutos iniciais de 1964, saiu em defesa deles assumindo uma posição forte e intransigente! Se o Brasil tivesse memória ou se, pelo menos, fizéssemos justiça, deveríamos colocar Rômulo Gonçalves como uma figura exponencial entre os advogados de presos políticos do país. Na ocasião em que fomos detidos em Anápolis, ele contrapôs-se ao delegado responsável pelo processo, constatando que não havia nada, nada contra mim, exceto um pedido de Juiz de Fora para que o DOPS enviasse as nossas fichas... Mesmo parecendo piada de mau gosto... fui preso por não ter ficha policial! Então... estava lá para fazê-la! Atitude que demonstrou, muito bem, a truculência da época!

Na verdade, nós só não ficamos encarcerados durante alguns dias porque Rômulo foi muito duro e ameaçou o delegado que nos soltou depois de manter-nos presos, como de praxe, até o anoitecer numa sala sem a menor condição... Apesar de nos libertar, fez ficha criminosa alegando que fomos detidos por crime contra a Segurança Nacional. Concluímos que o único crime contra a Segurança Nacional cometido por nós foi termos sido chamados por ele para fazer uma ficha!

Posteriormente, nesse mesmo processo, fomos a Juiz de Fora onde houve outra arbitrariedade, por parte da Promotoria e do próprio Juiz Auditor... Os indiciados, ao serem indagados a respeito da identidade de seus advogados, disseram:

- "Rômulo Gonçalves e Fernando Cunha". O Promotor, aos brados, protestou dizendo que não me aceitava como advogado porque eu era réu. Rômulo levantou-se imediatamente, fazendo ver ao Promotor seu equívoco, pois a lei me conferia o direito de advogar! Eu era o advogado do processo, ele tinha entrado posteriormente... Porém, percebi a discussão muito áspera e senti que a partir daquele momento qualquer motivo faria com que as pessoas ficassem presas. Pedi, então, ao Rômulo que aceitasse a imposição, pois o principal era não ficarmos presos em Juiz de Fora. E isso, felizmente, aconteceu.

Nessa mesma época, estávamos no Rio de Janeiro onde funcionava o Superior Tribunal Militar e após separarmos, em grupos, as diversas pessoas indiciadas no processo, conseguimos "habeas corpus". Dentre os tantos nomes componentes do processo estava o

meu... O relator era o ex-Ministro da Aeronáutica, Grunewald, que mostrou, de forma séria e contundente, o absurdo do processo, pois eu havia sido denunciado pelo crime de estar defendendo, com veemência, os meus constituídos, ou seja, cumprindo meu dever profissional. Grunewald pediu, inclusive, que o Promotor fosse denunciado por esse ato. Essa experiência mostrou que consegui um "habeas corpus" do Superior Tribunal de Justiça numa situação onde fui transformado de advogado em réu no auge da carnificina militar e intolerância de sua Justiça.

Os demais "habeas corpus" foram obtidos em grau de recurso no Supremo Tribunal Federal, sendo uma grande vitória alcançada pelo Dr. Rômulo Gonçalves!

Desde 1943, meu pai sobreviveu muito doente e frágil e ao final de sua vida passou a sofrer de asma crônica e de problemas cardíacos. Nesse período, meus pais moravam comigo e lembro-me de minha mulher, Lolita, aplicando injeção em papai, todas as noites, para aliviar a falta de ar. Em 1964, ele morreu, e colocamos a notificação de seu falecimento na primeira página do Jornal "O Popular", de Anápolis, e tamanho foi nosso espanto ao ver, do outro lado da página, uma convocação do exército intimando-me a depor em um IPM. Exatamente ao lado do obituário de meu pai! Veja, até que ponto chegava a crueldade, o terrorismo da ditadura! Quanto à mamãe, em 1965, após ter sofrido um derrame cerebral, viveu vegetativamente por uma semana, vindo a falecer.

A minha entrada na política para concorrer a um cargo aconteceu na campanha de 1970, época em que as pessoas não tinham coragem de se candidatar porque temiam a repressão e esse fato fez com que o MDB não atingisse o número suficiente de candidatos para compor a chapa do Partido. O Governador Mauro Borges, estando cassado e impedido de participar, solicitou a minha candidatura. Em sua avaliação, eu talvez fosse o único membro de seu governo com condições de ser eleito. Sucumbi, lançando-me candidato a deputado federal.

Logo no início da campanha, senti que havia condição de eleger-me e, a partir disso, comecei a visitar o Estado inteiro, embora priorizasse a capital. Percorri as cidades de rua em rua, de bairro em bairro, fiz comícios nos quais denunciava a ditadura abertamente e, ao

mesmo tempo, lançava luz às arbitrariedades por ela cometida. Sentia nos olhos do povo a necessidade de expressar seus pensamentos, suas angústias, e segui denunciando e contestando a ditadura. Repito, fiz isso de bairro em bairro, de rua em rua, em todos os cantos de Goiânia e em todos os rincões do Estado onde tive condições de falar. Foi na campanha, e exclusivamente na campanha de contestação à ditadura que consegui ser o deputado federal mais votado da história da capital goiana... com uma belíssima votação! Situação, felizmente repetida nas eleições de 1974, 78, 82, 86... cinco vezes!

Vale lembrar que cheguei aqui, a Brasília, vindo não só de uma campanha, mas também de uma história de participação na luta contra a ditadura, luta essa que era fruto de uma cultura antimilitar, antiditadura. Ainda muito jovem, estava disposto a confrontar a ditadura de todas as maneiras possíveis. Tenho a impressão de que boa parcela dos componentes do Grupo Autêntico, formado mais tarde, pensava do mesmo modo, pois desde o início nos desencantamos ao deparar com um partido de cabeça curvada. Dizia-se, na época, que a ARENA era o partido do "sim", e o MDB do "sim, senhor". O MDB da ocasião concordava com a tese militar de que podia fazer oposição, mas sem contestação... tudo era muito fechado, sequer podíamos verbalizar expressões como: "Golpe Militar", "Ditadura" porque elas criavam muito caso...

Nesse contexto, começamos as reuniões da bancada e, no início, nos resumíamos a setenta e poucos deputados emedebistas. Nos primeiros contatos, já fomos verificando quem era quem, pois tínhamos o objetivo de aglutinar pessoas com o mesmo sentimento antiditadura e que, sobretudo, estivessem dispostas a enfrentá-la com luta e determinação. Através das manifestações na Tribuna é que fomos, aos poucos, juntando-nos e, algum tempo depois, formávamos um Grupo que nasceu, cresceu, e... penso até que decresceu naturalmente. Em um primeiro momento, conseguimos estabelecer contato com muitas pessoas, mas com o acirramento da repressão, elas passaram a correr de medo. Nessa trilha, seguimos até chegar ao episódio da Anticandidatura de Ulysses Guimarães, quando apenas vinte e três deputados foram até o fim da eleição de 1974, vindo posteriormente os Néo-Autênticos.

Não houve nenhum formalismo de nossa parte em batizar o Grupo de Autêntico, ou

de estabelecer um coordenador, um presidente... nada disso! Não tínhamos divisão de papéis... nos reuníamos e tomávamos decisões buscando viabilizar algum assunto e sequer tínhamos líder. Era uma coisa muito espontânea, muito fraternal. Creio que foi um dos episódios de maior liberdade já vistos no Brasil. Quero dizer... no sentido filosófico... porque contraditoriamente estou me referindo à liberdade quando vivíamos numa ditadura.

Em relação ao Grupo, tudo aconteceu espontaneamente, e nossas situações foram informais até porque penso... todos nós tínhamos uma espécie de "alma anarquista" e nunca nos preocupamos com formalismo. Pensávamos da mesma forma e vínhamos de uma campanha, com esse mesmo jeito...A imprensa começou a nos chamar Autênticos, Autêntico, os Autênticos... o "apelido" pegou, e passamos a ser registrados na história como Grupo Autêntico.

Todos nós, componentes do Grupo, tínhamos um bom embasamento político, ideológico, cultural de esquerda. Partindo destes pressupostos e, especialmente, de nosso posicionamento em relação à ditadura, juntamo-nos com ânsia de mudar, contestar e brigar. Este processo foi responsável pela vitória do MDB em 1974 e ficou conhecido como a "grande virada do Brasil"!

Ah! Não tenho dúvida de que naquela época era dentro do MDB que estava nossa maior dificuldade, porque nós incomodávamos... e incomodávamos muito! Tenho, muito presente, algumas situações... várias vezes quando nos reuníamos, havia discussões muito ferrenhas, principalmente dos mais exacerbados como Fernando Lyra, Chico Pinto e outros... Havia um outro grupo de pessoas, digamos mais "ponderadas" como é o meu caso, sempre fui pessoa afável no trato com os demais. Até porque, eu sentia que não estava ali para brigar com companheiros. Alguns, porém, eram mais duros, e volta e meia era um "pega prá capar".

Nossa primeira luta importante foi em relação ao Deputado Ulysses Guimarães que, de certa maneira, era o líder da facção moderada... do chamado Grupo Moderado. Impressionante é que permanecemos na nossa posição, e o Dr. Ulysses foi avançando, avançando, e em determinado momento era inteiramente nosso, sendo protagonista do episódio

da Anticandidatura.

Quando pensamos na Anticandidatura, tínhamos o propósito de que o anticandidato percorresse o Brasil usando todas as tribunas possíveis e, na antevéspera do Colégio Eleitoral, com uma denúncia forte à nação e ao mundo, renunciasse! As pressões, entretanto, foram muitas e uma ala do MDB decidiu receber os votos... Vale lembrar de que o candidato do Grupo colocado como nosso representante na chapa, Barbosa Lima Sobrinho, também mostrou-se cooptado ao aceitar essa situação. Ele não só cedeu, como foi ao Colégio Eleitoral. Porém, nós, Autênticos, fiéis ao anteriormente estabelecido, lá comparecemos para fazer um manifesto e dizer não à eleição indireta, e nos recusamos a votar naquela farsa que era o Colégio Eleitoral.

O dia da votação da Anticandidatura foi para mim, sem dúvida, o dia mais importante de nossa trajetória... Não obstante, por um lado cumprimos o planejado, contestando o regime de exceção e lançando para o mundo a denúncia de que aqui havia uma ditadura militar, e a eleição era uma farsa... Por outro lado, tivemos de enfrentar uma censura partidária enorme porque o MDB, de repente, resolveu participar do Colégio Eleitoral, o que não aceitávamos de forma nenhuma. Havia uma corrente quase hegemônica dentro e fora do Congresso e, sobretudo entre os militares no poder, defendendo a tese de que nós deveríamos ser presos naquele ato por contestar a ditadura. Recordo-me, com muita nitidez, de que um pouco antes da sessão fui chamado por um grupo de pessoas do meu relacionamento com a seguinte colocação:

- "Não participe, Fernando! Não faça isso! Está decidido, vocês sairão presos. Vai sair todo mundo preso." Aquela coisa toda... Porém, decidimos fazer o combinado... e dos vinte e três Autênticos que assinaram o manifesto somente dois não compareceram em função dessa onda de prisão - Jerônimo Santana e Nadyr Rossetti. O fato é que a maioria estava presente, e esse episódio teve seu desdobramento na eleição de 1974, por isso eu o considero um marco de extrema importância na atuação do Grupo Autêntico!

Ocorreram algumas dissidências durante nosso percurso, e atribuo isso ao fato de que, num primeiro momento, pensava-se que os Autênticos estavam ali apenas visando a

uma posição dentro do partido e pronto. Porém, nos revelamos posteriormente com uma postura dura, inflexível, definitiva de contestação. Algumas pessoas declinaram logo no início como, por exemplo, Fábio Fonseca, Deputado de Minas, nos deixou dizendo:

- "O que é isso... vocês são comunistas!" Era uma pessoa que não tinha formação política, foi um entusiasta no começo e depois nos abandonou...como vários outros.

A última defecção que tivemos foi do Alceu Collares no episódio da Anticandidatura. Na noite anterior ao manifesto na Câmara, ele participou de uma reunião do nosso Grupo onde Freitas Nobre, Marcos Freire e J. G. de Araújo Jorge prepararam um documento que seria, como foi, lido em plenário. No momento da reunião, ele ratificou nosso manifesto propondo o comparecimento de todos para expressar nossa recusa ao votar e para devolver o voto ao grande ausente: o povo. Essa era a proposta mais radical que existia e foi defendida, com muita veemência, por Alceu... que, no dia seguinte, para minha surpresa... resolveu tomar outra posição dizendo:

- "Eu mudei de posição, sou contra tudo isso, sou contra a participação!" Foi um "Deus nos acuda"! Marcos Freire, Chico Pinto e, principalmente, Getúlio Dias tiveram uma posição muito dura em relação ao Alceu... Nesse dia, ele se desligou do Grupo... Fomos ao Colégio Eleitoral, participamos dele e cumprimos com o decidido, inclusive com o proposto por Alceu Collares...

Crescemos bastante no sentido da luta e presença na tribuna, bem como no trabalho político e eleitoral o que incorreu na disputa pela liderança. Inicialmente, nosso candidato a líder era Paes de Andrade. Fizemos até uma reunião no Rio de Janeiro para tratar desse assunto. Não sei por que nos encontramos no Rio... talvez, alguns saudosistas escolheram aquela cidade! Na ocasião, aproveitamos a oportunidade para tratarmos e discutirmos vários assuntos, e finalmente veio uma proposta dos Moderados que foi aceita por nós. Propunham que nosso Grupo apresentasse uma lista de candidatos moderados para que pudessem escolher um deles. Essa experiência resultou na indicação de Aldo Fagundes que, endossado por nós, Autênticos, assumiu a liderança do MDB. Embora não pertencesse ao Grupo, e até com tendências à moderação, foi indicado por nós como alguém em que confiávamos...

Em troca desse apoio estabelecido, visávamos, na verdade, à liderança que seria importantíssima para nós, porém, na impossibilidade de assumí-la aceitamos duas presidências de comissões: de Agricultura e Política Rural e de Serviço Público que permitiram nosso acesso a algum instrumento de trabalho e de luta. Foi indicado para presidência de Agricultura e Política Rural Paes de Andrade que, anteriormente, fora indicado para liderança, embora não o tenham aceitado; e Marcos Freire para a comissão de Serviço Público. No dia seguinte, Paes foi muito criticado pela imprensa que insistia em proclamar sua inabilidade com a terra, pois jamais plantara sequer um pé de couve e por isso não poderia exercer a presidência da Comissão de Agricultura. Tal colocação deixou Paes chateado, levando-o, posteriormente, durante uma reunião, a abrir mão da presidência da Comissão, mas com a exigência de que o presidente fosse eu, Fernando Cunha.

Bem, sou de um estado eminentemente agrícola, de modo que as coisas seriam mais fáceis para mim como presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural e, assim ficamos Marcos Freire e eu. Logo em seguida, o líder do MDB nos procurou, dizendo que o pessoal do Palácio do Planalto vetara os nossos nomes. Aconselhou-nos que, naquele momento, estrategicamente, não era bom lutar, poderíamos... o partido poderia perder as posições, sobretudo porque a ARENA era maioria esmagadora. Deste modo, pediu-nos que concordássemos com a resolução deles e abríssemos mão... "obedecemos". Não quisemos lutar porque podíamos estar colocando em risco o pouco conquistado. Veja, fomos impedidos de indicar o líder, o presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural e o presidente da Comissão de Serviço Público. Ficamos sem cargos...

Contávamos, na época, em relação à mídia, com alguns jornalistas que compartilhavam do nosso trabalho com muito entusiasmo, até participando das nossas reuniões, palpitando como se membros do Grupo fossem. Todas as questões levantadas nas reuniões consideradas "segredo", eles não divulgavam... só publicando o que autorizávamos, e pronto. Era um grupo pequeno de jornalistas... que participava dessa intimidade. Lembro-me do Armando Rollemberg... Armandinho... Hélio Doyller... De maneira geral, os jornalistas eram simpáticos à nossa causa, o grande problema eram os donos dos jornais e a censura

que, até seu réquiem, foi muito dura conosco. Reconheço que a imprensa, de uma maneira geral, teve grande parcela de responsabilidade, na época, pelo nosso sucesso. Tudo o que conseguimos mudar, melhorar eles mostravam, dando-nos até um certo ar de "Dom Quixote" querendo enfrentar os moinhos! Isso foi notório ao chegarmos em 1974, quando o resultado das urnas foi surpreendente no Brasil inteiro, mudando os rumos da política brasileira, e quiçá até da história nacional!

Graças às diferenças, sejam elas de personalidade, estado civil, forma de vida... cada um dos componentes do Grupo tinha um ritmo... Eu sempre fui um cidadão que, por força da minha própria vida... talvez pela minha formação, levantei sempre muito cedo e por isso era um dos primeiros a chegar à Câmara, embora permanecesse até tarde... Outra característica é que sempre fui muito caseiro, muito familiar, por via de conseqüência fazíamos as reuniões, boa parte delas em minha casa, especialmente porque, lá, a comida e a bebida eram garantidas! Parece hilariante mas ocorre que muitos colegas viviam sozinhos em Brasília e outros, apesar de casados, muitas vezes a família resistia em acompanhá-los, ou como no caso do Chico Pinto, um empedernido solteirão, (não sei se ele continua solteirão até hoje) morando em hotel, e com a mania de trabalhar durante a noite e dormir durante o dia. Pensar em fazer qualquer reunião com o Chico Pinto no período da manhã era besteira... ele não ia, não ia mesmo! Cada um de nós tinha sua peculiaridade...

A questão dos gabinetes na Câmara da década de 70 era dilemática... Normalmente, apenas contávamos com este conforto quando alguém do Grupo tinha algum cargo... Toda a bancada do Estado de Goiás, independentemente de Partido, dispunha de um único gabinete no vigésimo quinto andar e assim também ocorria com os demais Estados. Era bem complicada a ausência de locais de referência. Paes de Andrade, por ser mais antigo na Casa, era um dos poucos, senão o único, a contar com este privilégio que favorecia nossas reuniões amiúde.

O Grupo Autêntico seguiu até o ano de 1973 com a Anticandidatura, culminando em 74 com a eleição de uma grande quantidade de deputados e senadores do MDB que possuíam os mesmos objetivos e princípios abraçados por nós. Eu não diria que foi nosso fim, entretanto, esses parlamentares chegaram ao Congresso numa atitude que considero até muito natural,

pois, ao invés de se juntarem a nós, Autênticos, para constituírmos um só Grupo forte, eles resolveram formar os Néo-Autênticos. A partir daí, iniciaram-se alguns conflitos entre os Grupos. Os Néo-Autênticos achavam que os Autênticos eram "históricos", os mais afoitos diziam até que éramos acomodados, e assim por diante... Essa coisa foi avançando... quando rompeu 1978, havia uma posição mais arraigada, mais progressista no Partido, e o líder de tudo isso era o Ulysses Guimarães, o pivô da ruptura de 1974 quando anticandidato. No ano de 78, ele havia praticamente se tornado o líder do Grupo, mais progressista reunindo Autênticos, Néo-Autênticos, além de outros antigos conservadores que passaram a fazer parte do Grupo.

Amaury Müller e Nadyr Rossetti foram cassados devido a uma gravação feita num comício em que discursaram, no interior do Rio Grande. Essa gravação foi trazida para cá, culminando nas cassações as quais não foram aceitas por nós, então, partimos, no dia seguinte, para o confronto. Na sessão estavam inscritos para falar Lysâneas, J. G. de Araújo Jorge e eu. Resolvemos, contudo, ao invés de botar a nossa cabeça para ser ceifada, até por instinto de sobrevivência, já que - a temporada de "cassa" estava aberta-, que seria melhor convocarmos a presidência do Partido, objetivando uma manifestação de protesto contundente, virando a mesa em nome de todos nós. E a partir do momento que Ulysses fizesse isso como Presidente Partido, não haveria cassação e, ao mesmo tempo, teríamos uma repercussão bem maior do que um discurso isolado. Fomos ao gabinete de Ulysses Guimarães onde nos informaram que ele se encontrava a caminho de Brasília, vindo de São Paulo. Começamos a nos desesperar porque o horário de abertura da sessão se aproximava, e Ulysses não chegava... Continuamos reunidos e aguardando... até que realizamos, ali mesmo, uma preliminar, e a maioria dos votos foi favorável a não fazermos nada e nem falarmos naquele dia. Esperaríamos Ulysses para fechar um acordo. Ocorre que o João Cunha, Deputado de São Paulo, embora não fizesse parte do nosso Grupo, mas Néo-Autêntico, não estando inscrito, e tampouco com a cabeça a prêmio, disse:

- "Olha, isso é uma covardia! Vamos ficar muito mal perante a opinião pública... Enquanto nossos companheiros estão sendo cassados, não podemos e nem temos o direito de

ficar aqui acovardados..." Diante essa provocação do João Cunha, resolvemos colocar em votação outra vez, quando a decisão foi contrária à anterior, ou seja, deveríamos falar. Estávamos, ainda no gabinete, discutindo nossa decisão quando se deu início à sessão, e me deram, imediatamente, a palavra. Como eu continuava na sala de reunião, ouvi a chamada, corri, mas perdi a vez... Evidentemente que, se eu fizesse questão, poderia insistir para falar e, mesmo assim só seria permitido ao final da sessão, depois que todos se manifestassem. Isso acontecia no pinga-fogo onde o discurso era entregue para efeito de publicação e dado como lido. Tinha consciência, entretanto, de que o destino do meu discurso seria outro, e pelo conteúdo polêmico... jamais publicariam. Desse modo, perdi minha vez de falar, mas J. G. de Araújo Jorge e Lysâneas falaram. O J. G., sendo poeta, e todos o viam assim, foi poupado. Lysâneas, com um discurso muito veemente, foi cassado! A história da cassação do Lysâneas teve assim... um desdobramento muito grande. Célio Borja, como líder do governo, assumiu com o Lysâneas o compromisso de que ele falaria no dia seguinte. Aconteceu que após a cassação, Célio não permitiu que ele falasse, encerrando a sessão. Mesmo assim, nosso Grupo permaneceu em plenário para assegurar ao Lysâneas a palavra que foi usada por ele. Ulysses também falou num discurso magnífico, daqueles mais belos e contundentes de que o Congresso fora testemunha!

Vivi intensamente o momento da ditadura militar quando nosso objetivo era derrubá-la. Hoje, volto a ser o Fernando Cunha de dezoito, vinte anos de idade... idealista, pensando num mundo inteiramente voltado para o social, onde o capitalismo deixe de ser selvagem, permitindo que as pessoas vivam bem, sobretudo num mundo sem guerras! Digo a meus filhos e a meus netos que se durante minha juventude houvesse guerra, eu teria escrito um atestado, uma declaração pública: "eu sou covarde!". Acredito não existir maior imbecilidade na face da Terra do que uma guerra!

Um dia desses, a minha neta Tatiane, de quinze anos de idade, foi assistir ao filme "A Lista Schindler" e saiu chocada do cinema. Ao chegar a casa, abraçou-me chorando copiosamente. Aproveitei o momento para conversarmos um pouco acerca da lição de vida que o filme lhe mostrou. Procurei deixar-lhe claro a necessidade de todos nós tomarmos

consciência da pusilanimidade da guerra que, em última análise, não passa de luta de interesses. Por isso mesmo a paz deve ser o princípio fundamental de nossa vida.

Considero que o mundo andou para trás, e talvez este fato, contraditoriamente, permita democracias sociais no mundo inteiro. Quiçá, isso aconteça! Aliás, o muro de Berlim é uma coisa interessante... Encontrava-me em Berlim, pouco antes do Golpe Militar brasileiro, uma semana antes... cheguei lá, vindo de Liepzig onde participei da feira e comprei o material gráfico... Eu estava na porta de Brademburg, que era o centro do muro, e encontrei-me com um cidadão de São Paulo cujo nome não lembro e que, coincidentemente, estava lá pelo mesmo motivo: comprando uma indústria gráfica. Naquele local, deparei-me com um livro para visitantes se expressarem. Peguei-o e resolvi escrever alguma coisa... Iniciei registrando a impressão chocante de ver a Alemanha dividida. Um país com tanta importância na história da Terra, com uma tecnologia e cultura tão avançadas e, de repente, dividido... escrevi ainda, que o fundamental para aquele país e para a humanidade era a unificação das Alemanhas. Expressei-me em português, convidando meu colega de viagem para assiná-lo, porém, após a leitura do meu "manifesto", ele disse:

- "Você está é louco! Não vou assinar uma coisa dessas". Eu assinei, deixando registrada minha posição! E veja, trinta anos depois, o que vaticinei em 1964 aconteceu e o muro acabou!

Perdi as eleições de 1990 por uma razão muito simples. Sempre fui sozinho eleitoralmente, nunca tive grupo político, nada disso... Além do que meu perfil é de candidato marcadamente de oposição... Em 1989, logo após o término de minha função como Deputado Constituinte, assumi a Secretaria de Governo do Estado de Goiás, até para preparar a eleição de 1990, onde passei aproximadamente dois anos como Secretário de Governo. Nesse cargo, fiquei sendo governo e conseqüentemente mudando o meu perfil frente ao eleitorado. Também desde o início da ascensão de Collor fui radicalmente contra ele. Fomos colegas no Congresso, e conhecendo-o profundamente, vislumbrava o rumo que o país tomaria sob sua regência. Pouco antes das eleições presidenciais do ano de 89, tive um acidente vascular cerebral, e embora nem bem saído da doença e estando trôpego, caminhando ainda muito mal, fiz uma

campanha arrebatadora contra Collor, e isso calou profundamente! Mesmo carregado, viajei pelo Estado inteiro defendendo a candidatura do Ulysses à presidência e acusando Collor! No ano seguinte, na minha campanha de Deputado, denunciei tudo o que estava acontecendo em Brasília, no governo... Só que o Collor estava no auge do prestígio... Fui advertido, muitas vezes, de que não deveria atacar o então Presidente, porque eu poderia inclusive perder a eleição. Avaliando, contudo, percebi que o importante era vender à população uma verdadeira imagem do Collor.

Por tudo isso, faltaram mais ou menos dois mil votos para reeleição, o que é considerado muito pouco! Foi uma campanha muito financeira, com muita influência do poder econômico, e eu não contava com retaguarda financeira. Aliou-se a isso também, o fato de ser considerado "governo" e potencializado ainda por minha posição anti-Collor... não consegui meu sexto mandato como deputado federal. Perdi minha sexta eleição.

A partir dessa experiência, resolvi tentar reorganizar a minha vida particular. Até que um dia, almoçava no Congresso, a convite de Jorge Ueque, quando o Álvaro Dias foi à nossa mesa e conversando propôs a organização do PST, partido cuja presidência ele assumira em seu Estado, Paraná. Explicou-nos que, naquele momento, era mais uma sublegenda do PMDB, condição a qual queria superar. Alguns dias mais tarde, Henrique Santillo, que tinha sido governador de Goiás e estava sem mandato, procurou-me para discutir essa questão do PST. Contei-lhe do convite que o Álvaro fizera, e começamos as negociações. Em função disso, tivemos Santillo, Álvaro e eu alguns encontros aqui em Brasília, e aceitei assumir o PST. Por essa razão, em 1992, deixei o PMDB. Exatamente nessa ocasião, o PST uniu-se ao PTR formando o PP onde me encontro até hoje, sendo inclusive membro do Diretório Nacional e da Executiva Regional. Atualmente, devido à função de Chefe de Gabinete que estou exercendo, aqui, no Ministério da Saúde, encontro-me afastado dessas obrigações partidárias.

Como assumi a Chefia de Gabinete? Aconteceu também de forma natural. Quando Henrique Santillo tomou posse como Ministro da Saúde, eu compareci, e como o cerimonial não estava muito bem organizado, ajudei-o a recepcionar as pessoas que chegavam. Terminada a posse propriamente dita, viemos para o Gabinete e ficamos aqui recebendo os cumprimentos

de praxe. Bem, participei de tudo, inclusive, apresentando pessoas ao Santillo, até porque vivi vinte anos em Brasília como deputado federal; ele, oito anos como senador e, deste modo, meu rol de conhecimento era bem maior. Findo o dia, voltamos para Anápolis porque, tanto ele como eu, vivíamos lá. Quando me deixou em casa, Santillo falou:

- "Amanhã de manhã, passo aqui para pegá-lo". No dia seguinte, logo cedo me apanhou, viemos para cá e, à tarde, pediu-me que ficasse no Ministério da Saúde com ele. Aceitei o convite. Passamos uns quinze dias levantando as principais questões referentes ao seu cargo. Depois de algumas semanas, fui nomeado Chefe do Gabinete do Ministério da Saúde onde, evidentemente, comporta técnicos da área médica, da área de saúde, e o único cargo compatível com um advogado seria este. Até porque necessitavam de alguém que não fosse médico...

Geneticamente, não tenho herdeiros políticos, ou seja, nenhum dos meus quatro filhos (três homens e uma mulher) são políticos... Parente próximo, também nenhum. Um de meus filhos candidatou-se a vereador, mas não foi eleito. Recentemente quis sair candidato a deputado, porém pesou-lhe a consciência, pois não tinha a menor condição de eleição. Não o vejo como político... ele não faz o gênero, apesar de ter uma boa sedimentação ideológica, porém não é do tipo que tenha condições de buscar voto e ser votado.

O poder é inebriante, consome e tem também várias etapas... Se tivéssemos assumido o poder, quando houve a eleição do Tancredo, penso, teríamos tido um rumo bastante diferente. O Plano Cruzado, que considero um dos episódios mais importantes da história do Brasil, aconteceu em função do Dilson Funaro e sua equipe, e se não tivessem puxado seu tapete... se as multinacionais e os banqueiros não pressionassem tanto... o Plano Cruzado teria continuado e estaríamos numa posição muito boa hoje. Também, se Ulysses Guimarães tivesse sido eleito presidente da República, o Brasil seria outro, sem dúvida nenhuma... Sarney não havia se preparado para exercer a presidência, além da ausência de formação política, ideológica para fazer um governo social. Como todo vice que assume, veio aos trancos e barrancos, chegando ao fim do governo, não diria de todo desastroso... Justifico minha afirmação porque quando pensamos que Sarney era a pior possibilidade em matéria de governante, tivemos Collor, superando todas as expectativas até de alguém como eu que já o

conhecia bem. Sarney pode não ter resolvido nada no seu governo, mas pelo menos o país continuou estruturado no aspecto econômico e social. O governo Collor realmente foi caótico ... e acredite, vamos demorar muito tempo para recuperar tudo o que foi destruído...

Se o nosso próximo Presidente da República tiver a visão do Brasil real (sem querer parafrasear o plano que está aí) poderá fazê-lo caminhar. O Brasil é um país tranqüilamente viável, faltando-lhe apenas gerenciamento e nada mais. Ele produz e produz muito; não temos catástrofes, contamos com a maior superfície agricultável do mundo; temos um povo muito bom, generoso, trabalhador e que consegue ser extremamente competente nas áreas de atividades que se propõe; é competitivo, avançando em todos os setores!

Aqui no Ministério, quando vejo a crítica terrível que fazem à saúde nacional, olho o outro lado da moeda: o Brasil está no primeiro mundo em matéria de medicina, somos capazes de fazer, aqui, tudo aquilo que o primeiro mundo faz. Praticamente, ninguém precisa sair daqui para tratamento, temos alta tecnologia em matéria de saúde nesse país! Evidentemente que se fala apenas dos aspectos negativos da saúde. Mas é um país extremamente criativo e com um potencial muito grande. De modo que nosso problema é realmente falta de gerenciamento, quando tivermos um bom gerente, nosso país irá acontecer!

Minha geração toda cresceu e viveu na época de Juscelino, quando se dizia que ele foi um governante que conseguiu projetar e desenvolver o Brasil. Por outro lado, dizia-se que governou de forma irresponsável, pois em seu governo desencadeou-se a inflação, graças ao alto endividamento do país. Foi também um governo de metas, mas sem estrutura e sem planejamento. Eu privava de sua amizade, tínhamos vivido bons momentos juntos, e quando ele morreu, vi a explosão que houve em Brasília e resolvi fazer um discurso sobre a sua trajetória e para isso consegui um horário de liderança que, na época era de uma hora, o que é muito tempo para um discurso.

Como sempre, elaborei pessoalmente o discurso. Resolvi pesquisar todos os dados do governo Juscelino, e tamanha foi minha surpresa ao verificar que contrariando o propagado, Juscelino foi um homem que conseguiu dar uma estrutura a esse país em todos os níveis, senão vejamos: quando assumiu o governo, o Brasil devia dois bilhões e trezentos milhões de

dólares, equivalente ao que se gasta hoje, em dois meses, aqui no Ministério de Saúde. Ao cabo de cinco anos de governo, mesmo construindo Brasília... mudando a fisionomia desse país, aumentou em apenas cem milhões de dólares a dívida externa brasileira. Cem milhões de dólares... nada mais que isso. Quando iniciou sua gestão, produzíamos dez mil barris de petróleo por dia; ao término de cinco anos, passamos a produzir cem mil barris de petróleo por dia, dez vezes mais! De tal ordem que se tivéssemos tido um governo de continuidade, hoje o Brasil seria membro da OPEP, e estaríamos exportando petróleo. Vale lembrar que um dos grandes problemas da economia brasileira, nos últimos trinta anos, têm sido as contínuas crises do petróleo. Em relação ao aço éramos limitados à produção de dez por cento da nossa necessidade... sendo que temos, aqui, ferro, manganês, tudo o que forma a liga do aço e... exportávamos essa matéria-prima, voltando como aço para cá. Juscelino também investiu pesado neste setor, tanto é que no fim de seu governo, o Brasil já produzia noventa por cento do aço consumido internamente, além de projetos em desenvolvimento que previam, no prazo de um ano, o início da exportação de aço brasileiro, como de fato aconteceu.

Ao analisar cada setor de atividade nacional, é possível verificar que o governo Juscelino cresceu doze por cento do PIB ao ano. Isto é inédito no mundo! Tivemos um salto de quantidade e de qualidade, ou seja, o desenvolvimento econômico e social mostrou que a partir de uma boa administração as coisas podem ser feitas e, conseqüentemente garantindo uma qualidade de vida melhor ao povo que é o principal objetivo de um governo. Nesta linha de raciocínio, considero que os problemas do Brasil não são grandes e, se enfrentados de frente, serão solucionados a contento.

Quanto ao problema da área de saúde no Brasil, penso estar totalmente equacionado... basta que se faça funcionar o SUS da forma correta e, tranqüilamente, teremos a saúde pública efetivada no país. A situação que hoje vemos ocorre, sobretudo, graças à existência de muito boicote, de uma tentativa permanente de desestabilização do SUS. Isto porque existe uma guerra fria dos grupos detentores dos seguros de saúde, dos hospitais particulares que ficam ricos com o sistema. Porém, o Sistema Único de Saúde, previsto na Constituição de 88, irá funcionar bem num amanhã muito breve, quando será capaz de dar saúde pública

ao povo brasileiro como às outras grandes democracias do mundo. Outro dia, em contato com a Itália onde havia um brasileiro doente, falei com a Embaixada cujo representante explicou-me como funcionava o serviço de saúde pública italiano. Tudo é estatal, todos têm saúde à vontade e mantida pelo governo, portanto pelo contribuinte. Maravilha! Aqui, no Brasil, não! Quando um cidadão vai para o hospital a fim de ser atendido pelo SUS, ele é recebido como mendigo e assim ele é tratado, e assim ele se sente... não se comporta como uma pessoa com direitos, pensa que está ali recebendo um favor e pronto!

A propósito do papel histórico do Grupo Autêntico, não tinha consciência de que estava fazendo história... Fazia, sim, o que era meu dever, minha obrigação... Fui advogado da primeira turma de presos políticos do Brasil, não tinha, entretanto, consciência de que interpretava um papel importante na história da humanidade de maneira geral. Pensava apenas que, como advogado, era meu dever defender as pessoas, notadamente as indefesas, isto porque, durante o regime de exceção, meus colegas temiam aceitar a defesa dos presos políticos...porém, eu sentia a obrigação de fazer alguma coisa, de agir mediante o peso...o tacão da ditadura, com a certeza de que deveríamos mudar a situação. Como casei muito cedo, tendo mulher e filhos, pensava que a minha família como todas as famílias do país deveriam ser salvaguardadas da brutalidade de uma ditadura militar. Por isso, e só por isso reagi... nunca pensando que estava fazendo história.

Um episódio muito marcante da minha vida foi quando fiz parte do processo envolvendo os principais membros do governo do Estado de Goiás, em 1964. Eram cento e sessenta e quatro... ou cento e quarenta e seis indiciados... ficamos, numa espécie de tortura chinesa, dois dias e duas noites presos em Goiânia. Foi interessante que toda a acusação era polarizada em termos do que tinha sido feito pelo órgão de comunicação social do governo, dirigido por mim. Diziam que pregávamos a subversão através das críticas aos militares... Toda acusação do processo era fundada nisso, e começaram a decretar prisão preventiva na auditoria militar. Quando da primeira lista, o pessoal começou a brincar dizendo que eu estaria nela e logicamente sendo o primeiro, devendo-se ao fato das acusações convergirem para mim... Sendo o superintendente, meus assessores e os demais diretores do órgão foram, um a um,

tendo a prisão decretada. E, no bom humor brasileiro, diziam que a raia graúda ficaria para o fim... ficamos lá esperando a decretação da prisão. Nesse ínterim, houve um clima de comoção muito grande pressionando de tal forma o Governador Marechal Emílio Ribas (interventor indicado pela ditadura) que ele, ao ver a multidão em frente do Palácio, ligou para o Major Presidente do Conselho de Guerra exigindo nossa libertação para pôr um fim àquele tumulto. Eu era a "presa" mais importante daquele processo e não fui preso!

Muitos episódios como esse aconteceram nos vinte anos que estive no Congresso, como o ocorrido quando o Deputado Nina Ribeiro leu um documento do Exército dizendo, que o Partido Comunista havia me presenteado com um jipe. Houve uma enorme tensão da parte de toda a gente do Congresso, comparando esse fato ao de Márcio Moreira Alves que culminou com o fechamento do Congresso, em 1968...

Apesar de aposentado, mantenho-me muito ocupado durante a semana. Fico em meu escritório o dia todo, e nos finais de semana vou para a fazenda a qual administro pessoalmente. Casei-me jovem, e temos trinta e nove anos de união cujos frutos são quatro filhos: três homens e uma mulher. Dos meus filhos dois concluíram curso superior, Augusto é economista, e Fernanda, minha filha, psicóloga. Tenho também treze netos com idade variando de quatro a quinze anos. A propósito, minha neta de quinze anos é minha filha neta. Ela é filha de Augusto, nosso terceiro filho, ele era adolescente e solteiro quando ela nasceu, e resolvemos adotá-la. Ela brinca com os irmãos, dizendo que é ao mesmo tempo tia e irmã... Tatiane, é a alegria e o brilho de nossa casa!

Naturalmente foi um privilégio ter pertencido aos Autênticos! Ah! Como valeu! Foi um episódio bonito, importante, sério... um grande aprendizado na minha vida! Especialmente no meu caso que tive oportunidade de participar do princípio ao fim; ou melhor, do começo, até passar para outra fase... Senti, em toda a plenitude, a luta dos Autênticos. O marco do nosso processo foi a vitória de 1974, avançamos, através do tempo, com vitórias e mais vitórias: a Anticandidatura, a convocação da Constituinte. Tenho, hoje, a clareza de que o Grupo Autêntico, realmente contribuiu bastante na construção desta nova fase da democracia brasileira!

Fernando Lyra

(Fernando Soares Lyra)

Nascimento: 10 de outubro de 1938, Recife, Pernambuco

Pais: João Lyra Filho e Guiomar Farias Lyra

Formação: Advogado - Faculdade de Direito de Caruaru, Pernambuco, 1964

Cônjuge: Márcia Maria Teixeira Lyra

Filhas: Patrícia, Renata, Juliana

"Fomos o produto do que considero a grande mágica da vida: coincidência e conversa."

São Paulo, 24 de maio de 1994.

Caesar Park Hotel

Eu nasci já faz muito tempo mais de cinqüenta e cinco anos. Foi em 8 de outubro de 1938, na cidade de Recife, em plena Segunda Guerra Mundial. Fiz o primário em Caruaru depois estive interno nos Salesianos de Recife onde completei o ginásio. Iniciei o científico no Colégio Oswaldo Cruz e de volta a cidade de Caruaru, mudei para o clássico, no Colégio de Caruaru. Desde menino e até um pouco mais que adolescente, tinha infinito interesse por futebol. Em minha cidade pouca coisa havia para ser feita, inexistia qualquer tipo de organização e mobilização de política estudantil.

Sou homem do interior... quando fiz campanha política pela primeira vez, em 1955, eu não era sequer eleitor. O governador de Pernambuco, Cordeiro Farias, foi a Caruaru e indicou um candidato único a prefeito. Soube, muito mais tarde, que tal procedimento se deu porque ele, apoiando o Juarez Távora, não queria que o PSD, partido pelo qual, de certa forma, foi eleito, apoiasse Juscelino. Seu interesse visava, portanto, a uma candidatura única.

Eu, um estudante secundarista de colégio noturno, tive um professor de matemática que embora fosse inexpressivo politicamente, vez por outra, falava deste tema. Na ocasião em que a proposta de candidato único era o assunto mais comentado da cidade, as discussões exacerbaram-se. Em meio a esse clima, certa feita perguntei-lhe qual era a sua posição, e se considerava correta a questão do candidato único. Mediante a resposta negativa, perguntei-lhe:

- "Por que, então, o senhor não se lança candidato?" Conclusão: terminei como coordenador da campanha dele e como tinha dezesseis anos fui, de certa forma, a estrela da

campanha. Isso foi em 1955!

No ano de 58, em Pernambuco, durante a campanha de Cid Sampaio, muito forte na época, participei até de comícios. Naquela atmosfera, meu pai que era um comerciante de autopeças mudou seu ramo de negócios para uma agência de automóveis em Caruaru. Entusiasmado com meu desempenho político, candidatou-se a prefeito em 1959, elegendo-se. Terminado o mandato no ano de 63, ele voltou a comandar os negócios da família... Pessoalmente, apesar de participar de campanhas políticas, restringia-me, naquele momento, à iniciativa privada.

Nesse interregno, veio o golpe de 64 e, embora ainda sem muita consciência política, achei tudo aquilo muito estranho... dei-me conta da violência política, dos atos de exceção e tomei, naturalmente, posição contrária.

Em 1965, tantas foram as cassações que faltaram deputados em Pernambuco. Na tentativa de completar a bancada, houve uma eleição suplementar para deputado federal. Meu primeiro voto de oposição foi nessa eleição, já com uma certa dose de consciência, embora ainda com "chapinha", no anonimato. No fim desse mesmo ano, vieram algumas pessoas incentivando minha entrada na política. Não resisti ao apelo delas e fundei o MDB de Caruaru. Ainda nas eleições de 1965, saí candidato a deputado estadual; e meu pai, a deputado federal. Nós dois nos elegemos para o mandato de 1966 a 70!

Fui para Assembléia Legislativa onde encontrei algumas figuras importantes as quais foram fundamentais na minha vida pública, entre elas: Egídio Ferreira Lima. Considero esse o momento em que tomei, efetivamente, minha consciência política!

A minha primeira visita a Capital Federal foi em janeiro de 68, quando o Partido mandou-me a Brasília, onde tive a oportunidade de travar conhecimento com a bancada do MDB, constituída, na época, por apenas catorze deputados. Lá, tive o primeiro contato direto com a política federal, além do acesso ao movimento da Frente Ampla. Na oportunidade, conheci Mário Covas, líder do MDB, e Josafá Marinho, senador da Bahia que marcaram profundamente meu percurso político.

Meses depois, veio o AI-5 fechando a Assembléia por um ano e seis meses, deixando-

nos com mandato, mas sem exercício... fomos cassados com a Assembléia. Foi o período Médici, muito duro e difícil...

A Assembléia foi reaberta em julho de 1970, havendo na ocasião um grupo organizado que reivindicava minha candidatura a deputado federal. Em função das circunstâncias, considerava remota essa possibilidade. Paulo Cavalcanti, um antigo militante do PCB, procurou-me e após muito conversarmos, ofereceu-me apoio na candidatura. Desse modo fui eleito, em 1970, para um vaga da Câmara Federal, quando mais dois pernambucanos também se elegeram: Marcos Freire e Thales Ramalho. Marcos e eu, mais à esquerda, e Thales, de direita.

Quanto a meu pai, findo o mandato do exercício federal no ano de 70, voltou a Pernambuco, sendo em 1972 reconduzido pelo voto popular a prefeito de Caruaru. Posteriormente, ainda, foi eleito por dois mandatos para Assembléia Legislativa como deputado estadual.

Nessa senda, cheguei a Brasília como deputado federal e comecei os contatos. Logo no primeiro dia, encontrei Chico Pinto e Alencar Furtado; com Lysâneas já havia falado antes. Começamos a conversar e o Grupo foi tomando forma. Identificamos, desde os primeiros minutos, quem realmente queria fazer oposição à ditadura. Essa posição contestava a direção nacional do MDB que, de certa forma, fazia oposição ao governo e não ao regime.

Nossa luta, nossa postura, é bom deixar claro... era de oposição ao regime, obviamente, com certos cuidados, pois a conjuntura política estava avessa a comportamentos críticos. Continuamos identificando nossos pares, inicialmente, repito: Lysâneas, Chico Pinto, Alencar Furtado; depois em São Paulo, Santilli Sobrinho, Freitas Nobre; no Rio, ainda, J. G. de Araújo Jorge; no Ceará, Paes de Andrade. Paes, por ser veterano e fazer parte da Mesa, acolheu-nos e passamos a nos encontrar em sua secretaria. Dessa forma, a falta de local foi resolvida, ficando mais fácil mantermos e fazermos novos contatos. Conversamos também com Freitas Diniz, Marcondes Gadelha, Nadyr Rossetti. Mais tarde, com Getúlio Dias, Collares, Amaury Müller, Walter Silva, Jaison Barreto, compondo o núcleo do processo... A bem da verdade, o núcleo era mais... fundamentalmente, Lysâneas, Chico Pinto, Alencar, e

eu, éramos assim, os mais... fechados. Havia pessoas brilhantes: Marcos Freire, Collares, Freitas Diniz. O núcleo era isso aí, mais ou menos...

É evidente que em determinadas ocasiões como na Anticandidatura, no Colégio Eleitoral, esse Grupo ampliou-se chegando a vinte e três. É óbvio também que tivemos aliados no percurso, Josafá Marinho foi um deles, sendo nosso candidato contra Ulysses na primeira participação que tivemos na eleição do Diretório Nacional.

Quero ressaltar que um fator de extrema importância nessa hora foi a presença de Pedroso Horta que desempenhou um papel relevante quando de nossa entrada na Câmara. Todos que conhecem a vida do Dr. Pedroso Horta sabem que ele foi realmente liberal na expressão legítima da palavra. Liberal político, politicamente um liberal, dando-nos a chance de traçar nosso percurso político! No último ano de sua vida que foi, praticamente, em 1971, elegeu-se líder do MDB cumprindo uma missão muito importante. Eu só apareci, realmente, no cenário nacional porque fui seu vice-líder, conseguindo, a partir desse fato, um campo de manobra. A bancada do MDB, na época contava com setenta e seis deputados, desses dez... doze ou quinze por cento se identificavam conosco. Era uma luta muito difícil, mas foi assim que nós conseguimos...

Costumo sempre dizer que os Autênticos foram o quebra-gelo do processo, os que não apagaram a luz, os inconseqüentes... entre aspas... Fomos nós também que despertamos para o rompimento com voto nulo, cujo resultado extraordinário tem sua maior expressão em Lysâneas que, em 1970, obteve dezesseis mil votos para deputado federal na Guanabara, chegando em 1974 a cem mil votos! O Grupo, de um modo geral, o recebeu uma bonita votação nessa eleição que atribuo à campanha contra o voto nulo e à Anticandidatura de 1973... um outro capítulo.

O Grupo Autêntico foi o produto do que considero a grande mágica da vida: coincidência e conversa. Com muita dificuldade... naquela época, não havia discagem a longa distância, xerox ou fax... não existia nada, nada, nem gabinete! Graças à guarida de Paes de Andrade cedendo-nos espaço, iniciamos a trajetória dos Autênticos cujo nome nos foi dado pelo jornalista do Globo, Evandro Paranaguá, no Seminário de Recife, no ano de

71. Evandro ainda hoje mora em Brasília, porém deixou o jornalismo. Outro jornalista que nos ajudou muito nesse período foi o cearense Marcondes Sampaio... uma pessoa muito especial para nós!

Essa feliz coincidência de algumas figuras serem eleitas, possibilitou um grau de organicidade no MDB, e começamos a criar Seminários, acontecendo o primeiro em abril de 1971, no Rio Grande do Sul. Estabeleço esse momento como o início da nossa aparição política na qual houve até tiro de um louco, Cleber Sampaio, da Bahia, sendo, já naquele período, aliado de Antônio Carlos Magalhães. Nessa oportunidade, foi também esboçado, de forma bastante contundente, o processo da luta pública contra a direção partidária e contra o regime. Quando o processo foi realmente deflagrado, não tínhamos recesso parlamentar, então fizemos um encontro em Recife de onde se ouviu, pela primeira vez, as palavras de ordem: Anistia ampla e irrestrita e Assembléia Nacional Constituinte. Exatamente no Congresso, em junho de 1971!

Lutávamos fundamentalmente por liberdade, esse era o bem maior e nosso principal objetivo. É evidente que o Grupo Autêntico contava com algumas tendências ideológicas, e dentre as mais nítidas tínhamos o caso do Chico Pinto, um nacionalista exacerbado que, inclusive, mantinha muito contato com os militares; Lysâneas, um empedernido lutador pelos direitos humanos... foi sempre assim... É bastante engraçado lembrar que ele queria apresentar, já naquela primeira hora, uma CPI da tortura! Além de ser um sujeito extraordinário, um caráter de primeira, era advogado de presos políticos e, sendo evangélico, tinha mais força, mais fé, mais crença na luta. Também, como membro do Conselho Mundial das Igrejas possuía uma visão internacional que não tínhamos. Éramos, de certa forma, provincianos e não conhecíamos o que era o exterior, nem seu significado em política. Lysâneas era um homem com uma visão internacional de processo, além de muita luz!

Em relação à luta pela liberdade e a ação dos Autênticos existem muitas passagens... Certa vez, estava em tramitação, na Câmara, uma reformulação do Conselho do Direito da Pessoa Humana que funcionava no Ministério da Justiça e que a oposição tinha assento. O governo encomendou ao Senador Rui Santos um projeto cujo conteúdo propunha ampliar o

Conselho para que este perdesse a finalidade. Dr. Pedroso sabia que um grande perigo instava... Vivíamos o ano de 71 e, numa tarde, indo em direção à sala onde o Conselho se reunia, deparei-me com Dr. Pedroso Horta que acabara de deixar o recinto. Pediu-me que o acompanhasse até sua sala onde solicitou-me que fosse ao balcão da Vasp, ali da Câmara, e marcasse uma passagem para São Paulo para o dia seguinte. De volta a sua sala, já com o bilhete na mão, ele falou:

- "Não diga nem em sua casa para aonde você vai, mas a finalidade de sua ida a São Paulo é perguntar a Eunice Paiva se é verdade que seu sogro (pai de Rubens) recebeu uma informação do Ministro Buzaid dizendo que Rubens está vivo..." e completou:

- "Acho que é mentira, mas não quero denunciar sem ter certeza absoluta. Quanto aos seus contatos com ela, faça-os sempre de telefone público."

No dia seguinte, peguei o avião, desembarquei em São Paulo e fui direto para o Lux Hotel na Rua Júlio Mesquita. Dali, desci até a agência do correio, na Avenida São João, de onde liguei para Eunice que estava com os filhos na casa de um irmão do Rubens em Santos, precisamente, na Rua Equador. Conforme o combinado, eu deveria dizer só a hora do encontro que seria às dez horas do outro dia. Ao chegar a casa, eu não conhecia porteiro eletrônico, esses de muro, bati palmas... e quando, através do interfone, perguntaram "quem é?" ...eu quase morri de susto! Conversei com Eunice na biblioteca da casa e, infelizmente, a informação de Pedroso não era mesmo verdade. Um dado curioso ocorrido naquele dia: quando uma empregada veio nos trazer café, ela parou imediatamente de falar... qualquer um era suspeito. Na hora da saída, Eunice perguntou-me se eu trazia algum endereço ou telefone anotado, respondi-lhe que sim, então ela sugeriu que o rasgasse e completou:

- "...com certeza você será seguido..." Antes de rasgar os números de telefone anotados, lembrei-me de uma fórmula matemática que meu pai usava no comércio e codifiquei-os.

Enquanto eu estive com Eunice, o táxi que me trouxe aguardava meu retorno, porém ao sairmos de lá, dobrou a esquina um Aero-Willys, carro muito utilizado pela repressão, em cujo banco da frente sentavam-se dois homens de chapéu. Não tive dúvida e disse ao motorista do táxi:

- "Preciso ir para o Aeroporto de Congonhas, pago dobrado." O carro nos seguiu por algum tempo, mas depois de umas três curvas, desapareceu...

Uma outra experiência desse gênero que nunca me esqueço foi quando Rosalina Santa Cruz foi presa. As ligações eram sempre feitas de São Paulo, e um companheiro de nome Cacá avisou-me da prisão dela e imediatamente denunciei mais essa arbitrariedade. Seu irmão, Fernando, apesar de nossas denúncias foi assassinado pela ditadura.

Pois bem, o que nos unia, realmente, era a liberdade, passando também pela questão partidária. Queríamos liberdade interna para poder bater no regime. Desse modo, deixo claro que tínhamos dois "frontes" de luta. A direção partidária, entretanto, considerava que a forma de fazer oposição não era ao regime, e sim ao governo. Essa era a estratégia utilizada por ela... Entendíamos, todavia, que para "quebrar o gelo", despertar a juventude, debelar a luta armada, extinguir voto nulo, a forma era bater no regime... Isso aí... Era esse o norte, isso era o que nos unia!

É interessante que não havia "liderança" no Grupo. Compúnhamos um conjunto, havendo realmente uma unidade muito grande e a questão individual, raríssimas vezes, sobrepujava o coletivo...

Não descansávamos, eram vinte e quatro horas de luta ininterrupta. Como não havia facilidades tecnológicas, rodávamos panfletos no mimeógrafo e distribuíamos esse material na rua porque não havia um canal que levasse nossa atuação e luta para fora do Congresso Nacional. Nada ecoava. A atuação da igreja, CNBB, na época, era fraca, só mais tarde teve uma participação importante. A OAB, por sua vez, também não apresentava nenhuma expressividade. Éramos os únicos porta-vozes possíveis dos marginalizados. Ninguém sequer falava em anistia, só nós... Depois, sim!

Por tudo isso, a consciência do nosso papel era grande, embora não soubéssemos, confesso a você... a dimensão que o Grupo Autêntico teria historicamente. No fundo, sabíamos que estávamos fazendo história, na qual lutávamos com muita força e contra tudo... sem trégua, refúgio, abrigo ou proteção. Éramos movidos, realmente, por um incomensurável objetivo de liberdade!

Em relação às alianças políticas, fizemos, inicialmente, com Josafá Marinho, e aproveitando de determinados problemas internos nos Estados, aliamo-nos a outros poucos... A única aliança, entretanto, que realmente considero positiva foi quando elegemos Alencar Furtado, no ano 76, mas em um outro patamar... O Alencar foi realmente um aglutinador, conseguindo até votos da bancada "chaguista" do Rio de Janeiro que constituia a antítese de nossa luta pois era conivente com o processo da ditadura. Deliberadamente, eram MDB, mas nomeados biônicos e criteriosamente escolhidos pelo voto indireto do Rio de Janeiro.

Tivemos episódios muito significantes... dentre eles, a grande "sacada" do Grupo Autêntico, a Anticandidatura, já extrapolando o processo interno. Exatamente no dia quatorze de julho de 1972, houve a inauguração do Palácio da Justiça cujo Ministro Alfredo Buzaid, um títere, era o protótipo bem nitido do autoritarismo e da repressão. Estávamos Chico Pinto e eu no gabinete do Paes de Andrade quando começamos a imaginar, em meio àquela atmosfera festiva da ditadura, qual seria a forma de quebrar a hegemonia do sistema militar. Chico com suas idéias, seu nacionalismo confesso, na linha do General Albuquerque Lima, havia perdido espaço, quando da eleição de Médici. Estávamos convencidos de que a única forma de romper com essa estrutura seria um candidato militar para concorrer ao Colégio Eleitoral em 1973. Em outras palavras, apoiaríamos um candidato dissidente do sistema para quebrar a supremacia militar. Achei uma estratégia perfeita!

Em uma dessas coincidências que a história nos apresenta, o Pedroso Horta estava muito doente... perto do fim. Veio a Brasília fazer seu último discurso quando pregou uma candidatura militar, imaginando que o próprio Ernesto Geisel seria vetado pelo sistema.. Desse episódio surgiu a idéia da Anticandidatura. O nosso objetivo era uma candidatura militar visando à quebra do regime e não outro. E fomos em frente! Não é difícil imaginar o quanto era complicado para nós uma candidatura militar, não só por questões, digamos... das adversidades que o próprio momento histórico impunha, mas até de conseguir acesso, diálogo com algum militar. Nosso sectarismo nos impedia... poucas pessoas conversavam com militares: o Marcos Freire teve algumas conversas, bem como o Chico Pinto, porém sem sucesso.

Aproveitando-se da idéia, Ulysses Guimarães assumiu a Anticandidatura e, de certa forma, tivemos que apoiá-lo. Embora nosso projeto vislumbrasse a fissura na hegemonia militar, concluímos que o melhor antídoto seria um candidato militar, no entanto, esse acordo foi impossível. Mediante essa situação, Marcos Freire foi atrás de Barbosa Lima Sobrinho a fim de convidá-lo para ser o anticandidato, pois sendo pernambucano, tínhamos intimidade... ligação com ele. Aproveitando-se da idéia, Ulysses Guimarães assumiu a Anticandidatura e, de certa forma, tivemos que apoiá-lo... Assim a chapa ficou fechada e com ela nosso acordo em apoiar Ulysses... não obstante a "nossa" Anticandidatura fosse concebida para rachar o sistema, e a do Ulysses visava denunciar e protestar contra a eleição... É bem diferente, nosso objetivo era minar... E dissemos ao Ulysses:

- "Tudo bem, nós vamos em frente"; fizemos a campanha do anticandidato pelo país inteiro, embora muitos estivessem contrariados com isso... Tratou-se, todavia, de campanha altamente politizada e conscientizadora. Chegamos, enfim, à véspera da eleição... da eleição não, da escolha pelo Colégio. E nesse ponto, dissemos:

- "Olha, nós participamos até aqui, porém não coonestaremos a eleição. Sua candidatura não é a militar que racharia o sistema, mas candidatura de protesto". O MDB, contudo, fez uma reunião e resolveu ir ao Colégio Eleitoral com Ulysses e Barbosa. Deu-se aí o marco, o grande ato dos ***Autênticos*** *quando decidimos não ir ao Colégio Eleitoral, manifestando-nos contra ele e denunciando a eleição.*

É emocionante relembrar essa experiência, sobretudo a gratificação que tivemos ao ouvir, nessa mesma noite, a Rádio BBC de Londres, a única emissora por onde recebíamos alguma notícia sobre o Brasil. Na condição de ouvinte assíduo dessa rádio, ao chegar em casa, voltando do Colégio Eleitoral, ouvi o resultado da eleição que foi exatamente assim: Arena tantos votos; o MDB outros tantos; e a Oposição Autêntica brasileira: vinte e três votos!

A partir daí, ameaçaram-nos de tudo ... até de não recebermos "jeton". O importante disso tudo foi que conseguimos nos impor e o resultado da experiência fez-se notar com o estouro da eleição de 1974, e a nossa tomada de posição, o nosso protesto evoluiu para

Ulysses, depois para o Colégio Eleitoral, possibilitando a eleição de dezesseis dos vinte e dois senadores! Anteriormente à Anticandidatura, Alencar Furtado foi eleito servindo como fronteira para percebermos e sentirmos que o MDB era outro... O MDB criado para coonestar a ditadura mostrava-se, a partir daquele ponto, um Partido representante da sociedade oprimida cuja maior tradução, repito, ocorreu em 1974 com a eleição desses dezesseis senadores.

Avançamos de tal ordem que obtivemos como resposta o Pacote de Abril de 1977, servindo para evitar que elegêssemos Governadores, ficando transferida essa eleição; criaram o senador biônico, impedindo nossa maioria no Senado; reabriram também o processo cassatório. Como contraponto, iniciamos nossa luta pela anistia, até que veio o Golpe do governo... a pretensa abertura, revelando a quebra da hegemonia por vias transversas à nossa estratégia, ao nosso objetivo. De qualquer forma, fomos inegavelmente a quebra... Tornamos o MDB desaguadouro de toda a sociedade!

Não tenho dúvidas de que o Grupo Autêntico cumpriu o papel da quebra do regime militar, localizando-se nesse ponto o auge da nossa luta. A unidade de nossa luta coletiva pelo coletivo, buscando a queda da ditadura, da hegemonia foi a razão dos saldos positivos contabilizados. Esse processo todavia, exauriu... acabamos! Quando isso aconteceu, surgiram outras possibilidades: Tancredo foi eleito senador por Minas, Montoro começou a crescer em São Paulo e os Neo-Autênticos se elegeram, vindo com outra conotação...

Otimista que sou, consigo perceber os avanços do processo. Os acontecimentos, nesse quesito no Brasil, foram muito tênues: mudanças no regime, depois alternativas de poder, embora sem transformação em seu núcleo que continua o mesmo de quatrocentos e noventa e quatro anos. A elite é a mesma! Adaptam-se às circunstâncias, pois além da tenacidade, a direita é muito competente. Haja vista que eles são sempre os mesmos... com cara nova!

A presença dessa elite amanhecida pode ser notada nas pequenas coisas. Por exemplo: em qualquer órgão de desenvolvimento do país, eles estão incrustados e são os mesmos desde 1964, não muda nada. Por isso, eu entendo que é necessário e possível uma mudança, mais do que isto... uma metamorfose na consciência! Isto posto, tenho impressão de que o

Brasil será outro. Faço esta afirmação com certa tranqüilidade, porque estou na participação nacional de transição, efetivamente, desde 1983.

Atualmente, sou corregedor da Mesa da Câmara... onde ocorrem certas incoerências terríveis. Veja o seguinte: Por que o Fiuza foi inocentado, e o Ibsen foi cassado? O Fiuza foi inocentado porque pertence ao estamento, sendo referencial desse "sistemão" que aí está! "Eles" tinham que defender seu representante na sua referência, por isso ele foi... Não é fraqueza ou coisa nenhuma da Câmara, é um processo para salvaguardá-los. Estão tentando se encobrir através do Fernando Henrique, mas tiveram que se expor ao defender explicitamente o Fiuza. Por outro lado, procuram e ainda tentam uma perspectiva dessa ruptura, de qualquer jeito... e vão lutar até o fim na revisão Constitucional que foi uma luta na qual buscaram impor sua visão de qualquer jeito e não conseguiram.

Mediante tudo isso, vejo que temos nessa eleição uma perspectiva extraordinária, com mudança real de poder. Sobretudo, porque teremos eleições concomitantes, estadual e federal, dando inclusive um respaldo extraordinário ao próprio governo! Esse argumento de Lula não ter candidatos nos Estados não existe: primeiro, porque tem o voto solto; segundo, um dos dois que o apoie no segundo turno nos Estados é quem irá compor a sua retaguarda política. Esta é a minha visão de um futuro próximo.

No tempo dos Autênticos, o nosso objetivo era a liberdade... a liberdade democrática. Neste momento, buscamos usar essa liberdade alcançada para fazer as conquistas reais da população. Ou seja, é a mudança do governo atual, de seu perfil, do prestígio da pequena e média empresa incentivando a distribuição de renda e colocando a população como prioridade única! Vejo isso com muita nitidez, em meu Estado, Pernambuco. Arraes voltou, exatamente, porque sempre teve a população como prioridade absoluta. A elite pernambucana, aliás, faz uma acusação muito interessante, e até engraçada, dizendo que Arraes não tem nenhum cuidado com o Estado, só cuida do povo! Essa é a crítica que se faz! Minha preocupação e luta é que o nosso futuro governo federal seja assim: preocupe-se menos com o Estado e mais com a população! Acredito ser possível! Neste sentido, temos um exemplo próximo, recente, o Betinho e sua campanha contra a fome que, com uma única posição política,

porém apartidária, constrangeu a todos nós, políticos, fazendo-nos culpados da miséria brasileira, sem exceções! Ressalto que cada um de nós tem dado a contribuição independentemente de governos. Imagine um governo que assuma essa questão da miséria... Não tenho dúvida de que mudaremos o processo!

Fui ao Colégio Eleitoral no ano de 84 por entender que fosse a forma de ver quebrada a hegemonia do processo, o qual se encontrava em outra etapa com a candidatura de Tancredo. Por isso, afastei-me um pouco do meu Grupo, que era mais aguerrido, para ser a esquerda dos moderados, tentando a eleição de Tancredo. Contei, nesse momento, com a ajuda extraordinária de Chico Pinto. Foi uma lástima o fato de Sarney ter assumido o processo. Tancredo Neves, no entanto, sabia o papel do Chico Pinto e também tinha conhecimento de que eu o levei para essa posição! Nosso papel foi importante! Infelizmente, o processo fez com que Tancredo morresse e Sarney assumisse o poder, o que representava o continuísmo dos militares... Sarney era ainda pior... porque os militares ainda tinham alguns objetivos, e ele não! A meu ver, Sarney simbolizava o lado civil da coisa ruim, dos bajuladores eternos dos militares.

Desta forma, eu que fui fundador do MDB em 1965, e do PMDB em 1979, quando chegou o ano de 88, saí do Partido. Essa posição, por sinal muito conseqüente, foi decidida porque tomei raiva do PMDB, principalmente pelo comportamento de Ulysses, co-partícipe de forma muito comprometedora do governo Sarney! Que pese respeitar Ulysses, mas é impossível negar seus desserviços ao país e ao Partido, uma vez que era o Presidente da Câmara, e conseqüentemente, o substituto legal do Presidente Sarney, chegando a substituí-lo por diversas vezes quando este se ausentou do Brasil.

Ao deixar o processo, devido à morte inesperada de Tancredo, estive, por um certo tempo, deprimido, carente, embora tivéssemos cumprido nossos compromissos de campanha e atingindo algumas metas como: Constituinte, eleição nas capitais, eliminação da censura, anistia... Tudo isso, felizmente, foi resgatado e, aos onze meses de governo, que era PMDB, saí do Partido, porque eu não podia ficar com Sarney, não tinha como ficar... pessoalmente me dou bem com ele, não tem nada... Daí, fui para o PDT, com o projeto de tentar mudar

alguma coisa.

Devo lembrar que, em 1988, 89, eu não tinha nitidez de quem era o aglutinador das forças populares, se o Brizola ou o Lula. Tanto era procedente minha dúvida que os dois chegaram praticamente empatados no primeiro turno das eleições diretas de 89. A diferença foi de quatrocentos mil votos de um para o outro. Para as eleições de 1994, quando percebi que o PSB estaria apoiando o Lula, e eu querendo ficar com ele, parti para o PSB num projeto nacional e também estadual, por tratar-se do Partido de Arraes... ou seja, que o Arraes assumiu. Permaneci no PDT de 1988 até agosto de 93, quando filiei-me ao PSB onde estou feliz, de peito aberto no processo e com muita certeza de que o caminho é esse!

Um resumo de minha caminhada político-partidária? Bem, fui eleito deputado estadual no ano de 65. Em 1970, consegui minha primeira eleição como deputado federal, seguindo, 1974, 78, 82, 86, ficando em 1990 na primeira suplência, e assumindo em 92, na vaga do Fernando Bezerra Coelho que se elegeu prefeito de Petrolina. Em 1978, fui primeiro secretário da Câmara. No atual mandato, logo que cheguei em 1992, assumi a vice-presidência da Câmara da qual sou corregedor, e busco também a reeleição como deputado federal para o mandato de 1995/98.

No Brasil, sem sombra de dúvida, não temos tradição partidária, nossa cultura política é muito hipócrita, pobre e personalista. Tenho impressão de ser herança portuguesa... As pessoas freqüentemente trocam de partido que, por sua vez, mudam até de nome! A ditadura, sem dúvida, muito contribuiu para este tipo de comportamento.

Existe uma passagem muito marcante, e que me esqueci de contar: foi a morte do meu conterrâneo e grande amigo, companheiro de tantas jornadas... Marcos Freire, em um acidente de avião no ano de 1987. Uma tragédia e eu, honestamente, acredito ser mesmo um acidente por falha do piloto, do avião...

Tenho um irmão, João Lyra Neto, que está na política, é advogado, foi prefeito de Caruaru, exercendo mandato de 1989 a 92, e é candidato a deputado estadual, porém, não é meu herdeiro político. É, sim, meu companheiro de PSB e, coincidentemente, meu irmão. Estando há vinte e três anos em Brasília, possibilitei o acesso de muita gente ao cenário

nacional, muitos, hoje, figuras exponenciais: no campo jurídico, o Sepúlveda Pertence, da Procuradoria Geral da República com Tancredo e Presidente do Supremo Tribunal Federal; Sigmaringa Seixas, meu diretor de estrangeiro e hoje deputado federal; José Paulo Cavalcante Filho, grande conhecedor do direito de informação, foi meu secretário geral, tendo uma participação extraordinária no ministério; o Marcelo Cerqueira, meu ex-consultor, atualmente, Procurador Geral do CADE, foi também deputado federal... uma grande figura... muito marcante na minha trajetória. E outros, outros... mas, eu não diria herdeiros, são companheiros dessa aventura!

A propósito de minha família, somos quatro irmãos e uma irmã: eu, Fernando, o mais velho; Roberto, trabalha com construção civil... coisa pequena; João Lyra Neto, político e também empresário do ramo de transporte, e em sociedade com Gilberto. Eles possuem uma empresa de ônibus intermunicipal que liga Caruaru a Recife, além de outras cidades circunvizinhas; e Angelice, minha única irmã, é psicóloga. Papai está forte, com oitenta anos... Mamãe faleceu em 1972, aos cinqüenta e nove anos.

Quanto ao meu núcleo familiar, sou casado com Márcia, minha companheira de luta, que inclusive trabalhou em meu gabinete por oito anos. Hoje me dá uma grande ajuda nas campanhas... basicamente nas campanhas. Temos três filhas: Patrícia, nascida em 1966, formada em letras, mas trabalhando com informática; Renata do ano de 71, é administradora de empresa... "está se vestindo", e Juliana de 1972, bacharel em direito, trabalha no TRT e tenta a magistratura, todas morando em Recife.

Atualmente, meu maior "hobby" é a música... de qualquer espécie, vivo cercado por música e, neste sentido, sou prevenido, tenho sons muito bons nos meus automóveis; na minha casa de Brasília... um aparelho razoável e, modéstia à parte, em Recife meu equipamento é excepcional! E por toda parte que ando, compro discos, cd's.

Sinto-me gratificado em relação à vida pública... Não sei o que gostaria de ser e não fui... anseio ainda por disputar um cargo majoritário, não executivo, fundamentalmente no Senado, porém, isso fica por conta do processo que não se pode pré-determinar...

Foi uma experiência muito bonita ter pertencido ao Grupo dos Autênticos... a mais

extraordinária experiência política de minha vida! Sobretudo, em termos de conquista de objetivos, foi o melhor período que tive na vida política! Muito marcante, mostrou-se também a eleição de Tancredo, mas já em outro patamar, com outros objetivos e num processo muito avançado. Durante a existência do Grupo Autêntico, vivi um momento muito rico e definitivo! Fomos "o quebra-gelo!"

Francisco Amaral

(Francisco Amaral)

Nascimento: 29 de janeiro de 1923, Campinas, São Paulo

Pais: Avelino Amaral e Rosalina Pimentel Amaral

Formação: Professor, Jornalista - PUC Campinas, São Paulo, 1945

Advogado - Faculdade de Direito de Niterói, Niterói, Rio de Janeiro, 1959

Cônjuge: Marília Martorano

Filhas: Ana Cristina, Yara, Eliana, Adriana

"Eu ganhei estrutura psicológica dentro do Grupo, e isto me fez maior."

Campinas, 9 de setembro de 1994.

Escritório de Advocacia

Nasci em Campinas, no dia 29 de janeiro de 1923, estou com setenta e um anos. Meu pai chamava-se Avelino Amaral, foi filho de fazendeiro, do qual preservou a habilidade no trato da terra. Com a morte de meu avô, a família foi obrigada a mudar-se para a cidade. Quando adulto, papai tornou-se representante comercial. Minha mãe Rosalina Pimentel Amaral, tinha uma pensão... e assim tocávamos a vida. Éramos em oito irmãos, cinco mulheres e três homens. O mais velho, não conheci morreu antes que eu nascesse. Somos hoje, quatro mulheres, e só eu de homem. Sou casado com Marilia Matorano Amaral e temos quatro filhas, todas casadas, além de oito netos.

Sou formado em Filosofia desde 1945, pela PUC de Campinas, e também em Direito, por Niterói... Originariamente, lecionei Filosofia e Direito, quando passei a advogar e a defender os direitos dos trabalhadores sindicalizados, fundamentalmente da cidade de Campinas. Estas atividades, experienciei-as na década de 50, e até por volta da década de 60 participando de numerosas greves, como advogado, evidentemente.

No ano de 62 em razão da encampação da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, defendi os ferroviários, na condição de advogado contratado. Nesta ocasião, resolvi disputar pela primeira vez o mandato de deputado estadual, quando fui eleito, visando ser o representante dos ferroviários na Assembléia Legislativa de São Paulo. Posteriormente em 1966, disputei a Câmara Federal, para a qual fui eleito deputado... consciente das dificuldades, mesmo porque a essa altura, estava filiado ao MDB... ao antigo MDB.

A bem da verdade, como deputado estadual, fui eleito pelo PTN - Partido Trabalhista

Nacional, que era uma das facções trabalhistas de São Paulo, dentre várias... Era o partido do Emílio Carlos, Lino de Matos, Chaves Amarante, Araripe Serpa, e pelo qual cumpri o mandato na Assembléia de São Paulo. Quando o Araripe saiu candidato a Senador, assumi a condição de líder (já no MDB) da oposição de São Paulo. Na seqüência, disputei a Câmara Federal, sendo eleito com a convicção de oposição, na busca de situações novas para o país recuperar as suas verdadeiras vocações e afirmações.

Constituíamos então, dentro do Partido um grupinho integrado, dentre outros, por Mata Machado, Paes de Andrade, Davi Lerner, e numerosas outras figuras. Numerosas em termos, porque éramos poucos, e nos reuníamos na casa da "República do Lago", onde morava o Mata Machado, Márcio Moreira Alves, meus grandes companheiros! Lá nos encontrávamos e discutíamos até altas horas da madrugada, pensando... procurando pensar juntos um destino para essa Nação... na tentativa de criar e transmitir uma consciência para todos os brasileiros, que foi aos poucos germinando.

Inicialmente foi muito difícil, basicamente nos limitávamos a correr da polícia! Era mais correr da polícia do que qualquer outra coisa! Parece piada mas é realidade! Com o passar do tempo afinal, a coisa pegou e o MDB transformou-se no estuário das oposições todas, passando a ser uma prática, uma Federação de Partidos da oposição, o que contribuiu para o seu rápido crescimento, até 1974...

Em relação ao nosso nome, não quero reivindicar para mim, mas sem dúvida, lutei muito por esta denominação de Grupo Autêntico, pautado na autenticidade de nossas afirmações. Além disso, o Grupo era constituído por figuras que buscavam com autenticidade defender a soberania nacional. Deste modo, fui uma das pessoas que lutou para fixação do nome Autêntico na mídia e na fala do povo. O Grupo teve, se não me engano, várias denominações iniciais, mas acabou sendo conhecido realmente por Grupo dos Autênticos.

Indiscutivelmente o que nos unia era luta contra a ditadura! Viemos de várias origens, até regiões geográficas diferentes e nos localizamos dentro de um mesmo contexto... uns mais, outros menos, mas cada um fazendo sua parte, e tendo um papel que garantisse a consolidação de um rumo democrático, efetivo e certeiro para o país.

No Partido foram somadas diferentes posições, não de imediato, mas ao longo do processo... No saldo final, era possível encontrar, até MDB dentro do MDB!

O Movimento dos Autênticos foi a grande afirmação oposicionista do MDB. Por uma afinidade existente, e sobretudo pela postura assumidamente combativa dos Autênticos, o MDB conseguiu crescer numericamente, e até inchou!

Devido minha própria formação, sou um homem tranqüilo, nunca fui agressivo. Alguns companheiros, consideravam minha posição, mais moderada, até por minha própria formação espiritual. Sou católico, e mesmo sem muita militância sou um homem de luta, mas sem sangrar ninguém. nunca fui de armar briga. Sempre me considerei uma das figuras... tanto é, que em umas das eleições para liderança, cheguei a ser cogitado para ser líder. Ficou entre mim e Alencar Furtado, que acabou ganhando, e tornou-se nosso líder. Talvez eu tivesse chegado a liderança... Realmente havia uma parcela do Grupo a meu favor, em cujo aglomerado, encontrava-se Chico Pinto, que era dos mais ferozes, o mais atrevido! Uma das figuras mais expressivas do Grupo, no meu ponto de vista, era o Mata Machado, apesar de ser pré-Autêntico, porém uma figura rica... quietinho, miudinho!

Esta maneira de ser um sujeito ponderado, tranqüilo, sabendo abdicar das posições, traduz o que sou, e o que sempre fui... Entretanto, na época do Grupo, minha postura era bastante extremada, e assim deveria ser, sobretudo porque representava um ponto de vista, que deveria algum dia prevalecer nacionalmente, e acabou realmente se fortificando.

Nosso confronto maior evidentemente, na condição de partido de oposição, era contra o governo, lutávamos por democracia. Tínhamos um governo totalitário, e completamente insensível a tudo. Vivíamos porém, uma luta interna e bem clara. Não podíamos admitir, que enquanto estávamos na linha de frente, nos expondo na luta maior, uma outra parte do MDB negociava com o inimigo, fazia concessões. Inadmissível! Exatamente na contramarcha do que almejávamos.

A luta maior era contra o governo, todavia, poupávamos forças para conscientizar um número maior de parlamentares. Não tínhamos a intenção que todo mundo se transformasse em Autêntico... embora fosse o ideal, mas quase impossível! Os homens, as figuras que

compunham a oposição, começavam a tomar tonalidades diferentes. Em resumo, a situação do Grupo Autêntico dentro do MDB, era bem complicada, prevalecendo até o lateral... o MDB do B, preservando contudo, um nivel uniforme de grandeza.

Um dado interessante, é que a audácia dos Autênticos acabava virando notícia, obrigando a mídia a nos divulgar, muito embora não gostassem ou quisessem. Alguns jornais, eram muito contidos pelos órgãos de repressão e censura, outros, não tinham sequer interesse. As vezes, eram obrigados a nos divulgar, porque criávamos fatos que se transformavam em notícia. Ou seja, nossa atuação desbravada, tornava-se fato político, e não havia como deixar de noticiar! Alguns jornalistas como Dalambert do Jornal do Brasil, Rubem Azevedo Lima da Folha, sempre nos davam espaço, bem como o Flamaryon, mesmo sendo do "Estadão". Havia também alguns jornalistas, absolutamente audazes, como Afonsin, Evandro Paranaguá e o próprio Carlos Chagas... Chaguinhas, muito meu amigo, uma das belas amizades que deixei em Brasília...

Quanto ao comportamento de Ulysses Guimarães, o qual a mídia atribuiu uma aura... era um sujeito de muitas personalidades, um homem de inúmeras caras... vários momentos. Sua habilidade, foi o que o projetou. Não quero justificar seus procedimentos, contudo, em um momento histórico bem distante dos Autênticos, não tendo nada mais com o Grupo, exatamente em 1988, admito, se não fosse o Ulysses não teria sido votada a Constituição. Veja, ele percebeu que cerca de duzentos artigos, não seriam votados de jeito nenhum e desta forma, inventou um dispositivo: a Lei Suplementar. Anteriormente a 1988, aprovávamos uma questão, e a discussão do assunto viria depois em Lei Complementar. Conseguimos votar cerca de duzentos artigos. Apesar de tudo depender de regulamentação, temos uma Constituição votada de maneira legítima e democrática. E insisto, foi graças a inteligência, habilidade e sagacidade política de Ulysses, que chegamos a bom termo.

Tenho consciência também, que não se deve dizer certas coisas, mas Ulysses estava mais a direita, e não a esquerda... muito mais direita! Esse "Senhor Diretas" era um troço de doido! Ulysses ganhou uma roupagem, que na verdade não era dele. Emprestaram para ele algumas coisas... Não estou falando mal, tenho muito respeito por ele, mas não era essa

figura inalcansável, este ente superior, imagem que o Brasil criou, pautado na mídia. Ao contrário, tinha altos e baixos, porém era homem de sagacidade muito grande, de tiradas, de uma frase ou outra... e é isso que dava... Suas boas tiradas foram a meu ver, um dos principais responsáveis por sua eternização.

Outro dado marcante de Ulysses, é que ele combinava tudo, mas não fazia nada. Acertava conosco, tudo certo... e sempre acontecia alguma coisa! Realmente Ulysses foi pródigo, não sei se..., não vou nem qualificar o gesto, mas teve momentos de ir e voltar, sem nos avisar. O pior é que caminhávamos compassadamente, e ele aceleradíssimo.

Refiro-me a um tempo muito complexo, a começar pelas instalações da Câmara, incomparáveis com as atuais. Só para se ter uma base, havia um salão grande, cheio de máquinas, próximo ao cafezinho, ali escreviamos coletivamente, preparávamos discursos, enfim... uma secretaria para todos, era tudo elaborado no coletivo. Existiam umas dez, doze, quinze máquinas, e o deputado que chegasse primeiro conseguia ter acesso, se não...

No meu caso particular, cheguei à Câmara no ano de 67, quando tudo era muito primitivo. Algum tempo depois, começamos a criar dispositivos de secretariado parlamentar e foi iniciada a construção dos gabinetes.

Um dado interessante em relação às condições de atuação na Câmara, é que a labuta para escrever, era proporcional a de falar, ou seja para conseguirmos a palavra tínhamos que nos inscrever, e era uma briga cotidiana. Hoje felizmente está tudo mudado, existe um sorteio mensal, bem como inscrição para o "pinga-fogo" diário.

É importante registrar o embaraço de qualquer parlamentar ao chegar a Brasília. Somos totalmente desinformados e desequipados. Este fato me faz lembrar o Senador Ermírio de Moraes, que já naquele tempo, estabeleceu na Capital Federal, uma fabulosa infra-estrutura, que pode ser considerada empresarial, para assessorá-lo. Montou com o que havia de melhor e, por conta disso suas falas eram perfeitas, trabalhadas... O velho Ermírio, foi meu amigo, pai do Antônio Ermírio, do José Ermírio, da turma toda...Muito embora paulista e morando aqui, foi senador por Pernambuco.

Quando cheguei a Brasília, inicialmente eu não tinha apartamento, morei no Brasília

Palace Hotel e no Hotel Nacional. Posteriormente, aluguei um apartamento do Pedro Aleixo na 102. Viajava para Brasília normalmente às segundas-feiras, e voltava quinta ou sexta-feira. Depois de algum tempo, a Câmara liberou um apartamento, e foi quando minha família começou freqüentar Brasília. O mais divertido, é que chegavam no aeroporto, já pedindo para marcar a passagem de volta!

A Anticandidatura... se a considero nosso principal episódio? Penso sinceramente que não, pois em última análise, foi um episódio simbólico, vivemos outras situações muito mais reais, e absolutamente objetivas. Este assunto, foi alvo de inúmeras discussões. Quando todo o Grupo falava de Anticandidatura.... eu sempre tive uma posição diferente, sobretudo porque não conseguia perceber sequer ganho político momentâneo. O anticandidato não disputou nada, não fez nada... tinha sim o sentido simbólico acima de tudo. Muito bem, foi um grande marco, neste pormenor... Fora isso, não acredito que tenha sido um grande lance dos Autênticos.

Tivemos outros desafios, nosso próprio cotidiano, foi sem dúvida muito mais expressivo, muito mais "Autêntico"! Na Anticandidatura não havia autenticidade nenhuma! Como história... ah, sim! Mas em se tratando de ação real, questiono...

Nossa afirmação é revelada na coragem de enfrentarmos situações, dizermos verdades e corrermos riscos. Sabíamos que a polícia se faria presente com seus cachorros nos mordendo, os governadores comandando a liberação de gás lacrimogêneo em cima da gente. Deste modo, repito, nossa grande afirmação, é localizada no próprio cotidiano, quando nos atirávamos nessas "empreitadas" complicadas com absoluta confiança, sabendo talvez, que fosse a audácia, a pura tradução da grandeza do gesto. Se vale uma imagem , é como o sujeito saltando sem pára-quedas, mas se pensando portador... No nosso caso, saltávamos sem pára-quedas, e sabíamos de sua inexistência!

O tempo é responsável pelo esmorecimento de algumas coisas... como as cassações, que sob meu ponto de vista, foram os momentos de maior tristeza do Grupo Autêntico... Perdíamos aqui e ali um braço, um dedo, uma orelha.

Não podíamos mais continuar uma federação de partidos, porque o MDB, continha

espectros políticos, os mais diferenciados. Diante disto, os componentes dos Autênticos, quando da abertura, do pluripatidarismo, resolveram assumir posições diferenciadas, determinando, criando, preconizando novos partidos. Neste momento fomos dizimados, restando de nós, um para cá, outro para lá... é PT para cá, PMDB para lá...

A possibilidade e a facilidade da existência de outros partidos políticos, propiciou sobretudo aos oportunistas que estavam no MDB, que saíssem para criar as suas "igrejas" e tornarem-se seus donos.

Desta forma, atribuo à abertura política o principal motivo de nossa dissolução... Paradoxalmente, lutamos tanto por uma abertura, e ela praticamente nos liquidou, tirando a unidade do Grupo que foi abrindo, abrindo... São as conseqüências...

Com a mudança dos paradigmas, desapareceram determinados conceitos... estamos vivendo uma outra realidade. Para continuar nossa luta, deveríamos participar da recuperação da sociedade, da divisão justa de renda entre os nossos compatriotas. As diferenças sociais são terríveis, muito mais graves e flagrantes que na década de 70. Penso que hoje, caberia a uma luta Autêntica, centrar-se em torno dos problemas e das dificuldades sociais.

Tenho absoluta certeza, que consegui segurança e realização política agindo dessa maneira, proclamando-me o mesmo Chico, de ontem o de hoje, e, o de hoje o de amanhã. Todos sabem quem é o Chico Amaral, com sua disposição ou indisposição. Nunca engambelei ninguém, principalmente na minha cidade, todos me conhecem!

Esta colocação tanto é verdadeira, que na eleição de 1974, fui o deputado federal mais votado do Estado de São Paulo! Eu o deputado mais votado aqui, e o Mello Reis, da ARENA, de Juiz de Fora, Minas Gerais, foi o mais votado de lá. No ano de 76, fui o prefeito mais votado do Brasil!

Estive no PTN, porém, em 1964 com o bipartidarismo, transferi-me para o MDB... No início dos anos 80, tive uma ligeira passagem pelo PP de Claudio Lembro, apenas por alguns meses e logo me indispus. Tanto é, que o PP teve um curto período e se dissolveu. Houve uma nova convenção, quando resolveu-se por voltar às próprias origens, ou seja, prevaleceram as antigas filiações. Entendo hoje o PP como um equívoco político, até inspirado

pelo Tancredo Neves, e me penitencio por isso... Talvez, seja esse o motivo porque fui injustiçado pelo PMDB. Em outras palavras, mesmo tendo sempre lutado por sua sobrevivência e sucesso, e na condição de deputado federal e prefeito de Campinas, não me deram o direito de ter um candidato às eleições proporcionais do meu Estado. O partido me boicotou, não tive a chance de um candidato do meu contexto. Meu candidato nesta ocasião era o José Roberto Magalhães Teixeira, o Grama.

Não há contudo, partido perfeito, todos possuem momentos maiores... menores, e sobretudo, são governados por homens que algumas vezes fraquejam.

Quanto a meu relacionamento com o Grama, divergimos em algumas coisas, todavia, nos entendemos, nos damos bem... Existem questões que pensamos de forma diversa e procuramos não tocar, penso que isto significa respeito mútuo.

Sou amigo do Grama, mas defendo o Quércia, que em termos políticos foi um grande bem para o MDB, sendo o principal responsável pelo crescimento do partido. Muitas acusações e versões em torno dele... são injustas. Não merece, não merece... E digo mais, ele deveria em determinados momentos da vida, ter tido um pouco mais de respeito por parte do PMDB, especialmente nos momentos de aflição! Algumas pessoas do partido preferiram abrigar-se na sombra, a enfrentar o calor de um sol escaldante. Quércia deu muito ao PMDB, não quero santificá-lo, absolutamente! Porém é inegável que ele é politicamente companheiro, organizador, um grande sustentáculo, sendo apoio do partido por todo esse tempo, fazendo-o grande! No momento de dificuldade, foi largado e abandonado à própria sorte, como também aconteceu com Ulysses.

Considero que o PMDB foi extremamente injusto em relação a dois episódios: na candidatura do Ulysses, que apesar da teimosia era candidato, e não tinha como; e no caso de Quércia, quando foi obrigado a se afastar do partido, muita gente com faca na mão, querendo apunhalá-lo! O que é isso! Não é assim, ninguém tem direito de agir deste modo.

Os partidos brasileiros na sua quase totalidade são irreais, inautênticos... Partidos de safras eleitorais, de momentos eleitorais. Por oportunismo existe até um programa que geralmente não é seguido, é mera formalidade que se atende, mas não se observa. Entendo

que os Partidos deveriam ser mais verdadeiros... De todos que existem hoje, o de mais autenticidade é o PT... isso eu reconheço. Não tenho tendências petistas, porém reconheço este valor. É um pouco xiita para o meu gosto, porém é coerente.

Vale lembrar que José Roberto Magalhães Teixeira, o Grama, foi meu vice-prefeito e seu primeiro pleito vitorioso, deu-se em 1976 nesta condição. No ano de 82, o fiz Prefeito, fato do qual muito me orgulho, pois na história de Campinas, Quércia e eu, fomos os dois únicos Prefeitos, as duas únicas figuras políticas, capazes deste feito. Sequer prefeitos de grande prestígio aqui na cidade, como Miguel Vicente Cury, figura idolatrada e Mendonça de Barros, conseguiram eleger o sucessor. Este foi o melhor atestado de aceitação, que significou é um endosso do meu governo. O próprio Zé Roberto, terminou o governo, com louros, fogos de artifício, e tudo, porém, não fez seu sucessor.

Assim, meu herdeiro realmente foi o Grama, após eleger-se Prefeito, alçou seu próprio vôo, caminhando para seu destino... Ele nunca gostou do Quércia, e em determinada altura criou restrições, e se afastou... Na primeira oportunidade trocou de partido, pois sabia que o PMDB seria sempre do Quércia... e talvez, o destino pudesse colocá-los em confronto... O Grama não queria isso. Está hoje no PSDB, e continuamos amigos. Não obstante, existam diferenças políticas, ajudo a cidade no que posso, ele me trata bem, embora não dê muita "colher-de-chá"... Apesar disto, nos damos bem, não temos dificuldades.

Há até uma passagem importante, quando escondi o Márcio Moreira Alves em Campinas, Grama ajudou muito nos dois últimos dias. Participou, em um gesto de coragem! Márcio Moreira Alves era um homem procurado pelo Brasil inteiro, e nós aqui o escondendo. Em certa altura, contei ao Grama que ele estava escondido aqui, pois na ocasião, eu morava numa casinha... três filhas, tudo atrapalhado... Falei, não por medo, absolutamente, e sim por razões objetivas. Márcio ficava vinte quatro horas preso dentro de uma casa pequenissima, sem poder sair para tomar sol. Às vezes se revoltava, ficava doido, ameaçando:

- "Vou sair para a contra revolução". Eu tentava acalmá-lo, pedindo que acordasse para realidade, e indagava dele, quem iria pegar em armas... ninguém, ninguém!

De maneira que nos dois últimos dias de sua permanência em Campinas, Márcio

esteve no apartamento do Grama no centro da cidade. A idéia que tive de esconder Márcio em Campinas, ocorreu, porque aqui é sede de três unidades militares. E, por mais hilariante que possa parecer, nenhum militar pensaria em procurá-lo na "porta do quartel".

Tudo começou no dia em que a Câmara julgaria Márcio quando aprovaria ou não seu processo. Fui procurado pôr ele, perto de uma hora da tarde, quando disse:

- "Ah! Chico estou vivendo um drama horrível, tenho que deixar Brasília às cinco horas desta tarde, e não tenho para onde ir. Eu havia acertado tudo com uma pessoa que há pouco ligou, dizendo não ter condições de me receber e esconder". Daí falei:

- "Fique tranqüilo Márcio, se tenho ou não condições, não sei... mas você vai para a minha casa, e acabou! Acredito ser o melhor lugar, pois Campinas tem três unidades militares e ninguém vai pensar que você vai se esconder lá."

Márcio tomou um aviãozinho em Brasília, por volta das seis horas da tarde, deveria descer em Ribeirão Preto, e vir de carro para cá. Eu estava agoniado porque nesse dia houve um tumulto, e até meu avião que deixaria Brasília às nove e meia da noite, acabou saindo meia noite e meia. Atormentava-me a idéia que Marcio tivesse chegado em Campinas (pelos meus cálculos, uma e meia da manhã), e que minha mulher não sabendo da situação, pois não podia ligar para preveni-la, não o deixasse entrar:

- "Não sei quem você é, nessa casa você não entra... nunca te vi, estou com as meninas. Nesta casa o senhor não entra, de jeito nenhum".

Felizmente, ele parou em Ribeirão Preto, ligou para Campinas e eu o peguei no dia seguinte, indo direto para minha casa. Marcito ficou conosco aproximadamente doze dias. Permaneceu ainda dois dias no apartamento do Grama, no centro da cidade, partindo a seguir para São Paulo, ficando por mais alguns dias com Pedroso Horta. Por ter um esquema, mais ou menos armado, de lá foi para São João da Boa Vista, onde um avião o esperava, levando-o ao Paraguai.

Durante a estadia de Márcio em Campinas, um dia eu estava em meu escritório de advocacia, chegaram algumas pessoas, dentre elas o padre Jordano daqui de Campinas, a quem conhecia, além de mais duas outras pessoas estranhas. E o padre falou:

- "Olá Chico, tudo bom? Trouxe uns amigos que querem conversar com você". Inicialmente pensei, que eram agentes do SNI, imaginei: descobriram e pronto! Mas, o senhor mais velho disse:

- "Estou trazendo aqui uma encomenda... é dinheiro para ser entregue ao Deputado Márcio Moreira Alves". Eu digo:

- "Márcio Moreira Alves... dinheiro, e porque é que devo entregar... ele sumiu do Brasil, eu não sei onde está..." Foi essa a minha posição, pois apesar dele estar em minha casa, eu não sabia quem eram aquelas pessoas... então, este senhor mais idoso falou:

- "Olha, não vamos discutir, tampouco entrar em pormenores, vou deixar com o senhor este pacote, e de alguma maneira, faça-o chegar até Márcio. Só isso..." Peguei o pacote, e ele silenciosamente, tirou a aliança mostrando as iniciais gravadas. Naquele instante, atônito que estava, não identifiquei, depois percebi tratar-se das iniciais da mãe do Márcio.

Em suma, Marcito chegou ao Paraguai, de lá foi para o Chile, depois para a França, Portugal... Ele foi um muito direito comigo, voltando com a anistia, ao Brasil, o primeiro lugar que visitou, foi minha casa, juntamente com Mariá sua mulher. Veja que expressão de gratidão! Foi um gesto realmente muito bonito... E num mundo, onde ninguém mais tem este tipo de sentimento, que infelizmente caiu em desuso...

Minha real afirmação como parlamentar, deu-se no Grupo Autêntico. Fui Prefeito, seguindo a ânsia do político da terra em dirigir a sua cidade... perdi a eleição de 1972 à prefeitura, e até por isso, ganhei a de 76, me realizando perfeitamente. Mas, sinceramente, sempre gostei do Parlamento... faz mais o meu gênero, muito mais...

A última eleição que disputei, perdi por causa do Grama, (disputamos o mesmo posto de deputado federal) que em seu governo fez realmente marketing político... Foi sucedido pelo Bittar do PT, que foi uma tragédia de administração. De forma que o prestígio do Grama cresceu violentamente, porque o povo comparou as gestões: uma que foi, digamos recomendável, com outra péssima. Este fato o evidenciou e acabamos disputando o mesmo cargo. Ele teve cento e doze mil votos ou cento e quinze mil, e eu, que sempre tive oitenta, noventa mil votos, fiz apenas dezoito mil. O Grama absorveu toda votação, e o excesso de

votos que obteve, foi minha morte eleitoral. Isto é, se eu tivesse tido um pouquinho mais de votos em Campinas teria alcançado uma vaga. Esgotada a votação daqui, não tive como... fui derrotado por ele.

Interessante que o Grama exerceu o mandato de Deputado Federal por dois anos, e acabou abrindo mão para ser Prefeito. Estando no PSDB, seu suplente foi alguém do mesmo partido. Isto posto, Campinas esta sem representante na Câmara Federal. Espero que esta condição esteja por pouco, e eu consiga ser eleito no pleito de outubro próximo.

Minha trajetória política, iniciou-se no ano de 62 como deputado estadual. A seguir, em 1966 deputado federal, depois, concorri quase todas as eleições, porque quando o Quércia disputou a Prefeitura de Campinas, em 1968, existiam sublegendas: ARENA e MDB, e havia uma senhora, professora da ARENA, que podia trocar a qualquer hora, e sairia como candidata da sublegenda, desde que eu fosse seu vice-prefeito, o que aceitei, até para compor a legenda e sair três a três. Em resumo, disputei as eleições dos anos de: 62, 66, 68, 70, 72, 74, 76, 82, 86 e 90.

Em 1986, o Montoro me nomeou juiz do Tribunal Militar de São Paulo. Todavia, por fazer questão de ser Constituinte e disputar a eleição, mandei uma carta a ele abrindo mão do cargo. Não assumi, para disputar a eleição, sendo eleito pelo PMDB. Tenho uma enorme alegria de dizer que fui Deputado Constituinte! Foi muito bom estar presente, possibilitando que a nova Constituição tenha o nome de Campinas. Graças a Deus, pude viver esta felicidade!

Tinha sim consciência que faziamos história, do papel histórico dos Autênticos. De minha parte, sempre desejei participar da vida política para tentar de alguma maneira fazer parte de uma história. Embora não pudesse ser o autor maior, fui com muito orgulho, um coadjuvante da história política do meu país!

Se valeu? Muito! Embora a minha família não pense desta forma. Passamos por muitos dramas, muitas dificuldades e momentos de sobressalto. O período que Márcio esteve em casa, foi sem dúvida um dos mais marcantes. A família esteve assustada, porque a qualquer momento podiam descobrir e, não sei o que poderia ter acontecido. Creio entretanto, que elas falam é da "boca para fora", e intimamente as cinco, minha mulher e as quatro filhas,

concordam comigo, que valeu a pena!

O significado dos Autênticos na minha vida política, é tema que me emociona muito... Foi a experiência que me afirmou como parlamentar. Revelou que minha atuação estava no caminho certo, dando-me a clareza da trajetória correta... mais que em qualquer outra oportunidade. Eu ganhei estrutura psicológica dentro do Grupo, e isto me fez maior.

Francisco Pinto

(Francisco José Pinto dos Santos)

Nascimento: 16 de abril de 1930, Feira de Santana, Bahia

Pais: José Pinto dos Santos e Inácia Pinto dos Santos

Formação: Advogado - Faculdade de Direito da Universidade da Bahia, Salvador, 1954

Cônjuge: Thais Cavalcanti Alencar

Filha : Thais Alencar Pinto dos Santos

"Meu discurso, objetivava encontrar uma saída para o Brasil..."

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1993.

Residência de Lysâneas Maciel

Sou de Feira de Santana - Bahia, onde nasci sob o signo da revolução de 1930, em 16 de abril. Meu pai, José Pinto dos Santos, possuía fazenda em Feira de Santana e no vizinho município de Coração de Maria, além de uma destilaria. Morreu em 1946, quando encontrava-me com dezesseis anos. Somos quatro irmãos. A mais velha Maria Isabel, professora, casou-se com Joaquim Lopes Azevedo e mudou-se para o Rio de Janeiro, antes do falecimento de meu pai. Eu, o mais velho dos homens. Meu irmão Antônio Pinto dos Santos, como eu, formou-se em Direito, elegendo-se vereador em Feira 1962/1966, ainda universitário. Atualmente é juiz de direito em Salvador. E, José Pinto dos Santos Júnior, que concluindo o curso colegial preferiu assumir a direção do alambique, além de uma fazenda que herdou.

Minha mãe, Inácia Pinto dos Santos, "dona de casa", sem qualquer interferência nos negócios de meu pai, como aliás, era costume na época. Após a morte do marido, desdobrou-se com energia, firmeza e dedicação para superar sua inexperiência, amparando-se em uma extraordinária fé em Deus e nos Santos da Igreja Católica, para suportar a dor, manter-se e educar os filhos, estudantes na capital do Estado. Ficou de luto fechado por mais de vinte anos. Sendo o mais velho dos homens, fui acionado para ajudá-la na tarefa da administração dos negócios.

Mamãe faleceu no final de 1989, aos noventa e três anos. Lembro-me que coincidiu com o comício do Lula em Salvador, no segundo turno das primeiras eleições presidenciais diretas, após o fim da ditadura formal. Neste dia eu deveria falar naquele comício como representante do "Novo PMDB" (um grupo dentro do partido), porque o PT não aceitava

qualquer indicação do Diretório moderado. Creio que agiu corretamente. A maioria do PMDB votou com Collor no Estado. Minha mãe agonizava e não pude comparecer ao comício, sendo substituído pelo então Deputado Estadual Emiliano José.

Minha vida política começou cedo, exatamente no curso ginasial, e era considerado um dos líderes do movimento secundarista em Salvador. Fui eleito orador da turma, no colégio Carneiro Ribeiro, ao concluir o curso - na época denominado Formatura em "Bacharel em Ciências e Letras" - e ocupei os mais variados cargos no grêmio do colégio. Ingressei na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, em Salvador, em 1954 e, neste mesmo ano, elegi-me vereador pelo PSD (ala progressista), em Feira de Santana, exercendo o cargo de 1951/1955. Mandato gratuito, na ocasião.

Não foi fácil conciliar os estudos e o exercício do mandato em duas cidades diferentes, interligadas por uma estrada horrorosa, onde no inverno se gastava quatro horas de viagem. O que me facilitava é que a Câmara de Vereadores se reunia à noite, permitindo-me comparecer com assiduidade às sessões, e, ainda, ser considerado o melhor vereador da cidade. Tive de abdicar constrangidamente, contudo, de participar da política universitária. Seria impossível.

Meu pai era da UDN. Minha mãe era getulista. Por esta razão, não requereu seu título eleitoral, para não votar contra os candidatos do meu pai, eleito Conselheiro Municipal - 1934/1937 - que apoiava o Brigadeiro Eduardo Gomes -UDN para Presidente da República em 1945. Ajudava-o, porém, em todas as tarefas secundárias, que meu pai solicitava junto aos seus eleitores. Foi a forma harmoniosa encontrada. Do seu voto a UDN nunca se beneficiou. Tornou-se eleitora em 1950 para votar em Getúlio para presidente e em seu filho para vereador. Meu pai já havia morrido.

Para não transparecer que não me definia diante dessa dualidade de posição, devo esclarecer, que embora sem idade para alistar-me eleitor, participei na capital, onde estudava do Comitê Estudantil pró Eduardo Gomes. A campanha libertária pelo fim da ditadura me seduzia. Foi, no entanto, a primeira e única vez.

De qualquer sorte, sou um produto do populismo (sem aspas) do getulismo, da rígida ética que a UDN pelo menos externava e, mais tarde, dos ideais socialistas absorvidos na

universidade.

Naquele ano de 1950, Getúlio Vargas esteve em Feira de Santana, em campanha eleitoral, disputando a Presidência da República. Hospedou-se na residência de mamãe, onde almoçou e passou parte do dia. Até hoje existe uma placa de mármore registrando aquele acontecimento. Seu comício abalou emocionalmente a cidade, com getulistas apaixonados e uma minoria agressiva da UDN tentando tumultuar o ato político. Getúlio Vargas, apesar disso, venceu as eleições no município por maioria absoluta, derrotando os demais candidatos reunidos: Eduardo Gomes (UDN), Cristiano Machado (PSB).

Neste ano, disputei uma vaga na Câmara Municipal pelo PSD. Votei, porém, em Getúlio e fui um dos vereadores mais votados da cidade. No início do ano, em companhia de outros jovens e alguns profissionais liberais, articulamos criar um novo partido na cidade. Comecei a "fazer" eleitores, como se dizia à época, isto é, trabalhando no alistamento eleitoral. Já havia inscrito mais de uma centena de eleitores. Fui procurado, em nossa residência, pelo deputado federal constituinte de 1946 e ex-prefeito do município, Dr. Eduardo Froes da Mota, uma das maiores figuras que conheci na vida pública. Convidou-me para ser candidato pelo PSD. Respondi que pensava em criar um novo partido em Feira. Paternalmente, desaconselhou-me. Disse-me que era uma aventura, uma vez que esse partido não alcançaria o coeficiente eleitoral, fato que constatei, posteriormente, nas eleições, ser verdadeiro. Acrescentou que conhecia meu trabalho e que também me beneficiaria com o apoio de alguns correligionários do meu pai, sobretudo no Distrito de Humildes, mas que muitos deles continuariam na UDN, o que, também, era verdade. Disse-me, ainda, que queria renovar o PSD no Município. Citou vários jovens recrutados por ele (alguns se elegeram vereadores comigo). Avisei-lhe, então que iria conversar com os demais companheiros e acabei no PSD, liderado por um político sério, coerente, experiente, solidário, sincero e que não prometia em vão, quer na política ou fora dela.

Um fato marcante que serviu de exemplo, para mim e muitos jovens, foi o discurso de Vargas defendendo a Soberania e o Patrimônio Nacional. Prometeu, afinal, que eleito, instalaria serviço de água encanada na cidade, uma de suas maiores reivindicações. Ao

assumir o mandato de vereador e eleito Primeiro Secretário da Câmara, apresentei requerimento solicitando a designação de uma comissão de vereadores para cobrar do presidente, pessoalmente, no Rio de Janeiro - antiga sede do Governo Federal - a promessa do candidato em praça pública. Constituída, oficialmente, a comissão integrada pelos Vereadores Antônio Araújo (PSD), Wilson Falcão (UDN), Hamilton Cohim (PTB), Renato Santos Silva (PR) e eu (PSD), compramos passagens de avião com nossos próprios recursos. Pagamos, por nossa conta, hospedagem em hotel na então capital da República. Um dos vereadores precisou tomar dinheiro emprestado a terceiros, para cumprir seu dever com a cidade e seu povo.

É de se salientar que o mandato era gratuito, sem qualquer espécie de vantagem pecuniária (subsídio, ajuda de custo, etc.).

Este fato relatado hoje parece inacreditável, diante dos exemplos que os atuais políticos oferecem à população!

Na audiência, Vargas reconheceu-me. Lembrou-se do comício tumultuado, salientando, porém a vitória que alcançou no município. Expostas as razões de nossa presença, o presidente confirmou a promessa e nos encaminhou, por intermédio do Deputado Federal Carlos Valadares - PSD, ao Ministro da Educação, o baiano Simões Filho, a cujo ministério estava subordinado o SESP, órgão, na época, subordinado ao seu ministério e encerrou a audiência: "Agora só depende do Simões e ele vai fazer."

No dia seguinte estivemos com o ministro. Entusiasmado, nos disse ser o responsável pela instalação de energia elétrica em Feira quando moço e, canalizaria água para a cidade. Dias depois chegaram os técnicos. Elaboraram o projeto e meses depois abriram os primeiros poços artesianos, canalizando água para as primeiras residências. Para os iniciantes na política institucional esse exemplo valeu para o resto da vida. As promessas de políticos devem ser cumpridas.

O tempo mostrou, porém, que essa regra existe para ser descumprida.

Antes de concluir o curso de Direito, em dezembro de 1954, Getúlio suicidou-se em agosto. Em Salvador, a revolta foi generalizada. Uma multidão exaltada e sem rumos percorria

as ruas quebrando casas comerciais e gritando "Morte" aos líderes da UDN. Foi um quadro indescritível de dor, exaltação, choro e ódio. A Aeronáutica socorreu alguns líderes udenistas protegendo-os na Base Área de Salvador e o palanque onde a UDN fizera, na antevéspera, um comício violento, na praça da Sé, pregando a derrubada de Vargas, transformou-se em uma imensa fogueira, onde, a multidão enfurecida, pretendia queimar os inimigos de Vargas, responsáveis indiretos pela sua morte. No meio da multidão encontrava-me também.

Comecei a advogar em Feira e na região no início de 1955. O fato de ter sido um vereador atuante contribuiu para que clientes aparecessem nos primeiros dias. Tornei-me advogado dos sindicatos de Construção Civil, Fumageira, Feirantes, Metalúrgicos e Comerciarios e cheguei a ter a maior banca de advocacia da região, embora não a mais rendosa.

Em 1962, depois de seguidas derrotas do PSD no município, fui convocado pelo partido para disputar a prefeitura. O desalento entre os correligionários era grande não só pelas sucessivas derrotas, mas porque o PTB, tradicional aliado do PSD, coligara-se com a UDN local, onde se abrigava a burguesia. Além do meu partido e de todos os sindicatos, contei com o apoio do PCB, na clandestinidade, contra os outros três maiores partidos do município: UDN, PR, que detinham o controle da prefeitura há muitos anos e mais o PTB.

Radicalizei na campanha. Nos comícios proclamava:

- "Não quero votos da burguesia. Não servirei a dois senhores, Deus e o Diabo." Comecei a esvaziar o PTB, que conduzia parte do eleitorado da periferia. Os frades Capuchinhos que eram e, ainda são, proprietários da Rádio Sociedade local desencadearam uma campanha, que se estendeu aos púlpitos, com sermões irradiados e, até no confessionário, pediam para não votar no candidato dos comunistas. Mas, eu não era comunista!

Concluía meus discursos diariamente, nos comícios, com o slogan: "Francisco Pinto na prefeitura é o povo governando." E o adversário, mais tarde governador da Bahia, João Durval (1982/1986) contrastava: "João Durval na prefeitura é João Durval governando."

Ganhei as eleições e coloquei em prática o slogan da campanha:

a) Organizamos a população em Associações de Bairro, ainda inexistentes no

Município e criamos uma Federação das Associações nascentes;

b) Nenhuma obra era realizada na cidade sem uma discussão em cada bairro e em praça pública, onde falavam, no início dos trabalhos, o prefeito e alguns secretários, a fim de defender as Reformas de Base, programados pelo governo de João Goulart: agrária, tributária, bancária (estatização dos bancos), cambial, fiscal, com os acréscimos por nossa conta. Depois saíamos de cena e era a vez dos moradores, apresentarem suas propostas sem nossa interferência e, depois, eram votadas. No dia imediato, iniciávamos a obra aprovada.

c) Fundamos e construímos o prédio do Ginásio Municipal. Os existentes eram privados.

d) Construímos e implantamos um Centro de Abastecimento fixo e outros volantes, em caminhões apropriados, vendendo, em cada bairro, somente aos filiados, às associações e aos sindicalizados, os produtos básicos, pela metade do preço do mercado.

e) Montamos uma Farmácia do Povo, comprando grandes estoques diretamente aos laboratório e deles exigindo amostras grátis, o que nos permitia vender remédios pela metade do preço.

f) O Orçamento Municipal - uma abstração ignorada pela população - pela primeira vez neste país, passou a ser discutido e elaborado pela comunidade, nos bairros, e levada à praça pública. Os técnicos só lhe davam a feição exigida pelas normas legais. Não é, portanto, uma invenção do PT. Fiz isso com mais amplitude em 1963, há mais de trinta anos.

O comprometimento da população com o Orçamento, foi de tal ordem, que ao ser submetido à apreciação da Câmara de Vereadores e rejeitado - éramos minoria - a população revoltada destruiu todas as dependências da Câmara. Galerias lotadas e milhares de pessoas concentradas na praça. Os vereadores refugiaram-se na diretoria da Câmara com as portas escoradas e o povo tentando arrombá-las, armado de paus provenientes das cadeiras e mesas quebradas, além de outras armas. O Batalhão da Polícia deslocou-se para o local. Houve confronto. Feridos à bala. O Batalhão se retirou, debaixo de pedradas, depois que assumi compromisso com o comandante de garantir a fuga dos vereadores da oposição. As emissoras de rádio, que transmitiam o tumulto, facilitaram a confluência de milhares de outras pessoas,

que vieram dos bairros defender o Orçamento. Falei à população exaltada, cerca de dez a quinze mil pessoas, e lhes disse: "A Câmara acabou. Daqui em diante a Câmara dos Vereadores de Feira de Santana é o seu próprio povo." Pedi que deixassem os vereadores saírem. Fizemos um cordão de isolamento, com lideranças populares, e retiramos os vereadores. Um deles desmaiado, o Vereador Jorge Mascarenhas (UDN), foi transportado em uma padiola para uma ambulância. Os demais saíram em um carro providenciado por mim.

Isso ocorreu nos primeiros dias de dezembro de 1963. Quando o golpe estourou, em abril de 64, fui acusado de ser o responsável pelo "quebra-quebra da Câmara", como ficou conhecida e, respondi, entre outros processos, mais este. Os vereadores, que salvei a vida, foram as testemunhas de acusação, e eu não tive nada a ver com aquilo... a não ser, indiretamente, porque ajudei a conscientizar o povo de sua própria força.

g) Em convênio com o Governo Federal, na gestão do Ministro da Educação Paulo de Tarso, implantamos, em Feira, o método de alfabetização de Paulo Freire. Alfabetizávamos e conscientizavamos politicamente. Era um método extraordinário. No final do meu mandato, não deveria existir nenhum analfabeto na cidade. Embora a história registre a experiência deste método em Angicos - no Rio Grande do Norte - em Feira ele se desenvolveu de forma brilhante. Com o Golpe de 64, vários de seus monitores foram presos ou fugiram. Kombis foram roubadas pelas forças policiais, e nunca se esclareceu se pela Polícia Militar ou pelo Exército. Os projetores de slides tiveram o mesmo destino, mas alguns foram quebrados e pisoteados por militares raivosos. Pisavam os projetores comunistas, como eles diziam. Encontrava-me preso.

h) Construímos dezenas de prédios escolares e, enquanto educávamos a população, éramos forçados a enfrentar a violência dos adversários. Um incidente com o Governo Estadual e com a Polícia Militar, cumprindo ordens superiores, numa tentativa de invasão do campo do gado - Feira era o maior centro de comercialização de gado no Estado - gerou outro grande conflito. Só dispúnhamos de cento e quarenta homens armados na Guarda Municipal, e algumas armas conhecidas como "papo amarelo", usadas por Lampião nas guerrilhas nas caatingas. Mas essa é outra história. O povo estava lá conosco, e os magarefes,

com suas facas de sangrar bois, gritavam para mim "hoje nóis come esses burgueses na faca, prefeito".

Os incidentes se sucediam. Que bons tempos aqueles! Como é bom governar com o povo ao seu lado! Brigávamos para construir, e chegou a vez da luta contra a Light. O "Polvo Canadense", como era conhecido, era concessionário da exploração de energia elétrica no Município. Seu contrato se extinguiria dois anos antes do final do meu mandato. Mas, a partir do governo dos meus últimos antecessores, a Companhia só fazia extensão da rede elétrica com pagamento prévio e uma escritura de doação do patrimônio à própria Light. Autorizei a elaboração de projetos, orçamentos e, após executadas de algumas extensões na cidade e no campo, e devidamente pagas, Cia só fazia a ligação, em sua rede, mediante a doação prévia do novo patrimônio em seu favor. Recusei-me, a fazer essa doação, entendendo ser um roubo aos cofres públicos. Por outro lado, a Cia simplesmente se recusou a ligá-la. Denunciei pela rádio à população a extorsão que o "Polvo" queria submeter a prefeitura. Povo mobilizado! Resultado, eletricistas voluntários, ligações feitas, invasão popular ao prédio da Cia - um dos mais bonitos da cidade - devidamente depredado, rebelião, polícia. Enfim, a Cia recuou e no meu governo nenhuma doação foi feita a Light.

Somente uma interrupção. Em 1978, venceria o contrato de concessão do Governo Federal com a Light no Rio e em São Paulo. A rede, pelo contrato, deveria ser devolvida ao Governo sem qualquer indenização. O General Geisel, Presidente da República, em uma grande negociata com o Presidente da Light, Antônio Gallotti, pagou, indevidamente, trezentos e oitenta milhões de dólares de indenização à Cia., na antevéspera de receber o patrimônio de volta.

Foi nesse clima, de permanentes lutas populares contra forças economicamente poderosas e organizadas, que governei o município durante um ano, até ser tragado pelo golpe de 64. Refiro-me a um município onde não existia um Código Tributário e nem um único fiscal de rendas. Onde comerciantes e industriais pagavam o imposto que queriam, sem serem fiscalizados. Onde existiam casas comerciais vizinhas à Prefeitura sem, ao menos, possuir licença de funcionamento. Onde cinemas, nas "barbas" da Prefeitura, recolhiam a

taxa de diversões públicas embutidas no preço do ingresso e os proprietários a embolsava impunemente, constituindo crime de apropriação indébita na qualidade de depositários infiéis e praticadas até por um deputado estadual. Onde a sonegação era monstruosa e o contrabando institucionalizado, e onde a subversão que enxergavam no município, não passava de uma reação legítima do governo na defesa dos "cofres" e do Patrimônio Público. Enfim, uma lição de ética.

Elaboramos um Código Tributário. Fizemos uma Reforma Administrativa. Contratamos fiscais competentes na capital do Estado e intensificamos a fiscalização. Declaramos guerra ao contrabando, e, em apenas um ano, o município, que ocupava o quarto lugar na arrecadação de impostos, sem qualquer aumento, pulou para o primeiro lugar, excluindo Salvador.

Nada disso se faz sem grandes reações, e como não contávamos com a polícia, nem com o governo do Estado, só era possível concretizar essas reformas com um decidido apoio popular e adquirindo armas para os combates. Essa luta no interior do município ganhou amplitude estadual. Dois jornais da capital, pertencentes aos Diários Associados - "Diário de Notícias" (matutino) e "Estado da Bahia" (vespertino) e, com ampla circulação no Estado, davam cobertura aos nossos adversários e ampliavam as invencionices do jornal local "Folha do Norte" de propriedade do ex-Prefeito Arnold Silva da UDN e da Rádio Sociedade de Feira, pertencente aos frades capuchinhos, mancheteando a existência de um "Soviet" em Feira ou "comunistas badernam a cidade", distorcendo e inventando notícias, ainda, as mais absurdas, para acirrar os ânimos. Contrabalançávamos esse domínio dos meios de comunicação com reuniões em praça pública, aos sábados, com o auxílio da Rádio Cultura, com menor potência, e um outro pequeno jornal "Gazeta do Povo", depredado e fechado em 1964.

Essa campanha sistemática dos adversários produzia efeito diverso na opinião pública do Estado. Quando, no final de 1963, convocamos um encontro de prefeitos para discutir a criação de um Banco municipal, e de uma patrulha municipalizada, para atender aos pequenos e médios agricultores e tratores e patrois para abertura de estradas vicinais, em convênio

com o governo federal através do Ministro Osvaldo Lima Filho da Agricultura, com tratores já contratados com a Checoslováquia, conseguimos colocar no município cento e setenta prefeitos e centenas de vereadores em um universo de cerca de duzentos e oitenta prefeituras.

É nesse clima de entusiasmo e inúmeras obras realizadas em um ano, que arrebentou o golpe de 64. A cidade de Salvador, encontrava-se cercada pelas tropas e centenas de prisões foram efetuadas. Vários líderes operários e estudantis que escapavam se deslocaram para o nosso município. Discutimos o que fazer e resolvemos resistir. Uma série de providências foram adotadas para enfrentar os golpistas. Não cabe aqui enumerá-las. A ausência de reação no resto do país nos levou a desmobilização. Providenciamos fuga para a maioria dessas lideranças. Os adversários reanimaram-se. Denúncias verdadeiros (algumas) e mentirosas a maioria eram levadas diariamente ao Quartel General da IV Região Militar. A bem da justiça, convém registrar que o Exército enviou a Feira de Santana, o Coronel Luis Artur de Carvalho para comprovar as denúncias feitas. Como a maioria era falsa e a administração era eficiente o coronel reuniu a Câmara de Vereadores e declarou, em nome do Exército, que "a Revolução não foi feita para destituir prefeitos capazes e realizadores" e "aconselhou aos vereadores para que se unissem em benefício da cidade e abandonassem a politicalha que nada constrói."

O Coronel Humberto Melo, chefe do Estado Maior da IV Região Militar chegou a enviar um rádio para o tenente chefe do Tiro de Guerra no município, confirmando que "o prefeito deveria ser mantido e apoiado." Isso nos primeiros dias do golpe.

Os adversários sabiam que dispunham de trunfos maiores a serem utilizados. E o fizeram. Amigos e dedicados correligionários do General Juracy Magalhães, (Embaixador do Brasil em Washington e, posteriormente, Ministro da Justiça) o mesmo que declarou:

- "O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil" - apelou para o Presidente Castelo Branco para destituir-me e prender-me. A ordem superior foi cumprida. O próprio Coronel Humberto Melo, antes de ser transferido de Salvador e promovido a general, confirmou-me posteriormente, esse fato.

As tropas do Exército, sob o comando do Major Hélvio Moreira, chegaram em Feira

e se alojaram em um armazém de fumo. Prenderam-me. Naquele armazém as torturas foram monstruosas. Dezenas de pessoas, uma de cada vez, eram arrochadas em uma prensa para enfardar fumo, sob a ameaça de nela continuarem se não confessassem que o Prefeito era comunista.

No dia imediato, enquanto encontrava-me preso no porão do Quartel da Polícia Militar, o Major convocou a Câmara de Vereadores para votar meu impeachement. Vereadores conduzidos por soldados. Câmara cercada. Tropa embalada. No próprio plenário metralhadoras apontadas para os vereadores, a fim de aterrorizá-los. Em determinado momento as luzes se apagaram no plenário. Vereadores aliados atiram-se ao chão protegendo-se de um possível atentado. A votação que deveria ser secreta foi aberta e apesar de tudo não conseguiram os dois terços necessários para destituir-me. Encerrada a sessão prenderam o Vereador Sargento Aranha por desobediência a ordem do seu superior, votando contra o impecheament. Conduziram-no para Salvador onde ficou preso por trinta dias. Convocaram nova reunião da Câmara e o suplente do vereador preso. As senhoras dos vereadores deram uma lição extraordinária de coragem dizendo aos maridos que preferiam vê-los presos a votar pela minha destituição. O aparato militar aumentou. O resultado da votação, porém, não mudou. Ao contrário ganhamos mais um voto de um companheiro que fraquejou na primeira votação!

Diante do impasse, os oficiais decidiram decretar o impeachement, por sua conta.

Não conheço, no Brasil, um caso idêntico de bravura e lealdade como o da Câmara de Vereadores de Feira. Em Salvador, por exemplo, o seu Prefeito Virgildásio Sena, só contava com dois vereadores na oposição. Na hora de votar seu impedimento, porém, apenas dois votaram contra. Apesar disso o ato foi ilegal. Embora atingindo os dois terços exigidos por lei, não se concedeu o direito de defesa ao acusado, como aliás ocorreu em todos os casos, e ignorando prazos e demais formalidades previstas na Lei.

Enquanto encontrava-me depondo no armazém de fumo, a casa de minha mãe, uma senhora de mais de setenta anos foi cercada pelas tropas: "Quem está dentro não sai, quem está fora não entra", berrava o encarregado da operação.

Meu irmão Antonio foi detido e conduzido para prestar depoimento. No dia seguinte, levaram-me para a capital, onde fiquei preso no Forte do Barbalho, uma masmorra construída no século XVI ou XVII e onde mais se torturou na Bahia. A prisão era medieval. Dormíamos no chão, sob o cimento, sem colchão, lençol, coberta e travesseiro. Éramos cerca de vinte cinco prisioneiros sem espaço. A chuva inundava a cela e nos negavam uma vassoura para retirar a água e quando parava de chover usávamos os pés para escoá-la. "Água de beber camarada", encontrava-se em uma lata de querosene com um único caneco para todos. Enquanto estive por lá não tomei banho. Uma vez por dia íamos ao sanitário, um buraco, onde de cócoras atendíamos nossas necessidades. Em cada porta aberta um soldado de frente para o prisioneiro, com baioneta escalada em nossa direção nos vigiando. Quando ocorria distúrbio intestinal em algum companheiro, ali mesmo onde deitávamos, se evacuava. No dia seguinte o próprio limpava o chão. A noite, pela madrugada. "eles" davam rajadas de metralhadoras e depois passavam pelas nossas celas como se conversassem entre si e diziam alto: "Os que tinham de subir hoje já subiram". A impressão que nos ficava, incomunicáveis como nos encontrávamos, sem visitas e sem notícias do exterior é que eles tinham fuzilado outros presos. Na primeira noite, após as rajadas perguntei aos companheiros: "Já desapareceu alguém daqui desta cela?" (existiam muitas outras). A resposta foi negativa e conclui com alívio: "Felizmente me colocaram onde não se está matando!"

Enfim, fui transferido para o 19° BC e após sessenta dias liberado com a obrigação de me apresentar duas vezes por semana ao chefe do IPM. Logo depois, decretaram meu domicílio coacto em Salvador de onde não poderia sair, o que durou até abril de 1965.

Ao deixar a prisão denunciei, pessoalmente e, posteriormente, por escrito, ao então Chefe do Estado Maior, Coronel Humberto Melo as violências e torturas que vi e vivi nas prisões. Ele condenou as violências e prometeu apurá-las, o que não ocorreu. Fiz o mesmo quando assumiu o Comando do IV Exército, General Mourão Filho, substituto de General Justino Bastos. Nada de providências!

Depois de readquirir a liberdade física, porque minha consciência livre "eles" nunca conseguiram aprisionar, continuei a luta pelo meu direito individual e da população de reaver

o mandato que me foi outorgado. Requeri, através do Dr. Raul Chaves, professor de Direito Penal na Universidade, mandado de segurança para readquirir o mandato que me foi roubado. Ganhei na 1ª Instância em Feira, através da sentença do Juiz Dr. José Ribeiro.

Como encontrava-me na ocasião em Salvador, onde era obrigado a residir por ordem do Comando, fui um certo dia intimado a comparecer ao Quartel General. Nessa ocasião, ainda nas dependências do Quartel, encontrei-me com o Dr. José Falcão da Silva e Oscar Marques que me procuravam. Traziam a sentença favorável do Juiz. Os dois aconselharam-me a avisar ao Comando sobre a decisão favorável da Justiça à minha reintegração. Alegavam que havia - o que realmente ocorreu - um compromisso dos chefes militares em respeitar a decisão da justiça. Avisei o Coronel com quem estive um pouco antes. Sorriu. Pareceu-me, honestamente, que ficara satisfeito. Disse-me que precisava comunicar ao Chefe do Estado Maior e este ao Comandante da Região.

Conduzido ao Coronel Chefe do Estado Maior, este na porta do seu gabinete, sem cumprimentar-me, em posição se sentido, com uma Pistola 45 na cintura travou comigo diálogo ríspido. Acompanhou-me até sua presença o Dr. José Falcão (ex-prefeito e ex-deputado federal, atualmente no PPB). O Coronel perguntou:

- "Soube que o juiz concedeu o Mandado de Segurança?". Respondi:

- "É verdade. Quero comunicar-lhe que estou viajando para assumir o cargo." O coronel replicou aos berros:

- "Não sei onde estou, e porque ainda não mandei prender esse juiz. Vou deslocar tropas para a cidade. Se o senhor for para lá, mando lhe prender". Eu disse:

- "Se sua disposição é essa Coronel, o senhor pode me prender aqui mesmo. Não precisa deslocar tropa". O coronel nervosamente:

- "Vou mobilizar a tropa, prendo o senhor e o juiz. O Tribunal da Bahia tem que suspender essa sentença".

Ao deixarmos o Quartel, o Falcão me disse sorrindo:

- "Rapaz, para que você disse aquelas coisas? Pensei que ele ia prender nós dois".

A história é longa, mas seu final foi o seguinte. O presidente da Câmara de Vereadores

requereu junto ao presidente do Tribunal de Justiça da Bahia a suspensão da sentença. E duas sentenças foram publicadas no Diário da Justiça. A primeira mantendo a sentença. A segunda suspendendo-a. Imagine porque!

Após a suspensão da sentença, a decisão final caberia a Câmara Civil. Denegou o mandado por dois votos a um, cuja defesa em plenário foi feita pelo Prof. Dr. Milton Tavares, da Faculdade de Direito da Universidade. Recorri para o Supremo Tribunal Federal. Houve demora no julgamento e o Ato Institucional nº 2 retirou do Judiciário a atribuição de apreciar atos praticados pela Revolução.

Continuei lutando. Na primeira audiência no Conselho de Justiça Militar para o Exército, ao ser convocado para sentar-me no banco dos réus, ao lado de outros companheiros do mesmo processo, levantei uma "Questão de Ordem" esclarecendo que nos autos encontrava-se uma procuração para o Dr. Inácio Gomes, reservando-me iguais poderes, o que significava que era "advogado em causa própria". Conseqüentemente, em obediência as normas do estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, a quem devo obediência, não poderia sentar no banco dos réus. Não por ser simplesmente advogado, mas pelo fato de estar investido na condição de advogado em causa própria. Os advogados Jaime Guimarães, Ronilda Noblat como o Inácio que tantos serviços dedicados prestaram aos presos políticos haviam, prudentemente, me aconselhado a não irritar os militares, porque o fundamental era conseguir a absolvição e esta posição tática, embora legítima, poderia ser mal interpretada. Compreendi o gesto solidário mais mantive a Questão de Ordem. O Promotor, Dr. Rui Pessoa, mais tarde Ministro do Superior Tribunal Militar manifestou-se dizendo que como advogado, antes de ser promotor, devia também obediência ao Estatuto da OAB, mas que deveria trazer um pronunciamento oficial da instituição sobre o assunto.

Acionei a OAB, seção da Bahia, apresentando minhas razões e aguardando sua decisão. A OAB, por maioria de votos, defendeu a prerrogativa que eu argüia. Consegui que, no ofício, respondendo a consulta não se fizesse referência a decisão por maioria, mas apenas "decidiu". Em face disso o Conselho aceitou que me sentasse na bancada reservada aos advogados.

Fui absolvido na Justiça Civil em alguns outros processos, mas o sumário de culpa na Justiça Militar foi demorado. O processo se arrastou até fevereiro de 1970, quando ocorreu o julgamento. Durante este período participava das sessões de ouvida de testemunhas, etc e saía das audiências para comícios nas eleições de prefeito, senadores e deputados federais em 1966, denunciando os descaminhos do governo golpista e seus sabujos da ARENA.

A edição do Ato Institucional nº 2 esfriou o movimento estudantil e sindical. Mas a sua revogação no final do governo Castelo Branco, permitiu a retomada, sobretudo do movimento estudantil, com uma enorme força. Reunia-me com os estudantes na Universidade e tomava parte em suas passeatas. A repressão, contudo, era brutal, exercida não pelas Forças Armadas, mas pela Polícia Civil e Militar por ordem do governador, no caso da Bahia, Luis Viana Filho - ex-chefe da Casa Civil do Presidente Castelo Branco. Aprendi, nessas passeatas, a conviver, defender-me e chutar bombas de gás lacrimogêneo. Foi um bom treinamento. Bem ao meu lado, na Rua da Ajuda, vi cair baleado e agonizante um manifestante. Mas o apoio popular nos prédios da Rua Chile era comovente. Se nas ruas os cacetetes descansavam nas costas dos manifestantes, cachorros policiais mordiam e tiros espocavam, em compensação, do alto, a população atirava cinzeiros e outros objetos sobre os soldados. Mais tarde essas violências se repetiram no governo do Dr. Roberto Santos que proibiu um comício do Dr. Ulysses Guimarães, no Campo Grande em Salvador e mandou atiçar os cachorros contra o presidente do MDB e seus seguidores. Ao Comandante da Tropa que lhe tomava a frente, Ulysses disse:

- "Saia da frente. Respeite o Chefe da Oposição brasileira". Por ironia do destino ou coisa que o valha o Dr. Roberto filiou-se ao PMDB no início dos anos 80 e, também, o Dr. Luis Viana, em 1986. Atualmente, o Dr. Roberto é deputado federal na legenda do PSDB. Fui contemplado entre o final de 1964 a 68 com algumas prisões de curto prazo, que não precisam ser relatadas.

Com o terror desencadeado pelo AI-5, em 13/12/1968, as manifestações populares foram sufocadas e desapareceram.

Informado que meu nome se encontrava na lista para ser novamente preso, já garantira

com anterioridade local para uma eventual retirada estratégica. Parti para o sertão em companhia de dois companheiros também ameaçados, Dr. Adelmo Oliveira, advogado à época do Mosteiro de São Bento, em Salvador, e mais tarde deputado estadual e Antônio Carlos Coelho, atual vereador em Feira. Homiziamo-nos na fazenda Camboatá, no município de Água Fria. Era uma casa rústica, mas com colchão no chão para dormirmos. Ali passamos o natal, regressando no ano novo.

Em fevereiro de 1970 fui julgado pelo Conselho Permanente de Justiça Militar para o Exército. No convívio na Auditoria Militar conheci vários oficiais idealistas e de boa formação nacionalista e perguntava-me:

- "Porque estamos em campos opostos?"

Quando morreu o Presidente Costa e Silva a sucessão embora decidida em um círculo reduzido, foi tumultuada. Minhas relações com oficiais nativistas como preferiam ser conhecidos - na verdade nacionalistas - se ampliou. O grupo Centelha era razoavelmente forte. Preferiam o General Albuquerque Lima na presidência. A dificuldade é que o general não possuía quatro estrelas, no entanto nas consultas internas realizadas entre oficiais de várias armas, era o preferido. Engajei-me nesta disputa que parecia desaguar num confronto. Mas o escolhido foi o Médici e confronto armado não houve.

Certo dia peguei meu Volks e fui da Bahia ao Rio e disse ao General Albuquerque em sua casa:

- "General, por que o senhor não resistiu? Tínhamos condições de ganhar essa batalha". A que ele respondeu:

- "É possível... Tínhamos o seu exército que é pequeno (referia-se ao IV Exército, do qual a Bahia fazia parte) estava conosco. O I Exército, também. E é forte. Mas, não contávamos com o III (Rio Grande do Sul e adjacências) e o II (com sede em São Paulo) a não ser pequena parte dele." Argumentei:

- "Mas se colocássemos o povo ao lado do movimento armado, usar rádio e tvs, depois de devidamente ocupadas pelas tropas para tentar esclarecer e conscientizar o povo sobre os objetivos do movimento e convocá-lo a apoiá-lo. Já havia me articulado com algumas

lideranças civis, o IV Exército passaria a ser forte. Não haveria necessidade de imobilizar grande parte do efetivo militar para conter o povo e assim a tropa poderia ser deslocada, quase toda, para o sul".

O general concordou. Disse-me que resolveu recuar porque não queria concorrer para destruir grande parte do país, pontes, estradas, fortalezas, edifícios, etc. Além de ser uma luta fratricida matando nossos próprios irmãos. Retruquei:

- "Desculpe general mas o senhor não pensou nisso quando ajudou a deflagrar o movimento de 64. Se Jango tivesse resistido teria ocorrido o mesmo. Às vezes destruir é necessário para se construir melhor. Desculpe mais uma vez, mas o senhor ao recuar, por essas razões afetivas, deixou-me a impressão de que não é um Revolucionário".

Houve um certo constrangimento, mas a conversa se descontraiu depois, até porque falei essas coisas em tom muito suave, ameno e fraternal. Era, naquele momento, um companheiro.

Certo dia na Auditoria Militar, o Dr. Inácio Gomes cumprimentou alguns oficiais do novo Conselho de Justiça Militar (não os mesmo oficiais que mais tarde me julgaram) e apresentou-me aos mesmos. Enquanto conversavam, mantive-me calado. Aproximou-se o Promotor Antonio Brandão trazendo a notícia que o traidor havia sido descoberto e estava cercado. Creio que foi no episódio do Vale da Ribeira. Alguém perguntou:

- "Que traidor?"

- "O bandido comunista, traidor do Exército, e vendilhão da Pátria, o Lamarca. Desta vez não escapa."

E continuou, exaltado, desqualificando o ex-capitão, quando o capitão o interrompeu e falou com firmeza:

- "Doutor, desertor ele é. Mas na minha presença não diga que Lamarca é bandido, nem vendilhão da Pátria. Foi meu colega, servi com ele em São Paulo, éramos solteiros. Sempre foi um nacionalista, embora não concorde com o que está fazendo, esteve no exército foi um excelente oficial."

Este episódio me surpreendeu, pela coragem e dignidade do oficial. Não era momento

para leviandades e brincadeiras. Vivíamos sob a égide do terror, na vigência do AI-5.

Mais tarde aproximei-se deste oficial. Fui convidado a sua casa. Era um grande patriota!

Nesta época estava convencido de que não sairíamos da ditadura, sem contar com aliados dentro das Forças Armadas para exercer pressão dentro do próprio sistema de poder, ou para deflagrar um processo de ruptura institucional.

Retornando ao dia do meu julgamento pela Justiça Militar, confesso que os dias que o antecederam foram extremamente tensos. Mas era um desafio que me estimulava. Além de conhecer bem o processo, meu interesse era fazer uma defesa eminentemente política. Li o que encontrei sobre psicologia do militar. Procurei informar-me, dentro do possível, sobre o comportamento profissional, ético, formação política (obviamente não partidária), grau de patriotismo, temperamento pessoal de cada um dos integrantes do Conselho e como analisavam os problemas nacionais.

Os militares que constituíam o Conselho eram substituídos a cada quatro meses. Em caráter permanente somente o auditor, no caso o Dr. Amilcar e o promotor, na época o Dr. Antônio Brandão que substituira o Dr. Rui Pessoa, mais tarde nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar. Este último, Dr. Rui, era calmo, articulado e racional. O primeiro era agitado, emotivo, passional. Na tribuna falava aos gritos. Raivoso com os que apoiaram o governo "baderneiro" de Jango, como definia, e implacável com os comunistas, socialistas.

Minha presença constante na auditoria, em função de ser advogado em causa própria e necessitar acompanhar o andamento do processo, permitia-me um contato pessoal, embora formal e cordial com os integrantes do aparelho judiciário militar. Percebi em algumas conversas casuais, fora das audiências, mas nas dependências da Auditoria Militar que o Dr. Brandão não era aquele "monstro", como nós os réus, o julgávamos diante de suas exteriorizações arrebatadas e destemperadas na tribuna de acusação, onde por vezes exaltado proclamava:

- "Este verme comunista que se encontra aí sentado na cadeira dos réus..." ou "Este comunista vendido aos soviéticos e a serviço de Moscou..." ou "traidor da Pátria". Essa ira

correspondia a uma convicção íntima do mal que a vitória do comunismo poderia representar. Era uma visão vesga, distorcida, introjetada pela campanha infame que jorrava dos meios de comunicação. Mas este comportamento exasperado em suas exteriorizações encobria uma personalidade em conflito consigo mesmo. Cumpria um dever funcional no exagero de prestar serviços a ditadura burguesa triunfante, mas paradoxalmente amava o ser humano e imaginava salvá-lo do erro de ser comunista ou assemelhado. Mas o promotor é que estava equivocado ou ludibriado por informações elaboradas de má fé por tantos outros teóricos e propagandistas do anticomunismo.

No dia e hora do julgamento, auditório repleto de populares tensos e preocupados, os advogados dos demais réus - os já citados Dr. Jaime Guimarães da OAB, Ronilda Noblat e Inácio Gomes - insistiram para que deixassem a minha defesa para eles. Perceberam que eu estava nervoso e poderia prejudicar-me. Permaneci irredutível. Combinei com o Dr. Inácio que ele faria a análise das provas, a defesa jurídica propriamente dita e comigo ficaria a defesa política à luz das provas, mas sobretudo uma análise da conjuntura anterior e a do momento, defendendo com vigor o nacionalismo e um governo popular desvinculado das forças imperialistas que nos subjugam.

O primeiro e, diria, o único atrito sério durante o julgamento, ocorreu quando o promotor fazia a acusação. Como não nominava os réus com a qualificação de doutor àqueles que possuíam esse título, distinguiu-me com esse tratamento, da seguinte forma:

- "Sei que o Dr. Francisco Pinto não é comunista. Sei que foi um bom administrador. Sei que cercou-se na prefeitura de muitos comunistas. Sei que foi um inocente útil dos comunistas no governo". Irritei-me, mas me contive. Continuou: "Mas na verdade era mesmo um oportunista político!" Perdi as estribeiras, e respondi: "É a puta que lhe pariu!"

Poderia, com esse gesto, ter posto tudo a perder. Entendi que esta era a ofensa mais grave que alguém poderia me fazer. Mas quem me salvou foi o próprio promotor que, cavalheirescamente, fez que não ouviu. Porém, os militares registraram e o Presidente do Conselho, Major Bendochi Alves, não só ouviu como desceu do alto do estrado onde coordenava a sessão e dirigiu-se a bancada dos advogados, enquanto o promotor prosseguia

na acusação. Debruçou-se e disse aos demais advogados, para que eu ouvisse:

- "Ouvi o que este moço disse. É bom que ele saiba logo, que votarei pela condenação dele." Foi terrível. Pensei, sobretudo, que aquela atitude incontida poderia prejudicar, também, aos demais réus.

Conscientizei-me que tinha que virar aquele jogo.

Comecei analisando o papel das Forças Armadas ao longo de nossa história. Exaltei o seu patriotismo e suas preocupações sociais na defesa da Abolição da Escravatura, na recusa em capturar escravos fugitivos, na Proclamação da República, a luta contra as oligarquias dominantes que o Marechal Floriano combatia e sua atitude audaciosa de enfrentar o imperialismo inglês que, nas nossas costas, ancoraram os seus navios de guerra para cobrar dívidas e sua resposta ao embaixador que lhe perguntara como receberia as tropas de Sua Majestade? E o bravo representante do povo e das Forças Armadas respondeu-lhes: "à Bala", e prossegui analisando fatos posteriores.

Adiante comecei a mostrar onde se encontravam os verdadeiros inimigos do país, diante dos quais tínhamos o dever de lutar com risco de nossas próprias vidas. E ninguém mais do que os militares sabem arriscar a vida em defesa dos interesses da Pátria e do seu povo, acrescentei. Passei a examinar as provas colhidas nos autos. Mostrei as razões do ódio dos sonegadores de impostos, contrabandistas e corruptos pelo combate que lhes declarei no governo. Citei as testemunhas suspeitas porque comprometidas com a corrupção.

Acusei o método de torturas utilizado pelo encarregado do inquérito para coagir e arrancar depoimentos contra mim, e que, em outras circunstâncias, não teriam mentido, nem falseado a verdade. Descrevi, também, com detalhes as violências e torturas praticadas.

Em determinado instante passei a defender o Dr. Waldemar Matos, ex-secretário de Agricultura no meu governo, que declarou no seu depoimento que era comunista, embora não fosse militante. Outra prova que pesava contra ele, também, era o fato de ter organizado o chamado "Grupo dos 13" (Brizola conclamava na ocasião a formação de grupos formados por treze pessoas, a fim de pressionar o governo de Jango e enfrentar os gorilas). O Dr. Waldemar Matos negou este fato, mas testemunhas o acusaram.

Aproveitei para tentar salvá-lo, já que pela ameaça do presidente eu já estaria condenado. E usei uma linguagem e postura de militar.

- "Senhor presidente - disse - no meu governo o comandante sou eu. O Chefe sou eu. No meu governo, como numa instituição militar, o superior é responsável pelos atos dos seus subordinados. Se o subordinado errou, pune-se. Se não pune é conivente com o erro. Portanto, Sr. presidente, se alguma pena tiver que recair sobre o Dr. Waldemar Matos, que recaia sobre mim, seu chefe, seu comandante."

E terminei a minha defesa oral, de uma hora, conclamando:

- "Sei, sr presidente, que V.Excia. é um durão. Contudo, gosto dos durões porque durão também sou . Sei que V.Excia. é rigoroso e disciplinador. Também o sou. Sei que V.Excia. é um patriota e um nacionalista que defende a sua pátria acima de tudo, mas saiba que sou tão patriota quanto V.Excia. Sei que V.Excia. é capaz de sacrificar sua própria vida em defesa desta pátria, sobretudo em momentos como o que estamos vivendo, com a interferência indevida do FMI em nossos negócios internos e nossa Pátria submetida a diretrizes de outras pátrias. Sei, sr. presidente que esta Pátria ainda haverá de convocar seus filhos para defendê-la e ninguém melhor do que V.Excia. para comandar essa Revolução Nacionalista, e quando isso ocorrer, no cárcere ou fora dele estarei a sua disposição!" Neste instante bati os dois calcanhares um contra o outro, fiquei em posição de sentido, bati continência e me apresentei:

- "Pronto meu comandante. Vamos à luta!"

As palmas estrugiram no auditório. Em outros momentos quando elas surgiam o presidente ameaçava vigorosamente, que qualquer manifestação a mais ele mandaria evacuar a sala. Entretanto, naquele instante, a sala foi esvaziadas pelos soldados por sua determinação porque, daí por diante, a sessão seria secreta, sem a presença dos advogados e réus.

O Capitão Rangel um dos membros do Conselho desceu as escadas e antes da decisão, apertando-me fortemente a mão, disse-me: - "Parabéns!"

Fui absolvido por unanimidade! O Capitão Rangel contou-me, posteriormente, que o argumento por ele usado na sessão secreta para absolver o Dr. Matos, foi o de que ou

condenaríamos os dois ou absolveríamos os dois. A absolvição do Dr. Matos foi por um voto de diferença. Um outro sujeito de Alagoinhas, foi condenado.

O promotor apelou das duas absolvições. Naquela época, quem estivesse enquadrado na Lei de Segurança Nacional, o recurso era obrigatório no caso de absolvição, mesmo que por decisão unânime.

O Superior Tribunal Militar, com sede no Rio de Janeiro, embora Brasília fosse a capital, não demorou para julgar o recurso. Em trinta de julho do mesmo ano de 1970 o Tribunal se pronunciou.

O advogado do Dr. Waldemar Matos, perante o Superior Tribunal Militar, por indicação do seu advogado em Salvador, foi o Dr. Serrano Neves, notável advogado criminalistas e integrante da direção da OAB Nacional. Acompanhou-me ao Rio o Dr. Inácio Gomes. Estivemos no escritório do Dr. Serrano, para discutir as linhas da defesa. Descrevemos como transcorreu o julgamento em Salvador e ele com sua experiência nos instruiu sobre os pontos relevantes que deveriam ser ressaltados.

Quando lhe disse que seria advogado em causa própria, dividindo meu tempo com o Dr. Inácio, discordou. Disse-nos:

- "Não há antecedentes de alguém se defender em causa própria no Superior Tribunal Militar, sua atitude poderá ser interpretada como uma provocação de um subversivo, comunista, sei lá como eles lhe julgam, diante da Alta Corte da Justiça Militar..." Quando evoquei o exemplo, bem sucedido, no meu julgamento na Bahia, replicou:

- "Não faça um coisa dessa. Você fez seu discurso nacionalista lá, para capitães, mas aqui é diferente. Aqui são generais, almirante, brigadeiros que não se sensibilizam com essas teses. Ademais são suscetíveis de irritação diante de um subversivo e inimigo da revolução."

No dia do julgamento o Dr. Serrano, delicadamente me disse:

- "Não vá à tribuna. Eu faço sua defesa gratuitamente. Quero, apenas ajudá-lo." Pedi mil desculpas, agradeci o gesto solidário, no entanto, permaneci na determinação de falar aos altos escalões das Forças Armadas, ainda que investidos na função de juízes.

A linha de defesa, menos exaltada, mas não menos firme, foi a mesma que adotei na

Bahia. O tempo a ser utilizado era mais reduzido, porém, defendi o nacionalismo, denunciei as torturas utilizadas para arrancar provas contra mim, enfim não alterei a conduta anterior.

Fomos eu e o Dr. Waldemar Matos absolvidos por unanimidade, o mesmo ocorrendo com o outro réu condenado na Bahia.

Após a absolvição, e ainda no Rio de Janeiro, estive longamente com o Dr. Waldir Pires, mais tarde governador da Bahia em 1986 e que havia regressado do exílio. Vibrou com o resultado do julgamento e disse-me que minha nova missão era ser candidato a deputado federal nas eleições que se realizariam três meses e meio depois. Estávamos no dia primeiro de agosto. A idéia não me seduzia. O Congresso Nacional depois do AI-5 não valia nada. Os que se elegeram em 1966 combateram a ditadura em uma época em que o AI-2 se extinguira, no final do governo Castelo Branco e acabaram cassados com a edição do AI-5 em treze de dezembro de 1968. Os que permaneciam no Congresso, mesmo os integrantes do chamado partido de oposição, o MDB ou eram colaboracionistas ou contemporizavam com o governo, não obstante, Waldir insistisse que, em cada eleição surgiriam novos combatentes.

Não me convenci. A opinião pública estava descrente da luta institucional. Uma parte dos adversários do regime optou pela luta revolucionária. Outra parte não aderiu a luta armada, todavia não acreditava que houvesse saída democrática, pela via eleitoral. Eram passivos, politicamente. Preferiam, porém, anular o voto. Nisso se identificavam com as organizações clandestinas que também pregavam o voto nulo: PC do B - AP, remanescentes de outras organizações como o MR-8, Colina, ALN, REDE, MRT, VPR, VAR - Palmares.

Disse a Waldir que eu poderia desempenhar outras tarefas. Que o meu convívio, por força das circunstâncias, com oficiais do Exército deixou-me a certeza que existia nas Forças Armadas muitos patriotas com uma visão ampla da realidade brasileira e que se opunham a política entreguista do governo. Defendiam a soberania nacional e condenavam as torturas. Isto me havia ficado claro, com os contatos estabelecidos com alguns integrantes do grupo "Centelha" das Forças Armadas. Prometi, porém, ao Waldir que iria fazer consultas na Bahia e encontraria um candidato que eleito faria oposição firme ao sistema, ainda que isolado no Parlamento.

Ao regressar à Bahia com o Inácio, passamos em Vitória da Conquista e procurei o ex-prefeito cassado no ano de 64, Dr. Pedral Sampaio, consultando-o sobre a possibilidade de um candidato realmente comprometido com nossas posições para a Câmara Federal. Não existia... O MDB na cidade de Vitória da Conquista lançaria apenas um candidato a deputado estadual, Antônio José, sem experiência para desempenhar este papel na Câmara Federal, segundo Pedral.

Em Salvador conversei com muita gente. Nada... Jantei com o ex-prefeito de Alagoinhas, 1962/66, Dr. Murilo Cavalcante, quando coloquei, que ele teria nosso apoio em Feira e Salvador e demais municípios conosco vinculados, além da base própria que ele dispunha no seu município e adjacências. Não concordou. Preferia candidatar-se, novamente, a prefeito daquele município. Elegeu-se e, mais tarde, como era costume entre muitos prefeitos eleitos pela legenda do MDB, aderiu ao governo, para evitar ser preso.

Ainda em Salvador, as forças oposicionistas de esquerda que participavam do processo eleitoral contactaram conosco, entre elas o PC, único grupo clandestino que apostava na validade da via eleitoral. Diziam todos que não tinham em quem votar. Argüiam a necessidade de ter um candidato progressista e combativo e ninguém melhor que eu para desempenhar esse papel. Em Feira de Santana as pressões aumentaram.

O MDB que poderia apresentar cerca de quarenta candidatos a deputado federal, entretanto, não encontrava quem quisesse disputar eleição. Na verdade, mais por medo de se indispor com o regime, do que por convicção revolucionária. Assim, o partido só encontrou quatro candidatos à Câmara Federal, o Deputado Ney Ferreira, disputando a reeleição, considerado adesista pela própria imprensa. O Dr. João Borges um liberal convicto, Wilson Lopes (vereador na capital) e Tarcilo Vieira de Melo, que sempre residiu no Rio de Janeiro e filho de Vieria de Melo, lider de Juscelino na Câmara Federal (um dos maiores debatedores da história parlamentar), e eu.

Na minha visão, realmente não havia contradição em participar da luta no plano institucional contra o regime e colaborar ou ser um ponto de apoio logistico em nível insurrecional. Assim, o MDB com cinco candidatos, elegeu três.

Estávamos em plena "Era Médici", a mais atroz e sanguinária de todo o período ditatorial. Fiz uma campanha conscientizadora, considerada a mais agressiva e ideológica no Brasil, segundo levantamento do "Jornal do Brasil" realizado em todos os Estados e publicado em mais de uma página de uma de suas edições um pouco antes das eleições. O Marcos Freire, de Pernambuco, vinha em segundo lugar.

O fato é que, durante a campanha, alguns dirigentes estaduais dos grupos clandestinos que pregavam o voto nulo, me disseram que votariam pessoalmente em mim, mas cumpririam a decisão nacional de continuar recomendando o voto nulo. Confessavam que:

- "A decisão nacional deveria ser mais flexível, pois nos Estados onde houvesse candidatos cumprindo o papel que você desempenha, deveríamos apoiar sua campanha." O PC participava efetivamente do processo ao nosso lado. Tinha muitos pontos de concordância com esse partido, mas dele divergia porque condenava a luta armada, enquanto eu entendia que todos aqueles que estivessem na mesma trincheira lutando contra a ditadura, eram aliados. Na TV, no programa eleitoral cheguei a dizer que: "cada um luta como pode. A omissão é que é um crime. Não quero saber, acrescentei, a posição ideológica de cada um. Quem sabe atirar, atira. Quem não sabe ou acredita na força da palavra, conscientiza". Foi o máximo que pude dizer naquelas circunstâncias.

As dificuldades enfrentadas na campanha foram enormes e de todos os tipos. No Brasil existiam dois Estados onde o MDB estava dividido: na Bahia entre adesistas e ortodoxos, no Rio entre chaguistas e anti-chaguistas. Essa expressão "ortodoxos" como a imprensa baiana definia os oposicionistas mais radicais e cujas notícias, por vezes, eram publicadas na imprensa nacional, foi o qualificativo aproveitado para definir os que organizavam na Câmara Federal, em 1971. Mais tarde é que fomos denominados Autênticos. O Senador Josafá Marinho integrava o grupo dos ortodoxos, na Bahia. Na verdade, era apenas um liberal, firme na oposição aos governos discricionários. Sua luta se caracterizava pelo combate ao governo por desrespeitar as normas constitucionais, à violação dos direitos humanos, à inconstitucionalidade das leis. Não avançava na luta ideológica. Quando o Presidente Médici visitou o Senado e cumprimentou, pessoalmente, os senadores, ao apertar a mão do Senador

Josafá disse rindo: "Mande brasa, senador". Em 1970, porém não conseguiu a reeleição.

Logo no primeiro dia do horário eleitoral gratuito na TV em 1970 para eleger senador, deputados, prefeitos e vereadores, o atual Senador Antonio Carlos Magalhães, eleito por via indireta, governador da Bahia provocou o partido de oposição:

- "O MDB a mim não engana, nem permitirei que vá enganar o povo. Comigo, aqui na Bahia, isso não vai acontecer. Desafio o MDB a se definir claramente, sem trapacear. O MDB é a favor do comunismo ou contra o comunismo? O MDB é a favor da revolução ou conta a revolução? O MDB é a favor dos militares ou contra os militares?"

Os dias se sucediam e ninguém o respondia. Falei ao nosso candidato a senador Josafá Marinho, que aquele desafio precisava ser respondido. Josafá me disse:

- "Não vou responder as provocações e molecagens de Antônio Carlos". Os demais candidatos silenciaram.

Pelo clima de terror existente no Brasil, posicionar-se diante daquele dilema provocativo era arriscado. E Antonio Carlos sabia disso. O Diretório do MDB, na Bahia, era controlado pelos chamados "adesistas". Para os "ortodoxos" era difícil conseguir espaço no horário eleitoral. Concederam-me a oportunidade de falar em primeiro lugar, para que a Arena falasse depois. Ao todo foram quatro vezes que falei em dois meses de campanha. Sempre em primeiro lugar, embora houvesse rodízio entre os partidos. Um dia falava o MDB em primeiro, no dia seguinte em segundo. O tempo disponível era de quinze minutos para cada candidato. Oscar Marques, candidato a estadual, cedeu-me, todas as vezes, o seu tempo. Assim dispunha de trinta minutos.

Os companheiros de militância, colocaram carros de alto falante percorrendo as ruas de Salvador e Feira e panfletaram a cidade anunciado: - "Ouçam, hoje, Francisco Pinto no horário eleitoral. Com ele vai acabar o blá-blá na televisão". Um grupo de universitários telefonou durante dois dias usando o catálogo telefônico, despertando o interesse dos assinantes e fazendo algumas provocações como telefonar para lideranças da ARENA, embora educadamente.

No tempo do General Médici na Presidência da República a propaganda eleitoral

televisiva era feita diretamente ao público, sem essa parafernália eletrônica de gastos enormes. O candidato sentava-se em uma cadeira e fazia seu discurso, diante de censores de plantão, que poderiam tirar o candidato do ar, se houvesse excessos. Pretendia denunciar esse espantalho que a opinião pública ignorava sua existência.

Ao chegar a TV já encontrei ACM de prontidão. Comecei o programa virando-me de lado, ignorando os telespectadores e dirigi -me aos censores, antes de falar ao público:

- "Quero saber dos censores o que posso e não posso dizer aqui? O que é proibido e o que é permitido? Quais os limites da minha atuação? Até onde posso ir? Para não ser retirado do ar?" Silêncio... Deste modo fiz a denúncia da existência da censura, ignorada pela população. Quem não viveu e participou daquela luta, contra aquele período negro é incapaz de avaliar os riscos que se corria. Continuei:

- "Essa é a democracia que vivemos, em que a opinião é controlada, vigiada como se fosse um crime denunciar o governo ilegítimo e despótico que se instalou no poder. Porém, antes de tudo quero dizer, que falo em nome pessoal e não do partido. A responsabilidade do que aqui for dito é exclusivamente minha". Continuei:

- "Há poucos dias atrás, o interventor da Bahia, Sr. Antônio Carlos Magalhães, que alguns chamam, indevidamente de governador, desafiou o MDB a se definir sobre algumas questões dividindo a nação. (Repeti os termos do desafio). Também concordo que devemos dividir o país. Não dividi-lo, como quer o interventor entre comunistas e não comunistas, entre civis e militares, entre a chamada revolução e a anti revolução. Precisamos, dividir o país sim, mas entre os que o entregam e os que o defendem. De que lado está o interventor? O interventor está a favor da desnacionalização da nossa economia e de nossas empresas ou é um entreguista? O interventor é a favor da política posta em prática pelo ex-Presidente Castelo Branco, permitindo que o país fique subjugado aos interesses do imperialismo americano ou é contra? É a favor de que se destrua, literalmente, a nossa rede ferroviária como fez o ministro de Castelo, o General Juarez Távora para satisfazer interesses da indústria automobilística, quando se sabe que o transporte por via férrea, marítima e fluvial, além de mais barata, corresponde aos interesses nacionais, ou é contra?"

E, por aí fui, nesse diapasão. Ataquei o Governo Castelo Branco, Costa e Silva, Médici e todos os sabujos que o seguiam. Chamei o interventor de "lambedor de botas dos militares", etc.

Quando terminei o "bicho" entrou furioso ao estúdio, e começou proclamando:

- "Vou responder as provocações deste subversivo comunista, que a Revolução embora, o tenha prendido, o libertou. O único mérito foi ter livrado o povo de Feira de Santana do seu maldito governo. O erro maior do que o ter deixado livre cometeu a Justiça Militar o absolvendo. Aproveita-se, da tolerância democrática da Revolução, e aqui vem ferir a memória de homens dignos, como Castelo Branco..." Espinafrou-me enquanto pode, e mostrou os feitos da Revolução democrática e cristã.

Não satisfeito, no dia seguinte queixou-se ao General Comandante da VI Região Militar, mostrando que eu tentei desmoralizar a Revolução, sobretudo ao denegrir a memória do ex-Presidente Castelo Branco, como também ataquei, grosseiramente, o Chefe da Revolução Civil na Bahia, que era o próprio Antonio Carlos Magalhães.

Dois dias depois fui convocado a comparecer à Polícia Federal, durante à noite e, mesmo sendo candidato a deputado federal tinha que me explicar. O Chefe da Polícia não foi agressivo, contudo do subchefe, nas poucas vezes que interviu, não posso dizer o mesmo. Comunicou-me que o Comandante da Região não ficou satisfeito com o meu programa e a minha felicidade foi o Comandante estar viajando e não ouvir o programa. Se tivesse ouvido teria mandado prender-me. Deu-me alguns conselhos. Perguntou-me porque ao invés de discutir assuntos ligados aos interesses da Bahia, estava fazendo campanha discutindo assuntos internacionais e atacando o Presidente da República? Disse-lhe que era candidato a Câmara Federal e conseqüentemente deveria discutir questões nacionais e suas implicações que me pareciam contrárias aos interesses do país, como a interferência do FMI em nossos negócios... Perguntou-me, ainda:

- "Por que o senhor fica falando na TV de corrupção do pessoal da Revolução e não denuncia a corrupção dos seus colegas desembargadores? (colegas porque advogados). É por solidariedade de classe?" Respondi delicadamente:

- "Soube que os senhores estão fazendo um inquérito para apurar corrupção no Tribunal de Justiça da Bahia, visando alguns desembargadores, todavia, não possuo prova alguma. Se os senhores me fornecerem essas provas, para que eu os denuncie, eu o farei. Nunca fui solidário a corruptos, mesmo que sejam colegas." Respondeu-me que o inquérito ainda não havia sido concluído.

Quando tive outra oportunidade de ir novamente à televisão, fui procurado durante o dia por oficiais do exército, que se identificavam comigo e eram meus eleitores, aconselhando-me cautela. Perguntaram-me com quem eu contava para fazer um programa tão violento? Disseram que quem não tem tropa suficiente para combater não provoca quem tem todas as condições para vencer e acrescentou que o general comandante os chamou ao Quartel General para avisá-los que, se eu repetisse as agressões feitas no programa anterior, estes oficiais seriam convocados a "quebrar-me no pau" na própria TV. Respondi-lhes que a forma que eu dispunha para combater o governo era a palavra e através dela informar e conscientizar a população. Depois disse-lhes brincando:

- "Quando baterem com o cacetete levante-o com força e batam devagar". Saíram preocupados:

- "Veja o que você vai fazer e o risco que está correndo. É importante que você se eleja, mas repare que pode ser impedido."

Realmente, minha candidatura a deputado federal, logo que me registrei, foi impugnada pela ARENA perante o Tribunal Eleitoral da Bahia, todavia, a impugnação foi rejeitada. Fiz a defesa na tribuna do TRE, dividindo o tempo com o Senador Josafá Marinho. Apenas dois juízes votaram contra um deles. Um fora meu ex-professor de direito, o Desembargador Aderbal Gonçalves, com quem tive pequena indisposição na faculdade. Porém os oficiais se referiam a outras medidas.

Finalmente, cheguei a Câmara Federal entre os deputados mais votados do Estado. Antes da posse discutia com os companheiros da campanha na Bahia o que fazer? Chegamos a conclusão que eu não poderia ficar isolado. Era preciso ter uma proposta e uma organização. Enfim, criar no Congresso uma "Frente Parlamentar Nacionalista" que depois se estenderia

pelos Estados. Procurei informação sobre os novos deputados, mas eram escassas. Dirigentes do PC forneceram-me uma lista dos candidatos que o partido apoiou nos mais diversos Estados. Lembro-me de Fernando Lyra, em Pernambuco. Incluíram o nome de Marcos Freire, que não apoiaram mas, teve o apoio da Igreja Progressista com Dom Helder Câmara. Walter Silva e J.G. de Araújo Jorge, no Rio de Janeiro. Santilli Sobrinho, em São Paulo. Nadyr Rossetti, no Rio Grande do Sul. Olivir Gabardo e Silvio Barros, no Paraná, que integraram o Grupo no início e depois se desligaram. Paes de Andrade no Ceará. Fernando Cunha em Goiás.

Outras informações foram chegando. Hélio Duque, baiano que residia no Paraná e mais tarde, em 1978, elegeu-se deputado federal por aquele Estado, falou-me que os melhores da bancada do Paraná eram Alencar Furtado e Fernando Gama. Falei com ambos. O Gama no início da organização nos ajudou, depois afastou-se.

Um sindicalista baiano me disse que o Rubens Medina era importante, porque havia escrito um livro sobre "desnacionalização da economia no Brasil."

Chegando a Brasília procurei Fernando Lyra que, por sua vez, me apresentou ao Marcos Freire. Ambos se entusiasmaram com a idéia da formação da Frente. Mais tarde, o Fernando levou-me ao Hotel Brasília Palace, para apresentar-me Lysâneas Maciel, excelente companheiro!

O Fernando Gama falou-me do Paes de Andrade, não obstante quem o apresentou a mim, foi o Thales Ramalho, segundo secretário da Câmara. Thales, queria eleger Paes seu sucessor, fato que contou logo com o apoio do Grupo em gestação, pois seria importante a sua eleição, teríamos na secretaria uma base de operação. Naquela época os deputados não dispunham de gabinetes, nem assessores. Freitas Nobre também engajou-se desde o início; Freitas Diniz foi uma outra grande conquista. Daí por diante cada companheiro fazia novos contatos. Surgiram nomes importantes Getúlio Dias, Amaury Müller, Alceu Collares, que arregimentou outros companheiros.

O Grupo já dispunha de uns quinze companheiros, quando Lyra e eu conversamos com Marcondes Gadelha. Disse-nos que o seu pai, influenciado por informações distorcidas

o teria aconselhado a não se aproximar do Grupo, que era formado por comunistas. Mas, que iria ficar conosco e convencer o pai do equívoco. Jaison Barreto e Francisco Amaral foram duas conquistas. Eloy Lenzi, também, se integrou conosco. Finalmente o baiano João Borges que era suplente somente assumiu o mandato após o falecimento de Walson Lopes, apresentou-se ao Grupo.

Vinte e três Autênticos ficaram até o final. O MDB em todo o país elegeu, em 1970, apenas setenta e oito deputados federais, contra mais de duzentos da Arena. O Deputado carioca Adolfo de Oliveira, desfiliou-se do MDB e sua bancada reduziu-se a setenta e sete.

A existência do Grupo Autêntico, foi um fato importante na história política do Brasil. Deu-nos a oportunidade de discutir temas básicos, unificar posições, estabelecer táticas e estratégias de luta, reconhecer melhor a realidade nacional e fortalecer nossa união. Combatíamos a ditadura e fustigávamos, internamente, o partido à luta. Como por exemplo: luta contra AI-5, 477, as torturas, o entreguismos, desnacionalização da economia e a favor dos Direitos Humanos. Essas preocupações, eram comuns a todos e constituíram objeto dos pronunciamentos nas campanhas e na tribuna da Câmara dos Deputados.

Em função de ampliar o Grupo em formação, achei que deveria, também, procurar o Deputado Tancredo Neves. Por que Tancredo Neves? Porque foi ele, um dos poucos que durante a crise que levou o Presidente Getúlio Vargas ao suicídio demonstrou firmeza de caráter e coragem, votara também, contra a eleição de Castelo. Veja, logo eu, um "tabaréu" de Feira de Santana, recém chegado a Brasília, procurar Tancredo, aquele Mito. Disse-lhe:

- "Estamos organizando um Grupo, Ministro, e estamos precisando de sua colaboração, seu trabalho, sua coragem como na época de Getúlio..." Ele perguntou:

- "Para que?" respondi:

- "Para enfrentarmos este regime aí!" Tancredo então falou:

- "Filho, não bote o peito na ponta da baioneta! Vamos ficar abrigados debaixo da árvore e esperar a tempestade passar. Essa tempestade passará, como todas as outras tempestades. Depois nós retornaremos à luta. Não é assim que faz o homem do campo?" Diante da posição de Tancredo Neves, argumentei:

- "Este aqui não é um processo da natureza, ministro. Que a tempestade vai passar, nós sabemos, pois não há nada eterno. Refiro-me a um processo de luta política. Se pudermos apressar a queda da ditadura será a nossa grande contribuição. Nosso dever é tentar desgastar e enfraquecer o regime. Esse é o nosso papel." Infelizmente, não deu resultado.

Procurei em seguida Henrique Alves, do Rio Grande do Norte, que era o deputado mais jovem da Câmara, com vinte e um anos. Seu pai, Aloysio Alves fora deputado e estava cassado. Apesar disto, Henrique disse-me que o pai o aconselhara a ligar-se a Ulysses, Tancredo e Amaral. Tentei conversar com Rubem Medina, do Rio de Janeiro, que tinha sido presidente da CPI da desnacionalização. Escreveu um livro muito interessante a este respeito. Não se dispôs a participar.

Um dado engraçado do Grupo Autêntico é que nos reuníamos sempre dentro de uma hierarquia. Brincávamos chamando, Fernando Lyra de "Cabo Lyra"; Alceu Collares de "Sargento"; Alencar Furtado de "Coronel", Marcos Freire (todo louro de olhos claros, parecia a elite aristocrática da Marinha) era nosso "Almirante"; e eu "Marechal". Até a simulação da tomada de poder, fazia parte deste jogo. Era o nosso exército. Porém, havia os que não toleravam militares e não gostavam dessa nomenclatura.

Brincadeiras à parte, em relação a uma postura ideológica, não havia uma absoluta identidade, embora fossemos todos nacionalistas e alguns socialistas. Nadyr Rossetti, por exemplo, tinha um razoável embasamento marxista. Eu tive a oportunidade de ler e discutir grande parte da produção literária de Lenin e Marx anos depois, quando saí da prisão durante o governo Geisel.

A propósito do nome AUTÊNTICO, ocorria que em dois Estados o MDB já era dividido. No Rio de Janeiro existia uma luta "chaguista e anti-chaguista"; na Bahia, "adesistas e ortodoxos", palavra que sempre considerei ruim todavia, assim a imprensa bahiana nos qualificava. Essa expressão ortodoxos passou a ser usada pela imprensa nacional, quando os futuros Autênticos se organizaram, em Brasília.

Nessa ocasião eu tinha uma namorada, psicóloga na Bahia, que não era política, entretanto, dizia que deveríamos mudar a palavra ortodoxo pois, era um nome muito feio!

Eu explicava que, a imprensa já nos batizara de ortodoxo e que seria complicado mudar o nome. Foi então que ela sugeriu:

- "Porque não Autênticos? Autênticos tem uma contra partida que é inautêntico."

A sugestão pareceu-me muito interessante, mas achei que não daria para mudar. Até que um dia, subindo a escada do plenário da Câmara, encontrei-me com o jornalista Evandro Paranaguá. Falei-lhe da sugestão. Considerando-a muito boa, começou a colocá-la, no jornal "O Globo", e passou a ser o padrinho da nova denominação. Os outros jornais começaram a escrever:

- "Os que querem ser chamados de Autênticos." E, posteriormente adotaram Autênticos em definitivo.

A bancada do MDB, em 1971, no Congresso Nacional se dividiu entre Autênticos, que faziam oposição radical e sistemática à ditadura; adesistas, que se caracterizavam por elogiar e apoiar tudo o que vinha da ditadura; e os "moderados" composto por Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Thales Ramalho e Laerte Vieira, os "chefes" da moderação e que contavam, nas nossas divergências, com o apoio dos adesistas.

Ao chegarmos à Câmara, novos, em sua quase totalidade, exercendo primeiro mandato e, sem maiores contatos na área federal sem maiores, não! Sem nenhum contato! Percebemos que o jornal "O Estado de São Paulo", vinha anunciando, insistentemente, que Pedroso Horta seria o líder do MDB. Por isso, ficamos com má vontade em relação a Pedroso Horta que, no entanto, foi uma revelação extraordinária. Gosto de repetir isso! Apesar de vir com o apoio de "O Estado de São Paulo", e com marca de liberal, foi de uma firmeza incrível na luta contra o regime e sempre solidário com o Grupo Autêntico. No final deste mesmo ano, atingido por um enfarto se afastou da liderança, sendo substituído por Laerte Vieira.

Pedroso muito nos prestigiou. Ao organizar suas vice-lideranças, convidou vários companheiros do Grupo Autêntico: Freitas Nobre, Marcos Freire, Fernando Lyra. Convidou-me também para ser vice-líder. Declinei:

- "Tem vários companheiros nossos, Deputado Pedroso Horta, que querem ser vice-líder. De minha parte entretanto, prestarei estes serviços ao senhor, independente do título."

Sua eleição ampliou nossos espaço. Já tínhamos a secretaria do Paes de Andrade, onde nos reuníamos e a seguir as vice-lideranças do Pedroso, que nos dava toda cobertura!

Com entusiasmo começamos a elaborar discursos de análises da situação nacional de denúncias e de ataques ao regime. Os discursos do Lysâneas na defesa dos direitos humanos; do Alceu Collares, na área trabalhista. Alceu era um excelente debatedor; Freitas Nobre discursava sobre a desnacionalização da economia brasileira; Alencar Furtado nessa mesma linha e com um estilo admirável; Freitas Diniz no campo dos recursos minerais. Enfim, todos os Autênticos se destacaram naquela legislatura de forma brilhante e destemida.

Tudo caminhava bem, até que no dia cinco de maio de 1971, proferi meu primeiro discurso, que causou muita irritação na área governamental e quase fui cassado. Coincidentemente, quando me dirigia à tribuna, Dona Eunice Paiva, viúva de Rubens Paiva - a quem já conhecia anteriormente - pediu-me, ao lado de D'Alambert Jacoud, jornalista do "Jornal do Brasil" e atualmente advogado em Brasília, que denunciasse a prisão do seu marido e o seu desaparecimento posterior. Era preciso chamar a atenção do país e cobrar do governo uma providência. Até hoje, concluiu, ninguém na Câmara falou sobre o assunto. E a imprensa silencia... Diante desse pedido, fiz uma intervenção no meio de meu discurso, onde cobrei a apuração do caso Rubens Paiva.

Pedroso Horta designou Marcos Freire para fazer uma investigação completa do fato. Marcos dedicou-se a esse trabalho e mostrou através de vários discursos as contradições das informações que o sistema oferecia, com relação a esse desaparecimento e acusou o governo de ser responsável pela vida daquele ex-parlamentar. Por isso foi ameaçado de cassação.

Pedroso Horta denunciou na, Comissão de Direitos Humanos, integrada, também, pela oposição e presidida pelo Ministério da Justiça, o desaparecimento de Rubens Paiva, responsabilizando o governo pela sua morte. Os assuntos tratados na Comissão eram sigilosos. O líder rebelou-se, anunciando, pela imprensa, que não respeitaria a proibição de tornar pública as reuniões da Comissão. O Senador Eurico Rezende, do Espírito Santo (que teve um filho acusado de ter assassinado a menina Ana Lídia) fez um discurso, dizendo que Marcos

Freire, Pedroso Horta e eu, seríamos cassados. Um deputado baiano também insistiu, na tribuna, na tese de minha cassação. Chamei Fernando Lyra e Marcos Freire e disse:

- "Façamos o seguinte: entregaremos a renúncia do nosso mandato a Pedroso Horta, para usá-la caso seja atingido." Sabíamos que não estávamos entregando nossa renúncia a qualquer um! Tratava- se de um cidadão que entregou, sem vacilar, ao Presidente do Congresso a renúncia do próprio Jânio Quadros, de cujo governo fora Ministro da Justiça. Ficamos de fazer isso. De minha parte fiz uma carta ao Pedroso, juntamente da qual seguia minha renúncia. E o acompanhei até ao aeroporto de Brasília, entregando-lhe o envelope e dizendo:

- "Dr., leia somente, ao chegar a São Paulo." Mais tarde, ele fez referência deste episódio, ao Thales Ramalho elogiando meu gesto, minha solidariedade e desprendimento.

Ainda, a propósito do conteúdo do meu discurso do dia cinco de maio: fiz uma análise do comportamento dos militares, através do resgate histórico do Exército brasileiro desde sua fundação. Mostrei, como aquela "tenentada" de 1922/24/25 e 30 e vários militares, ao longo da história, se posicionaram na luta contra as oligarquias, a favor do voto secreto e aprimoramento do regime democrático. Citei decisões do Supremo Tribunal, que puniu uma série de tenentes, e a maneira como se referiam por exemplo, ao Brigadeiro Eduardo Gomes "um subversivo de alta periculosidade." Dizia, ainda, um ministro:

- "Este homem nunca será glorificado." Costa e Silva quando tenente, também esteve preso. Disse ainda, que nosso Grupo era acusado de ser subversivo, da mesma forma como também os tenentes e outros oficiais mais tarde foram considerados heróis das Forças Armadas. E por que eram considerados subversivos? Porque lutavam em favor, dos interesses nacionais; da eleições diretas e secretas. Então, somos subversivos porque estamos atuando na mesma linha! Completei meu discurso acusando o governo de fascista. Pior ainda que o fascismo, porque aqui, o que se implantou foi o fascismo colonial e dependente, a serviço do imperialismo.

Meu discurso, mais tarde publicado, objetivava encontrar uma saída para o Brasil. O Presidente Médici determinou a suspensão da circulação do "Diário do Congresso", por cinco dias, enquanto o Conselho de Segurança apreciava o discurso. Considerei uma atitude

primária. Bastaria retirar o discurso e continuar a publicação do Diário do Congresso Nacional.

Os deputados ligados ao governo, só falavam de minha inexorável cassação. Os jornais noticiavam, que eu havia feito um discurso violento contra os militares. O jornal "O Estado de São Paulo" aproveitou-se de uma parte do meu discurso, na qual fazia referência à revolução peruana e, fez um editorial sobre minha incoerência pois, enquanto atacava o que eu chamava de ditadura aqui no Brasil, defendia a ditadura do General Alvarado, do Peru.

O fato é, que este discurso acabou circulando nas áreas militares, onde foi mimeografado e distribuído pelos quartéis. Alguns militares que o leram consideraram: "O discurso não é contra as Forças Armadas! É até elogioso, embora se entenda que busca estabelecer um paralelo entre as posições do Exército do passado com o atual."

Em junho de 1971, foi marcado o Seminário de Recife, por Jarbas Vasconcellos presidente do MDB, e deputado estadual. Pedroso chamou-me, solicitando que escrevesse um documento para o Seminário, com a explicação:

- "Deputado, você sabe que em um Seminário como este, exige elaboração de um esboço de documento para que seja posteriormente discutido. A partir das propostas aprovadas no plenário, far-se-á possíveis alterações e daí, surgirá o documento definitivo." Redigi o documento e o levei a Pedroso, acompanhado por Marcos Freire e Fernando Lyra. Pedroso ouviu, achou muito bom, pedindo em seguida, que o levasse para apreciação do Presidente Ulysses Guimarães. Fui até Ulysses, que ouviu a minha leitura em silêncio, não comentou o seu conteúdo e apenas disse:

- "Felizmente, temos no MDB, quem sabe escrever. Vou levar à consideração da direção do partido." E nada mais disse!

Eu e o Marcos previamos diante daquela postura enigmática do Dr. Ulysses em que aquilo iria dar...

Resultado: quando já estávamos no Seminário em Recife, chega toda a "tropa" moderada do MDB, com Tancredo Neves, portando um documento pronto. Pouca coisa tinha

a ver com o nosso, além de excluir a proposta da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Era a primeira vez que levantávamos esta bandeira. Neste Seminário, foram afloradas as divergências acompanhadas de violências, agressões e truculências até então latentes, no MDB. Fomos chamados publicamente de comunistas. O que surpreendia é que éramos tratados da mesma forma, tanto pela ditadura quanto pelo nosso partido MDB! Como é que a ditadura nos chamava de comunista e o nosso partido também? Sobretudo quando não éramos. E com o beneplácito de figuras respeitadas do partido! Os chamados adesistas foram para o Seminário com ameaça de uma guerra, não só verbal, mas física também. Levaram alguns seguranças para o Recife. Tenho em meu poder carta do ex-Deputado Clemens Sampaio, que de forma desaforada confirmava que eu era o chefe dos comunistas brasileiros e assegurava que cumpriram esse papel no Seminário a pedido de Tancredo e Ulysses. Será verdade?

No início da reunião, em discussão com Tancredo, nos foi mostrado o documento que, segundo ele, era a posição da direção do partido. Questionamos por que não o nosso documento? Ele respondeu:

- "Não, não pode." Observamos que a objeção à leitura de nosso documento, entre outras razões, seria com certeza, devido defesa da tese da Assembléia Nacional Constituinte, a que Tancredo quando questionado argumentou:

- "No nosso documento, também esta implícito a convocação da Assembléia Nacional Constituinte." E eu disse:

- "Se está implícito, então explicite!" Não houve acordo. E o documento aprovado foi lido, no dia seguinte ao encerramento do Seminário, na Tribuna da Câmara, por Freitas Nobre, a pedido de Pedroso Horta.

Em agosto, ocasião do Dia do Soldado, Pedroso chamou-me, em seu gabinete:

- "Tem uma solenidade comemorativa do Dia do Soldado e você vai falar em nome do MDB." Ponderei:

- "Dr. Pedroso, depois da confusão de maio, me deixe de lado e põe o Marcos Freire." Marcos que estava ao lado, retrucou:

- "Mas, eu não entendo nada de militar." Então, Pedroso finalizou:

- "Fala você, Chico."

Os caciques do partido acharam que a atitude do Dr. Pedroso, indicando-me para falar em nome do partido, em uma solenidade do dia do soldado, era uma temeridade e uma provocação.

Neste discurso, aproveitei-me da ocasião, para lembrar da figura do pacificador que foi Caxias, tratando com benevolência os vencidos, e conseguindo anistiá-los. Procurei estabelecer um paralelo entre o comportamento do Patrono do Exército, o exemplo que deixou à posteridade e o comportamento dos atuais chefes militares no poder, perseguindo os vencidos de 1964.

Ainda no mesmo ano, Dr. Ulysses que ocupou a presidência com a renúncia de Oscar Passos, apresentou-se candidato na convenção do partido. O Grupo Autêntico, que já conhecia seu comportamento demasiadamente conciliador, apresentou a candidatura de Josafá Marinho, que tinha perdido a eleição para senador pela Bahia...Apesar de ter sido uma disputa violenta, nós perdemos a eleição. Nossa briga interna, entretanto, acirrou-se.

Na sucessão de Médici, eu pessoalmente tentei convencer o Grupo (embora alguns reagissem) que o MDB deveria ter candidato próprio, e que falasse, também, para o um auditório mais amplo, como para as Forças Armadas. Entendia que era necessário afastar preconceitos e criar novos aliados dentro da própria fortaleza do governo. Ou seja, deveríamos ter um candidato militar. Fomos ao Rio, Marcos Freire foi comigo. Conversamos com alguns militares na tentativa de acharmos um candidato, nesta área. Depois de alguns contatos em vão, - somente um coronel da ativa topou, mas entendendo que melhor seria um general. Mais tarde - Marcos, Lysâneas, Fernando e outros procuramos - o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, pernambucano, que morava na cidade do Rio de Janeiro e aceitou disputar a presidência da República, pelo MDB.

Quando Ulysses soube que Barbosa Lima aceitara ser candidato a presidente, e embora fosse contrário a tese do MDB ter candidato próprio, ainda que civil, lançou-se candidato . Foi ao Rio, com Nelson Carneiro e Amaral Peixoto, a procura de Barbosa Lima, com o

propósito de convencê-lo a ser o seu vice. Barbosa aceitou para manter a unidade do partido.

A preliminar sustentada pelo o Grupo Autêntico era a seguinte: a lei eleitoral estabelecia que os partidos teriam direito a usar rádio e TV. Não faziam distinções entre eleições diretas ou indiretas. Eu argumentava que era importante o partido ter um candidato. Primeiro porque poderíamos fazer comícios e denúncias; segundo, usaríamos a mídia e, em seguida, no dia do pleito, renunciaríamos a candidatura, denunciando aquela farsa, com eleição de cartas marcadas, constituída de eleitorado limitado, ou seja, apenas congressistas. A maioria, filiada a ARENA e obrigados por lei a votar no candidato oficial, sob pena de perda do mandato e suspensão dos direitos políticos. Uma eleição definida por antecipação.

A direção do MDB não aceitava, de modo algum, o condicionamento da candidatura a uma renúncia posterior, defendida pelos Autênticos.

No dia da convenção, aí sim. Ulysses aparece como verdadeiro oposicionista. Fez um excelente discurso, o "Navegar é preciso"...e nós aplaudimos! Foi a primeira vez que bati palmas para Ulysses! A partir dali nasceu um novo Ulysses, afirmativo e contundente. Fez um pronunciamento na linha do Grupo Autêntico, embora se recusasse a renunciar à candidatura. Após várias reuniões com ele, até que dias antes da eleição, tivemos a certeza de que não renunciaria. Numa última tentativa, argumentamos que se o próprio Geisel, declarou à imprensa que era bom que MDB tivesse um candidato, ficava claro que iríamos apenas coonestar a legitimidade daquela eleição, dando impressão ao mundo que, no Brasil, houvera uma disputa democrática. Ora, no nosso entender, se o governo queria que o MDB tivesse um candidato, teríamos que pagar um preço: o de permitir a utilização de rádio e televisão, pelo partido da oposição, para denunciá-los. Taticamente, depois que fizéssemos uso desses meios de comunicação, o candidato renunciaria, o que seria uma denúncia da ilegitimidade da eleição.

Como a ditadura sabia que Ulysses não renunciaria, influenciou o Tribunal Superior Eleitoral a denegar nossa participação na mídia sob a alegação de que as eleições eram indiretas. Mas a lei não fazia essa distinção e, consequentemente, em uma como em outra eleição, o partido não ficaria à margem desse direito.

Na antevéspera da eleição, estivemos reunidos e no clamor das discussões, Alceu Collares que era do Grupo Autêntico, radicalizou e no dia seguinte, porém, encontrou razões para votar em Ulysses. Essa a razão de não ter assinado o documento dos Autênticos. Foi uma das dissensões que tivemos no Grupo. Nadyr Rossetti apesar de ter assinado a carta, resolveu ignorar a eleição a ela não comparecendo, assim como Jerônimo Santana. Os demais membros do Grupo, entendendo que era preciso fazer uma denúncia pública daquele momento histórico, foram a sessão do Congresso que serviu de palco para disputa de Ulysses e Geisel, levando um documento redigido a cinco mãos: Freitas, Alencar, Marcos, Lysâneas e eu, mais a colaboração dos chamados "pitacos" do Fernando Lyra. Este documento aprovado, posteriormente, pelo Grupo deveria ser lido no dia das eleições. Segundo o regimento, não tínhamos direito a palavra, mas Alencar Furtado levantou uma "Questão de Ordem", diante do Colégio reunido, gerando um tumulto. O presidente do Congresso não queria permitir, nem mesmo a "Questão de Ordem", e muito menos a leitura do documento. Contudo, acabaram negociando. Ameaçávamos não permitir a realização da eleição, o que para o governo seria um desastre. Feita a leitura do documento deu-se início a votação. Quando os integrantes do Grupo eram chamados para proferir o voto, faziamos uma provocação ao governo, e diziamos um dichote qualquer acerca da ditadura e não votamos em nenhum dos dois candidatos!

Na mesma noite, ligamos na BBC de Londres para ouvir as repercussões das eleições brasileiras no exterior. Após breve análise, noticiaram:

- "General Geisel da ARENA, tantos votos; Ulysses Guimarães do MBD, tantos votos; oposição brasileira, vinte e um votos." Somente nós do Grupo Autêntico éramos considerados, no campo institucional, a única oposição no Brasil. Este episódio, nos deixou muito felizes, porque estava sendo reconhecido, que os dois primeiros estavam conciliando e legitimando uma eleição espúria, o que não acontecia com os vinte três votos de repúdio do Grupo Autêntico.

Posteriormente em 1974, fui preso por seis meses, devido o discurso contra o General Pinochet, considerado provocativo. Essa versão está registrada, até no livro de Thomas

Skidmore. A história no entanto, é mais longa e tem seu início, quando em 1972 ou 73, o ditador do Paraguai, Stroessner veio ao Brasil, e foi homenageado pela Câmara Federal. Justamente ele, que fechou a Câmara do Paraguai! Esta homenagem contou com a presença, inclusive do MDB. Estava lá Ulysses Guimarães e muitos outros!

O Grupo Autêntico resolveu não comparecer. Não fizemos discurso contra, simplesmente não comparecemos. Quer dizer, de qualquer forma fizemos nosso protesto. Os jornais da época, tinham um espaço mínimo para a política. Existia censura e auto-censura nos jornais. "O Estado de São Paulo" quando censurado preenchia os espaços vazios trazendo receitas de bolos e poesias de Camões. Desta forma, a imprensa não noticiou a respeito de nossa ausência que era, também, um protesto.

Após esta visita de Stroessner, recebi cartas de Rio, São Paulo e Bahia, estranhando que todo o partido tivesse homenageado o Stroessner, um ditador que entre outras barbaridades exilou, torturou nas prisões do país muitos dos seus patriotas e fechou o congresso do seu país. Deveríamos ter denunciado. Não o fizemos.

Quando da posse de Geisel encontravam-se em Brasília: Stoessner do Paraguai; Banzer da Bolívia; Bourdabery do Uruguai; Pinochet do Chile; Paty Nyxon, representando o Presidente Richard Nixon, seu marido e presidente dos Estados Unidos. Eu era solteiro e, na mesma noite, chegando ao Hotel Brasília Palace, onde morava, deparei-me com o jornal "Correio Brasiliense", que trazia a seguinte manchete: "Forma-se eixo Brasil-Bolívia-Chile-Uruguai." Lembrei-me do eixo, Itália-Alemanha-Japão, como também das cartas que eu havia recebido na ocasião da visita do Stroessner. Decidi fazer um discurso sobre este assunto no dia seguinte: "Os três ditadores festejados em Brasília" Isso aconteceu às vésperas da posse, porque no dia seguinte não se poderia falar. O jornal "Correio Brasiliense" transcreveu parte do meu discurso.

No dia da posse de Geisel fui ao Congresso como de costume, mas decidi, sem qualquer consulta ao Grupo que não participaria daquela solenidade. Entretanto, ao chegar à Câmara, logo na entrada, o chefe da segurança da Casa, advertiu-me:

- "Tenha cuidado, deputado. O pessoal do Pinochet esta atrás do senhor, querem

saber quem é o Deputado Francisco Pinto."

O Marcos Freire estava sentado um pouco atrás do Pinochet, ouviu quando um oficial chileno perguntou a alguém da segurança:

- "Aquele é o Chico Pinto?"

Não assisti a solenidade da posse, fiquei no cafezinho, ao lado do plenário, conversando. Queria, porém, no final da solenidade, ver a cara dos ditadores. A Câmara tinha colocado vários tapetes na saída principal, uma espécie de passarela, onde os chefes de governo desfilariam na saída, após o ato de posse. Situei-me ao lado dessa passarela e vi a saída da Paty Nixon, elegante; depois o Bourdabery, que é um tipo simpático; o Banzer; e nada do Pinochet... que saiu pela porta dos fundos do plenário, rodeou o salão, com uma segurança enorme e passou junto ao jardim que existe nas imediações. Rapidamente desceu as escadas protegido por um forte esquema de segurança.

Será que a sua segurança imaginou que eu estaria ali para dar algum tiro nele?

Dois dias depois, jantando em uma churrascaria de Brasília, avistei uma conhecida, acompanhada por alguns senhores. Quando os homens saíram, dirigiu-se à minha mesa e falou:

- "Olha, se cuide! os homens que estavam naquela mesa jantando, são militares. Quando você entrou, eles perguntaram: Aquele é o Chico Pinto? Mediante minha afirmativa, disseram, que você não perdia por esperar, e que precisava saber, como foi saudado o General Pinochet, na visita ao "Forte Apache", onde os quepes dos militares brasileiros foram jogados para o alto. Este ato, significa, a mais honrosa das homenagens nos meios militares!" Pensei... a situação está pior que eu imaginava...

Poucos dias depois, estando em meu gabinete recebi, às seis e meia da tarde, telefonema do Chefe de Gabinete da Presidência da Câmara, em nome de Flávio Marcílio comunicando-me que o presidente precisava falar comigo. Disse que estava ocupado e no dia seguinte iria vê-lo. Novo telefonema. Era o próprio presidente insistindo para que eu o procurasse com urgência uma vez que havia ocorrido um sério problema e que eu precisaria conhecer. Desconfiei do que poderia ser. Avisei ao Deputado Alencar Furtado, cujo gabinete situava-

se em frente ao meu.

Encontrei Flávio Marcílio, em companhia do líder da ARENA e do Governo, Deputado Célio Borja (mais tarde Ministro do STF, e depois Ministro da Justiça no governo liberal democrático de Fernando Collor). Ambos sérios e formais, mandaram-me sentar. No semblante da cada um, certa dose de preocupação. No coração daqueles servidores da ditadura não sei se havia alegria. Disse o presidente:

- "Lastimo lhe comunicar que acabei de receber ofício do Ministro da Justiça Armando Falcão que, por determinação do Presidente Geisel, encaminhou representação a Procuradoria Geral da Justiça para processá-lo." Passou-me o ofício. Li, e devolvendo-lhe disse:

- "O que se pode esperar de um ditador? O resultado disso, nesse regime, eu já sei qual é." Um de cada vez, disse, educadamente, que eu tivesse paciência, constituísse um advogado e que foi melhor a forma como agiu o governo, do que se me tivesse cassado. Assim, acrescentaram, você poderá se defender. Disse-lhes:

- "Está bem com um Supremo sem as garantias constitucionais que lhe foram subtraídas, como se pode acreditar em um julgamento imparcial? Irão, apenas, cumprir as ordens do governo para não perderem os cargos. De qualquer sorte, os senhores sabem que cumpri uma decisão da Comissão Interparlamentar, de âmbito internacional, que recomendava a todos os Parlamentos do mundo que denunciassem o que ocorria no Chile. Enfim, fiz a minha parte. O Governo Geisel, aliado de Pinochet, fará o que quiser."

Ao sair dessa conversa, encontrei-me com os Deputados Lysâneas Maciel e Alencar Furtado. Ambos mostraram-se indignados. Lysâneas telefonou para o jornalista Castelo Branco, comunicando o fato e pedindo-lhe que escrevesse sobre o assunto. Castelo informou que havia enviado seu artigo para o Rio de Janeiro (onde se edita o "Jornal do Brasil"), mas que escreveria um outro sobre o assunto e pediria ao editor para substituir o artigo anterior pelo novo. No dia seguinte Castelo comunicou que seu artigo fora censurado. Havia ordens superiores para não publicar nada sobre o assunto.

Na verdade o governo não queria que o fato tivesse repercussão. E a nós o que interessava é que tivesse repercussão, para desgastá-lo.

Vários deputados do Grupo Autêntico, porém, resolveram se revezar na tribuna, todas as semanas, denunciando a violência e solidarizando-se comigo. Alguns destes deputados assumiram os termos do meu discurso e acrescentaram outros crimes do General Pinochet que não mencionei. Entre os que falaram lembro-me de: Lysâneas, Lyra, Alencar, Marcos, Fernando Cunha, Marcondes Gadelha, Freitas Nobre, Paes de Andrade, Nadyr Rossetti, Getúlio Dias, Aldo Fagundes, Walter Silva... E, no Senado, Nelson Carneiro.

O Governo, por outro lado, tinha seus defensores que respondiam as criticas dos nossos companheiros e elogiavam o comportamento democrático do estadista Presidente Geisel. Naquela época, faltavam adjetivos nos dicionários para os sabujos da ditadura elogiarem, por qualquer razão ou sem razão, os atos dos seus chefes. Entre os que se manifestaram: Deputado Célio Borjas, Dail de Almeida, Lauro Leitão, Prisco Viana. Wilmar Dallanhou...e dezenas de outros.

O MDB através do Diretório Nacional e em nota à Imprensa protestou contra o ato do governo.

Inicia-se o processo com a denúncia do Procurador Geral da Justiça, Dr. Moreira Alves, posteriormente Ministro do STF. Submetida a deliberação do plenário do STF este, unanimemente, acolheu a denúncia. Fui interrogado pelo Ministro Relator, Ministro Xavier de Albuquerque. Confirmei os termos do discurso que não tinha o propósito de ofender e sim denunciar e condenar um fato verdadeiro que ocorria no Chile. Meus advogados Josafá Marinho e Paulo Brossard, anexaram documentos comprobatórios da veracidade do meu discurso. Vários jornais do mundo denunciaram os fatos. Os brasileiros que a partir do episódio passaram a noticiar o que ocorria no Chile e até um discurso do Senador Ted Kennedy, pronunciado no Senado americano condenando o comportamento do governo no meu caso, foram anexados aos autos. Fernando Cunha, por outro lado, o registrou na Câmara.

No julgamento final os Ministros do Supremo dividiram-se entre aplicar a Lei de Segurança Nacional ou o Código Penal. Por maioria condenaram-me com base no Código Penal, que por sinal não diferiam da Lei de Segurança Nacional. "Ofender Chefe de Estado de Nação estrangeira." O que distinguia os dois diplomas era a gravidade da pena, maior na

Lei de Segurança Nacional, menor no Código Penal. Ao optar por este último aplicaram-me, por unanimidade, a pena de seis meses de reclusão, ao invés de dois anos de Lei de Segurança. Suspenderam meus direitos políticos apesar, do dispositivo constitucional não haver sido regulamentado. Tanto é verdade, que anteriormente, em outros casos, sob a alegação de falta de regulamentação, deixaram de aplicá-lo. O dispositivo constitucional, no entendimento anterior do STF, não era auto-aplicável. Negaram-me, também, o sursis previsto na lei em benefício de réus primários.

Somaram-se, portanto, as violências praticadas pelo Executivo e pelo Judiciário mais uma, a da Câmara dos Deputados que, pela sua direção, cassou-me o mandato. Assim fui atingido de uma só vez pelos Três Poderes da República.

Por uma dessas ironias do destino, fui condenado pela mais alta Corte Civil, STF, e absolvido pela mais alta Corte Militar STM, quando perante esse último Tribunal pesava sobre mim as acusações de ter tentado resistir à "revolução" por meios violentos: ter tentado assaltar o Tiro de Guerra de Feira de Santana para apoderar-me de suas armas; ter sido aliados dos comunistas e, na Prefeitura, nomeado vários deles; de ser contra revolucionário e de ser contra a política dos americanos no Brasil. Assim, fui absolvido pelos militares, como já vimos, e condenado pelos civis por ter "ofendido" um ditador militar do Chile.

Antes da publicação da sentença condenatória, recorri da decisão do TRE da Bahia que negara registro a minha candidatura. O Superior Tribunal Eleitoral negou-me, também, esse direito.

Procurei inscrever-me para falar, pela última vez, antes da prisão, na Câmara dos Deputados. O Presidente da Câmara, Deputado Flávio Marcílio, garantiu ao Dr. Ulysses Guimarães e ao líder do MDB Laerte Vieira que me concederia a palavra, uma vez que a sentença ainda não produzira nenhum efeito, não fora publicada e caberia ainda recurso.

Chegando ao plenário o próprio Presidente da Câmara ordenou que um funcionário me trouxesse o livro de inscrição para assiná-lo. Encontrava-me sentado no plenário e essa atitude poderia ser interpretada como um gesto cordial. Antes de ser chamado, o telefone privativo da Presidência toca. Atende o Presidente do Legislativo e, do outro lado da linha,

o Ministro Armando Falcão, em nome do General Geisel, transmite a ordem de que eu não poderia falar. Fui a tribuna. O líder da ARENA e do governo, Célio Borja que, após a queda da ditadura, converteu-se em um liberal democrata, levantou uma "Questão de Ordem", depois de receber a "ordem unida" de impedir-me falar. Argüiu que "era fato público e notório que eu havia sido condenado e conseqüentemente não poderia usar da palavra." O presidente deferiu, Dr. Ulysses, Laerte e outros reclamaram em vão. Insisti da Tribuna e o presidente encerrou a sessão. Desligaram o microfone. O Deputado Célio Borja mandou os deputados da ARENA se retirarem do plenário. O presidente ordenou aos funcionários que também se retirassem. Ficou a bancada do MDB e funcionários rebeldes. Ameaçaram, também, apagar as luzes do plenário. Alguns amigos saíram e compraram velas. Falei assim mesmo. Discurso duro contra o regime, contra o Executivo, contra o Judiciário. Ao descer da Tribuna aplaudido, conduzindo-me ao serviço médico, a fim de obter atestado de saúde física e mental e que não possuía qualquer sinal de violência corporal. Era a cobertura para, no caso de violência na prisão, ficar comprovado que nela entrei sem qualquer lesão.

O jornalista Pedro Campos relatou esse fato, em matéria denominada: Chico Pinto: Último Ato, não publicada pela imprensa. A ordem era não publicar nada sobre o episódio. A imprensa silenciou.

No serviço médico da Câmara, a multidão apinhou-se nos corredores, lotando as escadarias e os elevadores, enquanto alguns deputados do MDB testemunhavam a realização de um "chek-up" em Chico Pinto para que, ao sair da cadeia, se pudesse comparar o seu estado físico e mental, com o de ontem a tarde, às dezessete horas...

Daí conduziram-me para a casa do Deputado Lysâneas Maciel onde passei a noite. No dia seguinte resolvemos, que eu deveria me apresentar ao Presidente do STF, Ministro Eloy da Rocha, mesmo antes da sentença publicada e, conseqüentemente, sem existir ainda qualquer mandato de prisão. Queríamos caracterizar o ato de violência do Supremo. Queria ouvir do próprio presidente o "teje preso". Acompanhado de vários deputados batemos à porta do Presidente. Foi um tumulto no seu gabinete. No princípio ele não queria nos receber. Os "Autênticos" protestando e gritando entre eles lembro-me de Lysâneas que me conduziu

em seu carro, Getúlio Dias... Começou a ditar o auto de apresentação espontânea para cumprir a pena, e o presidente errou várias vezes. Assinado o auto os deputados começaram a argüir o presidente. O presidente estava nervoso. Apresentei-me:

- "Pronto Sr. presidente, para cumprir a pena por crime que não cometi." O clima era tenso e exaltado. Lysâneas perguntou onde eu ficaria preso, porque não precisaria levar-me escoltado. Ele me conduziria. O presidente ponderou que o mandato de prisão teria que ser levado por um oficial convocado, quando soube da minha presença no Tribunal, mas que esse oficial poderia ir em outro carro. Exigiram ainda:

- "Presidente, queremos que o senhor garanta a integridade física do Deputado Chico Pinto." O presidente respondeu:

- "Ah! quanto a isso não tenha dúvidas."

Apresentaram uma cópia do atestado de saúde. O presidente disse que não havia necessidade, e ponderaram:

- "Há sim, porque nas prisões brasileiras se torturam e assassinam presos políticos." O Presidente disse:

- "Não sei nada disso." Getúlio replicou:

- "O senhor não sabe porque não quer saber."

Desde o início do processo que não via a minha cidade de Feira de Santana. Pretendia apressar o processo, uma vez que o Procurador Geral da República, Ministro Moreira Alves, ao enquadrar-me na Lei de Segurança, tornava-me inelegível. O absurdo da legislação da época é que bastava um promotor ou procurador denunciar alguém, com base na Lei de Segurança para que o cidadão ficasse impedido de disputar eleições. Ora, o Procurador da República era cargo de absoluta confiança do presidente por este escolhido e nomeado e demissível "ad nutum". Logo, era um preposto do Governo. Bastava que este, querendo atingir alguém acionasses seus agentes para denunciá-lo e conseguir obstar a participação do denunciado no processo eleitoral como candidato, ainda que no final a decisão fosse favorável. Urgia, pois, acelerar o processo. Estávamos em 1974, ano de renovação dos mandatos. Precisava ser julgado até setembro ou outubro. As eleições estavam marcadas

para quinze de novembro. Não esperava, portanto, que fluíssem os prazos da defesa até o dia "ad quem", quer para contraditar a denúncia, fazer a defesa prévia ou cumprir alguma diligência. Quase sempre quando intimado, mesmo com alguns prazos longos até de quinze dias, só nos utilizávamos de um a dois dias.

Ao chegar àquela cidade em junho, se não me engano, recebendo enorme solidariedade da população, verdadeira romarias da periferia da cidade para minha residência, fui entrevistado, longamente, pela Rádio Cultura. Era natural que a população da cidade onde sempre fui o mais votado deputado federal, tivesse curiosidade em saber o que ocorrera em Brasília, sobretudo porque o noticiário, nos primeiros dias, foi parco, ganhando intensidade com o tempo.

Relatei os fatos, comentei o discurso sobre Pinochet, e quais deveriam ser as conseqüências. Obviamente, disse entre outras coisas, que o governo do Presidente Geisel era um governo de mentira, inimiga da verdade...

O Ministro das Comunicações requisitou a entrevista à direção da Rádio suspendendo o seu funcionamento por quarenta dias, e mais tarde a fechou em definitivo. Novo processo se abriu contra mim por ordem do presidente. Nova denúncia do procurador, anexando a fita gravada da entrevista, naquela época as emissoras de rádio e TV tinham que gravar qualquer entrevista e guardar no arquivo. O Supremo determinou a sua degravação. O procurador ainda tentou, a fim de procrastinar o andamento do processo argüir crime conexo, o que tornaria impossível o julgamento naquele ano. O Supremo, através do relator preferiu considerar um novo crime.

Geisel mandou fechar a Rádio, no início de 1974, que pertencia a um militante do MDB, Sr. Oscar Marques e essa rádio só foi reaberta vários anos depois, quando Oscar transferiu-se para a ARENA. Mandou, também, abrir novo processo contra mim. Recebi a intimação para defender-me desse novo processo no próprio Quartel onde cumpria pena. Fui, novamente, julgado pelo STF em 1978, quando absolveram-me.

Antes do Natal do ano de 74, quando já cumprira dois meses da pena, o comandante do quartel em uma de suas visitas a minha cela, informou-me, com ares de satisfação, que o

governo havia solicitado relatório sobre meu comportamento na prisão, e ele informara que o comportamento era muito bom. Exclamei:

- "Ah! isso eu sei, não é Coronel? Fico aqui quieto, sozinho e não saio nem para tomar banho de sol, embora os senhores insistam para que o faça."

- "Mas é preciso fazer exercícios para sua própria saúde". Respondi que fazia na cela mesmo. E acrescentou:

- "O senhor sabe porque me pediram esse relatório? É para indultá-lo no fim do ano."

- "Ah! é?" respondi. Conversamos mais um pouco e ele se despediu.

A imprensa já noticiara várias vezes que o governo me indultaria. Fiquei pensando. Preciso ler esse novo decreto do Geisel sobre as condições para que o condenado possa ser indultado. Eu não quero perdão do governo! Sabia, por outro lado, que o indulto não pode ser rejeitado, e eu precisava encontrar uma brecha no decreto e na lei para recusá-lo. A recusa pura e simples seria apenas um gesto, sem conseqüências, porém. Lembrava-me que eu preenchia dois requisitos: 1) bom comportamento; 2) ter cumprido, pelo menos, um terço da pena. E o terceiro: o condenado deveria estar recuperado. Disse comigo mesmo, é por aqui que vou me desenquadrar.

Em uma das visitas do Dr. Josafá Marinho, meu advogado até então, informei-lhe do que estava acontecendo e disse-lhe que não aceitaria o indulto. Ele achou um absurdo. No dia seguinte o Dr. Sobral Pinto esteve comigo no quartel. Sabia da minhas disposição de recusar o indulto. Também não concordou com minha posição e levantando-se, com rapidez e energia, incomum para uma pessoa de sua idade, disse-me:

- "Faça como eu. Quando estive preso, ilegalmente, pela ditadura a OAB requereu um habeas-corpus. O Governo ao saber que o H.C. deveria ser concedido, antecipou-se e mandou soltar-me. Ao tenente que me comunicou que eu estava liberado perguntei-lhe se ele estava cumprindo ordem do Tribunal e o tenente respondeu: "a ordem é do meu superior no Exército." Disse-lhe: "não saio daqui a não ser por determinação da Justiça. Houve muita confusão e eles me carregaram, fiquei sacudindo as pernas e colocaram-me fora da prisão."

E concluiu:

- "Faça a mesma coisa." Achei interessante, mas não mudei de opinião.

Não falei com mais ninguém sobre minha disposição de renunciar o indulto. Recebi uma visita do jornalista D'Alambert Jacoud, do "Jornal do Brasil" e dele solicitei que fosse portador de uma carta ao presidente da República. Leu a carta e julgou que era um gesto digno e altivo, embora também entendesse que seria melhor eu sair da prisão do que nela permanecer. Disse-lhe ser uma atitude política e que não pretendia ser devedor nem beneficiário de gestos, que poderiam ser interpretados como magnânimos, quando provenientes de um carrasco, que através de prepostos seus cassou-me o mandato, suspendeu meus direitos políticos, negou-me o sursis e impediu-me que disputasse a eleição no mês de novembro último e, pretendia passar por bonzinho. Pedi que tirasse cópias da carta para a imprensa, mas só a distribuísse depois que o presidente a tivesse recebido, ou seja, depois das dezoito horas. Precavia-me quanto a possibilidade do governo impedir sua publicação. Apesar desses cuidados não deu outra. Os jornais foram proibidos de publicá-la. Não sei porque razão, escapou um: o "Correio Braziliense" que a estampou em sua edição do dia seguinte. Eis a carta:

Excelentíssimo Senhor Presidente da República General Ernesto Geisel

Noticiaram os jornais que poderei ser indultado por decreto ora assinado por Vossa Excelência, já publicado, no qual estaria eu perfeitamente enquadrado. Rogo a Vossa Excelência que me livre de mais este constrangimento - o de um perdão que não solicitei; por crime que não pratiquei e de cujo fato gerador não me arrependo e nem tenho porque me arrepender. Sabemos, Vossa Excelência e eu, como sabe todo o país, que sou prisioneiro político. O indulto seria, então, um bis in idem, isto é, uma pena política a mais, sobre tantas outras que me foram impostas por um tribunal que capitulou.

Pediria, pois, a Vossa Excelência, diante da insistência das notícias não desmentidas, que determinasse a sustação de qualquer medida que venha beneficiar-me. Dispenso-a sem arrogância. Até com humildade. Mas com a tranqüilidade e firmeza de quem se move na luta política por convicções patrióticas.

Aflige-me a perspectiva que os jornais apontam. Por isto quero deixar claro que o meu enquadramento neste decreto é apenas aparente: trago à consideração de Vossa Excelência, neste depoimento, que é uma confissão, alguns elementos que permitirão definir, diante do que preceitua o art. 2º do referido decreto, a cessação da periculosidade.

O Supremo Tribunal Federal declarou minha periculosidade. A ela faz referência no item II do acórdão publicado no Diário da Justiça de 27 de outubro do corrente.

Se assim não fora, não teria negado o "sursis" a um membro de um dos poderes da República, com endereço certo e atividade política permitida, réu primário, condenado à pena mínima. Se assim não fora, não lhe teria imposto pena acessória ainda virgem de aplicação pelo Supremo Tribunal Federal - a da suspensão dos direitos políticos - quando o mesmo Tribunal a considerava inaplicável, até então, por depender de regulamentação o dispositivo constitucional (artigo 149 parágrafo 3º) que a disciplina.

A periculosidade que em mim vislumbrou a Suprema Corte decorre do fato de ter o sentenciado posição de firmeza e não de submissão na sustentação dos compromissos de sua vida pública.

Não mudei, senhor presidente, se não mudei, continuo com o mesmo teor de periculosidade que acompanha sempre os democratas, sob os regimes de força, ao longo do tempo. Logo, se não cessou a periculosidade, não me enquadro no decreto de indulto de Vossa Excelência.

Sei quanto é penoso e difícil ser altivo e digno em momento como este. Desejo, obviamente, a liberdade. Sempre por ela lutei; para mim e para os outros. Mas sei, também, como é difícil, para quem está no poder, compreender um gesto de recusa, e de independência, sobretudo de um prisioneiro. Vossa Excelência estando no poder, não deve se constituir em uma exceção. É mais fácil e mais agradável a posição dos homens que não tem forma, cor ou espinha. Ninguém, se preocupa mais com o caráter do indivíduo, nem com o caráter da nação.

Enfim, já que a generosidade do governo não vai até a concessão da anistia ampla para os que presumivelmente cometeram delitos políticos, prefiro, neste Natal, e muito

cristãmente, ser eu quem o anistie, perdoando a todos os que exigiram e aos que praticaram a enormidade da violência contra quem nada fez, a não ser denunciar o esmagamento dos direitos do homem, quer no Brasil ou na grande nação chilena. Hoje é a ONU, a OEA, o Senado e a Câmara dos Estados Unidos que proclamam, em votação, as violências que denunciei. Só não as enxerga quem teme a fidelidade das palavras e os que não tem olhos, em determinadas circunstâncias, para as verdades mais claras.

Minha luta é por um Brasil Democrático e Nacionalista, cujo advento seria abreviado se Vossa Excelência conseguisse promover a aliança entre as Forças Armadas e o Povo para a luta contra os exploradores externos e os aproveitadores internos dos recursos nacionais. Se Vossa Excelência o fizer - o que eu, pessoalmente não creio, mas desejo - serei o primeiro a aplaudir-lhe, da prisão ou fora dela, colocando o Brasil acima de tudo, mesmo que Vossa Excelência não precise do meu aplauso, nem o queira.

Atenciosamente,

Francisco Pinto

1º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal

17/12/74

Eis o documento que encaminhei ao presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal:

Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal

Anexo envio a Vossa Excelência a carta que nesta data, enderecei ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Nela encontrará Vossa Excelência e seus ilustres pares os subsídios suficientes para me excluir da relação dos indultados. Quanto à pena fixada pelo Supremo Tribunal Federal a sentença já transitou em julgado, mas não cessou a periculosidade reconhecida, uma vez que não desapareceram as minhas convicções democráticas nem, como cristão, estou disposto a silenciar diante das violências cometidas em qualquer parte do mundo.

O indulto, no meu caso, só teria sentido se o Senhor Presidente da República

proclamasse a violência cometida pelo Judiciário. Deixaria, assim, de ser um indulto. Isto, contudo, não ocorrerá uma, vez que o Governo foi parte interessada e detém instrumentos capazes de impor decisões, como esta que me condenou.

Saudações,

Francisco Pinto

Assim cumpri mais quatros meses de reclusão e abortei a tentativa do presidente que preparara aquela farsa, depois de transcorridas as eleições.

Creio que foi no mês de março que fiz uma greve na prisão e não recebi mais visitas até minha libertação.

Algumas senhoras de deputados Autênticos, como Regina, Carolina, Márcia, junto aos seus maridos respectivamente Lysâneas, Marcos e Lyra e demais companheiros decidiram fazer uma carreata na hora da minha libertação, conduzindo-me para casa. Eu deveria sair entre seis e sete horas da noite, contudo, as nove horas da manhã, o Comandante do Batalhão comunicou-me que eu deveria sair imediatamente do Quartel. Ponderei-lhe que minha pena só se esgotaria entre seis e sete da noite, e que não queria ficar devendo ao General Geisel, nem ao Supremo, sequer um minuto da pena que me foi imposta. Foi inútil. Disse-me que cumpria ordens taxativas para conduzir-me ao local onde deveria hospedar-me, e que meus pertences seriam levados posteriormente. Não sai sacudindo as pernas e carregado como o Dr. Sobral Pinto. Sai com as minhas próprias.

Eu abortei o indulto. Eles abortaram a carreata!

Muitos dos deputados recém eleitos, que me visitaram logo após o pleito de novembro, manifestaram o desejo de agrupar-se aos Autênticos - muitos já participavam do Grupo em seus Estados.

Algumas divergências secundárias com os antigos Autênticos reeleitos, conduziram os novos a criar o que chamaram "Neo-Autênticos". Marchavam separados, mas unidos na ação. Eu servia de ponte de ligação entre eles. Participava de reuniões com uns e outros, tentando evitar um racha. Afinal, rachar à esquerda nunca foi novidade. Basta rememorar

sua história, na luta insurrecional. Felizmente não aconteceu, como fatos posteriores comprovaram.

Como já vai longo esse depoimento, convém ressaltar, que o Grupo Autêntico, ramificou-se pelos Estados e alguns municípios. Tanto assim que nas convenções do MDB, vários deputados estaduais, alguns vereadores e delegados dos Estado à convenção nacional, nos procuravam para estabelecer a tática a ser adotada no plenário. Lembro-me entre muitos do Deputado Iranildo Pereira pela sua bravura, mais tarde deputado federal; Jarbas Vaconcellos , Sebastião Rodrigues e Euclides Scalco, Marcos Tito e dezenas de outros, sobretudo dos Estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, Goiás, etc.

No Brasil, apenas dois jornais alternativos tinham circulação nacional - "Opinião", sob o comando de Fernando Gaspariam e o "Pasquim", ambos semanários. Houve um "racha" na redação do "Opinião", e creio que no mês de janeiro ou fevereiro visitou-me, na prisão, o jornalista Raimundo Pereira, editor-chefe do jornal "Opinião", comunicando-me das divergências existente e convidando-me para fundar um novo semanário o Movimento... Já contava com algum apoio. Achei ótima a idéia, até porque, ao deixar o Quartel, encontraria uma nova tribuna para continuar a luta. Logo nos primeiros dias da minha libertação, articulamos ao lado do recém eleito Deputado Airton Soares o apoio de todo o Grupo (autênticos e neo-autênticos) que se tornaram acionistas do Jornal. Airton, sabendo das dificuldades que eu enfrentava, convidou-me para residir em seu apartamento.

Assim, tornei-me chefe da sucursal do Movimento em Brasília, com duas salas no Edifício Márcia, mantendo uma coluna permanente "Coluna do Chico Pinto". Na sucursal trabalhavam excelentes jornalistas como Teodomiro Braga, Jaime Sautichuk, Vera Manzolini e Antonio Carlos Queiroz.

Nos mês de maio de 1975 saiu a edição número zero (experimental). O Governo determinou à Polícia sua apreensão. Todos os exemplares nas bancas e na sede do Jornal em São Paulo, foram levados para a Polícia Federal. Alguns diretores estiveram com o chefe da Polícia Federal e receberam a comunicação que o jornal só circularia com censura prévia,

isto é, todas as matérias datilografadas deveriam ser enviadas à Polícia, até quinta-feira, pela manhã - eles devolveriam na sexta - a fim de que o jornal circulasse na segunda. A censura foi brutal. Tentavam "esfriar" o jornal, isto é, o que ocorria no país da quinta ao domingo, não poderia ser aproveitado no noticiário. Trabalhava-se com matéria suficientes para preencher dois jornais e, às vezes, o que sobrava de censura era insuficiente para, apenas, uma edição.

Foi uma rica e extraordinária experiência. De 1975 a 78 permaneci no jornal, deixando-o no meado daquele último ano, quando fui absolvido no processo da entrevista da Rádio Cultura, candidatei-me, novamente, a deputado federal.

Voltando a Feira de Santana, em companhia do Dr. Sigmaringa Seixas, mais tarde deputado federal e jornalistas como Armando Rollemberg e outros, recebi uma das maiores e entusiásticas manifestações que um homem público pode receber. Desde o Aeroporto Dois de Julho, em Salvador, lotado de populares, formou-se uma carreata em direção à cidade.

Participamos, em uma noite chuvosa, de um comício em praça pública, com cerca de cinqüenta mil pessoas, e uma emoção extraordinária, que se converteu em explosões de entusiasmo durante todo o ato público. Ao encerrar, carregado nos braços do povo, num percurso de cerca de dois quilômetros, chegamos em casa.

O cineasta Osney São Paulo fez um filme, cujo título é "Chico Pinto vem aí" e um cineasta e professor da Universidade de Brasília, também, fez outro, descrevendo o clima na região.

Durante o tempo em que estive no Movimento, o Presidente Geisel cassou vários parlamentares federais. Marcos Tito, Amaury Müller, Nadyr Rossetti, Lysâneas Maciel, Marcelo Gato (estadual). Alencar Furtado foi o último cassado do Brasil. Depois de excelente programa do MDB na TV, com a participação de Ulysses Guimarães, Franco Montoro (líder do partido no Senado), Alceu Collares e Alencar Furtado, líder na Câmara, este último, com um discurso forte e contundente, denunciou o assassinato nas prisões do Brasil e teve uma repercussão extraordinária no país. O Presidente Geisel o cassou. O desgaste do governo foi tão grande que, a partir daí, o AI-5, já agonizante, não matou politicamente mais ninguém.

Nas cassações de Nadyr Rossetti e Amaury Müller, por discurso proferido em uma cidadezinha do Rio Grande do Sul, na região da fronteira, sem qualquer repercussão nacional ou mesmo estadual, gerou uma indignação forte. Quando o governo cassava não explicava a razão e, por isso mesmo, deixou a todos perplexos. Pelos próprio cassados é que tomamos conhecimento do que disseram naquele comício. Os boatos que órgãos, como o SNI, espalhavam, teria sido por ataques às instituições militares.

Estando no jornal "Movimento", os Autênticos convocaram-me a redigir um documento de protesto a estas cassações, traduzindo o pensamento do Grupo, a ser levado à direção do partido e converter-se em documento oficial. Em reunião numerosíssima, na casa do Deputado Santilli Sobrinho o documento foi aprovado. Foi um documento duro, potencializado pela indignação e dolorido pela injustiça.

Não vou citar nomes, mas alguns tremeram nas bases. Apoiavam, mas com manifestação deste nível:

- "O documento está muito bom, mas na situação que estamos vivendo seremos cassados." Outros:

- "Assino o documento sabendo que vou ser cassado." Ainda:

- "Assino o documento, também convicto que seremos cassados." O Deputado Tancredo compareceria uma hora depois do início da reunião, como havia sido combinado, incumbido pelo Presidente Ulysses Guimarães. Nova leitura. Tancredo ouviu... Elogiou como era do seu estilo e deixou a suspeita:

- "Não sei se a Executiva do partido o aprovará nestes termos."

Possivelmente eles já haviam redigido outra nota, tanto assim que em reunião permanente, aguardávamos seu regresso. Trouxe uma nota curta e com um trecho dúbio de interpretação. Nas entrelinhas transpirava conciliação. Leu-a rápido e disse:

- "Foi o máximo que conseguimos da Executiva." Alguns companheiros desferiram ataques ao documento. Argüiram a necessidade de aproveitar, ao menos, trechos do documento que redigi. Tancredo inflexível:

- "Não posso mudar o que já está aprovado." Retirou-se. Apesar disso, continuamos

discutindo. Reunião esvaziando-se. Uma comissão foi nomeada para alterar o documento e retornar a Tancredo. A Executiva se reuniria, no dia seguinte, às nove horas da manhã. Cortamos trechos conciliadores. O Deputado Marcondes Gadelha foi encarregado de acordar o Dr. Tancredo, às duas horas da manhã, e o fez. Tancredo atendeu-o de roupão. Marcondes começou:

- "Ministro, nós entendemos que é necessário retirar algumas frases do seu documento e queríamos"... Tancredo o interrompeu:

- "Tirar vocês podem. Não precisam mostrar-me. O que não podem é acrescentar."

A cassação do líder Alencar, como vimos, não se deu no dia seguinte ao pronunciamento. Encontrava-se no Paraná quando foi informado. Regressou. Em sua casa à noite, recebendo a solidariedade de deputados, funcionários e pessoas da sociedade de Brasília, e num clima de muita emoção, vi deputados chorarem, inclusive, alguns, que não eram do Grupo como o Deputado Joaquim Bevilácqua.

A cassação de Lysâneas se deveu, entre outras razões, pela sua enorme capacidade de ser solidário. Diante das cassações de Nadyr e Amaury, vários Autênticos e Neo-Autênticos queriam ocupar a tribuna para solidarizar-se com os companheiros atingidos e, naturalmente, atacar o responsável por aquela violência. Lysâneas inscreveu-se para falar. As notícias provenientes do Palácio eram aterradoras. Quem falar se solidarizando será cassado, também. O Senador Magalhães Pinto que era amigo de Lysâneas esteve com Geisel que confirmou sua determinação de não permitir manifestações. Procurou Lysâneas e o advertiu. Mais que isso, pediu para que não falasse. Lysâneas falou e foi cassado.

Todos esses fatos e tantos outros aqui não relatados, constituem a própria história do Grupo Autêntico. Toda ela construída numa luta diária e constante, ininterrupta e sofrida em todas as dimensões. Era como se estivéssemos em uma guerra - embora guerra também fosse - na conquista de uma cidade, de rua em rua, de casa em casa e a cada passo a frente, tiroteio de todos os lados, deixando "viúvas de maridos vivos", como acentuou Alencar Furtado.

Creio que o ser humano, pelas lutas que trava e desafios que enfrenta é sempre movido

pelo amor ou pelo ódio. Às vezes, conjugam-se os dois. Entretanto, na luta política, ama-se a causa do povo e odeia-se os seus algozes e exploradores. O cristão ama a Deus, sem ódio. Homens e mulheres podem se amar sem odiar, mas naquelas circunstâncias em que se vivia, era preciso odiar os algozes para se amar a liberdade. Aliás, o ódio independe de ideologia e serviu a Stalin à esquerda e a Hitler à direita, como serviu para vários presidentes ianques determinar massacres à populações inteiras como fizeram no Vietnã, na Coréia e no Golfo Pérsico. Claro que o ódio não é gratuito. Há interesses em jogo que o desencadeia, servindo a causa dos explorados ou dos exploradores. Uma classe dominante não cede seus privilégios sem luta. Assim ocorreu com a burguesia, apoiada pelos camponeses e a classe operária incipiente para destruir a aristocracia e o regime feudal. A epopéia da Revolução Francesa de 1789 com Robespierre, Danton, Marat a frente, teve que usar de violência, no mais alto grau, para derrotar os usurpadores dos direitos do povo.

Porque não me candidatei a partir de 1990? Primeiro quero deixar claro, que não foi por receio de perder eleições. Nunca as perdi, desde que fazia política estudantil. Sempre fui um dos mais votados do Estado para deputado federal. Em 1978, por exemplo, obtive uma votação que proporcionalmente, até hoje, não foi alcançada por qualquer outro candidato na Bahia. Foram cento e vinte mil votos! Como não podia registrar-me, de acordo com a legislação da época, com o nome Chico Pinto, não o fiz. Muita gente, no entanto, votou dessa maneira. Até mais da metade das apurações, todos os votos conferidos com essa rubrica, foram anulados. Um juiz do T.R.E., Dr. Antônio Pinheiro, chegou a telefonar-me para Feira, onde acompanhava a apuração, dizendo que fazia pena o que estava ocorrendo, com um monte de cédulas anuladas com meu nome. Disse-lhe que me encontrava revoltado com a direção do partido, que deveria ter instruído os fiscais a recorrerem das decisões das mesas apuradoras e, com essa providência - se o Tribunal acolhesse o recurso - ajudaria o partido a eleger mais alguns deputados nas sobras. Esclareci que nunca fui "fominha" de votos e que iria me eleger somente com os votos já apurados em Salvador (cinqüenta e cinco mil no final). Que me elegeria, também, somente com os votos de Feira de Santana (quase trinta mil votos) e me elegeria sem os votos dessas duas cidades. Bastariam os votos dos demais

municípios do Estado (quarenta mil votos). Respondeu que eu poderia solicitar, logo, um pronunciamento do Tribunal, cuja decisão só produziria efeito a partir do dia que fosse proferida e que, obviamente, também poderia ser contrária. Requeri ao T.R.E. afirmando que a identificação do voto na cédula não deixava qualquer dúvida quanto a intenção do eleitor e, no caso de acolhido o pedido, recomendasse as juntas apuradoras, para computar em meu favor, o voto conferido a Chico Pinto. O Tribunal deferiu. Como não houve recurso dos anulados anteriormente, somente após esse deferimento, cerca de cinqüenta a sessenta por cento das apurações encerradas, os votos deixaram de ser anulados. Mas, de qualquer sorte, com um eleitorado duplicado, somente em 1990, o Waldir Pires, ex-governador e ex-candidato a vice-presidente da república na chapa de Ulysses Guimarães em 1989 - alcançou cento e quarenta mil votos.

Em 1982 fui o mais votado do PMDB. Em 1986, a última que disputei o PMDB era governo, com Sarney. Começaram as cobranças e solicitações de cimento, emprego (eu não tinha ligações com empresários), tijolo, telhas... Recusava-me a atender. Os eleitores na ocasião, já entendiam que todos os políticos eram ladrões. Quem não "socializava" o roubo era "avaro". Quem "socializava" era o que merecia o voto. Apesar de minha recusa, ainda fui um dos mais votados do Estado. Não tenho dúvidas que pelo apoio que possuia em 1990, voltaria à Câmara, ainda entre os mais votados. Porém, estava enojado. Quando saía às ruas das cidades e alguém gritasse de longe: "Deputado", eu fingia não ouvir. Chamavam-me pelo nome, atendia.

Enfim, não quero concluir que os demais candidatos da oposição não gastassem. Esse desvio começou a partir de 1974, quando estive preso. Todavia, em 1970 diziamos nos palanques:

- "Tome o dinheiro roubado do povo pela Arena e vote no MDB!" Naquele tempo o MDB e depois PMDB era um partido sério e usufruia desse respeito. Como repetir a mesma coisa mais tarde se PMDB e PFL não se diferenciam?

As eleições se transformaram em um mercado persa. Sempre fiz campanha sem dinheiro, a não ser a feitura de "santinhos", cartazes, etc. As pessoas não me pediam nada.

A partir da incorporação do PP ao PMDB (início da década de 80), dezenas de arenistas sentindo que o barco do seu partido fazia água, transferiram-se para o PMDB. Em 1986 a maioria dos ratos abandonaram o navio, que afundava. Encorajaram-se os trânsfugas. O AI-5 havia sido revogado. Uma legião de oportunistas filiou-se ao PMDB. Não chegavam como soldados, mas como chefes. A culpa foi, em parte, do Dr. Ulysses e, a maior ainda, dos candidatos a governador dos Estados, que estimulavam a deserção e os acolhia como comandantes. O PMDB ganhou as eleições de 1986 em vinte um, dos vinte dois Estados. Ganharia em muitos deles sem essas adesões, inclusive na Bahia. Os governadores eleitos, prestigiaram fortemente esses oligarcas . O próprio Waldir Pires ressuscitou a oligarquia juracisista já enfraquecida. Essa oligarquia se implantou desde a nomeação de Juraci Magalhães para interventor na década de trinta. Paradoxalmente, quem começou a destruí-la foi Antônio Carlos Magalhães, ao exercer o seu segundo mandato de governador, em 1978/82. Não por ser contra as oligarquias. Queria criar a sua própria, como o fez.

Deste modo, o PMDB passou a ser controlado pelos ex-arenistas. Na Constituinte cinqüenta por cento do partido na Câmara dos Deputados e Senado era composta de ex-arenistas. Aliaram-se ao PFL e criaram o "Centrão". Com a fundação do PSDB houve uma debandada para o PSDB: Mário Covas, FHC, Euclides Scalco, Pimenta de Veiga. Outros, inconformados com a linha do partido emigraram para outras legendas, entre estes Miguel Arraes, o Deputado Hélio Duque, Senador Nelson Wedeckin, Bete Mendes, João Hermann, Dante de Oliveira, João Gilberto, Jorge Uequed e tantos outros. Muitos dos Autênticos, anteriormente, já haviam abandonado o partido como Lysâneas Maciel, Nadyr Rossetti, Amaury Müller, Alceu Collares, Getúlio Dias (PDT), Freitas Diniz (PT), Alencar Furtado, Freitas Nobre...

Há um fato que considero absolutamente desalentador, a desmoralização que atingiu a classe política. A mídia é responsável por isso, bem como parte dos deputados contribuiu, com suas próprias atitudes. O conceito generalizado de que todos os políticos eram "ladrões", "marajás", "mentirosos", "prometiam e não cumpriam", "não faziam nada", chocava-me e constrangia-me, embora soubesse que, nem os adversários, me tinham nessa conta.

Se estivesse no poder o que faria? Depende da forma de acesso ao poder. Se através de eleições, dependeria da correlação das forças, dos que me apoiaram, e se havia coesão entre essas forças para dispor de uma maioria sólida na Câmara e no Senado. Se não obtivesse essa maioria estaria prisioneiro do Legislativo. Isso significa muita negociação que, em tese, é necessário na democracia. Mas, em que termos? Com que métodos? A maioria do Congresso só entende a forma simples da teoria da vantagem, fazer barganhas na base do "toma lá e me dá cá", da política do é "dando que se recebe". Aceitando-se essa fórmula, não há retorno. A cada projeto, novas concessões, em prejuízo da Nação. Ao recusar esse método, projetos importantes são rejeitados. Para mudar esse sistema seria necessário uma Revolução Cultural. Como fazê-la?

É inegável que a maioria da classe política, em nosso país, está intrinsecamente viciada, em todos os níveis: federal, estadual e municipal. Quando alguns teorizam sobre as vantagens da "descentralização" e a adoção do "municipalismo", contemplo a realidade da vida municipal. Argüi-se que a transferência da execução de obras a cargo das Prefeituras, facilita a fiscalização por parte da sociedade local. Constato que na grande maioria dos municípios a realidade é outra. Atualmente, onde mais se rouba é nas Prefeituras. Por quê? Porque embora os cidadãos estejam mais próximos do local onde realizam-se as obras, sua capacidade investigatória é nula. Percebe, apenas, se as obras estão sendo realizadas ou não. Ignora o resto: não conhece o contrato, não acompanha os ardis dos editais de concorrência, a quantidade de metros construídos e como se processam as "propinas". Muitas vezes, até ouvem dizer que existiram. Não sabe, porém, como agir. Quem deveria desempenhar esse papel é a Câmara de Vereadores. A maioria das Câmaras, no entanto, tomando conhecimento das denúncias veiculadas pela imprensa nacional, sobre a existência de escândalos na administração federal, apreende apenas o que deve ser feito para tirar proveito, junto aos prefeitos.

Por outro lado, inexiste imprensa investigatória, atenta e competente nessa tarefa, nos municípios. Alguns nem jornais possuem. Quando possuem, para sobreviver, vivem subsidiados pelo governo e perdem a independência.

Se alcanço o poder pela via revolucionária, embora dependa, também, da correlação de forças, presume-se a existência de objetivos comuns.

A primeira providência, falando sem rodeios, seria limpar a área. Prender e fuzilar corruptos e vendilhões da Pátria irrecuperáveis, após julgamento, através de júri popular, mais ou menos assemelhados ao existente no Brasil e que julga os denunciados por crime de homicídio. Não estou inovando. Por várias vezes declarei isso em praça pública.

Segundo: Investiria maciçamente em Pesquisa, Ciência e Tecnologia. Sempre se investiu pouco no Brasil. A partir do governo Sarney, reduziram-se drasticamente recursos para essa e outras áreas do conhecimento. Tecnologia própria e voltada para os interesses do povo e não das elites. No Japão e na Coréia, entre outros países, o Estado investiu pesado nesses setores, embora visando fundamentalmente o mercado externo.

Terceiro: Rasgaria a Lei de Patentes, recentemente aprovada e sancionada pelo Presidente FHC. Não me submeteria a essa monstruosidade, imposta pelo Presidente George Bush, quando esteve no Rio (Eco 92), ao ex-Presidente Collor. Lei elaborada fora das nossas fronteiras. Collor submeteu-se. A demora na aprovação na Câmara Federal provocou a ira do Governo e do Congresso americano. Chegaram ao desplante de marcar, por duas vezes, prazos para sua aprovação. Um deles, trazia uma mensagem simbólica: trinta e um de março, data do golpe de 64, inspirado e ajudado pela potência do Norte. Esse atrevimento e ingerência indevida em nossa atividade legislativa, não mereceu reação do governo, nem destaque na imprensa nacional, a não ser registro em canto de página.

A Câmara e o Senado aprovaram o projeto, com o apoio decidido do PFL, PMDB, PSDB e o partido do Maluf. Aliás esses partidos, ao invés de se dividirem formalmente, na farsa das disputas eleitorais, deveriam se fundir. Pensam e agem uniformemente sobre os problemas brasileiros e votam sempre contra os interesses nacionais.

Ora, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão e nossa Constituição, asseguram a todos o direito à saúde. e ao conhecimento. Se conheço porque aprendi, posso e devo ter o direito de utilizá-lo. No entanto, a Lei de Patente proíbe-me de fazê-lo. Estabeleceu um abusivo monopólio.

Quarto - Energia é Poder. Quem tem energia tem poder. A Inglaterra, ao dominar tecnologia na utilização do carvão mineral, transformou-se em potência mundial. A revolução industrial inexistiria sem energia. Os Estados Unidos a superou, usando tecnologia própria, quando descobriu e explorou outra fonte energética mais limpa e poderosa: o Petróleo. O Brasil possuindo um manancial de energia superior a da maioria dos países do mundo, nunca se preocupou em utilizá-lo. Preferiu importar energia externa, ao invés de investir em tecnologia nacional. Que energia é essa? Todas as formas de energia alternativa que possuímos em abundância, por nos situarmos nos trópicos: Energia Solar; a hidroelétrica e a Biomassa, esta última, verdadeira bateria de acumulação de energia, tendo como fonte gratuita e geradora, o próprio sol.

O Brasil possui o maior patrimônio hidrelétrico do mundo, ainda não explorado na Bacia Amazônica. Aqui privatiza-se o sistema Eletrobrás, enquanto, nos Estados Unidos, não se conhece hidrelétrica de propriedade privada.

O Patrimônio genético brasileiro - segundo o Fast (órgão especializado do Conselho de Ministros da União Européia) - corresponde a oitenta por cento do patrimônio genético da Terra. Esse patrimônio tem um papel importantíssimo na solução futura dos problemas energéticos, alimentares e ambientais do planeta. Ficou comprometido com a adesão do Brasil à Lei de Patentes.

No campo Farmaco, o Brasil dispõe do maior potencial inexplorado do mundo. Há décadas os Estados Unidos enviaram para a Amazônia centenas de técnicos e cientistas fantasiados de missionários. Aqui aprenderam com os nossos índios e caboclos, quais as plantas utilizadas para cura de certa doenças ou distúrbios orgânicos. Enviaram essas plantas para serem pesquisadas e aproveitadas nos Estados Unidos. Em algumas, são retirados possíveis elementos tóxicos, para serem utilizados na farmacologia. Muitos desses produtos, ainda não comercializados, mas patenteados por lá, não poderão ser comercializados, amanhã, pelos nossos laboratórios, diante das normas da atual Lei de Patentes a não ser pagando royalties. Continuaremos fornecedores de matéria prima. A Lei tem efeito retroativo, protegendo produtos já patenteados em outros países, mesmo não circulando no mercado.

Embora considere o General Geisel um farsante (sou testemunha pois esteve na cela onde encontrava-me) pois, ocupando a chefia do Gabinete Militar do ex-governo Castelo Branco e, por determinação deste, visitou vários Estados do Nordeste, em maio ou junho de 64, para constatar a veracidade das denúncias de violências e torturas ali praticadas pelas corporações militares e formuladas pelos jornalistas Hermano Alves, Márcio Moreira Alves e Heitor Cony, no "Jornal Correio da Manhã" do Rio de Janeiro. Regressou, informando ao governo, que repassou essas informações a imprensa, afirmando a inexistência de torturas. No entanto, viu suas seqüelas e ouviu relatos sobre a forma como eram utilizadas, e nomes de torturadores. Mais tarde, ocupando a Presidência da República e falando em democracia enviou, a Câmara dos Deputados, projeto de Reforma do Judiciário. Quando recusado, fechou o Congresso e, pior ainda, instituiu o Pacote de Abril, criando a figura sinistra dos Senadores Biônicos, escolhidos entre os seus mais fiéis vassalos, para impedir eventual maioria da oposição naquela Casa. Como não estou analisando, globalmente, sua vida pública quero destacar, apenas, um projeto interessantíssimo do seu governo, patrocinado pelo Ministro Severo Gomes - Ministro da Indústria e Comércio - sobre a utilização da energia alternativa.

Diante da crise do petróleo, provocada legitimamente pelo países integrantes da OPEP, para valorizar seu grande e único produto de exportação - o Pretóleo - o ex-presidente, que havia dirigido a Petrobrás, percebeu que o país precisava livrar-se da dependência de uma única fonte de energia para o seu desenvolvimento. Desenvolveu uma das vertentes da energia alternativa. Criou o Programa do Pró-Álcool, não concluído e, relegado a segundo plano por todos os presidentes que o sucederam. Na primeira fase, utilizou-se apenas uma planta energética, a cana de açúcar, e um único produto: o álcool etílico e etenol. Previa, porém, a utilização da mandioca, beterraba, girassol,...e, na extração do óleo, o dendê entre outros.

Um país tropical, como o nosso, possui todas as condições que os países do Hemisfério Norte não dispõem, para execução de um projeto desse porte. Temos água, calor e luminosidade para auxiliar o desenvolvimento mais rápido na agricultura. Teríamos uma fonte de energia vegetal que nos levaria a independência do petróleo. Basta observarmos - apesar do desestímulo posterior àquela iniciativa - o alto consumo de álcool no país e o que significaria

o aumento de importações de petróleo para substituí-lo, além da sangria em nossas dívidas. Isso não invalidaria a continuidade de pesquisas e produção de petróleo em terra firme e, na bacia oceânica em águas profundas, com a tecnologia criada por técnicos da Petrobrás.

A dimensão desse projeto ia além da economia de divisas. Tinha um alcance social extraordinário. Estava prevista a instalação de pequenas usinas para abastecer regiões periféricas. Diminuiria enormes despesas no transporte de álcool, gasolina e óleos. Mais que tudo isso, fixaria o homem no campo em agrovilas, onde trabalhariam, por conta própria, em pequenas propriedades ou para terceiros, na produção e fornecimento das matérias primas e, outros tantos, na condição de operários nas destilarias.

Possivelmente os demais Presidentes (Figueiredo, Sarney, Collor, Itamar) mais preocupados em entregar o Patrimônio Público, não teriam enfrentado problemas, que se agudizaram com a presença dos sem terra no campo e os sem trabalho nas cidades.

Projetos como esse, com as devidas correções, sobretudo aquelas que decorreram da canalização de recursos públicos para grandes usineiros, e a não implementação de pequenas usinas, como inicialmente era previsto, precisariam ser retomados.

Os programas de Betinho e da Comunidade Solidária são paliativos., mas não resolvem. O importante não é distribuir cestas básicas, que é uma esmola para evitar, apenas, que o homem morra de fome. O essencial é que se crie condições para que os trabalhadores sejam sujeitos ativos do processo de desenvolvimento. O subsídio à agricultura, sobretudo, a pequenos e médios proprietários foi praticamente abolido, pelos chamados presidentes democráticos. Contaram para isso com o apoio dos industriais e da imprensa, que, ao invés de criticar a concentração de recursos nas mãos dos grandes proprietários, passaram a condenar a sua concessão. Nos Estados Unidos e na Europa a agricultura sempre foi altamente subsidiada, sendo que nos Estados Unidos esta prática vem ocorrendo desde a sua independência até os nossos dias. Através do Gatt, via rodada do Uruguai, impõem ao nosso país acabar com o subsídio, enquanto eles dispondo de alta tecnologia, apenas o reduziram.

A reforma agrária completaria esse processo no campo. Não é justo, nem admissível que em um país continental como o nosso, em meio a tanta terra chamada indevidamente de

improdutiva (na verdade não utilizada, não explorada) existam pessoas que queiram produzir e estão impedidas. Enormes estoques de grandes propriedades permaneciam e permanecem intocadas aguardando valorização. Ultimamente, porém, as terras estão se desvalorizando, drasticamente, o que facilita as desapropriações. Aliás, atualmente, o governo nem precisaria desapropriá-las (um processo burocrático e demorado). Bastaria comprá-las e assentar. Creio que o governo não adota essa providência porque o problema não é somente assentar. Precisa crédito (recursos) que hoje o governo só dispõe para ajudar banqueiros - trinta bilhões de reais, construções de moradias, financiamentos, máquinas, assistência técnica.

Enfim, parece-me que a Reforma Agrária não se inclui entre as prioridades do Governo. O que os trabalhadores deveriam fazer era evitar invadir terras visivelmente exploradas, para não municiar os adversários de sua luta, e desgastá-los. Não faltam fazendas, absolutamente inexploradas, para serem ocupadas. Aliás, na medida que, aos poucos, vai se institucionalizando as invasões, os operários das cidades também deveriam invadir as grandes fábricas, atualmente, quem mais desemprega no país.

A Reforma Urbana - em qualquer cidade, de qualquer porte, encontram-se inúmeros lotes de terra reservados para grandes negócios, com localização privilegiada e sem construções. Eles se valorizam rapidamente e produzem maior rentabilidade que as próprias aplicações financeiras, sobretudo no período de inflação alta. Essas áreas beneficiadas com infra-estrutura realizadas pelo poder público: luz, água, pavimentação e extensão telefônica, são adquiridas, geralmente, antes dos investimentos públicos, permitindo lucros indevidos aos seus proprietários. Quando não utilizados, provocam o crescimento da cidade para pontos mais distantes, onerando o poder público com novos investimentos, para atender a demanda mais longínqua. São pequenas e grandes ilhas inaproveitadas nas cidades, a não ser para beneficiar detentores do capital especulativo.

Quando prefeito enviei mensagem à Câmara de Vereadores, mensagem finalmente aprovada e sancionada, criando a taxa de "contribuição de melhoria". Cobrava dos proprietários um terço, do valor dos investimentos feitos na testada dos lotes, dividindo entre os dois confrontantes da via principal. Institui, também o imposto progressivo. O resultado

foi extraordinário. Em apenas um ano de governo os lotes centrais ou foram construídos ou vendidos a terceiros. Proprietários de grandes extensões de terra na periferia da cidade, em face da pesada carga tributária sobre aqueles terrenos inaproveitados, prontificaram-se espontaneamente, a doarem à Prefeitura, parte do terreno, para construção de casas populares, em troca dos investimentos em infra-estrutura, que normalmente faríamos para as novas vilas operárias.

O Governo Federal poderia, também, introduzir na reforma constitucional, dispositivo que autorizasse ao poder municipal competência para fixar prazos para construção nesses lotes, sob pena de ser considerado de domínio público.

Estatizaria a saúde com formação de cooperativas constituídas pelo corpo médico e demais funcionários encarregados de administrá-la. Um sistema aproximado do introduzido em Cuba e na China.

A Educação não é indústria, nem pode ser objeto de comércio lucrativo para alguns donos de colégios. O método de ensino, para alfabetização das grandes massas analfabetas seria o método Paulo Freire, com as características do implantado no meu governo em Feira: Educação e Conscientização:

a) formação de monitores, entre professores, uniformizando idéias e métodos de trabalho e ação.

b) aproveitamento do voluntariado, hoje, escasso e desacreditado. A população motivada, dedica tempo disponível nessa tarefa patriótica. O número de voluntários, que aderiram aos nosso projeto foi extraordinário. Entusiasmo contagiante. Enfim, se a população acredita, se engaja. Para isso é preciso seriedade, confiança nos administradores e crença nas mudanças.

Privatizaria (se a revolução não tivesse como pressuposto a mudança do regime) algumas empresas desde algum tempo estatizadas. Tornaram-se propriedades do Estado, não por decisão política dos governos anteriores, mas em conseqüência de dívidas contraídas pôr empresários ao BNDES e não honradas. Algumas dessas empresas faliram fraudulentamente, outras por incapacidade administrativa, ou altos custos financeiros que

as inviabilizaram. O Estado as recebeu em dação de pagamento, e não as leiloou, como deveria. Disto se aproveitaram os liberais para acusar o Estado de explorar "fábricas de gelo", "hotéis", "soutiens".

Encamparia empresas estratégicas que os últimos governos alienaram por preços vis, escorando-se no chamado mercado livre. De má fé, ignoraram que empresários e industriais se conluiam, na formação de preços para arrematarem as empresas estatais, como fazem, aliás, as empreiteiras, para ditar o preço das construções de obras. Por outro lado, o patrimônio público tem sido adquirido em troca de "moedas podres" e não em dinheiro. A Argentina, que não é padrão a ser seguido, operacionalizou as privatizações recebendo a maior parte em dinheiro. No Brasil, o que é pior, as moedas podres foram recebidas pelo valor de face e não pelo valor de mercado. Argumentam os mais argutos defensores do Governo que, esses títulos, foram emitidos pelo próprio Governo. Ora, quem compra títulos, como quem joga na Bolsa, não o faz para vendê-lo pelo valor de face. Correm o risco de revendê-lo com enormes lucros ou com grandes prejuízos. Valorizam-se ou depreciam-se.

Faria auditoria da Dívida Externa, a fim de apurar sua legitimidade. No início da década de 80, nossa dívida externa já havia sido totalmente paga. No entanto, permanecia a mesma. O Deputado Haroldo Lima, ao interpelar o Ministro da Fazenda do Governo Sarney, Francisco Dornelles e ancorando-se em trabalho de minha autoria, onde fazia essa denúncia, não foi contraditado pelo Ministro. A ilegitimidade dessa dívida decorre, entre outros fatores, da cobrança de "spreds", da instituição de juros flutuantes, atingindo contratos antigos que não os previa.

Qualquer alteração na política monetária norte-americana, valorização ou desvalorização de sua moeda afeta nossa dívida, e o conjunto de nossa economia. Isso ocorre por não termos política monetária, nem podermos tê-la, porque estamos atrelados ao falso símbolo da riqueza da mundial - dólar.

Uma medida que envolveria altos riscos, mas absolutamente necessária: romperia com o Sistema Financeiro Internacional. É impossível a um país, com as características do nosso, livrar-se da ditadura financeira, que nos é imposta, vinculada a esse sistema.

Já advertia, profeticamente, há décadas, o Secretário de Estado Norte Americano, Foster Dulles:

- "Há duas maneiras de controlar um país estrangeiro: uma é ganhar o controle do povo pelas forças armadas, a outra é ganhar o controle de sua economia pelos meios financeiros."

Atualmente as grandes potências imperialistas não necessitam usar canhões para impor sua vontade, a não ser excepcionalmente, como tem ocorrido com o Iraque. Dispõem, sobretudo, os Estados Unidos de mecanismos financeiros para dominá-los. Desde a celebração do tratado de Bretton Woods o dólar passou a ser moeda de referência internacional. Uma imposição dos Estados Unidos, nos últimos meses que antecederam a derrocada do nazi-fascismo. Inglaterra destroçada pela guerra; França, subjugada. Alemanha, Itália, e Japão excluídos e quase derrotados, foi fácil aos Estados Unidos impor sua vontade. Maynard Keynes, um dos maiores economista de sua época e chefe da delegação inglesa na conferência de B. Woods afirmou, irritado, na ocasião: "Vim para Bretton Woods encontrar o mundo e encontrei um tirano." Nesse período os Estados Unidos detinham sessenta e dois por cento do PIB mundial e a exclusividade do poder nuclear. Hoje, no entanto, detém treze por cento do PIB global. Depois de Bretton Woods, outros mecanismos foram acionados, para o exercício do neocolonialismo: FMI, Banco Mundial. Clube de Paris, Organização Mundial do Comércio (OMC), sob a égide da Trilateral e do Consenso de Washington completa a ação dominadora e exploradora. Um simples relatório do FMI pontuando que, determinado país encontra-se em dificuldades, é suficiente para evitar novos investimentos estrangeiros, seja de que país for, e como "aves de arribação", o capital flutuante aplicado naquele país, levante vôo.

Os mecanismos de pressão sobre países economicamente mais débeis, são de tal ordem que a alternativa única é ceder. Ceder ou naufragar. Não examinarei a crise do México. Qualquer pessoa, minimamente informada, sabe o que ocorreu naquele país, como ocorreu e porque ocorreu. Uma lei aprovada na Câmara dos Deputados e sancionada pelo Presidente Salinas de Gortari, no final de 1993, reforçava o monopólio de várias empresas estrangeiras, como a Pamex. Uma advertência do FMI sobre a delicada situação naquele país, em um dos

seus relatórios, foi o suficiente para a retirada maciça do dinheiro volátil e especulativo, que de algum tempo ocupara e exaurira o México. Assim, o poder financeiro quebrou suas finanças, e as autoridades financeiras dos Estados Unidos passaram a controlar as exportações do petróleo mexicano e as divisas delas decorrentes, depositados em agências bancárias americanas.

Richard Nixon quebrou, anteriormente, as últimas amarras que ligavam o dólar ao ouro, exatamente quando eclodiu uma crise entre este país e a França. O Presidente De Gaule rebelou-se e impôs ao Presidente dos Estados unidos: "Tome os seus dólares (que constituíam as reservas financeiras) e me dê ouro." Os Estados Unidos, diante da séria ameaça que poderia ser seguida por outros países do mundo, atendeu exigências francesas e evitou uma crise de proporções inimagináveis. Nixon, unilateralmente, quebrou a paridade dólar/ouro.

Ora, a moeda em si, não passa de papel pintado. Ele é apenas símbolo de troca. O fundamento da atividade produtiva é Energia, Recursos Naturais Estratégicos não energéticos, tecnologia autóctone que equaciona os fatores de acordo com sua escassez ou abundância e o Trabalho. O Brasil tem riqueza, e a riqueza provem desses elementos citados. O que o Brasil não possui é controle sobre a sua moeda que se encontra vinculada ao dólar, sujeito a decisões de políticas financeiras dos governos norte-americanos. Para readquirir sua soberania e a capacidade de gerir seus próprios destinos, só há um caminho: romper com o sistema financeiro internacional, perverso como os colonizadores, embora com outra moldura e com ares "civilizatórios".

Inúmeras outras história a contar. Fatos a enumerar. Episódios a comentar e posições políticas a defender significaria uma dezenas de horas de conversa e centenas de páginas a preencher.

O que faço atualmente? Resido em Brasília, onde constituí família e na Bahia alternadamente. Minha esposa é funcionária da Câmara. É bom que fique claro que ao casar-me ela já era funcionária concursada do Legislativo. Vivo da aposentadoria de deputado. Recebo dois mil e novecentos reais... Como se vê, não se trata de um absurdo como procura

denunciar "esse" Boris Casoy e "aquela" Hebe Camargo. Eles dizem que os trabalhadores levam trinta a trinta e cinco anos para se aposentar, enquanto o deputado se aposenta com um mandato de quatro anos. Não é verdade. A aposentadoria é proporcional ao tempo de serviço e somente após dois mandatos, isto é, oito anos e com a idade mínima de cinqüenta anos. Aposentadoria integral no Instituto de Previdência dos Congressistas só com trinta e cinco anos de mandato. Mas isto não é dito à população.

Veja, fui vereador durante quatro anos, trabalhando gratuitamente, cujo tempo não é computado. Fui prefeito um ano, embora recebendo vencimento, mas não é computado para aposentadoria. Fiquei de 1964 a 70, oito anos entre prisões e processos. Fui deputado federal de 1971 a setembro de 74. Preso novamente. Trabalhei no Movimento, jornal alternativo, sem registro, ganhando cerca de três salários mínimos. Portanto, quase toda minha vida dedicada ao país. E, se não tivesse aposentadoria de que iria viver? Ao deixar a prisão no ano de 75, o Pompeu de Souza que chefiava a sucursal da Revista Veja em Brasília, indicou-me a sua direção para que nela trabalhasse. A empresa não achou conveniente. Pareceria uma provocação ao governo. Um jornal de Brasília, convidou-me para trabalhar... mais tarde, desfez o convite.

Enfim, todos os países do mundo aposentam seus ex-parlamentares: França, Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, Portugal, Finlândia, Israel, etc., etc. Alguns sem as exigências do IPC, no Brasil.

Se acabam com a aposentadoria, quem furtará o dinheiro de minhas contribuições desses dezesseis anos de deputado federal? Em termos de vencimentos atuais, nossa contribuição eqüivaleria a oitocentos reais por mês. As Hebes e Casois que percebem salários de cerca de duzentos mil reais por mês, poderiam até dispensar aposentadorias, se fossem deputados...

E, quem não se preocupa como eu, em fazer fortuna, levando uma vida privada e política quase monástica, abandonando a profissão para melhor servir a causa pública, sem usufruir de qualquer vantagem pessoal nos cargos que ocupei, sem banquetes, sem farras e quase sem diversão, somente lutando, ora pela reconquista das liberdades perdidas, ora sonhando e agindo por uma verdadeira revolução, transformadora das estruturas injustas

em nossa país e pela redenção do seu povo, como sobreviver depois de tudo isso?

Considero-me socialista, sem adjetivos... O socialismo é intrinsecamente democrático. Não precisa ser chamado de "socialismo democrático". É importante que se entenda que o grau, a intensidade e o processo de utilização da expressão liberdade, não deve necessariamente, ter como parâmetro o modelo da democracia burguesa. Para muitos, ou se copia esse modelo ou não há democracia. É um equívoco. O que caracteriza e distingue um regime é a existência ou não de pólos dominantes e dominados na sociedade. Se não existe classe dominante, os desvios e abusos de um regime não o descaracterizam. Apenas, significa a necessidade de correção desses erros e ajustá-lo ao leito teórico que o alicerça.

A revolução burguesa foi um avanço para a humanidade. Os fisiocratas, os liberais clássicos e mesmo o neoliberalismo, a serviço do capitalismo, o sustentou por vários séculos. Contudo, não é o fim da história. Os avanços da revolução tecnológica ampliaram sua sobrevivência, aumentaram a capacidade produtiva das empresas e consequentemente dos detentores dos meios de produção e permitiram agregar parcela da sociedade nessa atividade. Esgotada, porém, essa fase no interior de cada país, a globalização da economia foi a via que permitiu ao capital ultrapassar as fronteiras nacionais e ampliar-se. Em compensação ao atingir o limite máximo de sua expansão, as contradições se acentuam. Quanto mais se automatizam as empresas, mais se dispensa a força do trabalho. A cada avanço tecnológico, menor a absorção de mão de obra. Mais produção, mais desempregados. Como o regime vai absorver este contingente cada vez maior dos excluídos da sociedade? Essa crise, proveniente da automação e do poder do capital financeiro, não preservou nem ao menos as grandes potências (G-7) econômicas mundiais. O desemprego atinge todos os países do mundo, mesmo os considerados mais desenvolvidos. O próprio dirigente do Banco Mundial, Michel Candessus, reconheceu que o mundo não encontrou solução para esse problema. Procuram encontrar formas paliativas, com a diminuição do número de horas trabalhadas. Ameniza-se a crise, mas não a solucionará.

Até onde e quando essa política econômica se sustentará? Uma coisa é certa, enquanto sobrevive, os países periféricos serão os mais atingidos.

Freitas Diniz

(Domingos Freitas Diniz Neto)

Nascimento: 20 de março de 1933, Araioses, Maranhão

Pais: Silvio Freitas Diniz e Filomena Afonso Freitas

Formação: Engenheiro - Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, 1956

Cônjuge: Perpétua

Filha: Patricia

"...Maranhão, essa é a trincheira de onde devo atirar!"

São Luís, 20 de março de 1995
Maranhão

Hotel Sofitel

O que eu poderia dizer a respeito da minha vida particular, é pouco. Sou do Maranhão, município de Araioses, no baixo Parnaíba, que caracteriza-se por ser o único rio brasileiro com delta. Há no mundo apenas mais três rios com esta característica: Nilo, Mekong e Mississipi. No delta nasci, em 20 de março de 1933.(que por coincidência é hoje), e nesta região fui menino!

Tratava-se de um local muito promissor, devido economia baseada na extração e exportação da cera de carnaúba. Na época a indústria química e petroquímica apenas se esboçava, levando a cera a uma cotação muito alta no mercado internacional. A grosso modo uma arroba (quinze quilos) da chamada cera de primeira qualidade, custava mil dólares. Este tipo de vegetação é encontrada apenas no nordeste brasileiro, basicamente Ceará, Piauí, e nesta pequena parte do Maranhão, no delta do Parnaíba. Hoje praticamente, não se extrai mais cera, porque o sintético a substituiu...

Meus pais e meus avós, estavam todos juntos, tipo família antiga, cujo patriarca era meu avô. Trabalhavam com criação de gado e extração de cera de carnaúba, não eram propriamente exportadores, mas extrativistas. Os grandes exportadores estavam na cidade de Parnaíba, do outro lado do Delta, no Piauí.

Ah! minha família era enorme, o meu avô teve doze filhos. O meu pai dezoito, sendo doze com minha mãe. Antes ele teve seis filhos, não era viúvo, tinha filhos... Mamãe está bem, com oitenta anos, morando em Fortaleza; meu pai com noventa três, continua vivendo no Delta, mas vai sempre ao Ceará vê-la. Dos meus irmãos, somente um mora aqui na ilha

de São Luís, os outros estão em Fortaleza, Rio de Janeiro, Brasília. Família muito grande se espalha.

A pujança econômica desproporcional aos demais recursos da região, obrigava os jovens a procurarem colégios internos. Eu mesmo, fiz o primeiro grau no Colégio de Salesianos e o segundo grau cumpri também no Rio de Janeiro, no Colégio Santo Inácio dos Jesuítas. Posteriormente, ingressei na faculdade de engenharia, que na época chamava-se Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil. Um nome muito pomposo! E ainda, nos primeiros meses cheguei a cursar a Universidade Católica, que funcionava exatamente dentro do Colégio Santo Inácio, na Rua São Clemente, que também foi fundada por jesuítas e depois transferida para Gávea. Faziamos, normalmente, dois vestibulares para Católica e para Nacional. Todos os alunos que concluíam o segundo grau, no Colégio Santo Inácio, ingressavam automaticamente na escola superior sem os tais cursinhos, seu índice de aproveitamento era quase cem por cento. No meu caso, tranquei a matrícula na Católica e cursei a Nacional de Engenharia.

A universidade funcionava mais sob o aspecto formal, porque na realidade constituíam escolas isoladas: Direito, Engenharia, Medicina, Belas Artes. O Reitor Pedro Calmon, com toda a sua empáfia ficava na Praia Vermelha. Deste modo, não existia ambiente universitário nestas escolas.

Formado Engenheiro Civil, voltei para o Maranhão e trabalhei no Serviço Público de: Energia Elétrica, Água e Esgoto, Estradas.

Quando do advento do golpe militar em 1964, indignado, resolvi participar. Organizava-se, entre aspas, neste período o Movimento Democrático Brasileiro.

A origem do MDB todos sabem...foi fruto de uma atitude arbitrária e nasce a partir da criação da Aliança Renovadora Nacional, ARENA, que precisava de uma contrapartida, ou seja de um partido de oposição para contracenar.

Honestamente, pensei bastante antes de entrar no MDB mas, o fato de existirem figuras de muito respeito que tinham ingressado nesta agremiação como: Martins Rodrigues do Ceará, o Renato Ascher do Maranhão; estimulou-me, pois eram políticos com posições

muito boas na época, que mereciam de minha parte, confiança e apreço.

Convenci-me que até por questão tática, deveria ingressar numa entidade como o MDB procurando alargar o caminho para a redemocratização do país. A outra saída era partir para a clandestinidade, e atuar com elementos outros. Sabia, que minha entrada no MDB, causaria um desgaste inexorável, porém preponderava a necessidade de participar e por isso valeria a pena, compensaria... Diante dessa avaliação ingressei, mas consciente do que realmente era o MDB. Evidente que de pronto, recebi críticas e até os companheiros muito próximos questionaram:

- "Como? Você vai compactuar?!" Eu respondia:

- "Vou para lá, mas sem coonestar, ao contrário, usarei os instrumentos e, as armas deles na tentativa de derrotá-los." Fui para o MDB, logo após sua organização que se deu quando o Castelo Branco, por um ato de força, extinguiu os partidos políticos permitindo a estruturação de dois: ARENA situação e o MDB "oposição".

Para mim, foi sempre muito evidente, que as críticas feitas, eram válidas, e neste sentido o ingresso no MDB, exigia reflexão apurada, até para saber o que eu faria em Brasília. Não adiantaria usar o MDB para contracenar, como queriam os militares, mas usá-lo para tentar como um ariete romper o regime autoritário, com vistas a uma futura redemocratização. Assim ingressei, por isso ingressei no MDB!

Em 1966 fui eleito deputado federal. No meu primeiro ano de mandato encontrei companheiros valorosos, e logo tive a prova de que o MDB não estava ali para coonestar, tanto que o Governo baixou um Ato Institucional fechou o Congresso, cassou deputados sob o pretexto do discurso de Márcio Moreira Alves. Na realidade eles queriam mesmo era fechar o Congresso, porque começávamos a incomodar com uma ação conseqüente. Naquele ambiente as lideranças maiores que se encontravam cassadas, marginalizadas, como Juscelino, Lacerda e Jango Goulart, iniciaram uma organização muito séria, a qual denominou-se Frente Ampla, incomodando o governo. Isto posto outros movimentos também foram se formando, inclusive o movimento estudantil culminando com o AI-5.

Não fui cassado, entretanto fiquei numa situação muito constrangedora, talvez até

pior dos que o foram, porque na realidade com o Congresso fechado, o mandato estava suspenso e não tinha nenhuma prerrogativa. Vivi desta forma uma situação dilemática, não tendo a certeza se deveria ou não renunciar ao mandato. Permaneço? Renuncio? Era minha grande dúvida, até que cheguei a seguinte conclusão: ruim com o mandato, pior sem ele. Poderia ali ter adotado uma atitude orgulhosa e que não teria conseqüência nenhuma. Situações como esta foram enfrentadas ao longo deste tempo duro e hostil, quando alguns companheiros dispersaram, muitos foram cassados e outros exilados como o caso de Márcio Moreira Alves e Hermano Alves .

Recordo-me quando irrompeu o AI-5, quem estava em Brasilia, não podia mais sair...ficamos ilhados na Capital Federal por vários dias. O líder do MDB na Câmara que era o Mário Covas, atual Governador de São Paulo, esteve também conosco por este período. Os companheiros, que como eu viviam em hotel, devem lembrar, que muitas vezes, já estávamos deitados e a repressão chegava arrombava a porta, em atitude grotesca e arbitrária... Não tínhamos privacidade, tampouco segurança. Logo que o ambiente melhorou um pouco, cada um pegou a sua mala e foi para seu estado de origem.

Neste interim, o Costa e Silva morreu, vindo a Junta Militar que abriu o Congresso, e foi quando os militares impuseram o Médice.

O MDB encontrava-se quebrado, devido a diáspora, sobretudo causada pelas cassações. Nesse meio tempo, os grupos de esquerda começaram a se articular na luta armada. Em 1970, vieram as eleições, quando fui reeleito como deputado federal.

Deste modo no princípio de 1971, iniciamos a formação dentro do Congresso do que seria logo depois denominado Grupo Autêntico. A partir das posições que cada um adotava, fosse na comissão, no plenário... fomos nos aproximando embora sem nada formalizado, pois nem nos conheciamos pessoalmente. Eu não conhecia ninguém do Grupo e nossa aproximação deu-se pelas posições que adotávamos dentro da Câmara.

Passamos a conversar muito, nos reuniamos para debater. O MDB não tinha naturalmente um programa, constituía-se em uma frente para derrubar o regime militar. Por isto tomávamos muito cuidado, porque se nos fixássemos no programa do partido,

determinadas teses nos dividiria e não era este o propósito. O MDB abraçava pessoas de esquerda, liberais, conservadores e o que unia toda essa gente, era a perspectiva de derrubar o regime com vista a democratização... Depois, cada um seguiria o seu caminho, e isto, desde nosso início já era previsível.

Neste ponto localiza-se um certo equívoco, porque as pessoas entendem que o MDB era um partido, mas não era, não tinha sequer este nome e sim Movimento... a própria palavra traduz tudo. Por exemplo, os debates de natureza sócioeconômica, eram muito difíceis e praticamente não existiam dentro do MDB, por ser uma frente de natureza institucional que abrigava liberais, conservadores, progressistas, marxistas, socialistas, e cuja perspectiva de avançar visando a redemocratização do país, era o principal fator de união. Reside justamente aí, um dos principais pontos de nidação do Grupo, começamos a falar uma linguagem parecida. Chegava o Marcos Freire fazia um discurso, o Fernando Lyra outro, e as identidades foram surgindo.

Não tínhamos muita afinidade com os conservadores, mas nos esforçávamos para superar esta condição, entendíamos que uma convivência "civilizada" seria fundamental, na medida em que nossa meta era a derrubada do regime autoritário... Foi o que realmente aconteceu.

O MDB foi um instrumento com essa finalidade, muitos companheiros, principalmente os de esquerda, compreenderam nossa postura só muito tempo depois, tanto que foram para a luta armada, entregando a juventude, o sangue e todo o idealismo. A ação da guerrilha, servia para aumentar e lubrificar a máquina repressora dos militares. Adoravam a ação dos militantes da luta armada, viviam daquilo e ficavam na maior satisfação:

- "Vejam a subversão!" Com o caminhar da história, os companheiros que estavam na luta extra Congresso, entenderam que foi sem dúvida a ação do Grupo Autêntico, que deu credibilidade ao MDB, cuja prova concreta ocorreu nas eleições de 1974, quando os votos brancos e nulos diminuíram sensivelmente, fruto de nossa práxis!

Atuávamos de maneira concreta, em cima dos fatos. Quando surgia denúncia de tortura, corrupção militar, era o nosso Grupo que levantava as questões, mobilizando até o

interesse da grande imprensa, expresso no espaço que davam aos Autênticos. No entanto, a censura estava sempre atenta, para que os jornalistas não divulgassem nossos discursos sobre tortura, cuja repercussão internacional era enorme. O Grupo tinha coragem cívica de ir para a tribuna e denunciar mesmo com a censura interna do partido, isso repercutia lá fora, incomodava o regime autoritário porque ele também era cobrado. Por essa ação, acredito que o Grupo começou a adquirir credibilidade e por via de conseqüência, a frente MDB como um todo.

Um outro dado interessante: éramos os únicos deputados que conversavam, os outros não. Mantínhamos um diálogo constante, no plenário, no café...sempre debatendo. Vale ressaltar, que as propostas e idéias emergentes, pertenciam sempre a nós Autênticos (embora fossemos minoria) e não como muitos pensam, ao Ulysses ou Tancredo, que também não conversavam, não discutiam! Dentre nossos projetos, o mais interessante que levamos ao MDB, foi exatamente criado do Francisco Pinto: a Anticandidatura...

Não me recordo precisamente como a Anticandidatura foi, digamos, elaborada pelo Francisco. Lembro-me, que numa reunião ampla, ela foi explicitada, porém fora aventada antes, em um grupo menor. No Grupo ampliado, a idéia foi levantada e muito discutida, até concluirmos sobre a viabilidade da proposta e levarmos a aprovação ao Francisco.

Na minha opinião a Anticandidatura, foi no primeiro momento um choque na direção do MDB, que temia as nossas idéias, entendendo sempre que queríamos "virar a mesa", quando isso não era verdade. Quem ingressou nesta agremiação, já havia feito a sua análise e não estava ali para rebelar-se, tampouco criar impasses. Mesmo assim, a direção era muito receosa em relação ao nosso Grupo.

Aqui cabe um parênteses, houve um Seminário em Recife que data de junho de 1971, onde a proposta da Constituinte foi levantada pelo Grupo Autêntico... Pouca gente sabe que esta proposição é do nosso Grupo, ou seja, aflorado pela primeira vez por ousadia dos Autênticos. Não pude estar presente, mas os companheiros me contaram que o Tancredo ficou louco e dizia:

- "Vocês estão pondo o pano vermelho no rosto dos militares..." Quero com isto dizer,

que a proposta da Constituinte vem de longe, e era sempre, digamos, jogada de lado. Este assunto deixava Ulysses terrivelmente stressado, especialmente porque Constituinte consubstanciava-se na questão que mais atemorizava os militares, sendo proibida!

A palavra Constituinte era algo terminal dentro e fora do MDB, depois acabou acontecendo... Ainda hoje, alguns atribuem a Constituinte a Ulysses e a Tancredo, mas ao contrário eles a combateram com muita veemência! Esta idéia é de nossa autoria e existente desde os primórdios do Grupo. Apesar de não estarmos ainda bem afinados, por uma questão de tempo (assumimos em fevereiro) já havíamos nos reunido, e discutido o assunto, tanto que foi levado para o Seminário de Recife. Isto prova que começamos a agir logo e não chegamos parados à Câmara Federal. Se não tivéssemos atuantes, um combateria o outro, e não teríamos nos articulado, porque este processo foi fruto do trabalho de cada um.

Pedroso Horta era o líder da bancada, porque Mário Covas tivera seu mandato cassado. O Pedroso, foi um liberal com visão frentista nítida, tinha consciência que não comungávamos deste ideal, embora estivéssemos ali como ele para derrubar o regime autoritário, e por isto nos dava espaço na Tribuna. Interessante é que não nos dava simplesmente a palavra, havia um detalhe precioso:

- "Deputado, quando é que você quer falar?" Ele perguntava quando queríamos falar! Veja, foi um liberal que fez isso, não foram os conservadores, como Ulysses e Tancredo, engraçado...

Sou progressista e admito que teoricamente estou mais próximo de um conservador do que de um liberal, cujas restrições em relação as questões sociais, são bem acentuadas. De modo, que um sujeito progressista ou de esquerda, está mais próximo do conservador do que do liberal, mais próximo de Ulysses e Tancredo, do que de Pedroso. Quer dizer, Pedroso não era homem de direita (essas questões precisam ser bem conceituadas, para não incorrermos em erros) era sim um liberal sob o aspecto econômico, porém dava-nos espaço. Somava-se a isto, o fato que os deputados de outras tendências, não queriam falar por inúmeras razões. Assim, nós Autênticos ocupávamos constantemente a Tribuna, sendo um dos motivos que facilitou nosso contato e nossa identificação. Devemos muito a Pedroso Horta, e veja,

um liberal!

Quanto a Anticandidatura, levantada por Francisco, depois de refletirmos bastante, fomos à direção, que na verdade era exercida por Ulysses, Thales Ramalho, Tancredo. O líder Pedroso estava com dificuldades, e logo depois faleceu. No primeiro momento sentimos rejeição a nossa proposta, que muito clara propunha uma campanha nacional, a qual os militares não teriam como barrar, porque também tinham candidato. Não obstante a nossa fosse uma Anticandidatura, cujos objetivos e teses visavam a democratização do pais. Neste sentido, estabelecemos uma condição: se é uma Anticandidatura para promover a abertura denunciar mazelas do regime autoritário, corrupção, entreguismo, deveria chegar a um determinado ponto em que o candidato renunciaria, para não caracterizar-se na chamada contracenação. Nossa proposta era esta, muito clara por sinal!

Alguns dias depois, fomos convidados a conversar com Ulysses, só que as questões naquele momento, já se colocavam diferentes: ele que refutou inicialmente qualquer possibilidade de candidatura do MDB, seria o presidente do partido, e pasme! o anticandidato. A nós Autênticos caberia a indicação do vice, de preferência alguém da sociedade civil, o que realmente aconteceu ao escolhermos o Barbosa Lima Sobrinho. Durante este processo, evidenciamos, que considerávamos a renúncia condição fundamental, tanto que no dia da eleição no Colégio Eleitoral, comparecemos, mas não demos o voto, exatamente buscando caracterizar uma posição nítida contra o regime autoritário.

Ulysses por sua vez, contrariando a proposta anteriormente acordada, recebeu os votos... Creio, que essa foi uma fraqueza irreparável, manchando sua biografia... Não poderia ter deixado de renunciar. Ulysses nunca se explicou. Morreu e ficou a dúvida, por que ele recebeu os votos?

Pessoalmente tenho dúvidas, se o recebimento dos votos caracterizou um compromisso... Os quatro dias anteriores à sessão do Colégio Eleitoral, passamos reunidos, discutindo como proceder, e foi aí que o Alceu Collares saiu do Grupo.

Queríamos entrar no plenário, ler nosso documento, o que seria muito difícil, porque o regimento do Congresso e do Colégio Eleitoral, não permitia. O presidente do Congresso,

na época, era um senador do Estado do Rio de Janeiro... general ou marechal reformado, que acabou concordando com nossa leitura. Na liderança do governo estava o Jarbas Passarinho, que ficou uma "arara", porém era ordem de general presidente do Congresso Nacional, e, teve que cumprir.

O documento foi lido, e até consta dos Anais. De qualquer maneira, e mesmo sendo uma questão do MDB, este fato repercutiu muito para a grande massa...o povo de um modo geral.

Que pese o comportamento do Ulysses, as conseqüências da Anticandidatura foram muito boas, veio como uma idéia fértil dando credibilidade ao partido, à frente, e também a Ulysses. Até as lideranças conservadoras cresceram bastante, com a força destas propostas.

Na minha opinião, o Grupo prestou um grande trabalho de natureza institucional ao país, sobretudo através dos nossos discursos sobre torturas, corrupção, possibilitando um crescimento visível das nossas aparições na mídia e conseqüentemente, da mobilização e indignação da opinião pública. A mesma coisa não aconteceu, infelizmente, em relação a área sócioeconômica, até porque não tínhamos como nos articular...o regime autoritário não permitia.

Em nome desta indignação, e da luta contra a ditadura, tivemos dentro do Grupo figuras que se sacrificaram, como foi o caso do Chico Pinto, preso devido o discurso contra a visita do Pinochet, além de um episódio que vivi pessoalmente. Em ambos episódios, evidencia-se o comportamento do Supremo Tribunal.

No meu caso, fui processado por crime de imprensa, em artigos que publiquei aqui no Maranhão, logo depois do Ato-5. Por incrível que possa parecer, a "tal" Constituição do Castelo Branco de 1967, assegurava imunidades materiais para deputados e senadores, por opiniões, palavras e votos. Daí o absurdo do caso do Márcio Moreira Alves, que não poderia ter sido processado pela Constituição dos militares, devido o discurso que fez. Isto posto, o AI-5 retirou a imunidade material ou seja, a inviolabilidade por opiniões, palavras, votos. Eu fui processado, exatamente, por crime de imprensa pelo José Sarney que era governador daqui.

Esse processo prosseguiu, eu já estava até reeleito e o Sarney havia deixado o governo, era senador pela ARENA. Veja o que é a conjuntura e como age. O meu processo, era fruto de questão menor...regional, que o Supremo foi postergando, porém, chegou num determinado momento e teve que julgar. Entendiam, que não provei a verdade, sobre a denúncia que fiz de corrupção do governo do Sarney e o Supremo me condenou! Em que condenado, teria meus direitos políticos, suspensos. O que fez o Supremo? Não suspendeu meus direitos políticos! Isto é fato! Existe essa sentença do Tribunal, por incrível que pareça! Fui então condenado, mas tive garantidos meus direitos políticos.

Pergunto a você, como pode um condenado ser deputado? Pode! Contudo, mesmo com os benefícios concedidos, eu teria que cumprir um ritual perante a Justiça que impediria o exercício pleno do meu mandato. O Supremo no mesmo acórdão me assegurou os direitos políticos.

Naquela época a Emenda-1, ainda não estava regulamentada. Ora, o Supremo existe exatamente para isso, dar solução. Desta maneira, continuei condenado e exercendo o mandato! Eu dizia para os companheiros:

- "O AI-5 para mim não vale, minha conversa é com o Supremo!" Brincadeiras à parte, de qualquer maneira, com meu caso, firmou-se jurisprudência.

Teve até uma experiência interessante, me deram sursis ou seja, o benefício. Nestes casos, há uma audiência para receber as instruções do juiz, que no caso, era o Presidente do Supremo, Aliomar Baleeiro, liberal, e o Procurador Geral da República Moreira Alves, hoje ministro. Meu advogado olhando do plano jurídico, afirmava que eu teria de aceitar as condições impostas. Em uma perspectiva política, eu explicava que não poderia aceitá-las porque fui eleito deputado. Meu advogado argumentava:

- "Você vai ser preso lá na hora!" Eu retrucava:

- "Mas eu estou gozando sursis..."

- "Você não pode dizer que não aceita, isto é complicado."

Fomos à sessão, lá chegando, o presidente do Tribunal, observe o que é um liberal, tinha que dar vazão ao seu liberalismo (aqui, no plano político institucional). Aliomar fora

deputado da antiga UDN, que além dele somava outros liberais em suas fileiras, e na frente de Moreira Alves, disse:

- "Não tem problema, isto aqui é mera formalidade. Vá e cumpra o seu mandato".

Cumpri meu mandato e exerci plenamente o direito de ir e vir, viajava para onde queria, discursava, enfim... Aliomar não estabeleceu condições, na frente do Moreira Alves e portanto, o que eu assinei lá, foi letra morta. Se tivesse imposto condições, eu teria que comparecer sistematicamente ao Tribunal e não poderia viajar. O Presidente do Tribunal viu que se assim fosse, eu não teria como exercer o mandato, e que portanto tais limitações não poderiam ser estabelecidas. Fui um condenado sui-generis!

O que entendi desta experiência? Foi que o Supremo na época ficou em dificuldades para resolver meu caso, tanto que levou duas sessões plenárias. Na primeira, depois que conversamos, eles se reuniram secretamente e voltaram para dar o resultado, mas não deram, pediram para protelar, e apenas uma semana mais tarde, que foi dado o veredicto.

A minha análise, é que se eu fosse absolvido, teriam que virar o processo contra o Sarney... senador do Governo, homem da ARENA e ficaria complicado. Por outro lado me condenar, suspender meus direitos políticos, seria um exagero até porque, o que tinha dentro dos autos contra o José Sarney, não era pouca coisa! Quando governador, ele falsificava "Diário Oficial" para prestar contas! Entendo que deve ter sido uma tremenda dificuldade de ordem política.

De qualquer maneira, eu era deputado condenado por crime de imprensa previsto no Código Penal. Mesmo assim, continuei com os direitos políticos e o mandato. Repito, firmaram a jurisprudência! Estou ressaltando este fato, para chegar no Chico Pinto, que foi processado por Segurança Nacional e enquadrado pelo Procurador da República. No meu caso, fui enquadrado na Lei de Imprensa, que está na legislação penal comum e o benefício foi concedido pela minha primariedade. Chico também nunca teve condenação; esteve preso e processado, porém, foi julgado e absolvido, era primário. O benefício geralmente é concedido pelo juiz devido a primariedade. No meu caso tive os direitos políticos assegurados, porque eles entenderam que não estava regulamentado o texto da Constituição outorgada pelos

militares, e por isso eu continuaria com os direitos políticos. Já viu condenado com direitos políticos?

Este meu processo foi julgado no ano de 72. O de Chico Pinto por volta de 1974, quando fomos os Autênticos todos, para o julgamento. O advogado tentou na primeira preliminar, desclassificar, tirar do Crime de Segurança Nacional e passar para o Código Penal. O Supremo aceitou a preliminar da desclassificação, votou no Código Penal, caindo no meu caso. E, todos nós Autênticos pensamos:

- "Ótimo o Chico continua deputado". No entanto, o Supremo não deu o benefício e pôs o Chico na cadeia. Nítida política! A instrução que aqueles juízes tinham era de condenar o Francisco, porém de uma maneira que não ficasse muito tempo na cadeia, para não tumultuar. Se fosse condenado na Segurança Nacional, pegaria de cinco a seis anos, acharam melhor, colocar no Código Penal e para isto, tinham que deixar o benefício de fora. Eram os mesmos juízes e Chico foi preso! Pessoas como o Francisco, tiveram sacrifícios pessoais, e foram muito importantes para o Grupo.

Uma outra figura fundamental, sem querer diminuir ninguém, foi Lysâneas Maciel. Como não fui reeleito em 1974, voltei aqui para o Maranhão. Lysâneas, estava na presidência da Comissão de Minas e Energia, viajei muitas vezes daqui para Brasília, somente para conversar com ele. Nesta função Lysâneas começou a incomodar, atuava muito na questão do gás liqüefeito, e todos sabem, estes empresários eram os financiadores da repressão forte, da tortura em São Paulo e no Brasil. "Bancavam" este mecanismo vergonhoso, utilizadíssimo durante a ditadura militar. No caso do acordo Brasil/Alemanha, que vigora até hoje, e onde o Brasil fez um péssimo negócio, Lysâneas elaborou um trabalho seríssimo denunciando o absurdo da negociata.

Na verdade tudo é uma questão de tática... Lysâneas começou a se distanciar do Grupo. Eu não era nessa época deputado, mas tive oportunidade de ponderar com ele tal questão:

- "O Grupo deve se reunir e avançar, chegando até você. É mais fácil do que fazê-lo recuar."

O Grupo neste momento, também já não era o mesmo, vivíamos o mandato de 1975/ 78, quando chegaram deputados novos também bons, mas imprimindo um outro perfil e característica. Como Lysâneas continuava avançando, o regime autoritário foi, e cortou-lhe o pescoço!

Não atribuo isto a uma falha do Grupo, porque já estava mais ou menos disperso, tinha inchado, estava muito grande e o ambiente diferente.

Encontrava-me na presidência do MDB aqui do Maranhão, o Jarbas Vasconcellos de Pernambuco, Scalco do Paraná e o Pedro Simon do Rio Grande do Sul. No antigo MDB, o nosso Grupo não tinha comando do partido, a não ser em Pernambuco e aqui no Maranhão. Recordo-me que nos articulamos para tentar uma posição mais forte no partido com relação ao Lysâneas e lamentavelmente não conseguimos.

Lysâneas Maciel, essa grande figura, cumpriu seu dever, não recuou e incomodou. Aquela gente do gás, deve ter feito o diabo, porque ele os perturbou muito, como também ao acordo Brasil/Alemanha que transferia tecnologia. Os alemães não tinham a tecnologia, situação que continua inalterada. Isto é, o enriquecimento do urânio, ainda hoje é feito em laboratório, e absolutamente antieconómico. A própria Alemanha enriquece seu urânio com centrífugas, em consórcios do Benelux: Bélgica, Alemanha, Luxemburgo. Isto na nossa legislação, (creio na legislação alemã também) chama-se estelionato. Eu até disse em uma reunião que estava o embaixador alemão:

- "Infelizmente, o governo do meu país e o governo do seu país estão comprometidos num negócio escuso."

A verdade é que o Lysâneas foi cassado, e essa experiência deixou como aprendizado, que um Grupo dessa natureza, tem que andar num mesmo ritmo, não deixando nenhum companheiro para trás. Quem por desventura ficar, é bom que vá embora, senão deixará o companheiro descoberto à frente. O Lysâneas foi cassado, exatamente por isso, o Grupo já estava flácido, não era mais o mesmo e ele avançou sozinho. Sua ação era uma missão, ele agia mesmo. Eu tinha absoluta certeza de sua cassação. Por uma questão tática, o companheiro que se distancia, o inimigo o pega lá na frente.

Na minha opinião, Chico e Lysâneas, essas duas figuras, sem querer diminuir os outros foram exponenciais. O Alencar Furtado e Freitas Nobre, também, contribuíram muito. Estou mostrando os que se distanciaram mais e acabaram degolados.

O Alencar em um determinado momento se distanciou muito, especialmente em um discurso que fez, e o cassaram. Embora seu caso fosse diferente do ocorrido com Chico e Lysâneas. Seu problema não era distanciamento do Grupo mas, Geisel precisava pegar alguém naquele momento, e o arrebatou.

O Grupo Autêntico, acredito, deu uma oportunidade para que as questões políticas institucionais, deslanchassem no país.

Com a abertura passamos a nos articular mais com os movimentos sociais, até porque a repressão estava mais branda e muitas das lideranças que nos viam de maneira oblíqua, passaram a confiar, permitindo que participássemos nas ações de seus movimentos. Isso é um dado concreto, éramos considerados verdadeiros "leprosos", sobretudo pelo pessoal da guerrilha porque acreditavam que estávamos "comprometidos" com o regime autoritário. E veja bem, não tiro a razão deles... Repito, que para ingressar no MDB também fiz essa análise, sabendo que pagaria um preço e seria criticado, ou seja, tinha estas questões nos cálculos. Os companheiros que estavam fora, só passaram a nos enxergar depois de fazerem uma autocrítica e concluírem que não éramos esses "bichos tão ruins", "esses cães" e não estávamos a serviço da ditadura. Na minha opinião cumprimos com nossa obrigação.

Creio honestamente, que dentro do MDB existiram poucas pessoas, que coonestaram a ditadura. Mesmo os conservadores, os liberais que estavam lá, não serviam a ditadura, embora não tivessem a nossa perspectiva. Ulysses e Tancredo, só apareceram depois... Até então, eram apenas conservadores! Por isso eu digo, em certas circunstâncias institucionais, um liberal, pode avançar mais, que um conservador. Por incrível que possa parecer, é o caso do Pedroso Horta, se estivesse vivo seria um Roberto Campos... em termos econômicos e sociais, seria liberal mesmo!

O Grupo Autêntico, teve realmente participação importante na redemocratização do país, especialmente: Anticandidatura, Constituinte. Em relação a anistia, constituía-se em

unanimidade no partido, queríamos a anistia ampla, geral e irrestrita. A votada, infelizmente, não foi esta. Sob o aspecto jurídico, é uma questão muito complexa e um aprofundamento neste sentido acaba se contrapondo a própria anistia. Nessa época eu era deputado, e tive um problema, fiquei em dificuldades com relação a esta lei, foi no meu terceiro mandato, não havia mais o Grupo, que na realidade existiu até a legislatura de 1974. A anistia conquistada, não foi ampla ou geral, servindo apenas para anistiar torturadores, e consequentemente havia muito a ser criticado. Eu defendia realmente, a anistia ampla geral, que de fato não ocorreu. A votada, foi capenga!

Entendo que em uma agremiação, precisamos de programa de ação e nada de propostas acabadas e finalistas, que levarão mais cedo ou mais tarde ao dogmatismo e o partido acaba virando religião...Nunca fui finalista, e por isso rompi com a religião. Quanto a opção política partidária, sempre almejei um tipo de agremiação não dogmática, daí o PT e por isto o PT!

As pessoas não sabem o que é o Partido dos Trabalhadores, conheço muito petista que não conhecem seu próprio partido. Na condição de opção de esquerda, é a grande novidade que existe, não apenas no Brasil, mas no mundo! E, exatamente no seu programa consta que o partido parte das lutas, portanto não é acabado, tampouco finalista. Isto, gerou críticas, inclusive dos marxistas, acusando-o de espontaneista. No início do partido muitos companheiros diziam:

- "Sou PT, porque sou leninista." Não é que eu tenha algo contra Lenin, é que esta proposta não tem nada a ver com o leninismo. O partido de Lenin é fechado, não é de massa e tem objetivo determinado acabado. No programa do PT ao contrário, não há nenhum determinismo, estando desta forma longe do marxismo, porque determinismo que se compare com o do marxismo, só o da igreja católica!

O PT é interessantíssimo como partido político, e por isto fui o terceiro ou quarto parlamentar a me filiar a ele. Ainda hoje acho que o grande problema do PT são os militantes e digo isso com a maior tranqüilidade: os petistas não são petistas.

Uma sociedade, "sem explorados" é a meta do PT, porém não determina a maneira de alcançá-la, não está dito isto. É tão simples trabalhar num partido assim. Infelizmente o

dogmatismo próprio da nossa cultura, religião e da tradição judaico cristã, ainda domina. Há até intelectuais, que não conseguiram sair disso, e estão sempre procurando determinismo que aponte para onde o barco vai chegar, só que o barco não vai chegar...

Não adquiri esta percepção da noite para o dia, não! Minha formação vem de muito... Minha tomada de consciência deu-se aos dezessete anos, no tempo que estudei nos jesuítas. Até então, eu era dogmático, professava mesmo, e estudante de colégio católico, recebi uma formação razoável, inclusive em outros setores. Lembro-me da figura do padre Vasconcelos, jesuíta e professor de filosofia, que há mais de quarenta anos (eu tinha dezessete anos, estou com sessenta e dois) defendia a igreja no processo de Galileu Galilei. O nível de ensino dos jesuítas era tão bom, que entrávamos direto na escola superior. Especialmente, física e matemática, nos primeiros anos de faculdade, não eram problema, sabíamos tudo . A grande figura era o Galileu Galilei. No Colégio a filosofia era toda Aristotélica, Tomística. São Tomás de Aquino era o "ídolo", se bem que foi indiscutivelmente, uma grande figura. Não tínhamos acesso a filósofos como Descartes, que só conhecíamos na Matemática

Foi um período muito criativo, quando passei a ler Bertrand Russel, que me influenciou demais, sobretudo porque nivelava o dogmatismo da igreja, com o dos comunistas. Estava longe de querer as coisas prontas, meu desejo era discutir, debater e exatamente me libertar. O livro: "Problemas da filosofia", cuja frase: "O que liberta é a dúvida", levou-me a ler e gostar de filosofia. Russel considerava a dúvida libertadora, quer dizer, não é metódica como para Descarte, sim elemento que impulsiona para a liberdade. Declarava: "A medida que aparece o dogmatismo, morre a liberdade, surge o cerceamento."

Foi dentro desta perspectiva e plano, que cheguei na escola de engenharia, cujo partido dominante, era o Partido Comunista, o "Partidão" reinando absoluto. As dissidências surgiram depois. Existia o trotkismo, mas de longe, pois temia o Partidão, que não os tolerava. A política estudantil esteve distante de minhas prioridades, e o primeiro partido que realmente me filiei foi essa frente... MDB.

Filosoficamente, sou indeterminista, libertando-me a tal ponto do dogmatismo, que me parece muito engraçada a atitude maniqueista, posta pela atual conjuntura: mercado

versus Estado, que é a meu ver uma discussão absolutamente estéril... Fico surpreso quando percebo tal posição atrasada, da luta de Deus e o diabo, até por parte dos intelectuais brasileiros. É assustador e precisávamos nos libertar disto.

Sob a égide do dogmatismo, não é preciso pensar, nem raciocinar. Quando há debate, o discurso vem feito, e, tudo é previamente "costurado". Trata-se na minha interpretação, de uma discussão inútil. E digo bem claro, não vou entrar nesta discussão vazia, deveríamos ter propostas encaminhadas sem muita veleidade, ou extrapolação, pois nossas questões estão aqui muito nítidas, e, na medida em que vão se resolvendo, obviamente, surgirão outras, que indicarão o caminho.

Em 1971 fomos ao Colégio Eleitoral, para mostrar a Nação, que ali estava se dando um conluio. Tivemos que ir, e não tenho nenhum arrependimento. Quanto a questão do Tancredo, em 1984, na minha opinião, o PT errou redondamente.

Eu defendia nossa ida ao Colégio Eleitoral levando a proposta do PT, para que todos pudessem conhecê-la. No entanto, não fomos ao Colégio, por considera-lo espúrio...Ora, espúria era a Constituição outorgada pelos militares, sob a qual o partido foi estruturado institucionalmente, a Emenda nº 1. Ainda em termos formais, mais espúrio era o Congresso Nacional, com os senadores biônicos e outras mazelas mais. Deixar de ir ao Colégio, perdendo a oportunidade de levar a posição do PT para que todos tomassem conhecimento dela, foi na minha opinião um erro de quem estava com medo de enfrentar a realidade! De minha parte, perdi este medo quando fui para o MDB na década de 60! Defendi nossa ida ao Colégio intransigentemente e quando algum deputado dizia-se contrário, porque era espúrio, eu argumentava que nós todos íamos ao Congresso, sob este ponto de vista, também ilegítimo. Deveríamos sim, levar nossa posição e exigir do Tancredo Neves, o compromisso, de que logo após sua posse como Presidente, convocaria eleições gerais diretas no país. Isto acertado, daríamos até o voto a ele, do contrário, iríamos ao Colégio Eleitoral denunciar tudo isso, e o mundo todo tomaria conhecimento, porque os órgãos de comunicação estavam lá.

Ainda deputado, dei início a uma ação social no campo, basicamente com trabalhadores rurais, numa região muito conturbada, onde havia o Grupo Executivo das

Terras do Araguai e Tocantins, que era um Grupo de Militares ligado ao Conselho de Segurança Nacional. Fazia reforma agrária, uma loucura total! A ação do PT no Maranhão sempre foi esta, havia algum movimento dos intelectuais, contudo frágil. Aqui a base ainda é rural.

Na minha atuação no campo, um dos problemas que tive de natureza institucional, foi exatamente porque fiz um discurso e fui enquadrado na Lei da Segurança Nacional. Meu advogado era o Luís Eduardo Greegnhald, e foi um episódio de certa forma engraçado. Imagine que por um discurso, no qual critiquei um problema que houve no interior, no Bico do Papagaio, onde desembarcavam tropas do exército, reprimindo posseiros, uma coisa terrível, era o fim! E dentro do governo Figueiredo... Os oficiais todos da ativa, serviam no gabinete do Presidente da República, no Conselho de Segurança Nacional. Então, nós também denunciamos isso, este transporte de tropas para o chamado Bico do Papagaio, hoje Estado do Tocantins.

O Supremo processava alguns deputados, e pelo que posso recordar, além de mim, o João Cunha estava respondendo processo. No meu caso, foi tanta a demora, que chegou o fim desse mandato, houve nova eleição, quando não consegui me reeleger, mas o processo continuava. O Supremo, a partir de uma resolução da Câmara entendeu que os deputados, reeleitos neste pleito de 1974, estavam fora do processo, uma vez que mudara novamente a Constituição: foi tirada a Segurança Nacional e voltou a inviolabilidade absoluta.

Desta forma, mesmo não tendo sido reeleito, aquele órgão entendeu, que o meu processo prosseguiria, embora eu tivesse cometido o crime como deputado. No limite, o que eu poderia ter cometido era um crime de calúnia contra o presidente da República e o ministro da Aeronáutica, porque a afirmação poderia se configurar em difamação do Figueiredo, nunca Segurança Nacional! Como é que um deputado, em uma tribuna reclamando contra uma situação, poderia atentar contra a Segurança, quando o Governo tinha liderança para rebater? Apesar disto, eles aceitaram a tese de Crime de Segurança, e não teve jeito, o processo continuou. Nesse tempo, mesmo estando sem mandato continuei em Brasília, fazendo assessoria na liderança do PT na Câmara.

Fui para o Supremo, onde o Luís Eduardo Greenghald sustentou a tese, da desclassificação para o Código Penal. Se fosse aceita, o processo seria arquivado, porque na época estava coberto pela imunidade parlamentar por opiniões, palavras e votos, salvo nos crimes de Segurança Nacional. Porém, o relator era o mesmo, desde o início do processo, o atual Ministro Moreira Alves. Quando terminou o debate, falou o advogado, o Procurador da República e suspenderam a sessão, se recolheram para trazer o voto. Retirei-me, por orientação do advogado, pois segundo este, os Ministros do Supremo entenderiam que minha presença seria uma afronta a eles, uma provocação e eu poderia ser detido ali mesmo. Fui para a sala da liderança do PT, ali perto, e poucos minutos depois o advogado veio com a notícia de que o Supremo havia desclassificado para crime tipificado no Código Penal. Ou seja, livrei-me de uma pena de reclusão de cinco anos.

Os mesmos juízes que no início do processo, queriam minha condenação por ter atentado contra a Segurança Nacional, absolveram-me devido pura e tão somente a mudança da conjuntura política, que no momento da decisão era outra. Se o processo tivesse corrido célere, eles teriam me condenado. Não acataram a preliminar, fundamentada no fato de que meus discursos atentavam contra a Segurança Nacional e por isto, não desclassificaria. Teriam que julgar o mérito, e isto, neste processo, implicava numa pena de cinco anos de reclusão.

Das duas experiências que tive com o Supremo, numa permitiram que eu continuasse com o mandato apesar de condenado. Isto eles tiveram que dizer textualmente no acórdão. Os meus direitos direitos políticos entretanto, estavam assegurados. Fui enquadrado em crime previsto no Código Penal, porém isento de pena por estar gozando de imunidade parlamentar. No caso do Chico Pinto desclassificaram, mas não deram sursis (o benefício) e o condenaram. Com Chico Pinto, houve também um episódio interessante: quando chegou o Natal, Geisel quis dar lhe o indulto, e ele escreveu uma carta recusando. Fez muito bem!

Aqui no Maranhão, é proibido a imprensa falar no meu nome, uma instrução deliberada. Há um jornal que aceita meus artigos, no qual trato em regra de questões locais, mas infelizmente não repercute, ninguém fala sobre eles.

Quanto a participação partidária, estou afastado do PT (meu partido), há algum tempo, e digo mais, para voltar a fazer política só voltarei se for neste Partido, contudo, precisa haver ambiente, o que aqui inexiste. A militância não é pelo tamanho, mas a ação é completamente atrasada. O Lula não levou a eleição, se bem que as coisas aconteceram, mas faltou que as pessoas conhecessem a essência do PT. Por ser novidade, nem os políticos entendem, não sabem o que é o PT! Pode até parecer um contracenso dizer que o PT não avança porque é original, não há nada parecido!

Pedi afastamento do partido, porque tive problemas locais, questões locais, porém não quero sair daqui, tampouco do PT. Se tiver que voltar à política partidária tem que ser aqui no Maranhão, essa é a trincheira de onde devo atirar!

Alguns elementos do PT, chegaram a me procurar com uma proposta, digamos eleitoreira, uma candidatura para ajudar a legenda. Entendi, que seria mais ou menos isso e avaliando, percebi não ser este o caminho. Em determinadas circunstâncias, concordo que são necessárias candidaturas para ajudar, e temos na condição de membro do partido até de fazê-lo. Naquele momento entretanto, vi que seria desnecessário tal "sacrifício", eu não iria contribuir, pois estava desarticulado e retomaria o PT só para ser candidato. Em uma outra oportunidade, sem dúvida voltarei, visando começar um trabalho, e aí sim serei candidato por conseqüência do meu trabalho. Os companheiros diziam:

- "O Freitas terá uma formidável votação." Creio que como candidato, teria até muito voto das pessoas que me conhecem, mas seria uma atitude oportunista da parte deles e da minha também. Eu poderia ser eleito, e chegar na Câmara Federal sem partido, desvinculado... Só filiado não interessa!

A propósito, existe um fato que poucas pessoas sabem, trata-se da eleição de 1974, da qual até muitos companheiros Autênticos, pensam que eu não quis sair candidato ao Senado Federal. Entretanto, esta opção fatalmente não dependia da minha vontade, e sim da Executiva do MDB. O que ela resolvesse, deveria ser acatado por mim.

Tudo começou devido a existência de apenas uma vaga para o Senado, a qual os candidatos do MDB desistiram de concorrer. O Dr. Jackson Lago, ex-prefeito de São Luís, e

ex-candidato a governador, era um deles, já havia até se lançado. Também Nelson Ascher (irmão do Renato), além de um outro, que não recordo o nome, um médico inclusive muito conhecido. Eu concorria à Câmara Federal, e não ao Senado, mas em um determinado momento, todos os candidatos desistiram.

Fomos à Executiva buscando resolver a questão do candidato. Era este o fórum correto para esta discussão, especialmente porque estávamos todos ali. Se o Jackson Lago não queria, fulano também não e sicrano idem, inevitavelmente seria eu. Na medida em que fui para uma reunião defender um candidato ao Senado de uma maneira implícita, estava colocando o meu nome. Fiquei na maior dificuldade, eu era o presidente do MDB no Maranhão, meu vice-presidente era o atual Senador Epitácio Cafeteira. Não tínhamos candidato, porque a tese da candidatura tinha sido derrotada na Executiva.

Deste modo, não havia sequer proposta para a convenção, e não adiantava levantar uma isolada, não fazia sentido. Foi um dos episódios mais dificeis que enfrentei em minha vida política, porque entrei em brutal contradição. Se a Executiva decidisse que teríamos candidato, inexoravelmente seria eu. Votei pela candidatura, todavia prevaleceu o voto da Executiva, no que o partido perdeu muito! Não sei se me elegeria, não sei... mas o MDB teria crescido. Perdi o comando e não me elegi sequer para deputado.

A bem da verdade, não havia muita alternativa, porque o Henrique La Roque, era o candidato da ARENA ao Senado, e um homem de relacionamento muito forte com as pessoas, inclusive com figuras do MDB, que estavam em peso votando nele, e deste modo repudiavam qualquer outra candidatura.

Além deste quadro, há aí um outro dado importante, fui para a televisão fazer uma anticampanha, situação terrível! Não pedi voto para deputado. Durante meu tempo na televisão buscava pura e exclusivamente garantir o voto em branco para senador, um negócio completamente louco, completamente louco! Diante disto, tinha realmente que perder a eleição, porque o povo pensava:

- "Este aí enlouqueceu, é candidato e pedindo voto branco ou nulo. Não voto neste louco!" O eleitorado quando me derrotou, agiu corretamente, eu não merecia ser eleito

naquele momento, não tinha sequer plataforma. Como poderia ser candidato a deputado, e ir à televisão pregar voto em branco?

O que ainda me salvava é que naquele tempo, não havia a Lei Falcão, e só existiam dois partidos: ARENA e MDB, por isso dispúnhamos de uma hora para falar. Os que tivessem disposição e coragem poderiam dizer tudo. Aproveitei também a TV, para denunciar muita coisa que o povo do Maranhão não sabia por causa da censura. Veja, em plena ditadura com AI-5, período do Médici e quem tivesse coragem falaria a vontade, porque não tinha gravação prévia, era ao vivo e o juiz não metia a mão! Depois é que veio a Lei Falcão. Muitas pessoas não sabem e sequer avaliam o quão traumática foi minha campanha de 1973, que concretamente foi assim!

Posto não eleito deputado, iniciei sistematicamente, uma assessoria informal a Lysâneas Maciel, que se encontrava na comissão de Minas e Energia. Neste período, o líder da ARENA era o José Bonifácio de Andrada, conhecido como "Zezinho", sempre que me encontrava no corredor, perguntava:

- "Onde é que você vai?" Eu dizia em pleno corredor:

- "Eu não sei." E ele então retrucava:

- "Já sei! Andando neste corredor das Comissões, tu vais para aquela célula!" Com uma colocação deste tipo, conclui-se que ele não sabia quem eu era.

Essa gente convive com os colegas deputados durante muitos anos, e não sabe nada, não consegue distinguir nem a posição política. Sequer as "raposas velhas" são capazes. De tal ordem, que o Grupo Autêntico era tido como partido radical de esquerda, "super" comunista e não havia nenhum em nossas fileiras! Os comunistas do MDB, estavam todos formando com o Ulysses e Tancredo, haja vista o Goldman, o Roberto Freire. Todavia, se os próprios companheiros da Casa, nos tinham como pessoas radicais de esquerda, desconhecendo nossa verdadeira posição, imagine o povão, o senso comum...

Nesta senda, recordo-me de Pinheiro Machado, deputado da ARENA do Piauí, casado com minha tia, e cuja sobrinha era casada com o Deputado Marão Filho da ARENA do Maranhão. Somos ambos da região do baixo Parnaíba, fronteira do Maranhão com Piauí.

Pois bem, Pinheiro, era deputado federal e tinha dois sobrinhos no mesmo cargo: eu que era sobrinho da mulher dele, portanto sobrinho afim; e o outro casado com a sobrinha dele. Pinheiro Machado não era qualquer um: comerciante, estudou fora, naquele tempo o pessoal do baixo Parnaíba, estudava na Europa ou no Estados Unidos, que foi o caso dele. Não era portanto bobo, mas nunca conseguiu distinguir dentro da Câmara a posição de seus pares ou díspares.

Um belo dia, colocaram em todos os escaninhos da Câmara, a relação dos deputados comunistas, talvez tenha sido um ato da repressão, não sei... Indubitável, que todos os componentes do Grupo Autêntico, estavam lá, todavia os verdadeiros comunistas, não! Este tio me chamou apavorado pois meu nome constava na relação dos comunistas. Disse para tomar cuidado, que eu poderia ser cassado, coisa e tal, respondi:

- "Você não tem jeito, vai morrer velho, não sabendo de nada, sem a menor noção..."

Até hoje na Câmara, esta questão ideológica é uma confusão, sempre foi muito mal interpretada... Dizer por exemplo, que o Lysâneas Maciel é comunista, só quem nunca conversou com ele, bem como não conhece seu trabalho...Essa desinformação dos políticos, parece-me crônica.

Herdeiros políticos nunca tive minha escola é muito difícil! Pregar o indeterminismo ninguém aceita, não conforta as pessoas. Fazer esse tipo de proselitismo é penoso. É o antiproselitismo propriamente dito! Levantar a tese de que a dúvida liberta? Ninguém quer dúvida, todo mundo quer a certeza, para se segurar nela, seja material ou emocionalmente. Não tenho contudo, nenhum problema psicológico por não ter deixado uma tendência ou escola política. Vivo bem!

Tenho sim, problema de relacionamento no plano político, uma dificuldade imensa, exatamente por este meu referencial as pessoas não gostam, querem a certeza e a verdade. Onde encontrá-las? No máximo nos aproximamos delas, ou até as temos conosco, mas muitas vezes sequer as imaginamos. Esse tipo de conversa, não é fácil, não posso levá-la em qualquer lugar...

Politicamente se estas questões fossem encaminhadas e resolvidas, seria ótimo. Não

precisaríamos conseguir mais nada, pois fatalmente como conseqüência outras questões surgiriam. Em outras palavras, numa concepção como esta, não haveria necessidade de lançarmos mão de questões novas, posto resolvidas, muitas surgiriam. O importante seria estarmos preparados para enfrentá-las. Tal postura poderia ser considerada dialética, não obstante Marx usasse isso como método, portanto com finalidade. No meu caso o método encerra-se no método.

Como todo mundo é determinista, vivemos sob a hegemonia do planejamento e até como conseqüência as questões são planejadas, e se à frente sofrem algum tipo de modificação, fica tudo congelado. Minha linha é polêmica por sua simplicidade, e desta forma perde o valor, não vale nada, é simples demais. O valorizado é o complexo, hermético inacessível à maioria. Na prática comprometida que proponho, a própria ação reflete a ação, e indica o caminho. E, eu só chegaria ao poder, por uma via como esta, porque liberal não sou, tampouco exercitaria um planejamento exacerbado. De modo que o espaço seria muito pequeno. Alçar o poder dentro desta perspectiva, ser eleito dentro dela, creio que seria relativamente fácil governar, porque as pessoas já estariam conscientes do meu método. Ou seja, da ausência de programa.

Para dar forma concreta a este tema, reporto-me aqui mesmo ao Maranhão, cuja infra-estrutura de obras públicas, invejável, compara-se com poucos estados brasileiros, e, quiçá com poucos países do mundo!

Temos, aqui:

a)-um dos maiores terminais do planeta, funciona para exportação de minérios, operando noite e dia, poderia ser também para importação. Ali estão os maiores graneleiros do mundo, existe inclusive alguns construídos exclusivamente para operar neste terminal e em Roterdã, Holanda.

b)-duas estradas de ferro, uma para Teresina, e outra para Carajás, com novecentos quilômetros, dividindo, de um lado os Vales do Araguaia e Tocantins, e do outro o Vale do Xingu, com o objetivo de buscar minério. Em pouco tempo este porto estará exportando os produtos desde o norte de Mato Grosso ao sul do Pará, Tocantins.

c)-energia elétrica relativamente abundante, de Tucuruí, possibilitando a maior produção de alumina e alumínio do mundo da Alomar, que é um consórcio internacional, multinacional instalado aqui. O minério de alumínio é uma mistura de óxido de alumínio bruto com impurezas, chamado alumina, é lavado com soda cáustica, restando o óxido de alumínio o AR203. Após tratamento eletrolítico, sai o oxigênio e permanece o alumínio, que é exportado em barras. Tudo isto com energia praticamente de graça, subsidiada.

d)-somos rasgados por estradas de ferro. Temos também rodovias todas asfaltadas embora no momento estejam esburacadas, porque os governantes roubam o dinheiro da conservação.

Eu pergunto, onde existe uma infra-estrutura desta no mundo?

E pensar, que com tudo isto construido e planejado, o povo está na mais absoluta miséria, excluído desta riqueza, cuja desproporção é alarmante.

Quando o Lysâneas estava cassado e morando em Genebra, uma ocasião, visitou-me aqui no Maranhão. Estávamos numa estrada, quando passou um caminhão tanque da multinacional Nestlé, eu apontei e disse:

- "Este caminhão está levando leite que vem da Nestlé, lá da Suiça onde tu estais. Veio para cá, foi dissolvido e está sendo levado para o interior do Maranhão..." e completei:

- "Olha aqui, no beiral da estrada, há energia elétrica e só gado zebu que não dá leite Estas terras todas foram tomadas, quem construiu essas urcas e comprou este gado, o fez com os incentivos fiscais da SUDENE e da SUDAM. Logo ali no entroncamento, há um telefone, que se quiseres, podes ligar para sua esposa Regina, lá em Genebra!"

Eis aí o planejamento estratégico, do qual o povo maranhense não pode usufruir de nada! As terras foram todas griladas, quando não era fraude cartorial, era o José Sarney com suas "leis", tendo sob seu domínio, os fiscais da SUDENE e da SUDAM. Tudo é dinheiro do incentivo fiscal, impostos pagos por nós!

Veja bem, não sou liberal, mas também não me venha com planejamento estratégico, tampouco estou "no muro", nem "no meio termo", não é nada disso não! Minha posição é difícil de se impor, especialmente em um estado como o Maranhão.

O saldo de toda esta riqueza, para o povo maranhense é um dos maiores índices de mortalidade infantil do Brasil, por conseguinte do mundo; doenças que já tinham sido erradicadas voltaram como alerta; o índice de analfabetismo é surpreendente. A tal da infra-estrutura estratégica serve para que? Não sou contra que ela surja da conseqüência de uma ação, mas desta forma não!

Toda esta explanação, se vista sob a ótica dos intelectuais de esquerda é espontaneismo, e muito criticado por eles... não aceitam isso, não aceitam...

Estamos aqui, nessa grande dificuldade do Maranhão, cujas as terras, eram todas públicas. Sendo mais preciso, dois terços eram públicas e as perdemos. Na época eu dizia, pelo menos resguarde as terras, porém não adiantou e foram griladas todas, no Senado da República, isso já sabíamos. E tome incentivo fiscal, para cerca-las e plantarem capim para gado zebu, que tem a capacidade de acabar com o solo. Capim para zebu é erva daninha.

Não conheço nada parecido com o caso do Maranhão é impressionante como exemplo de intervenção fora de propósito, e cujo compromisso com a questão social, a questão do povo, é nulo.

Acredite, no dia em que essa recessão internacional acabar, o Maranhão está fadado a ser o paraíso das multinacionais, sem alternativa para os programas de pequenas e médias empresas. O povo paga essa infra-estrutura, que serve apenas para multinacional. Só eles tem carro para andar nesses trilhos!

O futuro do Maranhão, será sempre um futuro difícil. O pior é que vem José Sarney com a conversa: "Porque eu construi!".

Quando se aventou a construção de Carajás, assunto que na verdade não se discutiu, porque o Brasil estava com problemas seríssimos de balança de pagamento, fizeram a Vale do Rio Doce que ficou com as jazidas e perdeu cinqüenta milhões de dólares para United State Steel, com subsidiária instalada aqui. Neste contexto, a exportação de minério, era inexorável para resolver a balança de pagamentos. Tínhamos também Carajás, que exigia investimentos razoáveis. Diante disto, ficou decidido que o mercado seria o externo, para que a própria Vale conseguisse um aval para os contratos internacionais, buscando construir

a estrada de ferro, e o porto.

Abriu-se uma discussão sobre o escoamento, se seria aqui ou na foz do Rio Pará, do lado de Marcarena, perto de Belém, próximo a ilha de Marajó. Os portos que poderiam ser construídos ali com segurança, seriam próprios para navios de no máximo sessenta mil toneladas, porque para navios de trezentas mil toneladas, tem que ser praticamente em alto mar, e não só seriam investimentos muito altos, mas também muito inseguros. Deste modo, era o Maranhão que tinha condições de sediar isto. Nesse período, encontrava-me na Câmara Federal, e votei na Comissão de Minas e Energia, inclusive o Presidente me disse que era sócio! E mais:

- "Se não for para o mercado externo, nós não vamos lavrar, porque não temos para quem vender." Ele não estava preocupado com a questão bairrista, se era Maranhão ou Pará. Eu perguntei para ele:

- "Qual é a saída que temos? Será que não podemos aguardar?" ele retrucou:

- "Não! O próprio governo brasileiro, está incentivando, porque está com problemas cambiais, temos que exportar!" Havia habilitação da lavra, que só se deu naquela época, por causa do mercado externo, vindo daí a infra-estrutura. Por isso, não dá para pensar, se fosse para o mercado interno poderia adotar outras soluções, no entanto, a balança de pagamento...

A Vale do Rio Doce, é uma estatal brasileira, de capital praticamente nacional que sofreu uma pressão enorme da Alcoa, grupo internacional do alumínio, pois queria entrar aqui para concorrer com a Alcan, uma multinacional canadense. Desejava um porto em São Luiz para instalar sua planta na Ilha, um investimento de um e meio bilhão de dólares, o então Ministro Delfim Neto disse na hora:

- "Pode ser!" Não houve força humana que impedisse sua instalação. Se fosse pelo menos para o continente... Foram instalando essas "coisas" por força de injunções, sobretudo externas.

Observe, o povo maranhense não tem nada com isso, não tem nada com essa história! A Alcoa tem um porto nas redondezas, e a lama que produz, está aqui dentro da Ilha de São

Luiz! Ainda querem construir mais uma siderúrgica! Eu questiono porque não fazem no continente? A alienação dos maranhenses é completa e total, uma coisa do outro mundo! Empolgam-se até com um tal instrumento, que só opera aqui e em Roterdã... Acham o máximo!

As dificuldades cambiais se instalaram, havendo essa crise forte, desencadeada pelos militares. Isto me remete ao nosso atual Presidente Fernando Henrique, que não tem problemas dessa natureza, estas questões estão resolvidas. O atual governo está sim, atravessando uma crise gerada pela abertura cambial, que certamente, será controlada fechando novamente a importação e pronto!

Fernando Henrique pegou carona no outro Fernando, liberando importações, entretanto por esse canal num país como o Brasil, há que se ter um certo cuidado, paciência e não pode haver uma abertura total, escancarada. O próprio Serra está falando em cota de importação, veja bem, é sinal que não teremos crise cambial, vamos continuar é com crise social, embora os jornais nunca falem nestes moldes, tentam escamotear, dando loas ao Plano Real...

Por falar em jornalistas, as vezes me irritam... principalmente quando insistem em algum ponto porque dá manchete, e muitos dos que conheço, são desinformados. Uns mais afoitos, sabem escrever direitinho, mas não estudam, não lêem, e digo, é uma profissão de grande responsabilidade! Deveriam estar muito bem informados e ter disciplina nos estudos. Vejo estes profissionais toda hora passeando por aí, e por isto não sobra tempo para estudar, ou se informar. Jornalismo é a uma profissão que exige humildade, entretanto, estas pessoas, por manterem contato com ministros, presidentes, acham que as questões se resumem a este público.

Na política que compreendo, devemos estar sempre de corpo inteiro. Veja o nosso Fernando Henrique, nos deu uma pancada e nos deixou. Ele está em outra, conjugando as teses do Delfim: "Governar para determinados brasileiros" Essa aliança com o PFL tornou o esquema do Fernando forte!

Nossa elite de tão voraz, simula uma reciclagem, adquirindo uma nova imagem. Estão por cima, e com a imagem melhorada, por causa da aliança! Quem perde é o Fernando, eles

ganham! E mais... Não teremos crise cambial, o governo tem condições de retomar esse processo e vai levar o seu programa para aqueles que entendem seus aliados, são talvez trinta quarenta ou cinqüenta milhões de pessoas. Ficarão de fora pelo menos cem milhões.

O Grupo Autêntico, não surgiu como algo orgânico, mas de maneira espontânea. Tenho consciência que agimos em cima daquela realidade terrível, e funcionou! Brotaram idéias interessantíssimas, do Francisco Pinto, do Alencar, do pessoal todo. Sentia-me muito bem, com esse tipo de trabalho, de prática, sem pré determinações e que ali estava óbvio!

Fomos para a Câmara dos Deputados com um propósito, diga-se de passagem, que não foi elaborado por nós. Chegamos lá, fruto do clamor da maioria da sociedade brasileira, para derrubar a ditadura. Não chegamos na Câmara com um projeto, nos elegemos para redemocratização do país, contrariando a vontade do regime autoritário. Talvez, se tivéssemos elaborado um projeto desses mirabolantes, a realidade teria ficado camuflada e nossa luta teria sido em vão.

Nossa ousadia foi a principal responsável pelas conquistas que tivemos, uma ação deste tipo com postura mais humilde, poderia torná-la mais difícil. Neste sentido, sem querer diminuir as propostas do Francisco Pinto, que eram propostas táticas, mas para derrubar a ditadura é evidente que a primeira providência que deveríamos tomar, era promulgação da Constituinte, para varrer...limpar.

Ficou a lição, que numa luta, o grande mérito localiza-se na determinação de agir, de fazer, não apenas de resistir, mas de confrontar! Por isso, para mim o fundamental do Grupo, não foi elucubração ou a inteligência nas formulações das estratégias ou táticas, mas notadamente a coragem cívica do enfrentamento!

A iniciativa, o programa do Betinho é um acontecimento, que tem de ser apoiado, não podemos deixar de fazê-lo. Muitos partem da tese que é preciso ensinar a pescar. Eu pergunto: E nesse intervalo de tempo, quem ainda não aprendeu a pescar, como é que faz? Deste modo, projetos assistências são inevitáveis num país como o Brasil. Devemos no entanto, romper os limites do assistencialismo, tornando-o educativo. No Brasil, ao contrário, o que se faz é deseducar.

Fiz um artigo, sobre um exemplo antipedagógico ocorrido aqui no Maranhão: temos no Brasil a questão da energia elétrica, que é cobrada de forma progressiva e é muito interessante! Uma das poucas tarifas que se pode defender em nosso país é da energia elétrica. Porém, não se pode deixar de cobrar a tarifa simbólica. Temos que pagar, mesmo quando contabiliza cinqüenta centavos, vinte centavos. Tem que pagar, para educar! Aqui no Maranhão estas contas de cinqüenta, de trinta centavos... são quitadas. Em nome deste populismo barato, deseducam, e não fazem mais nada. Deveriam aproveitar este cadastro da companhia de energia, e sem precisar investir um tostão, visitar estas casas, melhorando a instalação elétrica, sanitária. Dispensar essa taxa, só serve para deseducar. E mais, o rádio, a televisão, propagandeiam o dia inteiro "O viva luz!", fazendo um desserviço incomensurável.

Em princípio, todo programa assistencial tem que ser educativo, e não pode ser negado em um país com as características do nosso, apesar da febre neoliberal. Quando emerge este tema, sempre me lembro do Roberto Campos que diz:

- "Neoliberal não, eles querem camuflar, pois até admitem programas assistenciais. Eu sou liberal mesmo! Schmitiano!" Adam Smith é o grande referencial quando ensina que nas forças de mercado, há resposta para tudo. Diante disto afirmo tratar-se de determinismo, o mais óbvio e visível possível. Ando preocupado com isso, as forças mais progressistas estão ainda com a boca torta, seqüela do cachimbo do autoritarismo.

Penso que seria hora das pessoas, com pouco mais de humildade, dizerem:

- "Vamos nos reunir, discutir, fazer autocrítica" A crítica, não tem nada de mais.

Distanciei-me da atividade de engenharia, mas enquanto estive na ativa, insisti no serviço público: água, força e luz, estrada. Passei muitos anos em Brasília como deputado, de 1966 a 1982, posteriormente como assessor Parlamentar do PT, por mais dez anos... Voltar para a atividade profissional, depois de cerca de vinte cinco anos, é complicado sob todos os aspectos.

Atualmente, tenho alguns contatos em São Paulo, pretendo retomá-los, para um trabalho de assessoria, que possa ser feito de casa e acredite, o futuro passa por aí... Especialmente pelo nível de avanço do sistema de comunicações em computadores, é previsível

que em um breve momento, não precisaremos ir a escritório algum.

Sempre tive preocupações com a questão social... quando administrador, muito embora exercesse esta função, sempre entendi, que a obra de engenharia, não tinha um fim em si só, teria que ser implantada como conseqüência das necessidades do povo. Embora a profissão de engenheiro siga outra tendência, eu nunca fui um obreirista, obra pela obra. Foi exatamente dentro dessa visão que entrei na política não obstante, no momento outras motivações também de ordem institucional tenham influído...vivíamos uma ditadura.

Quando atuava como engenheiro, isso há muitos anos, nos idos dos anos 50...60, sendo um homem novo, tinha a perspectiva de um trabalho de infra-estrutura, exatamente quando foram construídas aqui no Maranhão, estradas, pequenas obras de hidroelétricas. Na minha área de atuação, na medida do possível, preocupava-me com as pessoas que trabalhavam comigo e naquela época, a administração de construções e serviços públicos era em grande parte, executada de forma direta.

Desta maneira, o contingente de mão de obra era grande, mas mesmo assim a preocupação com o pagamento de um bom salário e assistência razoável, era premissa básica. Embora nunca tenha feito nenhum proselitismo, sem dúvida minha eleição expressou meu comprometimento, quando todo contingente resolveu votar em mim. Tenho a consciência que nunca fiz demagogia ao contrário, no cumprimento do dever aliás, fui sempre muito severo. O material todo comprado, inclusive permanente era público. Havia necessidade de um controle patrimonial muito eficiente e atuante. O trabalhador recebia o equipamento, e teria que devolvê-lo, mesmo quebrado, do contrário, infelizmente, seria descontado. Isso também servia para educar.

Nesse tempo pagávamos em dinheiro e num nível muito alto, especialmente se comparado com os salários atuais. Exigíamos bastante dos engenheiros, contudo, não avançavam na corrupção que sempre existiu, mas para isto não se sentiam motivados, porque viviam bem com o salário pago pelo governo do Estado. Hoje, o salário degradante do serviço público, serve também como um incentivo para corrupção.

Lembro, que a corrupção nesse momento já galgava incólume, toda essa gente já

vinha com fraudes e tudo mais. Sarney por exemplo, vivia nisto, é da minha faixa etária, talvez uns três ou quatro anos mais velho, fraudava no Tribunal Regional Eleitoral onde seu pai era presidente, e dava urnas para que enchesse no interior e as trocasse com as da capital. Não é nenhuma novidade, até porque já escrevi muito sobre isso! Aqui fraudava e se elegia. Em Brasília, procurava ter uma imagem correta, inclusive na própria UDN, partido ao qual se filiou depois que saiu do partido do Vitorino. Foi também Vitorinista, sendo sua cria.

O Sarney cresceu, tendo no pai um grande representante destes vícios nefastos, que estão presentes aí. No entanto, José Sarney sofisticou-se bastante tendo como facilitador o advento do regime autoritário no qual engajou-se totalmente.

A UDN era um partido de liberais que tinha um grupo digamos "progressista" Um partido como a UDN, progressista? Coisas do Brasil! Sarney se entrosava com esta fração do partido mais aberta, que a imprensa chamava de "bossa nova", e dentre seus integrantes estavam o José Aparecido, Seixas Doria, além de outros deputados. Quer dizer, era um grupo que inclusive apoiava o governo de Juscelino, embora o partido fosse oposição. Posteriormente, no governo João Goulart os componentes do grupo "bossa nova", iniciaram oposição interna a chamada "banda de música" da UDN, formada por Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto e outros.

Sarney, procurava ter imagem de vanguarda, porém sempre acendeu uma vela a Deus e outra ao diabo. Existe um fato que corrobora e ilustra esta afirmação: os deputados da ala progressista da UDN, foram todos cassados, com exceção do Sarney, ou seja, todos seus "pares" do "bossa nova" foram cassados e José Sarney poupado!

Imediatamente após a cassação de seus colegas de partido, pessoas de peso como Seixas Dória, Aparecido, José Sarney tornou-se figura querida do Castelo Branco... Eu sempre registrei este fato e dizia que ele era uma espécie de precursor do cabo Anselmo. Veja, é muita coincidência todo mundo cassado e Sarney logo depois, lá dentro do Palácio... Isto é, estava no "bossa nova", mas por baixo do pano com os militares e obviamente dando informações, do contrário, não o perdoariam.

Sarney, aqui no Maranhão não era oposicionista e sim governista. E, em 1965, Castelo Branco impôs sua candidatura às oposições lideradas por La Roque e Milliet, que tiveram de aceitá-lo, o Neiva não, porque também fora cassado. Acataram Sarney como candidato das oposições, porém apenas uma candidatura oposicionista não resolveria, porque a política de Vitorino continuava hegemônica. Naquele momento, não mais pessoalmente, contudo na pessoa de Nilton Belo, governador na ocasião e ex-secretário de Vitorino, que continuava seu trabalho. Caracterizava-se por ser um governador de princípios conservadores, mas decente. Seu candidato era o Renato Ascher, com o qual Castelo Branco estava muito aborrecido, porque como membro da Comissão de Relações Exteriores, organizou contra o envio de tropas a São Domingos. Este fato culminou no rompimento com Ascher, o qual sabia que na condição de candidato do PSD, levaria tranqüilamente.

O Governador Nilton Belo, muito ligado ao Renato, o considerava um filho, e em uma política muito patriarcal, apavorou-se, quando Castelo Branco impôs:

- "Renato Ascher, não pode ser o seu candidato, porque sendo, se elegera e não pode ser eleito. Esteja avisado, se o senhor lança-lo candidato, ele será cassado!". E Belo inconformado, expressou:

- "O próprio governo vai cassar meu filho..." Foi desse jeito! Os militares chegaram aqui, cindiram e impuseram! Nilton ficou em dificuldades.

O Renato foi candidato (para perder) pelo PTB, e os militares não se incomodaram, porque sabiam que sem o apoio do governador, não se elegeria e ainda dividiria as forças. Dito de outra forma: era a chance do Sarney! E assim foi feito, Sarney se elegeu Governador do Estado do Maranhão, com o apoio direto e em cima exatamente da ação dos militares Inclusive o Coronel Dilermano que depois tornou-se general, sendo subchefe do gabinete militar (o chefe era o Geisel) vivia aqui no quartel, dando as instruções todas.

Não discutirei aqui como tudo aconteceu é uma história longa, o que estou procurando sintetizar e enfatizar, é que Sarney, sendo homem, digamos assim da "UDN progressista", cujos deputados todos foram cassados, com exceção dele, que torna-se na seqüência o candidato do Castelo Branco, cuja interferência direta fez cindir as forças para elegê-lo.

Estes subsídios, indicam sua relação estreita com os militares. Ora, se não tivesse tamanha intimidade, teria sido cassado como os outros! Imagine que Sarney firmara manifesto pró-Cuba e não foi cassado pelo governo militar! Dos demais deputados que assinaram, não escapou nenhum!

Esta panacéia era para enganar, ficando provado que tudo era feito de acordo com o governo militar, e Sarney simulava um comportamento compatível com o grupo progressista, ao qual fingia pertencer.

Como governador, tentou fazer um bom governo, porém, não conseguiu, pois incompetente. Seu grupo não tinha qualquer vivência administrativa, além do que, veio logo a corrupção!

Para felicidade e sorte de Sarney, ao assumir o governo, os estados do Norte e do Nordeste tiveram uma injeção muito grande de recursos. Foi quando começou a vigorar a Emenda Constitucional-18, da Constituição de 1946, que alterou a distribuição de recursos, sendo criado o fundo de participação dos Estados e Municípios. Até então, viviamos simplesmente com recursos da arrecadação Estadual, do velho imposto de vendas e consignação, não havia fundo de participação. Foi o Sarney quem pela primeira vez os recebeu. Vale lembrar que o governo anterior deixou todas as contas pagas. Com esta avalanche de dinheiro, iniciou a prática de corrupção, e de minha parte comecei a escrever artigos denunciando as mamatas.

A primeira remessa do fundo, foi utilizada na construção de apenas algumas obras. Por força da própria legislação, o Tribunal exigia que a prestação de contas fosse previamente publicada no Diário Oficial. Muito bem, Sarney recebeu a primeira parcela. De minha parte, sabia de muitas obras que estavam na prestação de contas, e não tinham sido construídas...

O Sarney me conhece, não é de hoje, e sabia, como ainda sabe, que se estou vivendo numa comunidade, vou sempre querer saber o que estão fazendo. Ou seja, com este propósito, dentre outras iniciativas, faço regularmente a leitura do "Diário Oficial".

Desta forma, Sarney tinha que se livrar da minha fiscalização... Quando digo da minha fiscalização, perdoe, não estou querendo ser pretensioso é que ele tinha consciência

de minha ação pessoal, mesmo! O importante todavia, é que ele deveria publicar a prestação de contas, por força da legislação e da regulamentação do Tribunal. A primeira remessa de dinheiro, foi no ano de 67, ele teria de publicar a relação inteira e em todos os jornais, até o dia trinta de abril. Chegou este dia, e nada...Cá comigo, pensei:

- "Perdeu o prazo..." Nesse tempo eu exercia meu primeiro mandato de deputado, fui eleito em 1966 e ele no ano anterior. Em uma sexta-feira, quando acabava de chegar de Brasília, recebi em minha casa, um pacote, cujo conteúdo era a segunda edição do "Diário Oficial" do dia trinta de abril. O jornal não tinha circulado e ele mandou fabricar um "Diário Oficial", para prestar contas!

Muito bem, isso alguém lá da repartição que imprimiu o jornal, me conhecia e enviou, porque a circulação era exclusiva. Veja então, o primeiro absurdo: "Diário Oficial" não tem segunda edição, o que se faz geralmente, quando necessário, é publicar um suplemento. Digamos que fosse uma lei com muitos artigos, para facilitar sua divulgação como também a impressão, usa-se o suplemento, cujos tópicos devem constar do índice... Lógico, não pode ser de outra forma! O detalhe é que no jornal normal que já havia circulado, não continha nada....a seguir, fabricaram uma segunda edição, onde constava os elementos, que eu exatamente desejava, isto é, a prova que havia ocorrido desvio.

Apesar de ter sido elaborado em data posterior a trinta de abril, trazia exatamente esta data na segunda edição. No entanto, ao folhear o jornal encontrei em seu bojo, uma publicação que caracterizava esta falsificação. Ou seja, este jornal, além de clandestino por não circular, era falso. Guardo comigo, até hoje a edição normal e a "tal" segunda edição. Isto é fato concreto!

Fiz a representação para o Tribunal de Contas da União, mostrando que também existia um desvio. Sarney tinha ligação com a Mendes Júnior, que mandou dinheiro para sua campanha, em nome de alguns contratos e financiamentos mascarados. Articulei tudo isso, e encaminhei ao Tribunal, além de muitos artigos a este respeito, em 1968.

Cabe lembrar, que o Tribunal de Contas da União era composto de gente ligada ao governo, como Golbery do Couto e Silva, o organizador do SNI e chefe de Gabinete do

Castelo Branco, que antes de sair da Presidência da República, nomeou-o Ministro do Tribunal de Contas da União. Feita a representação, o Tribunal começou a adiar e mandou que fosse republicado. Sarney aproveitando a oportunidade, imprimiu outra relação, depois de aproximadamente quatro meses!

O Tribunal estava em dificuldades porque tratava-se de representação de um Deputado Federal... O Sarney queria se ver livre daquilo, porque se o Tribunal não julgasse favoravelmente a ele, suas verbas seriam suspensas, além de responder inquérito ou processo. Isso era feito abertamente, não tinha nada escondido!

Quando veio o Ato Institucional nº 5 em 1968, nós deputados, perdemos todo poder de articulação e de fiscalização, muitos foram cassados e quem não foi, teve o mandato suspenso, como aconteceu comigo.

O fato é, que logo depois do AI-5, o Tribunal se reuniu e julgou favoravelmente ao Sarney. Perceba o comportamento do Tribunal neste caso... Enquanto eu tive mandato, houve uma morosidade espetacular, como se diz na gíria "empurraram com a barriga". Após o AI-5, foi logo aprovado. Foi desta forma...incrível!

Pois bem, depois de ganhar a causa, Sarney soltou uma nota aqui no jornal de sua propriedade me insultando. Eu não tinha mais voz, mas corria o processo, porque fiz artigos sérios denunciando fraudes como a do "Diário Oficial", além de um outro, com o título "Governador Corretor", onde registrei que Sarney recebeu uma proposta da Mendes Júnior para construir uma estrada e autorizou. Não era uma construção pura e simples, ela previa financiamento com juros muito altos, acima dos de mercado.

O artigo mostrava que o Estado da Guanabara (ainda existente na época) havia contraído empréstimo, sob juros de cinco e meio por cento, a Mendes Júnior propunha sete e meio, contabilizando-se dois por cento a mais. Na realidade, não havia financiamento nenhum, era uma patranha! Sarney disse que iria para o exterior tratar de empréstimo para a estrada. Ora! Se ele já tinha assinado financiamento para a Mendes Júnior, iria tratar de empréstimo para a Mendes Júnior em cima das garantias constitucionais, federais, que o Estado tinha dado. O fundo de participação portanto, é fruto de uma determinação, imposição

constitucional. Quando ele disse que faria isto, eu indaguei:

- "Bom, ele vai como governador, ou como corretor da Mendes Júnior?" Esta matéria teve uma enorme repercussão! Pela Constituição de 1967 nós tínhamos imunidades materiais por opiniões, palavras e votos, isto é fato! Sarney não poderia me processar, mas processou o jornalista e dono do jornal, Ribamar Bagé, no qual sempre escrevi. Vale ressaltar, que trata-se de jornal de pequeno porte, inclusive, em edição recente, há uma matéria de minha autoria, em cujo conteúdo narro a representação que fiz contra Roseane na Assembléia, porque ela não publicou o orçamento.

Pois bem, Sarney encontrou na Lei de Imprensa, cuja origem vem de Castelo Branco, (e em vigor até hoje) um dispositivo "draconiano" permitindo que o dono do jornal seja processado, caso o responsável pelo artigo, tenha imunidade. Eu, o autor Freitas Diniz, apesar de ser o verdadeiro réu, não era réu. Deste modo, o jornal é que foi processado, e a única saida que tivemos foi contratar um advogado. De minha parte, assumi compromisso de colocar os elementos que dispunha, às ordens do advogado. Este por sua vez, requereu a exceção da verdade, que foi acatada pelo o juiz.

Nesta hora, o Sarney se apavorou e entrou com "habeas corpus". Imagine, o réu era o outro, e ele entrou com o benefício! Quem deve requerer "habeas corpus" é o réu, quem está coagido, porém Sarney mesmo encaminhou! O Tribunal era composto por pessoas que em sua grande maioria, foi nomeada por ele, que acatou e levou o processo para instruí-lo. Isto causou muita polêmica e confusão...

O Sarney é que dirigia o processo, ele é mandão. Não tem esta conversa de democrata, é mesmo mandão! E o Tribunal acabou condenando o dono do jornal, em uma situação que não poderia! Condenou: no mérito e formalmente. Em ambos os casos, não poderia, porque fora condenado depois da promulgação do AI-5, quando eu já havia perdido a imunidade material, e assim, deveria voltar para mim. O Tribunal, no entanto, julgou e processou alguém que não era mais réu. Foi feito um recurso para o Supremo que mandou arquivar o processo, não teve jeito. O processo voltou, e apesar de Sarney deseja-lo, não queria se meter nisso...não mexeu! Ah! já faz muito anos, foi em 1968 no ano do AI-5.

Na mesma ocasião houve um outro fato interessante e importante, que também demonstra o caráter do Sarney... Refiro-me ao movimento liderado por Juscelino/Lacerda/ Jango, a chamada Frente Ampla, no qual Brizola não entrou. O coordenador da Frente Ampla, era o Deputado Federal do MDB Maranhense, Renato Ascher, eleito como eu em 1966.

Quando Sarney vislumbrou a possibilidade desse movimento levar de roldão o regime autoritário, começou a jogar, e de certo pensava:

- "Se esta Frente der certo, estou também lá com o meu pezinho." O Renato era um articulador e como apareceu um governador simpático à causa da Frente Ampla, com ele conversou. Eu continuei na minha posição contra o Sarney, porque sabia o quanto era ladino, oportunista, e que ficaria jogando...

Tanto é verdade o jogo, que o Juscelino aqui esteve no dia doze de dezembro de 1968 (dia anterior ao AI-5) paraninfando formandos de Economia, na Universidade...penso que a primeira turma. Logicamente, com interferência do Renato, que quando procurado pelos alunos, garantindo a presença do ex-presidente.

Recordo-me claramente disto, porque no dia doze dezembro, ou um pouco antes, eu embarcava para Brasília, porque tínhamos que votar justamente o processo do Márcio Moreira Alves, encontrei o Renato chegando, e disse:

- "Eu tive que vir porque o Juscelino vai chegar. Estou aqui somente para recebê-lo, e volto para Brasilia". Como realmente ocorreu. Ele recebeu Juscelino e foi embora.

O AI-5, pegou o Juscelino aqui em São Luis, em uma manifestação dos estudantes, no Clube Jaguarema, onde foi homenageado pelos economistas. O Sarney esteve lá, era governador e fez discurso chamando o Juscelino de "meu presidente."

Logo depois, Juscelino viajou e ao chegar no Rio de Janeiro, foi preso, como também Renato Ascher. Ora, observe, que coisa incrível! O que faz Sarney? Escreve e publica uma nota ambigua, que daria para ele se explicar com alguma dificuldade se fosse cassado por uma violência do Costa e Silva. Por outro lado, havia também elementos para renegociar com o Costa e Silva. Encontrava-me em Brasília, e tive acesso a este episódio porque o

Senador Clodomiro Miliet me contou.

Mediante a questão do Maranhão, pensei:

- "A minha luta, é uma luta aberta, não vou corroborar a ação de militares, sou contra o Ato Institucional 5, o Sarney esta praticando corrupção, mas entendo que ele tem que se defender, se for pego pelo AI-5, não terá defesa. De minha parte, não tenho nada a esconder". Ele tinha que resolver a sua questão com os militares. Vejo dessa maneira!

Rondon Pacheco, figura bastante expressiva no governo Costa e Silva, era ligado a Sarney. Fora também da UDN, e facilitou a recomposição de Sarney com o governo. Na primeira reunião dos governadores com o Costa e Silva, no Rio de Janeiro onde estavam presos Juscelino e o Renato, lá estava Sarney, saudando o Presidente, em nome de seus pares! Veja a capacidade que ele tem de se compor, e sempre com lucro! Viu que a Frente Ampla era um movimento que teria uma repercussão enorme no país, apesar da pouca ou quase nenhuma sustentação de base, tinha uma cúpula com força considerável, assim como um bom espaço na imprensa, então pensou:

- "Isso vai dar certo e tenho que apostar aqui e colocar uma "azeitonazinha" na empada do Renato." Não deu certo, porque não poderia dar, não havia base popular e com a culminância do AI-5, ficou tudo por isso mesmo.

De minha parte, não fui absolutamente contra a Frente Ampla, muito pelo contrário. Tinha contudo, a consciência que inexistia base para o enfrentamento, embora o Renato pensasse o contrário. A realidade todavia, mostrou que eu estava correto: veio o golpe, em cima do golpe, que foi o AI-5 e a Frente Ampla foi dissipada com a maior tranqüilidade, pois não houve reação, não houve nada... A única reação foi exatamente do movimento estudantil, que não estava articulado com a Frente Ampla, a questão deles inclusive era outra. Quanto aos trabalhadores, a massa, nada! Não havia trabalho popular, nem coordenação, fosse do Juscelino, do Lacerda ou do próprio Jango que estava exilado.

Para mim, o maior equívoco, foi sem dúvida o fato do movimento não ter "descido" até o povão. A Frente Ampla limitou-se à cúpula!

Outro exemplo do fisiologismo do Sarney, aconteceu no caso do Tancredo, de quem

acabou sendo vice, foi oportunismo total! O povo daqui, não tem consciência, sobretudo porque essas questões não são discutidas, a imprensa é toda dele, tudo é muito velado e camuflado. Além do mais, é uma pessoa da terra que virou Presidente do Brasil! Mesmo assim, algumas pessoas já sabem quem ele é.

Com Antônio Carlos Magalhães é diferente! A.C.M. é liberal, mas é a favor do monopólio, não pode ser contra por causa da Bahia.

O Sarney já vem no oportunismo desde jovem, as primeiras eleições dele, foram na base, fraude eleitoral, capitaneada pelo próprio pai que era juiz.

A classe dominante maranhense, vive dessa miséria. A eleição na qual Roseane foi "eleita", colocou em evidência, de maneira bem enfática, o comportamento desta "elite". Quando eu digo elite, refiro-me aos políticos, profissionais liberais, empresários, juizes, e até mesmo os intelectuais, que daqui são uma tristeza. Para eles, quem é bom é o Sarney, que já conhecem e sabem continuarão na mamata, na corrupção. Qualquer um outro é arriscado, e por isso que fizeram de tudo e tomaram a eleição de 1993, do Cafeteira. Na verdade quem se elegeu foi o Epitácio Cafeteira, que por sua vez, não iria modificar praticamente nada. A elite maranhense entretanto, não quer correr nenhum risco, e continua votando no José Sarney pois confiam completamente.

Ainda a propósito desta eleição, foi realmente usurpada. O esforço feito neste sentido no interior não foi suficiente, e por isso fraudaram aqui na computação dos votos. A confiança no Cafeteira é de oitenta por cento, no Sarney é total. Certamente preferem ficar com o de cem por cento. É uma elite muito atrasada...

Tomemos por base os intelectuais da Academia Maranhense de Letras, são todos Sarney, apesar de saberem quem é a figura, tanto quanto eu. Ou seja, os intelectuais daqui, não são ingênuos, donde conclui-se: são oportunistas.

Alguém acredita que um Josué Montello é ingênuo? E é Sarney! Vale lembrar, que quando Presidente da República, Sarney o mandou para a UNESCO. Meu prognóstico é que o Sarney vai longe!

Outro dia li um artigo da Raquel de Queiroz, elogiando José Sarney. Fica esse "oba-

oba" nacional. O próprio Renato Ascher, não veio para as eleições mas mandou uma carta de apoio a Roseane. Isto prova que Sarney já o "cercou" também.

É um comportamento muito complicado para nós maranhenses, porque estamos aqui. Raquel de Queiroz, Jorge Amado, sobretudo o Josué que é filho da terra, elogiam José Sarney, que por sua vez, faz favores para os intelectuais todos, e vai cooptando...

O Sarney é maléfico, não tem meias medidas, é doentio, exerce o poder pelo poder, que para ele não tem objetivo social. Busca o poder com o projeto que é ele, seus filhos, a família, os capangas. O comportamento do Sarney é mafioso. Tomo como referência o filme "O Poderoso Chefão", o qual mostra que o objetivo do mafioso é o "negócio" e em seu nome tudo mais é sacrificado. O "negócio" do Sarney, é deter poder e por ele, tudo faz! É uma figura amoral. Quem sucumbe, o admitindo como "padrinho" e beija a mão, está tudo certo! Até me recordo, nitidamente, de uma passagem deste filme: havia um cidadão no bairro, que também era italiano mas, por não concordar com as atitudes do Chefão, não era engajado na Máfia, e não o aceitava como padrinho. Surgiu um problema familiar, algum mafioso estava assediando sua filha. Sem saída, o pai procurou o Chefão, que questionou no ato do encontro, porque este italiano jamais o havia procurado. Inesperadamente, o Chefão estende a mão, como quem diz: beija! O italiano obedeceu prontamente, beijou a mão e pronto, ficou tudo certo!

Ainda numa analogia entre Sarney e A.C.M.: Antônio Carlos Magalhães é oligarca, que é diferente, dentro do seu código de honra, tem lá seus pruridos. Para Sarney não tem honra, não tem ideologia nenhuma, é amoral, menor... O que me espanta é um Jorge Amado tecer elogios sabendo quem é o Sarney! Tal atitude prova, que alguma coisa existe entre ele e Jorge Amado; bem como Josué, um intelectual (não que seja talentoso) mas, o conhece muito bem.

Trata-se de pessoa perigosa, que dissimula muito bem, haja vista a grande imprensa, "O Jornal do Brasil", a própria "Folha" tem uma "coisa" com o Sarney, trazendo inclusive um artigo dele semanalmente. A leitura dos artigos que escreve no jornal "Folha de São Paulo", comprovam sua mediocridade. É sempre aquela tolice, baboseira, até com erro de

concordância. Mesmo assim, conseguiu virar membro da Academia Brasileira de Letras é elogiado por seus pares acadêmicos, e essa gente sabe que o José Sarney não é intelectual, é meão. Todos sabem!

É um dos homens mais perigosos que existe hoje no Brasil...é do caráter dele. O Sarney se adapta muito bem a esses tipos de ações escusas. É diferente de Quércia, uma figura, que amanhã pode ter um prurido qualquer...

Havia um jornalista aqui, que também se elegeu deputado, José Pires Saboya, ligado ao jornal "O Imparcial", sua mulher é minha parente. Na época eu era do MDB, ele da ARENA, e para agradar o Sarney, fez um artigo no jornal, sobre um tema muito pesado. Respondi em outro artigo, com os mesmos termos, chamando Saboya de debilóide, é professor de Direito, mas tem um comportamento...

Este fato, teve uma repercussão muito forte, inclusive no seio de minha família. Embora ele tenha ficado muito aborrecido, não quis me processar. Penso, que na época não poderia, todavia, ficou insistindo para que Sarney o fizesse. Soube do ocorrido com bastante precisão, porque uma pessoa assistiu e me contou. Saboya foi até muito violento com o Sarney, que acabou assinando uma representação, e eu acabei condenado. Não obstante a condenação, numa atitude bastante esdrúxula do Supremo, foram assegurados meus direitos políticos e continuei deputado.

Pois bem, anos mais tarde, um belo dia, recebi um telegrama do Sarney, que li com um certo asco, no qual chamava-me de "meu amigo". Convidava-me para uma recepção ao Maluf, que viria para cá. É verdade, Sarney, era malufista! Queria ser o vice desta chapa, mas não foi aceito. Rompeu com Maluf e se aliou ao Aureliano. Neste telegrama, havia o convite para recebermos o Maluf aqui no Aeroporto do Tirirical. Eu tenho tudo isso guardado..."meu amigo"! É hilariante!

Em resumo, vivemos no Maranhão como se existisse uma ditadura do Sarney, um monopólio. Aparecem figuras, todas comprometidas. Na luta eleitoral, sempre surgem sisões, divisões, às vezes por força desta circunstância fazem alianças momentâneas. É o caso do Epitácio Cafeteira, aliado histórico do Sarney, emergiram juntos na antiga UDN, depois se

separaram, voltaram. Nesta campanha estiveram cada um de seu lado. Não tinha alternativa, e no segundo turno deu Epitácio mesmo. O povo queria derrotar o Sarney, ou seja, não votaram no Epitácio, existiu sim o voto de oposição. O povo votou pela derrota do sarneysismo.

Interessante é que o Cafeteira compreendeu, admitiu, e não quis dar uma de líder. Tinha claro que caso se "arvorasse", fatalmente seria uma enxurrada de voto nulo, branco e ele estaria perdido. Roseane conseguiu se eleger, porém fraudando no interior, pois aqui foi insuficiente. Sua vitória deu-se por dezessete mil votos. Esta situação expressa a existência de indisposição do povo em relação ao Sarney. Mas ele controla tudo: meios de comunicação, empresários, intelectuais todos!

Certa feita, contei ao Freitas Nobre que havia recebido um telegrama, no qual Sarney tão cínico, me chamava de "amigo". Freitas, insistia em rever o processo que fui acusado por Sarney, não se conformava com a minha condenação por crime de imprensa. Exatamente ele que era especialista nisso, entendia muito do assunto, sendo até ator de um estudo sobre a Lei de Imprensa. Vivia insistindo, e eu respondia parafraseando Sobral Pinto, em um documento muito bonito, dirigido ao Francisco Pinto quando de sua condenação:

- "Não, reabriremos o processo porque aquilo nunca me atingiu". E então plagiava Sobral Pinto:

- "Condenações há que glorificam!"

Freitas Nobre vivia alucinado pelo telegrama, pois queria promover junto ao Supremo a revisão do processo de condenação. Eu sempre prometia que iamos aventar isso, mas nunca tratamos do assunto. Ele faleceu e continuo guardando este telegrama.

Imagine, fui condenado, e depois Sarney passou um telegrama, chamando-me de "meu amigo", não é possível, mas este é o Sarney! Existe muito mais coisas em relação a ele, lamentavelmente, são episódios, que eu não posso contar...

Em relação ao Grupo Autêntico, na realidade existiu por um curto período. Quando da cassação de Lysâneas, na minha opinião foi nosso fim. Chegaram outros deputados que foram chamados de Neo-Autênticos, e o Grupo inchou um pouco...

Na minha leitura, Lysâneas foi cassado porque estava numa ação muito à frente do

pessoal do Grupo. E, em um grupo não se pode permitir que haja, digamos assim, uma distância, seja nos processos, ou nas posições. Quem está na frente vira presa fácil! Estávamos lutando contra o dragão da ditadura, tínhamos que estar todos juntos. Ninguém poderia avançar mais ou avançar menos, senão o dragão pisava. É uma tática lógica, não precisa nem ser "milico" para atinar isto! Lysâneas avançou muito e os companheiros não acompanharam.

O dado objetivo é que, o Grupo chegou a um ponto...não diria esgotado ou cansado, a conjuntura estava mudando e fomos ficando no caminho.

Ressalto contudo, que em determinado momento da conjuntura nacional o Grupo Autêntico agiu perfeitamente... depois fomos perdendo o fôlego, e acabamos. Fizemos o que tínhamos de fazer!

Existia sim um ideal comum: derrubar o regime autoritário. Constituíamos uma "frente" dentro da "frente". Dito de outra forma, nos organizamos dentro da "frente" para impulsioná-la. Era evidente que não adiantaria tratar de assuntos dessa natureza, com o risco de fragmentar a "frente" composta por liberais, conservadores, marxistas a transformando em partido.

No inicio da atuação do Grupo, no apogeu da ditadura, desempenhamos um papel indiscutível, mas no período da abertura, o Grupo foi perdendo a coesão. Quando começou o movimento da anistia, uma série de forças que a princípio desconfiavam do MDB, começaram a chegar, pela ação do próprio Grupo e ficaram a reclamar:

- "Onde está o Grupo Autêntico?" Eu dizia:

- "O Grupo acabou..." E acabou mesmo, tinha que acabar, não era uma organização, não tinha nada orgânico sequer havia um programa político, econômico ou social, nem poderia ter...

Após a cassação do Lysâneas, e com a campanha da anistia, outros setores se aproximaram, até alguns que colaboraram com a ditadura e não estavam mais nesta posição, vieram somar, como é o caso do Teotônio Vilela.

A bem da verdade, não havia mais espaço para o tipo de atuação exercida pelos

Autênticos, a conjuntura já era outra... Muitos não se conformavam com o fim...

No princípio, o MDB era pessimamente visto e com razão, pois fora criado por decreto pelo regime militar, para contracenar com a ARENA. Ora, quem estava fora perguntava:

- "Será que aquilo ali é prá valer?"

O trabalho feito pelos Autênticos, contribuiu para que a própria frente, MDB passasse a adquirir mais credibilidade. Ulysses, Tancredo, cresceram por força do real valor do nosso Grupo e diga-se de passagem, não foram eles os desencadeadores do respeito ao MDB, não!

Cabe lembrar ainda, que no início Ulysses estava com o golpe. Haja vista, o primeiro Ato Institucional (quando surgiu não era numerado, com a existência do segundo que foi necessário a numeração), que na sua primeira formulação, previa na cassação suspensão dos direitos políticos por quinze anos. Dizem que esta proposta foi do Ulysses e de tão extremada, os próprios militares a reduziram.

O fato é, que a "frente" passou a ter credibilidade depois da ação do Grupo Autêntico. Como Ulysses, Tancredo, Thales estavam à frente da frente, usufruíram do nosso bom trabalho, das nossas idéias, inclusive eleitoralmente. Aliás, foi o que manteve Ulysses vivo, essa imagem de oposicionista que ele não era, mas perfilou e perpetuou na sua carreira. Perceba, a Anticandidatura de Ulysses, era do Grupo, a proposta foi do Chico Pinto.

Não nos esfacelamos porque nunca existiu entre nós nenhum antagonismo, não! Atuamos bem naquela conjuntura, em outra teria que ser um Grupo diferente, não aquele. Lembro que existia uma cobrança enorme, principalmente dos deputados novos, os quais se elegeram ouvindo falar dos Autênticos e nos fizerem legendários, pensavam que éramos "super homens". Daí surgiram os Neo-Autênticos. A campanha da anistia, já estava na rua com muita força e nela todos se engajaram, pois era uma proposta que agradava a gregos e troianos. Todo mundo queria participar, atuar, veio gente inclusive do regime autoritário.

Deste modo, sinto que o Grupo Autêntico não se dissolveu, foi dissolvido pela conjuntura. Durante o processo havia, dependendo da "empreitada", alguns companheiros que "escorregavam". Nunca porém, tivemos um "racha", mesmo porque não havia o que "rachar", nosso objetivo era um só!

Exerci ao longo de minha vida, três mandatos parlamentares de 1966/70, 1970/74 e 1978/82. O Grupo realmente só funcionou em minha segunda eleição, de 1970 a 74. Após meu último mandato estive como assessor do PT por mais de dez anos. Praticamente em termos políticos estou afastado, minha ação hoje aqui em São Luís é como cidadão. Até participar de reuniões tem sido difícil, não me convidam, não querem confusão! Minha ação restringe-se a artigos em um jornal pequeno, quase manual.

Pessoalmente, até há pouco tempo eu era solteiro, hoje vivo com uma mulher...Perpétua, que tem uma menina, Patrícia de catorze anos, a qual adotei quando fomos viver juntos. Minha mulher era funcionária pública todavia, existem serviços, que não pagam o transporte, a roupa ou o sapato, impressionante! Por isso resolveu sair. Deste modo, vivemos de minhas aposentadorias, da Câmara Federal e da Força e Luz do Maranhão.

Quanto a minha trajetória política não tive esta veleidade de pensar que fazia história. Não quero ser incoerente, pelo que já falei com você aqui. Tomei muito cuidado com tudo que eu disse. O que senti no meu tempo de Autêntico, e ainda sinto, é o seguinte: tenho que participar e contribuir para que este estado de injustiça social se transforme. Nos idos dos anos 70, eu almejava modificar a situação pois viviamos sob uma ditadura indesejada e cruel. Se isso era fazer história, acredito que eu tenha feito...

Não fazemos história voluntariamente, ela não é determinista, é sim dinâmica. A única vinculação que ela tem com o passado, é o presente, posto seu desdobramento, que poderia ser de outra forma, mas não foi.

No período em que estive no Grupo, não havia muitas alternativas, além disto, nós realmente faziamos e agíamos, não tinhamos medo de errar! Este comportamento, nos diferenciava dos moderados que temiam, por essa ou por aquela circunstância, em desagradar quem estava no poder.

Vou fazer uma confissão... eu relutei em te dar esta entrevista, tinha consciência que teria de falar na primeira pessoa. Não são os assuntos, sim a inibição! Se bem que você pelo telefone me desarmou um pouco e também já havia conversado com os outros companheiros, mas não sei.... Hoje é meu aniversário e minha mulher sabe que não tem festa, nem homenagem,

nada! Não gosto, não suporto... sou inibido para isso. Quem quiser me desagradar, promova uma homenagem posso até aceitar por força das circunstâncias, mas intimamente estarei constrangido.

Existe até uma passagem: sou nascido em Araioses, e não na capital, São Luís. No tempo do MDB, eu morava em Brasília, um dia cheguei em casa, e tinha um amigo dizendo que havia enviado um projeto à Câmara que fora aprovado, homenageando-me com o título de cidadão de São Luís, solicitando que eu marcasse a data da cerimônia. Então expliquei a este amigo:

- "Você vai me perdoar, mas não irei..." E, realmente nunca fui buscar o título. Considero um constrangimento terrível, estas homenagens... A atividade política, não me constrange, mas homenagem, fico sem ação, absolutamente inibido...sinto-me em uma espécie de prisão.

O que me conforta e dá segurança em minha condição de ser humano, é o fato de poder agir, realizar. Quando tenho esta condição, estou bem, se não, procuro criar uma atmosfera que possibilite a ação ou intervenção. E, naquele momento apesar todas as adversidades, na condição de Grupo, agimos e fizemos!

A experiência que tive com o Grupo, foi importante na minha biografia, não resta dúvida. Especialmente, porque foi vivido junto a pessoas que tinham essa motivação, ou seja, não tinham medo, mesmo sob todos os riscos próprios de uma ditadura sangrenta, nefasta e indesejada.

A práxis é o que sempre defendi, e não saberia dizer se fora dela é possível algum tipo de contribuição efetiva. Nosso Grupo Autêntico, entendeu que tinha muito a fazer e fez. A análise desses resultados, acredito que ainda irá demorar. É história muito recente, as pessoas, muitas delas estão vivas e tivemos muitos atritos, principalmente com a direção do MDB.

Uma síntese da trajetória do Grupo? Diria que o difícil foi realmente a luta interna no MDB, mas que de certo modo, frutificava nossa ação. Ou seja, a direção queria nos frear, segurar, mas agimos e agimos!

Sofríamos críticas, muitos companheiros que foram à luta armada, partiam do

pressuposto que não havia espaço institucional para atuar, e que o remédio era ir mesmo para a guerrilha. Entendíamos que a luta insurrecional, era suicida e que conseguiríamos desenvolver um trabalho efetivo dentro da Câmara Federal.

Não podemos prever se amanhã talvez, os Autênticos sejam até massacrados...Ninguém mais fala do Grupo, estamos no limbo... A primeira pessoa ouço retomar o tema, é você.

Getúlio Dias

(Getúlio Pereira Dias)

Nascimento: 04 de maio de 1934, Pelotas, Rio Grande do Sul

Pais: Moacyr Mac Donough Dias e Alcida Pereira Dias

Formação: Jornalista - Universidade Católica de Pelotas, Rio Grande do Sul, 1967

Cônjuge: Zoe Rodrigues Dias

Filhos: Uil Rodrigues, Ian Rodrigues, Ail Rodrigues

"...Nossa presença no Congresso Nacional, posto chama da resistência, não permitiu que a centelha da democracia se apagasse."

Brasília, 31 de janeiro de 1994.

Escritório Comercial

Nasci em Pelotas, dia 4 de maio de 1934, caminho, portanto, inexoravelmente para ser um homem mais sexi... sexagenário!

O meu pai era um sujeito que fazia tudo, aquele faz tudo... Como profissional da construção e na atividade de pedreiro era um pouco artífice, um artista, artesão, restaurava obras de arte. Restaurou muitas fachadas de prédios antigos de Pelotas, conseguindo até um bom dinheiro com esse ofício. Não sendo reconhecido por seu dom artístico, sentiu-se fracassado e partiu para o campo onde passou a praticar a agricultura. Por tratar-se de minifúndio, infelizmente, as coisas logo tomaram um rumo contrário às suas expectativas... mas era um homem muito habilidoso, fazia de tudo! Politicamente tinha uma atividade, digamos, trabalhista... sem cargo eletivo, um militante do trabalhismo! Embora, em 1937, discordasse do Getúlio no que se referia à redemocratização e ao seu retorno ao governo, apoiou-o. Era um homem de princípios, modesto, mas com opinião política formada. Minha mãe ocupava-se dos afazeres domésticos. Somos um casal de filhos... tenho apenas uma irmã que, por sua vez, casou-se logo após o término do ginásio.

Tivemos uma vida de classe média. Estudei em escola pública até a terceira série, porém, como me encontrava atrasado nos estudos devido às mudanças e as dificuldades de vir da colônia para cidade, matriculei-me em uma "cooperativa de ensino" na tentativa de recuperar esse tempo perdido. Veja que vanguarda! Chamava-se "Cooperativa de Ensino Dr. Jorge Salles Goulart", um grande pensador pelotense cuja obra, ***"Sentido da Evolução"****, é citada até na Sorbonne. Como ele já havia morrido na ocasião, o nome da cooperativa*

serviu para homenageá-lo. Nessa escola, a direção pedagógica ficava sob a responsabilidade do professor Celso Sellas, uma pessoa voltada totalmente ao magistério, era paulista, oriundo... não tenho muito claro... parece-me de Campinas; os pais dos alunos eram mantenedores, e a fiscalização feita, com todo rigor, pelo governo. Sempre buscavam novos cooperados na sociedade para o prosseguimento da instituição. Diplomei-me nessa escola... uma experiência importantíssima para mim.

Diferente da maioria dos colegas Autênticos, advogados, minha formação é de jornalista, apesar de inicialmente ter intencionado estudar Direito. Logo cedo, aos dezessete anos, comecei minha vida profissional trabalhando em jornal. Nessa época, na liderança estudantil, fundei a UPES, União Pelotense dos Estudantes Secundaristas. Nossas reuniões eram feitas na Casa do Trabalhador, um casarão enorme que abrigava catorze sindicatos, possibilidade esta proporcionada pela democracia!

Existia, naquele tempo, em Pelotas, na Universidade Católica, um curso específico de Jornalismo... não era Comunicações, mas Jornalismo puro. Nessa faculdade, fiz minha graduação e continuei na mesma atividade, iniciada tão precocemente, no Jornal Alvorada. Trabalhei também nas empresas jornalísticas: "O Diário Popular", "Jornal da Tarde" e "Diário de Notícias", todos na cidade de Pelotas.

Devido à minha tradição trabalhista, sobretudo em razão da família, encontrava-me desde a década de 60 no processo político, no exercício da vereança, sendo líder da bancada do PTB em Pelotas. Posteriormente, concorri a vice - Prefeitura.

Após o golpe de 64, entre alguns IPMs e algumas cadeias, candidatei-me, no de 70, à Câmara Federal, sempre com posição historicamente trabalhista, vindo a desaguar como deputado no MDB, quando afinidades com outros homens de pensamento esboçaram-se. Em primeira instância, evidentemente, éramos contra a ditadura e inconformados com o Regime e, como tantos outros políticos da época, trazíamos presente na memória o que tinha sido o grande episódio democrático vivido antes de 64 - as famosas "reformas de base". Estas, traduzidas na visão do Brasil que tínhamos e somadas à luta contra a ditadura, fizeram emergir o Grupo Autêntico... dessa vertente! As reformas de base preconizadas pelos

trabalhistas, socialistas e homens de esquerda, infelizmente, continuam à espera de iniciativas e sua não-realização, sem dúvidas, causou trinta anos de atraso no País. Dessa forma, convivíamos regidos por uma linha comum: a luta contra a ditadura e a visão da emergência de uma reforma da sociedade.

É importante ressaltar e distinguir que, embora fôssemos do MDB, emprestamos um perfil nitidamente oposicionista ao partido, surgido do alinhamento desses deputados aos quais a imprensa passou a chamar de Autênticos. Constituímos uma posição nova na luta institucional do Brasil... posição inédita!

Havia a ARENA que era o partido do governo; o MDB; e o Grupo Autêntico. Até da maneira do humor brasileiro e da descrença brasileira, afirmava-se: a ARENA era o partido do "sim", e o MDB do "sim, senhor". Outra pilhéria também muito popular: A ARENA era o partido do governo e o MDB era o partido da resistência, ou seja, resistiria até o último guichê! Assim, a presença dos Autênticos deu nitidez à luta contra a ditadura a partir do momento em que escolhemos como caminho a estratégia de não irmos a reboque dos fatóides do sistema. Criamos fatos novos na política, denunciando, com mais vigor, a censura, os maus tratos e as torturas. E, por aí...

Dentre nossos principais episódios destacam-se: a Anticandidatura e a candidatura alternativa do General Euler Bentes Monteiro.

A Anticandidatura não se consolidou porque o grupo moderado do MDB, liderado por Ulysses e Tancredo, concordou em coonestar a eleição, transformando-a em candidatura no momento em que foram ao Colégio Eleitoral, quando havia o acordo de renúncia por parte do Ulysses. Esse episódio fez com que a imprensa internacional noticiasse: o General Geisel, da ARENA, teve tantos votos; o candidato do MDB, Ulysses Guimarães, outros tantos; e a oposição autêntica brasileira, vinte e três votos, denunciando o Colégio Eleitoral como uma fraude.

Parece-me que a existência desses episódios que se tornaram história motivou uma oposição autêntica, colocando o sistema "na parede" perante o julgamento da opinião pública.

Nosso encontro foi, realmente, muito espontâneo! Naquela época, evidentemente, as

pessoas se procuravam pelo perfil, pela maneira de falar em plenário, pelo modo de atacar o governo, enfim, de dar murro sem medo. Começamos a observar os comportamentos na Câmara:

- "Olha o Chico Pinto, esse baiano aí"... Constatávamos as afinidades no cafezinho da Câmara e começávamos nossa conversa. Foi assim que conheci Chico Pinto, Fernando Lyra, Alencar Furtado, Freitas Nobre... e demos início ao Grupo. Na minha memória, está muito bem gravado... não sei se ... por temperamento, ou por ser um tipo mais tranqüilo, mais calmo na época, considero que o Chico exerceu uma certa "reitoria", entendeu? Parece ser ele quem realizou o maior número de contatos, e sempre explicando.

- "Será importante nos constituirmos num agrupamento, aqui, dentro do MDB" E lá, estendeu-se essa tenda árabe do Grupo Autêntico!

Eu me tornei vice-líder pelos Autênticos e fizemos vários líderes e vice-líderes no MDB. Aldo Fagundes foi o primeiro a ser articulado por nós e para atingir nosso objetivo, elaboramos uma engenharia com a candidatura dele, pois Aldo era... vamos dizer, um elemento de nossa confiança, um homem sério, de bom senso, embora moderado. Também colaboramos para tornar Freitas Nobre um líder, pois ele nos parecia o mais adequado, além de ter a vantagem soberana de "conviver bem" com São Paulo: Ulysses, Montoro...

Nosso líder natural, o líder do Grupo Autêntico, reforço, foi o Chico Pinto! Ele exercia uma reitoria... não posso dizer uma liderança, até porque não se impunha para isso, não queria... Nunca foi o seu estilo de política, e o Grupo não era uma coisa convencional, reuníamo-nos e elegíamos, informalmente, membros para as funções de relator, secretário... como foi o caso do Paes de Andrade. Tínhamos, evidentemente, que dar uma organicidade ao movimento.

Sempre deparamos com muitos obstáculos... a guerra externa contra a ditadura era mais árdua, contudo, mais clara. A luta dentro do MDB tornava-se muito mais difícil! Acusavam-nos de "provocar o leão com vara curta" e sofríamos todas as acusações, discriminações internas e, evidentemente, isso dificultava nossa ação. Era como se tivéssemos uma briga em casa, além de enfrentar a batalha lá fora... Briga interna, briga familiar que,

muitas vezes, não deveria transpirar porque tiraria a credibilidade da oposição como um todo... Não queríamos isso! Essa situação, entretanto, foi se tornando nítida, ou seja: revelou-se como uma postura coerente e a mais correta para uma oposição.

Com o passar do tempo, os moderados tomaram carona em nossas teses e conseguiram bastantes votos, tornando-se Governadores e Senadores... Elegendo-se como Autênticos, falavam para o povo como se Autênticos fossem, porém, procediam como moderados. Para mim, o melhor exemplo é o Ulysses Guimarães. Não há nada igual ao Ulysses!

A grande verdade é que na época, sobretudo no período duro do AI-5, de 1968 a 1975, (foram sete anos) a nossa função na Câmara, deveria, até sob o ponto de vista pedagógico, ser importante... porém, serviu para pouca coisa.

Particularmente, discordei da importância de nossa permanência no Congresso. Inicialmente, aspirei até por uma autodissolução, porque predominava o MDB desde a resistência até o último guichê! "Os caras" estavam lá só para receber e isto, sem dúvida, tirava a nossa autoridade. Por outro lado, acreditava que deveríamos tentar uma janela para poder transformá-la numa porta a fim de ganharmos as ruas... Posteriormente a essa percepção, constatei, afinal, o quanto foi correta nossa presença e permanência no Congresso, mesmo à custa de cassações e amputações que chegaram até ao meu conterrâneo Nadyr, ao próprio Alencar Furtado, líder da oposição, além de muitos outros. Sob essa perspectiva, foi útil amarrar nossa presença no Congresso Nacional, posto a chama da resistência, não permitiu que a centelha da democracia se apagasse.

É muito difícil examinarmos aquilo que não aconteceu... se tivéssemos nos autodissolvido, teria se formado um vácuo com nossa própria ausência... e deixado a ditadura desnuda, mais desnuda, catalisando seu fim. Desse modo, o Grupo Autêntico serviu, basicamente, para dar nitidez oposicionista ao MDB, e se não deu seqüência a um projeto verdadeiramente antagônico não foi por nossa culpa. Nós, Autênticos, não estávamos mais no Congresso Nacional devido às cassações, exílios, decepções...

Nesse sentido... pelo amor de Deus! Não é nenhuma crítica a ex-companheiros de movimento, não é nada disso! O Movimento Autêntico que se iniciou puro, propondo um

projeto alternativo de sociedade, de repente, estava lá no Ministério com a figura de Marcos Freire, sujeito espetacular, mas, ao lado de quem? da direita... vivendo outros episódios, outro momento histórico, tudo pela transição... transição negociada via Tancredo. Nada do ocorrido na ditadura foi inventariado devido ao caráter da transição. Até hoje, no Brasil, continuamos sem inventário, pois se esse tivesse sido realizado, muitos que estão ainda no poder, estariam na cadeia.

O que digo é o seguinte: entendíamos que era importante o pluripartidarismo. Por quê? Porque ficar na camisa de força de dois partidos era complicadíssimo! Com a anistia e o pluripartidarismo em 79, cada um de nós, Autênticos, tomou seu rumo. E mais, o pluripartidarismo mostra que o número de partidos é proporcional ao engajamento social na vida pública, e, conseqüentemente, aumento considerável do nível de consciência política o qual se efetiva com gente dessa qualidade. Tomo como exemplo o Estado de São Paulo que tem os maiores salários, melhores condições, mas, eleitoralmente, tem um comportamento político conservador. Vejo isso como fruto da alienação do povo, o qual não é autor das questões políticas, sofrendo toda inibição de formação em pontos que interferem na consciência. Os governos podem até dar escola convencional, podem fornecer tudo, mas as questões fundamentais do povo são lhe subtraídas, impedindo-o de ser sujeito da sua história. Nesse ponto, valorizo o partido Comunista; posso não concordar com seu passado, particularmente nunca fui marxista, sempre fui trabalhista com uma visão de que se deve dar prioridade ao trabalho em detrimento do capital. É inegável, todavia que o PC lutava pela conscientização do povo e formava um agrupamento com consciência e análise política.

Nossa grande marca foi a nitidez oposicionista, fazendo-nos criar fatos para o "stablishment" militar como o grito nacional pela Constituinte, no famoso encontro de Recife. Fomos o primeiro Grupo, em plena ditadura, a clamar por uma Constituinte e, posteriormente, pela Anticandidatura e candidatura alternativa do General Euler. Esses movimentos ultrapassaram os limites previstos, permitindo que a oposição falasse nos programas de rádio, televisão, comícios... viabilizando nossa fuga do cerco pretendido pela ditadura ao limitar nossa luta no Congresso.

Se eu pudesse definir a marca ou o auge dos Autênticos, diria que foi o fato de ter rompido o cerco dos limites impostos pela a Revolução e pelo movimento militar no Congresso Nacional. Conseguimos escapar, definitivamente, da sistemática do Congresso, quando a ARENA escolheu o General Figueiredo na sucessão do Geisel no processo de abertura, e nós levamos a candidatura do General Euler a ser debatida nos quartéis. Tínhamos um perfil melhor de candidato o qual oferecia segurança também ao "stablishment". Naquele momento, começamos a abrir a porta... a transformar a janela em porta. O debate foi colocado para os quartéis, porque Euler não era um homem apenas do MDB, e sim, alguém que se propunha a uma união nacional! Nosso movimento era, portanto, de união democrática nacional! Algumas pessoas, equivocadamente, até nos criticavam, dizendo:

- "Ué, o Grupo Autêntico queria que Ulysses renunciasse como anticandidato, não indo ao Colégio Eleitoral; depois, o mesmo Grupo inventa a candidatura do General Euler e vai até o Colégio Eleitoral ?".

Ocorre que, nesse caso, era diferente porque não se tratava de uma candidatura exclusiva do Grupo Autêntico ou do MDB, era uma candidatura, repito, de união nacional, tanto que até o Magalhães Pinto participou! Procurávamos engajar forças fora do Congresso Nacional e levar o debate para dentro dos quartéis para a redemocratização. Honestamente, não sei se depois dessa redemocratização negociada perdemos ou ganhamos... Eu fui um dos principais articuladores da candidatura do Euler..

Segui na Câmara e, embora tivessem pedido minha cassação em muitos IPMs, nunca fui cassado. No ano de 82, concorri e perdi as eleições para o Senado em função da incipiente formação do PDT no pluripartidarismo. Voltei em 1986 e, mesmo estando um pouco afastado do Rio Grande, concorri contra o Plano Cruzado que o povo apoiava e nós, Brizolistas do PDT, denunciávamos como uma farsa e, novamente, não obtive sucesso nesse pleito. Em 1990, fui candidato à suplência da Câmara, em Brasília, só para compor a chapa do PDT onde faltavam nomes, e saí na suplência de Senador. Este foi meu último episódio político, não milito mais, digamos, assim em nível de participação. A partir dessa experiência, tenho me dedicado à minha vida privada, aqui no Rio de Janeiro.

Analisando, e embora com certa resistência, não descarto totalmente a possibilidade de candidatar-me. Devo confessar, porém, num bom "gauchês"... que na vida existem duas coisas às quais não consigo resistir: a uma mulher bonita e a luta política! Tenho me segurado, mas não garanto até quando!

Está faltando uma proposta densa suficiente para chegarmos à solução dos principais problemas do país. Não acredito que nessa eleição presidencial apareçam pessoas com garra para realizações. Será um governo, no máximo, próximo ao do Itamar.

Como "ser" político, entretanto, não preciso estar eleito para fazer política. Pertenço ao Diretório Nacional do PDT e estou sempre aí, por vício, por "cacoete" profissional.

Examinando o quadro político contemporâneo, verifiquei que, ao longo dos anos, mais do que nunca continuo trabalhista. Fui trabalhista, numa época, por intuição, por considerar o trabalhismo um caminho. Certa vez, ouvi Rui Ramos dizer que entre o paroxismo dos extremos: o capitalismo selvagem e o comunismo, que é uma espécie de capitalismo de Estado, conforme se configurava na União Soviética, o trabalhismo não era um caminho do meio, e sim um caminho de frente, de vanguarda. Colocação correta, pois o trabalho é a origem da riqueza do homem, seja como indivíduo ou sociedade e, portanto, deve ter prioridade sobre o capital.

Não fiquei satisfeito com a implosão do comunismo. Não concordo com o capitalismo de Estado da ex-União Soviética, porque considero o Estado, o mais cruel e desumano dos patrões. Ou seja, não é só tirar, transformar a riqueza privada e torná-la estatal. Nestes moldes, o Estado fica mais poderoso que os cidadãos a seu serviço, quando deve ser o contrário: quem deve ser rico é o homem. O homem, tendo o seu trabalho (não pela negociação, mas que se faça do trabalho, lei) suficientemente remunerado, é capaz de produzir em qualquer nível. Não me serve também este capitalismo que está aí, o chamado capitalismo ocidental. Por isso, tenho a esperança de que dessa experiência resultará alguma coisa melhor: um salto no processo da consciência coletiva, talvez... Não basta este ufanismo dos capitalistas de que o comunismo afundou. Pergunto: e o capitalismo está coeso? Está construindo uma sociedade que nós desejamos?

A visão trabalhista conserva sua coerência, e eu me felicito por ter sempre sido trabalhista... mesmo que inicialmente fosse por intuição; hoje, mesmo com uma postura mais racional, ideológica, sou mais trabalhista do que nunca! O que há de mais moderno no campo do pensamento é o trabalhismo, é a valorização do trabalho sobre o capital, a partir de uma sociedade cujo trabalho seja remunerado hegemonicamente sobre o capital e ambos não apenas se harmonizem. Esta é a sociedade que defendo. Se é uma visão social democrata? Sim, porém, com conteúdo transformador. Não me pergunte, contudo, por que caminhos chegar a isto. Pode ser que se inicie, até modestamente, com uma participação do empregado no lucro das empresas, mas não é só isto, não!

Desejo um projeto que dê tesão cívico e estimule a participação. E participar... não significa ser deputado ou não ser... nunca foi esta a razão que me dirigiu, um dia, para a vida pública. Não me tornei deputado para fazer disso uma carreira! No meu caso específico, não é para ter cargo de deputado, senador, ou governador. Deputado já fui... senador, fui candidato, apesar de não ser eleito... Alguns companheiros Autênticos foram deputados, senadores, governadores e ministros... Quero dizer que isto não me seduz, não é o principal. É fundamental sim, o engajamento num projeto de transformação da realidade.

Nós, Autênticos, sempre tivemos a pretensão de mudar... (pode até ser pretensão nossa mesmo!) e obstinados em realizar transformações, fizemos da política um efetivo instrumento transformador da vida social. Não sou, todavia, pessimista em relação ao futuro, ao mundo, ao meu país. Consigo perceber que o mundo evolui e vai continuar evoluindo... com ou sem a minha participação... Virão outros políticos melhores e até mais instrumentalizados. Isto, com certeza, acontecerá! Evidentemente, se a leviandade continuar a presidir a política nacional, pagaremos o preço. A história cobra!

Na eleição de outubro de 94, vejo um partido que, aparentemente, mantém-se cristalizado na oposição. Uma candidatura que já foi para o segundo turno e está aí novamente é a do Lula e ele pode ser o candidato vitorioso, impulsionado pela irresponsabilidade e negligência do governo atual. Ele tem a chance de vencer pelo negativo! Como está tudo ruim e desarrumado, vamos votar neste cara para que seja o candidato da chibata do povo;

seja o candidato do protesto! É muito difícil o Brasil acertar com uma candidatura de protesto, até porque quem protesta vai querer a solução para o dia seguinte. Enquanto isso, a direita, com forças poderosas, vai instrumentalizando sua candidatura a qual poderá ter como desdobramento a vitória de um candidato ultraconservador na eleição presidencial. Pessoalmente, eu considerava a candidatura de Jaime Lerner viável. Um homem novo, porém é difícil... Os aparelhos partidários não estão suficientemente, digamos, atentos, além disso, eles têm donos, também. É engraçado, mas é verdade, cada um tem seu dono, e...

Enquanto estive em cena, evidentemente que criei uma geração de políticos. Muitos se elegeram prefeitos, deputados... Meu filho, Uil, mesmo foi Vereador em Pelotas durante doze anos e Presidente da Câmara, já no PDT; porém, em função de nossas atividades empresariais, ele também se afastou da política. Os herdeiros que, digamos, fiz eleitoralmente seguiram outros caminhos. Hoje, nenhum deles permanece no PDT; alguns estão no PMDB e em outros partidos; apenas um no PSDB, não havendo uma continuidade... Claro, existem outros preservando nossa luta, mas...

Se eu tivesse o poder, com certeza, não tomaria por base nenhum desses modelos de política existentes. Praticaria uma política sem temor de transformação, isenta de patrulhamento e de conteúdo fascista. Acredito que a grande força da sociedade se consolida quando sua organização acontece a partir da fraternidade e só assim são levantadas as bandeiras realmente almejadas. Seria necessário o engajamento de todos, ninguém seria excluído! Não haveria o receio de coibir forças que ainda se dissessem poderosas e tentassem ignorar o mais valioso de nossa causa: o social. Os que se levantassem contra seriam fatalmente excluídos. Fazer política pensando desta forma não passa de uma boa ficção, uma vez que a matéria-prima está muito degenerada. Seria preciso desenvolver uma consciência política neste povo cujas possibilidades de organização, conscientização e participação na sociedade foram extirpadas. Não sei, claramente, como isso deve ser desencadeado... mas não me privo em repetir que considero extremamente importante um fazer político com informação, possibilitando ao povo a tomada de consciência política. Sem isso, é difícil!

Estas razões, não obstante fortes, não inibem, nem proíbem meu engajamento, pelo contrário, até por isso continuo militando em um partido político. Não sou um derrotista, sei que sempre existe uma chance de ação. Por isso, não excluo a possibilidade de voltar a fazer política formalmente, mas vejo dificuldade, vejo muita dificuldade...

Caso retornasse, atuaria sob uma visão moderna, a mais moderna possível, que é para mim a participação de todos no conjunto da riqueza nacional, ou seja, o direito de ter o que comer; o acesso à educação, à formação profissional e ao emprego. Fundamentalmente emprego, o homem tem que ter emprego, o trabalho é a riqueza do homem! Nesta senda, a campanha contra a fome dirigida por Betinho parece-me perigosa... Não se pode dar o peixe, tem que se dar o anzol... E mais, o interessante da campanha é a imprecisão de término, dando a impressão de que o povo não sairá da condição de estagnação e de miserabilidade.

Quanto a mim, tenho um casamento só e três filhos homens, além de uma filha cuja "produção foi independente". Maravilhosa, por sinal! Sou empresário da alimentação, setor de tickets de alimentação e congelados. Sempre fui um "escrevedor" de poesia! Participarei de um concurso com este livro dedicado a Yuri, meu neto, cujo nome uso como pseudônimo e vou lhe dar um, com dedicatória.

Jaison Barreto

(Jaison Tupy Barreto)

Nascimento: 16 de agosto de 1933, Laguna, Santa Catarina

Pais: Tupy Barreto e Ceres Silva Barreto

Formação: Médico - Faculdade Nacional de Medicina - Rio de Janeiro, 1957

Filho: André Felipe

"... não adianta atropelar a história."

Balneário Camboriú, 14 de março de 1994.
Santa Catarina

Restaurante Engenho

Nasci no dia 16 de agosto de 1933, na cidade de Laguna, Santa Catarina, terra da Anita Garibaldi. Sou único homem nascido lá, depois dela... antes que a piada se faça! De família modesta, acabei me formando médico... Meu pai era delegado de polícia, cuja função exerceu por cinqüenta anos! Creio ter sido ele, o delegado com mais tempo de permanência nesse posto. Foi, entretanto, um liberal democrata, deputado estadual, da banda de música da "UDN", com discurso moralista... eleito duas vezes, pela cidade de Joinville. Independente das críticas existentes... não considero correto minimizar o papel da UDN na luta pela liberdade, sob pena de se cometer injustiça, pois a visão social dos problemas e o clima de liberdade constituíam a bandeira da UDN!

Meu núcleo familiar é composto por seis irmãos: eu, o mais velho; Tupy Barreto Filho, advogado na Prefeitura de Curitiba; Jaira Barreto, advogada e jornalista, apesar de aposentada, é chefe de gabinete do Prefeito de Curitiba, mas com muita vontade de vir morar na praia; Ceres Barreto, desenhista industrial; Jacson Barreto, médico oftalmologista em Curitiba, é o mais jovem dos filhos; e Jânia, solteira, morando, também em Curitiba, com mamãe que está com oitenta e um anos, lépida e na rua... Meu pai é falecido há uns quatro anos. Tive uma infância feliz e despreocupada, porém sempre muito interessado e compenetrado nos assuntos relativos ao conhecimento.

Estudei no Rio de Janeiro, na Faculdade Nacional de Medicina, formando-me em 1957, quando fui orador da turma, já com um discurso não tão socialista, mas social-democrata, romântico e sonhador...

De acordo com a realidade brasileira, o médico é muito propenso a ser envolvido pelo processo político e a tomar consciência dele. Essa profissão, em especial, nos faz perceber que o trabalho individual é limítrofe, não resolve os problemas e nos coloca como parte da engrenagem... É inexorável a necessidade de uma visão global das coisas, procurando solucionar essa tragédia.

Nesse contexto, minha formação teve como cenário um Rio de Janeiro que era, na ocasião, o centro político do Brasil... muito diferente de Brasília, esta coisa morta! O Rio significava o estuário da indústria nacional, além de ser a capital política do país. É claro que isso influiu na minha formação... Desse modo, ali fiquei até 1961, fazendo curso de oftalmologia, muito "c.d.f.", como dizem, porém, com uma visão politicamente clara.

Com trinta e um anos de idade, percebi que havia chegado a hora de ser mais responsável, de constituir família, enfim... fazer aquilo que todo ser humano deve procurar, independentemente de qualquer formação ideológica. Voltei para Santa Catarina, indo trabalhar no interior, na cidade de Rio do Sul. As coisas na vida, contudo, sempre sofrem influências... Parece que um estranho desígnio orienta e conduz as pessoas... Eu iria substituir o deputado de Rio do Sul em um esquema meio oficializado, no qual se encontram todas essas coisas de tráfico de influência, ou seja, fazer carreira e ganhar muito dinheiro! Ocorre que as enchentes, episódios marcantes dessa região, acabaram me levando para a cidade de Brusque como médico do Sindicato dos Trabalhadores da Fiação e Tecelagem. Esse Sindicato, ainda hoje, é um dos melhores e naquela época, já conjugava a preocupação social de atender seus filiados. Os médicos que lá trabalhavam eram muito contestados pelos colegas locais que viam uma invasão da área deles e ainda afirmavam:

- "Médico de sindicato só pode ser comunista!"

Comigo não aconteceu outra coisa, mas exatamente isso! Logo ao chegar, envolvi-me completamente no processo político, participei de confrontos previstos pela luta de classes, visando, sobretudo, um país melhor. Houve, porém, um fato muito comentado pela imprensa nacional na época, pois me casei com a filha do proprietário das Indústrias Renaux, sempre sob a acusação de dar "o golpe do baú". Esses comentários surgiram, especialmente, porque

a família constitui-se de um clã, muito fechado, presbiteriano... Por forças das circunstâncias, o meu casamento foi no dia quatro de abril de 1964, imediatamente após o estouro do golpe militar. Meu padrinho de casamento, o médico trabalhista, Francisco Dalligna, já falecido, fora vice-Governador de Estado e preocupado com a data do casamento, dizia:

- "Como é que pode, você casar em pleno período autoritário do regime da "caça às bruxas", e tendo como padrinho de casamento, eu, um médico do PTB?".

O fato é que casei e viajei no mesmo dia, mas já, naquele momento, questionando a revolução. Apesar da realidade escamoteada que nos era apresentada, foi-me possível distinguir, corretamente, o panorama através dos apoios e objetivos acerca da revolução. A minha formação e experiência política possibilitaram-me a percepção de que o movimento de 1964 não era para atender os reclamos populares... tratava-se de golpe das elites a serviço das classes dominantes!

Marcado por essa indignação, parti para a Espanha que também vivia o "período terminal" da ditadura do Franco. Observei e analisei, muito criteriosamente, o fenômeno: Estado e religião juntos. Permaneci um ano em Barcelona financiado pelo sogro, mesmo porque ele sempre teve muito dinheiro. E, apesar de estar fora, continuei atento à realidade de meu país, sobretudo às notícias de violência e repressão... isto me incomodava muito...

No ano de 1965, voltei ao Brasil determinado a me rebelar, e fundamos o MDB que era uma loucura na cabeça da maioria das pessoas. Nessas alturas, não contava mais com o apoio de minha mulher e também era questionado pelo aparato do restante da família. Era colocar um corpo estranho... como é que alguém, naquele período, poderia ser filiado a um partido anti-revolucionário?

Precisávamos mostrar um mínimo de organização e oposição para enfrentar aquela farsa. Senti-me obrigado, pelas circunstâncias, a candidatar-me a deputado estadual. Lançamos três candidatos, mesmo não havendo nenhuma perspectiva ou vislumbre de vitória... seria sonhar muito! Intencionávamos, naquele momento, marcar posição concorrendo para protestar.

Nesse interim, devido à minha excelente formação profissional, se me permite a falsa

modéstia, com especialização no Instituto Barraquer da Espanha, ainda hoje reconhecido internacionalmente, transferi-me para Blumenau. Por ser um centro maior, indicava mais possibilidades profissionais, porém, nessa época, fiquei um pouco afastado da vida partidária; entretanto, sempre que podia, me posicionava contra o regime. Exercia a profissão em minha clínica e participava do Sindicato dos Médicos e da Associação Médica. Nessa ocasião, até formei uma agência correspondente do Departamento de Oftalmologia do Estado, em Blumenau.

Resumindo um pouco a história, no ano de 1968... veio o AI-5... as cassações, e "aquela limpa geral". Mediante a política da terra arrasada da revolução, indagavam:

- "Bom, alguém tem que se candidatar.."

Concorri a deputado federal em 1.970, elegendo-me com quarenta e nove mil votos, e, assim, começou a minha carreira política oficial. No ano de 74, fui eleito novamente, sendo o mais votado do Estado de Santa Catarina. Nas eleições de 1978, candidatei-me a senador, cargo para o qual fui eleito. Constatada a popularidade expressa nesses sufrágios, em 1982, sai candidato a governador pelo PMDB, e me roubaram a eleição... um escândalo! Montaram um esquema em nível nacional, visando castrar o que havia de esquerda e só quem conseguiu sobreviver foi o Brizola, devido à imprensa internacional. Veja, sempre excluindo o problema da vaidade pessoal, as pessoas que mais representavam esse sentimento oposicionista no país eram: Pedro Simon, no Rio Grande do Sul; Jarbas Vasconcellos, em Pernambuco; Brizola, no Rio de Janeiro; e eu, aqui em Santa Catarina; claro que deve haver outros nomes... Como éramos oposição, houve uma forte organização pretendendo nos roubar; como realmente conseguiram... O Brizola, repito, graças à imprensa internacional, conseguiu romper o cerco, fazendo denúncias. Aqui, no Sul, fomos ilhados antes, durante e depois da eleição! Estando em pleno exercício de meu mandato de Senador e com mais quatro anos pela frente, permaneci nisso... Depois, veio a luta pelas Diretas e toda a farsa montada... uma coisa muito trágica para a história do país, com a conivência de lideranças política.

Sem dúvida, durante o período mais fechado da ditadura, o Grupo Autêntico teve um papel muito importante ao denunciar as votações sucessivas para eleição de militares na

Presidência da República. O Grupo se indignava ao presenciar, sempre, o uso e o abuso da mesma prática de "faz de conta", tradicional nas ditaduras de terceiro mundo. Para que isso se efetivasse havia as preparações de voto, sempre muito difíceis, tudo complicado...tudo manipulado, pois a farsa precisava continuar... Essa atitude era justificada pela necessidade imperiosa de legitimação do poder somada à falta de visão e conivência da elite política que considerava o regime militar um mecanismo melhor!

Perto do que vivemos durante a ditadura militar, fazer política hoje é um piquenique! Naquela época, o sujeito era lesado no seu dia-a-dia, na sua vida pública e quando não era excluído, era discriminado. Posso afirmar que foi um processo de amadurecimento muito grande, dando solidez às convicções... contudo, restaram profundas seqüelas em todos, sem exceção! Se você fizer um balanço dessas cicatrizes, verá que somos todos amargurados, apesar desta tranqüilidade aparente... Às vezes, surge um sentimento de vingança... acredito, próprio de ser humano e, revoltado, fico imaginando o dia da revanche para mostrar a essas pessoas o quanto somos melhores do que eles! Por enquanto, não aconteceu, infelizmente... e ainda vivemos uma sucessão de agressões, frustrações e recalques que ainda conseguiremos superar, penso eu, mas, é uma vida de muito sofrimento interior...

Seu gravador consegue captar tudo? Minha voz é para dentro... sou meio rouco. Em seqüência, veio o episódio, talvez, o mais definitivo dessa grande montagem: a articulação do Golbery. Ele era o mentor, "o autor intelectual do crime"... homem da maior respeitabilidade intelectual, não há dúvida nenhuma. Naquele momento, Golbery buscava montar um partido que desse base ao governo, contudo sem fisionomia ou conteúdo espúrio, e sem vínculo com os militares. Retrocedendo um pouco na história partidária brasileira, seria uma espécie de PSD. Procurava, todavia, determinar que a noção de tempo e de história iria acabar...

Perdemos vinte anos de história naquele período lamentável. Meu Grupo foi muito testado e terminamos, no entanto, sem nenhuma concessão. Agüentei muitas violências... tentavam me cooptar, convencer-me a participar de toda aquela hipocrisia, dizendo que eu seria ministro, suposição que imediatamente refutava, dizendo não ter o menor interesse por

aquele cargo. Tinha certeza de que aquelas manobras não poderiam dar certo! Essa conclusão se deu muito mais por lógica do que pela análise política. Provavelmente, iremos enfrentar o mesmo dilema com este apoio da Frente Liberal ao PSDB, na candidatura de Fernando Henrique à presidência. No fundo, é a mesma prática do envolvimento aliciado... quando perdem o cacife, procuram envolver as "ditas" esquerdas.

De modo que não votei no Colégio Eleitoral, em 1984... Aparentemente era um gesto heróico, mas não havia nada disso... ninguém é herói contra a vontade dos outros! Na verdade, existia uma unanimidade nacional, fui muito contestado dentro da esquerda, onde, praticamente, fiz a minha carreira política... Esse processo culminou na Nova República, quando fiquei incompatibilizado com o PMDB, ou o PMDB comigo... exatamente em função do Colégio Eleitoral, quando me neguei a votar. O partido perdeu a homogeneidade, muito embora esse traço não seja, mesmo, característico dessas agremiações. No caso do PMDB foi muito mais comprometedor, porque perdeu a identidade e incorporando o PP, ficou um "Partido Pior" do que os outros. Tornei-me, portanto, um ser incompatível dentro do partido que, àquelas alturas, já assumira o poder, o governo... à maneira deles, descaracterizado, misturado com o PFL, com o Sarney. Não era prudente continuar no PMDB. Saí, e alguns foram até muito acres na crítica que me fizeram, acusando-me de traição. Posteriormente, acabaram saindo... eu fui mais corajoso, assumindo uma posição de vanguarda...

Nesse quadro político, tinha como única alternativa o PDT, ao qual me filiei e onde vivi o drama do... caudilhismo do partido, "do eu só!" Valorizo Brizola na condição de figura, que é patrimônio político, sem dúvida, embora o considere um político profundamente equivocado, ou seja, ele se enreda em seu próprio misticismo:

- "Eu vou salvar, eu vou salvar!"...

Tenho consciência de que é necessária a criação de estrutura envolvendo a sociedade... sozinho, não se muda nada, ou muda-se para pior. No PDT, tentei algumas articulações sempre lutando pelas diretas e sob a perspectiva desse "tudo ou nada" de cada eleição no Brasil...

Sou parlamentarista por formação e não entendo como alguém de esquerda possa ser

presidencialista; é uma contradição! Nenhuma teoria ou argumentação pode mover o que a esquerda fez nesse processo de escolha do Presidencialismo em detrimento do Parlamentarismo; foi uma heresia política! Justificar a defesa do Presidencialismo é uma incoerência a toda teoria de esquerda, e não existe ninguém capaz, com honestidade intelectual de justificar isso. Concorri às eleições em 1986 em uma situação péssima... fui questionado pela liderança ignara do PDT, nesse "conchavismo" do Brizola, com meia dúzia de seguidores que querem manobrar o partido, não abrindo espaço para nada! Fiz quase trinta mil votos para deputado federal e, apesar dessa ótima votação, não me elegi... não consegui; o partido não fez legenda... são esses problemas da matemática eleitoral. E aí, eu voltei para a planície...

A partir daquele momento, sendo um homem sem posses, resolvi tratar de sobreviver, cuidando de minha vida... foi o que fiz. Sentia-me deslocado no PDT, fiquei ilhado, isolado do mundo... tinha acabado de sair rompido do PMDB onde era considerado um traidor... buscar guarida no PFL, na época PDS, nem pensar! Foi um período muito complicado, mas que serviu para mostrar o tempo perdido... Isto posto, fiz um auto-exílio, considerando-me até desautorizado a dar palpite, embora sempre... envolvido. Não sei por que... se pela minha experiência em contato com essas elites, as pessoas me respeitam, e dizem:

- "O Barreto sabe das coisas, conhece os quadrilheiros todos".

E aqui estou, no Balneário de Camboriú onde tem sido minha vida há oito anos! Nesse interregno, a primeira campanha que participei foi a do Parlamentarismo. Senti-me na obrigação... não sou alienado, nem amargo, e ficar calado seria impróprio de quem tem responsabilidade e recebeu do povo o privilégio de conhecer a engrenagem política do país. Mesmo a distância, entrei na campanha do Parlamentarismo, e vale ressaltar que a derrota não foi uma decepção, porque entendo o baixo nível de conhecimento político da população... e como é fácil induzir as pessoas a acreditarem no irreal!

Em uma autocrítica, vi que, na verdade, joguei fora dezoito anos da minha vida! Fui um médico competente, teria sido rico... entretanto, o exercício da política é desagregador... Não há como conciliar o trabalho de oftalmologista com a vida de político. Adoro minha profissão, mas a Medicina exige disciplina, dedicação exclusiva. Não poderia exercer minha

função em Brasília e atender a minha clientela aqui ou mesmo lá. Se optasse por uma outra atividade até poderia... advocacia, talvez. Desse modo, para não ser desleal comigo mesmo, larguei a Medicina. Esse mesmo nível de arrependimento ocorreu com muita gente que perdeu eleição, e isto nos mostrou que na vida particular éramos bons, sem sermos safados ou assaltantes.

Encontrava-me, de certa forma, recluso politicamente até que no ano de 1987, talvez pela falta de alguém para ocupar um espaço político, vieram me buscar de volta, fazendo um certo "oba-oba"... Diziam tratar-se de um partido que deveria crescer devagar e, portanto, onde eu não seria questionado, nem precisaria ficar todo dia na rua fazendo o trabalho braçal... um terror! Acabei envolvido nessa nova articulação sempre na luta por uma frente popular. Esse convite ocorreu logo após minha candidatura para deputado, quando fiz vinte e oito mil votos, mas não consegui... Desse modo, não ousei me meter na Constituinte, fui para o PSDB, mais como proteção do que... porém, deixei claro que considero o PSDB um partido com privilégios. Reconheço, entretanto, a sua procura por uma nova prática política, com ética... o que não é definitivo, embora importante em um país de baixo nível moral da classe política. O PSDB conta também com quadros que podem... têm obrigação de dar uma enorme contribuição política ao país, especialmente pela formação que tiveram. Dentre os quais destaca-se Fernando Henrique Cardoso, um sociólogo, intelectual com enorme conhecimento das elites, além do senso de realismo e conhecimento da identidade nacional de miséria e do sofrimento das classes desamparadas, do lumpem do proletariado.

Santa Catarina é um estado "nordestinizado" na política, e exatamente por ser esse o esquema é que entro em atrito com muitas pessoas... Há, aqui no Sul, um sentimento muito forte, muito acentuado...quase nazista, que é até compreensível... Dito de outra forma, politicamente, o que se faz no Maranhão com Sarney; se faz aqui com Esperidião Amim, Jorge Bonhausen. O procedimento é igual! O atenuante é que nós não temos aqueles currais nordestinos... não obstante, tenhamos pouquíssimos analfabetos, a distribuição de renda seja muito mais equilibrada, mais equânime... Os políticos catarinenses, entretanto, elegem-se, reproduzem-se, substituem-se e castram a participação da maioria da população! São os

usufrutuários do aparelho do Estado... A única oportunidade de quebrar essa hegemonia nos últimos cinqüenta anos foi com a eleição do PMDB que pensávamos ser capaz de dar a virada... Mas, toda a expectativa depositada traduziu-se na grande mágoa, na revolta, como conseqüência de um governo medíocre, sobretudo porque o PMDB de Santa Catarina, naquele momento, já havia perdido seus melhores quadros... Exatamente isso... Foram quatro anos improdutivos nessa luta, nessa rebelião... Na verdade, a minha expressão "nordestinizar" tem esse sentido. Não é pejorativo, nem identificado como miséria, e sim referindo-se à prática política preconizada nos Estados do Nordeste, em especial no Maranhão. O interessante é que nessa manipulação toda só há um jogador:

- "A minha filha será Governadora, eu o Senador. Depois faço o meu sucessor e vou para a Capital e lá me elejo, depois volto para cá..."

Falando mais especificamente dos Autênticos, decodificar a questão do Grupo é fácil. A minha interpretação... é que oposição todos faziam... A direita fazia... havia gente de direita que ao não ser paparicada pelo esquema de poder... "virava" oposição! No entanto, tínhamos peculiaridades e por isso o surgimento da expressão "Autêntico", sintetizando, a meu ver, uma postura diferente... Não era só lutar contra a ditadura, isso qualquer um fazia... até, o passarinho... o passarinho ave, mesmo! Não era essa a nossa marca, nós queríamos muito mais! Buscávamos democracia para realizar o sonho de uma sociedade melhor. Era isso que, no fundo, queríamos... Posições ideológicas definidas, concepção clara do papel do Estado em um país como o nosso, com realidade de terceiro mundo, com espoliação e perdas. Esse recheio, essa substância, é que acabou determinando o nome. Poderia ter sido outro, mas foi ***Autêntico*** *para personalizar a nossa atuação crítica! Trouxemos também uma nova concepção de sociedade como a marca registrada do Grupo. Fazer legítima oposição não era ser mais ou menos malcriado, isto, todos poderiam...e, é pouco. Ou seja, a liberdade mal-usada não muda nada, aliás, é o grande reclamo, hoje, da sociedade. Durante a ditadura, tínhamos um sentimento, mais profundo de liberdade. Para quê? Para libertar economicamente as pessoas, para fazer a sociedade igualitária, fraterna, justa, correta, ética. Considero que a definição Autêntico incorpora todo esse conjunto de idéias. Em síntese, o que amalgamava*

o Grupo era muito mais do que a luta contra a ditadura... era exatamente a qualidade e perspectiva de uma nova vida o que nos distinguia...

Nossa união se deu pelas características do discurso questionador e apesar de, atualmente, todos se utilizarem dele, naquela época, éramos os únicos com coragem e ousadia de incorporar esta preocupação social às nossas falas. Não tínhamos o instrumental de que dispomos hoje, nosso espaço de denúncia, quase exclusivo, era o "pinga - fogo". Acesso a rádio, televisão? Nem pensar! Engraçado que, até agora, muitos políticos de oposição, sobretudo do nosso Grupo, cultivam "o complexo de árbitro". É interessante que o incorporamos sempre quando somos abordados por repórteres ou jornalistas, ou mesmo quando vamos a programas e nos dão a palavra, é um tal de "blá, blá, blá, blá..." Até que o repórter interrompe:

- "Desculpe-me, dá para o senhor falar com mais calma?"

É que foram vinte anos de pressa e, hoje, mesmo podendo falar pausado... não conseguimos!

Muita gente da direita nos usou, ou teve essa intenção, e isso, contraditoriamente, nos ajudou. Por seleção natural, as pessoas com pensamentos semelhantes acabam juntas... Éramos políticos diferentes do restante, por isso brigávamos e lutávamos para formalização de uma união de propósitos, tentando uma atuação efetiva em um período tão ruim. E a boa luta, sabemos hoje, é feita na hora da necessidade, do contrário não há muito entusiasmo. Não contabilizávamos a previsão de sucesso a curto prazo, mas era importante agir, resistir a qualquer preço! O fator que nos unia era, mais do que tudo, a resistência. Resistir e resistir, mesmo debaixo de derrotas; e não eram poucas as que acumulávamos... Aliás, sob o ponto de vista eleitoral, e partindo da análise própria de pessoas medíocres que vêem o sucesso eleitoral como a única expressão do sucesso, somos todos uns derrotados!

Possuíamos a clareza da necessidade da luta, da resistência... e isso nos aglutinou. Tivemos muitas decepções, consideramos a razão de cada um, o comportamento de cada um... Não cabe a mim, nem a ninguém fazer julgamentos... A história, talvez, escreva isso! Seria profundamente injusto excetuar os companheiros, apontando uns como bons lutadores;

outros ruins, covardes...

Temos a obrigação de perceber a noção do tempo e da circunstância para julgar as pessoas. É inegável que fizemos um bom trabalho, principalmente, no tocante à qualidade do discurso... Não se tratava do discurso primário: "Liberdade! Queremos liberdade! Abaixo a ditadura". Não! Nossos discursos tinham uma qualidade intrínseca, expressando a preocupação com muitas questões, dentre as quais o monopólio político, na condição de instrumento definidor do próprio país, não usufruto; uma questão de dignidade nacional, não uma briga tola do monopólio pelo monopólio. Este já se mostrava, naquele período histórico, muito importante para o movimento da nação, pois traduzia o que é patrimônio nacional, determinando o crescimento e o desenvolvimento do país. Não sou nacionalista, nem xenófobo, isso é uma bobagem... acusação gratuita que me fazem para estimular os sentimentos baixos desse neoliberalismo safado, nefasto. Tenho consciência da importância do monopólio como instrumento de sobrevivência nacional e, é evidente, sei distinguir bem isso. O Estado não é bom ou ruim, tampouco a iniciativa privada cabe nesse maniqueísmo. O controle social que é o verdadeiro definidor do papel de cada um dos dois! Os "privatistas" fazem um discurso uniforme contra o Estado... repito, isento do controle social poderá até ser bom, entretanto, tudo indica que se revelará ruim. A iniciativa privada, por sua vez, não tem nenhuma autoridade moral para ditar regras. Em suma, o que distingue a qualidade do papel do Estado e da iniciativa privada é o controle social, sob esta orientação ambos são bons; do contrário, não prestam!

Estando bem definida minha visão do papel do Estado e da iniciativa privada... e entrando em um campo de flexibilidade, que podemos permitir... A Petrobrás, por exemplo, está consolidada em seu corporativismo e não pela importância de sua representação para o país. Corrijam-se esses erros que, aliás, existem também no Poder Judiciário e fica tudo resolvido! Colocar esse interesse fundamental para o país através do oligopólio das "Seis Irmãs" é burrice, safadeza, indecência! A questão não é acabar com o oligopólio para entregá-lo aos interesses internacionais... O mesmo acontece com as Comunicações, é óbvio, podemos permitir à iniciativa privada participar, por quê, não? O que incomoda é o desdém pelo

interesse do coletivo. Pegar o filé mignon para resolver os problemas de lucro e não avançar na ampliação do atendimento às necessidades da população é crime de "lesa-pátria"! Estão desservindo os interesses da maioria do país, isso não é xenofobia, nem radicalismo. Existe até, para ilustrar, um episódio recente: a EMBRATEL procura seguir o modelo da Argentina que vendeu sua empresa análoga para Estatal Espanhola e Estatal Francesa. Veja só a incongruência com o discurso que fazem. Privatizaram para quem? Para a Estatal Espanhola e Francesa tomarem conta dos meios de comunicação argentinos. Observe o nível de desinformação...

Relativo à liderança dentro do Grupo, posso dizer que não havia... tudo era meio colegiado, mais ou menos equilibrado, não existindo quem determinasse as coisas. Essa característica talvez ocorresse por razões pessoais, ou porque não existia quem se sobressaísse intelectualmente. Éramos muito heterogêneos, existiam trotskistas, marxistas, funcionalistas, porém com identidade, afinidade e as decisões tomadas conjuntamente... Um ou outro companheiro, pelas características individuais, talvez, acabava sendo mais articulador e objetivo... Não vou nem citar nomes, tivemos vários... E isso acontecia!

Quanto à minha participação no Grupo... lançando mão da minha auto-estima, considero que tive um bom papel, no entanto poderia ter sido melhor... Isso me faz lembrar que, outro dia, tive um trabalho prosaico de recortar uma frase bastante inteligente: "a sabedoria tem um aspecto interessante, nós só a adquirimos quando já não sabemos mais o que fazer com ela". Estou rindo, mas fico imaginando se antigamente soubesse o que sei hoje, teria sido muito mais... prestado melhores serviços à causa. Considero-me, todavia, respeitado dentro do meio político, pelo menos isso... Nunca fui fisiológico, carreirista, sempre mantive a coerência e, por isso, contraditoriamente, não sou um exemplo de sucesso eleitoral. De qualquer forma, valeu a pena. Não tenho nenhuma mágoa, nem frustração. Até mesmo porque exteriorizo meus pensamentos, sou muito malcriado. Veja essa pesquisa cujo objetivo era constatar as preferências do eleitorado catarinense para as próximas eleições a governador. Tive acesso aos resultados, nessa manhã, e sei que foi manipulada, não no todo, mas no ferino, no sibilino da sacanagem... Fui o candidato a governador do Estado de Santa

Catarina de maior rejeição! Isso agride, porque as pessoas são muito mal-informadas. Observe o Maluf, com quarenta por cento, é candidato a presidente da República, mas, explicar para povo que a rejeição é vinte e oito por cento fica complicado... e entrar na briga para desmontar... fica difícil...

Não tenho nenhuma restrição à pesquisa, nem quanto ao resultado de aprovação e nem mesmo ao de rejeição. É lógico, sei da existência de um contingente eleitoral, embora não sejam todos que fazem questão de defender a dignidade do povo catarinense. Existe, porém, uma maioria que não gosta de pessoas sérias; vota em ladrão e reage ao meu discurso. Gente com este perfil tem ojeriza por mim, não é nem rejeição... é ojeriza mesmo, que é uma sensação, muito mais forte! Não me aceitam porque sou a negação de todos os seus privilégios e luto incessantemente contra a pusilanimidade oficializada e abomino o papel deste Estado safado, que é indutor da concentração de renda nas mãos de poucos! Eles acabaram com o Estado no Brasil... está até para sair um livro: "Reinventando o Estado no Brasil". Temos que reinventar mesmo! A sociedade construiu o Estado para atender às necessidades coletivas, daí, criaram, ou "desinventaram" o Estado, que abandonou a segurança. Estou falando de segurança como exceção, porque não seria fundamental, mas que em país de violência e de injustiça social, torna-se prioridade. A Educação, cujo papel fundamental compete ao Estado, não diz respeito a eles... Saúde, então, nem se fala! O que eles fizeram? Transformaram o Estado no indutor do processo econômico de concentração de renda da maioria privilegiada, garantindo esta manutenção.

Considero que, nesse momento, para garantir um mandato presidencial bem-sucedido é só fazer o "feijão com arroz"... reinventando o papel do Estado, buscando romper o pacto vigente. Do contrário, continuaremos um país de miseráveis e de marginalizados. Por isso não exijo sequer a elaboração de grandes programas de governo.

Sempre digo àquelas pessoas querendo combater o Lula que a própria elite é a geradora de Lulas e ainda surgirão muitos... E, com muitos preconceitos, elas dizem:

- "Ah! O Lula não pode ser Presidente da República, não tem suficiente formação intelectual para isso." Replico: ele é espontâneo, portanto, vem ao encontro dos anseios

nacionais; e combater o Lula é atestado de burrice. Não sendo o senhor Luís Inácio da Silva, serão outros... com outros nomes, mas serão Lulas! Nossa luta deve se direcionar para a erradicação da injustiça social, fazendo do Brasil um país melhor para a grande maioria da população, ou teremos que votar no Lula, em protesto, para marcar a nossa não-aceitação desse modelo. Esse é o discurso que faço por aí... e realmente, não deve agradar a muita gente.

Aqui no Brasil, há um fenômeno muito engraçado: o político não sendo batedor de carteira ou ladrão de roupa em vestiário de clube... exceto isso, vale tudo, não há problema, já está bom! Essa é a concepção de ética política reinante. O fisiologismo, clientelismo... não representa problema. A minha interpretação da ética na política é ímpar e se dá em outra dimensão. O que me difere no relacionamento com o Partido, vida partidária, é o entendimento de que o exercício do mandato é bom e até necessário, mas não é fundamental! E penso ser esta a marca que me distingue dos outros... eles fazem qualquer coisa para se eleger... Fiz política, quando a eleição era apenas um acidente; concorria, com dignidade, mas com grandes chances de perder... Ah! quando eleito, era maravilhoso!

Hoje, o fisiologismo está impregnado na cabeça... o candidato tem que se eleger a qualquer preço, descaracterizando o discurso, a prática e o compromisso. Ele faz qualquer negócio, é a grande desilusão, especialmente com lideranças que ficaram tão desavergonhadas no fim da vida! Em nome de quê eles traem tanto? Creio que a hora de ficar sem-vergonha é mais cedo!

Era nosso o discurso do MDB, fazíamos o real discurso do partido! Isso não poderão jamais negar! Para a maioria da população, os Autênticos eram a cara do MDB! Evidente que incorporávamos outros Parlamentares, além dos vinte e três, mas éramos a grande força do MDB. E, indubitavelmente, constituíamos a face, a identidade do MDB, por isso éramos hegemônicos, não no resultado eleitoral, mas nas idéias. Os discursos contra Médici, aqui ou ali exagerados... é claro! Quem não comete excessos na política?

Em torno do nosso discurso e postura, elegeram-se os maiores vagabundos desse país, é uma constatação trágica, embora, verdadeira ! Essa percepção é tão procedente que,

quando nos enfraquecemos e a nossa ação não era mais a mesma, a prática fisiológica prevaleceu e o partido perdeu a cara... o sal, a pimenta, o tempero, entrando nessa rotina falaciosa do maior partido do ocidente. O fisiologismo ainda hoje é real no PMDB, tanto é que inventaram uma fórmula: eles não se vendem, fazem "leasing"! A cada votação querem um Ministério... Para quê ? Ninguém sabe! Para ocupar espaço, talvez, dar voto... e o PMDB entrou nessa coisa banal, nessa mesmice e se acabou.

Apesar das inúmeras restrições à postura política do Ulysses, o velho Ulysses, na condição de membro do Partido, sempre nos entendeu, nos respeitava. Possuía uma visão do político tradicional, considerando que, eleitoralmente, éramos importantes e sem nosso Grupo dificilmente o MDB e ele, inclusive, seriam eleitos... Fomos muito usados por ele, mesmo que no bom sentido. Ulysses conseguiu ser o polarizador das diferentes tendências, até durante o período em que o partido "inchou", ele teve o mérito de compor esse quadro. No entanto, foi vítima do processo porque Ulysses/MDB descaracterizaram-se muito ao fazer aquele "papelão" nas eleições de 1989. Por sua autofagia nesse processo, pagou um preço alto, faltou-lhe, inegavelmente, determinação e bravura, ficando conivente com alguns episódios. A idade também é inexorável, obrigando as pessoas... A despeito disso, não tinha o direito, não poderia de qualquer modo ter entregue o governo ao Sarney, sem o lampejo, a audácia... Lembro-me de seu discurso quando disse:

- "É chegada a hora da eleição direta onde até os fabianos conspirarão, caso não haja eleição direta... Quem não quiser, que ponha a tropa de volta na rua..."

Ulysses teve uma intuição que poucos homens têm, porém descartou a oportunidade de dizer não! Conciliamos, ganhamos no Colégio Eleitoral com Tancredo, tudo bem, fizemos tudo... Tancredo morreu?! Então, voltaremos para nossa tese inicial, Diretas Já! Teria sido a ousadia mais benéfica de todas na luta contra a ditadura. Faltou-lhe, contudo, um pouco de... Entregar a Nação para o presidente do PDS foi demais!

A partir desse fato bastante contemporâneo e considerando o período da redemocratização, é possível avaliar como foi nossa luta interna dentro do MDB no tempo dos Autênticos: era um terror! Um terror, não obstante, naquela circunstância e momento ter

sido de fundamental importância. A falta de fisiologismo do Grupo, até sem aspas, tornava nossa ação boa para as pessoas fora do MDB, todavia para o comando do partido era considerada absurda.

Éramos, muitas vezes, acusados de participação no jogo da ditadura... Não era conivência, mas íamos até aonde nos interessava... era um jogo de interesses. O ponto de ruptura foram as guerrilhas, quando muitos reagiram:

- "Vocês estão ajudando montar o palco..."

Não era verdade... sabíamos a dificuldade do jogo e que ele deveria ser enfrentado com esperteza. Quanto à possibilidade de guerrilha, considerávamos loucura o que, aliás, acabou se comprovando como inviável. Um país com essas dimensões e com as raízes étnicas que temos, fazer um processo do tipo de Cuba? Infelizmente, muitos pagaram o preço pela bravura. Nossa luta, tínhamos claro, dava-se em outro fórum, não por falta de coragem não... tínhamos até condições para isso!

Nosso dia-a-dia era muito acidentado, em especial porque não protagonizávamos o processo; eram os fatos os reais determinantes da nossa atuação. Nesse cunho, qualquer tentativa de organização ficava dificultada, e não sendo autores da história nos resumíamos a meros figurantes... Ao mesmo tempo, como o período era de muita repressão e vários partidos mais ideológicos estavam na clandestinidade, delegaram-nos a responsabilidade de uma atuação muito importante, diria até essencial... Alguns Autênticos tinham formação de esquerda, porém nada definida, ao contrário, até tumultuada no sentido de constituírem-se em muitas correntes políticas. A ortodoxia marxista, mesmo tendo seu lado positivo, causou-nos grandes danos... Hoje , felizmente, existe a autocrítica, embora feita apenas pelos mais capazes e mais conscientizados. Por tudo isso nutríamos uma paranóia... e veja, se o SNI tinha o trabalho de espalhar seus elementos - e o medo - pela nação toda, imagine sobre nós... ali na Câmara! Desconfiávamos do secretário do fulano, do telefone grampeado, enfim... E sabemos, hoje, que a suspeita era procedente, verdadeira e muito pior do que imaginávamos. Essa situação provocava traumas e dificuldades até nas conversas e discussões, exigindo sempre muita metáfora para que o SNI não identificasse qualquer articulação, ou até algum

"aparelho".

Procuro mostrar, com esse panorama, que apesar dos riscos e dificuldades foi uma época muito interessante. A política era feita com um outro tipo de preocupação, não era para arranjar Ministério, tampouco emprego, mas sim para sobreviver e construir uma alternativa melhor para o país. Procurávamos não nos ater às pequenas questões, porque, às vezes, os episódios minúsculos eram colocados como muito importantes.

No que se referia aos meios de comunicação, vivíamos um período muito fértil. Estávamos sempre em evidência na mídia eletrônica e marcávamos nossa presença combativa em todos os acontecimentos de importância na história do Brasil. Diante disso, não tinham como esconder a importância do Grupo. Certos ou não, mas sempre na vanguarda do processo. E, inegavelmente, éramos a cara do MDB e do PMDB; depois...a mídia era fundamental... tínhamos alguns espaços, o bastante para dar uma aparência de democracia, e não só para o mercado interno, mas em especial, para o externo. As notícias preferidas eram aquelas sobre eleições no Colégio Eleitoral: "Ah! então votam..."; bem como os discursos violentos: "Fulano é ditador...", tudo na tentativa de mostrar que vivíamos uma democracia, apesar de "alguns" chamarem-na de ditadura.

A imprensa escrita também ajudou muito... não a imprensa, mas os jornalistas. Evidente que nossas expectativas eram muito grandes em relação a eles, pois configuravam a comunicação, e na condição de bons profissionais deveriam informar, sem distorcer. No período em que estivemos na Câmara, provavelmente até para nos ajudar, promoviam todos os anos uma eleição cujo objetivo era prestigiar os deputados "premiando" aqueles que realmente trabalhavam e cumpriam com suas obrigações. As premiações eram feitas por modalidade: o melhor discurso apresentado em plenário ou no "pinga-fogo"; a comissão mais atuante, fator fundamental no Congresso, embora ainda hoje, seja, de certa forma, desvalorizada. Elegiam sempre os dez melhores Parlamentares. Faziam votação democrática e, sempre, dos dez escolhidos pelo menos nove eram Autênticos. Fui eleito três vezes! Depois de alguns anos, a ditadura proibiu a eleição! Atente para o ridículo: proibir uma decisão de sessenta ou setenta jornalistas... de vários jornais da imprensa nacional e internacional!

Parece piada, entretanto, proibiram porque consideravam o fato dessas indicações, subversivo! Infelizmente, hoje, mais do que nunca, a imprensa, a mídia... transmitem uma imagem distorcida do papel do parlamentar. Isto ocorre nas pequenas coisas como: focalizar o parlamentar dormindo no plenário e jamais mostrá-lo estudando, lendo, discutindo, debatendo, afirmando ou questionando na comissão!

No meu ponto de vista, o ápice vivido pelo Grupo foi em 1974, com uma avalanche de votos, fruto do nosso trabalho, demonstrando à nação que havia um núcleo de resistência. Claro que isso nunca foi contabilizado no "corpus" do MDB. Naquele momento em que as pessoas ganharam as eleições, acharam que conquistaram a vitória sozinhas. Esqueceram-se de que o "background", os bastidores do partido que se afirmava como verdadeira oposição, era exercido por nós, Autênticos... Sob todo tipo de ameaças, reagíamos e enfrentávamos a ditadura, não tínhamos medo de cassação: resistíamos a ela. É assim que se faz um verdadeiro partido político!

Muitos foram cooptados pela ditadura... até pela necessidade de sobrevivência. Era uma vida muito difícil... e a história, bem como os fatos comprovam que o bom político não enriquece na atividade política, (muito pelo contrário, "joga-se" o que tem) tampouco obtém reconhecimento. E sobretudo, nós Autênticos, nunca tivemos o apoio de pessoas com interesses "menores", e por isto fomos sempre discriminados. Ninguém dá dinheiro para eleger um candidato que é contra os privilégios, os favores e a corrupção. E, deste modo, a história do mandato Parlamentar é muito complicada para quem faz oposição. Muitos o abandonaram ou se calaram, fazendo com que o partido perdesse a consistência e o significado. Os acontecimentos históricos também avançaram e o partido ficou descaracterizado, somando-se a isso o fato de que com o pluripartidarismo houve proliferação de legendas, levando cada Autêntico a procurar uma mais adequada à sua convicção ideológica. Nunca houve, entretanto, um momento: "Olha, acabou o Grupo Autêntico"... Não! foi o pluripartidarismo o motivo, e não outro, a causa da desestruturação do chamado Grupo dos Autênticos.

Visão de mundo: como penso hoje? Talvez no detalhe pudesse reformular algumas coisas. No "atacado" porém, estava absolutamente certo... daria até para repetir! Tenho

uma coletânea de discursos que não são muitos, mas o bastante para me honrar como patrimônio do meu esforço em participar do movimento. Cada vez mais, estou convencido de que é importante frisar, repetir, falar... desmistificando o discurso malandro e safado contra o socialismo. Nunca apoiamos o autoritarismo, sempre entendemos o processo Russo como emergencial e não definitivo, estando longe de representar o socialismo defendido e preconizado por nós. O pensamento socialista deixou-nos como contribuição a possibilidade da concepção de uma sociedade justa, não esse capitalismo podre, safado que, mesmo melhorado, impede bilhões de pessoas de sobreviverem à exploração internacional e às relações de trabalho.

Em um país como o nosso é cada vez mais necessário que se façam denúncias contra esse discurso neoliberal, fascista e elitista onde prevalece o mais forte, pregando a não-solidariedade, a não-fraternidade. O discurso socialista é um discurso ético, fundamentalmente ético. A solidariedade é um processo civilizado e por isso estamos aqui e vamos sobreviver para construir um mundo melhor. Por tudo isso, afirmo que sou socialista. Existe até uma conversa em que os socialistas não precisam dizer que são democratas, porque quem não se considera democrata, não é socialista.

Sou, hoje, empresário, eu diria, microempresário de um setor muito... Trata-se de um posto de gasolina e é um terror ! Somos o único segmento do comércio que tem o preço e a margem de lucro estabelecidos pelo governo em um país onde o comércio é responsável pela grande malandragem. As margens de lucro do comércio brasileiro são incompatíveis com o mercado internacional, não existe outro lugar .... onde se ganhe cento e cinqüenta por cento em cima da mercadoria, só no Brasil! Os políticos que pensam em reeleição estão impedidos de fazer o discurso certo no Brasil... Dizer verdades precisando de votos é algo muito complicado... Se não, vejamos: o político vai dizer em campanha que ninguém tem autoridade moral para investir contra o governo, se é sonegador de impostos e/ou beneficiário de uma margem de lucro distorcida, abusiva; que a melhor solução é ter uma precaução em relação ao controle da classe trabalhadora ou, se muito, bipartir governo e empresário. Estas coisas são difíceis para um político à procura de votos.

Por obrigação, a classe política deveria externar seu posicionamento perante os problemas nacionais, mas não tem autoridade, falta-lhe credibilidade e pior do que isso... não existe a determinação para fazer esse discurso que seria aceito, se fosse congruente. Com essa postura, dão lugar a demagogos, a safados que fazem um discurso agradável, enquanto a classe política se vê obstaculizada na necessidade de fazer o discurso correto: o Estado tem que investir; a corrupção tem que acabar no governo e também na iniciativa privada; as funções do Estado têm que ser protegidas, especialmente as de interesse da maioria: saúde, educação, segurança e qualidade de vida.

Não existe esse capitalismo que tentam pregar aqui, isso não está presente nem no berço do capitalismo moderno - os Estados Unidos, onde, evidentemente, convivem com suas contradições, mas se apresentam como modelo no que possuem de pior, não nos aspectos bons como na luta anti "duping", antitruste, e a receita funcionando com todo o vigor. Mediante esse jogo de interesses por parte dos políticos, acredito que os setores intermediários farão essas mudanças necessárias, saneadoras...

De forma que não posso esconder um pouco de frustração e ao mesmo tempo de interesse nessa coisa cotidiana, mesmo não tendo mais paciência para isso. Continuo lendo, ouvindo, mantendo contatos e até, com certo orgulho, mesmo estando aqui, isolado, consegui trazer o Lula. Todas as lideranças políticas passam por aqui, trouxemos a campanha do Parlamentarismo, trouxemos a equipe do Genoíno, e até o Fernando Henrique Cardoso esteve aqui... Bastante eclético, não é ? Mas creio que alianças objetivas, ou seja, que tratam de coisas objetivas podem ser feitas, e sem nenhuma quebra de ética, sem nenhuma incoerência. Acredito na política de alianças, o sentar e conversar, obviamente, descolado, apartado de malandragem, safadeza ou esperteza.

A compreensão predominante na população, é que os partidos não prestam e que não deveriam existir... Não há democracia sem partido... e eis aí, o grande impasse! Não temos partidos e, portanto, não temos democracia... Estando hoje no PSBD, dou um exemplo prático do quanto essa coisa está marcada na formação moral do brasileiro. Em um partido novo, ainda homogêneo, com sua ideologia... enquanto for pequeno, está tudo bem... a qualquer

perspectiva de poder, descaracteriza-se o partido. Como coibir? É difícil...

O PSDB está fadado, com a candidatura do Henrique Cardoso, a ser um grande, e talvez, péssimo partido. Porque todos os carreiristas, todos os oportunistas, todos esses fisiológicos, imediatamente se canalizam para o foco de poder. Isso aconteceu com todos os partidos, não será privilégio do PSDB. Procuro mostrar que não adianta colocar entraves à participação, pois isso implica um processo cultural de educação do brasileiro, que deverá entender partido político como necessário. Outro fator que também deveria culturalmente ser reconceituado é o discurso desinteligente contra a classe política. É indubitável que contra o mau político, contra o mau partido devem ser tecidas críticas...

Defendo a candidatura do Fernando Henrique, neste momento, no sentido de ser coerente. O país é presidencialista, o projeto de implantação da luta contra a inflação é de dois anos, o de distribuição de renda, entretanto, exige muito mais. Esse é um processo realmente doloroso e necessário para acabar com a injustiça social, e isto demora muitos anos... Dizer que o Fernando Henrique Cardoso deve permanecer mais seis meses no Ministério Fazenda para enfrentar depois um Presidente que, provavelmente, não concordará com o plano... Só este fato já justifica a necessidade de sua candidatura à presidência para que, deste modo, tenhamos a seqüência de quatro anos, (além desses meses restantes até janeiro de 1995, quando da posse) garantindo a efetivação do plano. Sustento isso sem nenhum fisiologismo.

Sou filiado ao PSDB com o qual colaboro e dou palpites. Não vou muito às reuniões, até para não... Eu fujo disso, não é por aí... Aliás, no partido, não me tratam, muito bem... e não me respeitam De vez em quando penso, o PSDB é um partido de caciques, que vai começar a ter índio!

Não tenho vocação para Jim Jones, sabe? Ou seja não sei "fazer" seguidores. O que não é um problema específico meu, e sim um dos males do político brasileiro. Mesmo assim, quando saí do PMDB, alguns que lá estavam por minha influência queriam me acompanhar, mas fiz questão de deixar todos onde estavam, no sentido de ficarem protegidos nessa briga partidária. Infelizmente, sofreram muitas retaliações porque política é um negócio perverso,

e o PMDB identificou naqueles muito vinculados a mim, adversários, e perseguiram-nos por toda Santa Catarina, acusando-os de "Jaisista". Pagaram um preço realmente alto! Continuam, porém, todos por aí, e é uma geração de políticos novos, muito fiéis não a mim, mas ao conjunto de idéias que defendo. Estão espalhados pelo PDT, PMDB, PPS e respeitam-me, estão sempre presentes e fico muito satisfeito com isso!

Aqui em Santa Catarina, tenho um lugar na história do Estado. Ah! Isso é real! E, se eu tivesse tido a sorte de ser eleito governador, teria, sem dúvida, melhorado a prática administrativa do meu Estado. Ele teria um outro papel no conjunto da política nacional, através de contato e troca de experiência com lideranças de outros estados, na obtenção de saídas eficazes para soluções dos problemas brasileiros. Digo isso, tranqüilamente, sem nenhuma empáfia, se tivesse a chance de governar este Estado, teria quebrado a mesmice que tem prevalecido nas administrações sucessivas. Esses governadores são medíocres e incapazes, vivendo da monotonia, da mesma prática... Se deu certo, para que mudar?

Existem alguns eixos importantes que nunca participaram do processo de definição das políticas estaduais, porque temos uma oligarquia, e os quadros político-partidários são estabelecidos e sedimentados. Deste modo, a Universidade não pode ser incluída; a livre iniciativa, por não ter o porte das grandes empresas, não pode ser admitida. Os verdadeiros catarinenses estão bloqueados no exercício de sua cidadania... gente da melhor qualidade que poderia estar decidindo, opinando, discordando ou apoiando, no entanto, são marginalizados deste processo de administração política. Na perspectiva que preconizo, essa inserção seria garantida através do governo colegiado, resultando em um ganho enorme para Santa Catarina. A submissão ao poder central, próprio das oligarquias que vivem de favores e nunca se impõem, seria um outro fator revisitado. Seríamos mais independentes e com maior respaldo popular, poderíamos aspirar a políticas de desenvolvimento que garantissem tudo o que é natural, aqui do Estado.

Santa Catarina tem um modelo de desenvolvimento muito bom, fruto desta etnia peculiar, da visão empresarial que os alemães e os italianos trouxeram para cá, valorizando também aquilo que é brasileiro: o pescador, o agricultor sofrido. Essa gente é brasileira,

vive aqui e hoje é caudatária, mas tem talento e dignidade. Nunca foi valorizada porque não é protagonista da história, e sim objeto dela, é apenas figurante desse processo. Quando exponho estas noções, alguns personagens da elite reagem, dizendo

- "Ah! Isso é apenas um conjunto de palavras". Não é! A prática tradicional conservadora, sim, é deste jeito... Estou falando de uma administração onde o verdadeiro sujeito da história seria o povo, e não esta elite oligárquica que se elege, visando a cargos, poder e corrupção. Como a nata não acredita no povo, coloca nas funções importantes sempre o mais ilustre, o deslumbrado, o "society" dos empresários para arrotar tudo, menos competência! A maioria enterrou o patrimônio deixado pelos pais. Nunca soube o que é trabalhar. É lamentável que não nos permitam o desafio de dizer, fazer, realizar, para ver como as coisas mudariam.

Com este misto de esperança, empolgação e frustração com a gente de minha terra, minha última participação política foi como Senador, sendo, inclusive, vice-Presidente do Senado. Foi uma experiência interessante... Anteriormente, havia exercido minha profissão de médico oftalmologista. De resto, atualmente, sou um pequeno empresário do comércio varejista de combustível... que é limitado, mas de onde ganho minha vida sem verbas e sem favores.

Fui casado com Astrid Renaux de quem estou separado há alguns anos...Um só casamento é o quanto basta. Eu tenho... fiz dois filhos. Um deles, Rodrigo, morreu em um acidente de automóvel. Desse modo, tenho Felipe, com 26 anos, que vai se casar em breve. Ele tem um escritório de publicidade e informática em Brusque, mas mora em Blumenau.

Valeu muito ter sido parte dos Autênticos... custou a costurar uma linha de atuação no que era principal. Inicialmente, sabíamos que estávamos sendo usados, mas não compactuávamos no essencial. Demos bons exemplos, procurando mostrar que o sucesso eleitoral prevalecia devido à firmeza de nossas posições...

Quanto à minha saída da política, com maior ou menor agravante, foi melhor desistir e pagar o preço da derrota e incompreensão momentânea... a história não se faz aos saltos, tem sempre o continuísmo do dia-a-dia. Existe até um ditado chinês que diz: "Ninguém anda

um quilômetro sem dar o primeiro passo". Essa concepção considero básica, não adianta atropelar a história. Vivemos, inegavelmente, um período muito complicado e difícil da vida nacional... As pessoas, talvez, com o seu trabalho, comecem a nos respeitar.

Creio que, hoje, todos os companheiros Autênticos devem ter essa consciência e fundamentalmente, a mesma análise. Gostaria de reencontrá-los, para ver se continuam os mesmos, pensando igual... Foi um lindo e árduo processo de aprendizado!

Jerônimo Santana

(Jerônimo de Garcia Santana)

Nascimento: 29 de outubro de 1934, Jataí, Goiás

Pais: Lúcio Garcia Santana e Julieta Vilela Veloso

Formação: Advogado - Faculdade de Direito de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1959

Cônjuge: Palmira

Filhos: Julieta e Jerominho

"Eu tentei seguir os passos de Rondon,

Getúlio, Juscelino..."

São Paulo, 05 de julho de 1994.

Pamplona Hotel

Meu nome completo é Jerônimo de Garcia Santana. Meu pai é Lúcio Garcia Santana e minha mãe Julieta Vilela Veloso. Nasci no dia 29 de outubro de 1934, na cidade de Jataí, Estado de Goiás, onde fiz o primário e ginasial. Após essa fase escolar, transferi-me para Belo Horizonte e matriculei-me no Curso Clássico, no Colégio Marconi. Fui aprovado no vestibular para a Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, iniciando meus estudos em 1959 e concluindo-o em 1963.

Eu não casei... mas convivo, desde 1978, com uma senhora que já era casada. Temos dois filhos: Julieta, com quinze anos e Jerominho, com doze.

Recém-formado em Direito, mudei-me para o antigo território de Rondônia onde me dediquei, inicialmente, à atividade de extração de minério. No período de 1967 a 1969, passei a assessorar a incipiente direção do antigo MDB, no Território, que vivia muito escorraçado pelos militares, mormente devido ao AI-05 que acabara de ser editado.

Em 1969, filiei-me ao MDB, aprofundando os contatos com o partido, não só em nível local, como nacional. Nessa época, Rondônia contava apenas com uma cadeira de deputado federal, mas não havia pessoas com coragem de candidatar-se a essa única vaga, dado ao terror promovido pelos efeitos do AI-5. Nessas circunstâncias, em 1970, resolvi disputá-la numa eleição majoritária.

Vale ressaltar que lá não existia Câmara de Vereadores, nem Assembléia Legislativa, e tampouco representação no Senado. Era uma ditadura das mais fechadas! Tal situação devia-se ao fato da Organização dos Territórios Federais, criada por Getúlio Vargas, em

1943, permanecer sem modificações até 1969, quando surgiu uma nova Lei Orgânica dos Territórios Federais - decreto lei 411- elaborado pelo Ministro Albuquerque Lima, flexibilizando essa administração, posto que eram entidades sem qualquer autonomia administrativa... híbridas. Tudo que o governo do Território precisava fazer, com mais relevo ou alcance, dependia, inicialmente, de autorização do Ministério da Justiça para depois ser aprovado pelo Ministério do Interior. A existência desses territórios possibilitou a criação de verdadeiros grupos de desvio... deformação administrativa, vício e corrupção de toda ordem.

Como advogado, atuando na Justiça, observava essa administração viciada que não dava acesso ao povo e não se renovava por eleição e sim por amizade... influência de Ministros. Os Governadores de Territórios não eram escolhidos pelas lideranças locais, mas indicados e nomeados por seu relacionamento estreito com os Ministros do Interior. Ainda havia alguns que se dispunham a ir para lá, porque muitos, embora fossem da relação do Ministro, não queriam deslocar-se para aquela região. O Ministro nomeava os que aceitavam, levando o nome deles para a apreciação do Presidente da República e era o que bastava para tornar-se um Governador! Os novos lá chegavam sem a mínima noção do Território, da sociedade local, das lideranças e eram recebidos pela estrutura administrativa do governador que estava saindo, formando-se um círculo vicioso.

Meu comportamento nesse contexto foi de profunda rebeldia ao modelo dos Territórios Federais brasileiros, que é o tipo de colônia dentro da federação. Vejamos: o cidadão brasileiro que entrava no território, mesmo sendo eleitor, perdia o direito de votar para governador, deputado, senador, vereador e para prefeito, ou seja, impunham a ele a cassação compulsória de seus direitos políticos, ficando completamente à mercê da vontade de um governador que era um verdadeiro ditador.

Os propósitos da criação dos territórios foram nobres... Getúlio Vargas os justificou como fundamental para segurança nacional... eram regiões desguarnecidas na Amazônia, em 1942, em plena Segunda Guerra. Por outro lado, os territórios também se inseriram no objetivo do programa Aliança Liberal, de Getúlio, que consistia na marcha para o Oeste, buscando a penetração desde Uberaba até Roncador, Xingu, através de abertura de estradas.

Deu-se aí a criação da Fundação Brasil Central cujo incentivo na construção de Goiânia foi um ponto altamente positivo da marcha para o Oeste, porque colonizou essa região, até então isolada do resto do Brasil por falta de estradas. Getúlio desejava a colonização da Amazônia, mas dizia que não deveria ser feita de uma forma impulsiva, devido ao grande número de doenças e por tratar-se de região desconhecida. Não poderíamos, inopinadamente, povoar sem as condições mínimas de assistência. Isso, aliás, foi comprovado posteriormente, quando das colonizações assoberbadas feitas, sobretudo, no tempo de Médici, e é bom registrar que não deram certo!

A marcha para o Oeste teve como propósito orientador a ocupação do Brasil Central e a criação dos Territórios Federais. No ano de 1943, não havendo Congresso, Getúlio resolveu, por um Decreto Lei, separar as áreas de Rondônia, do Mato Grosso, denominando-as de Território. Também a área de Rio Branco foi isolada do Amazonas, nascendo o Território de Rio Branco, hoje Roraima; o Amapá, do Pará; Ponta Porã, do Estado do Mato Grosso, e ainda, o Iguaçu, do Estado do Paraná. Na Constituição de 1946, esses Territórios do Mato Grosso e do Paraná foram reincorporados aos Estados, contudo, os amazônicos foram conservados.

Percebe-se aí uma peculiaridade na figura dos Territórios brasileiros... pois são áreas continentais do território nacional, criadas pelo Governo Federal como um artifício na tentativa de povoá-las, embora o modelo apresentado fosse frustrante...

Na verdade, o que deu povoamento a Rondônia não foi a criação da figura do Território, e sim, a abertura da BR-29, hoje BR-364, denominada Brasília - Acre. Com a rodovia aberta, essa ocupação seria inexorável. Se ela não existisse, o Território seria, ainda hoje, um imenso seringal! O incentivo, propriamente dito, a essa ocupação se deu a partir de 1970.

Quando me candidatei pela primeira vez em 1970, tinha essa noção da realidade... e sendo eleito por mais três mandatos sucessivos sempre centralizei minha atuação parlamentar no combate e denúncia da estrutura administrativa dos Territórios Federais, acusando-a de perniciosa, contrária a todos os interesses e a todos os direitos políticos do cidadão brasileiro.

Apresentei um trabalho mostrando a situação institucional dos Territórios Federais e sua desorganização como um fator impeditivo do seu desenvolvimento, gerando desestímulo nas pessoas que ali chegavam... A ausência de regras claras não garantia os direitos de qualquer empreendimento; tudo era arbitrado pelo Governador que não concordando com projeto, faria dele o alvo de suas hostilidades.

Existe aí uma questão de extrema importância: as áreas dos Territórios têm muitas riquezas naturais como: minérios, florestas ricas e, principalmente, Rondônia cujas terras férteis se sobressaem no conjunto da Amazônia ... temos padrão de terra roxa e todas as variedades de madeira de lei em grande quantidade. Rondônia permanece praticamente toda coberta por florestas ricas, possui recursos na área hídrica, na piscicultura, enfim, recursos de toda ordem, além de possuir uma área com duzentos e quarenta e quatro mil quilômetros, quase do tamanho do Estado de São Paulo... despovoada! No ano de sua criação, 1943, contabilizava apenas vinte mil habitantes. Os três territórios amazônicos: Guaporé, Rio Branco e Amapá quando foram criados tinham sessenta mil habitantes e esse desguarnecimento das fronteiras amazônicas foi um dos motivos por que o Estado Maior das Forças Armadas aconselhou o Presidente Vargas a criá-los. Com a estrutura administrativa, que procedeu à instalação desses governos locais, veio também uma unidade do exército, colocando-se, lá, já na condição de uma companhia de fronteira, porque não seria viável deixar tudo aquilo desprezado.

Passei a estudar essas estruturas e o abandono da região pelas autoridades responsáveis por ela. Tomei ciência do desconhecimento da população do Centro Sul em relação à realidade amazônica. Fiz o levantamento e a catalogação de toda a legislação relativa aos Territórios e descobri que no mundo existem mais de cem territórios, normalmente como resultado de conquistas de guerra, ilhas oceânicas que um país possui perto da costa de outro, como as ilhas do Caribe, onde temos as ilhas Francesas, as ilhas Holandesas... ou seja, possessões estratégicas. Existe um catálogo desses territórios, no entanto essa figura do Território Federal em área continental, como o nosso caso, era inédito!

Na condição de único deputado da região, com mandato em uma Câmara proporcional,

mas com eleição majoritária, ocupava-me das questões municipais, que seriam atinentes a vereadores, passando pelas Estaduais, Federais, Câmara ou Senado, sempre tentando alertar os parlamentares sobre os problemas do Território. Tinha consciência de que no Congresso as questões são decididas em razão de bancada... em razão de número... Sendo uma voz solitária, um deputado solitário, meu trabalho era dobrado na tentativa de sensibilizar e conseguir aliados; tarefa difícil porque meus colegas de outros estados não se interessavam mesmo... não conheciam, nunca foram lá... não viajavam. Os parlamentares brasileiros gostam muito de viajar para o exterior, todavia desconhecem o Brasil. Quando um deputado, digamos, do Rio Grande do Sul, chega a Brasília, ele não se sente atraído em conhecer a Amazônia... quando muito, visita a Zona Franca de Manaus, e só! O parlamentar não se preocupa em conhecer o Nordeste, cujos problemas, prioridades, necessidades serão levados para discussão em Plenário; e ele, certamente votará a favor ou contra esses projetos, sem a mínima noção do que está fazendo. A grande preocupação do deputado federal... é sua próxima eleição, para tanto, todo fim de semana corre ao seu município para "segurar" seus eleitores.

Quando fui eleito deputado em 1971, o Território só possuía dois municípios, Porto Velho e Guajará Mirim. Procurei implantar na região algumas instituições, como o Direito de Cidadania dos brasileiros residentes, ou que viessem a viver lá, porque ao entrar no Território, perdia-se este direito. Na época, apresentei uma proposta de emenda constitucional, mas de pouco impacto, pois o grande defeito, a grande deformação dos territórios resumia-se no fato de que não possuíam personalidade jurídica, eram híbridos... dissolviam-se dentro da União. A bandeira que se hasteava no Palácio do Governo era a bandeira nacional, não tínhamos bandeira! A personalidade dos Territórios era a União Federal, e isso causava uma confusão muito grande... tudo dependia do presidente da República.

Com o Decreto Lei 5.813, de 1943, criando os Territórios, as terras passaram a ser devolutas federais. Ninguém tinha propriedade, era tudo da União. Necessitava-se da autorização do Delegado do Serviço do Patrimônio da União, o S.P.U. para a resolução de qualquer questão como: a ocupação de uma gleba de terra ou um afloramento. Isso acontecia em decorrência da documentação existente ser precária e não autorizar um empreendimento

com garantia, ou a obtenção de um financiamento.

Não havia, também, Justiça nos territórios. Apesar da distância, tudo era resolvido no Distrito Federal. Esperava-se um parecer do Presidente do Tribunal de Justiça Disciplinar, solicitando um concurso para Juiz de Direito dos Territórios. Quando lançavam um, nunca existiam candidatos, ninguém queria ir para lá; tinham medo de índio, de malária... Como advogado, sofri muito isso, precisava despachar os processos e não chegava Juiz de Brasília. Ficávamos dois, três meses sem ninguém... aquele abandono. Por isso, apresentei um projeto criando o Ministério Público e a magistratura próprios para os Territórios, de forma a dar personalidade jurídica a eles. Debati muito isso, mostrando a citação institucional dos Territórios Federais e sua precariedade. O Governo Federal acompanhava esse meu trabalho, concordando de certa forma, embora eu fosse MDB; e eles, ARENA . Percebiam, entretanto, que a figura dos Territórios Federais era inexplicável, injustificável para a época em que estávamos. Não existia mais a apelação do tempo de Getúlio, em 1943, quando tudo se justificava por uma emergência de guerra.

O país caminhava para uma institucionalização, não podíamos manter os espaços tão grandes como os Territórios com um regime tão precário de administração política e jurídica, sobretudo em relação àqueles que optassem por viver ali, não havia garantia. Se o governador resolvesse prender um cidadão, este ficaria detido por tempo indeterminado porque, às vezes, o juiz estava fora ou não havia juiz, a comarca estava vaga... A criação da justiça própria para os Territórios era prioridade, uma vez que a população era a maior vítima dessa desorganização.

Em fevereiro de 1971, assumi meu primeiro mandato como deputado federal, pelo território de Rondônia e nessa época, a bancada do antigo MDB na Câmara, que tomou posse comigo, contava com apenas oitenta e sete deputados, éramos minoria. Dentro desse quadro emedebista, através de um processo natural de atuação parlamentar, fomos nos identificando e juntando-nos, o que resultou, posteriormente, no chamado Grupo Autêntico cuja marca foi nossa combatividade. Essa primeira legislatura foi acidentada... éramos sempre esmagados. Tínhamos como nosso líder o Deputado Pedroso Horta cuja competência

respaldava todas as iniciativas que pleiteávamos e embora fossem procedentes e justas eram sempre sufocadas, derrotadas... pela ARENA.

Dentre tantos acontecimentos desse período, lembro-me bem de um processo rumoroso que houve com a concessão da ponte Rio - Niterói e a acusação de corrupção exacerbada que nos levou a pedir uma Comissão Parlamentar cuja derrota, infelizmente, foi provocada por "eles". Conseguimos convocar o Ministro dos Transportes, Mário Andreazza, para falar na Câmara, onde fez demonstrações de acerto dessa obra. Nessa primeira fase, no primeiro mandato, era o governo Médici e não havia tantos problemas porque estávamos, quase todo o MDB, alinhados dentro dos mesmos objetivos.

Na segunda legislatura, iniciada em 1974, o partido cresceu muito, e devido a um grande aumento da bancada na Câmara e no Senado, começou a surgir discordância de idéias entre os parlamentares, e a conduta da direção partidária, por sua vez, ora orientava, ora excluía os deputados. Modéstia à parte, nós, os Autênticos, éramos os deputados mais atuantes, mais falados e os que mais compareciam nos debates. Estávamos presentes em todas as comissões, formulávamos requerimentos de informação, questionávamos a atuação do governo... Em inúmeras oportunidades, os membros da direção partidária, que eram mais lentos, discordavam da nossa agressividade de atitudes e da coragem arrebatadora de nossa atuação parlamentar. A direção do MDB e seus filiados, talvez por serem mais velhos, mais experientes, eram mais cautelosos, assumindo posições, às vezes, até conciliadoras com a ditadura. De nosso lado, queríamos ir mais além visando ao desmantelamento da ditadura.

Quando fazíamos um discurso incandescente, denunciando barbaridades como: torturas, desaparecimento de pessoas ou cassação em nível federal ou estadual, muito freqüentes na época, éramos parabenizados por Franco Montoro, Ulysses, Thales Ramalho, Tancredo e membros da cúpula do MDB. Quanto às medidas partidárias, essas eram bem mais criteriosas, talvez, por sabedoria, ou até por uma questão de sobrevivência, as lideranças do partido, à hora da escolha de líder, apostavam sempre em um mais conservador, não tomavam nunca posições agressivas que traduzissem o estado de espírito, não só dos companheiros Autênticos, como do eleitorado de modo geral. Entende?

Em uma ocasião, fizemos como líder, Freitas Nobre cuja sagacidade impressionou Ulysses de tal forma, que ele não o largava mais. Freitas Nobre era um homem muito capacitado, preparado. Em outra fase, elegemos Alencar Furtado que também tinha inúmeras qualidades. Em 1977, ele foi cassado por Geisel no famoso discurso contra o Pacote de Abril.

Conseguimos avançar porque na praça pública e nos comícios, a bandeira que segurávamos era a que mais empolgava o eleitor, bem como os temas que focalizávamos. E por incrível que possa parecer, eram nossos discursos que ajudavam os caciques. Na hora de enfrentar o palanque, eles usavam as nossas palavras de plenário. Contudo, lá na Câmara, nas comissões, eles recuavam...não iam conosco. Em certos setores, ele seguiam a maioria conservadora, fisiológica, e somente por uma questão circunstancial estavam no MDB, não tendo, entretanto, diferença dos elementos da ARENA, ou seja, alguns deputados estavam no MDB porque foram excluídos; a ARENA não os aceitou, embora pensassem de mesma forma. Esse era um ponto que observei na maioria dos delegados que vinham para as convenções... nada acrescentavam, só ocupavam um lugar e davam um voto, não inovavam o processo em nenhum aspecto.

O nome Autêntico surgiu naturalmente em razão das nossas posições, não tínhamos duas caras, éramos os mesmos no plenário, na Câmara, falando com o povo... sempre dizíamos a verdade, não tínhamos meio termo. Muita gente fazia uma coisa na Câmara e mentia para o eleitor lá fora, enganando, enrolando, dando tapinha nos ombros... Às vezes surgiam solicitações dificílimas que o deputado não tinha condições de conseguí-las e, mesmo assim, ficava engabelando... Nós, não agíamos assim! Nosso posicionamento franco e nossa autenticidade buscavam justamente o que conseguimos depois... a democracia plena. Tínhamos a mesma maneira de pensar, de agir, de trabalhar, de encarar a realidade, mesmo dadas as circunstâncias conjunturais, por isso nos aproximamos. De uma maneira geral, a direção partidária contribuiu muito para nossa desintegração, e sempre que havia uma disputa em que perdíamos, sentíamo-nos bastante desestimulados.

Um assunto muito discutido na época foi a Anticandidatura do Ulysses, cujos

acontecimentos posteriores mostraram que o protesto fora um acerto e não havia outra maneira de fazê-lo. Isso ajudou o partido em sua divulgação na medida em que ocupou espaço na imprensa.

Creio que, em 1979, com a abertura e a criação de novos partidos, além do retorno dos exilados e dos cassados, abriram-se outros horizontes, levando cada qual para uma legenda. Esses novos partidos foram se agrupando e reagrupando em cadeias, em esferas políticas diferentes, especialmente devido às conveniências regionais da sobrevivência política: às pretensões eleitorais locais, possibilidades de candidatura a governo de estado e outras candidaturas.

O MDB representava, na verdade, um grande guarda-chuva que acolhia todas as tendências, mesmo a Anticanditadura que foi um tipo de arco-iris, uma frente multicolorida que, circunstancialmente e milagrosamente, se colocou junto numa mesma sala. Esse "corpus" heterogêneo não possibilitava qualquer forma de convivência. Nosso companheiro Autêntico, J.G. de Araújo, com seu espírito lúdico... engraçado, dizia:

- "A esquerda brasileira só se une quando está na cadeia, do contrário, briga e se dispersa sempre..." Uma das fragilidades do pensamento de esquerda do Brasil é ter cacique demais e pouco índio. Nunca se chega a um consenso, abre-se um projeto e há sempre uns dez prontos para demoli-lo. Aparece de tudo... até espiroqueta trotskista desmanchando o trabalho...

Este tipo de comportamento atrapalha um possível avanço e, enquanto isso, os direitistas, os conservadores estão firmes num rumo só... essa é a nossa grande fragilidade. Cabe aí, profundos estudos de autocrítica e de análise de todas essas lideranças. Falta também humildade... existe político que arranja meia dúzia de votos e sente-se dono do Brasil, começa a falar grosso... e só "dá ele" e ninguém mais. Não há ponderação e todo esse personalismo é que atrapalha realmente.

O antigo MDB foi um guarda-chuva embora precário, que abrigou todo esse time... os PTs da vida estavam todos lá, bem como esses segmentos que eram mais na linha trabalhista. Penso que esta dispersão se deu porque o trabalhismo perdeu a unidade, sucumbindo a

atuação da ditadura ao tentar dividir o PTB entre Brizola e Ivete Vargas, originando uma facção ainda mais radical: o PT de Lula. O trabalhismo, antes de 1964, era um só partido; hoje é multifacetado, existem aí três ou quatro partidos dividindo o eleitorado, o segmento. Entendo a questão como altamente prejudicial, porque são pessoas que, no fundo, querem a mesma coisa e pensam quase igual. A direita usou esse mecanismo para pulverizá-los e fazê-los fracos mediante sua união...

Todos esses aspectos estão aí para serem interpretados, mas caberia a esses segmentos a elaboração de um programa mínimo. Um dia se conseguirmos o ótimo, o especial, o louvado... maravilha! Enquanto isto não acontece, as lideranças dos partidos deviam pensar mais no Brasil e tirar programas mínimos para essas soluções, pois nem isto estamos conseguindo. Em 1930, com o projeto Aliança Liberal, Getúlio Vargas conseguiu implantar um programa mínimo, mas que fez realmente uma revolução... Se considerarmos o Brasil antes de 30 e depois de 30, veremos nitidamente que houve avanços dentro do que era possível na época. Não digo que foi ótimo, ou especial, todavia dentro do viável, Getúlio fez muito pelo Brasil, pois pensou no país como um todo, não só no seu Estado, o Rio Grande do Sul, ou só em São Paulo como muitas pessoas que chegaram à presidência fizeram: Sr. Sarney pensou mais no Maranhão; o Collor, em Alagoas; Itamar governou por Juiz de Fora... não pode ser assim... O que mais atrapalha e gera instabilidade da nação brasileira é a disparidade da aplicação dos recursos federais em relação à federalização dos recursos. Eles não são destinados àquilo realmente necessário, embora este seja o discurso de quase todos, mas ninguém o segue ... é uma fancaria, é uma hipocrisia!

No Brasil temos ilhas de prosperidade e ilhas de miséria absoluta, não há investimentos do orçamento federal para estas ultimas, e isso é que caberia ao mecanismo da federação administrar, e infelizmente não acontece... O Presidente tem obrigação de perceber a totalidade do país! O orçamento federal possui verbas que não são alocadas para atender uma diretriz nacional de desenvolvimento e de interesse da federação, mas em razão do "lobby" de empresas. Suponhamos uma empresa com obra no Amazonas: ela manda seus "lobbistas" ao Congresso para que a verba seja aprovada, se não há nenhuma obra, o Estado fica sem

verbas! Isso é a deformação da República, é preciso que o Presidente veja o país como um todo e direcione a política federal, a ação dos ministérios para atender esses objetivos... e não a "lobbys"!

Recordo-me, ainda no MDB, de que fizemos seminário com um sujeito que foi auxiliar do Getúlio... um grande dirigente, em especial no período de 1950 e 1951; ele era baiano, Rômulo Paiva. Nesse encontro discutiu-se, justamente, sobre a proposta de um programa de governo, visando ao combate das disparidades regionais. Temos estados neste país, minha filha, que transmitem o orçamento federal e não recebem nada, nem para conservação das obras federais já existentes ... tudo isso está errado! O Getúlio tinha a vantagem de ter servido o exército quando era rapaz, como soldado em Corumbá. Esteve também numa daquelas revoluções do Acre... conhecia o país todo... Não estou aqui fazendo apologia ao Getúlio, mas como estudioso da história desse período e dos posteriores, percebo claramente, que ele sempre pretendeu governar o país inteiro, tinha esse amor... não se vê mais isso. Hoje o que temos são califórnias e biafras brasileiras...

Estão aí os programas dos candidatos, dos Lulas, dos Fernando Henrique da vida... e nesse aspecto, não há nada de inovador, nada... Todos esses candidatos não sabem que a Amazônia ocupa dois terços do território nacional, e tampouco o que fazer com ela ... Se um candidato é indagado sobre isso, diz que não sabe... Não sabe se transforma aquilo num jardim zoológico, como era a proposta do Collor, ou implanta um desenvolvimento auto - sustentado; se promove uma ocupação racional, ou a integração realmente da Amazônia; se a transforma num grande celeiro de produção de excedentes exportáveis, ou vai continuar deixando a região como apenas um empório, um centro de abastecimento de matéria-prima para outros estados e para o exterior. Não imaginam também quais seriam os moldes de uma colonização, os cuidados a serem seguidos para a garantia de êxito. Não sabem porque são daqui, do Centro-Sul! O senhor Quércia é daqui, senhor Fernando Henrique é daqui, o senhor Lula idem, e o senhor Espiridião Amin é de Santa Catarina. Quando vão à Amazônia chegam com medo do mosquito da malária e saem correndo... essa é a grande verdade. Essa dificuldade de relacionamento torna-se extremada porque não querem se meter como quem

mais entende do Amazonas que, inegavelmente, são os militares. Estes quando servem o quartel, permanecem por dois, três anos na fronteira, sendo as verdadeiras testemunhas do sofrimento da população abandonada, isolada.

No regime fechado, bi-partidário, a ARENA estava com os militares, e não tínhamos meios ou chances de relacionamento. Nosso agasalho e guarda-chuva era mesmo o MDB, porém, nem sempre éramos bem vistos... muitas vezes, tudo o que pretendíamos, a liderança cortava e não nos dava trégua, nem condições para um bom trabalho. Passamos tudo isso...

Geralmente a mídia e, sobretudo, os jornalistas entusiasmados com as teses e posições mais avançadas e corajosas que defendíamos, davam-nos cobertura. Significávamos o novo, o diferente... algo assim, como a doutrina que surge, é divulgada e provoca, realmente, muitos comentários acerca dela....

Trabalhávamos desesperadamente, porque havia um mundo todo pela frente: o combate à ditadura e o confronto com uma estrutura partidária nem um pouco benevolente...

Discordo de que Anticandidatura foi obra dos Autênticos, atribuo-a sim, à direção partidária e ao grupo ulyssista, embora eles tivessem o nosso apoio. Vimos que era um meio de propagar nossas idéias, era como o cristianismo quando ainda não havia chegado em Constantino.

Dentre tantos experiências vividas e comungadas pelo Grupo, considero a cassação de Alencar Furtado, a mais traumática que vivemos; e a mais expressiva foi a contestação da eleição do Geisel, traduzida no documento que redigimos, lido no Colégio Eleitoral e registrado nos anais. Foi uma posição de certa forma corajosa, quer dizer, fomos chamados ... mas não votamos. Para mim, esse documento foi uma clarinada anunciando o fim da ditadura, porque o próprio Geisel chegou convencido da emergência da abertura e, reconhecendo isso, pregou-a, mesmo que lenta e gradual... Realmente foi lenta demais, além de muito gradual. De qualquer forma, ele trabalhou muito neste sentido, mas não cedeu, talvez até por uma questão de estabilidade deles próprios...e também devido à briga com o Ministro da Guerra. Com a saída de Geisel e entrada de Figueiredo, quando o processo já se encontrava mais amadurecido, este declara que promoveria a abertura, a começar pelo sistema de liberdade

e criação de outros partidos.

A criação de partidos deu direcionamento a todo esse pessoal que estava sob o guarda-chuva do MDB, exercendo uma força muito grande de diáspora. Muitas vezes, estávamos, ali no MDB, hostilizados, contrariados, sem ter para aonde ir... brigando com a direção partidária. De um momento para outro, vislumbra uma outra possibilidade que nos permite ser mais valorizados. De meros soldados no MDB, muitos de nós fomos para um grau de comando na formação de outro partido, numa condição de mais destaque e prestígio nessas novas agremiações. Tudo isso surgiu como fruto da dispersão; houve alguns que foram para o PT, outros para os PCs.

A volta dos exilados também atraiu alguns Autênticos que se uniram ao Brizola, outros com Arraes, que ficou no MDB um certo tempo. Quanto ao Brizola, tentaram segurá-lo no MDB, mas havia uma discordância muito grande entre ele e o grupo do Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, levando-o a fundar o PDT, para onde "puxou" muita gente. Nessas alturas, o esvaziamento do partido já se mostrava evidente; a revista "Veja" até publicou uma matéria de capa, mostrando o êxodo ocorrido no MDB. Nesse momento, configurava-se, principalmente, o discurso do Figueiredo sobre a atuação do Petrônio Portela na busca da abertura. Em síntese, dois fatores se sobressairam na dispersão dos Autênticos: o pluripartidarismo e retorno dos exilados.

Com toda minha vivência de vinte e tantos anos, considero muitas questões antiquadas dentro desse processo político brasileiro que não mudam na maneira e nem na proporção pretendida. O processo político brasileiro evolui muito lentamente, revelando a falta de programa, de idéias que se existem, não chegam ao eleitor, ou ele não as assimila... ou melhor, ele age mais pelo estômago e pela necessidade pessoal...

Veja, ficaram dois anos para fazer essa Constituição de 88, que se denominou "Constituição Cidadã", cujo clamor para sua revisão já é público e notório. A crítica maior que tenho em relação a ela é no tocante ao descompromisso com a reformulação do sistema eleitoral e partidário que incentiva a corrupção, a compra de voto, não respeitando a vontade do eleitor. Está provado que o sistema político/partidário vigente está errado, virou um samba

do crioulo doido... O que precisamos assegurar basicamente, neste momento, é a autenticidade da representação, quer dizer, não podemos continuar elegendo deputados, senadores, porque são milionários... mas não sabem nada. Chegam à Câmara e ficam à mercê de assessores... Muitas vezes, são eleitos porque têm muito boi, muita terra...ou, como tem acontecido com os banqueiros que são eleitos sem sair do gabinete. Financiam dez, vinte deputados estaduais e sua eleição para federal está pronta. Está tudo errado.. não existe nada igual... parece ficção!

Os partidos, nesta concepção, tornam-se arapucas agasalhando interesses escusos, oferecendo legendas... isto tem que acabar! E, sem dúvida, a Constituição é culpada, pois deveria restabelecer um sistema de rigidez na criação de partidos para acabar com os picaretas, os mercenários, exigindo fidelidade partidária e disciplinando o processo.

Sinto muita dificuldade em definições, especialmente porque depois do leste europeu, da queda do muro de Berlim, dizem que esquerda e direita são sinais de trânsito... Estou "em observação"... considero-me um progressista sintonizado com todas as posições avançadas que possam beneficiar a população. O mundo está realmente em revisão... com avanço da ciência, certos conceitos que eram absolutos, hoje soçobram. Dentro desta perspectiva, tenho a minha consciência tranqüila que, como político, homem público, cumpri a minha parte, desobrigo-me de qualquer peso. Sou um realizador, sempre atendi o povo e jamais busquei comprar a consciência de ninguém. Os eleitores votam em mim porque acreditam nas idéias e no trabalho que executo.... Atualmente, polarizar as doutrinas políticas mediante o engajamento em uma delas, é anacrônico, além de frustrante!

Sou fundador do MDB de Rondônia, todavia, em 1982, ele foi invadido por um grupo que, inicialmente, se apresentou com bom um discurso, mas depois passou a fazer-me oposição declarada, buscando minha derrocada. Presidi o partido por dezessete anos; ao exercer o cargo de Governador de Rondônia (de março de 1987 a março de 1991) fiquei afastado de sua direção, e o grupo que me substituiu, desorientou o partido, e ao término do meu mandato no governo, fui cruelmente marginalizado. Esse grupo tem como líder, Aragão, que esteve para ser cassado e, surpreendentemente, não foi. Vale lembrar que entre janeiro e fevereiro

de 1993, postulei retornar ao partido, apresentando até uma chapa para a Convenção. No entanto, esse grupo fez barbaridades: não registraram a minha chapa, não deixaram que concorresse e tonaram-se senhores absolutos no partido. Dessa forma, fiquei sem legenda... sei que além do PMDB existem outros partidos, mas na ocasião eram também controlados pelo governo e, portanto, não me ofereceram oportunidade.

Com a intenção de disputar as próximas eleições de outubro deste ano, depois de muita batalha, estou no PPB, que foi o partido que me ofereceu legenda. Isso aconteceu apenas em vinte e dois de dezembro 1993, sendo que no dia nove de janeiro de 1994 expirava o prazo de filiação. Dito de outra forma, fiquei fora do processo porque esse pessoal que me boicotou está na situação... O Aragão é presidente do partido, mas não pode aparecer lá. Dentro dessa visão, minha saída do PMDB foi boa porque pude ficar longe do processo.

Não, creio ter deixado herdeiros políticos, e justamente depois desse trabalho que fiz durante o período que estive na direção do MDB... o grupo tomou outro rumo. Tenho sim, é muito eleitor. Em Rondônia, dizer que alguém segue essa ou aquela orientação é difícil. As pessoas são muito individualistas, estudam pouco. A falta de interesse e curiosidade inibe a discussão de idéias, complicando qualquer tipo de influência a ser exercida nelas . Discutir as doutrinas que estão aí, no dia-a-dia, as novas obras lançadas, os cadernos especializados de jornais, é muito interessante, mas conversar com uma pessoa que não lê nada, não quer ler, quando se comenta sobre um jornal, nem sabe se o jornal existe... não há ambiente em Rondônia... não dá para investir em herdeiros, nada fecunda, nada ... qualquer tentativa torna-se uma frustração. Em Brasília, tenho um escritório de onde, às vezes, mando correspondência para algumas pessoas contendo xerox de matérias interessantes publicadas nos jornais. Quando estou em Rondônia, conversando com elas, sempre constato que ninguém leu nada daquilo que lhes enviei. Concluí que a população de Rondônia não tem o costume de ler; apenas escuta rádio, vê televisão, mas não lê! Às vezes, é uma matéria falando dela, de sua comunidade ou Estado... Há um momento no processo que a pessoa precisa ler, não é só televisão... precisa ler, tem que passar as páginas dos livros, dos jornais e ler, senão complica...

Tive três mandatos de deputado federal; um como prefeito de Porto Velho; e outro como governador. Fui eleito prefeito de Porto Velho em novembro de 1985 e minha gestão foi até quinze de maio de 1986, quando me afastei para disputar o Governo do Estado. Fui o primeiro prefeito eleito de Porto Velho, na condição de território, não havia eleição; e também, o primeiro governador eleito pelo Estado.

Olha, nós, Autênticos, tínhamos sim, plena consciência do papel que estávamos desenvolvendo e também da necessidade de trucidarmos o sistema que combatíamos. Corríamos riscos iminentes, chegando ao ponto de ao retornar a casa, à noite, poderíamos ser surpreendidos com a notícia de cassação do nosso mandato pelo Jornal Nacional. Esse clima de insegurança era muito angustiante...Em relação à nossa caminhada, não sabíamos quando chegaria a um termo, combatíamos, combatíamos... e parece, muitas vezes, que municiávamos a repressão.

Como catalisador desse processo, veio a eleição de 74, que serviu como uma advertência para os elementos da exceção, porque o MDB sem nada... sem condições nenhuma, fez dezesseis senadores, assustando muita gente! Entraram até pessoas sem condições, nem preparo para candidatura, muito menos para o mandato.

A ditadura viu, nitidamente, que a opinião pública não estava mais caminhando com ela. Precisava usar os expedientes dos chamados "casuísmos", tendo como prova disto o fechamento do Congresso, promovido por Geisel, com o "Pacote de Abril". Criou-se o voto vinculado, além de uma série de garantias para a sua própria sobrevivência, cuja expressão máxima foi o senador biônico. Essas limitações consubstanciaram-se na sobrevida da ditadura, quando sentiam-se, de certa forma, exauridos, sem gás, sem fôlego para empolgar o eleitorado.

Creio que Figueiredo teria tido maior peso histórico se tivesse decretado sua sucessão por eleição direta. Deixou-se levar pela intransigência do Colégio Eleitoral... nefasta! Figueiredo deveria ter se antecipado e tomado nossa bandeira das "Diretas Já", a emenda Dante de Oliveira teria a chance de influenciar na eleição de seu sucessor pelo processo direto. Muito fechados, derrotaram a emenda Dante de Oliveira, criando o Colégio Eleitoral que, digamos, foi a síntese desse período de exceção. Avaliavam que tendo a maioria do PDS

no Colégio Eleitoral, fariam o sucessor do Figueiredo... não contavam com as dissidências, nem com o Sarney e a turma dos descontentes. Depois da Campanha das Diretas, chegou o Tancredo, garantindo sua presença no Colégio Eleitoral ainda que com um "lenço no nariz"... Honestamente, não sei se essa ida foi lucro ou prejuízo, o falecimento do Tancredo... Sarney como Presidente...

O Colégio Eleitoral foi uma espécie de suicídio em termos de bandeira, de programa que pregávamos no MDB. Fomos para o Governo, para a Presidência da República, Ministérios e não conseguimos implantar o nosso programa; continuamos com o modelo econômico do Delfim. Somaram-se a isto, os métodos aplicados desordenadamente pelo governo, até pelo desconhecimento da máquina federal, da máquina burocrática... não deu certo! Chegaram muito comprometidos com tudo e com todos... os ministério superlotados, muitos ministros, não tinham sequer o que fazer. Tudo isto redundou em reversão de expectativa, de frustração. Outra questão, esta a mais surrealista, absurda: foi vinte e um anos de luta dentro do MDB... nadamos, nadamos e ao chegarmos à praia, percebemos que estávamos acompanhados pelos fantasmas da ARENA e do PDS traduzidos em um Presidente! O mais fulminante foi o PMDB ter como Presidente, o senhor Sarney! Pois é, tanta luta para isto! E mais, que acerto mal negociado com tanta gente, o Tancredo arranjar um vice daquele tipo! Por outro lado, é evidente... ele não esperava que iria morrer... Teria sido Tancredo melhor que o Sarney? Eis a grande incógnita!

A dívida externa contraída pela ditadura foi uma bomba que estourou, porque no tempo dos militares, os dólares chegaram facilmente, e a abertura pegou o período de vencimento e de renegociação dessa dívida externa. O Sarney mesmo declarou que pagou cento e vinte bilhões de dólares de dívida externa, e isso não foi mostrado para a população. A falta de sintonia do MDB adotada no Congresso em relação ao Sarney é muito questionável: uma posição de apoio útil, ou seja, quando dava certo, muito bem; mas se desse errado, "joga no buraco"... ter que assumir isso, é muito triste. Um momento muito marcante referente a isso foi quando o líder, Pimenta da Veiga, estava preparando o rompimento com o Sarney ... as coisas não andavam bem, a inflação muito alta... Nessa senda, Sarney lançou o Plano

Cruzado que foi inicialmente um sucesso. Voltaram "às boas" com ele, inclusive o Fernando Henrique. A falta de coerência de certos políticos, esse direito de reformular a todo momento, em todas as circunstâncias, é doloroso. O posicionamento faz parte do exercício político partidário, existe o bônus e o ônus, é inadmissível no primeiro confronto ou dificuldade... pular fora.

Em nossas reuniões, discutíamos, com muita franqueza, questões de posicionamento individual, bem como os problemas internos do Grupo Autêntico como um todo. Nossas lideranças, entretanto, eram escolhidas dependendo do acesso à imprensa, ou seja, os que davam entrevistas em nome do Grupo... tinham mais chances. Existiam até alguns que eram profissionais em dar entrevista a jornalistas . Quando terminava uma reunião e estávamos saindo, alguns ficavam dando as versões dos trabalhos discutidos, eram os que mais se aproveitavam, e são ainda hoje, "experts" em conversar com a imprensa. Nunca fui, mas Fernando Lyra; Paes de Andrade; Freitas Nobre, que também era jornalista; Lysâneas Maciel; o próprio Alencar Furtado tinham boa convivência e aproximação com os órgãos informativos, além de gozarem da confiança dos jornalistas. Por serem os mais assediados, eram também os mais divulgados na imprensa e não reclamavam disso, óbvio!

Todo esse processo passado pelos Autênticos foi válido no sentido de caminhada rumo à democracia, tendo um peso bastante grande para chegarmos à situação de abertura democrática. Oferecemos a nossa contribuição desinteressada e conseguimos abater o monstro da ditadura. Ela se exauriu por si própria, mas em uma somatória das medidas e combates, sem dúvidas, temos uma fração nesse arsenal de providências. Como disse o General Sodré:

- "Não vivi em vão, fiz alguma coisa, não fiquei no vazio."

Tive uma atuação pessoal coerente com a situação de representante de um território em luta permanente contra aquela estrutura administrativa arbitrária, corrupta que reinava ali. Minha posição foi realmente combativa com a imposição de terçar armas .O período da ditadura nos territórios era mais cruel do que no resto do país, porque lá não havia imprensa para denunciar os atos de exceções. Eu sempre dizia que o Território, no período de democracia, já era uma ditadura; imagine num período de ditadura! E essa posição em

relação aos territórios me deu... uma identidade natural com o Grupo Autêntico, que também era mais aguerrido, embora não tivesse os problemas e as lutas travadas por mim na minha região. Eram visceralmente solidários em relação à minha luta e, muitas vezes, aparteavam dando apoio e acompanhavam de perto a luta de Rondônia o que, de certa forma, me confortava, daí essa aproximação.

Fui um dos deputados, naquele período, que mais falou na Câmara; fiz um número assombroso de pronunciamentos... Publiquei também quarenta e seis separatas de trabalho, sendo que vinte constam dos anais e podem ser publicadas, embora, eu ainda não tenha tido condições para isto.

A marca dos Autênticos dava-nos uma distinção de um deputado atuante, trabalhador que permanecia ali, atento, não era ausente, nem omisso, e tampouco estava fazendo turismo. Éramos os mais respeitados porque comparecíamos em todas as sessões, acompanhando os debates importantes, presentes em todas as reuniões convocadas pelo partido, estudávamos sempre...

Éramos um pouco mais de vinte deputados, os "carregadores de piano", quem verdadeiramente trabalhava dentro do partido; os outros ficavam nos corredores, conversando fiado. Nosso Grupo realmente trabalhava, íamos para pronunciamentos na tribuna, escrevíamos discursos, preparávamos apartes, participávamos das Comissões de Inquérito, enfim... realmente marcávamos presença em todas aquelas comissões. Pessoalmente, dentre outras, participei da Comissão de Inquérito sobre o Sistema Fundiário Brasileiro, existe uma publicação de mil páginas sobre este trabalho; fui também da C. I. da Política Mineral Brasileira, mostrando como deve ser conjugada corretamente tal política; fiz parte da C. I. sobre a Invasão das Reservas Indígenas, tive ali atuação bastante pertinente, sendo inclusive presidida pelo Freitas Nobre.

Trabalhamos feitos "burros de carga" e quando o partido precisava "mostrar serviço" lançava mão do nosso acervo, do trabalho que desenvolvíamos ali, vigilante e constantemente. Quer dizer muita coisa ficou entre quatro paredes, mas muita coisa foi divulgada... os jornais mostraram, nós divulgamos com os meios que tínhamos na Câmara, publicação de separatas...

livro. Isso tudo valeu... e continua valendo ainda.

De toda esta longa experiência, fica para mim a clareza de que o povo do Brasil central, da região oeste brasileira, tem que analisar sua própria história... e isso eu escrevi. Notadamente, apenas três brasileiros fizeram alguma coisa por essa região: Marechal Rondon, com as suas expedições, construiu quatorze mil quilômetros de linha telegráfica, sendo o maior do mundo. Em 1904, ele percorreu toda a região tentando abri-la, construindo mil e quinhentos quilômetros de linhas telegráficas na selva, tudo à base de lombo de burro; levou as linhas telegráficas de Cuiabá ao Acre, passando por Curus, Juruá e Manaus. A missão do Rondon foi realmente significativa e civilizadora! Há uma obra a este respeito, da autoria do próprio Rondon, chama-se "Rondon conta a sua vida", a jornalista e taquígrafa Esther Viveiros registrou muitas horas de conversa entre os dois.

O segundo brasileiro que olhou essa região foi Getúlio Vargas através do Programa "A Marcha para o Oeste". Aliás, no inicio desse ano, fiz uma conferência na Assembléia de Goiânia sobre este programa, que completou cinqüenta anos.

O terceiro foi o Juscelino, tentando olhar para nossa região como parte integrante da Nação brasileira. E extremamente emocionado, eu admito, os demais governantes majoritários... nada mais fizeram! Eu tentei seguir os passos de Rondon, Getúlio, Juscelino e muito os admiro...

Lysâneas Maciel

(Lysâneas Dias Maciel)

Nascimento: 23 de dezembro de 1926, Patos de Minas, Minas Gerais

Pais: Antônio Dias Maciel e Ordália Pinto Maciel

Formação: Advogado - Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, 1951

Cônjuge: Regina de Moura Carijó Maciel

Filhos: Armando, Andréa, Antônio Carlos

Netos: Álvaro, Andrea, Kauê, Marina

"...A coragem, era ela própria um traço na busca de superação do medo."

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1993.

Em seu apartamento, no Morro do Pasmado

Nasci em 1926 em Patos, Minas Gerais. Éramos sete irmãos; cinco homens e duas mulheres.

Meu pai Antônio Dias Maciel, oriundo de família conservadora (um de seus irmão foi deputado federal pela UDN) era a exceção! Advogado e professor, fundou, na cidade uma Escola Normal Modelo, enviando seus professores para aperfeiçoamento na França, atitude ousada para época! Apesar de sermos evangélicos, tratava-se de escola laica, e que, provocou a ira do bispo local, que iniciou perseguições sistemáticas à minha família, obrigando meu pai a mudar-se para Belo Horizonte. Meus irmãos e eu, fomos para o Instituto Gammon, na cidade de Lavras, Minas Gerais, onde cursei o ginasial e o clássico.

Minha mãe Ordália Pinto Maciel, era professora, mas nunca lecionou, dedicando-se à criação dos filhos e aos afazeres do lar.

No Rio de Janeiro, formei-me em advocacia; um irmão em sociologia, estando até hoje na docência, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Tive também outro irmão, agrônomo, que além de fundador da Escola de Agronomia em Goiânia, chegando ao posto de Reitor da Universidade de Goiás. Quanto as irmãs, uma se formou no Conservatório Musical do antigo Distrito Federal, as demais não estudaram.

Até por volta dos quarenta e quatro anos, eu era um próspero advogado na Guanabara. Um advogado de sucesso, com escritório de um andar inteiro na Avenida Rio Branco. Tinha uns sete colegas sob minha direção... enfim, vivia uma vida tranqüila... tranqüila no sentido de não me imiscuir em problemas políticos.

Por volta de 68... comecei a despertar! A intensidade das perseguições, a violência, a tortura e as mortes, tornavam insuportável minha condição! Principalmente após o AI-5; muitos estudantes, muitas mocinhas eram arrancados das salas de aula das universidades e brutalizados! Os reitores eram comandados por órgãos especiais onde um coronel militar era sempre o chefe. Inclusive as manifestações didático/pedagógicas, eram lideradas por um militar.

Nessa época, a educação tinha portanto que servir ao regime... por esta razão, houve um verdadeiro esmagamento das ciências humanas, em favor das ciências exatas...

O Ministro da Educação era o Coronel Jarbas Passarinho (este mesmo que esta posando de democrata) que colocou sessenta e três Coronéis no Ministério da Educação. É dele, a famosa frase, que alienou, anestesiou e engambelou um grande número de pais e estudantes: "O Estudante deve apenas estudar e se tornar um bom profissional e desta maneira servir ao país". Aparentemente, se não analisarmos as conotações ideológicas, era uma frase sadia... mas, havia por trás desta frase, a tentativa do afastamento de um setor jovem, que, sabe-se, pleno de questionamentos; sobretudo voltados às contradições da sociedade. Por exemplo: todos os alunos que se inscreviam no curso de sociologia, eram automaticamente considerados suspeitos de subversão, e enquadrados... o curso de sociologia, caracteriza-se pela análise profunda da sociedade, bem como, pelo questionamento de seu modelo.

Na condição de advogado, comecei a defender estudantes, trabalhadores comuns, mas, de forma ainda desarticulada. As grandes lideranças dos P.Cs, da Ação Popular, dos partidos clandestinos de modo geral, sempre tiveram cobertura de defensores. O pessoal humilde, entretanto, tipo Manuel da Conceição que teve uma perna arrancada por um tiro de fuzil, não tinha... e eu era chamado a toda hora!

Eu, que vivia lá na minha igreja, com uma obra de assistência social, de ajuda diaconal, sem maior profundidade ou preocupação, mas como membro da Comissão de Direitos Humanos da ONU, diante deste clima, achava um absurdo a indiferença da Comissão de Direitos Humanos da Câmara e do Senado.

Este quadro, me fez lembrar a frase de Martim Niemöler, que era pastor protestante

na Alemanha nazista, e que vivia completamente alienado dos problemas, até quando na prisão, prestes a ser sacrificado pelo regime nazista fez esta célebre declaração, que acabou virando slogan... da minha campanha:

"Primeiro eles vieram buscar os comunistas; não falei nada porque não era comunista; depois eles vieram buscar os judeus; não falei nada porque não era judeu; depois vieram buscar os operários e os membros do sindicato; nada falei pois não era operário sindicalizado; depois eles vieram buscar católicos; nada disse porque era protestante. Finalmente eles vieram me buscar e quando isto aconteceu, não restou ninguém para falar".

Indiferença! era tudo o que podia ser percebido naquela "época de Brasil Grande"... "Milagre Econômico". Havia algum progresso econômico, entretanto, fundado em um grande arrocho salarial, no assalto e entrega consentida das nossas riquezas ao capitalismo estrangeiro... violação dos Direitos Humanos. Com isso a Nação estava completamente anestesiada, e, eu, me sentindo partícipe por omissão de um processo de opressão dos Direitos Humanos, processo pelo qual o Brasil iria... (como até hoje) pagar muito caro.

Foi assim até 1970, quando fui eleito deputado federal pelo MDB. Ao chegar à Câmara, já nas primeiras horas, percebi que o MDB defendia a seguinte tese: não contestar as coisas importantes, para assegurar o direito de mais tarde, defender e falar sobre coisas supérfluas. Quero dizer com isso que o MDB foi criado apenas para fazer "pendant" com a ARENA... e, que na verdade não era um partido de oposição. Analisando o quadro, vi que seria fácil e cômodo adaptar-me a isto, fingindo exercer mandato parlamentar ou seja, apoiar um dos dois mil e quinhentos projetos, que o governo mandava, e que eram votados integralmente. Perfumarias do tipo: dia do motorista de táxi, dia da árvore, etc... Preocupava-me, o fato de, ao prestar este papel, estar coonestando a ditadura, dando a impressão ao mundo inteiro e à própria Nação, que havia um partido de oposição democrática no país.

Havia no entanto, outros deputados que comungavam da preocupação e queriam mostrar ao mundo, que existia um grupo de parlamentares, que não coonestava a ditadura... e, vem daí o embrião dos Autênticos. Inicialmente, o Grupo era formado por uns sete deputados foi um movimento que surgiu de forma espontânea! Faço esta afirmação, porque nós não nos

conhecíamos... eu não conhecia Chico Pinto, a não ser por ouvir falarem de um deputado muito firme da Bahia... essa coisa toda. Por aí, começamos a receber recados dos prisioneiros políticos, dos perseguidos, que nos orientavam dizendo: procure Fernando Lyra de Pernambuco; procure Santilli Sobrinho de São Paulo... e percebemos, que tínhamos uma profunda afinidade, um inconformismo, em relação ao papel, que até então desempenhávamos.

Nossa divulgação primeira, deu-se através do jornalista Evandro Paranaguá, que só se referia ao Grupo, como Autênticos... Grupo Autêntico, consumando desta forma, nosso batismo.

A falta de aprofundamentos ideológicos, ou de tentativa de acertos neste sentido, foi contraditoriamente importante, diante da possibilidade de perder tempo, em discussões intermináveis e muitas vezes estéreis. O que parecia ser uma fraqueza ideológica do Grupo Autêntico, foi um ponto importante: tínhamos a tragédia do cotidiano, e que libertar o país de uma ditadura militar imprevista e contrária aos interesses nacionais - portanto, muito grave - e que deveria ser priorizada. Evidentemente, éramos todos homens de esquerda, sem preocupação com rótulos... e, com um bom trânsito nos partidos de esquerda. Neste sentido, víamos a necessidade... como posso dizer... da existência de partidos verdadeiramente populares. Alguns de nós, tinha até um certo conúbio com os partidos ditos revolucionários, como: PC do B, AP, PCR, POC... essa coisa toda... mas, na maioria dos casos, sentíamos a falta de um partido realmente popular... e localizo aí, o traço mais forte nas aspirações do Grupo... o sentimento da falta de participação popular.

Traço também forte do Grupo... a coragem, apesar de todos os receios... a coragem, era ela própria um traço na busca de superação dos medos. Em meu discurso BASTA!, de 31 de março de 1976, três dias antes de minha cassação, refiro-me à questão do medo.

Com este discurso, saí na defesa de Amaury Müller e Nadyr Rossetti deputados gaúchos, Autênticos, cassados dia 29 do mesmo mês. No dia seguinte, Álvaro Valle (ARENA-GB), confidenciava a alguns deputados do MDB, que eu seria o próximo a ser cassado.

Em 1º de abril de 1976, quando discursava sem microfone e sem mesa diretora... por volta das seis e meia da tarde, alguém me disse:

- "Você acaba de ser cassado"... ao que imediatamente respondi, sob aplausos:

- "Cassados estamos todos!"

Embarquei, imediatamente de volta ao Rio de Janeiro, e um fato rarissimo aconteceu... "furou o pneu do avião". Durante duas horas de espera no aeroporto de Brasília, tudo o que consegui colecionar: meus discursos; uma carta pessoal de F. Miterrand; recortes de jornais; soltura de Davi Capistrano; recortes do New York Times e Le Monde com discursos meus publicados... foram retirados de minha bagagem!

A propósito dos meus discursos; eles eram proibidos no país devido a censura; entretanto a imprensa estrangeira isenta... através de seus correspondentes, permitia que muitos pensamentos dos componentes do Grupo Autêntico, chegassem a população brasileira, mesmo que por um caminho mais longo...

Fazia parte de nosso cotidiano a presença de mães, esposas que chegavam e queriam os corpos de seus filhos e maridos. Nada podíamos fazer... Até que um dia, percebi, que a única solução seria pedir a aplicação da Lei de Segurança Nacional... pois pelo menos, localizaríamos as pessoas. Tanto, que no meu projeto - Proteção Judiciária Imediata aos Presos ou Detidos, do dia sete de outubro de 1971, não modifiquei uma virgula sequer da Lei de Segurança Nacional... não tirei o julgamento dos civis pelos militares; não pedi abolição da pena de morte, que embora fosse usada largamente pelo país, nunca foi aplicada oficialmente. Além disso, eu só pedia um exame de sanidade física e mental, para que a pessoa fosse identificada... só isso!

Começamos a exigir a aplicação da lei, e o pessoal não entendia... não entendia... Fizemos isto com o Deputado Francisco Pinto, quando foi preso (acusado de ofender o ditador Augusto Pinochet do Chile, em sua visita ao Brasil) não obstante, a lei não estivesse aprovada! Daí, o Abiackel (Ministro da Justiça do governo Médici) este mesmo... que foi convidado a ser sub-relator, da Comissão que alteraria a Lei Penal e de Segurança Nacional disse:

- "Essa lei está perfeita... só tem um problema, a assinatura do Lysâneas Maciel..., mais nada!" Era ele o Ministro, e a lei não foi aprovada...

Noutra ocasião, cheguei à Câmara (naquele desespero de não poder nada... de pedir o corpo, apenas o corpo... para ser enterrado...) quando vi todo mundo falando mal dos militares e pensei: "hoje eu vou falar em nome das Forças Armadas", e comecei:

- "As Forças Armadas, não se constituem apenas neste grupo teratológico... As Forças Armadas, não se constituem apenas de figuras como este louco do Brigadeiro Bournier da Aeronáutica, desses energúmenos como o Zamith e do Clemente da Marinha!" Comecei a dar os nomes, dos principais torturadores... Ainda assim, o pessoal queria que usássemos uma linguagem parlamentar com tipos como: Ivahir Garcia, Cantídio Sampaio, homens que participaram diretamente da tortura. Existe até uma confissão do Deputado Ivahir: Eu estava falando sobre o Esquadrão da Morte e ele e o Cantídio defendendo o Fleury. Em determinado momento, ele cometeu um erro falando pela liderança, designado por José Bonifácio:

- "É um homem muito digno o senhor delegado Fleury... Ainda mais senhores deputados, o delegado Fleury é responsável pela eliminação física de diversos inimigos do sistema!" Eu me fiz de desentendido e disse:

- "Gostaria que V. Ex.a. repetisse!" José Bonifácio tentou impedir, mas a fala foi registrada: "é responsável pela eliminação física de diversos inimigos do sistema". É a confissão de que ele matou, e matou com pleno conhecimento do governo. Isso, não era responsabilidade de tipos patológicos, como o Coronel Erasmo Dias, não! Isso era responsabilidade do Governo Federal!

Esses indivíduos, a pretexto de serem garantidores das áreas de segurança, tinham impunidade para cometer crimes, e eram "responsáveis pela eliminação física..." Esse era o regime!

Apesar de toda nossa luta, ainda havia uma certa unidade dos radicais de esquerda em nos criticar, especialmente a mim e ao Chico Pinto, na insistência que estávamos mesmo coonestando a ditadura, participando! E eu respondia:

- "É porque, não tenho estrutura pessoal para a luta insurrecional. Acho que não devo ir a luta armada...mas conheço gente vinculada, se você quiser entrar, eu o coloco em contato!" O pessoal do Partido Comunista, como sempre dentro de uma postura mais

moderada, nos acusava de prejudicar a distensão, por causa de nossa "agressividade e precipitação."

Era um Congresso realmente castrado! Tinha e tenho consciência de que não éramos deputados ou senadores! Basta dizer que o MDB era uma oposição consentida. E, é pois aí, que o Grupo Autêntico teve uma importante missão... transformar o MDB em um partido de oposição, ou seja, buscar através do exercício de oposição verdadeira, a redemocratização do país.

Logo ao chegarmos à Câmara, exatamente em julho de 1971, foi marcado um Seminário em Recife, já que Jarbas Vasconcelos, presidente do partido, era pernambucano. Este seminário era de todo o MDB... autênticos e adesistas. A pedido de Pedroso Horta, elaboramos um documento, que já naquele período fechado e hostil, trazia em seu conteúdo a bandeira da Assembléia Nacional Constituinte, anistia, etc.

Neste sentido, outra questão que sempre me chamou atenção, era o fato do Grupo ser formado por pessoas de lugares diferentes, sem conhecimento prévio, e tínhamos profundas afinidades. Éramos homens de esquerda... apesar de uns mais antigos na luta... outros menos... como eu, um advogado burguês, acomodado com a situação, ficando sempre na posição de defesa.

Nas eleições, alguns partidos de esquerda, mesmo pregando a luta insurrecional, costumavam apoiar alguns candidatos. No meu caso, isso não ocorreu em 1970, pois me elegi com uma votação muito curta... pequena, especialmente nestes setores. Já em 74, me elegi com noventa e sete mil votos, sendo apoiado por todos os grupos de esquerda, inclusive o Partidão.

Dentre os muitos episódios vividos pelo Grupo, existe um que é sempre o mais lembrado... trata-se da Anticandidatura... Eu não diria que a Anticandidatura, foi o fato mais expressivo de nossa trajetória, ao contrário... a meu ver foi, sob certos aspectos, negativo... porque o trato que nós fizemos não foi cumprido... E o trato era denunciar e renunciar!

Imagino, se nós tivéssemos tido durante sessenta dias, meia hora por noite, para

falar à Nação toda... que coisa maravilhosa!

Ainda me lembro, da expressão do Barbosa Lima Sobrinho - grande figura - que, muito categórico, disse:

- "Marquem dia e hora, de nossa renúncia". Mas...

Tudo começa com o convite, ao próprio Barbosa Lima Sobrinho, para que fosse candidato a presidente, cogitando-se no meu nome, no de Chico Pinto, ou de Marcos Freire para vice... O Marcos sempre era convocado, e, em bem humorada analogia, foi para o MDB da década 70, o que o Mercadante é hoje para o PT...

Ulysses, inicialmente, era contra a Anticandidatura, mas quando soube que haviamos fechado com Barbosa Lima, resolveu ser ele, imediatamente, o anticandidato. Desconfiados de Ulysses, chamamos lateralmente Barbosa Lima e dissemos, que estávamos com esta preocupação... que tínhamos receio, que Ulysses negasse espaço para a denúncia dos arbítrios, que aconteciam no país... Esta conversa foi até em minha casa, e repito a expressão de Barbosa Lima:

- "Marquem dia e a hora de nossa renúncia!" Depois...

A bem da verdade, Barbosa Lima foi muito pressionado...Ulysses, Tancredo, Thales, eram muito hábeis, envolventes e sedutores. E, é por isso, que apesar de ser o mais famoso episódio do Grupo Autêntico, a Anticandidatura é para mim, um esboço frustrado do retorno a democracia, já em 1973.

A propósito da democracia, considero que até hoje, a civilização contemporânea, não encontrou um sucedâneo à altura do regime democrático representativo. Os meios de comunicação, especialmente a Rede Globo, têm, nas últimas décadas, feito desserviços serviços à Nação,(que não se limitaram a eleição de Collor, não!). A Rede Globo, tem feito uma propaganda sistemática contra o regime democrático. O programa, Globo Repórter, coleciona as mazelas de todas as Assembléias Legislativas do país inteiro... e mostra! Há motivos para que haja descrédito no Poder Legislativo, mas essa propaganda antidemocrática, faz um mal tremendo, impondo ao povão, a crença de que todos os políticos são farinha do mesmo saco... Se esta afirmativa fosse verdade, justificaria plenamente o desinteresse do cidadão de

bem, pelo voto certo, voto correto, essa coisa toda. É muito mais do que isto, ele se torna cidadão de segunda categoria, na hora que diz: "Se todos os políticos são safados, é hora de tirar minha vantagenzinha"... ou seja, um saco de cimento, um emprego!

Na Constituinte, tive um debate muito interessante com o Afonso Arinos de Mello Franco, quando propus o voto destituinte!

- "Lysâneas, quando nós somos eleitos, temos o dever com a nossa consciência, você quer tirar antes?" argumentou Afonso Arinos.

- "Senador, o senhor está confundindo: o poder principal, pertence a quem nos dá o mandato. E se traímos este mandato através de práticas ilícitas?". E dei um exemplo:

- "Há um deputado do nosso partido, que escreveu um livro, sobre reforma agrária, e no dia de votar, votou contra este parágrafo..."

Propus o voto destituinte, porque o poder principal, é de quem outorga o voto. A transitoriedade e precariedade do mandato que nós exercemos, tem que ser uma característica. Afonso Arinos confundiu a questão da participação popular, com representatividade quer dizer, através dos partidos o povo não participa dos Congresso... é só chamado, para preencher ficha de filiação, votar e estar em comícios... Nos órgãos de direção, o povão nunca é chamado. Percebo que muitas pessoas de partido, interpretam a questão da participação popular equivocadamente. Concordo, que enquanto parlamentares somos representantes legítimos, mas a participação popular, foi mesmo excluída da vida política brasileira.

Lembro-me que saí do PDT, onde estou novamente, por uma questão deste gênero. Éramos trinta e tantas pessoas: vinte dois advogados, três engenheiros, dois médicos... enfim... não havia ninguém dos setores populares. A participação popular não é aceita como normal. A sabedoria popular, não é aceita nem pelo próprio povão. O que dirá então, pelos partidos que são elitistas! Até mesmo os Partidos de Esquerda... Mesmo o PT, que é uma idéia linda, nova, cheia de esperança. Benedita da Silva (hoje Senadora, eleita em 1994, pelo PT do Rio de Janeiro) é até hoje, eleita pela intelectualidade de Esquerda carioca. Por quê? Porque ninguém admite a idéia, que o povo tem configuração moral e política... A artificialidade partidária começa aí!

Ainda na Constituinte, fui relator da Comissão de Direitos e Garantias - as garantias eram muito mais importantes que o direitos - "Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido", mentira!

"Todos são iguais perante a lei", outra mentira...

Na condição de relator, comecei a trabalhar, levando minha Comissão para todo lado! (Muito embora fosse composta por figuras como Sarney, Lucena, o diabo a quatro; acompanharam-me...) Das sessenta e nove emendas, que consegui como relator, pelo menos dez saíram do povão!

Uma delas nasceu da proposta de uma lavadeira da Baixada Fluminense. Ela chegou perto da gente (éramos trinta e três membros na Comissão, mas estávamos em sete na reunião) e falou:

- "Olha, meu avô morreu de malária, meu pai morreu de malária, meus filhos estão com dengue... e o senhor vê essa vala negra, aí na nossa frente..."

- "O senhor, não pode botar que eu tenho direito a saneamento básico?... o senhor vai se lembrar?" ela completou.

- "É muito fácil para mim." - respondi! Posso colocar, como relator, que a senhora tem direito ao saneamento básico. Expliquei aqueles princípios bonitos que estão na Constituição, e acresci:

- "Mas isso não vai lhe adiantar muito, isso vai depender da regulamentação ou seja, é o mesmo direito que se tem a salário mínimo, transporte, saúde, educação, trabalho..."

Ela virou-se, e disse:

- "Ora, então o que o senhor está fazendo lá?!"

Mulher decidida! Tanto que fiz a reunião em casa dela; Comissão de Parlamentares Constituintes na Baixada Fluminense! Bem, fiquei três..., quatro..., noites sem dormir e pensando... não vai ser regulamentado... Este país, tem sido governado desde seu descobrimento, pelos "centrões da vida", e a maneira que o "centrão" tem, para evitar estas coisas é colocar em princípio: "conforme lei ordinária regulará". Tem sempre, uns cento e trinta dois dispositivos, para serem regulamentados, e aí não regulamenta nada... Comecei a

raciocinar, como é que posso contornar isso? Daí, nasceu o Mandato de Evolução; do encontro com uma lavadeira da baixada fluminense!

Procurei o Senador José Paulo Bisol, que é uma grande figura do parlamento: magistrado, patriota, sério, culto e juntos concluímos, que não podemos obrigar o Estado a cumprir condição impossível, que não esteja nos planos. Mas, com a criação do Mandato de Evolução, todo cidadão tem direito de sucumbência, significando o não pagamento das custas, caso perca a ação. Antigamente, apesar de já existir o direito à ação popular, as pessoas não se animavam, porque caso perdessem tinham custas altíssimas, e ficava complicado. O direito de sucumbência, possibilita a qualquer cidadão, pedir que cubram a vala, dentre outras coisas... E isto posto, não poderão jamais, aquela Prefeitura ou aquele Estado, fazer qualquer outra obra, que não esteja prevista nos ditames Constitucionais básicos, sem que primeiro cumpra este aqui! Mandato de Evolução, obriga a cumprir aquele dispositivo em caráter prioritário. Por exemplo: Sarney quer construir uma estrada de ferro, que liga a casa dele na praia do Calhao - São Luís, Maranhão - a São José do Pericumã, Goias. Ele não poderá fazer isso, porque as condições básicas de saúde do cidadão maranhense, não estão sendo cumpridas.

Como relator de Comissão Constituinte, tive também uma experiência muito interessante, com o amigo maranhense Freitas Diniz, que é do Grupo Autêntico: Maranhão é um grande curral. No mundo todo é, o homem que toca o boi; lá não... o boi é que toca o homem! Durante encontro com camponeses, em Jurupi, havia um, de aproximadamente sessenta anos, encostado em um pau, e me disse:

- "Deputado, por que o senhor não obriga na Constituinte, todos os grandes proprietários a plantarem trinta por cento, com "o de comer"... que significa lavoura branca, arroz, feijão..."

Esta colocação ocorre, na medida em que é proibido aos camponeses, o plantio deste tipo de lavoura, para que seja assegurado o máximo de aproveitamento da terra, para pastagem. Aquele homem simples, entendeu qual era a composição da Constituinte: Se a proposta fosse de tirar, um centímetro de terra de qualquer proprietário, ele sabia que não

passaria no Congresso Nacional. Incrível, é a dimensão desta proposta de um camponês do Maranhão; que através de sua sabedoria propôs: fixação do homem no campo; resolver o principal problema do Brasil, onde aproximadamente setenta por cento das pessoas, vão dormir com fome, graças a uma única refeição diária; arrecadação de impostos e até lucro dos proprietários.

Esta é a sabedoria popular, infelizmente excluída do processo. Enquanto não nos convencermos, que este é o grande elemento em um país que não tem nenhuma tradição de partido popular, não adianta fazermos reformas partidárias, mesmo que sejam bem elaboradas, ... não adianta! Não encontraremos solução para este impasse. Tem que haver uma prática conjunta, entre os quadros e o povão. Do contrário, não haverá jamais, no meu entender, verdadeira prática partidária.

Essas idéias, que venho discutindo e amadurecendo ao longo dos anos, desdobraram-se sobretudo nas eleições de 1970 e 74 para as quais me elegi deputado federal. Não completei o mandato de 1974, porque fui cassado em abril de 1976. Daí, fui para o exílio em Genebra, de onde voltei com a abertura em 1979, filiando-me ao PTB. Como a sigla foi tomada, fundamos o PDT, que, apesar de fundador, deixei justamente por causa desta história de colocarem, só advogados e engenheiros... Fui para o PT, com a condição de não ser candidato a Governador, e deles não atacarem Brizola, que eu não considerava inimigo. As duas condições entretanto, não se cumpriram, porque naquela época, o voto era vinculado e tal...Eu tinha uma eleição certa para deputado e uma derrota certa para governador na eleição de 1982.

Apesar de considerar o PT uma proposta nova, cheia de esperança, rica, quando lá cheguei, percebi, que o povão ainda acreditava na concepção do antigo trabalhismo de Alberto Pasqualini. Ou seja, que o trabalhismo seria o desaguadouro do proletário urbano e rural, do pequeno e médio proprietário e sobretudo, dos setores marginalizados da sociedade brasileira. Era inegável, que o trabalhismo tinha uma penetração muito maior que o PT, ainda naquela época. A crença nas idéias do Pasqualini, somadas à desconfiança das esquerdas a estes pressupostos, motivaram: minha volta ao PDT em 1984, e onde estou até

hoje. Meu mau desempenho nas últimas eleições a que concorri, e ao qual acrescento:

• A campanha foi coordenada por um esquema amador;

• A Globo deu, que eu estaria entre os cinco primeiros eleitos, e esta história de "já ganhou", contribuiu para o fracasso, confundindo até a própria militância... os próprios companheiros de partido que falavam:

- "Lysâneas já está eleito...vamos eleger outro companheiro";

• Nunca tive esquema financeiro, nem esquema de emprego;

• Tinha apenas vinte segundos na TV. Com este tempo, só é possível dizer: "Boa noite telespectador", e já vão aí pelo menos vinte por cento do tempo, só para cumprimentar...

Nesta ocasião, alguém me disse, que povo é ingrato, e eu retruquei:

- "Qual o tipo de informação, que este povo tem a respeito da atuação Parlamentar no Congresso?"

Pela distância de Brasília, e sobretudo devido a triagem feita pela mídia, a população fica longe, do que realmente fazemos. Isto não é de hoje; já ocorria na década de 70, quando os jornalistas credenciados faziam anualmente a escolha dos dez melhores Parlamentares, divididos em três setores: plenário, comissões, política.

Fui eleito, o melhor deputado de 1974, por ter sido o único escolhido (entre os dez melhores) nos três setores: plenário comissão e política! Notícia como esta, não chegava aqui... restringia-se à imprensa de Brasília...

Ainda em relação ao espaço na mídia, lembro-me da colocação do Jô Soares, quando fui a seu programa:

- "Eu votei em você..."

- "Por quê"? Perguntei. Pergunta insólita... Por que ele votou em mim? Por que pessoas, com quem eu nunca tive o menor contato, votaram em mim? Aí, eu mesmo explico aos meus eleitores a razão:

- "É porque pensamos igual a respeito de uma série de problemas. Sei que minha linguagem, tem profunda afinidade com um grupo enorme de pessoas, que apesar de acreditarem em mim, não as conheço". Noventa por cento de meus eleitores, são pessoas de

quem jamais ouvi falar...

Certa vez apresentei um projeto que dizia que todos os países que fizessem restrição à importação de produtos brasileiros, como: calçados, suco de laranja... poderíamos reter a remessa de lucros e royalties. Esta lei, eu copiei do Ronald Reagan, cuja representante, freqüentadora contumaz do país naquele período, gerou uma "síndrome" a qual emprestou seu nome: Carla Hill. A questão da propriedade industrial tinha absurdos, tais como processar os operários por fazerem algum melhoramento no "Fusquinha", já que sua patente tem registro alemão e por isto pagamos royalties. Os produtos herbicídas, agrotóxicos, proibidos pela FDA eram todos exportados para o Brasil! Produtos de uma letalidade absurda que quando utilizados, (portanto infiltrados no solo) levam até dez anos para desintoxicar... Mais, cinqüenta e três produtos proscritos pelo FDA, e pelas autoridades de Saúde Pública da Suíça, são usados até hoje no Brasil, sem controle de nenhum órgão deste tipo. Dentre outros desataca-se o Tetrex. E, pagamos royalties para nos envenenar!

Tudo isso, me fez uma pessoa extremamente irritada, que reage muito epidérmicamente. Soma-se a isto uma característica; talvez até uma deturpação religiosa: o fato da minha intransigência nas questões éticas. Isso me conduz a uma verdadeira obsessão perigosa, que leva o sujeito a ficar extremamente sectário e violento, voltado até para desbordamentos, que não são adequados, sobretudo pela minha formação. Irritadiço que sou, parto logo para soluções extremadas, principalmente em relação a estes vendilhões da pátria.

Comecei a raciocinar, e vi que realmente tinha que corrigir este ímpeto quase deformado, religioso, em cima da corrupção. Exercer mandato neste sentido puritano, é um erro... um erro! Aprendi que teria de corrigir este defeito!

Hoje, felizmente com um certo embasamento, sei distinguir bem, entre o poder e a autoridade... Poder, qualquer Sarney ou Collor, da vida podem ter. Mas, autoridade é diferente, é coisa muito intrínseca, muito ligada ao interior da pessoa.

Aos sessenta e sete anos de idade, e com essa experiência acumulada, teria condições de exercer bem o poder, caso isto me fosse imputado. Inclusive, sem falsa modéstia, gostaria sim, de ter o poder, para fazer as transformações que o país requer... mas sem obsessões

puritanas!

No caso dos Autênticos, um grupo residual, com vários personalismos, que afinado, entendeu: lutar contra o comportamento condicionado do MDB, em um parlamento castrado, uma ditadura militar terrível... uma das mais sangrentas na história deste país; criar fatos políticos, fora da função que o sistema destinou ao partido, de homologar tudo que o governo mandasse ao Congresso. Com isto, apresentou alternativas, para manter viva a esperança de uma parcela significativa da população.

Quando pessoa ou grupo mais conseqüente, mais responsável e afinado, resolve agir e não desanima por ser minoria: eis aí o sinal da existência da esperança da transformação! Não podemos jamais permitir que nos destruam a esperança, sem ela entramos em processo de deterioração...não é estagnação política, não! É deterioração pessoal e política mesmo, e que contagia um número enorme de pessoas.

Eu nunca perdi a esperança, nem deixei de ser político. Continuo fazendo política, mesmo sem mandato parlamentar, e tenho cada vez mais a clareza que este é um país plenamente viável. Os desmandos que temos visto, sem dúvida, geram desapontamentos e decepções. Mas, tenho a certeza que não posso fugir, de dar minha contribuição neste processo. Por isto, luto e continuarei lutando, e me engajaria em algum projeto político, com perspectivas de melhorar o país, tornando-o efetivamente uma Nação!

Acredito cada vez mais que a função principal de um político, é influir no processo. Acho que posso influir, e para isso, não preciso ser deputado nem senador... É essa a principal missão de um político, e disso jamais irei abdicar.

Marcondes Gadelha

(Marcondes Iran Benevides Gadelha)

Nascimento: 23 de junho de 1943, Souza, Paraíba

Pais: José de Paiva Gadelha e Miriam Benevides Gadelha

Formação: Médico - Faculdade de Medicina da Universidade de Pernambuco, Recife, 1966

Cônjuge: Magna Lúcia de Mello Gadelha

Filhos: Leonardo, Mariana, Berta

"Não tínhamos a sensação ou pretensão de sermos heróis..."

Brasília, 14 de junho de 1994.

Instituto Tancredo Neves - Congresso Nacional

Nasci em 23 de setembro de 1943, embora, nos meus registros conste 23 de junho do mesmo ano. É uma questão engraçada...Naquele tempo, havia uma idade limite para fazer o exame de admissão ao ginásio, dez anos e seis meses, e chegado o meu tempo "intelectual", não tinha essa idade... Jocosamente falando, eu era um menino prodígio! De forma, que meu pai, inconformado, mexeu no cartório, e alterou a minha idade. Por isso todos os meus registros constam como 23 de junho de 1943, mas nasci mesmo, e comemoro o meu aniversário em 23 de setembro.

Minha cidade natal, é Souza, Estado da Paraiba, no alto sertão da paraibano. Quando nasci a cidade não contava com nenhum recurso, não tínhamos estrada, tampouco luz elétrica...

Meu pai era empresário, tinha um maquinismo de algodão a vapor, aliás, o pioneiro nessa área, conseguindo criar nove filhos. Eu sou o segundo na ordem decrescente. Como não havia colégio em Souza, estudei fora, desde dez anos de idade. Inicialmente, estive em um internato na cidade de Patos, ao terminar o ginásio fui para João Pessoa, e ao tempo da faculdade mudei-me para Recife. Lá conheci minha esposa, que é alagoana, e na ocasião, estudante de Direito, Magna Lúcia de Mello, morávamos no mesmo prédio e depois de um período de namoro nos casamos. Temos três filhos: Leonardo, Mariana e Berta. Leonardo é estudante de Administração de Empresa em Brasília, está com dezenove anos e anda me dizendo, que quer fazer política, ser político... Venho pedindo que ele reflita muito sobre isto... a política quando praticada com profundidade existencial, comprometimento total, espírito público, seriedade, é gratificante. Por outro lado, existe um encargo emocional e

pessoal, forte! Mariana, com dezesseis anos, é eleitora, vai votar pela primeira vez. E, Berta tem catorze anos. Magna, minha esposa, trabalhou um certo tempo como advogada, quando dedicou-se ao direito trabalhista. Posteriormente trabalhou comigo em meu gabinete, e hoje é minha grande companheira e colaboradora.

Quanto a meus pais, papai faleceu no início da década de oitenta, mamãe mora em Campina Grande na Paraíba, e esta felizmente muito bem com seus setenta nove anos.

Sou formado em medicina por Recife, na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco, a qual iniciei no ano de 60, terminando em 1966. Durante minha vida universitária iniciei no exercício da política, como representante de classe e, posteriormente, orador da minha turma de concluintes. De modo, que o despertar para a política, foi bastante precoce, acontecendo na vida universitária. Muito embora, tivesse também, background político, de política eleitoral, bastante longo, porque meu pai, sempre foi político, bem como toda a minha família...

Fiz a Residência Médica em Cirurgia, aqui em Brasília, e o curioso, é que a minha vocação naquele momento, o interesse maior apontava para um aprofundamento nos estudos de Medicina. Tanto é, que me preparava para o "E.C.F.M.G." um concurso, para os jovens médicos estrangeiros ingressarem nos hospitais americanos. A minha idéia, era prosseguir nos estudos de cirurgia. Sendo cirurgião geral, considerava-me tecnicamente hábil e por isso, intencionava ir para os Estados Unidos, passar cinco anos aperfeiçoando-me também, em cirurgia cardiovascular.

No entanto, por conta de uma disputa política local, muito acirrada na cidade de Souza, meu pai pediu para que antes da residência médica nos Estados Unidos, eu permanecesse algum tempo no município colaborando... A medicina era uma forma de fazer política, e de ajudar a família, os que estavam no enfrentamento da luta local, no batente propriamente dito! Em Souza, trabalhando como médico, rapidamente, as pessoas entenderam que o candidato a prefeito deveria ser eu. De certa forma, cedi ao apelo familiar, assumindo a eleição para prefeito entrando na política... e de onde não sai até hoje!

Neste sentido, logo em 1968, disputei as eleições para prefeito, da minha cidade,

quando o rádio, foi usado pela primeira vez na região. O uso intensivo deste veículo, gerou um interesse muito grande nas cidades das circunvizinhanças em acompanhar a campanha eleitoral para Prefeitura de Souza. Finda esta campanha, quando não me elegi, a de deputado já estava praticamente pronta. E, não aconteceu outra coisa... na eleição de 1970, fui o deputado federal, mais votado do MDB da Paraíba.

Vim, então a Brasília para iniciar o que seria minha primeira legislatura, isto em 1971. Nas primeiras reuniões do partido, comecei a me identificar com alguns deputados, especialmente, pela maneira combativa como participavam. O primeiro companheiro que me chamou a atenção, digamos no quadro partidário geral, foi Alencar Furtado, notadamente porque dizia coisas parecidas com as que eu pensava, começando daí, naturalmente uma aproximação.

Neste meio tempo, mesmo não me considerando um mau médico, sendo até um bom profissional... Para você ter uma idéia, fui aprovado no concurso do Pronto Socorro de Recife, em primeiro lugar, como também na Maternidade Bandeira Filho, ainda em Recife, em oitavo lugar. Por isto, me avaliava um médico competente, sobretudo porque gostava muito da medicina e, inclusive estudava bastante, tanto que, durante um período dividi meu tempo, entre política e medicina.

Em Brasília, já como deputado, passei a freqüentar hospitais onde encontrei alguns colegas de turma trabalhando: Dr. Avelar de Holanda Barbosa, no hospital L2; o Dr. Aderbal Jurema, filho do antigo Senador Aderbal Jurema, que disputou comigo a eleição para orador da turma. Desta maneira, exerci regularmente a profissão o quanto pude, objetivamente até 1978... 79. Regularmente, contudo, é uma forma de dizer, era na verdade de uma maneira claudicante, mas exercia.

Um dia senti que havia chegada a hora de fazer uma opção profissional, ou seja, ambas (política e medicina) solicitavam muito, e eu deveria decidir, não poderia continuar fazendo as duas coisas. E, existe um dado muito importante, eu operava em Souza, e, no cumprimento de minhas obrigações de parlamentar viajava para Brasília, deixando o pós-operatório com o acompanhamento de um colega. As vezes complicava, obrigando-me a

pegar um avião e voltar, para acompanhar o doente. Isso era absolutamente desagradável, e resolvi portanto, parar com a medicina. Guardei... até hoje tenho, muita coisa do meu material médico cirúrgico, porque fica sempre a nostalgia, e a impressão de que um dia vou voltar...

Vale lembrar, que não é uma coisa totalmente fora de propósito, ainda é possível uma volta... Em síntese, desde 1979 estou fora da medicina, de forma a me dedicar exclusivamente ao projeto político, até um dia... não sei quando...

Não, não tenho idéia de quem nos batizou, com o nome Autênticos... Pode ter sido o Villas Boas Corrêa, não estou muito certo... de repente o nome Autêntico começou a circular, e é muito difícil saber...

Nossa força de atração, o fator de união, creio, foi a maneira, o estilo de cada um, bem como, uma certa visão comum do processo político e a necessidade de buscar uma solução eficiente no plano político, na luta contra a ditadura. Veja bem, acredito, que o Grupo Autêntico, foi uma das alternativas possíveis de enfrentamento da ditadura, uma outra, era a guerrilha. Havia uma descrença generalizada em relação aos políticos convencionais como meio de contraponto à ditadura. Este sentimento era comungado pelos Autênticos, pela guerrilha, e sobretudo pelo povo.

O trabalho feito pela direção, ou comando do MDB, constituído na época pelos moderados, na opinião de muita gente, limitava-se a coonestar o regime, dando uma moldura, supostamente legítima a tudo que era praticado pela ditadura. Havia a sensação que os políticos faziam algum tipo de contemporização... E qual seria a maneira de enfrentar a ditadura? Fazendo uma oposição autêntica. No nosso entendimento, o que os moderados faziam, era inautêntico, uma maneira de contracenar, participando do processo. Como se o MDB fosse apenas, a outra face de uma mesma moeda...a face opaca, sem brilho mas a outra face, de qualquer forma... Mesmo porque, situação e oposição eram uma moeda única, no discurso da ditadura. Seríamos, nós Autênticos, neste sentido, uma tentativa de contrariar essa lógica.

Nesta perspectiva, não temo em afirmar, que o enfrentamento real à ditadura passava por duas vertentes: uma de política convencional, constituída por nosso Grupo ; e outra, a

guerrilha armada. Existia inclusive, entre estes dois segmentos, um confronto surdo... No fundo nós nos estimávamos, mas cada qual considerava a política do outro equivocada. A guerrilha via o Grupo Autêntico, como uma forma de coonestar a ditadura. Para eles, qualquer tipo de política convencional, era uma maneira de reforçar o sistema... não importando se era Autêntico, ou moderado. Consideravam, a democracia em si uma farsa, e o processo político uma mentira permanente, não tendo portanto, sentido, acreditar no Congresso. A oposição congressual, qualquer que fosse, seria uma mistificação e cuja função era além de coonestar a ditadura, passar para o exterior, a imagem de que no Brasil existia oposição. Do lado dos Autênticos, entendíamos, que a guerrilha era um pretexto para a ditadura recrudescer.

Esse confronto, repito, era surdo, nós não os acusávamos, nem eles nos acusavam... Sentíamos que eram as duas opções possíveis, contudo, não queríamos tampouco concordávamos em hipótese alguma, com a solução do desespero... a solução da guerrilha. Acreditávamos no processo democrático, no processo político e sabíamos, que mais cedo ou mais tarde, por uma ação sustentada, continuada, forte, encontraríamos meios e modos de promover algum tipo de clivagem no sistema dominante. Realmente, chegamos perto diversas vezes, de promover uma abertura ou uma derrocada do regime.

Éramos, inegavelmente, um ponto de referência, sobretudo porque a cada ação da guerrilha, recrudescia a violência e alguém morria, desaparecia, ia preso, ou banido, exilado. Observe, o problema repercutia aqui no Congresso, e cabia a nós Autênticos a denúncia das torturas, violências e arbitrariedades. O grupo moderado não assumia responsabilidade de nada e argumentava que se enveredamos por esse caminho, a obrigação era nossa. Alguns apressados nos acusavam, atribuindo-nos posições esquerdizante, o que não era verdade, pois o amalgama comum era a luta contra a ditadura.

A questão dos direitos humanos, era "problema" do Grupo Autêntico, e inexoravelmente remetido a nós... questão bastante difícil, envolvendo risco permanente. Companheiros nossos, eram cassados a todo instante, exatamente pelas denúncias veementes que fazíamos. Isto, ficou muito claro na cassação do Alencar Furtado, mas rebatia, como se fosse uma responsabilidade nossa... a obrigação de denunciar! Estabelecia-se assim uma

situação ambivalente, até paradoxal, em relação a outras alternativas, como a guerrilha, que tínhamos de defendê-los, porém sabíamos que não éramos merecedores da confiança deles, porque nos viam como colaboradores da ditadura. Entendíamos contudo, a necessidade seguir em frente, e que um dia esse processo haveria de resultar em algum tipo de distensão.

Cheguei a vice-líder do partido. No começo esses cargos, eram exercidos pelo grupo moderado. A medida que fomos crescendo pouco a pouco, chegamos a liderança, com o Freitas Nobre, o Alencar Furtado, e posteriormente o Airton Soares, o Odacir Klein... Neste momento contudo, éramos já considerados, ou chamados Neo-Autênticos. Com o Grupo Autêntico mesmo, lembro-me, tivemos a liderança com o Alencar Furtado e Freitas Nobre, uma vitória formidável, porque impensável... conquista extraordinária, e eu fui o vice-líder. A hierarquia naquele tempo era diferente, toda vez que o líder por qualquer razão estava fora, o primeiro vice líder assumia... Fui também, vice presidente e presidente da Comissão de Economia, no ano de 78.

É importante ressaltar, que tínhamos um tipo de atuação, mais ou menos compartimentada, com companheiros especialistas em determinadas assuntos. No meu caso, especializei-me, mesmo a contra gosto em economia, e embora médico de formação, tive que enfrentar, digamos o lado árido da ação do Grupo, que era o confronto com o governo na área econômica. O governo propunha que o debate fosse na área econômica, os Autênticos estavam comprometidos com o discussão na política, na área dos direitos humanos, era esse o nosso campo de ação principal. Pouca gente estava interessada em debater economia entre outras razões, por tratar-se de um ponto onde o governo levava nítida vantagem. É preciso não esquecer, que vivíamos a plenitude do "milagre econômico". Verificávamos, que o "milagre", não tinha sustentação, nem consistência, e sobretudo não trazia melhores resultados para a população em geral. Os frutos do crescimento econômico não eram distribuídos, ao contrário, havia uma concentração de renda muito grande: "crescer o bolo, para depois distribuir". Nesta senda, comecei a estudar as falhas do modelo econômico, muito difícil de contestar na época, porque o governo usava os meios de comunicação, além de toda a sua "inteligentsia" para forçar uma aceitação do regime, por meio da eficácia e eficiência.

O governo justificava que não tínhamos eleição, tampouco liberdade, em compensação a renda per capita estava crescendo, a taxa de crescimento do PIB alcançava treze por cento, e isso de alguma forma, resultaria, em: "mais pão na mesa, mais vinho no copo, e um dia dentro em breve, iríamos ter que confiar nossas dúvidas às plumas de um travesseiro." Era próximo a isto o discurso do governo naquele período. É evidente, que também a literatura econômica internacional corroborava, mostrando o Brasil como um gigante que estava despertando economicamente. Esta era uma forma de reabilitar a ditadura, sendo um confronto dificílimo, até porque as informações que tínhamos da área econômica, provinham do governo.

Tudo o que dizia respeito na área econômica, eu respondia pelo Grupo. Especialmente, quando havia um fato novo sobre o tema, era escalado para falar, questionar, contestar, enfim... Até que um dia, resolvi estudar economia, e com este propósito como deputado, consegui uma bolsa de estudos para Paris, no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Paris 4 Rue Saint Guillaume, por intermédio do meu colega de Câmara Federal, Geraldo Guedes, Presidente da Associação dos Parlamentares de Língua Francesa. Chegando lá, estudei economia, relações econômicas internacionais, bem como assisti aulas do famoso Professor Maurice Duverger. Foi um período muito importante, porque me deu uma visão distanciada do processo, menos contaminada e preconceituosa.

Tive a oportunidade de conviver com exilados brasileiros, sendo meu primeiro contato com um médico de Goiânia... Dr. Samir Helu, cuja casa, passei a freqüentar. Encontrava-me também, com o Hermano Alves, na época, exilado, em Paris.

Posteriormente, me encontrei com o Celso Furtado, que é um episódio bastante interessante... foi por volta do final de 1971, início de 72. Eu trazia comigo a sensação de estar cumprindo uma missão pessoal, do Grupo, do Congresso. Daí, a necessidade de obter informações seguras sobre o regime brasileiro na área econômica, para desta forma poder apresentar os verdadeiros números.

Aconteceu então, uma coisa singular, o economista Celso Furtado estava exilado e lecionando na Faculdade de Rue d'Assas, que ficava um pouco mais abaixo do Instituto onde eu estudava. Desejava muito falar com ele, e contei ao Hermano Alves, que me alertou

sobre seu nervosismo, pois mesmo estabelecido, lecionando Direito, o pessoal da repressão continuava vigiando seus passos, e o SNI mandava agentes a Paris, com este propósito. Inclusive, certa vez estando na casa de Hermano, pela janela este me mostrou um cidadão na esquina que desconfiava ser um destes agentes. Por isso, Celso vivia muito tenso, tendo piorado sensivelmente, depois de uma visita a Grécia, onde também havia ditadura... Desde sua volta, não queria conversa com nenhum brasileiro, desconfiando que de alguma forma, poderia ser um agente.

Mediante esta situação, resolvi dessensibilizar o Celso Furtado... eu precisava das informações! E, com este fim passei a freqüentar suas aulas, sentando-me na primeira fila, para que ele pudesse ir se acostumando com a minha fisionomia. Depois de umas dez aulas, pensei, que ele estaria mais ou menos familiarizado comigo, e fui esperá-lo numa livrariazinha de esquina, que vendia livros americanos. Quando ele entrou, o abordei em português:

- "Professor..." Ele deu um salto, e indagou:

- "Quem é o senhor... o que deseja?" Naquele tempo, eu era muito jovem, tinha uma "baby face", e rapidamente concluí que se me identificasse como deputado, daí sim ele ficaria desconfiado...

- "Eu sou um estudante brasileiro, estou preparando uma tese sobre o Brasil, e creio que os números sobre o sucesso econômico, apresentados pelo governo brasileiro são falsos. Preciso ter números confiáveis, e numa consulta meu instrutor, orientou-me que procurasse o senhor... é seu amigo." Eu tinha cara de estudante mesmo, ele disse:

- "Quem é seu instrutor ?"

- "Professor Jean Vahl... o qual orientou-me que o senhor seria a única pessoa com condições de dar informação fidedigna sobre o quadro brasileiro."

- "O senhor está querendo esses dados para que?"

- "Eu já disse ao senhor, é para uma tese..."

- "E, o senhor vai apresentar aqui na França ou no Brasil?" Daí, ele passou de entrevistado a entrevistador, e eu disse:

- "Vou apresentar aqui, mas se ficar boa posso apresentar no Brasil também." Ele

replicou:

- "É uma tese ou memória?"

- "É uma tese, mas pode ser inclusive memória..." Nestas alturas, eu já estava confuso, e foi quando ele disse:

- "O senhor quer saber de uma coisa, eu não tenho nenhuma informação para lhe dar. Além do mais, os dados que recebo são da ONU, que por sua vez recebe do governo brasileiro... e se quiser esses dados, o senhor vá ali na esquina onde existe uma livraria da CEPAL, e encontrará facilmente este material. Aviso que esses dados, também não são muito confiáveis... não tenho mais nada a lhe dizer. Até logo e passe bem..." Não adiantaram minhas idas às suas aulas, porque Celso Furtado sequer lembrou da minha "baby face" de aluno.

Muito tempo depois, lancei Celso Furtado como candidato a governador da Paraíba, já na abertura, e tentei reconstituir essa história para ele, que já não se lembrava mais. Este fato ilustrativo é para lhe mostrar, o mar de sargaço que navegávamos... nada era confiável, e até o mais ilustre economista da oposição, Celso Furtado, não tinha muita coisa a nos dizer. Estava muito tenso, preocupado, e mesmo porque, realmente os dados que dispunha para trabalhar, não eram confiáveis.

Pessoalmente, este episódio teve um rebatimento extremado no sentido de perceber que estávamos sozinhos no mundo para todos os embates que surgissem... "tínhamos que nos cozinhar, em nossas próprias banhas." Não havia onde buscar apoio, nem intelectual... Nessas condições, voltei para o Brasil na busca de continuar meu trabalho. Mantive essa linha de oposição no campo econômico durante bastante tempo, não quero dizer que não assumisse também os temas político ideológico. Ao contrário, os contemplava também com muita determinação, porém achava que não podia me eximir do combate no campo econômico. Encontrava-me praticamente sozinho dentro do Grupo, quando o assunto dizia respeito a economia, sendo um dos poucos dedicado à questão.

Não, tínhamos, líder... e sim, algumas figuras preeminentes no Grupo, que não se caracterizavam como líderes propriamente. As decisões eram muito colegiadas, nos reuníamos

as vezes para uma deliberação passando a noite inteira acordados discutindo, e sempre preservávamos o hábito de todos usarem a palavra igualitariamente. Alguns companheiros, entretanto, tinham ascendência dentro do Grupo, fosse pela experiência ou um pouco mais de idade. Isto justifica talvez, o porque Freitas Nobre, Alencar Furtado, emergiram como líderes naturais dos Autênticos...

Tirávamos as decisões do Grupo, sempre que possível, de forma colegiada, havendo contudo, lideranças que se exerciam pela experiência, pelo arrojo ou pela iniciativa...e quando colocadas, tomávamos como fato consumado, nos orientando em função disto.

Este é o caso do Lysâneas Maciel, que com atitudes bastante audaciosas, criava o fato consumado, e nós o acompanhávamos em diversas circunstâncias... Às vezes tentávamos segurá-lo um pouco, evitando o excesso de arroubo. Contudo, uma vez acontecido, assumíamos junto, e íamos para o confronto com o regime! Situação, desta natureza, aconteceu exatamente quando o próprio Lysâneas foi cassado. Não queríamos que fosse à Tribuna naquele momento, mas nos contrariando e mesmo já cassado, fez o discurso. O Célio Borja, que estava presidindo a sessão desligou as campainhas, mas Lysâneas, continuou falando sem microfone, e isso irritou ainda mais o regime. O fato é, que nesta noite nós estávamos preocupados, não mais com o mandato de Lysâneas... isso ele já havia perdido, sim com sua segurança física.

Fizemos uma reunião na casa do Getúlio Dias, e ficamos a noite toda acordados, cuidando de várias questões, dentre elas em arranjar uma embaixada para dar asilo ao Lysâneas... e preferencialmente, que fosse comprometida com os direitos humanos. Buscamos a Embaixada da Suécia, a qual negou-se recebê-lo, além de outra, que não me lembro mais... E pasme, foi acolhido na embaixada de um país que havia saído recentemente de uma ditadura militar: a Venezuela. O adido, que recebeu Lysâneas, um militar, disse:

- "Bueno, para nosotros acá, la democracia es una religion, que venga su colega." Assim, colocamos Lysâneas na Embaixada da Venezuela, e ficamos a noite toda discutindo a elaboração de um documento protestando contra sua cassação, que seria encaminhado a Nação.

Recordo-me que discutíamos ponto a ponto, tirávamos uma palavra, colocávamos

outras, enfim... E esse documento, tinha que ser feito a quatro mãos ou a oito. Pelo lado Autêntico estávamos o Alencar, e, eu; pelo lado moderado estavam o Tancredo Neves e o Pacheco Chaves. Trabalhamos nisso até de madrugada, e, quando o dia já estava amanhecendo com o documento pronto, os Autênticos vetaram algumas expressões que o Tancredo havia colocado, expressões mais amenas... O dia amanhecendo, cinco horas da manhã, fomos à casa do Tancredo, para acordá-lo, bati na porta ele atendeu e eu, todo acanhado disse:

- "Desculpe acordá-lo uma hora destas, Ministro, mas é, porque..." ele se adiantou:

- "Os nossos amigos Autênticos não gostaram no texto?"

- "Esta muito bom, mas é porque..." E, ele interrompeu novamente:

- "Vocês participaram!"

- "Participamos, mas é que em assembléia, o Grupo, vetou determinadas expressões, e tem que tirar..." Tancredo atropeladamente, falou:

- "Não tem problemas, podem tirar o que quiser. Não podem é acrescentar nada!" Como se dissesse: pode até tirar o documento todo... não precisa essa cerimonia toda! É hilariante, mas era assim que as coisas aconteciam...

Vale ressaltar, que as decisões mesmo pessoais de cada companheiro, eram resolvidas no Grupo... discutíamos o "destino" de cada um. Recordo-me, quando Marcos Freire resolveu ser candidato a senador, fomos todos contra, mas ele foi a Pernambuco, se organizou por lá, voltou candidato e absolutamente inarredável... Uma vez que ele entrou, aceitamos a realidade, passando a apoia-lo em sua candidatura, elegeu-se senador e um pouco em função dessas iniciativas pessoais, caracterizou-se, como um dos líderes do Grupo. Um dado importante, é que Marcos, exercia liderança num setor escolhido: de direitos humanos, e quase tudo sobre o tema, drenava através dele, sendo uma espécie de ponto de referência. Tornou-se uma espécie de representante do Grupo, por especialização, menos por estar no Senado, mais por uma capacidade muito grande e uma coragem pessoal excepcional. Dito de outra forma, existiam algumas pessoas... não as chamaria líderes, mas com ascendência dentro do Grupo.

Nossa relação com o MDB, era tão complicada que seria virtualmente impossível encontrar um Autêntico, conversando com um moderado. Não digo trocando idéias, ou

discutindo questões políticas, mas contato pessoal mesmo! Viamos os moderados na condição de adversários, como se da ARENA fossem. Depois de algum tempo, quando o partido já estava numa fase mais avançada e após muitos embates, o relacionamento com alguns moderados acabou acontecendo. Estávamos todos de certa forma, já um tanto cansados dos conflitos e buscávamos uma aproximação. Inicialmente, com o Ulysses Guimarães, que nos primórdios, era totalmente do grupo moderado; depois com o Tancredo Neves... Até as figuras mais graduadas do grupo moderado, acabaram por manter um bom relacionamento conosco. No final dos anos 70, esse relacionamento ainda era muito difícil. Localizo esta aproximação quando o partido mudava a sigla, de MDB para PMDB.

Ainda sobre a dificuldade de relacionamento, lembro-me, de um episódio que é de certa forma um marco, e aconteceu na última convenção do MDB. Nesta oportunidade Tancredo Neves, que presidia o evento, foi extremamente hostilizado pelo MR8 que ocupava as galerias, e o agredia, com xingamentos ditos em altos brados, e principalmente com a musiquinha, que tentarei cantar: "Dr. Tancredo Neves, qual é a sua decisão, acabar com a ditadura ou dar o braço ao João, poropopopopo, poropopopopo...", era um tal de "poropopo"... O Tancredo, coitado... lívido, e neste momento na mesa, virou-se para mim e disse:

- "Gadelha, eu não estou suportando isso aqui..." E, segurando minha mão, percebi, que ele estava gelado. Tomei iniciativa de levá-lo para casa. Esta situação traduz que vivíamos um momento de aproximação! A mudança real de relacionamento, contudo, só aconteceu final dos anos 70, o que não diminuiu a importância do passado, das fortes tensões com os moderados, por toda esta década!

Quanto ao Encontro de Recife, tenho a impressão que foi o momento desencadeador da organização do Grupo Autêntico, onde nos estruturamos como grupo, e ganhando organicidade passamos a agir juntos. Foi a primeira vez que pregamos uma Assembléia Nacional Constituinte, e naquele tempo Constituinte era tabu, uma palavra inaceitável pelo regime! Nossa intenção no caso, era dupla: dar um caminho, um destino ao povo brasileiro, uma visão concreta do processo, levando a uma abertura, e inexoravelmente à democracia.

Numa outra visão, teríamos um mecanismo de confronto, ou seja, estaríamos realmente assumindo, o conflito direto com a ditadura... Isto em 1971! Creio ser esta a razão, porque o Encontro de Recife, é tido como um marco.

É verdade, a mídia se dividia e se posicionava muito em função das atitudes do Grupo Autêntico, só havia fatos rigorosamente jornalísticos, quando nós os criávamos, no mais tudo era rotina, coonestação. O Congresso na época, funcionava como uma espécie de cartório para reconhecer firma do Executivo, apenas homologando as decisões deste Poder. Houve um determinado ano, que foram apresentados nove mil projetos de lei pelo Congresso, aprovados quatro e apenas um transformado em lei! O Congresso não tinha nenhuma iniciativa, quando era gerado um fato político, a margem do processo Legislativo, tinha-se a certeza, que fora gerado pelo Grupo Autêntico. De maneira, que a mídia se pautava em função da atuação do nosso Grupo, e nesta tendência ela também se dividia, havendo jornalistas simpáticos, e que se afinavam conosco, geralmente os mais jovens: Marcondes Sampaio, Jorge Bastos Moreno, Hélio Doyle, Evandro Paranaguá, exatamente! E, outros mais antigos, eram ligados aos moderados. No entanto, havia um conjunto de jovens jornalistas, também ligados ao governo...

Quanto aos jornais de um modo geral não eram confiáveis. Havia todo tipo de censura: explícita, implícita, prévia, auto-censura... Neste campo existia toda espécie de cerceamento ao direito de manifestação e pensamento, constituindo um quadro extremamente difícil. Um jornal confiável ao Grupo, e que sofreu por conta disto, foi o "O Estado de São Paulo", que circulava comumente com espaços em branco na primeira página, na página de dentro, ou mesmo páginas inteiras vazias. Por princípio, o lugar da matéria censurada não era preenchido. No máximo substituíam pelo desenho de uma flor, por um poema de Camões ou por uma receita de bolo...isto era comum. Muitas vezes algum jornalista me telefonava dizendo:

- "Infelizmente o seu discurso de hoje, não sai. Será substituído por um poema de Camões, ou por uma flor." Era a maneira do "jornal" reagir contra a censura, sem, naturalmente, deixar de sofrer os riscos, até de um empastelamento, ou coisa do gênero. Qualquer matéria do Grupo Autêntico, era extremamente vigiada, muito censurada, havendo

essa determinação pelo menos no "Estadão". Não me recordo o comportamento dos outros jornais, mas com certeza "O Globo", nem liamos ; a "Folha de São Paulo", no momento tinha uma postura, ainda crua a este respeito, e seu segmento político era um tanto confuso; no "Jornal do Brasil", havia a Coluna do Castelo, liberal, independente, confiável. Para o Grupo na época, penso o único jornal fidedigno foi mesmo "O Estado de São Paulo".

É importante registrar, que trabalhávamos compulsivamente, éramos aplicados, tarefeiros, cumpridores de missões. Havia um orgulho em ser Autêntico, sobretudo um senso de responsabilidade histórica. De modo que nos movimentávamos, como se cada um fosse responsável pela imagem do Grupo. Quando alguém subia na Tribuna ou aparteava... bom ali estava um representante dos Autênticos, ou seja, não destoávamos da linha, do conjunto do Grupo. Procurávamos, sempre nos manter afinados com o pensamento do coletivo, e com designio histórico, a que acreditávamos determinados. Chegávamos, cedo ao Congresso, nos reuníamos em grupos grandes ou pequenos, e discutíamos as matérias do dia, a pauta, ou algum processo em curso. Estas discussões serviam como fóruns, onde nos municiávamos para executar os propósitos. Quando alguém noticiava um fato novo, ocupávamos o horário do Pinga Fogo, que são apenas três minutos. Para superar este limite de tempo, tinhamos como estratégia comparecer no ato da inscrição em bloco e nos escreviamos seguidamente, sem escala... Desta maneira conseguiamos ter sempre por volta de dez Autênticos, em série falando sobre o mesmo assunto! Juntando os três minutos de cada um... O assunto que discutiamos, forçosamente aparecia na mesma noite na Voz do Brasil, posto que um assunto dominante não havia como deixar de noticiar. Suponhamos, que Alencar Furtado falou sobre um assunto, Nadyr Rossetti, Marcondes Gadelha, cada um mostrando um pequeno enfoque... Veja, aproveitávamos todos os espaços e brechas que estavam disponiveis.

Éramos também, os mais assíduos na Tribuna, havia o horário da liderança que disputávamos, agendando com antecedência a fala de cada um. Isto possibilitava que todos se dedicassem ao discurso, como se fosse um dever de casa para cumprir. Geralmente, ficávamos ocupados o dia todo no Congresso, e a noite nos reuníamos, em casa de algum componente do Grupo. Variávamos sempre de casa, e discutíamos basicamente as coisas do

dia, além de traçarmos diretrizes de ação política. Nos encontros, havia uma fraternidade muito grande no Grupo Autêntico, compartilhada, também pelas esposas.

Como pude demonstrar nossa rotina era permeada por política o dia todo, almoçávamos e jantávamos este tema, sem parar, e claro também planejávamos. Interessante, que inicialmente o Grupo apenas reagia diante dos fatos, entretanto, depois de algum tempo começamos a planejar, a executar, e a buscar soluções procurando dividir a ditadura, ou colocá-la em confronto com a opinião pública interna, ou externa. Para isto, foi necessário criarmos de alguma forma, constrangimentos à permanência da ditadura, e para chegarmos a estas questões o planejamento de nosso trabalho, traduzia-se em etapa fundamental do processo. Às vezes, até buscávamos grandes soluções, como um momento particularmente marcante, e diria tenso do processo, que foi quando Ulysses Guimarães candidatou-se a presidência da República.

Esta idéia, foi na verdade, lançada pelo Grupo Autêntico, sendo sob nossa ótica, uma maneira de criar problemas para o regime, colocando a candidatura de um homem absolutamente insuspeito, com uma imagem impecável dentro e fora do país... além de ser um político, com um senso de responsabilidade inatacável. Seria também, uma maneira contundente de denunciarmos o regime. Entendíamos, também, que criaríamos um problema para a ditadura denunciando o regime, considerado por nós uma farsa... Em síntese, este era o espírito. E, daí intitulou-se Anticandidatura!

Ulysses, se empolgou muito com as viagens que fez pelo país. Acompanhei-o em diversos comícios, nos quais era delirantemente aplaudido, e recebido... foi uma coisa absolutamente impressionante! Ulysses, começou a acreditar que aquilo era para valer mesmo, e resolveu manter sua candidatura até o fim, levando-a para o Colégio Eleitoral. Como não fora este o acordado, criou-se um problema para nós, que resolvemos romper lançando o famoso manifesto assinado por vinte três companheiros, cuja redação, atribuo ao Lysâneas:... "Devolvemos o voto ao grande ausente o povo brasileiro!"... Esta leitura foi feita no Colégio Eleitoral, e a partir daí, acentuou-se a ruptura com o grupo moderado, além de cairmos definitivamente numa linha quase que marginal, porque fazíamos oposição aos

poderes constituídos na esfera: municipal, estadual e federal; oposição dentro do partido; oposição em relação as Forças Armadas... oposição a tudo! Notadamente, nos tornamos um Grupo insólito, passando a navegar sozinho... contra tudo e contra todos.

A Anticandidatura e seus desdobramentos, digamos, edificaram o auge do Grupo Autêntico, ou seja, desde o lançamento da candidatura de Ulysses, bem como a ruptura, foram nossos momentos mais importantes e definidores: carne é carne, peixe é peixe, somos água e óleo. Não nos misturamos com o regime, nem que venha sob um disfarce, sob o avatar de uma eleição. A Anticandidatura foi um passo importantíssimo, mas vale lembrar que o acertado com Ulysses, era a retirada da candidatura, contudo seu entusiasmo o manteve na "disputa". Se foi certo ou errado, não vem ao caso discutir... embora no apogeu dos acontecimentos nos pareceu absolutamente errado....e, pessoalmente, ainda hoje, penso assim.

De qualquer forma, é difícil avaliar Ulysses que tinha alma de poeta, uma coisa de visionário. Era um sensitivo. Agiu intuitivamente, pensando que praticava um ato muito importante, cedendo ao impulso estético. Continuo pensando que Ulysses agiu de boa fé, e não tinha a intenção de coonestar com coisa nenhuma! O que ele viu na rua foi realmente uma comoção popular, muito grande.

Tenho a impressão (embora não possa avaliar com precisão), creio que Ulysses no fundo pensou que mantendo a Anticandidatura, e sobretudo com a derrota, infundiria na população brasileira um sentimento de perda... de perda concreta, de fracasso do povo que foi para rua com ele. E, esta experiência talvez, levasse os brasileiros a uma compreensão melhor do processo. Certamente, deve ter entendido este mecanismo como mais eficaz do que a simples retirada da candidatura, ou seja, um resultado concreto para o entendimento do povo, posto que o nível de conscientização, Ulysses sabia, era pequeno.

Esta situação concreta, quer dizer, a derrota no Colégio Eleitoral, a absoluta inviabilidade de estar influindo, apesar da boa vontade do povo, poderia chocar a população... É muito difícil de avaliar, mesmo porque a versão que circulou na época, era oposta. Diziam, que ele manteve a candidatura, premido ou espremido pela ditadura, que exigia sua manutenção. Não acredito nessa tese, porque Ulysses era efetivamente um homem muito

corajoso! Perceba, já naquele tempo ele estava imbuído... não obstante os moderados mantivessem uma distância prudente em relação a nós... Ulysses buscava aproximação com o Grupo Autêntico, e confiante na nossa luta, procurava definir sua linha cada vez mais firme e segura. A partir daí, Ulysses tornou-se realmente mais incisivo em seus posicionamentos. É tanto, que num dado momento rompeu com os próprios moderados, exatamente quando houve o "racha" e, Tancredo líder do grupo mais nitidamente moderado, formou o PP. E nós os Autênticos ficamos com o Ulysses no PMDB.

Posteriormente, tivemos um outra experiência, também, bastante significativa, quando tentamos dividir o regime lançando a candidatura de Euller Bentes, para Presidente da República. Foi um momento muito criativo e uma situação, teoricamente, possível de alcançar. Tinhamos a informação que algumas pessoas na ARENA, estavam dispostas a votar em Euller Bentes, e que existiam divisões decisivas na área militar, respaldando essa ação.

Mais adiante, verificamos, que o Euller não contava efetivamente com essa retaguarda militar imaginada, somando-se o fato que o pessoal da ARENA refluiu, e acabou votando contra ele. Esta tentativa, foi uma articulação do Grupo Autêntico, em que participou o grupo moderado mostrando que havia integração, e até uma certa preocupação com o bom andamento desta campanha. O Tancredo sempre se queixava do Magalhães Pinto, que resolveu também concorrer, atrapalhando sobremaneira o nosso candidato. Lembro-me, que havia neste momento, um interesse sincero dos moderados em colaborar na candidatura de Euller.

É indubitável, que a partir desse ponto, passamos para uma fase de articulação, existindo uma consciência mais nítida, e que a abertura era inexorável, não havendo condições de longevidade do regime... Um dado importante que prova isto, foram as clivagens internas dos quartéis... Um dos princípios que os militares tomavam para si na tentativa de evitar hegemonia de algum grupo interno, era o rodízio entre eles. Esta estratégia não evitava, tampouco superava as tensões inerentes: a não homogeneidade entre eles. Dito de outra forma, na medida, em que havia rotação de generais pelo poder, gerava antagonismos, idiossincrasias próprias, fraturas e divisões. Foi neste ponto, que encontramos algumas brechas e esperanças para a abertura.

Abertura... a abertura democrática, foi sem dúvida o fator desencadeante, de nossa dissolução. Nesta ocasião, o discurso dos direitos humanos foi perdendo o apelo; o confronto também não era tão visado pelo regime, e Figueiredo mostrava-se realmente interessado numa abertura... Anteriormente, com o regime fechado, houve um período em que interessava o confronto com o Grupo Autêntico... sobretudo porque éramos inegavelmente, os porta vozes de discursos e práticas combativas...

No momento da abertura, o discurso dos direitos humanos, já não possuía mais o tom grave de ameaça... iniciara-se a anistia. E, com o AI-5 revogado, fator emblemático, fundamental de nossa luta - o qual pontuamos o fim, como um marcador de tempo - houve o levantamento da censura na imprensa, e demais meios de comunicação; o repatriamento dos banidos, cassados, exilados... a primeira eleição direta em 1982. Ou seja, a recuperação de certas garantias Constitucionais, propiciando um clima, em que nosso discurso ficou de certo modo, anacrônico.

Começamos a raciocinar em torno de um país pós ditadura, e percebemos que o primeiro desmembramento, seria o ideológico! E, neste quesito nosso Grupo era plural, onde conviviam todos... todas as correntes ideológicas, principalmente de esquerda. Havia liberais, pessoas de centro, de direita, além de comunistas, trotkistas... Em suma, lá estavam todas as correntes de esquerda... Com a abertura, veio a multiplicidade de partidos políticos, e a esquerda iniciou a busca por caminhos próprios. Com a legalização do Partido Comunista, seus militantes procuraram a individualidade, bem como aconteceu com outras correntes de esquerda que se aglutinaram. Deste modo, alguns companheiros foram deixando o Grupo, para procurar outros partidos mais afinados e compatíveis ideologicamente.

Fica evidente que o primeiro estímulo de separação foi o ideológico. A seguir, começaram as influências da política eleitoral regional propriamente dita, havendo um momento, em que objetivamente o discurso ideológico perdera integralmente o seu apelo, bem como o dos direitos humanos. Os objetivos passaram a ser mais relativos a prática política corrente... e cada qual por sua vez com a preocupação mais emergente, em cuidar da própria vida, dos próprios objetivos, dentro desse novo quadro de abertura. Minha avaliação,

é que consciente ou inconscientemente, o fator de dissolução do Grupo Autêntico foi a abertura política.

De minha parte, deixei o PMDB em 1... 9... 8... 2, exatamente na abertura. Saí por uma questão de política local da Paraíba. Bom, vou explicar, esta história complicada... longa e especialmente traumática: passei toda a minha vida na oposição, e esse sentimento de contestação em mim, vem de muito longe. Meu pai refutou o Estado Novo, e, conseqüentemente, foi um dos fundadores da UDN na Paraíba em 1945. Quando esta agremiação foi para o poder com a Revolução, papai transferiu-se para o MDB, e continuou contrário ao governo permanecendo com postura oposicionista até o fim de sua vida. Éramos - eu e ele - os responsáveis pelo MDB no interior da Paraíba, desde de Campina Grande até a fronteira com o Ceará. Toda esta extensão geográfica, digamos, girava em torno da nossa ação política, centrada na cidade de Souza.

Não havia na grande maioria das cidades do interior da Paraíba, antagonismos, na medida em que eram alinhadas ao governo, de ponta a ponta, desde a prefeitura, passando pelo Governo do Estado... Nós ao contrário, contestávamos em todos os níveis, o que naquela época no interior da Paraíba, era infinitamente mais complicado do que teorizar no Jardim América ou em Ipanema. Muito difícil! Éramos perseguidos... meu pai empresário foi vítima de sanções políticas, através do Banco Nordeste, do Banco do Brasil... Sofremos demais, e durante muito tempo! Fui muitas vezes, ameaçado de cassação, além de ser objeto de todo tipo de molestamento.

O MDB, forjado com tanto sacrifício e amor por nós em praticamente todo interior da Paraíba... o qual pegamos do nada... quando da abertura, na primeira eleição direta, pela qual tanto lutáramos, o meu MDB, entrega a cabeça de chapa a nosso maior opositor. Tratava-se de um político egresso da ARENA, cujo passado exercitou servindo a Revolução, atuando contra nós e contra o MDB... construído com tantos sacrifícios... Após tanta luta, ao alvorecer da abertura democrática, na primeira eleição direta, cuja batalha pela conquista desempenhamos plenamente. A infelicidade maior, é que esse candidato, esse político, era nosso adversário figadal na cidade de Souza, contra o qual sustentamos uma luta por mais

de vinte anos: o Deputado Antônio Maris, mais tarde senador da República.

Ficamos numa situação muito difícil... tentamos várias alternativas junto ao partido. Lançamos inicialmente a candidatura do Ronaldo Cunha Lima, pessoa com uma tradição histórica dentro do MDB. Como prefeito de Campina Grande fora cassado, tornando-se uma figura emblemática das oposições paraibanas. O partido contudo não quis conversa, fez uma reunião, uma pré convenção e não aceitou a sugestão.

Lançamos então, a candidatura do Celso Furtado, o qual localizei e aceitando prontamente foi a Paraíba. Naquele tempo, Furtado era o nome mais ilustre do nosso Estado, um grande economista de expressão internacional, figura acatadíssima, ilibada! Infelizmente, foi também rejeitado pelo MDB.

A verdade, é que o partido estava na firme determinação de uma coligação com o PP. Não foi por acaso, que Antônio Maris saiu da ARENA e veio para o PP. Quando foi resolvida a incorporação... a aliança, fomos abrigados a deixar o PMDB. Na época, fiquei sem opção... Veja bem, passei vinte anos combatendo Antônio Maris, seria portanto insuportável subir no palanque e passar a elogiá-lo, respaldá-lo. Foi uma situação realmente dolorosa, levando-me a procurar o Partido, o Dr. Ulysses... todo mundo!

Vivíamos a abertura, e o Partido dos Trabalhadores, acabava de nascer... Procurei o PT, no qual meu companheiro do Grupo Autêntico, Freitas Diniz, já estava instalado, pois fora iniciada a diáspora do PMDB. Falei com Freitas, com Airton Soares, aí também alojado, sobre minha vontade de engrossar as filas do PT, e fui recebido com muita alegria! O Lula teve a mesma reação de entusiasmo, acatou muito bem a idéia, e inclusive enviou Jacó Bitar à Paraíba, para preparar o meu ingresso no partido! Bem, depois de tudo acertado, a executiva do PT da Paraíba, deu uma nota violenta nos jornais, na primeira página, dizendo que não me aceitaria devido minha origem burguesa... Meu pai era empresário, eu nunca vesti macacão não conhecia o sofrimento do trabalhador, e, portanto não podia ser aceito no Partido dos Trabalhadores. Dado curioso, é que os componentes desta Executiva, poucos meses antes, (na véspera do Natal de 1981) de dentro da prisão de Itamaracá, onde estavam presos, escreveram uma bela carta assinada por todos, agradecendo a minha luta pelos direitos

humanos, liberdade, anistia, e levantamento das censuras... Uma carta realmente, muito bonita!

Por volta de fevereiro, em liberdade graças a anistia, deram esta nota. Recordo-me, que havia um sujeito chamado Calistrato... engraçado, mais parece nome de remédio para calo! Não sei o que faz hoje, nunca mais tive notícias dele... Não é mais da executiva. Frente a esta nota violentíssima, fiquei sem opção, não havia outro partido de oposição. Restava-me ir para casa e deixar a política...

Em meio a este clima emocional, a esta turbulência, meu pai veio a falecer, ficando uma situação extremamente terrível... dilemática para mim. A idéia de ir para casa, deixar a política passou muito por minha cabeça, todavia, o meu raciocínio dizia que ir para casa, só se fosse com os meus próprios pés... enxotado, nunca! Quer dizer, alguém chega, ocupa "a casa" que eu construi, e por arte do diabo era o meu adversário pessoal... Nesta circunstâncias, expurgado, não vou! Não sou descartável, não sou biodegradável... persistirei na política!

Neste interim, Figueiredo tomou conhecimento do drama que eu vivia na Paraíba, propôs uma conversa, e disse:

- "Olha Gadelha, eu entendo e sei que existe uma questão local, mas gostaria que prestasse atenção num detalhe, as coisas pelas quais você lutou, estão acontecendo: a anistia, já chegou; a revogação do AI-5, resolvido; o levantamento da censura, esta aí; o retorno dos banidos, dos exilados, definido; a eleição direta, aí esta. Não gostaria de me aproveitar da circunstância, porém, quero pedir-lhe ajuda na edificação do processo de abertura, bem como deixar claro, que para mim, sozinho, não é fácil avançar nestes assuntos... Se você puder me ajudar..." E eu, realmente não tinha o que fazer, e respondi:

- "Está bem, Presidente, enfrentaremos esta luta juntos". Deste modo, saí candidato ao senado pelo PDS...

Quero lembrar, que minha entrada no PDS, foi um verdadeiro corredor polonês, porque comecei a levar paulada dos dois lados: dos meus companheiros antigos do MDB e dos novos companheiros do PDS, que por seu turno, também lançou outros candidatos na sublegenda, e me atacaram, como se eu fosse um cristão novo. Comecei a levar borrachada

dos dois lados, ou dos três lados, o PT também participou.

Observe, no PT, não podia entrar porque não me aceitavam; do PMDB, eu estava sendo expulso. A única opção era o PDS... A reação no plano nacional foi a pior possível! Sofri o diabo, todo o tipo de agressão, da imprensa, de todo o mundo... de toda parte, até do exterior. Eu e o Fernando Lyra, éramos os próximos membros a ingressar na Internacional Socialista, do qual recebi carta de protesto. Resolvi contudo, enfrentar a situação, especialmente porque na Paraíba, o quadro era exatamente o oposto... as pessoas conhecendo a questão local, sabiam que seria impossível conviver... Ainda complementando, quanto ao resultado das eleições de 1982, houve um fato curioso: venci a eleição para senador, como também para prefeito, da minha cidade natal! Foi a primeira vez que ganhei para prefeito na minha cidade Souza, e em meio a tantos conflitos... Eram eleições gerais, para governador, prefeito. E mais, elegi meu irmão Doca, deputado estadual. Foi uma vitória completa! Minha interpretação, é a de que o povo votou atento as estas circunstâncias todas.

Nesta eleição, havia sublegenda, eram três candidatos pelo meu partido, PDS, três pelo MDB, e um candidato do PT. O povo votou, seletivamente, especificamente no meu nome. E o que aconteceu? O resultado foi impressionante, tive mais votos, do que os outros seis candidatos somados, e tornei-me o senador mais votado da história política da Paraíba de todos os tempos, em termos absolutos e relativos, até aquela data! Permaneci no PDS por algum tempo, e com a criação do PFL fui para lá, onde estou até hoje.

Minha convivência no novo quadro partidário, nunca foi normal... e ainda hoje é muito traumática. De certa forma, o resultado adverso que eu tive nas eleições para senador de 1990, está ligado a isso, pois estive novamente em confronto com Antônio Maris candidato a senador pelo PMDB. O esquema que me apoiava se dividiu, a mulher do meu candidato a Governador Wilson Braga, Lúcia Braga, já na convenção rompeu comigo. De forma que levou metade do esquema a votar contra mim... Este fato trouxe a derrota. Esta experiência, é em última análise, fruto de uma convivência que nunca foi de muita confiança recíproca, tampouco de entendimento, devido sobretudo o antagonismo de nossas origens.

Em suma, fui deputado federal três vezes, eleito em 1970, 74, 78. senador, de 1982 a

90 No ano de 86, disputei a eleição de Governador do Estado contra o Tarcísio Buriti, e perdi, retomando o mandato de senador, que foi até 1990.

Creio, que não há nenhuma diferença, entre o que pensa hoje Marcondes Gadelha, e o Marcondes Gadelha do tempo do Grupo Autêntico. Considero-me um liberal por formação. Conjugava o liberalismo desde "aquele" tempo. E, muito embora, o Grupo dos Autênticos fosse tido como de esquerda, na verdade o nosso denominador comum era a luta contra a ditadura.

Embora sendo fundamentalmente um liberal, convivi ao longo de todos estes anos, magnificamente bem com a esquerda, porque tínhamos um projeto comum, que era a abertura. Sou entretanto uma pessoa desconfiada em relação as ideologias, nunca acreditei que tivessem longevidade. Não posso dizer, que havia um embasamento científico nesta percepção ou se era apenas intuição, maneira de pensar, ou uma esperança. Em relação a este tema, devo me reportar à época de estudante, quando sofri uma influência filosófica bastante forte dos existencialistas, sobretudo dos franceses. Eles tinham uma desconfiança muito grande em relação aos sistemas, e a qualquer forma de sistematização do fenômeno humano. O ser do homem, está em permanente transcendência, não pode ser enquadrado, e não há como direcioná-lo mediante um conjunto de regras como se fosse um objeto. Esta idéia em relação aos sistemas, ou a sistematizações, ficou no meu inconsciente por muito tempo. Na minha concepção, as ideologias não poderiam prevalecer contra esta explosão de liberdade que é o ser humano, não era possível enquadrar e mais cedo ou mais tarde, a história provaria isto... Sempre desconfiei.

De maneira, que a queda do muro de Berlim, pondo fim no chamado socialismo real, não me surpreendeu... não sou nenhum oráculo, mas intuitivamente... O que aconteceu, foi a chegada do fio orientador da história, para o eixo de questões que eu já ponderava, quando estava no Grupo Autêntico: as ditaduras eram transitórias, de direita ou de esquerda e, ao final das contas, o indivíduo é que prevaleceria, a liberdade individual, a capacidade de expansão do ser! Isto sempre considerei viável, dentro de um quadro de convivência liberal. Vejo que estava certo, neste meu pensamento, estamos aí com uma vitória absoluta da

democracia no mundo todo e, com a preservação da economia de mercado, que é um sucedâneo do pensamento do século das luzes, sua decorrência: o constitucionalismo. Estes princípios amplamente vitoriosos formam a minha maneira de ver as coisas.

Antigamente estes pensamentos eram, reprimidos, por uma situação circunstancial, a ditadura; e por um confronto internacional entre capitalismo e comunismo, esquerda e direita. Acreditava, porém, que mais cedo ou mais tarde, tudo isto iria desaparecer. Hoje, vejo as coisas mais claramente, e penso que tinha razão... apostei no rumo certo da história, e também, nas minhas convicções. Sinto-me, de certa forma, recompensado.

A participação no Grupo Autêntico, foi a coisa mais importante da minha vida política. Tenho a impressão que nunca fiz nada melhor, nem mais importante do que neste período. Ter pertencido ao Grupo Autêntico, foi uma experiência que guardo na memória, com um carinho veludoso. Tratou-se de uma etapa realmente marcante! Creio que cumpri, de alguma forma, o desígnio de um político, cuja meta era abrir o país, e para a qual entrei de cabeça... Apostei a minha vida, a minha segurança, a minha profissão, as minha crenças todas... joguei tudo nisso e deu certo! Olhando para traz, e me vendo como um Autêntico, sinto a sensação que tenho como justificar a minha vida política, e até mesmo como indivíduo, e cidadão. Foi muito importante, tenho bastante orgulho desta vivência!

Na Paraíba, talvez existam muitas pessoas, que acreditam nas minha concepções. Sou tido, como alguém com um corpo de idéias definidas, um passado respeitável, e com proposta para o futuro. Isso me faz lembrar, que perdi a eleição de 1986 para governador, com teses da modernidade... Ou seja, falei em modernidade... modernização, muito antes de Collor. Não tenho nada com ele, não votei nele... Acredito porém, firmemente na importância destas teses, principalmente para os Estados do Nordeste, e, em especial para a minha Paraíba. Meu projeto para o Rio São Francisco, é uma forma de modernização da agricultura...

Todos os apelos da modernidade, me soam bem, e consegui sistematizar isso na Paraíba, de forma que as pessoas me identificam com uma espécie de condutor, de arauto das teses modernizantes, e muita gente se identifica com isso... Não saberia entretanto, nominar estas pessoas. O fato de ter deixado o MDB, fez com que eu não conseguisse nuclear pessoas.

Tenho simpatizantes disseminados no Estado todo, tanto que a minha campanha, para deputado federal neste ano de 1994, não tem bases eleitorais definidas, com exceção de minha cidade Souza. Espero receber votos de uma maneira difusa, sobretudo de indivíduos que compactuam das minha idéias e propostas. É esta minha expectativa, mesmo porque, não tenho dinheiro para sustentar uma máquina de campanha.

Sou rico de origem, mas atualmente me considero um homem pobre. Ao longo de minha vida pública, empobreci bastante, empobreci muito. Hoje, não teria condição de sustentar uma campanha política contra o governo, sem precisar de nada, sem receber ajuda de ninguém, coisa que antigamente não me faltava, porque meu pai sempre "segurou". Esse negócio de campanha com recursos de empreiteira, empresa... nunca existiu, nem em sonho na nossa cabeça. Toda campanha era bancada por nós mesmos, sempre foi e nunca houve problema nenhum. Por isso, farei uma campanha "franciscana", a mais simplória e rudimentar, confiando apenas na memória do meu nome, na boa imagem... no fato de ter sido um bom Parlamentar. Espero que estas coisas sejam suficiente para me eleger, reconheço que não é fácil.

Os partidos políticos no Brasil estão em crise, aliás, mais do que isso, creio que terminarão nestas próximas eleições, pois esta havendo uma promiscuidade geral, absoluta e total. Inclusive, eu denunciei isso numa reunião do partido em Recife, argumentando, a impossibilidade de se fazer coligações harmoniosas neste país imenso, conjugar em vinte sete Estados, a situação local, com a situação nacional... Acaba acontecendo como na Paraíba, onde existe uma candidatura do PDT com o apoio do PFL, possibilitando que dois candidatos a presidente, Fernando Henrique e Brizola, subam no mesmo palanque. Os partidos estão no fim, com exceção do PT, que é muito bem estruturado, os demais deverão sofrer uma modificação profunda desaparecendo, reorganizando, ou fundindo entre si.

A vida partidária no Brasil é muito efêmera, os partidos são todos transitórios, não tem durabilidade. Na Argentina, ao contrário, eles tem tradição; no Paraguai, o Partido Colorado tem cem anos de existência. No Brasil um partido quando dura dez anos, é uma grande coisa... uns são natimortos, outros debelados por algum golpe... Não sei nem quantos

partidos tivemos. Na Constituinte de 1934 surgiu até, Partido dos Alfaiates do Acre, e atualmente não é muito diverso, temos partidos caricaturais, como o PNSC, PRONA.... corroborando com minha idéia de falência absoluta e completa da concepção partidária vigente. Responsabilizo o sistema presidencialista por este estado de coisas, e nós brasileiros, por natureza não temos espírito gregário, somos avessos ao associativismo. No máximo torcemos pelo Corínthians, ou pertencemos a uma denominação religiosa, e para por aí.

As pesquisas sobre identificação com partidos, é prova disto, se não vejamos: quatro por cento se identifica com o PFL; três por cento que se identifica com o PT, e, só. Quem tem alguma identidade é o PT, e também não é uma coisa muito grande. Penso que o regime presidencialista tem muito a ver com isso, pela força e poder majestático, que se confere ao presidente da República, e acaba desmoralizando os partidos. Todo mundo quer ser amigo do rei, havendo um tropismo natural, em direção ao centro de poder que é o Presidente da República, que tudo pode... As pessoas saltam o muro de seus partidos, para se alinhar e rapidamente... O Collor, subiu sem partido nenhum, e quando chegou ao poder, se quisesse, poderia ter feito o maior partido do Brasil... Se quisesse faria, porque a presidência da República permitiria isso. Neste aspecto, a manutenção do presidencialismo, creio, foi um desastre para o Brasil e para as agremiações políticas, e a prova está aí. Na próxima eleição, na próxima legislatura, não serão os mesmos partidos... teremos um novo alinhamento. Não sei de que forma, mas com exceção do PT...

Se eu estivesse no poder... a primeira coisa, o teria colocado a favor da causa parlamentarista, mudaria a natureza do regime. Em segundo lugar, procuraria alterar as relações entre a autoridade e o cidadão. Daria mais retaguarda a sociedade... ao povo, mais força ao indivíduo e menos ao Estado. Uma das causas do nosso atraso, é a herança portuguesa e católica, que é muito hierarquizante. Tendemos a confiar demasiado no Estado, procuramos um "paterfamílias", na figura do Estado, do presidente da República, do chefe, do capo, do Napoleão, do czar, sei lá do que... Ou seja uma figura, uma espécie de arquétipo ancestral, que substitua o pai de todos nós. Por isso, nos entregamos feito um pacote nas mãos do Estado, e queremos que ele resolva tudo por nós. Não vai resolver coisíssima nenhuma!

Gosto muito de uma definição do Max Weber: "O Estado é um ente de dominação, que detém o monopólio da violência legítima." É só isso mesmo! Eu confio muito mais no indivíduo, na sociedade!

O progresso é feito pelas pessoas, pelo indivíduo, por pequenos grupos, pelo cidadão anônimo. Eu jogaria tudo no sentido de ter esta relação, que no Brasil, é terrível. As conseqüências disso, aconteceriam no plano da sociedade organizada, que reforçaria o indivíduo, as unidades locais de poder, o município. Se me fosse dado o livre arbítrio para isso, aumentaria muito o número de municípios no Brasil, e daria mais atribuições a eles. A minha tendência seria centrípeta, no sentido de fortalecer as unidades locais de poder, e quanto menores, mais pulverizadas, tanto melhor... O equilíbrio democrático se daria pela multiplicidade e pela diversidade, ou seja, o supra-sumo da democracia, é o pluralismo, a diversidade de posições. Desejo um Estado forte nas coisas que são próprias dele.

Recentemente como senador, me apliquei muito na causa da integração latino-americana. Fui vice presidente do Parlamento Latino-Americano e depois diretor da sede do Parlamento em São Paulo, do Memorial da América Latina. Aquele Parlamento foi iniciativa minha. Hoje o Fernando Gasparian esta como superintendente, além do colombiano Humberto Pelaz.

Sem nenhuma dúvida, durante o tempo do Grupo Autêntico, tinha consciência de estar cumprindo um papel histórico e me agarrava a este papel com unhas e dentes para exercê-lo muito bem. Era a minha forma de entrar na história, tinha esta convicção! Creio, que todos os demais Autênticos trabalhavam neste sentido de historicidade. Não tínhamos a sensação ou pretensão de sermos heróis, pelo menos por mim não passava esta idéia, mas a convicção de estarmos fazendo o que a história esperava. A Nação confiava nos Autênticos, havendo uma expectativa muito grande... Sentia-me, como membro de um Grupo, que estava cuidando de uma ação de libertação nacional! Naquele momento histórico, em diversos países existiam movimentos de libertação, embora nossa ação não fosse cruenta, era um substituto político, um "erzats" destas lutas de libertação. Estávamos libertando o país do jugo de uma ditadura, porém, não havia antecedentes, íamos aprendendo por ensaio e erro,

tentativa e fracasso, e este próprio aprendizado era muito estimulante. Cada passo certo que dávamos, era motivo de alegria e comemoração... sem referencial, tudo era construção empírica em cima do fato.

Dentre tantas habilidades que o momento histórico nos impunha, a agilidade de raciocínio e ação, colocava-se como prioridade, sendo a imediaticidade nas resposta condição fundamental. Em um de meus discursos, fiz uma análise afirmando que a ciência política era facciosa... Ela ensina minuciosamente ao "Príncipe", como manter o poder, mas não ao povo como sacudir a sujeição a uma tirania. Aprendíamos todas estas contradições, passo a passo... com a sensação de estar cumprindo um papel histórico. O interessante, é que muito tempo depois, pude por em prática isso, em um outro país, e me senti confortável com a situação.

Foi por volta do ano de 92, já sem mandato, fui designado coordenador político da OEA, nas primeiras eleições no Paraguai, que vivia a abertura, a primeira eleição direta, para prefeito de Assunção. Coordenei um grupo de quarenta observadores internacionais, designados pela OEA, tendo a chance, de ver nascer a democracia naquele país. Na oportunidade, conversei com diversos grupos políticos de oposição, e discutimos muito as semelhanças das experiências vividas, recentemente aqui no Brasil. O Paraguai, tem um Partido Autêntico... Partido Liberal Revolucionário Autêntico, de Domingo Laino, que tomou o nome inspirado em nosso Grupo! Nutrimos sempre uma simpatia muito grande por Laino. No tempo em que esteve na clandestinidade, refugiou-se aqui no Brasil, e nós do Grupo Autêntico, sempre o acolhemos dando cobertura. Reencontrá-lo como coordenador das eleições do Paraguai, acompanhar o processo de abertura, testemunhar questões parecidas com as vividas aqui, e saber que absorveram um pouco da nossa experiência, foi muito gratificante.

Quando fizemos, nosso movimento Autêntico não tínhamos certeza de nada... caminhávamos em cima de um fio de navalha... De um lado, a guerrilha,... desespero total na ação política; de outro a conveniência, que era a ação dos moderados. E, nosso Grupo, no meio, acreditando na oposição congressual, política, e democrática, mas com a consciência

que era uma passagem muito estreita, a qual alçaríamos por responsabilidade histórica.

Valeu muito! Valeu demais! Se tivesse que começar, faria tudo igual! Não há talvez, nenhum ponto que eu trocaria nesta trajetória. Fizemos tudo dentro da medida, tudo o que era possível. Se você perguntasse a possibilidade de ter apressado um pouco mais o curso da história, antecipando o fim da ditadura, ou mudando a natureza das coisas, eu responderia: bem que nós tentamos...

Neste sentido, cabe lembrar, a candidatura de Euller Bentes, cuja intenção, era encurtar a ditadura... Imaginávamos, que ele dividiria o sistema militar, apressando a solução... não deu certo. Com o distanciamento de tempo, ao invés de certeza em relação a esta candidatura, permanecem dúvidas. Se tivesse dado certo e Euller vencido, poderia ter ocorrido um recrudescimento, um golpe e ser deposto; o regime talvez reagiria recomeçando o processo com violência, tortura... Chego a pensar, que a "providência" estava do nosso lado. Foi feito o que deveria ser feito, o viável para o momento, e chegamos ao resultado no tempo que foi possível acontecer...

Fazer uma espécie de catarse... avaliação global... até da vida, é bom!

Nadyr Rossetti

(Nadyr Rossetti)

Nascimento: 17 de julho de 1937, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul

Pais: Domingos Rossetti e Lúcia Rossetti

Formação: Advogado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1962

Cônjuge: Célia Conde Rossetti

Filha: Cristiane Conde da Silva

"O movimento dos Autênticos foi uma das páginas mais belas que a história do Brasil já escreveu."

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1994.

Escritório Getúlio Dias

Sou o penúltimo de uma família de dezessete filhos. O meu pai morava no interior, e quando foi registrar minha irmã mais velha, a décima quinta, mamãe já estava grávida, e ele, aproveitando a viagem, me registrou também. Italiano, não quis gastar duas passagens! Nasci no dia 12 de janeiro de 1938, e fui registrado em 17 de julho de 1937, seis meses antes de nascer! Brincadeiras à parte, eu já havia nascido quando fui registrado. É que meu pai, deve ter feito alguma confusão na hora de me registrar... Inclusive, fui batizado por Pedro, e no registro de nascimento realizado quando eu contava com aproximadamente dois anos, papai escolheu Nadyr. Minha mãe, sempre garantiu, que na realidade, Nadyr era o correto, entretanto o padre disse que seria impossível me batizar assim, porque não tinha santo com este nome! Tal façanha, só foi descoberta, quando fui estudar no colégio dos Jesuítas, precisei do batistério, e não achavam nenhum Nadyr Rossetti. Após muitas "buscas", encontramos um "tal" de Pedro Rossetti, que fora batizado exatamente, no mesmo dia que eu... Isso era comum no interior do Rio Grande do Sul. Nasci numa região muito pobre, interior de São Francisco de Paula, num lugar chamado Raposo. Meu pai nasceu na Itália e era agricultor; minha mãe, filha de italianos, porém nascida no Brasil.

Morando na zona rural, e membro de uma família tão numerosa, brincávamos o tempo todo! Foi com minhas irmãs mais velhas que aprendi a ler e escrever, chegando à Escola Estadual Serapião Mariante, em Raposo, já alfabetizado. Tenho tantas saudades... a coisa melhor que pode acontecer na vida de uma pessoa, é ter a chance de viver sua meninice em lugar tranqüilo do interior...

Dos dezessete irmãos, somos hoje doze espalhados pelo Brasil. Sou o único com curso superior. Tenho um irmão, que faz uma brincadeira devido minha formação universitária, afirmando que "sou o único vivo". Interessante, é que nenhum de nós permaneceu no lugar de origem, tampouco trabalhando com agricultura, conforme papai. Exceto meu irmão mais velho, que morreu o ano passado aos 81 anos. Ele viveu por cinqüenta anos em uma estância de veraneio dos Jesuítas, onde era uma espécie de administrador. Os demais irmãos (aproximadamente noventa por cento) estão ligados ao comércio, muitos dos quais no Mato Grosso.

Na busca de explicar o que penso no global, começaria um pouquinho antes de 1970, afirmando que fiz política partidária meio por acaso... Como universitário, eu detestava política convencional, tanto que havia na faculdade o Centro Acadêmico André da Rocha, e, um grupo de jovens da época, nos quais me incluo, não aceitando a política que se fazia dentro das universidades, no período pré 64, fundou o Centro Tobias Barreto, de estudos filosóficos. Nossa concepção de sociedade era diferente, tínhamos outra proposta de sociedade.

Formado advogado, voltei para o interior do Estado, para Caxias do Sul onde fui advogar com um rapaz que havia sido vereador, e nas eleições de 1963 acabara de ser eleito deputado estadual, chamava-se Pedro Simon... Por uma casualidade, candidatei-me a vereador pelo PTB, cargo para o qual me elegi. Dois meses depois da posse, veio o golpe levando-me imediatamente a um firme posicionamento contrário aos militares "revolucionários", gerando muitos atritos com Pedro Simon. A situação, tornou-se de tal modo irremediável, que fui obrigado a sair do escritório.

Tomando rumo próprio nas atividades políticas e profissionais, acabei no MDB... o PTB do Rio Grande do Sul em 1964, digamos sua fração direcional, a que dirigia o partido, se dividiu: um razoável número de componentes, foi para o MDB; outros tantos para ARENA; uma grande parte se recolheu, e os mais antigos que permaneceram no Rio Grande do Sul (os não exilados, os não presos) se retraíram... Neste momento, começaram a surgir os jovens: os Getúlios Dias, os Alceus Collares, os Nadyr Rossetti, e tal. Embora, não tivéssemos com o PTB, tínhamos uma concepção de sociedade que se assemelhava muito àquela, que a força

majoritária do partido, revelava, através dos movimentos de reformas de base, trazendo à tona esta discussão, para toda sociedade brasileira.

Minha formação é social democrata. Tive uma certa dificuldade de romper com alguns paradigmas, porque fui durante muitos anos estudante de Jesuítas, que me fizeram ler muito o Plínio Salgado, que era integralista. O livro "Homem integral" *do Plínio, obra muito fascista... nazista inclusive, fez com que eu entendesse o homem integral, dentro daquele seu projeto!*

Eu não era "PTB". Ou seja, não possuía nenhuma tradição política familiar, nem no PTB do Rio Grande do Sul, ou em qualquer outro lugar. Trazia sim, uma concepção de sociedade, semelhante a conjugada pelos petebistas mais avançados, como no caso do Getúlio Dias e outros, que levavam as discussões pertinentes relativas à sociedade, através do movimento de base... Não tenho a menor dúvida em afirmar: o movimento mais lindo de conscientização, participação e formação popular, que o Brasil testemunhou, foi movimento de base! O momento de maior beleza cívica, já visto neste país!

Ali nasci eu, nasceu minha cabeça, na antevéspera do golpe. De forma idêntica, tenho certeza, dezenas de brasileiros, e sobretudo, a grande maioria que depois passou a compor os dois movimentos de resistência a ditadura que surgiram dentro da Câmara: os "imaturos" na eleição de 1966, que foi a minha primeira eleição; e na seqüência o Movimento Autêntico que surgiu com a eleição do ano de 70.

O Getúlio Dias era do movimento de base; o Lysâneas, tenho certeza, era do movimento de base; o Chico Pinto certamente era do movimento de base. Tínhamos uma coerência, adquirida antes de 64, era um projeto de vida... não foi uma coisa, que nasceu apenas por causa do golpe, não! Tratava-se de uma formação obtida, dentro das universidades, na luta política, e era um negócio fantástico, fantástico! É uma pena, que nada foi feito até hoje. Volto a repetir, eu por acaso fiz política partidária; mas a outra política, a verdadeira já vinhamos praticando, através do movimento de base...

Neste tempo, meu mundo limitava-se ao Rio Grande do Sul, até pela idade, pelas condições, e deste modo, o nosso movimento era lá. Evidente que tinha um caráter nacional,

e trazia uma concepção nova de sociedade: justa, igualitária, aproximando-se muito de uma social democracia, e sem dúvida, era uma ousadia para época. A propósito, o maior ideólogo da social democracia brasileira, é ainda hoje, a meu ver, Alberto Pasqualini, que deu todo embasamento ideológico ao PTB. Por volta de 1945, ele era considerado um comunista dos mais exacerbados, mas na verdade, era um social democrata, um solidarista ou algo semelhante.

Entre os movimentos de base, e dos Autênticos, não tenho a menor dúvida, sempre digo, não há quebra... O AI-5 tentou romper esta seqüência, tirando do convívio político noventa e cinco por cento, do Grupo dos Imaturos, sobramos muito poucos. Depois... Getúlio, Alceu, refiro-me sempre a eles, pois gaúchos, e concorremos na mesma eleição, sendo os dois primeiros suplentes, estavam praticamente dentro da Câmara, e eram ativistas do movimento de base. Em 1970, com as novas cassações, eles subiram, além de mais gente deste grupo. Desta forma, tenho certeza, os Autênticos formavam movimento, evidente, contra o golpe, contra a ditadura. Contudo, considero muito mais, na perspectiva da busca de uma nova sociedade.

Derrubamos a ditadura, mas nada do que pregávamos no Movimento Autêntico foi feito, absolutamente nada! Até porque, a oposição formal que era o MDB, depois PMDB, assumiu o comando da coisa, e no meu entendimento, desvirtuou totalmente nosso projeto. Essa é a minha concepção.

O nome Autêntico, lembro, havia dois, ou três de nós que reivindicava esse direito, mas parece, ser coisa da imprensa... Lembro-me também, que surgiu, porque o Imaturo não pegava bem, penso... e a imprensa resolveu dar mais seriedade ao Grupo.

Nossa aglutinação, não quero atribuir uma força demasiada a isto... mas, tenho certeza de uma coisa: o movimento todo começou a tomar forma na escolha do líder. Foi em torno da liderança.... O movimento dos Imaturos, tenho clareza absoluta: era a briga da Ivete Vargas; do PTB ruim, impondo como líder o Milton Reis, deputado do PTB de Minas; com o velho Martins Rodrigues, do PSD. Na ocasião, nós do Grupo dos Imaturos, rompemos o esquema, trabalhando o nome de Mário Covas, que vinha do Partido Socialista; e pelo qual fora

eleito; e o fazendo nosso líder. Fizemos também, Matheus Smith, deputado nosso do Rio Grande do Sul, vice-presidente da Câmara. Derrotamos deste modo, de uma só vez, o esquemão do PSD e do PTB ruim, ou seja, de Ulysses e Tancredo, e do velho Martins Rodrigues.

No ano de 70, o grupo do "lado de lá" queria o Tancredo, que refutou, e nós lançamos o nome de Freitas Nobre, e tenho certeza que o movimento começou a tomar corpo na disputa das posições de bancada. Foi ali, que começamos a nos conhecer: os do sul, os nordestinos, foi por aí... Conseguimos fazer o Freitas nosso líder, só depois, de alguns anos. A direita do partido, com a experiência do passado, se uniu contra nós, elegendo o Jairo Brum. Posteriormente, veio o Laerte Vieira, que derrubamos com o Aldo Fagundes, que não era Autêntico, mas também não era nosso inimigo. Articulamos o Freitas Nobre só no quarto ano, permanecendo como líder da bancada por dois ou três anos. Além do Freitas Nobre, fizemos vários vice-líderes. Inclusive eu sai vice-líder pelos Autênticos... E, de quando em vez, um dos nossos, assumia alguma posição... O Alencar Furtado, assumiu a vice-presidência da mesa, e passamos a fazer as reuniões em seu no gabinete. No gabinete da vice-presidência da Câmara!

Quando fui cassado em 1975, Alencar Furtado era vice-presidente da Câmara. Normalmente, colocávamos para concorrer a estes cargos, pessoas adequadas, que pudessem circular por vários "territórios"... Engraçado, alguns de nós, não passariam de jeito nenhum! É isso aí...

Fazia parte da história do MDB, antes de nossa chegada, a eleição dessa turma da direita.... e devido nosso comportamento atrevido e inconformado, nos responsabilizavam muito pelo AI-5... Ulysses não cansava de repetir isso!

Uma ocasião fiz um pronunciamento em objeção a tortura, até Getúlio Dias me disse, que foi uma das boas coisas, contra o Ulysses. Na mesma noite fui procurado por Ulysses, no Brasília Palace, pois sendo solteiro, ali morava. Ulysses dizia, que eu parasse com "aquilo", pois poderia ser responsabilizado pelo fechamento do Congresso. Vale lembrar, entretanto, que estes mesmos conservadores, Ulysses, Tancredo... se assumem como "Autênticos", ao se apropriarem, da nossa linguagem de campanha! Tomaram nosso discurso e elegeram-se,

como se Autênticos fossem. Todavia a prática, era de um conservadorismo extremado, cujo melhor exemplo é o Ulysses Guimarães... não tem nada igual a ele, sendo o protótipo mais perfeito que conheci neste sentido.

Houve até um episódio, que mostra a veracidade desta afirmação. Inclusive isso eu vou contar... não obstante seja um fato que minha memória é a única testemunha. Você use como quiser... Certas coisas, não devem ser levadas muito a público... passado também não adianta... Bem, na eleição para direção partidária em 72, lançamos como nosso candidato contra o Ulysses, o Josafá Marinho, Senador pela Bahia, hoje Senador pelo PFL. Sabíamos não se tratar de nenhum Autêntico. Era um liberal, assim como Paulo Brossard e se posicionava conosco, nada mais do que isto! Deste modo, lançamos o Josafá contra o Ulysses. O Chico Pinto, era isso, que ainda hoje, Getúlio Dias definiu muito bem: "reitor", estava preso, devido a um discurso, contra o Pinochet, quando de sua visita ao Brasil. Freitas Nobre e eu, morávamos no mesmo hotel. Numa noite, recebemos a visita de Ulysses Guimarães, Thales Ramalho e Tancredo Neves, que queriam falar conosco, e traziam a seguinte proposta:

- "Vocês retiram a candidatura do Josafá, e nós damos a primeira vice..." Pegos de surpresa, lembramos que a prisão do Chico Pinto, terminaria na véspera da convenção. Sendo quase certo que perderíamos as eleições para o Ulysses, com o Josafá, resolvemos, que abriríamos mão da candidatura do Josafá, e faríamos Chico Pinto, o primeiro vice-presidente do partido. Freitas Nobre e eu fomos falar com o Chico na cadeia, e ele disse:

- "Não, eu não posso aceitar isso, não farei jamais um papel deste com o Josafá, meu conterrâneo, baiano." Mesmo assim, fomos falar com Josafá, que retirou a candidatura, sob o compromisso do Chico Pinto, ser o primeiro vice de Ulysses. Uma semana depois, chega o dia da convenção, e na época o MDB era tão pequeno, que sua Convenção era feita no Senado. Logo ao entrar, estava lá a chapa oficial: Presidente, Ulysses Guimarães; vice, Tancredo Neves; segundo vice, Amaral Peixoto. Indignado, pedi a palavra ao presidente e falei:

- "Presidente, eu vi correndo por aí uma chapa, mas gostaria que o senhor anunciasse a oficial, para não criar tumultuo, nem confusão na Convenção." Ulysses, com a maior cara

de pau, disse:

- "Não, a chapa é esta daí.". Retruquei:

- "Como é, a chapa é esta?" Encontrava-me no microfone do aparte, fui para o microfone da tribuna, onde aos brados, chamei Ulysses de canalha, pilantra... e tudo quanto foi nome. Ele nem se tocou! Negou que tivesse qualquer compromisso conosco, e foram eleitos assim... Por isso para mim, Ulysses é o maior representante, desta torpeza. E aqui fora, se tu dizias, que o Ulysses não era um Autêntico...bah! Tu apanhavas! Até porque, eles não queriam perder o comando para nós, sobretudo por terem recebido uma missão da ditadura: não deixar que o Grupo Autêntico subisse.

Veja que estranha a cassação de Amaury Müller e a minha. Naquele período, a imprensa não publicava mais nada em relação aos Autênticos. De repente, em um fim de semana, fomos fazer um comício no interior do Estado do Rio Grande do Sul, e no dia seguinte saiu tudo na íntegra, em praticamente, todos os jornais de Porto Alegre. Mandamos investigar de onde saiu a notícia, e apuramos que tinha sido do gabinete do Simon, feita lá pelo rapaz de Santa Vitória, o... não lembro o nome dele. Ou seja, ele gravou! Interessante, observar também, que na mesma semana, a imprensa de Porto Alegre noticiou, que Pedro Simon, visitara o General Oscar Lins, que era o Comandante do Terceiro Exército, da época. Na segunda-feira posterior, fomos cassados! Houve suspeita na ocasião, hoje confirmada, que eles iam e negociavam, tinham como missão evitar nosso crescimento.

Em determinado momento, logo após o AI-5 e antes da eleição de 1970, preguei a dissolução do MDB, acreditando que seria o melhor caminho, contudo por questões... permaneci... As vezes, era difícil justificar nossa existência... Considerava, que deveríamos sim fazer política e combater a ditadura; mas não, disputar eleição... O fato de estarmos no Congresso, foi um errado. Eu sempre achei um equívoco.

Durante o período do AI-5, servimos para pouca coisa... Não publicavam nada sobre nossa presença, ou atuação parlamentar... passamos desapercebidos. O povo sequer sabia que existiam pessoas brigando por eles, porque a imprensa ignorava nossa luta. Lembro, que o Getúlio fazia discursos brilhantes, eu fazia discursos bons, que permaneciam limitados ao

Congresso Nacional. Deste modo mandávamos fazer uns livrinhos, cujo conteúdo era a síntese de nossa atuação, e distribuíamos. Faziamos... mil, dois mil, três mil... e era o único meio de levarmos ao povo, nossas ações e palavras.

Quando coloco nossa permanência no Congresso como um engano, quero dizer, que poderiam ter suprido estas questões com outros instrumentos, e não através da Câmara Federal. Esta é a razão porque, já em 1969, preguei a dissolução do partido, por considerar que esta atitude, se mostrava provocadora e catalisadora da queda da ditadura. Poderia até estar enganado, mas era a minha avaliação. Confesso que esta idéia na ocasião, não chegou a empolgar sequer os Imaturos, éramos um grupo pequeno, portanto um movimento quase insignificante. O grande argumento, usado pelos companheiros de posição contrária a minha, era o seguinte:

- "Isso é absurdo Nadyr, porque se nós sairmos, outros virão... Se dissolvermos o MDB, a ditadura forma outro partido." Eu respondia:

- "Ótimo, eu não quero que desapareça a sigla, e sim que desapareçamos nós, o nosso projeto dentro deste sistema de luta. Somos poucos, e ao ficarmos no Congresso, (e, parece que eu tinha uma premunição disto) ao continuarmos, na virada, seremos engolidos."

Com a anistia, a história me deu a felicidade de reeleição em 1982! Voltando pude assistir 1984, na minha avaliação a coisa mais triste que vivi na política... Como líder do PDT, vi tudo o que se fez para acabar com a ditadura. Houve inclusive aquele jantar desagradabilissimo que tive com o Tancredo, quando percebi... "terminou a ditadura", mas terminou o quê? Não fizemos nada, a Constituinte vinha logo depois.

O fato de nós pedetistas, nos posicionarmos contra o Plano Cruzado, complicou a situação. E o que saiu da Constituinte? Eu percebia desde os anos 70 que pelo caminho apresentado, não chegaríamos a lugar nenhum.... Infelizmente eu tinha razão, o Brasil não chegou mesmo. Sobretudo, como o Getúlio Dias acabou de dizer:

- "Não inventaríamos nada..."

Neste contexto, o Grupo Autêntico perdeu o domínio da oposição, que com o pluripartidarismo grande parte foi para o PT. Poderíamos ter sido o embrião de um grande

movimento social, que seria a soma digamos, da social democracia, com uma pitada de PT... Entretanto, desaparecemos, fomos engolidos no interior do Congresso, quando surgia fora dele, o Movimento Sindicalista do ABC paulista, que nos abafou. Este movimento surgido em São Paulo (através do José Ibraim, e não de Lula, que acabou se "adonando", de algo, que não foi ele quem fez) num determinado momento, até a nos hostilizou. E, neste caldo, nós desaparecemos. Esta que é a grande verdade, nós fomos engolidos pelo processo congressual!

O movimento do Autênticos foi uma das páginas mais belas que a história do Brasil já escreveu, e, não tenho dúvida era muito mais viável do que por exemplo o PT, porque mais plural! Éramos amiúde, confundidos com os comunistas, o que não era verdadeiro. Ao contrário, para o nosso projeto, o comunismo era um empecilho...

Considero sobretudo, que Grupo Autêntico teve três inimigos: o PT, o Arraes, e o Brizola. Inimigos, porque a partir da anistia, nos subdividimos, praticamente nestas frentes: uns acompanharam o Brizola, alguns o Arraes, e outros o PT.

Nossa dissolução contudo, antecedeu, em uns oito anos a anistia, bem como o episódio "da transição negociada" com Tancredo. Na anistia, cada um, tomou seu rumo, fosse partidário ou pessoal. No meu caso específico, as coisas foram antecipadas quando de minha cassação, em vinte nove de março de 1976, e isto eu não esqueço, não é? Deste ponto em diante, eu desisti... li muito... e ainda leio. Nesta área, sou o mais pluralista possível, apesar de priorizar autores de esquerda. Leio de tudo, e me divirto quando os caras procuram fazer de Marx um economista, Marx é um filósofo! E pensar que o mundo ficou dividido, por mais de meio século, por conta desta interpretação.

Tinhamos uma densidade, porque no fundo, no fundo, nós também queriamos avançar, não rejeitávamos o apoio, nem entendimentos com a direita do partido, buscávamos posições negociadas. Isto foi uma constante no Grupo, e do Grupo Autêntico. Mesmo depois de ultrapassada a fase de nossa organicidade, ficou preservado o espírito de negociação, uns acabaram até ministros...

Espírito de negociação é saudável... mas às vezes a ruptura, se faz necessária! A direita quando tem que romper, rompe! Negociou conosco até 1964, aliás, tentou negociar

em 61, não deu, porque o Brizola fez o movimento da legalidade. Mas, na verdade, não queriam negociar conosco, e sim derrubar Jango Goulart. A maior prova, é que Tancredo foi a Montevidéu, acertando com Jango o parlamentarismo. Ficou tudo combinado, e de repente, Jango se botou a "Chico manco":

- "Vou derrubar este negócio, porque quero ser presidente de novo".

Neste momento, a direita se impôs, dando um basta. A direita sabe cobrar, contudo a esquerda não... ficamos sempre nas eternas negociações, sendo vencidos por ela. Outra é que ela negocia até onde tem vantagem, ficando flagrante por exemplo em episódios como na tentativa de rompimento com Getúlio, mas devido seu suicídio, "fecharam" imediatamente com Café Filho; a ameaça de rompimento feita a Juscelino, que acabou compondo com eles em 64, e nas "n" manobras, feitas com o próprio Juscelino, na tentativa de acerto com Jango, que numa primeira fase correspondeu, mas mediante sua insistência de voltar a presidência foi rechaçado pela direita. E nós da esquerda, sempre negociando. É uma atitude nobre, mas devendo a meu ver, ter limites.

Ulysses, em 1973 quando da Anticandidatura, comprometeu-se a não comparecer ao Colégio Eleitoral, e compareceu, rompendo o compromisso assumido, perante a Nação. Não foi à toa, e tenho certeza que havia alguma coisa por trás disso tudo. Este comportamento de Ulysses, além dos danos imediatos, deu uma esfriada no movimento, por dois ou três anos que ressuscitou só por volta do final do ano 76. Novamente em 1984 se Ulysses cumprisse o que estava estabelecido, não indo ao Colégio Eleitoral o movimento teria chegado em 1988 com a democracia no Brasil. Eu não tenho a menor dúvida.

Não esqueça nunca! Não esqueça nunca! O Grupo Autêntico volto a repetir, e isso é muito importante, foi um Grupo valentíssimo: na denúncia da tortura, na pregação das liberdades, na Constituinte e tal. Investigue, e você vai encontrar grandes pronunciamentos, sobre um projeto de Brasil diferente. A respeito da reforma agrária, Marcos Freire e eu, fazíamos muitos pronunciamentos; na condição de membro da CONTAG, Walter Silva, era outro elemento do Grupo, que não se furtava deste assunto. Nossa luta, não era só a institucional, não obstante a imprensa perpetuasse o que considero, perfumaria. Os fatos

lembrados, dos Autênticos, dizem sempre respeito a denúncia... Os projetos, nossa maior expressão de competência, estão por aí soltos, ou em algum arquivo!

Depois de cassado voltei com Amaury Müller para o Rio Grande, e chegando em Caxias, minha cidade, dois ou três amigos trocaram de calçada quando me viram. Um deles inclusive, mais tarde, elegeu-se deputado federal. Dono de um temperamento forte, pensei:

- "Não vou ficar aqui, senão criarei muitos problemas para mim."

Fui embora para São Paulo, e morei no apartamento do Airton Soares, de 1976 a 79, quando vim para o Rio de Janeiro, onde estou desde então. Na realidade, depois da cassação, nunca mais morei no Rio Grande do Sul.

Em 1979 com a anistia, entrei no PDT e em 1982 retornei ao Rio Grande para fazer campanha. Continuo no PDT, fazendo parte de seu Diretório Nacional.

A minha última campanha eleitoral, foi em 1986, quando perdi exatamente em conseqüência do Plano Cruzado, que tornou o PMDB vitorioso no Brasil inteiro. Além disto, no meu reduto eleitoral, a cidade de Caxias, o PDT era muito fraco. Em 1988, candidatei-me a prefeito, mas essa história de morar no Rio de Janeiro e voltar ao Sul só para concorrer, é muito difícil. Mesmo assim, fui bem votado nesta eleição. Em 1990, cometi o erro, de não concorrer a deputado, teria feito, já estava com a eleição ganha... Um erro maior ainda, foi não ter colocado minha candidatura em 93, quando meus conterrâneos afirmam, que eu teria levado. Não pretendo mais concorrer.

Um fator soberano impede minha volta a política, e a quase certeza que eu não volte... é que não consigo encontrar uma saída para o projeto social-democrata, dentro desses sistemas de governo contemporâneo. Se você me perguntasse qual é a saída... eu não saberia dizer. Houve um determinado momento, que me empolgava com o Kadafi, sobretudo, a partir desta afirmação que acho belíssima: "A pior das ditaduras, é a ditadura dos Parlamentos."

O sistema democrático é o melhor, claro, nem se discute, mas é um estágio... e, estou encontrando muita dificuldade na democracia brasileira... Não vejo partidos políticos com seriedade suficiente, nem homens com desprendimento necessário. Vejo sim, a ambição

exagerada, e questiono os instrumentos que temos utilizado, para chegar a um regime democrático, e para implantar um projeto socioeconômico. Essa é a dificuldade que eu encontro na política brasileira, e não consigo... Quando criança, adolescente, jovem, me empolguei com o PTB. Com o MDB, nunca tive ilusões. A propósito, não saí do PMDB, porque nunca entrei... O dia que deixei a Câmara, cassado, fiz um juramento: "Jamais voltarei para esse partido." Eu não via... o MDB, não oferecia nenhum recurso, que pudesse dizer:

- "Através desse instrumento político, iremos criar uma sociedade justa no Brasil." Na redemocratização, talvez, até pela juventude dos partidos políticos brasileiros não vejo clareza neste aspecto... Nem no meu partido, que é o PDT. Isso desanima.

Em um partido se participa dos atos decisórios, ou torna-se apenas figurante. Eu, figurante não quero ser mais. Já fui, e não quero mais!

Deste modo creio, que o mais necessário no Brasil de hoje, não é um projeto socioeconômico, e sim um projeto político.

Em um determinado momento me empolguei pelo PT. Logo percebi, que iria se tornar um partido fascista. A prática deles é fascista, a prática toda. Não há uma esquina, sem pelo menos, um dedo duro do PT. Não se encontra uma repartição pública, sem um dedo duro do PT. Não é por aí! Além da longa experiência, tenho visto muitos governos, que dizem:

- "Não vamos fazer isso, porque o PT está aí". Aparentemente, pode até ser um objetivo bonito, estão evitando corrupção... mas, não é só isso. Neste sentido, estou certo, que as práticas políticas no Brasil tem que mudar, temos que achar uma saída.

No tempo em que eu fiz política, tive um grupo bom... nada de consangüinidade, porque não herdei de ninguém, não tenho tradição política e nem filhos biológicos. Quando casei com Célia, ela já era mãe de Cristiane, e eu a adotei. Não obstante na minha região, onde digamos, eu exercia influência até a cassação... não tenho a menor dúvida, deixei um grande grupo político, e por culpa minha, isso se diluiu. E acredite, estaríamos mandando na região!

Com o fato de ter me afastado e não residir há muito tempo no Rio Grande, mas ir

constantemente, percebo, que deixamos uma marca muito forte, muito forte! Eu tenho, episódios que se repetem a cada viagem. A semana passada estando, em Porto Alegre, fui comprar uma bermuda, porque esqueci de levar, e mesmo lá, gosto de vestir e jantar com este traje. Entrei na loja de nome ACOL, onde não conhecia ninguém, pedi minha bermuda, e o vendedor, um sujeito de aproximadamente cinqüenta anos, perguntou:

- "O senhor vai pagar com cartão ou cheque?" digo:

- "Cheque". Ele fez a nota, deu o desconto e tal, e não levantava os olhos... não levantou os olhos. Pensei até, que ele iria me incomodar, com as exigências próprias dessas situações. Na hora de pagar, peguei o cheque, o cartão do cheque, a identidade, e entreguei a ele, com a seguinte expressão:

- "Olha, meu senhor, eu não volto mais, porém este aqui volta", e apontei o cheque. Ele levou um susto enorme, olhou o cheque, e com um sorriso, disse:

- "Não volta não, este aqui não volta não, porque é do ex-deputado, e gente assim, não se faz mais. Aquele Grupo de vocês, o Grupo Autêntico". Veja, há uma semana! Aconteceu na semana passada! Isto traduz tudo!

No mesmo dia, no começo da noite, vesti a bermudinha, e fui para frente do Lido Hotel, onde colocam, no fim do dia, umas mesinhas. Lá estando, vejo dois sujeitos de meia idade, me olhando e sorrindo. Sorri também, fui político, não perdi o hábito... Mediante a retribuição do sorriso, eles vieram, até minha mesa, e um deles perguntou:

- "O senhor é Nadyr Rosetti?" Digo,

- "Sou"

- "Ah! nós o reconhecemos e quisemos vir lhe abraçar..." Eram dois agrônomos da prefeitura de Porto Alegre, na mesmíssima expressão. Parecia que um, tinha ouvido o outro. E, os caras me animaram mais, dizendo:

- "Volte... não precisa nem fazer campanha. Com toda a sujeira que aconteceu, no governo do Collor, volte e apostamos na sua eleição".

Ah! os Autênticos deixaram uma marca... minha irmã!

Se eu tivesse o poder nas mãos, mudaria tudo! Sem nenhuma modéstia. Estando

apenas no governo não... aí não. Tem o Marcos Freire que andou pelo governo, e não fez nada do que queríamos. Se tivéssemos no poder, o Brasil estaria vivendo uma social democracia, e nosso projeto estaria finalmente em ação! E não tenho a menor dúvida... porque havia sinceridade na nossa pregação... tanto assim que, não preciso recorrer a um passado muito remoto: nossa sinceridade política, fez com que batêssemos de frente contra Plano Cruzado em 86, quando sabíamos, que o combatendo, perderíamos as eleições. Eu tinha consciência, que perderia as eleições. Tinha consciência! Qual outro motivo que não a sinceridade política, nos levaria a combater o Plano? No último comício que fiz, para cinco mil pessoas, dei uma "paulada" no Plano Cruzado, e um homem gritou:

- "Já está dizendo bobagem." Deveria ter me calado, mas não! Comecei a xingar com maior entusiasmo e fui tirado do palanque, para que não apanhasse.

Apesar de ser um dos poucos fatores de unanimidade nacional da atualidade, eu tenho muito medo da Campanha Contra Fome do Betinho. Sempre me passa, que ocorrerá, o mesmo que acontece em todos os movimentos de caridade. Pelo que me parece, não deixa de ser um movimento caritativo, posto o caráter de permanência que o permeia. É muito perigoso para o Brasil, e temos em outros países, exemplos históricos: Fidel Castro depois de assumir o poder em Cuba, começou dando um copo de leite, passando a cesta básica, não sei o que... e está lá o resultado, o povo sem trabalho, o país sem produzir. Honestamente, tenho muito medo, e acho que o pleno emprego, é a única saída. Se eu tiver influência em alguma campanha presidencial, lutarei por colocar nos planos, a proposta fundamental, que é o emprego, o trabalho.

O caráter permanente da medida caritativa é, no meu entendimento, um desastre. Imagine, nós temos a tendência, o homem brasileiro tem a tendência, do Jeca Tatu. De repente, aparece um Betinho dando comida. Depois é capaz de aparecer um outro, dando roupa... não que vá acontecer isso, mas é muito perigoso. A não ser que seja meramente eleitoreiro...

Sempre tive uma saúde muito frágil, é até engraçado lembrar, que uma ocasião estive muito mal, e fui internado em um hospital da cidade de São Paulo, de onde fugi abrigando-

me no apartamento de meu colega Autêntico, Santilli Sobrinho, na Alameda Santos, um apartamento amplo, ensolarado... Felizmente, desde minha mudança para o Rio de Janeiro, não tenho tido mais esta ordem de problemas, fato que atribuo ao clima carioca.

Hoje, profissionalmente, além trabalhar como advogado, possuo algumas terrinhas. Devido minha dupla cidadania, pretendo ser candidato ao Parlamento Italiano, que contará em sua composição, com um percentual de descendentes de italianos, que vivem pelo mundo. Seria desde 1994, mas como houve a dissolução do Congresso Italiano, foi postergado para 95...

A experiência dos Autênticos, foi a melhor que tive em todos meus anos de vida pública... Como minha primeira eleição foi em 1967, encontrava-me perdido naquele MDB, e o Grupo Autêntico, fechou meu desejo de luta. Significou para mim, a síntese do processo político que vivi!

Com a redemocratização, muitos tomaram outros rumos, dispersaram, e cada companheiro que deixava o Grupo, era um pedaço de mim... Encerrei, saí da política definitivamente!

Paes de Andrade

(Antônio Paes de Andrade)

Nascimento: 18 de maio de 1928, Mombaça, Ceará

Pais: José Alves de Andrade e Raimunda Paes de Andrade

Formação: Advogado - Universidade do Distrito Federal, Rio de Janeiro - 1953

Cônjuge: Zilda Maria Martins Rodrigues de Andrade

Filhas: Mônica, Karla, Isabel e Patrícia

Netos: Manuella, Marcela, Rodrigo, Antonio, Maria Eduarda, David, Pedro, Tiago, Júlia

"...Mombaça é meu universo político e sentimental."

São Paulo, 07 de junho de 1994.

Hotel La Residence

Nasci em Mombaça, Estado do Ceará em 18 de maio de 1928... um dos oito filhos do agricultor José Alves de Andrade e de Raimunda Paes de Andrade... e de lá, sai pelas estradas poeirentas do meu Brasil.

Iniciei minha vida política, fora dos quadros partidários, como estudante. Representei a Faculdade de Direito do Distrito Federal, junto a União Metropolitana participando, ativamente, das contendas políticas universitárias, junto ao Centro Acadêmico Carpenter. No segundo ano de Direito, disputei pela primeira vez as eleições para Assembléia Legislativa de meu estado natal, quando me elegi para o mandato de 51 a 54, aos vinte e dois anos. Tive nesta oportunidade, uma participação muito ativa. Este primeiro mandato exerci no PSD.... o velho PSD que foi um partido que gerou todas as fórmulas institucionais para retirar a Nação das profundas crises políticas. Como partido majoritário, representava uma espécie de suporte, de estabilizador das instituições políticas do Brasil.

Na condição de deputado estadual conquistei três mandatos. Na Assembléia fui vice-líder, e líder do meu partido. Convocado pelo Governador Parsival Barroso, exerci vários cargos públicos importantes: Secretário do Interior e Justiça, Secretário da Fazenda, Secretário da Educação e Saúde; não sem antes licenciar-me da Assembléia.

Em 62 disputei, pela primeira vez, o mandato da representação popular na Câmara Federal. Fui eleito, chegando lá com a cabeça cheia de sonhos. Infelizmente, logo em seguida, veio a tempestade da Revolução de 64, quando as instituições políticas foram degradadas e a Nação humilhada pela brutalidade da violência.

Antes do golpe, os poderes eram harmônicos e independentes. Sobretudo o Poder Legislativo, que era livre, democrático, transformou-se em um sub-poder, ou melhor, em um poder que não podia! Aqui, quero lembrar Emmanuelle Rocco, o grande jurista italiano, homem que era festejado, e, porque não dizer, adorado pela juventude italiana. O grande mestre, contudo, terminou como Ministro de Mussolini, onde praticou depravações jurídicas, dentre outras barbaridades. Para excitar Mussolini e sua fúria contra o parlamento, já que estava em marcha batida para a dissolução do Poder Legislativo, o grande mestre do direito penal italiano costumava dizer nas rodas íntimas, com os áulicos que cercavam Mussolini:

- "Meu Duce só existe um poder. O Executivo. Os demais são sub-poderes; o Legislativo é mero registro de leis e a Justiça não passa de redatora de sentenças."

Com o golpe de Estado de 64, o Poder Legislativo no Brasil assumiu este conceito. Passou a ser um sub-poder, a ser um registrador de leis. Perdeu as prerrogativas, os predicamentos e todas as violências foram praticadas. O único poder que existia era o Executivo, o qual representava uma espécie de poder plenipotenciário. O Legislativo se tornou mero chancelador de leis.

A revolução de 64, depôs inicialmente, o Presidente Constitucional João Goulart, "elegendo" o Marechal Humberto Castelo Branco, pelo voto indireto, pelo voto que não tinha nenhuma liberdade. Naquele momento histórico os parlamentares estavam sem suas imunidades, dentro do regime discricionário. Começa aí minha atuação política, formando, desde a primeira hora, grupo composto de democratas, liberais, homens de centro-esquerda, já que os deputados de esquerda haviam sido cassados, sem direito de defesa. Começamos, então, a grande luta de contestação do regime autoritário.

Apesar de o Congresso ter deixado de ser poder, para ser sub-poder, não sucumbimos. Começou a se formar um embrião da resistência democrática dentro do parlamento.

Assisti, com indignação, a deputados serem arrastados da Câmara para os cárceres. Quem ousasse falar, que na Tribuna contestasse a ditadura, no dia seguinte perdia a voz. Mesmo assim, procurei falar, procurei contestar, isso me emociona, e dá uma tranqüilidade de consciência muito grande, porque, definitivamente, não fiz nenhuma concessão à ditadura

militar.

Com a edição do AI-5, que foi o golpe dentro do golpe, todas as vigas do direito constitucional do Brasil foram desmanteladas. O AI-5 era uma espécie de instrumento medieval de opressão. A constituição estava praticamente abolida, e só existia a vontade imperiosa da força, a vontade do arbítrio. O país foi subjugado ao arbítrio dos Atos Institucionais. Nunca se editaram tantos atos de exceção; Atos Complementares, Atos Institucionais, decretos secretos, enfim um quadro de sucateamento das instituições políticas brasileiras. Cassaram-se deputados, deputadas, e o Brasil foi (e, é bom repetir) nessa quadra obscurantista da vida nacional, humilhado diante da inteligência, da cultura e do mundo civilizado.

As universidades invadidas pelas forças militares deixaram de ser livres: os sindicatos perderam a voz e o voto. Sem dúvida, a quadra mais nefasta da história política do Brasil, quando mesmo assim contestamos o regime e o governo. O Congresso esteve em recesso compulsório por um ano, período em que o país foi governado por atos exclusivos da vontade do Executivo. Finalmente em 70, o Congresso foi reaberto.

Após reeleição, em 71, volto a Tribuna da Câmara, quando um grupo de deputados progressistas, o que ainda restava da esquerda, quase totalmente destruída, se reuniu e apoiou minha candidatura para a Segunda Secretaria da Mesa Diretora da Casa. Eleito, fiz da Segunda Secretaria o chão, o plenário das reuniões dos deputados inconformados com a violência e com a brutalidade da força da ditadura militar.

Nascia aí o Grupo Autêntico, que levou à Câmara uma representação brilhante da nova geração de políticos. Deputados afoitos, atrevidos, de postura altiva. Todos se reuniam quase que diariamente na Segunda Secretaria, a qual os reacionários de outras bancadas tratavam pela alcunha de "Central da Subversão"... dentro do Congresso Nacional. Quero fazer referência a importante presença de deputados que chagavam à Câmara para formar um movimento de resistência democrática, dentre os quais , Chico Pinto, com uma brilhante e marcante atuação parlamentar; Marcos Freire, de excelente postura; Alencar Furtado; Fernando Lyra; Marcondes Gadelha; enfim, aquele núcleo que passou a contestar, com a maior força, veemência, desenvoltura o governo, o regime e, a própria direção do MDB, que

parecia atônita, inibida. Nós, Autênticos, entendíamos que a cúpula do partido, negligenciava sua missão histórica, na medida em que não se colocava na vanguarda dos acontecimentos.

Neste sentido, até o meu querido e inesquecível amigo, Ulysses Guimarães, era contestado. Homem extraordinário que foi de indiscutível importância na resistência democrática, e posteriormente presença ainda mais insubistituível na reconstrução da ordem constitucional. Não obstante, em determinado momento nós, do Grupo Autêntico, questionamos o próprio Ulysses, queríamos que colocasse o partido na vanguarda da resistência, considero, hoje, que cometemos excessos na contestação aberta, desabusada, atrevida, afoita. Sobretudo, quando Ulysses se candidatou à Presidência da República, e colocou diante da Nação a Anticandidatura. O seu vice era o grande mestre , homem extraordinário, Barbosa Lima Sobrinho.

Nosso Grupo contudo, não aceitou a Anticandidatura e na madrugada anterior à sessão do Congresso em minha casa, redigimos uma nota de protesto, que deveria ser lida, como foi, por Alencar Furtado, nosso líder na Tribuna da Câmara. Esta nota, expressava o pensamento do Grupo: não participaríamos da votação, entendíamos que mesmo sendo anticandidato, o grande Ulysses, estaríamos convalidando o processo da ditadura.

A Anticandidatura, foi sem dúvida o momento mais alto, mais importante dos Autênticos. No dia seguinte à leitura do texto, na sessão do Congresso que elegeu indiretamente o General Ernesto Geisel, Presidente do Brasil; comentava-se, na Câmara, que os signatários "daquele" documento seriam cassados. Discuto este assunto em meu livro "Itinerário da violência", que constitui documento, um documento histórico. Está lá registrado, o ápice da contestação dos vinte e três componentes do "Grupo Autêntico" dentro da Câmara dos Deputados. Daí por diante, iniciou-se período de cassações. Rolaram algumas cabeças, como a do Deputado Amaury Müller, para assistirmos, em seguida, com a mesma indignação a cassação do grande parlamentar, do extraordinário líder Alencar Furtado, que foi cassado pelo discurso feito na Convenção do MDB. No meu entendimento, o ato de maior brutalidade, de maior selvageria política, já praticado no parlamento brasileiro.

Quanto ao nome "Autêntico", ele surgiu em reunião em minha casa, madrugada

adentro, lembro-me bem, Alencar Furtado, Freitas Nobre, Fernando Lyra, batizaram o Grupo de "Autêntico". Não havia melhor nome do que este para nos traduzir, um grupo puro, grupo de resistência, o Grupo Autêntico. Logo em seguida, Carlos Drummond de Andrade escreveu um belo artigo saudando o nascimento do Grupo Autêntico.

Considero que nós, os Autênticos do MDB, cumprimos uma tarefa histórica de grande importância, porque projetamos perante as correntes de opinião do Brasil a imagem do partido de oposição. O MDB era uma frente, que tinha em seu interior, além dos Autênticos, um grupo de homens conservadores e esse grupo contracenava perfeitamente com a ditadura. Mesmo assim, o MDB era cotidianamente mutilado pelos atos cassatórios. Esta situação gera grandes dificuldades para a direção, produzir notas de protesto. Ressalto que, posteriormente, Ulysses já com uma postura mais avançada de contestação, muitas vezes me convidou para ser redator das notas oficiais do partido. Por ocasião de minha despedida da Presidência da Câmara, pronunciei um discurso ao qual Ulysses deu um aparte dizendo que tinha me dado muitas tarefas difíceis, como a de redigir os documentos mais importantes do MDB; cabe lembrar que Tancredo Neves "passava a lixa" para eliminar, das notas, os espinhos; para eliminar adjetivos duros, cáusticos. Ulysses, neste aparte de despedida, fez referências a tais momentos.

De forma que o Grupo projetou uma imagem tão positiva do MDB perante a opinião nacional que logo em seguida, nas eleições de 64, conseguimos eleger uma grande bancada, mesmo que realizadas em clima de semi-legalidade, debaixo de um processo de intimidação e de violência, de pressões terríveis de voto vinculado, de legislação eleitoral casuística. A Nação assistiu ao pronunciamento popular, em que o MDB, não obstante todo esse arsenal de violência utilizado da maneira mais desbravada possível, saiu das urnas com dezesseis senadores eleitos. Fomos portanto, majoritários. Acredito que, se na época, a eleição fosse direta, e o sufrágio universal e secreto tivesse sido devolvido ao povo brasileiro, o MDB, já naquela oportunidade, teria elegido o presidente da República.

Apesar do momento histórico adverso, o Grupo realizou realmente um trabalho histórico, que custou a cabeça de alguns companheiros. Na política, como na vida, tudo

sempre tem um ônus. Tínhamos a profunda consciência de nosso importante papel histórico, bem como dos riscos que corríamos ao contestar o regime militar. Quem contestava, estava correndo todos os ricos. Falava-se, contestava-se o regime e em seguida vinha o ato cassatório ou então a Lei de Segurança Nacional, que tinha braços longos e que alcançava o que havia e o por haver. Foi realmente o momento mais brilhante, mais expressivo da vida republicana nesse período de exceção.

Quero aqui, render a minha homenagem aos companheiros, que hoje estão abrigados em várias legendas. Há algum tempo, o jornalista Marcelo Pontes disse-me que o Grupo desapareceu, e quem restava era o guerreiro Paes de Andrade, o único no PMDB. Mas não é isso! O Chico Pinto está no PMDB, embora sem mandato. Os outros estão abrigados em legendas diferentes, entretanto, com a mesma postura de correção e de altivez.

Nosso Grupo escreveu uma página realmente importante na resistência democrática. É sem dúvida ao MDB, e em especial ao Grupo Autêntico, que a nação deve esta luta! A grande luta para se restaurar como se restaurou a dignidade da vida pública do Brasil. Na nossa saga para restabelecimento da democracia no Brasil, não havia trégua. Varávamos as madrugadas, debruçados sobre o mapa político, sentimental e o geográfico da nação, mutilada pelos Atos Institucionais.

O Brasil, ao longo de sua vida institucional, se apresenta com Constituições votadas e com Constituições outorgadas. Nós fizemos tudo, avançamos muito e, nesta luta, abrimos caminho para a contratação da Assembléia Nacional Constituinte. Vivíamos sob o talante dos Atos Institucionais, e convocada a Assembléia Nacional Constituinte em 88, a nação pôde ter a sua carta votada, cujo mérito é ser a única com a participação do povo. Uma Carta progressista, que tentaram mutilar com uma revisão oportunista, um golpe desfechado pelas forças reacionárias do Congresso Nacional. Em síntese, essas forças retrógradas queriam extrair da Constituição todos os atos, todas as conquistas incluídas no texto final. Coloquei-me absolutamente contra, falei no Conselho Nacional (sou membro do Conselho Nacional do MDB, por ter sido vice-presidente), falei na reunião da Executiva contra a revisão Constitucional.

A Carta de 88 poderá, sim, passar por uma revisão, mas nunca por um Congresso em final de mandato! Esse Congresso não tinha poder Constituinte, e a revisão estava presa aos Artigos Segundo e Terceiro das Disposições Transitórias. Isto significa que não poderia nunca ser uma revisão ampla e abrangente. León Duguit, que costumava dizer: "A eterna quimera dos homens, é querer incluir nas Constituições a perfeição que eles não têm".

A real necessidade da Carta era a regulamentação e, na condição de Presidente da Câmara dos Deputados, consegui regulamentar cerca de oitenta dispositivos. Carta não regulamentada é Carta sem aplicabilidade. Como membro da União Interparlamentar e conhecedor do assunto, percebo que a tragédia da América Latina tem sido a das Constituições que não são regulamentadas, e, por isso mesmo, não têm aplicação. Desrespeitadas, violadas, abrem espaço para o vazio jurídico constitucional, surgindo daí as aventuras golpistas. De forma que fiquei muito feliz com o fracasso desta revisão. Queriam, na realidade, mutilar a Constituição de 1988 e transformá-la em estatuto inferior, igual à "polaca" de 1937. A tarefa da revisão cabe ao futuro Congresso, que renovado, nasce do julgamento popular, com o batismo do pronunciamento das urnas. Aí sim, partiremos para uma revisão que não venha tocar no capítulo dos Direitos Humanos e dos avanços sociais.

Quanto à diluição do Grupo, acredito que a luta por um ideal não tem fim. Houve, sim, certa dispersão. Muitos estão abrigados em outras legendas, mas a bandeira, o ideário, cada um o levou consigo.

De minha parte, sempre lutei pelo regime de liberdade, pela democracia com justiça social. Esta é a minha meta. Sempre lutei e continuarei lutando, para que, amanhã, o Brasil seja um país soberano, nacionalista, livre, digno da idade contemporânea, capaz de respeita e fazer respeitar todos os títulos pelos quais tenham assento no concerto das Nações. Esta é a minha visão do Brasil, dentro do contexto interno e do contexto internacional.

A tragédia do Brasil está exatamente em viver como vive hoje, um regime de liberdades democráticas, embora falso, na medida em que os partidos não ganharam autenticidade ao longo de nossa história. No Império, o que existia eram o Partido Liberal e o Partido Conservador. Quando o Liberal chegava ao poder, realizava o Programa do Conservador; e

quando o Conservador chegava ao poder, realizava o Programa Liberal. Daí por diante, a história se tem repetido: partidos criados por decreto, dissolvidos por decreto, e sem autenticidade. Sem autenticidade por quê? Porque sem lastro doutrinário ou ideológico. De forma que nós temos que lutar para que haja em nosso país partidos livres, com ideologia, com linhas programáticas claras e bem definidas. Democracia sem partidos fortes e livres sempre corre riscos. Os presidentes da República, que se elegeram por cima ou à revelia dos partidos, terminaram jogando a Nação no golpe de Estado, ou na instabilidade institucional. Senão, vejamos: Getúlio Vargas foi eleito Presidente em 54, depois de deposto, e de ter sido eleito deputado e senador por vários Estados. Retornou em 1954 ao poder, por cima e à revelia do apoio dos partidos. E o que aconteceu? Instabilidade política, terminando na tragédia do suicídio do Presidente, traduzindo a ausência de partidos fortes que o apoiassem, e que tivessem linhas programáticas transparentes. O Presidente Jânio Quadros se elegeu também sem o apoio e a revelia dos partidos. Não teve do Congresso Nacional o respaldo suficiente, que lhe desse segura governabilidade. Terminou na renúncia.

Para a estabilidade democrática do país, os partidos bem estruturados, fortes, livres e com lastro ideológico, lastro doutrinário, construído em linhas claras e definidas, são indispensáveis. Fora disso, o que resta é instabilidade política, levando sempre a terríveis e trágicas rupturas institucionais.

Como disse anteriormente, continuo no PMDB onde, ainda hoje existem correntes que se conflitam com a minha práxis. O PMDB é o sucedâneo do MDB, não é mais uma frente e, sim um partido político. Entretanto, no seio do PMDB, há muito conflito ideológico. Não é um partido ideal, mas sendo centro esquerda e, sucedâneo do velho MDB, provado na diversidade, nele estou, nele quero continuar, buscando renovação política maior. Meu desejo é que os pulmões da Nação sejam oxigenados para a existência de uma vida partidária forte, expressiva, clara, bem definida.

A Nação continua a viver momentos de instabilidade. Considero que as instituições políticas estão, relativamente, consolidadas. Não acredito em golpe de Estado, pois qualquer aventura golpista será rechaçada pelas correntes do pensamento livre do País. O

imprescindível é termos um quadro partidário autêntico e livre, com programas claros, bem definidos.

Hoje estou aqui, conversando com você, sem mandato, porém exercendo a política em toda a plenitude. Sou membro da Executiva Nacional, sou membro nato do Conselho Nacional do PMDB (até porque eu fui presidente da Câmara dos Deputados)e estou na grande luta para resgatar o meu mandato.

Por dez eleições, portanto, quarenta anos, o povo cearense colocou em minhas mãos o mandato da representação popular, e isso é muito gratificante. Perdi a última eleição, porque disputei o senado da República enfrentando uma máquina governamental monstruosa.

O fato é que estou sem mandato mas, dentro de quatro meses retornarei à Câmara Federal, com o mandato da representação popular nas minhas mãos, pela vontade do eleitorado cearense.

Depois de dez eleições vitoriosas e consecutivas, como ficou minha vida durante este recesso forçado? Neste interregno fiquei no exercício da política, no pleno exercício da política como membro da Executiva Nacional.

Fui, também, convidado por muitas universidades para lançar o meu livro "A História Constitucional do Brasil", que é uma síntese de todas as Constituintes e Constituições do nosso país, atividade que foi muito gratificante. Estive em Moscou a convite de Gorbachev na velha (trezentos anos) Academia de Ciências. Lá lancei o livro e fui saudado pelos doutores da grande academia onde se decidia uma edição de minha obra em russo. Convidado também pela Universidade Hebraica de Jerusalém fiz palestra e lancei o livro diante do corpo docente e discente, o que muito me envaideceu. Posteriormente, fui convidado pela Casa da América Latina, em Paris, onde proferi palestra diante dos doutores e professores e de outras universidades de Paris. Na ocasião, estive acompanhado do mestre e grande cientista político, Paulo Bonavides, quando lançamos o livro. Em Roma comparecemos a uma festa, realmente expressiva, que nos tocou o sentimento, a alma, o coração. Lá fomos saudados pelo ex-Presidente da Itália, ex-Primeiro Ministro, Presidente do Senado, homem que é a própria síntese da história das liberdades democráticas da Itália, o Senador Amintore Fanfani . Em

Coimbra, em uma festa que realmente me comoveu, fui saudado pelo maior mestre do Direito Constitucional da Língua Portuguesa, Gomes Canotilho. Por último, fomos convidados por uma das maiores universidades da Espanha, a Universidade de Santiago de Compostella, onde falamos para mais de dois mil estudantes e professores.

A minha luta toda se concentrou na grande batalha pela restauração da dignidade da vida pública brasileira. O Brasil está com as suas instituições livres consolidadas, apesar de que, em meu entendimento, um pouco desgovernado, precisando sobretudo de um Presidente que encarne as aspirações nacionais, que seja competente e com uma visão de estadista.

Quero deixar registrado que Mombaça é meu universo político e sentimental. Lá nasci em uma casa de taipa. Isto quer dizer, minha casa não tinha piso, nem azulejo, não era de tábua, não era de cimento, era de barro batido.

Aqui vou lembrar Raquel de Queiroz, minha querida amiga, que discorrendo sobre a discriminação dos sulistas quanto aos nordestinos, referia-se especificamente à visita que fiz com muito orgulho, com o avião presidencial à minha terra, quando Presidente da República. Na ocasião esta viagem foi muito criticada pela imprensa do sul. A grande Raquel fez uma série de artigos, criticando esta discriminação dos sulistas com os nordestinos e ela dizia nos artigos: "Vejam aí o exemplo de Paes de Andrade; homem correto, íntegro, sério, competente. Quando eleito Presidente da Câmara Federal, visitou a sua querida Mombaça e aí se travou polêmica, críticas, acusações gratuitas e agressões descabidas. Mas vejam estes sulistas: Paes foi eleito Presidente da Câmara, pela maioria. Isto quer dizer que a maioria gosta de Paes, respeita Paes, e ele, minha gente, saiu de Mombaça querida pelas estradas da vida, pelas poeirentas estradas, e chegou a Brasília para governar o Brasil. Isso é que dói nesta gente, isso é que dói nestes sulistas, que nos discriminam. Eles dizem que o nordestino é inferior. A gente do Nordeste pode ser feia, atarracada, desengonçada, mas é gente de talento. Eles que se cuidem, pois no Nordeste estão as verdadeiras raízes da nacionalidade. Um escritor sulista chegou a dizer que se fossem eliminados milhares de nordestinos, o Brasil não perderia nada. Perderia muito, o Brasil se tornaria mais burro". Raquel é uma beleza! Acho muito engraçada esta passagem.

Pessoalmente sou casado com Zilda Maria Martins Rodrigues de Andrade (filha do saudoso Martins Rodrigues), há quarenta anos. Temos quatro filhas bonitas. Todas mulheres! Eu só faço aquilo que gosto. Quatro filhas e seis netos.

Quero dizer que, em determinadas matérias sou um conservador! Eu só tive um partido, uma mulher e uma religião!

Santilli Sobrinho

(José Santilli Sobrinho)

Nascimento: 05 de outubro de 1922 - Mineiros de Tietê, São Paulo.

Pais: Paschal Santilli e Cecília Santilli

Formação: Economista e Professor de Educação Física

Escola Superior de Economia e Educação Física - Curitiba - 1946.

Cônjuge: Maria Aparecida Brando Santilli

Filhos: Maria Raquel, José Marcos, Márcio José e Paulo José

Netos: Júlia, Luísa, Caio, Gabriel, Elisa, Lucas

"Educar é dar ao indivíduo condições de ele iluminar seu próprio caminho."

São Paulo, 1º de fevereiro de 1994.

Residência

Nasci no dia 05 de outubro de 1922, em Mineiros do Tietê, então cidadezinha plantadora de café, localizada no centro do Estado de São Paulo entre Jaú e Brotas.

Minha família tem origem rural de descendência italiana. Quando eu tinha cinco anos, meu pai, pequeno sitiante, influenciado por uma irmã, resolveu mudar-se para Assis, uma "região nova" e "promissora". Lá, estabeleceu-se como um pequeno comerciante de secos e molhados, porém, com o passar do tempo ele tornou-se um próspero atacadista.

Minha mãe, dona de casa, ainda hoje muito lúcida aos noventa e seis anos, mora na cidade de São Paulo.

Éramos oito irmãos: três homens e cinco mulheres. Dos rapazes, fui o único a freqüentar a universidade; das moças, uma irmã bacharelou-se mais tarde na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, coincidentemente trazido à cidade por mim quando ainda deputado estadual. Hoje, somos dois homens e três mulheres.

Sempre fui, desde menino, um ledor inveterado! Tive uma formação muito irregular, uma vez que na cidade não havia um clima cultural para leituras disciplinadas e discussões sistemáticas. Muito curioso, muito sedento de saber, lia muito, lia tudo e minha cabeça ficou como um arquivo desorganizado.

Estudei em escolas públicas do Estado e em um seminário da Ordem Belga Presmostatense que pouco influenciaram em minha formação política, porém muito acrescentaram na humanista e na cristã. Servi o exército durante a Segunda Guerra, como oficial da reserva em Florianópolis.

Na minha mocidade eram poucas as faculdades e universidades disponíveis e somando-se esta realidade à "tradição regional" da época, fui, juntamente com um grupo de jovens de Assis, estudar em Curitiba onde me formei em Economia e Educação Física. Foi nesse período, um dos mais importantes da minha vida, que despertou em mim a consciência política, vivíamos a ditadura Vargas. Naturalmente, eu era contra a ditadura e isso bastava para que eu participasse mais ou menos intensamente dessa luta.

Na universidade, revendo os acontecimentos políticos, passei a ter mais entendimento do significado do ciclo de Getúlio Vargas na história do Brasil. Deste modo, minha formação política deu-se de forma não propriamente engajada em um partido, mas sim com preocupação humanista com muita leitura filosófica, muita meditação.

Mais tarde, já de volta a Assis, animei-me a entrar na política partidária estimulado pelos jovens com os quais sempre tive certa liderança como esportista.

O advento do fenômeno Jânio Quadros, parecendo ser o homen de que o Brasil precisava na época, trouxe muita esperança a todos e incentivou minha participação nessa luta, esperança que acabaria em muitas decepções mais tarde!

Exatamente, então, nas eleições de 1954, cheguei ao meu primeiro mandato como deputado estadual, sendo reeleito por mais duas legislaturas. A seguir, em 1966 deputado federal pelo MDB com quatro mandatos sucessivos. Em 82, fui eleito prefeito de Assis, ainda no exercício do mandato de deputado federal, do PMDB, até que tudo mudou quando o quercismo tomou conta do partido!

Previ, desde o início, o que iria acontecer. Não só previ, como adverti os companheiros do MDB que jamais se livrariam de Quércia.

Muitos não acreditavam nisso e achavam até inadmissível, porque então não conheciam suficientemente seus propósitos. Eu o conhecia muito, por ter sido até seu amigo pessoal. E isso me fez ver, claramente, o PMDB exposto, em sua formação, ao ovo da serpente do quercismo posto em seu bojo valendo-se do bom nome do partido para sua ascensão pessoal. A obsessão pelo poder e muita competência para realizar, levaram ao sucesso os seus projetos.

Isto foi efetivado desde que Montoro admitiu a substituição de Covas por Quércia na

convenção do partido para as eleições ao Governo de São Paulo e naquele momento, o da convenção, profetizei: "Mudou a história do Brasil". Infelizmente, eu estava certo.

A candidatura de Quércia ao Governo de São Paulo poderia ter sido evitada pelos elementos que hoje formam o PSDB: Fernando Henrique, Covas e, principalmente, Montoro, que por sua vez, tinha muito prestígio como permitiria governador; no entanto, eles nada fizeram para coibir. Não quero fazer crítica mas faltou talvez coragem. No momento em que uma nova possibilidade histórica de pôr-se um paradeiro na escalada quercista, ela foi desperdiçada, por talvez vislumbrada de por em risco seu próprio plano político. Deste modo, repetiu-se a história tão precisamente, como quando Quércia foi candidato a governador.

Apesar de fundador do PMDB, saí em atitude, digamos, precursora, na formação do PSDB. Mais tarde, outros também acabaram saindo, por razão idêntica à minha, formando então o PSDB, que hoje aí está, ainda tímido, nos enfrentamentos que a história tem exigido. Tenho esperança de que o partido não nos decepcione e que, juntos, possamos cumprir essa responsabilidade, colocada pelo Brasil e pela história em nossos ombros. Pessoalmente, em termos de partido, além de ser Prefeito de Assis, faço parte da Executiva Estadual.

Quero ressaltar que vivi a fase áurea do MDB, sobretudo a partir do mandato de 71, com a criação do Grupo Autêntico. Não saberia precisar os detalhes a respeito de nossa aglutinação. Lembro-me de que ficou muito marcado em minha memória, o dia em que Chico Pinto, Lysâneas e mais uns dois ou três companheiros, (talvez Freitas Diniz e Fernando Lyra, ou alguém mais, não me lembro bem) foram à minha casa falar sobre a formação de um grupo, ou para aglutinar, confabular com as pessoas que se comportavam de maneira mais ou menos semelhantes, não só contra a ditadura, mas, principalmente, por afinidades ideológicas.

O "Grupo" não cogitou de denominação. No desenrolar das lutas, a imprensa passou a chamá-lo de Autêntico.

Sendo eu um dos mais velhos, ficava a impressão de que os colegas do Grupo tinham um pouco de respeito e receio ao me abordarem. Chegaram, parece-me que planejadamente, à minha casa e, de um modo quase formal, fizeram o convite para nos organizarmos. E então

Chico Pinto falou: - "Você podia ser nosso líder".

- "O que é isso? Já tem você! A partir da postura que tenho observado vocês já são meus líderes", afirmei. E assim fomos!

A aglutinação do Grupo deu-se, portanto, através das compatibilidades expressas nos discursos, nas apresentações de emendas, assinaturas de manifestos, repúdios, dentre outras coisas. Isso acontecia automaticamente. Não precisava nem avisar. A afinidade e compromisso imperavam. Daí para frente, houve uma certa coesão que nunca precisou de papel, nunca foi dito "tem um livro aqui para as adesões!" O Grupo se aglutinava de maneira natural, sem número fixo que variava de um mínimo de dezessete a uns trinta e poucos, conforme a gravidade do problema político a enfrentar.

Se a "parada", era mais dura, diminuía, ou se a parada era menos "dura" chegava quase a dobrar.

É difícil mencionar quem e quantos éramos: é difícil porque chega a um ponto em que fica injusto falar: "Este è Autêntico, aquele não é". Tal "julgamento" se daria com nota maior para alguns e com notas que se confundiam, para outros. Na linguagem de boiadeiro, a cabeceira do... se destaca. Depois começa a cair e vai se confundindo. Não saberia onde está a divisa; até aqui é Autêntico, e daqui para lá não o é. Não saberia dizer.

A luta contra a ditadura foi nosso mais forte eixo aglutinador e ela agasalhava até liberais como Paes de Andrade.

Nossa liderança natural era Chico Pinto cuja posição não era disputada nem contestada. Estava, quase sempre, lado a lado com ele, outra liderança, por grande figura de Lysâneas Maciel, que tanto admiramos, pessoa corajosa, cuja ousadia e veemência na lista, contra a ditadura eram taxados por certos "caciques" de partido como imaturas.

Eu pergunto a você, como se pode derrubar uma ditadura sem trucidá-la, sem fustigá-la? Precisava-se de pessoas com coragem, desprendimento que não punham nos cálculos nenhum plano carreirístico. Precisava-se de pessoas que arriscassem o seu futuro político por considerar, como principal, a derrubada da ditadura mesmo com sacrifícios. Lysâneas era um homem assim!

Se o nome Autêntico foi atribuído espontaneamente, pela imprensa, foi a partir de nossas posições, muito claras e coerentes . Mas, sobretudo, pela correspondência entre as palavras e os atos.

Minha participação no Grupo, não sei como julgar, mais fácil seria outro fazê-lo, não saberia dizer direito . Era um apoio principalmente logistico, vamos dizer, mesmo sem estar designado para isto e sem saber se seria reconhecido como tal, por hábito de técnico esportivo que fui na minha juventude. Desse modo, as reuniões freqüentemente eram feitas em minha casa que funcionava como uma espécie de sede e lá corríamos todos os tipos de risco, pois os locais de reuniões eram muito visados. A ditadura punha aparelhos de alta potência de escuta que mesmo com a vidraça fechada e do lado de fora do prédio, era possível ouvir tudo, captar a conversa em tom normal.

Estando entre os mais velhos, mais experimentados, cabia a mim oferecer-lhes esta facilidade. Tinha clareza de que, se cassado, e não vai nisso nenhuma falsa modéstia, minha ausência seria menos traumática que de certos companheiros da luta de frente. Nossa estratégia era fustigar o sistema, abalar os alicerces da ditadura.

Meu contentamento estava em ver o sucesso dos companheiros. Eu nutria um carinho, um amor paternal para com eles, ficando extremamente satisfeito quando se saíam bem. Mesmo que uma idéia fosse minha, preferia que fosse executada por quem melhor pudesse fazê-lo.

Sofríamos uma discriminação marcante do MDB. Os grandes líderes do partido evitavam ser flagrados conversando com algum componente do nosso Grupo Autêntico.

Lembro-me de quando juntamente com meu filho, Marcos, durante a invasão da Universidade de Brasília, fomos vítima de violenta agressão por parte da polícia, o que na época foi muito divulgado nos órgãos de imprensa. Ao mostrar minha "carteirinha" de deputado, levamos uma chuva de cacetetada estraçalhando-a. Fiquei muito ferido.

Esse fato ocorreu nos dias que precederam o AI-5, quando a ARENA, através de seus partidários, ainda se dava ao luxo de as vezes criticar os atos da ditadura. Fui, posso dizer, felicitado, consolado por quase todos deputados arenistas. Em compensação, o pessoal da

cúpula do MDB desviava quando me encontrava, com medo de ser visto, como que reprovando e dizendo:

- "Olha, ditadura, eu não estou apoiando o Santilli". Eles achavam que criávamos problemas, dando motivo para a ditadura acirrar-se mais. O Grupo tinha uma avaliação antagônica, considerando que uma oposição acomodada, deixando a ditadura reinar tranqüila, sem dúvidas, a eternizaria. Decidimos, por isso, arriscar mesmo, arriscar nossos mandatos, nossas vidas, porque achávamos que, assim fustigando a ditadura, causaríamos desgastes, irritando-a e provocando nos líderes militares procedimentos certamente reprovados no estrangeiro. Sabíamos que esta repercussão acabaria gerando restrições ao nosso país, criando sérios embaraços à ditadura, desgastando-a e ruindo-a rapidamente.

Em síntese, nossas dificuldades com a ARENA eram devidos às divergências naturais de adversários que tínhamos nos cálculos, mas dentro do MDB, as diferenças eram flagrantes e as pressões internas eram mais ostensivas.

Procurávamos eleger um elemento Autêntico para algum cargo, para ter uma sedezinha, telefone, máquina de escrever, secretária... Aconteceu que o Paes de Andrade, figura toda especial no seu desempenho, um homem vindo do velho PSD cearense, agrupou-se conosco e correspondeu às nossas expectativas. Apesar de sua origem conservadora, colocava à disposição do Grupo Autêntico os equipamentos de sua secretaria, o que nos foi muito útil.

Almoçávamos, jantávamos sempre trabalhando. Era como se tivéssemos um fio invisível ligando cada um dos Autênticos, mantendo conversações, trocando idéias, o dia inteiro, comumente às noites. Não vivíamos para outra coisa!

De um modo geral, o ótimo conceito que o Grupo adquiriu, fora, repercutiu dentro do partido. Na verdade, mesmo que intimamente reconhecessem nosso valor, pareciam reprovar-nos. A nossa aprovação junto à opinião pública obrigou a liderança do MDB a considerar o Grupo Autêntico, inclusive cedendo-nos algum espaço. Ceder não é propriamente a expressão. A realidade é que as qualidades do Grupo Autêntico foram, como uma cunha, penetrando na esfera política e ganhando seu próprio espaço. O MDB até precisava do nosso Grupo, não

só por questões numéricas na votação, como também para que não se desfigurasse sua imagem mediante a mídia e a opinião pública.

Ou seja, os emedebistas que não pertenciam ao Grupo Autêntico gostavam de ser confundidos conosco e, contraditoriamente ao que queriam, prestigiavam o Grupo com esse procedimento passando a ser-lhes de "bom-tom" essa confusão.

Éramos sempre informados das prisões, torturas ou desaparecimentos. Em todas as repartições, em todas as lideranças (tanto do MDB, quanto da ARENA) havia pessoas que nos admiravam e faziam "vazar" sempre para o Grupo informações valorosíssimas. Os repórteres, freqüentemente, nos traziam notícias as quais procurávamos repassar para o exterior. Sou exemplo de um fato de que nem o Grupo Autêntico teve conhecimento: mantive, durante o período mais fechado da ditadura, uma divulgação enviada para o estrangeiro. O motivo do sigilo foi não querer comprometer diplomatas de um certo país. Minha filha Raquel, saiu do Brasil por questões políticas e foi para a Argélia e de lá para a Suécia. Valia-me do relacionamento com um diplomata no envio de notícias para ela. Mas minha correspondência não se limitava a carta com assuntos pessoais. Na verdade, eu usava essa via para enviar denúncias sobre os atos de exceção praticados em nosso país naquele momento histórico que eram repassados para divulgação internacional.

Mesmo hoje, não devo falar certas coisas, para que evite comprometer outros. Por isso também, sequer comentava com os companheiros Autênticos, temendo comprometer pessoas que, mesmo desconhecendo, deram grande contribuição à nossa causa. De qualquer forma, não só a informação chegava aqui, como daqui saía para o mundo. Seria até interessante ter uma pesquisa sobre as matérias publicadas em jornais estrangeiros da época a respeito do Brasil.... há muita coisa de minha autoria. Tenho certeza!

Ao longo de minha trajetória político-partidária, estive sob quatro ameaças de cassação: em 1964, durante o cumprimento do mandato de deputado estadual, Ademar de Barros, que era Governador e um dos partícipes civis do golpe, publicou no jornal "O Dia", de sua propriedade, uma relação contendo aproximadamente trinta e dois nomes de pessoas que seriam cassadas, sendo um deles o meu. No início da ditadura, os governadores estaduais

tinham poderes de cassação, contudo, o governo ditatorial, por decreto ou sei lá que medida, tirou-lhes esse poder, senão, por certo, haveria muito abuso. Deste modo "minha primeira cassação" não aconteceu.

Em outra ocasião, quando a Universidade de Brasília foi invadida e eu e meu filho Marcos, fomos agredidos pela polícia, falou-se também em cassação. Soube, posteriormente, por intermédio de uma amiga de minha secretária que minha cassação fora discutida no Conselho de Segurança, porém não encontraram nesse fato um motivo para cassação imediata. O caso ficou em "banho-maria" para se resolver, dissipando-se com o tempo.

A terceira ameaça de cassação deu-se em razão de um discurso violento que fiz sem a prévia consulta da direção partidária, pois se o fizesse não falaria. Sob a grande tensão em que se vivia esse meu discurso provocaria a cassação. Fui convidado, quase carinhosamente, por alguns arenistas a atenuar minhas palavras, caso contrário a minha cassação era um caso iminente. Eles procuravam me convencer disso, naturalmente sem resultado, pois mantive as palavras!

Exatamente naquela ocasião, o Presidente do Brasil General Geisel visitaria o Japão e não ficaria bem fazer cassação na véspera de uma viagem daquele porte, adiando-se para a volta. Mas ficou por aí mesmo.

Em uma greve na UNB, Odacir Klein, Airton Soares e eu fomos convidados pelos estudantes a falar sobre anistia. Fomos. No mesmo instante em que discursávamos perante os alunos da UNB, éramos denunciados na tribuna do Congresso como agitadores de estudantes. Não era verdade... Nosso discurso poderia resultar em agitação, porém o objetivo não era este. Falamos sobre anistia, assunto para o qual fomos convidados. Novamente fomos denunciados e nossa cassação foi pedida por um deputado da ARENA.

E nossa cassação foi anunciada pelos órgãos da imprensa. Mas estava para chegar ao país a esposa do Presidente Carter, Rosaline Carter, e foi declarado que talvez a cassação acontecesse após a estadia da primeira dama dos Estados Unidos no Brasil. Ficou, todavia, acertada minha cassação para depois de sua volta aos Estados Unidos, e até hoje não aconteceu...

Ainda durante um período da visita de Rosaline Carter, ocorreu outro fato interessante envolvendo meu núcleo familiar: falava-se muito que os estudantes da UNB entregariam uma certa carta à primeira dama, denunciando as arbitrariedades da ditadura. Esses comentários surgiram desde as primeiras notícias de sua vinda ao Brasil cujo objetivo dizia respeito exclusivamente, aos direitos humanos. Acontece que filmaram todos os instantes de Rosaline no país, desde a descida das escadarias do avião, até seu embarque na volta. Mesmo assim, a tão temida carta foi entregue e divulgada, pondo a ditadura a pesquisar nos filmes quem a entregou e não descobriram...E quem a entregou? Marcos Santilli! Fiquei sabendo depois. Por falar fluentemente inglês, explicou rápido a questão a um assessor de Rosaline, colocando agilmente a carta em seu bolso. Este assessor (um senhor, meio moreno escuro, cujo nome não me lembro)... não só entregou a carta para Rosaline, como a propagou para toda a imprensa (nacional e internacional) que cobria o evento. Durante o tumulto, característico dessas ocasiões, se misturavam jornalistas, fotógrafos, povo, guarda-costas, autoridades, possibilitando ao assessor manter-se afastado da câmera filamadora que por sorte, não flagrou.

Depois do ocorrido, ficou o desafio para a ditadura descobrir. Não descobriram! Mantive a cópia dessa carta...e creio que poucas pessoas conservaram este documento que guardo desde então.

Preservo também, a reprodução de uma nota referente a uma das ameaças de cassação das quais fui sujeito. Marcos, que era fotógrafo da revista Veja, recebeu cópia de Pompeu de Souza da instrução originária da Central da Abril para a sucursal da Brasília. Para acompanhar os meus passos no Congresso que seriam os últimos e que dizia: "Vamos ficar de olho no Santilli Sobrinho que parece estar correndo risco de vida parlamentar". Quando ele falou segunda-feira, quanta gente havia no plenário? Que repercussão teve o seu discurso no Congresso? Um perfil do homem, uma biografia do deputado e como ele passa seus últimos dias, a se confirmar os boatos, como deputado.

Anos mais tarde, quando se descobriu o dossiê Golbery, apareceu de fato, publicado pela própria revista Veja, um artigo em que havia anotação coincidente com a notícia fornecida

por Pompeu, denominado "Caçador Cassado", do dia treze de junho de 77: General Hugo Abreu, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República queria cortar a cabeça do MDB e informou que a melhor solução parecia ser a cassação do mandato dos três seguintes deputados: Marcos Tito, Airton Soares e Santilli Sobrinho. Golbery alertou Heitor Ferreira: "O Hugo voltará ao cargo com suas aleivosias, convém preparar um arquivo de documentos como estes, anotar qual o resultado das casacões". Figueiredo também não perdeu tempo: "Heitor, guarde esse documento". Confirmou as instruções que vieram da Veja de São Paulo para a sucursal de Brasília. Eles tinham informação realmente, a coisa estava pronta!

Recordo-me de que nessa mesma época, encontrei Ivete Vargas, amiga de Golbery no aeroporto, e ela disse:

- "Santilli te procurei, e te achei. Deste uma entrevista contra Golbery e ele me pediu informações, sobre ti e eu dei as melhores. Quero que o conheças. Ele não é o que vocês pensam. Tu estás para ser cassado". Ela era muito amiga do Golbery.

Minha família, vivia um momento bastante crítico: além de Raquel e Marcos, meus filhos Márcio e Paulo estavam na militância política estudantil. Eu, com a afirmação até de Ulysses Guimarães, de que já tinha minha cassação assinada... Estava toda a família comprometida.

O aviso enfático de Ulysses sobre minha cassação, levou-me a avisar minha mulher, docente da Faculdade de Letras da USP, que, apreensiva, viajou imediatamente para Brasília. Às vezes, cassavam, prendiam e sumiam com as pessoas e, obviamente, a polícia chegava de surpresa... Ah! Foram muitos anos assim, de distância e incertezas!

A Anticandidatura é, dentre os fatos políticos vividos por nós, considerada o mais importante da caminhada dos Autênticos, todavia, eu não diria isso... Não há dúvida, foi uma passagem muito importante, contudo, o ponto é que não era a definição de ser contra a ditadura...isso já fora definido, à marca de ferro e brasa. Tínhamos um candidato, no entanto com nome, diga-se, de anticandidato, dando a impressão lá fora, no estrangeiro, de que estávamos disputando a eleição. Ao discutirmos isso, o Grupo Autêntico acabou aceitando a Anticandidatura de Ulysses Guimarães. Nossa condição todavia, era de Ulysses que

concordara em ser o anticandidato desistir na última hora, hora da votação, renunciando com um pronunciamento forte. A idéia de renúncia era consenso, porque não havia condições de vencer a ditadura não permitiria o fato de disputa verdadeira. Foi uma estratégia para conseguirmos acesso aos meios de comunicação, visando as denúncias...

Quando debatemos o assunto em minha casa, com todos os membros do Grupo Autêntico, não concordei com a disputa.

Minha preocupação maior era com a repercussão e opinião no exterior de onde havia recém-chegado. O que importava para mim no momento era a necessidade de trucidarmos a ditadura, mesmo correndo riscos, bem como divulgar no estrangeiro as barbaridades aqui cometidas... O acordo com o anticandidato, Ulysses não foi cumprido... Fez sim a campanha, porém foi à disputa...ao Colégio Eleitoral, deixando no exterior a impressão que a ditadura não era tão ruim..., tão ditadura, permitindo até à oposição disputar a presidência. Na medida em que concorríamos, subentendia-se a chance de vitória... Não era verdade! Infelizmente foi isso que aconteceu.

Quero contudo, enfatizar a importância do fato de o Grupo Autêntico abster-se da votação, fazendo declaração de voto e explicando a razão de não votar! Foi um dia memorável! Depois de mais de vinte cinco anos, escapa-me a facilidade de descrever a sensação... temo dar a impressão de que o "negócio" não era tão grave. É difícil traduzir a situação de pressão e de medo reinante em todo o plenário. O silêncio sepulcral quando cada elemento do Grupo era chamado para votar... silêncio expectativo! O suspense que se formava... mediante a provocação, o acinte e o desafio à ditadura!

Considerava que Ulysses cumpriria nosso trato, renunciando. Mas, mesmo fazendo o combinado, eu defendia a não existência do anticandidato. O primordial, repito, era mostrar lá fora que a oposição não disputava, porque seria como fazer o jogo da ditadura.

O meu ponto de vista, da época e de hoje, contudo, continua o mesmíssimo! Por isso, não consigo ver a Anticandidatura como ponto culminante.

O complexo de fatores que a Anticandidatura revelava... não o ato de votar apenas, foi um ponto, pelo menos, marcante e definidor, a prova de fogo dentre os Autênticos.

Tenho a impressão de que, em um sentido figurativo, o nosso Grupo deveria escalar uma montanha muito alta cuja crista... ponto culminante, não seria necessário alcançar. Importante, sim, era sustentar as dificuldades da subida, em caráter de máxima urgência, sabendo que contávamos uma longa distância. Ou seja, foi um período muito longo de lutas... Por estarmos sempre no fio da navalha, qualquer um dos companheiros poderia desaparecer de uma hora para outra, ou, quando mais suave, ter sua cassação anunciada. As famílias ficavam, naturalmente, com o coração na mão, em suspense. Esse período foi muito longo, e eu não saberia dizer, assim, o ponto culminante.

Durante a prisão de Chico Pinto, o Grupo passou por um período muito difícil. Não sabíamos se nosso posicionamento explícito em seu favor poderia prejudicá-lo. Vivemos esse conflito sem saber, realmente, o que fazer. Depois, naturalmente, passada a primeira sensação de dúvidas, as visitas de todo o Grupo foram constantes ao Chico no quartel. Levávamos chocolate para ele... porque, como bom baiano, gostava de prestigiar o seu cacau. Do quartel, continuou liderando e conquistou alguns de seus algozes: que passaram a seus adeptos, seus fãs, admiradores.

Creio que ao se vislumbrar no horizonte a relativa desagregação da ditadura e consequentemente a possibilidade da formação de novos partidos, as diferenças dos Autênticos, antes encobertas pela luta comum, começaram a se revelar. Também as ambições, até legítimas, relativas à disputa de cargos eleitorais: governador e senador de estados em que não havia possibilidade para mais de uma candidatura no mesmo partido. Acentuou-se a diáspora e do mesmo modo como se formou o Grupo... naturalmente, desintegrou-se. Não houve reunião, não houve ata, nada. Houve, sim, o pluripartidarismo.

Quando fui apresentado, pela segunda ou terceira vez, ao saudoso Tristão de Athaide, conversávamos em uma rodinha na igreja São Domingos, na cidade de São Paulo, quando lembrando-se dos elementos de proa do antigo PDC, referiu-se a mim, declarando:

- "O Queirós me falou que o Santilli contraria em um aspecto o percurso histórico das pessoas: quando jovens, são de esquerda, com o tempo vão atenuando, atenuando e muitas vezes acabam de direita. O Santilli é um homem que quanto mais passa o tempo, mais

de esquerda fica".

Eu não diria isso... Mas, sinceramente, na essência, na profundidade, tenho a impressão de que não alterei nada! Estou cada vez mais convicto das posições que defendia; não digo na primeira juventude onde "a coisa" era meio embaralhada; mas depois de certa maturidade, não alterei nada. Modificaram-se, sim, as condições de luta. Aprendi que a luta mais conveniente não é a que parece ao jovem, a de revolução imediata. Não adianta avançar muito na revolução social e em tudo que implica a sua realização, se não existirem quadros para sua sustentação. Ou seja, a primeira coisa a fazer numa luta política calculada é buscar a formação de quadros. Deve-se lutar, principalmente, no terreno da educação, mesmo quando não seja direta quanto às questões políticas...Educar é dar ao indivíduo condições de ele iluminar seu próprio caminho. Quando jovem, acreditava que a tomada do poder bastava para fazer revolução social. Hoje, sei que não é suficiente!

Tenho acompanhado a política desta fase pós-ditadura e visto as oscilações e a gangorra traduzidas na corrupção que sempre existiu, e afirma-se, sempre existirá com seus fluxos e refluxos, atingindo, neste momento histórico, uma extensão jamais sentida. Talvez seja o represamento do tempo da ditadura, ou abuso de liberdade por parte de inescrupulosos. Na verdade, o saldo de tudo isso é expresso no exemplo da elite que serve como referencial, quer seja de líderes ou ídolos da política, da arte do esporte ou intelectual. Há sempre uma tendência a ser imitada por maior ou menor número de pessoas e, em especial, quando o exemplo vem de cima, bom ou ruim, cala fundo!

Tive a oportunidade histórica de lutar, em toda plenitude, contra a ditadura, contribuindo para extinguí-la.

Achei que toda a experiência adquirida seria melhor aproveitada, se tivesse permanecido em Brasília.

Pressionado por Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso e outros líderes, acabei por vir disputar a Prefeitura de Assis.

Nunca me habituei fora da vida parlamentar. Até hoje é comum me sentir reagindo como se fosse deputado, para, logo a seguir, cair na realidade. Estou como no caso que os

espíritas chamam de "perespírito".

Gostaria de continuar no parlamento e ter aí convivido com meu filho Márcio que ainda menino participava da mesma batalha, da luta estudantil, e teve uma brilhante atuação parlamentar, destacando-se como uma feliz "autêntica" revelação jovem de que sempre me orgulharei.

Em Assis senti-me subaproveitado. Mas, uma vez comprometido com o mandato municipal, pus em prática o que sempre preguei enquanto homem público.

Naturalmente houve desencontros, ou mesmo choques, entre as minhas concepções e a realidade da província. Não me adaptei e governei pela minha consciência, como que pelo prolongamento da luta "autêntica", ou seja, governando de acordo com o que é melhor para o povo, naturalmente enfrentando as incompreensões próprias do ambiente onde me comprometi a atuar. Confesso que me sentia mais feliz no enfrentamento à ditadura, com todas as conseqüências daí advindas do que enfrentar o que sofri, como "alcaide". Habituado a uma luta de vanguarda e modernização do nosso país em Brasília senti como que caído de pára-quedas no confinamento de problemas paroquiais.

A troca de Brasília por Assis custou-me caro. A experiência fez-me conhecer mais profundamente o ente humano. Tornei-me um pessimista.

Seria injusto e grave lacuna se omitido ficasse a participação da Cida, minha mulher, em todo o período desse espaço histórico aqui relatado.

Tornou-se lugar comum dizer-se: "atrás de um grande homem sempre há uma grande mulher". As feministas revoltadas corrigem e dizem: "ao lado de um grande homem...". Deixemos o grande homem de lado.

Sempre tive atrás de mim uma grande mulher a me empurrar e assessorar, municiando-me na vanguarda. Outras vezes ao meu lado, como que algemados um ao outro por solidariedade absoluta, e caminhando juntos. Outras vezes, ainda, à minha frente, quando exausto ou tendendo para o desânimo, a me puxar ou até rebocar para manter acelerada a nossa jornada.

Walter Silva

(Walter da Silva)

Nascimento: 02 de maio de 1933, Campos, Rio de Janeiro

Pais: Admardo Silva e Maria Pereira de Siqueira

Formação: Advogado -Pontifícia Universidade Católica de Petrópolis - Rio de Janeiro, 1957

Cônjuge: Vilma Ozete Azevedo Silva

Filhos: Maria Wilma, Walter Arnaldo, Admardo Augusto, Carlos Victor, Maria Luiza, Maria Angélica, Walter Junior, Maria de Lourdes, Maria Emília, Maria Alice, João Paulo, Juliana.

"Infelizmente, muita coisa não consegui ver estabelecida no país."

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1994.

Escritório de Advocacia

Nasci precisamente, no dia 2 de maio de 1933, em Campos, estado do Rio de Janeiro. Já fiz portanto, sessenta anos.

Meu pai, um pequeníssimo comerciante, de secos e molhados, tinha uma venda, cujo prédio não era nem próprio, mas alugado. Quando ele morreu, não deixou nada, tal a pobreza! Éramos seis filhos, quatro homens e duas mulheres.

Casei-me em 1958, e vivi casado por trinta e cinco anos. Infelizmente, minha mulher morreu, em outubro de 1993. Deste único casamento, tivemos nove filhos, e adotamos três, em Brasília. Hoje, nove já são adultos, e os três que adotamos, ainda crianças. Dois moram em Brasília, e a mais velha, mora comigo em Campos.

Bom, até 1968 eu era um advogado trabalhista obreiro, trabalhava só para operários, trabalhadores, empregados. Não fazia advocacia patronal.

Devido uma clientela muito grande, alcancei um certo destaque na sociedade, como advogado, sobretudo nos meios trabalhistas. Cheguei a ser advogado, de quase todos os sindicatos, da região de Campos e adjacências, sindicato de trabalhadores...

A campanha eleitoral, de 1970, no auge da repressão político-militar, da ditadura, o MDB, se reuniu para disputar as eleições municipais, prefeito, vice-prefeito, vereadores, deputado estadual, federal e senador, as eleições eram comuns. Na hora de compor o quadro, faltou um candidato a deputado federal. Na reunião, que se fazia na casa do secretário nosso, do MDB, o ex-deputado Sadi Morgado (cassado pela Revolução e meu aluno na faculdade de Direito de Campos), lembrou-se de mim. Foi até a sala de aula, me convidar

para uma reunião no partido, naquela noite ainda, sem dizer o motivo. No curso desta reunião surgiu mais do que um convite, uma intimação para que eu fosse candidato! Achava, que seria difícil me eleger deputado federal, porque exigia muito voto. A repressão pesada, uma censura enorme e havia a demanda também. Quer dizer, era uma campanha sempre muito cara, que necessitava de muito recurso.

Nesse momento histórico, havia uma divisão clara: os que fechavam, com o governo eram ARENA; os de oposição, eram MDB. Apesar disso, ou por isso, não havia gente com coragem de entrar no MDB e disputar eleição... havia muito receio... Só fui candidato porque os que deveriam ser, tinham medo... Como eu não tinha medo, acabei aceitando o desafio, não sem antes relutar muito, achando que era difícil... muito difícil!

A possibilidade de não ter um candidato local, que a região tradicionalmente teve, preocupou-me. Campos sempre se destacou por ter vários deputados federais, ter senador, governador de Estado e até presidente da República! Não era possível, que o MDB de Campos, tivesse que apoiar um candidato de outras regiões do Estado! E, em nome deste, digamos assim bairrismo, deste provincianismo aceitei ser candidato e me elegi!

Na eleição de 1962, tive também uma experiência de ser candidato a vereador, só para completar chapa. Não disputei realmente a eleição e tive por volta de trezentos votos, sem propriamente fazer campanha, porque nunca me seduziu a política realmente, partidária. Sempre fui muito refratário, mesmo porque sendo uma pessoa de origem pobre, tive muito que trabalhar desde pequeno, para ganhar a vida.

O trabalho intenso que eu desenvolvia, não dava tempo para uma atividade e uma militância política propriamente. Fui candidato mais para compor chapa... Vivíamos o ano de 1962, quando os partidos ainda não haviam sido dissolvidos. Completei a chapa, do antigo PDC, que tinha um grupo também autêntico... um grupo solidarista, que seguia a linha de Freire do Chile; do Caldeira que hoje é presidente da Venezuela. Linha democrática... social democrata, do antigo Partido Democrata Cristão, que acabou, também desaparecendo.

Em 1970, não! Em 70 eu fui candidato de um grupo, que por também haver duas sublegendas disputando a prefeitura, formou-se muito aguerrido, apesar de muito misturado.

Gente que veio de outras áreas partidárias, mas, que de qualquer maneira, era MDB.

A organização do MDB, foi feita na base do improviso. Eram remanescentes do antigo PSD que tinha sido extinto. Alguns elementos da UDN, a maioria do Partido Trabalhista, Partido Comunista, Partido Socialista. Gente que compunha a real oposição do momento...

Para minha surpresa, fui eleito e o terceiro mais votado no Estado, dentro da legenda do MDB! Foi para mim, realmente uma surpresa, o número de votos que alcancei nas urnas!

Quero lembrar, que na verdade apesar de ter sido eleito deputado federal em 1970, eu era um ilustre desconhecido, fato que encaro hoje com humor, para a população, de um modo geral e para própria imprensa política, especializada. Por isso, decidi em 1972, disputar a Prefeitura de Campos, ainda pelo MDB, objetivando, consolidar a minha liderança política. Tanto que, em 1974 fui reeleito deputado federal, com uma explosão extraordinária de votos... eu tive só em Campos, cinqüenta e quatro mil quinhentos e quarenta votos, e sessenta e seis mil e setecentos votos no Estado! Em cento e oito mil votos apurados, eu tive cinqüenta e quatro mil quinhentos e quarenta votos! Fruto aí, de uma atuação, claro, intensa na Câmara. Minha atuação parlamentar desde 1971, 72, desde o começo, foi uma atuação veemente e que me ajudou muito na reeleição... nas duas reeleições, tanto em 1974, quanto em 1978.

Ainda, em relação a campanha para prefeito em 1972, acrescento que disputei sozinho, contra três sublegendas da ARENA. Na somatória das legendas da ARENA, e eu sozinho no MDB, não dava para vencer. Mesmo porque, Campos é um município de muita reação: a Igreja ultra conservadora domina, os usineiros são quatorze, e toda economia gira em torno das usinas. Só se elege prefeito, quem eles indicam. Eu advogava exatamente contra eles. Cheguei a ter três mil ações trabalhistas, contra os usineiros de Campos. Quebrei aquela estrutura toda, na justiça! Estes empresários, usavam os chamados "gatos" que contratavam os peões na roça. Depois, se defendiam através deles.

Consegui, quebrar esta estrutura, fazendo com que a Justiça do Trabalho, condenasse solidariamente a usina, com o chamado empreiteiro que dissimulava. Era na verdade, um operário como outro qualquer, que assumia o encargo da contratação... tinha este problema...

À eleição de 1974 seguiu-se a de 1978, que já me referi . Entretanto, em 1982, com a

vinculação do voto, e com o fenômeno Brizola no Estado do Rio. Voto vinculado... e não passei para o PDT, continuei no PMDB e fui vítima ... sou uma vítima do vínculo do voto!

Neste momento, o PMDB, foi invadido, pelos elementos da antiga ARENA. Praticamente fomos expulsos do partido, fato que denominei "invasão dos Unos". O PMDB de Campos especialmente, foi tomado por um grupo, com um poder econômico incalculável na mão. Liderado por um ex-prefeito, (três vezes) que marginalizou o grupo liderado por mim. Fez dentro do partido um gueto, nos colocando lá.

A turma, de melhor qualidade que me apoiava, saiu para formar o PT, o PDT, PSB, e então, fiquei reduzido a um grupo diminuto. Mediante tal situação formei uma sublegenda, com uma eleição também de prefeitura. Fui soterrado, pelos adversários e pelo interior do meu próprio partido! Não me reelegi em 1982, fato que atribuo especialmente a questão do voto vinculado.

O Brizola aí, "arrastou" todo mundo com ele, e "puxou" a eleição de senador, de deputado federal, deputado estadual.

Quem não formou na ocasião no PDT, não conseguiu se eleger. Poucos escaparam... não fui só eu, que perdi não! No Estado do Rio, não sobrou quase ninguém.

Veja que interessante, fui o único deputado, que na liderança em 1979, (com Brizola, ainda exilado em Portugal) teve coragem de defendê-lo. Este fato ocorreu, quando alguns ministros militares, o fizeram objeto de agressão e baixaram uma nota oficial.

Em meu discurso de defesa, equiparei Brizola, aos grandes heróis da política do mundo, que como líderes tinham que preservar suas vidas, para voltar a ser líder nacional. Exatamente dele, é que fui sofrer... não que ele tenha culpa pessoal nisto, evidentemente... fui vítima do "brizolismo" porque não aderi.

Considerava, que na condição de fundador do MDB, eu deveria continuar no partido até morrer! Depois, vi que foi bobagem...se tivesse saído em 1982, teria garantido minha reeleição... O povo do Rio de Janeiro, queria votar em Brizola. Não interessava, quem era o candidato. Durante a campanha, ouvi muito:

- "Dr., não quero nem saber quem é o Sr., o Sr. está com Brizola? É do partido do

Brizola? Se é, pode deixar que a gente vota" Eu não era... e houve uma avalanche causada por Brizola, da qual fui vítima entre aspas, porque não passei para o PDT.

Atribuo meu fracasso nas urnas em 1982, basicamente a dois fatores: um intrínseco, que foi a marginalização dentro do próprio PMDB; outro extrínseco, a imantação do eleitorado pelo Brizola. Estes fatores conjugados, não permitiram minha sobrevivência política; nem a minha, tampouco a do meu grupo. Assim, em 1986 não me animei mais... e a esta altura do campeonato, "a vaca já tinha ido prô brejo". Também, as eleições se tornaram muito caras... Eu nunca tive dinheiro propriamente para disputar uma eleição. A proporção, que o processo foi se democratizando, paradoxalmente, a eleição foi ficando mais difícil.

No tempo da ditadura, só havia dois partidos. Quem não ficava a favor, automaticamente estava contra. O voto era, digamos assim, atraído de forma espontânea, natural. Com a abertura partidária e democrática, tornou-se mais difícil a eleição, sem um forte respaldo financeiro. Acho que isso aconteceu com a maioria dos integrantes, do antigo Grupo Autêntico, no Brasil todo.

Voltei às minhas atividades normais, de professor universitário, no Rio e em Campos, depois de doze anos exercendo mandato de Deputado Federal. A minha atuação parlamentar sumulada, (síntese dos projetos, dos pronunciamentos, dos votos) é enorme. Se fosse, levantar tudo na íntegra, teria um volume imenso!

Cabe lembrar, que dentre as atividades exercidas como deputado federal, por exemplo: proferi na comissão de Fiscalização Financeira do Tribunal de Contas, um voto, que foi vencido, contra a aprovação das contas do General Geisel em 1980. Só este voto é um livro! Como se trabalhou, como se lutou na apresentação de projetos!

Questão também bastante trabalhosa, foi a dos royalties do petróleo, inclusive um dos assuntos mais discutidos hoje no Brasil.

Apresentei um projeto em 1975, que tramitou durante nove anos. Foi aprovado na Câmara e no Senado, mas foi vetado pelo General Figueiredo.

Em 1982 não fui reeleito e, o Senador Nelson Carneiro, reapresentou o projeto com algumas modificações. Incluiu o Ministério da Marinha, como um dos beneficiados pelo

petróleo, pelos royalties e transformou o projeto em lei. Hoje, esta lei, beneficia os Estados, e também milhares de municípios, que produzem petróleo pelo mar. A lei 2004, só previa indenização do petróleo em terra, da forma terrestre e este projeto estende para o mar.

Outros projetos na área social, foi o Projeto de Reformulação da Previdência Social, o FUNRURAL. Um projeto de Pró-rural, que depois o governo transformou em lei complementar nº 21. Tive a oportunidade de apresentar o projeto, porque eu era advogado da CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, desde 1968.

Em 1969, representei... integrei, a delegação brasileira junto a Conferência Internacional do Trabalho da OIT, em Genebra, Suíça. Participei, como membro da CONTAG, integrando o grupo de trabalhadores do Brasil, nesta conferência. Como a OIT fazia cinqüenta anos, compareceu o Papa Paulo VI, bem como chefes de Estado das principais Nações do mundo. Talvez tenha sido, a mais importante Conferência Internacional da OIT, dos últimos setenta anos. Onde tive atuação destacada!

A imprensa, acompanhava de perto a atuação do Grupo Autêntico. Éramos muito visados. Qualquer deslize, qualquer "coisinha" que se cometesse, a imprensa projetava o fato, na tentativa de destruir o mito do Grupo Autêntico. Tínhamos que pisar em ovos, e atuar com muito cuidado para não... mas, recolhi, tenho um livro de recortes de jornais e revistas... eu era muito elogiado, pela imprensa nacional e também regional, sobretudo pelos trabalhos...

O Movimento dos Autênticos, surgiu em 1971, quando se instalou nossa legislatura. O Grupo se formou logo de plano, tendo no início por volta, de doze componentes... Nós começamos com doze.

Ao tomarmos posse, surgiram lideranças, que se encarregavam, de chamar pessoas para formar o Grupo... eu fui um dos primeiros que aceitou. Os componentes do Grupo, normalmente eram deputados federais, que além de emedebistas, tinham destaque, no plano regional de seus Estados, e mesmo nacionalmente. O Estado Rio de Janeiro tinha dois Autênticos, a rigor Lysâneas e eu.

Em cada Estado, tinha um, dois, um pouco mais... Nos unimos de forma espontânea.

No início, uma semelhança ideológica nos atraiu, nos imantou. No primeiro momento, era a luta contra a ditadura... derrubar a ditadura!

Nossa primeira grande tarefa, foi convocar o Congresso de Recife, para discutir a necessidade de uma Constituinte, que na ocasião era palavrão! Falar em Constituinte, era como xingar, a mãe do regime!

Quando fizemos o projeto da Constituinte, tinhamos a idéia: de uma nova sociedade, estado de direito democrático. Nosso maior objetivo contudo, era a destruição do "entulho autoritário", que compunha a Constituição de 1967, emendada com a de 1969. Não podia continuar aquela moldura autoritária, perversa, em todos os pontos de vista!

Tudo o que era vetado, proibido pelo regime, o Grupo Autêntico, começou a levantar, a discutir. Todas as nossas bandeiras provocavam a reação do regime e isto cada vez mais imantava o Grupo.

Acredito que essa denominação, veio da imprensa. Foi a imprensa, que cunhou o Grupo de "Autêntico" ou seja, "da oposição autêntica". Os jornalistas, queriam nos destacar, daquele Grupo do MDB, que era uma oposição consentida. Os que não tiveram acesso a ARENA, foram mandados para o MDB, até pelo próprio regime, para compor internacionalmente, um quadro de simulada democracia no Brasil.

O Grupo Autêntico, era um fermento dentro do MDB, um fermento de oposição, que começou a levantar a bandeira do Estado de direito democrático, Constituinte, Direitos Sociais, tudo que acabou "despencando" na Constituição de 1988.

O primeiro projeto de seguridade social, apresentei no início do mandato, em 1971, e foi germinar na Constituição de 1988. Onde é que eu fui descobrir a seguridade social? Na OIT em 1969, quando fiz um estudo aprofundado, da questão, e trouxe um material muito bom. Daí, apresentei um projeto, já início do ano! Deste projeto, de seguridade, surgiu o Pró-rural, a aposentadoria do homem do campo, aos setenta anos. O próprio governo começou a aproveitar. Rejeitou o meu projeto (porque eu era da oposição) maquiou e apresentou um decreto lei, como se fosse de autoria do Regime! Tudo bem, desde que os objetivos foram alcançados.

O Grupo Autêntico, atuou com muita dificuldade, sob muita ameaça de cassação. Quando o General Geisel, em 1977 fechou o Congresso, e fez uma reforma na Constituição por decreto lei. O Geisel, reformou a Constituição por decreto lei! Foi um período que nós corremos um risco imenso de sermos cassados.

Tive o pedido de cassação do meu mandato, feito pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Vitor Russomano, Mozart Vitor Russomano. Insatisfeito com as críticas que eu fazia, ao nepotismo que estava existindo, naquela ocasião no TST - Tribunal Superior do Trabalho. Enfim, seria fastidioso relembrar tantos episódios...

Foi um período longo... foram doze anos como vice-líder da bancada. Sempre fui escolhido vice-líder, nunca aceitei a liderança, porque eu não queria, digamos assim, sacrificar minha atividade profissional... Sabia, que a atividade política era efêmera. Deste modo, não podia abandonar a minha cadeira de professor, no Rio de Janeiro e em Campos. Abandonar minha banca de advocacia, no Rio de Janeiro, em Campos. Também, me associei ao grupo do Ulisses Riedel, que é paulista e, tem escritório em Brasília. Só faz advocacia obreira, em âmbito nacional, estando muito em evidência. A minha filha mais velha, casou com o filho mais velho dele, e houve uma integração. Eu tenho cinco filhos, trabalhando no escritório, todos formados; e ele, também tem cinco filhos trabalhando. Um escritório então, integrado por família. Este telefonema, em que tratei do translado de um processo, era com Lurdes, minha filha mais velha, que me ligou de Brasília.

Como o Grupo Autêntico, permaneceu durante muitos anos, passamos a ser procurados, por grupos de oposição de outros segmentos da sociedade, até por alguns militares da ativa e da reserva, que eram nacionalistas, e não aceitavam a situação, nos dando um certo respaldo e cobertura. Tínhamos contatos com a OAB, que neste momento, começava tomar posições importantes; a CNBB que já tinha sua ala progressista e os estudantes, em cujas lutas nós nos envolvemos, nos engajamos.

Eu mesmo, sofri aqui no Rio, muita correria, pancadaria, levei muita borrachada, escorreguei muito no sabão! A polícia do Chagas Freitas, que era MDB do grupo adesista nos batia, além de colocar nos jornais de sua propriedade, manchetes como: "Lysâneas

Maciel é comunista, tem que ser cassado"; "Walter Silva é comunista, tem que ser cassado". Isto, era todo dia! No jornal, do único Governador de Estado do MDB, portanto, no jornal do próprio MDB!

De modo, que éramos "contato", "faziamos reuniões secretas"... e tivemos o privilégio de contar com a hospitalidade do Padre Nobre, que era considerado o representante de Minas Gerais, no Grupo Autêntico. Ele tinha uma atuação muito limitada em razão da própria exigência... digamos assim... escolástica. Quer dizer, não era um padre atuante, era político e conservava por tradição a obediência a igreja. Como existia, a ala progressista, dentro da igreja, formava com o Grupo Autêntico, e cedia com muito prazer sua residência para nossas reuniões secretas.

Chico Pinto, quando da visita do General Pinochet do Chile, proferiu um discurso considerado ofensivo. Foi punido, perdeu o mandato, e nós o visitávamos lá no Quartel, onde ficou preso, em Brasília. Chico era, talvez, o mais Autêntico dos Autênticos. Ele, mesmo preso, passava para os seus algozes, seus captores, o que ele pensava a respeito da situação do Brasil. Eu assisti muitas palestras dele, com os próprios militares: coronéis, tenentes, que o prenderam e o mantinham preso. Francisco, talvez tenha sido o fermento do surgimento (dentro da hierarquia militar) da reação contra aquela situação terrivel, que existia no pais.

O Grupo Autêntico era um terceiro partido! O New York Times levantou esta questão, estava certo. A ARENA era unida pelo fisiologismo, quem formou na ARENA? Deputados, senadores, que hoje, afinal de contas, estão ainda mandando no pais... Era aquele grupo que não tem partido, eles são governo, e não tem culpa se o governo muda! O governo muda, eles mudam junto! Então é o partido do governo... fisiológico.

No MDB existiam os Autênticos; os moderados; os adesistas (os que aderiam) e ainda os moderados adesistas, que era o caso do Chagas Freitas. Tancredo Neves era moderado, mas não era adesista, pelo menos não detectávamos sinais de adesismo nele... Ulysses, ora era adesista, ora moderado, e às vezes Autêntico, pois eventualmente tinha posições fortíssimas!

Quanto a Dr. Tancredo, em 1977 fizemos um seminário do MDB, em Florianópolis,

quando recebemos, recém chegado do exílio, o hoje Ministro Fernando Henrique Cardoso. Fui encarregado, de fazer o discurso de saudação a ele, que era o palestrante da noite. Tarefa que considerei muito fácil, pois só o currículo de Fernando Henrique é um livro. Neste dia, Dr. Tancredo fez o discurso mais Autêntico que eu já tinha ouvido na minha vida. Todos os discursos dos Autênticos, comparados a este do Dr. Tancredo, eram nada! Quando ele queria, era mais Autêntico do que qualquer Autêntico. Mas nem sempre queria... Lembro-me que certa ocasião, dei uma entrevista a imprensa, identificando o Dr. Tancredo como moderado. Porém, um dos jornais noticiou "adesista". Inconformado, pediu ao deputado mineiro, Carlos Cota, que me interpelasse a respeito, porque não aceitava a pecha de adesista. Aceitava ser moderado, mas adesista não! Quando abordado fiz ver ao Cota, que eu não dissera. Identifiquei o Dr. Tancredo como líder do grupo moderado. Todos os jornais disseram assim, só um, que não me lembro o qual, publicou que eu o chamei de adesista, levantando em Tancredo uma reação muito forte!

O nosso relacionamento era mais complicado com os dois grupos do MDB, bem mais! ARENA era adversária, tinha que ser tratada realmente no porrete. Mas, companheiro de legenda, combater o companheiro de legenda, era um assunto dramático! No cotidiano, nos bastidores, havia uma luta intestina do Grupo Autêntico contra o grupo moderado e adesista, pelo próprio domínio do partido. Chegamos a tentar tomar a presidência, articulado a candidatura do Lysâneas, contra o próprio Ulysses Guimarães, que realmente assustava até o pessoal do Grupo Autêntico. Tínhamos também a luta com o Governador de Estado. O único governador do MDB, era no Estado do Rio, antiga Guanabara ... Chagas Freitas, nosso maior inimigo. Tinha a imprensa na mão, o Jornal "O Dia" que nos pichava, nos chamava de comunista, pedia a nossa cassação. Foi um período difícil dentro do próprio MDB!

Mediante tais condições, não tínhamos como fazer articulação, era só entre o Grupo Autêntico mesmo. Daí lançarmos a idéia da Anticandidatura, que só seria utilizada para os efeitos de campanha eleitoral. Quando chegasse na hora da disputa no Colégio Eleitoral, seria retirada, porque uma campanha inútil. Porém, enquanto fosse possível, usaríamos o

rádio, o jornal, a TV, para vender e para denunciar.

Este período da Anticandidatura, foi muito fértil, porque íamos, para a televisão, para o rádio, e dizíamos:

- "Olha, neste momento em São Paulo, foi preso um grupo integrado por seu fulano, seu beltrano. Estão sendo torturados". Aí, ficava todo mundo sabendo, a Hora do Brasil dava, alguns jornais pinçavam alguma coisa. Com este objetivo, trocávamos informações com quem sabíamos portadores. Procurávamos ouvir, os ex-militares ligados a nós. Tínhamos alguns "achados" também, pois haviam oposicionistas na ARENA. Um exemplo, é o atual Senador Antônio Maris, se estivesse no Grupo Autêntico, no MDB, estaria servindo melhor a nós, do que muitos deputados que estavam no Grupo. O Deputado Teotônio Vilela estava na ARENA, mas prestou um imenso serviço ao Grupo Autêntico. O Antônio Maris, até hoje mantém comigo uma correspondência permanente.

Estes elementos identificavam-se conosco. Entretanto por "n" razões (que não vou explorar) formaram na ARENA, se elegeram pela ARENA, talvez por questões locais. Comungavam das nossas idéias, dos nossos ideais. E aí nos passavam informações importantes para salvar muitas vezes, nossa própria pele!

Estávamos muito alertas, muito atentos a tudo que acontecia. A todos os boatos, a todas as ameaças de cassa:

- "Estão preparando um decreto de cassação de fulano", e assim por diante... E o Grupo atuava coeso, em torno dessas idéias, dessa luta, conhecendo os riscos que isso implicava. Se bem que no decorrer do tempo, registramos algumas deserções. O próprio Alceu Collares, foi o primeiro talvez, a debandar. Fez uma visita ao Palácio, para discutir questões ligadas ao salário mínimo. O Grupo foi contra. Ele insistiu muito... nós achávamos, que não deveríamos, ter contato pessoal com o ditador, que era o General Geisel. Alceu Collares, procurou justificar essa atitude com a desculpa que estava discutindo salário... a composição do salário mínimo. Consideramos, realmente, que foi uma atitude muito negativa dele... muito negativa.

Nadyr Rossetti, foi cassado por denúncia de Fernando Gonçalves, que hoje é Ministro

do Tribunal de Contas da União. Um discurso que ele fez, no interior do Rio Grande do Sul, em campanha eleitoral, no palanque durante um comício. Não foi nem veiculado pela imprensa escrita, rádio... nada. Discurso de rua...

Até nossos discursos de rua, eram gravados, pelos órgãos de segurança, pelo SNI e depois passados para os órgãos de repressão. Muita gente sofreu...Eu sofri ameaça em campanha. Especialmente porque em Campos, instalaram um batalhão de Infantaria do Exército, que ficou "no meu pé", um tempo enorme...Fui advertido, até por pessoas amigas, para que tivesse cuidado com o que falava e fazia. Eu estava no alvo, na mira do Exército local. Fui tirado da televisão várias vezes, na campanha eleitoral de 1974, por denúncias que fazia.

Graças a coragem, intrepidez e denúncia do Grupo Autêntico que muita gente, teve a vida salva, das masmorras da ditadura!

Quando fazíamos uma denúncia de porte, saia na televisão, no rádio e jornal. Os órgãos de repressão, eram acionados, para liberar, para cessar a tortura! Enfim, dar uma explicação. Este foi um grande serviço que o Grupo Autêntico prestou, para todo o Brasil!

Por falar em jornal, em mídia, detectávamos muitos jornalistas, repórteres sinceramente do nosso lado. Procuravam nos divulgar, mesmo porque éramos notícia. Mas, havia também, um grupo adesista na imprensa, que fazia o jogo do sistema. Um exemplo que me ocorre de imediato, é o atual Governador do Maranhão: Edison Lobão, que era jornalista do "Correio Brasiliense" e compunha o Comitê de Imprensa da Câmara. Da caneta dele só saia crítica a nós! O jornal "Opinião", chegou a publicar alguns discursos meus na íntegra, entre os melhores discursos daquele ano. Era um jornal com o qual podíamos contar, contudo na condição de alternativo, era sujeito a censura e violência. A grande imprensa deixava escapar alguma coisa do Grupo Autêntico, por ser notícia, e porque existiam alguns jornalistas que nos apoiavam... alguns, muitos até. Havia o Marcondes Sampaio, que continua na Câmara. É um jornalista nomeado e que sempre nos apoiou. Não aceitou por exemplo, a deserção do Marcondes Gadelha . Até hoje, ele conserva as idéias, que o Grupo Autêntico disseminou e que foi na verdade o germe, a semente de grupos que surgiram depois.

O ápice do Grupo, foi em 1974. Evoluímos de 1971 até 1974...véspera de 1975, quando, conseguimos fazer dezesseis senadores, no Brasil todo. Não fizemos dezessete, porque no Maranhão, o nosso candidato, não quis concorrer. Era o Freitas Diniz. Não sei... não quis concorrer. Teria ganho, pois os votos brancos e nulos, derrotaram o candidato da ARENA. Podíamos tranqüilamente ter feito Fretas Diniz, senador!

Em 1974 portanto, dezesseis senadores eram do MDB. Não eram necessariamente Autênticos. Mas, foi graças a pregação dos Autênticos, que o MDB conseguiu esta vitória extraordinária. Ou seja, até os moderados e adesistas, acabaram se beneficiando dessa pregação, dessa luta. Nosso grande êxito, foi conseguir a implantação da idéia da Constituinte, que era palavrão, e culminou na Constituinte de 1988, que não é realmente a que queríamos... uma Assembléia Nacional Constituinte, fazer uma Constituição moderna, social e em seguida eleição do Congresso. Na verdade, se elegeu um Congresso Constituinte, quando nós queríamos uma Assembléia Constituinte.

De qualquer maneira, rompeu-se o tabu que Constituinte era palavrão, não se podia falar... nós falamos! As bandeiras todas, vieram atrás e cederam espaço a bandeira maior que foi o restabelecimento do Regime Democrático. Em relação a esse tempo, vivemos hoje, realmente um porre democrático!

Faço esta afirmação, com uma certa tranqüilidade, porque nos meandros, na conformação global, minha visão de mundo não difere muito do tempo de Autêntico. Sonhávamos, um regime democrático supremo, um regime socialista na idéia predominante. Não o socialismo centralizador, mas o socialismo democrático. Com uma melhor distribuição de renda; reforma agrária, pela qual tive uma luta muito grande, na CONTAG desde 1968, e produziu..., eu fui eleito deputado federal, não por razão de ser da CONTAG. O Chiarelli por exemplo, foi meu colega de advocacia da CONTAG. Imagine, Carlos Chiarelli, foi meu companheiro de OIT! Trabalhamos na Conferência Internacional do Trabalho em 1969. Em 1975, ele era da CONTAG, e tinha, um discurso oposicionista, em nível nacional, e uma prática conservadora e arenista, lá em Pelotas. Quem me alertou para isso foi Getúlio Dias, que falava:

- "Você está muito enganado com o Carlos Chiarelli, esse sujeito lá em Pelotas, é um reacionário. Ele aqui posa de democrata, trabalha na CONTAG, mas lá em Pelotas ele é da reação". Eu não acreditava muito, em Getúlio Dias, não! Achava, que o Chiarelli era todo direito, no trabalho, na Previdência. Cheguei a escrever com ele a quatro mãos, o esboço de um livro sobre o Pró-rural, que depois ele continuou sozinho. Mais tarde, revelou-se deputado da ARENA, senador pela ARENA, ministro, etc. O resto, a história já mostrou bem. Para mim, foi uma decepção, pois esperava, que ele fosse formar com o Grupo Autêntico, que fosse do MDB. De repente, tudo o que o Getúlio Dias me dissera, se revelou depois como verdade.

A CONTAG, viveu seu auge em 1968, quando José Francisco da Silva, foi eleito presidente. Derrotou o interventor, José Roque, que é lá de Presidente Prudente. Não tem nada de trabalhador rural, ele foi posto como interventor, em 1964.

José Francisco, era é um trabalhador autêntico, veio da enxada, do meio rural da cana de açúcar de Pernambuco. Ele despertou no Brasil, toda a luta pela reforma agrária, pelo estatuto da terra que é uma lei boa, apesar de ser da ditadura. Foi elaborada na "crista da onda" de um movimento que surgiu em Punta Del Este, no Uruguai. Todos os países da América Latina, se obrigaram a fazer reforma agrária, por imposição até do Presidente Kennedy. A CONTAG lutou muito, pois o governo não realizava sequer o Estatuto da Terra. O tempo passou José Francisco é hoje, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

O anual presidente da CONTAG, chama-se Urbano, que apesar de ter nome de Urbano é trabalhador rural. Pessoa muito batalhadora, muito lutadora, mas não se sente mais a presença da CONTAG nos debates... perdeu a força. É como um corredor que tem seu auge, venceu todas as corridas de fundo, mas que está meio cansado.

Não estou fora da política, mas hoje minha política consiste-se basicamente na minha função de professor, lecionando na Faculdade de Direito de Campos, na Faculdade de Direito Cândido Mendes em Ipanema, Rio de Janeiro e nos cursos de Ciências Contábeis e Administração de Empresas na Cândido Mendes de Campos. Atualmente, presto Consultoria Jurídica na Câmara de Vereadores de Campos.

Mantenho escritório de advocacia em Campos e no Rio de Janeiro. O de Brasília não estou propriamente, porque deixei para o Ulysses Riedel, dou apenas uma assessoria jurídica, uma consultoria.

Sou filiado ao PSB, Partido Socialista Brasileiro. Entretanto, dado o volume de atribuições que tenho; muitas aulas (vou dar um curso de monografia ainda este ano na Cândido Mendes do Rio) assessoria na Câmara, mais os escritórios; não tenho tido tempo para militância... Participo de algumas reuniões, eventos, me excluindo de qualquer... Integro o diretório do PSB, contudo, não possua cargo na Executiva, não quero ter... Não aceitei ser candidato a nada! Acho, que sou mais útil na atividade profissional. Presto...exercito melhor minhas idéias numa cátedra universitária e também no meio jurídico, atuando nos processos, nas palestras, nas reuniões, na OAB.

Nas eleições sucessivas do PMDB, foram surgindo outros personagens que aderiram as idéias dos Autênticos. Como aqui no Rio de Janeiro, Roberto Saturnino Braga que foi Senador, eleito em 1974 (num ano que ninguém queria ser candidato a este cargo) e imediatamente pegou nosso lema. É hoje do PSB, e pelas mãos dele que estou desde 1991, filiado a este partido.

O meu último mandato acabou em 1982, quando o Grupo se dissolveu definitivamente, em razão da fragmentação partidária... cada um tomou seu rumo.

O poder é ainda hoje, no Brasil, uma projeção, um braço longo da ditadura. Pouca coisa foi mudada. O Sarney, que se seguiu ao Figueiredo, era líder da ARENA, Presidente nacional do PSD, foi para o PMDB por uma contingência, interesse próprio, pessoal. O governo dele, foi um prosseguimento da ditadura.

Depois, veio Fernando Collor, que não preciso nem perder tempo, em dizer o que foi. Produto da própria ditadura, cria da ditadura, subproduto... E vem o Dr. Itamar, que no senado, era considerado do Grupo Autêntico. Do Grupo Autêntico "mineiro", ou seja, mineiro nas maneiras ... e, que não está conseguindo realmente, fazer um governo, como nós gostaríamos que fosse feito.

Digamos, se o Dr. Itamar pensasse em pessoas do Grupo Autêntico, que estão

espalhadas por aí, para formar seu ministério talvez, tivesse obtido mais êxito. Pelo menos, teria delineado um perfil mais claro, mais cristalino do governo dele, que é uma mistura de uma porção de coisas.

Quando Dr. Itamar chamou o Henrique Hargreaves para assumir o Gabinete Civil, foi buscar exatamente a pessoa contra quem o Grupo Autêntico mais brigava. Porque, era o assessor direto da ARENA na Câmara e no Congresso. Era o homem, que mais entendia de regimento, e nós levamos surras homéricas. Éramos ingênuos, e até dominarmos o regimento, o Dr. Henrique, o Henrique Hargreaves, nos deu coças inesqueciveis. Serve ao Itamar, serviu ao Sarney, e foi o grande teórico da ARENA! O homem, que ensinava a liderança da ARENA, e a mesa da Câmara como trabalhar, como exercitar o poder legislativo, já que grande conhecedor, de processos legislativos!

Não estou aqui criticando a pessoa dele, mas sua origem não o recomenda para ser integrante de um governo, que seria, digamos... dos meus sonhos.

Talvez, por isso que o Brasil ainda não tenha entrado nos eixos, ainda não tenha adotado uma política econômica, tal como a que nós preconizamos. A política econômica, continua também sendo a projeção da que Delfim Neto implantou. Seus sucessores vieram repetindo. Objetivamente, no que mudou a política econômica? Em nada. Topicamente, algumas coisas, mas no conjunto é a mesma. Continuamos nessa luta, contra a inflação. O governo está tonto, não sabe como administrar o episódio.

O Fernando Henrique, tem o melhor curriculo de todos os brasileiros vivos. Mas não sei, se ele como sociólogo emérito, domina a economia nos seus meandros, para bem desempenha-la. O que vemos é a repetição dos erros de sempre!

Caso eu tivesse poder? o estado brasileiro, teria outro desenho... se o Grupo Autêntico estivesse no poder, não seria esse modelo que está aí!

Como já expliquei, por opção pessoal, abandonei a política, sinto-me mais útil trabalhando em minha profissão, garantindo a minha sobrevivência. Ressalto, que ser Deputado no período da ditadura, era a coisa pior do mundo. Gastava-se mais do que recebia. Eu sempre operava no vermelho porque, tinha que me deslocar toda semana para a base... o

povo cobra muito: "Ah!, o Sr. se elegeu e sumiu..."

Depois, mantive as minhas aulas: tinha que chegar sexta-feira em Campos, dar aula sexta à noite; sábado o dia todo; segunda-feira voltava para Brasília. Terça, quarta, quinta. sexta, de volta a Campos... E, por mais que adotasse, uma política só ideológica, não era possível ver gente passando fome, pedindo um favor qualquer, e não atender...

Mesmo criticando este tipo de política, eu ficava numa situação difícil. Como é? Não vou atender uma pessoa? Podendo, tal. Então, isso realmente... E naquela ocasião os políticos, os deputados da ARENA tinham acesso ao orçamento. O meu adversário no município, era um dos maiores empreiteiros de obras do Brasil, e um grande interventor na área do orçamento.

Antes da Constituição de 88, o orçamento era feito pelo Executivo e o Congresso não tinha poder de arbítrio sobre ele. Podíamos sim, aprovar ou rejeitar, o orçamento, mas na totalidade... As emendas eram muito superficiais, possibilitando o desvio de verba. Em vez de comprar uma caneta, comprava-se uma borracha... mas não podia mexer no orçamento, alterar o orçamento. Isso era feito lá nos ministérios. Só os deputados da ARENA, tinham acesso aos ministérios. Eles iam lá e manipulavam. Deste modo tudo o que foi descoberto em 93, na Comissão de Orçamento da Câmara, a "Máfia do Orçamento", é coisa antiga, existindo desde que a ditadura, se implantou no Brasil.

O Grupo Autêntico, já se batia contra isso. Sabíamos que os deputados: fulano, beltrano e sicrano interferiam no orçamento. Eram donos de empreiteiras de obra, de companhias de construção . Sobretudo donos dessas entidades filantrópicas, cujo objetivo era conseguir dinheiro, para a próxima campanha eleitoral, financiada com verbas acumuladas durante quatro anos, por inserção no orçamento. Coisa antiga isso!

Essa fraude enorme na Previdência, é resultado da própria implantação da... é criação da ditadura. O acidente de trabalho, por exemplo, pertencia às empresas de segurados não havia fraude nenhuma. Cada empresa, fazia um contrato isolado, com a empresa da seguradora "x", que fornecia a relação de seus empregados, as modificações, as demissões, as entradas... Havia um acidente, o empregado era indenizado integralmente. Era raro, uma questão de acidente de trabalho ir à Justiça, Quando ia, era liquidado. Virou fraude, a partir

do momento, que a Previdência Social, assumiu o acidente de trabalho, do Brasil todo.

A mesma coisa aconteceu, no Sistema Unificado da Previdência. Na época dos institutos (bancários, comerciários), a fraude era mais difícil, porque cada categoria, administrava seu próprio instituto. Com a extinção, e unificação em um único INPS, é que surgiu a fraude. Divididos, distribuídos por categorias, era quase impossível algum tipo de abuso. A própria categoria, se encarregava de fiscalizar. E pensar, que tudo isso é engenharia da ditadura militar!

O mais estranho, é que hoje o governo não consegue detectar a raiz do problema e dar solução. Insiste em corrigir as fraudes pelos efeitos, e não pelas causas.

Infelizmente, muita coisa não consegui ver estabelecida no país. A questão da distribuição de renda e o perfil dramático de sua concentração, que o Brasil exibe, é a meu ver, o grande fator da corrupção e da inflação.

De meados de 1985, até 87, mais ou menos, fui assessor parlamentar do Pazzianoto. Posteriormente, o Ministro Rafael de Almeida Magalhães, que era PMDB, me convidou para ser seu representante no Rio de Janeiro, tarefa que cumpri, durante alguns meses. Na seqüência, me impôs ser superintendente do INPS no Estado. Foi o fim do mundo! Agüentei de 87 a 88, um ano e saí!

Quando Renato Ascher substituiu, o Rafael, ainda fiquei por algum tempo. Com a entrada do Ministro Jader Barbalho, pedi as contas. Sabia o que viria depois... Saí, em tempo!

No meu período, como superintendente do INPS não foram detectadas, assim... grandes fraudes. Surgiam sim, tentativas aqui e ali; quando descobertas, eram abortadas. Esta experiência, me deixou de cabelos brancos. Eu tinha cabelos pretos, e fiquei grisalho, devido ao ano que trabalhei na Previdência. Chega!

Tenho muita coisa para contar... muitos episódios interessantes, algumas coisas marcantes... O Núncio Apostólico do Brasil, dom Sebastião Baggio, fora declarado "persona non grata" pelo Regime Militar e voltou para Roma. Por intermédio dele, conseguimos, uma entrevista particular e pessoal, com o Papa Paulo VI. Fui recebido pelo Papa Paulo VI,

pessoalmente! José Francisco da CONTAG; João Maia do Acre (não tenho tido notícias dele...) Lázaro que era deputado do Paraná e eu. Levamos ao Papa uma estatueta de madeira talhada, da Bahia. Recebi das mãos do Santo Padre, algumas homenagens e uma medalha!

Esta visita ao Papa, foi muito importante. Pedimos que ele, no exercício de Chefe de Estado do Vaticano, intercedesse junto ao Governo do Brasil, para que os trabalhadores rurais, tivessem uma Previdência Rural própria e o Estatuto da Terra fosse implementado. Fomos ao Papa, para conseguir isso! E ele prontamente cumpriu!

A partir daí, desencadeou-se todo um processo de melhora deste sistema, que era muito primitivo na ocasião. Nossa visita ao Papa teve um sentido prático, um objetivo concreto e que realmente se traduziu em coisa real!

Episódios outros, eu poderia contar da nossa história... que foi de longe a melhor experiência política que vivi. Mesmo para quem como eu, que jamais nutri ilusões em relação a vida pública...

Raramente, vejo meus colegas do Grupo Autêntico... Às vezes, encontro Amaury Müller, lá na Câmara, pois ainda é deputado .Tenho encontrado, com muita freqüência o Getúlio Dias que está aqui no Rio. O Nadyr Rossetti, também residente daqui, encontrei um par de vezes. Alencar Furtado vi há um tempo atrás em Brasília, depois perdi o contato. Freitas Nobre... nos falamos pouco antes dele morrer. E assim, nós nos dispersamos muito. E como, quase nenhum, hoje exerce mandato...